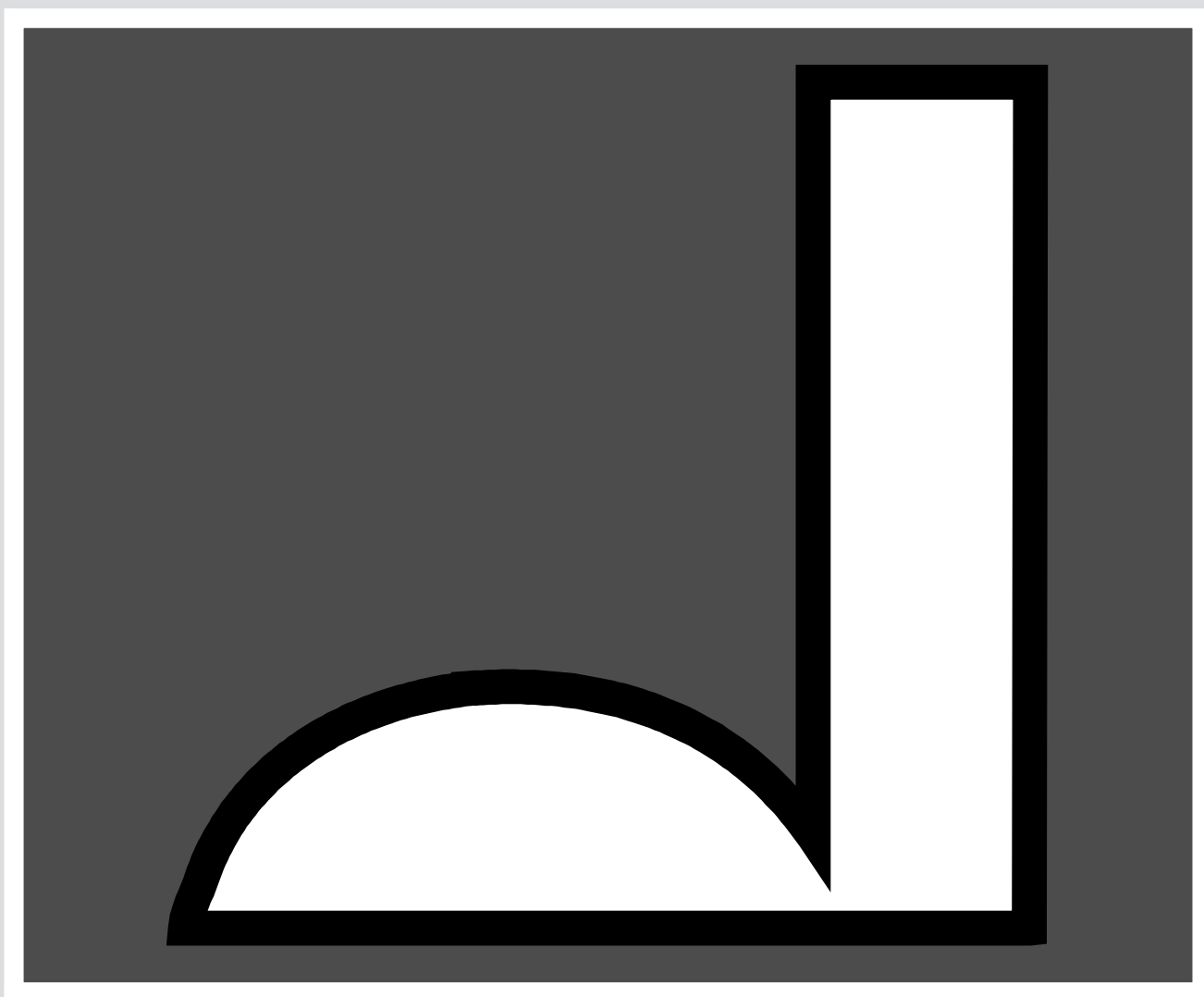




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATAS DA 7ª a 14ª REUNÃO DE 2006

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 7ª REUNIÃO DE 2006

ANO LXI - SUPL. AO Nº 180 - QUARTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias– PSDB VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾ LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾ VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE REUNIÃO		
1.1 – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar		
7ª Reunião, realizada em 5 de setembro de 2006.....	00004	11ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2006..... 00247
8ª Reunião, realizada em 6 de setembro de 2006.....	00095	12ª Reunião, realizada em 20 de setembro de 2006..... 00403
9ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2006.....	00189	13ª Reunião, realizada em 20 de setembro de 2006..... 00405
10ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2006.....	00228	14ª Reunião, realizada em 20 de setembro de 2006..... 00444
		1.2 – Conselho de Comunicação Social
		7ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2006..... 00480

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ata da 7ª Reunião de 2006, realizada em 5 de setembro de 2006, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, “destinada a ouvir, nos autos das Representações nºs 1, 2 e 3, de 2006, os senhores Darci José Vedoin, Luiz Antonio Trevisan Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros”.

Estiveram presentes os (as) Srs (as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres
Sérgio Guerra
Heráclito Fortes
Juvêncio da Fonseca
Paulo Octávio
César Borges (suplente)
Jonas Pinheiro (suplente)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado

PDT

Jefferson Péres
Augusto Botelho (suplente)

PTB

Valmir Amaral

PMDB

João Alberto Souza
Luiz Otávio
Valdir Raupp (suplente)

CORREGEDOR

Romeu Tuma (PFL)

Estiveram, ainda, presentes os Srs. Congressistas não membros do Conselho:

Senadores Wellington Salgado, Eduardo Suplicy, Almeida Lima, Leomar Quintanilha e Ideli Salvatti .

Deputados Antônio Carlos Biscaia, Carlos Sampaio e Júlio Redecker.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Esta reunião foi convocada para ouvir os Srs. Darci José Vedoin, Luiz Antônio Trevisan Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros nos autos das Representações nº 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Srs. Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e

Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.

O Sr. Darci José Vedoin encontra-se presente, acompanhado do seu Advogado, Dr. Otto Medeiros.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna.

O SR. OTTO MEDEIROS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra pela ordem ao Sr. Advogado.

O SR. OTTO MEDEIROS – Atendendo ao princípio da isonomia, porque as outras sessões foram realizadas de forma fechada, requer novamente a defesa que esta reunião seja fechada, para a colaboração do Sr. Darci José Vedoin.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pergunto ao Sr. Advogado, Dr. Otto Medeiros, por que a solicitação. Há motivo especial?

O SR. OTTO MEDEIROS – O motivo da defesa seria a isonomia dos depoimentos da família Vedoin. Todos os outros depoimentos ocorreram ou em segredo de justiça ou em reunião fechada. Para atender à lisura do processo, a defesa requer novamente que a reunião seja fechada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Presidente, por princípio, eu sou contra as sessões reservadas, porque entendo que tudo o que ocorre neste Congresso deve ser de amplo conhecimento público. Mas, no caso, se o depoente entende que ficará mais à vontade para – suponho – falar a verdade e dizer tudo o que sabe... Se isso não for feito, se a reunião for pública, supostamente ele não dirá tudo o que poderia dizer. De forma que, de minha parte, eu concordo; não faço objeção.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Membros do Plenário, eu gostaria de consultá-los.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, não quero atrapalhar os trabalhos, mas, em sessões anteriores da CPI, verificamos que em muitos depoimentos não havia fatos que requeressem uma reunião reservada, fechada ou algo assim. Mas nós o fizemos por precaução, a pedido da defesa dos depo-

entes, de modo que eles ficassem muito à vontade no âmbito do Conselho.

Neste caso e na fase em que estamos vivendo, porque agora não se trata da pessoa do depoente, mas de pessoas ligadas a esta Casa, solicito que esta reunião se mantenha aberta. Esta é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permita-me, Senador Sibá Machado. Eu não entendi bem. V. Ex^a deseja que a reunião seja aberta.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não sei se ele traz alguma novidade, Sr. Presidente. Já temos uma série de documentos e depoimentos. Se for para ele reafirmar o que já disse, nós conhecemos; se houver fatos novos ou algo que possa merecer mais carinho, concordo com o Relator no sentido de que a reunião seja reservada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum Senador quer usar da palavra?

Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, compreendo as razões do ilustre Relator, Senador Jefferson Péres, mas este assunto está sendo tão discutido em nível nacional que as coisas não dependem mais de muitas informações surpreendentes. O Senado Federal e o Congresso Nacional precisam ser mais transparentes perante a população, que deseja ouvir. Inclusive o Senado Federal é bastante aberto justamente por isso, para que as coisas que acontecem aqui sejam transmitidas para o País inteiro abertamente. Não há uma exigência de segredo de procedimentos aqui, neste caso.

Em princípio, respeitando muito a decisão que foi tomada pelo Relator, que tem uma força muito grande sobre essa questão, sou contra a reunião fechada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – É bom que se esclareça que o Sr. Vedoin está aqui como convidado. O Sr. Darci Vedoin encontra-se presente como convidado, o que é bem diferente.

Eu gostaria que o Sr. Relator novamente comentasse a posição dos Srs. Senadores.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Conselho se manifestasse, porque não quero tomar essa decisão sozinho. Repito: a presunção é de que, se a reunião for reservada, ele dirá coisas que não diria em público. Essa é a presunção; não sei se ocorrerá isso mesmo. Se fosse assim, seria mais útil para o Conselho, que quer a verdade, se a reunião fosse como pede o depoente. Mas, se o Conselho entender que ela deverá ser pública, eu também aceitarei.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, seria interessante indagar do depoente ou do convidado se ele se constrangeria em di-

zer toda a verdade se a reunião fosse pública e se ele prefere que seja secreta para dizer mais alguma coisa que não diria na pública.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Atendendo aos Srs. Senadores, consulto o Dr. Otto Medeiros, Advogado do Sr. Darci José Vedoin.

O SR. OTTO MEDEIROS – Excelência, a questão não se restringe a fatos novos ou fatos não ditos. A verdade não se constrói; a verdade é uma só e já foi legitimamente prestada pela família Vedoin em juízo. A questão é, primeiro, que todas as reuniões – inclusive o Senador Sibá Machado faz parte do Conselho – foram fechadas. E acredito que houve um pleno desenvolvimento por parte da família Vedoin. Em segundo lugar, pretende-se atender ao princípio da isonomia. E tenho plena certeza de que o meu cliente se sentirá mais à vontade para prestar as informações na reunião fechada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vou concordar, então, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Diante dessa informação do Advogado do convidado de que ele poderá ficar mais à vontade, mas livre psicologicamente para dizer alguma coisa a mais, eu também concordo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Suspendo a reunião por cinco minutos. Solicito que permaneçam no Plenário apenas os Srs. Assessores, o Advogado e o Sr. Darci José Vedoin. Por gentileza, a Assessoria para tomar as providências necessárias.

A reunião está suspensa por cinco minutos.

(Suspende-se a reunião às 11h40min.)

(Torna-se secreta a reunião às 11h47min.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está reaberta a reunião.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – O requerimento do ilustre advogado do depoente solicita reunião secreta por uma questão de isonomia e por ele se sentir melhor se a reunião fosse fechada. Entendo que a natureza do assunto que está sendo levado aqui a esse depoimento não exige reunião secreta. Pensei que reunião seria reservada, e não pública,

mas sem desligar os equipamentos de comunicação do próprio Senado, seja áudio ou imagem, que podem ser utilizados posteriormente, e o advogado está ali dizendo isso. Em sendo assim, a televisão e o rádio do Senado continuam abertos, só que não ficam abertos agora, mas podem ser utilizados depois. O importante é a proteção do depoente nesse momento. *(Pausa)*

Há inclusive a concordância de ambos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A reunião secreta só é gravada para ser reproduzida em áudio, mas ela não pode ser...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – Mas a reunião...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não pode ter imagem. Se assim fosse, não seria secreta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – Sr. Presidente, na linguagem jurídica, **data máxima venia**, a reunião não é secreta. Estamos atendendo a um pedido do advogado que ela fosse reservada, sem a natureza de secreta, para que ele tenha melhor desempenho, não seja constrangido. Ela não tem a natureza de secreta. Foi um pedido excepcional feito pelo advogado. Já que S. S^a está de acordo, vamos ficar dentro do limite do acordo do próprio advogado conosco do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A gravação ou não da imagem para mim é irrelevante. Importa que fique gravado o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim, mas eu gostaria de observar que não será uma reunião secreta se houver imagem de TV. O caráter secreto envolveria apenas retirar as pessoas do recinto.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O importante é a gravação do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Se houver imagem, não há razão para termos tirado as pessoas do recinto.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se vai a público depois...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Se vai a público, se tem imagem, se tem tudo, não vejo a razão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – Sr. Presidente, não gostaria de insistir, mas gostaria apenas de fazer...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Queria até consultar até o advogado a esse respeito.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – ...uma observação, sem contrariar V. Ex^a. Atendemos um pedido do advogado do depoente e o depoente está atendendo um pedido nosso de que seja gravada e secreta, aliás, não é secreta, mas sim reservada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Iríamos dar primazia somente à **TV Senado**? E as outras TVs que estavam aqui não teriam também direito?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – Podem gravar a imagem e reproduzir depois.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Entraria somente o pessoal da filmagem das outras TVs, sem os jornalistas?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A equipe técnica?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Como seria com relação à equipe técnica?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – Há dificuldades. V. Ex^a tem razão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, os microfones estão funcionando?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Apenas para gravação do áudio.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Gostaria apenas de tirar uma dúvida. V. Ex^a nos lembra que o Sr. Darci está aqui na qualidade de convidado. O Sr. Darci é convidado ou testemunha arrolada pelo Relator para esclarecimentos sobre o caso do Senador Ney Suassuna? Como convidado, o caráter é um; como testemunha arrolada pelo Relator, seria um outro caráter.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Inclusive ele se negou a assinar o termo de compromisso. O advogado assim orientou.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – S. S^a está aqui como testemunha arrolada pelo Relator? É essa a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – S. S^a está como convidado, como informante.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Como informante. Como nosso Conselho não tem poderes judiciais, como tem uma CPMI, se S. S^a não quisesse, nem viria aqui. Essa é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – No caso da reunião aberta, ele poderia até se negar a falar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Está esclarecido, então.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Relator, Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Darcy, bom dia.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Bom dia, Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor já confirmou em depoimentos anteriores tudo o que é de amplo conhecimento público a respeito do seu relacionamento, da sua empresa, com o gabinete do Senador Ney Suassuna. O senhor teve algum contato direto com o Senador? O senhor já disse isso anteriormente, mas reitero.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Nunca?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Nunca.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Teve com o Sr. Marcelo sempre?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Diversas vezes com o Sr. Marcelo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor declarou também que tudo o que o senhor acertava com o Sr. Marcelo era cumprido pelo Senador. O senhor confirma isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Confirmo sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Sr. Marcelo, alguma vez ou algumas vezes – tinha muitos contatos com o senhor – ele se referia ao Senador dizendo ou insinuando que o Senador tinha conhecimento de tudo aquilo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Inclusive tem diversas ligações que confirmam isso, Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ligações telefônicas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Telefônicas.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Mas o senhor não gravou essas conversas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não, mas a Polícia Federal gravou.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor tinha contatos diretos com o Sr. Marcelo? Por telefone ou pessoalmente?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não, eu vinha a Brasília todas as semanas e todas as semanas eu me encontrava com ele, ou de cada 15 dias.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Eram periódicos esses encontros?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Regulares?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Como foi o seu primeiro contato com o Sr. Marcelo? Como o senhor o conheceu? O senhor o procurou ou foi procurado?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não, eu já conhecia o Marcelo. Em 2004, me encontrei com ele nas comissões e começamos a conversar sobre fazer as emendas para a Paraíba. E ele acatou. Daí para frente, “apresentei ele” para o meu filho e eles começaram a fazer as emendas também.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Mas não foi o senhor que o indicou para o gabinete do Senador Ney Suassuna, ou foi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor não teve nenhuma ingerência?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Esses encontros com o Sr. Marcelo eram sempre onde? No gabinete? Na Câmara?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Eu estive três vezes...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Aqui no Senado?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – ...aqui no Senado, uma na Liderança do PMDB e duas aqui no gabinete dele, e o resto na Câmara ou ali nas Comissões.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Os outros funcionários, portanto, sabiam da sua presença?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Já me viram, sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – As suas conversas com...

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não, as conversas eram sempre particulares.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não do teor das conversas, mas dos seus encontros.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Conheciam sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor ligava para o Sr. Marcelo em que número? Telefone celular ou para o gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – No celular. Foi ligado também algumas vezes no gabinete, mas mais no celular dele.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Com os Municípios, quem tratava com os Prefeitos? O Sr. Marcelo? O Senador? Ele lhe relatou isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não. O meu filho fazia... Aí eu “apresentei ele” ao meu filho, e o Luiz Antônio começou a fazer negociação com ele e ele

ligava para os Municípios. Ele mesmo fazia a ligação para fazer as licitações.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Sr^a Maria da Penha, foi indicada para o Ministério, segundo o Sr. Marcelo, por quem?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pelo Deputado José Divino. Eu pedi para o Deputado José Divino. Ele fez um ofício...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Foi o senhor que pediu ao Deputado?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Também pedi para o Deputado José Divino, sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E o Senador Ney Suassuna...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Senador Ney Suassuna... Ele mostrou depois o ofício assinado por ele encaminhando à Liderança e ao Ministro da Saúde.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A Sr^a Maria da Penha é sua ex-funcionária?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Trabalhou comigo um ano e alguns meses.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor sabe dizer se o Senador, alguma vez – alguma vez, não, desculpe –, ao ser contatado pelo Deputado para indicação da Sr^a Maria da Penha, se o Senador tinha procurado fazer alguma averiguação a respeito dela?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Desconheço.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Desconhece isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Desconheço.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Ele acolheu um pedido do Deputado...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Do Deputado...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– ...Lino?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Deputado?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aqui do ex-PMDB... o José Divino.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Sr. Darcy, a respeito daquela verba extra, um milhão e seiscentos, que depois se transformou em três milhões, que era destinada a Municípios da Paraíba, mas, como eles não apresentaram pré-projeto, alguém sugeriu que fosse transferida para um instituto do Rio de Janeiro para que depois eles cedessem essas ambulâncias aos Municípios, quem teve essa idéia, a idéia dessa transferência? Foi o senhor? Foi o Sr. Marcelo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, o Luiz Antônio com o Marcelo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Foi o seu filho?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E sugeriram ao Senador ou o Sr. Marcelo pediu ao Senador ou o senhor não sabe?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Acredito que deva ter falado ao Senador porque o ofício dele foi para o Ministério.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O Senador diz que a assinatura dele foi falsificada. Apresenta até um exame grafológico.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sé se foi pelo assessor dele porque nós pedimos e foi feito, foi encaminhado pelo gabinete dele.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Foi encaminhado imediatamente, sem problemas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Imediatamente. Tudo o que pedimos 48h depois estava encaminhado.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Essa transferência acabou se frustrando, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Me parece que sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor conhece o instituto IPPES?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O seu filho nunca comentou com o senhor por que indicou esse instituto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, nós comentávamos, sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Por que ele indicou esse instituto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Era bem mais fácil fazer uma licitação do que 20 licitações.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) –

Sim, mas que instituto é esse, que entidade é essa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Tem que perguntar ao Luiz Antônio porque eu não conheço essa instituição.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor próprio não conhece?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E seu filho nunca lhe relatou quem eram as pessoas que dirigiam esse instituto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O Sr. Marcelo recebeu comissões?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor pode repetir o montante total?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não tenho o montante. Quem tem é o Luiz Antônio, porque todos os pagamentos eu pedia para ele fazer. Eu daqui ligava e ele mandava fazer.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– O Sr. Marcelo alguma vez comentou com o senhor se essas comissões eram para si próprio e também para o Senador?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eram para o Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Ele dizia que era para o Senador?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele dizia que era para o patrão.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– O senhor reitera tudo o que disse anteriormente, que está nos autos da Polícia Federal?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– O senhor teria alguma informação a mais a nos dar, algum esclarecimento, algo que pudesse nos ajudar a chegar à verdade sobre isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, acho que a verdade já foi dita ao Juiz. Eu vim aqui colaborar com os senhores, falar a verdade e tentar também levar a verdade aos senhores.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Sr. Presidente, para mim, basta. Era o que queria ouvir.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Relator Senador Demóstenes Torres havia nos telefonado informando que estava chegando em 30 min, mas ainda não apareceu, e o Sr. Relator Senador Paulo Octávio estava com um compromisso, estava em uma grande reunião, mas prometia vir para cá. Assim sendo, não concederei a palavra aos Relatores. Vou passar a palavra aos membros do Conselho, mas aguardo os Relatores, porque S. Ex^{as} têm a preferência.

O primeiro inscrito é o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)
– Sr. Presidente, faço as seguintes indagações, naturalmente não seguindo dentro da relatoria do ilustre Senador Jefferson Péres, mas sim com referência aos outros.

Preocupa-me ficar bem claro quem era o Sr. Diniz nessa história toda no Ministério da Saúde?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Diniz é outro assunto, Senador. O Diniz, o que ele fez para nós, mudança de 2002 para 2003, as emendas...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)
– Qual era a função dele? O que ele representava?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele veio com uma representação para nós dizendo que poderia tirar alguma coisa de emendas de lá de dentro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)
– E ele trabalhava onde?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Trabalhava particular.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)
– Não tinha nada a ver com o Ministério?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)
– E o Sr. José Airton?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O José Airton tinha sido candidato a Governador do Ceará e perdido a eleição, e o Diniz e o sobrinho dele trabalhavam junto com o Sr... com o José Airton.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)
– E o Sr. José Airton também não era do Ministério da Saúde.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Ele foi candidato a Governador do Ceará em 2002.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)
– Que trazia as facilidades também para liberação de recurso.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Diniz que nos trouxe toda a facilidade.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)
– O senhor teve um relacionamento próximo com o Sr. José Airton?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Estive com ele depois no Ceará. Eu estava tentando conseguir um recurso para uma unidade nossa que seria de fábrica de carrocerias para o Nordeste. E ele nos ajudou junto, foi comigo inclusive ao Banco do Nordeste, na Presidência do Banco do Nordeste.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)
– Tenho a informação de que o Sr. José Airton teria comentado com o senhor que haveria trinta milhões em um Ministério que seriam destinados a um projeto com recursos extraordinários.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, no início de 2003.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)
– E ele teria pedido uma comissão de 15%?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Foi, e foi feita alguma coisa – o Luiz Antônio tem mais detalhes para os senhores –, foram feitas algumas coisas extra-orçamentárias, a pedido dele, para os Municípios do Estado dele.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)
– E isso foi relacionamento pessoal?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pessoal.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Do senhor com ele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – E dele com o Ministério.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Mas o senhor também conversou com ele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, tivemos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Com referência ao Senador Magno Malta...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Senador, este é um procedimento que abriremos em seguida. Argüiremos caso a caso. Estamos tratando exclusivamente do caso relacionado ao Senador Ney Suassuna. Quando esgotarmos esse assunto, iniciaremos o outro, com a presença do respectivo Relator.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Então com relação ao Magno Malta apenas quando o Relator chegar.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Vou fazer uma pergunta, Sr. Presidente, apenas para sanar uma dúvida. O Sr. Vedoin colocou que, nessa confusão toda, teria ficado endividado com *factoring* e com pessoas. Essa *factoring* era, por acaso, do Comendador Arcanjo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Nunca conheci o Comendador Arcanjo. Nunca tive negociação com ele.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – É possível, em toda essa situação que foi montada, nesses trâmites administrativos, que algum assessor possa receber dinheiro sem que o político, Deputado ou Senador, tenha conhecimento?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, nesse caso, eu acho muito difícil porque tudo que foi pedido, os ofícios que nós pedimos, os locais que nós pedimos, eram colocados pelo Senador. Então acho muito difícil ele não estar sabendo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – É possível que esses documentos, em função de tudo – eu agora inclusive estou na Liderança, são muitas documentações, eu estou com o maior cuidado com isso até –, é possível que uma assinatura falsa possa ter sido encaminhada no meio e que o assessor, com o prestígio que ele goza de ligar diretamente da Liderança para um assessor do Ministro, tenha conseguido encaminhar o pedido dizendo: “Olha, está indo um documento aí. Por favor,

libera essa emenda, e tudo o mais. Isso é possível? É possível nesse trâmite acontecer isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu acredito que tudo é possível, Senador. Eu acredito que sim, mas eu acho que ele deveria saber também “por causa que” na emenda particular dele ele colocou os Municípios que foi pedido, ele colocou no local onde foi pedido. E na emenda individual, o senhor sabe disso, é levado à reunião e é ele tem que assinar. É o Senador que assina. É o dono da emenda que assina.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Eu sei que é o Senador que assina, mas para mim essa questão estaria totalmente encerrada se o Sr. Marcelo falasse que pegou o dinheiro e que entregou para o Senador. Para mim, isso não teria defesa. V. S^a falou que veio aqui para falar a verdade e tentar descobrir a verdade. Para mim, como Senador, está sendo difícil descobrir a verdade. Tenho um Senador que diz que é uma assinatura falsa, e comprova com documentos elaborados por especialistas, e um assessor que gozava de um prestígio de estar junto a um Líder. Qual é a minha grande dúvida? Será que um assessor, porque isso é possível dentro do Congresso, gozando desse prestígio pudesse falsificar uma assinatura e encaminhar o processo? Essa é a minha grande dúvida. Muitos até dizem que eu estou defendendo o Senador Ney Suassuna, mas não é isso. Quero ter a minha consciência tranqüila, entendeu, Sr. Presidente?

Qual seria a maneira mais fácil de condenar o Senador Ney Suassuna? Seria o Sr. Marcelo chegar aqui e afirmar que ele pegou o dinheiro do Sr. Vedoin e que entregou para o Senador Ney Suassuna. Se ele falar isso, está, para mim, consumado o fato. Mas não consigo isso, não consigo ver isso em momento algum. O Sr. Marcelo diz, e até o Senador Romeu Tuma fez essa observação, que tinha conhecimentos das emendas. Posso ter conhecimento das emendas que eu assinei, mas, se passa uma emenda com assinatura falsa, o meu assessor pode falar que eu tenho conhecimento dela, o que não seria verdade. Eu, por exemplo, já alterei uma série de procedimentos no meu gabinete depois de toda essa situação: tirei senha, só quem mexe sou eu, a minha conta pessoal está bloqueada para depósito, só recebe salário. Qualquer depósito de R\$1 mil na sua conta pode virar um problema para qualquer político! E dinheiro não tem identificação.

Em algum dos casos que V. S^a conhece, um assessor, gozando de prestígio, poderia ter feito uma operação e levado R\$10 mil ou R\$15 mil de alguma maneira? É possível isso acontecer nessa confusão toda?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Senador, vou lhe responder em duas respostas. Primeiro, foi dado dinheiro ao Marcelo. Nós nunca falamos, eu nunca falei que foi dado dinheiro ao Senador Ney Suassuna. É de conhecimento que o assessor de um Deputado ou um Senador assina por ele. É de conhecimento isso de toda a Casa.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Isso é muito importante. O senhor está dizendo que existe uma prática na Casa, pelo menos na minha não tem isso...

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Mas existe.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – ...de o assessor assinar pelo político, pelo Parlamentar?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Tem. Muitos aqui assinam pelo político. Sim, senhor. Tem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Aqui no Senado?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não sei no Senado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, o senhor tem conhecimento de que existe essa prática na Câmara dos Deputados de o assessor...

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Na Câmara, sim.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – ...assinar. Então nessa confusão toda pode ter tido outros assessores que assinaram por outros deputados.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não. Eu não acredito que o Marcelo tenha assinado... somente tenha assinado pelo Senador, por causa de quê? Eu falei para o senhor desde o início, a emenda individual, Senador, é ele que coloca, é ele que assina e aquilo onde foi pedido para colocar ele colocou, tanto na Saúde, tanto nas Comunicações.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Já entendi isso, Sr. Vedoin. Agora, veja bem, o senhor acabou de falar algo muito importante. O senhor acabou de falar aqui que, nesta Casa, assessores assinam por parlamentares. O senhor acabou de colocar isso e está gravado.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Aqui, no Senado, não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tudo bem, na Câmara... O senhor tem conhecimento de que aqui, no Parlamento, os assessores assinam pelos políticos. O senhor colocou isso aqui agora. O senhor confirma isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Sim. Eles assinam algumas coisas. Sempre assinam sim.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, na minha eu não tenho isso.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Eu não estou falando que o senhor, Senador, não estou falando do Senado. Eu tenho dito o seguinte: que tem alguns assessores que assinam até pelo... Eles dão uma procuração até inclusive para assinar.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então agora o senhor me coloca mais em dúvida ainda, porque para mim bastava o Sr. Marcelo confessar que entregou o dinheiro na mão do Senador Ney Suassuna, mas agora o senhor confirma que existem aqui no Congresso assessores que assinam pelo parlamentar. Fico, então, com a dúvida: será que o Sr. Marcelo assinou pelo Senador Ney Suassuna? Porque é possível, sim, fazer tráfico de influência nesta Casa por assessores.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Posso complementar a pergunta?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pois não, Relator.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Desses casos que o senhor tem conhecimento de assessores de Deputados que assinavam pelos Parlamentares, eles o faziam com o conhecimento dos Parlamentares...

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Com o conhecimento...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – ...ou por delegação, não traindo a confiança?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não, não, não. Com delegação e com o conhecimento do Deputado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E nesse caso do Senador Ney Suassuna foi o Sr. Marcelo ou foi outra pessoa que assinou?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Só conheço o Marcelo lá dentro do gabinete. Eu tratava somente com o Marcelo. Não tratava com outra pessoa no gabinete do Senador. E não tratava nem com o Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, para não tomar muito tempo nem perder a linha de raciocínio, é possível existir uma confraria de assessores? É possível que esses assessores se conhecessem e falassem “Olha, hoje eu fiz uma operação boa com o Sr. Vedoin para o meu Parlamentar”, na hora do chope, do *happy-hour*, e aí outros já iriam assinando?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É possível isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Haveria um *happy-hour* entre os assessores?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Nem o filho do senhor tem conhecimento?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Pergunte ao Luiz Antônio, mas eu não tenho conhecimento e acredito também que ele não tenha conhecimento disso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Essa relação entre os assessores não seria possível?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Tudo... Eu acredito o seguinte: tudo que é feito pelo assessor tem conhecimento do Senador ou do Deputado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O senhor acredita nisso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Nada mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a me comunicou que chegaria um pouco atrasado. V. Ex^a, que assinou o documento conjunto da convocação, tem preferência, como Relator, nas perguntas. V. Ex^a quer usar a palavra?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já é o caso do...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estamos tratando exclusivamente sobre o caso do Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, a pergunta que eu tinha era essa. Tive acesso às perguntas do Senador Jefferson Péres. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Outro Senador quer usar a palavra? (*Pausa*) Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Darcy, o senhor, no meu entendimento, já deu grandes contribuições ao trabalho e acredito que o ponto que poderia ter dado um salto de qualidade na vida do senhor hoje, acredito que não vai ser possível, porque acho que o senhor está sendo sincero (*Sic*). Eu perguntaria apenas para reiterar: V. S^a confirma definitivamente tudo o que já foi dito em depoimentos anteriores, seja ao Juiz Schneider, à CPMI ou a qualquer outra autoridade para quem tenha o prestado depoimento? V. S^a confirma tudo que já disse?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. S^a, por ventura, tem algo ainda que não foi dito a respeito desse caso ou tudo que já passou por V. S^a é o que já está dito e reiterado aqui?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já foi tudo dito.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Absolutamente mais nada, não é? (*Pausa*)

Então, Sr. Presidente, queria para registro saudar aqui os Senadores presentes: Senadores Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Juvêncio da Fonseca, Jonas Pinheiro, nosso Presidente João Alberto Souza, Jefferson Péres.

Sr. Presidente, pergunto se outros Senadores assinaram a lista de presença do Conselho e não estão presentes?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Heráclito Fortes, que eu vi...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senador Valmir Amaral assina.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadores Sérgio Guerra, Heráclito Fortes, Juvêncio da Fonseca, Luiz Otávio, Sibá Machado, Jefferson Péres, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, César Borges, Valdir Raupp, Valmir Amaral.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Augusto Botelho? (*Pausa*)

Mas a assinatura já está com o Senador Jefferson Péres. Vou, então, encerrar a minha participação nesse depoimento por aqui mesmo, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Outro Senador quer usar a palavra? (*Pausa*) Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não tenho mais nada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nós reabriremos a reunião, tornaremos pública ou continuaremos...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Senador Demóstenes não quer argüi-lo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já falei com o Senador Demóstenes Torres e S. Ex^a disse que não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já havia...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sobre o caso, Senador?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim, sim. Mas devemos encerrar essa reunião e abrir outra.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– V. Ex^a quer argüir sobre o Senador Malta. Tem que fechar e abrir outra.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, porque temos outros convocados sobre esse assunto.

Dispenso a presente testemunha. *(Pausa)*

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – E chama os outros sobre esse caso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, antes eu quero perguntar aos advogados da Senadora Serys, mesmo não sendo o caso específico da Senadora, o Dr. Alexandre e o Dr. Davi Machado, e aos advogados do Senador Magno Malta, se teriam alguma pergunta a fazer neste caso específico.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Não, o do Senador Magno é só sobre o caso referente ao cliente dele.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, S. Ex^a pode ter alguma coisa a revelar a esse respeito.

O nosso convidado vai se retirar por uns instantes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Mas vamos continuar a ouvi-lo sobre o caso agora.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, sobre o mesmo caso, porque vamos ouvir outra testemunha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Então vamos encerrar?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Não, pelo que estou entendendo, **O SR. PRESIDENTE** quer encerrar a arguição das testemunhas referentes ao caso Ney Suassuna, é isso?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, não. Ainda vamos ouvir o Luiz Antônio Trevisan Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Sim, sobre o Ney Suassuna e, em seguida...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos ouvir primeiro sobre o Ney Suassuna e depois...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Depois. Exatamente.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Depois faremos sobre os demais.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Faremos totalmente...

Agora, eu quero é que mantenham as testemunhas separadas.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Por economia processual...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– O senhor pode encerrar e abrir em seguida. É só uma formalidade: “Está encerrada” e abre em seguida. Aí vamos ouvi-lo sobre Magno Malta: “Está encerrada”. E vamos ouvi-lo sobre Serys Shlessarenko: “Está encerrada”.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Consulto a Assessoria como eu faria para os três Senadores. *(Pausa)*

Então vamos fazer assim: ele fala sobre o Magno Malta. Está chegando o Senador...

O SR. ALEXANDRE SHLESSARENKO – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Eu não objetaria a idéia, mas o Senador Paulo Otávio não se encontra presente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Daqui a pouco o Senador chega. O Senador Paulo Otávio chegará em instantes.

Então vamos ouvir agora...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– O senhor não vai encerrar a reunião?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, não é preciso encerrar a reunião. Consultamos o Dr. Carreiro, que disse que não tem problema. Podemos continuar normalmente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Sr. Presidente, embora eu respeite muito a opinião do Dr. Carreiro, cada processo é individual. Vamos supor que, lá na frente, lamentavelmente, o procedimento resvale para uma conclusão do Conselho pela perda do mandato. A primeira providência é a remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para analisar se o procedimento foi correto. Então, cada processo é um só. Como as testemunhas são comuns, creio que seria melhor: “Está encerrada a reunião”. Permanece todo mundo e “Está aberta a reunião, agora sobre o Senador Magno Malta”. Daí, pronto, tocamos...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Nesse caso, para ser a mesma reunião, então seriam ouvidas outras testemunhas referente ao Ney Suassuna. Não precisaria nem encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As testemunhas estão presentes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Veja, é só uma questão de formalidade. Vai abrindo e encerrando quantas reuniões forem necessárias. Se colocarmos todos numa única reunião, já que os processos são todos individuais... O senhor pode ver, Sr. Presidente, que temos três processos: um referente a Ney Suassuna; outro, a Magno Malta...

Então, é apenas por uma questão de formalidade. Mais nada.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Se for dentro de uma nova reunião, Senador, tem que pegar a assinatura de todos os Senadores, porque S. Ex^{as} assinaram nesta reunião. Se for uma reunião única, não tem problema, são as mesmas assinaturas; se for outra reunião, tem que...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Vamos deixar consignado que está encerrado o depoimento dele em relação ao Senador Ney Suassuna,...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Está certo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...e que estamos abrindo um novo depoimento em relação ao Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– OK.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Está bom.

Então, está encerrado o depoimento do Sr. Darci José Vedoim em relação à Representação nº 01, que diz respeito ao Senador Ney Suassuna.

Agora, reabrimos o depoimento do Sr. Darci José em relação ao Senador Magno Malta.

Convido o Senador Demóstenes Torres para se sentar à mesa.

Com a palavra o Sr. Relator Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Relator Jefferson Péres, Sr. depoente, Srs. advogados, Srs. Parlamentares Deputados Federais, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer é a respeito da qualidade do Ronildo.

O Ronildo era sócio da empresa ou dono de outra empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIM – Ele é sócio da Frontal, independente da empresa Planam.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A Frontal tinha algum relacionamento com a Planam?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIM – Só de amizade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nunca fez negócio?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIM – Também eu trabalhava para eles, para a Frontal, aqui... nós arrumávamos as emendas para equipamentos hospitalares que eram para a Frontal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então a Frontal também era outra empresa que participava do esquema? Ou não?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIM – Ela participava, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Há também emendas além da Planam para a Frontal?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIM – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Com os mesmos Parlamentares ou com outros?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIM – Com os mesmos Parlamentares, e o Ronildo pode falar mais detalhado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– OK.

Eu perguntaria se o senhor disse no depoimento à Polícia Federal do Mato Grosso que o Senador Magno Malta se comprometeu a aprovar emendas no valor de R\$1 milhão (um milhão de reais) para adquirir unidades móveis de saúde – as ambulâncias, para a execução orçamentária de 2004, ou seja, apresentaria em 2003 para a execução orçamentária de 2004.

O senhor ainda afirmou que essas emendas não foram aprovadas e que o Senador teria recebido, como adiantamento dos 10% “a que teria direito”, um veículo no valor estimado de R\$50 mil (cinquenta mil reais).

O senhor confirma essa declaração?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIM – As emendas não foram elaboradas pelo Senador. Os Senadores não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então elas não chegaram nem a ser elaboradas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIM – Não é que não foram aprovadas; não foram colocadas no orçamento.

O carro foi entregue ao Deputado Lino Rossi, que me pediu. Nós trouxemos o carro em Brasília e entregamos para o Deputado Lino Rossi aqui, e ele entregou para o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– OK.

Como o senhor começou a sua conversação com o Senador Magno Malta? Como o senhor conheceu o Senador Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIM – Eu não conheci o Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Como foi feita essa intermediação?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIM – Pelo Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O filho do senhor conheceu o ...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIM – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ninguém conheceu o Senador...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIM – Eu acredito... não... eu estive no gabinete dele e falei com o Chefe de Gabinete dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual é o nome do Chefe de Gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não sei se é Rosicler... é uma...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Certo. Mas, então, o que o senhor acertou com o Lino Rossi a respeito de Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele entregaria essa do Cato ao Senador, e ele se comprometeria de colocar a emenda para nós no valor de um milhão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Diga-me uma coisa: essa do Cato não pertenceu ao próprio Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele já tinha entregue numa *factoring* em Cuiabá para levantar dinheiro, recursos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Estava em nome dele esse carro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, estava em nosso nome.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Em nome de quem?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio sabe, mas me parece que estava em nome da... eu não sei se é da Santa Maria ou da Planam.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não, o carro, nessa ocasião, ele estava em nome – isso até me intrigou, porque eu procurei em todos os depósitos e não vi, na Polícia Federal – de José Luiz Cardoso.

Quem é José Luiz Cardoso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Esse carro, quando o Lino Rossi o entregou para o Magno Malta, estava em nome de José Luiz Cardoso. Temos a documentação. Esse carro, quando foi entregue... esse José Luiz Cardoso é que não apareceu ainda na história.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não conheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não conhece?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Como o senhor entregou esse carro para o Lino Rossi? Em que ano foi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio está sabendo direitinho, mas foi em 2003.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Em 2002?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Em 2003.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Os senhores o adquiriram direto da concessionária, da Iveco?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, eu peguei esse carro, nós mandamos montar ele com quatro bancos, com ar condicionado...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor o pegou onde?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Na própria Iveco.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Certo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Nós montamos e entregamos ao Deputado Lino Rossi já em 2002.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Em 2002. Já em pagamento para emendas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É, exatamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Outras emendas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Emendas do Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Lino Rossi. Perfeito.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aí ele perdeu a eleição...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Certo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele entregou esse carro numa *factoring* em Cuiabá e, passado um tempo, ele me pediu novamente esse carro para entregar para o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E disse que tinha feito um acordo com o Senador Magno?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E qual era...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu estive no gabinete do Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E conversou com o...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Com o Chefe de Gabinete.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o Chefe de Gabinete confirmou para o senhor a operação?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor: que iria colocar a emenda pra mim. Eu fui duas vezes...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E que o Lino Rossi já tinha acertado com o Senador?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já. Sim, senhor. Inclusive, eu ‘tive duas vezes, e ele não me atendeu. Eu voltei e falei com o Lino...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor sabe as datas exatamente?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor chegou a fazer algum telefonema para o Senador Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ou para o assessor dele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Para o assessor, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor tem o número do telefone do assessor ou o senhor ligou para o gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Quem ligou pra ele, inclusive, foi o Lino pedindo para ele me atender.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor mesmo, ou o Luiz Antônio, ou o Ronildo, algum dos senhores chegaram a ligar para o Chefe de Gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu estive diretamente com o Chefe de Gabinete.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Perfeito. Mas, para isso, foi necessário agendar.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Quem agendou foi o Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, o senhor não tem uma ligação para o gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, eu fui no gabinete.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Por intermédio do Deputado Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Do Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Correto. Então, o Sr. José Luiz Cardoso... Eu vou mostrar para o senhor que, na data em que o carro foi entregue, ele estava em nome do José Luiz Cardoso.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É de São Paulo?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eu posso até verificar. Outra estranheza que tenho: o Senador é do Espírito Santo. Esse carro estava em Mato Grosso ou estava em São Paulo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele foi entregue para uma *factoring* de Mato Grosso e – parece-me, eu não tenho certeza – parece-me que foi para São Paulo esse carro. E o Deputado Lino Rossi trouxe... nós trouxemos para Brasília. Entregamos aqui em Brasília ao Deputado Lino Rossi. E esse carro foi para o Espírito Santo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Veja só: José Luiz Cardoso mora na Rua Francisco M. de Deus, lote 5, quadra 7, São Gonçalves, Várzea Grande, Mato Grosso.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Então é de Mato Grosso. É de lá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pois é. Mas quem é esse José Luiz? A *factoring* pertence a quem? O senhor sabe o nome do dono da *factoring*?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. Quem fez toda essa negociação foi o Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sinceramente, eu não tenho trânsito nessa área.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Nós nunca tivemos uma operação com o Comendador. Não.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Mesmo sem saber o nome da empresa dele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Nós, naquela época, não trabalhávamos ainda com *factoring*.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Esse é um esclarecimento de que eu precisava porque, quando foi entregue, na data em que foi entregue, estava em nome de José Luiz Cardoso, que até agora não apareceu na história.

Essas conversas que o senhor teve com o Lino Rossi aconteceram onde? Para tratar especificamente do caso do Senador...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– No gabinete do...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele não era mais... ele tinha perdido a eleição.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Perfeito. Mas ele tinha um bom relacionamento... dizia que tinha um bom relacionamento com o Senador Magno?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ele chegou a ligar na frente do senhor para o Senador Magno Malta.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor não se recorda.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – ...tenho certeza, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Esse lugar, em Brasília, o senhor sabe...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aqui na Câmara.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Na Câmara mesmo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Na Câmara mesmo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Em algum gabinete específico?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, nós íamos lá pra o almoço, nós conversávamos lá...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– No restaurante?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – ...no 10º andar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– OK. O senhor tem testemunha desse encontro com o Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Testemunha eu não tenho, mas todo mundo sabia da minha amizade e dos meus encontros com o Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– E quando o senhor esteve, nas duas vezes, no gabinete do Senador Magno Malta, o senhor tem testemunha de que esteve lá?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Chefe de Gabinete dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Sim...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele me atendeu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Não, perfeito. Mas alguém... o senhor pode indicar alguém que possa dizer: “Olha, nesse dia, eu sei que o Darcy Vedoin esteve lá.”

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – A secretária dele. Ela me atendeu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– A secretária... bom...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele não me atendeu na primeira e nem na segunda vez.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Tinha alguém com o senhor nesse dia? O senhor foi acompanhado de alguém?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, fui sozinho.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Sozinho?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exato.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Então, quem pode? O senhor sabe o nome da secretária?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Perfeito.

O senhor teria adiantado 50% desse acerto ao Senador Magno Malta mediante simplesmente o compromisso de S. Ex^a em fazer a emenda.

Por que o senhor acreditou que esse compromisso seria cumprido? É porque o Senador pertencia à base de sustentação?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Pela insistência do Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Então o Lino dizia ser íntimo do...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– E o senhor já tinha – digamos assim – experiências resolvidas com o Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muitas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Correto.

Essa é uma dúvida que o senhor já esclareceu, porque eu estava perguntando sobre as emendas aprovadas. Então, eles nem apresentaram.

Essas emendas seriam individuais ou emendas de Bancada? O senhor sabe?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, seria emenda individual, uma emenda genérica.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por quanto tempo o Senador ficou com esse automóvel?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Mais de ano.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Mais de ano?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Mais de ano. Inclusive, o Luiz Antônio, se não me... Depois, o senhor pergunta para o Luiz Antônio. Parece que ele tem até os locais onde foi visto esse carro com o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Pronto.

Quando o Senador Magno Malta não cumpriu o acordo, as emendas não foram apresentadas, o senhor não o procurou para cobrar? Porque, para resolver o problema, o senhor foi duas vezes: “Olha, vai apresentar?” Por duas vezes o senhor esteve lá. E depois para cobrar as emendas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu cobrei do Deputado Lino Rossi, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Muitas vezes?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muitas. E ele falou que, na próxima, ele iria colocar. No próximo ano.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Então, provavelmente, esse automóvel ficou com o Senador mais de dois anos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)
– Foram três anos, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Sim, estou vendo isso aqui, mas eu queria que ele respondesse...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu acredito que não tenha ficado três anos. Uns dois anos e pouco... Agora, o Luiz Antônio tem os locais onde foram vistos esse carro com o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Correto. OK.

Diga-me uma coisa: é praxe da Planam cobrar dos clientes o cumprimento dos compromissos ou alguém mais falhou?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muita gente falhou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Muita gente?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muita gente falhou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor adiantava, então?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muitas vezes,

sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– OK. O veículo, eu já perguntei, estava registrado no Detran em nome dessa outra pessoa, não é?

Era empréstimo ou era doação o carro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Era a troca da emenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, estava resolvido, se ele tivesse cumprido...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O carro ficaria com eles.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor se lembra quais os Municípios que seriam beneficiados?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Seria uma emenda genérica.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ah, emenda genérica. Certo.

O senhor já chegou a atuar no Espírito Santo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Quem faz é o Luiz Antônio que faz os Estados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Correto.

Então, o senhor não se lembra desse aspecto.

O senhor sabe se o Senador, embora não tenha destinado ao senhor – S. Ex^a também foi Deputado Federal –, já teria designado outras emendas...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...anteriormente...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...para outros Municípios?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sobre esse veículo que o senhor adquiriu para a Planam, que foi entregue depois a Lino Rossi, depois a Magno Malta, o senhor se lembra da data exata em que ele foi adquirido?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, mas o Luiz Antônio deve ter mais...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Lino Rossi, com certeza, já foi proprietário dele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim. Sim, senhor. Ele fez campanha política no ano de 2002, no Mato Grosso, com esse carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ele teria justificado por que o Senador Magno Malta queria esse automóvel?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. Ele só me pediu porque o Senador precisava de um carro para andar no Estado e que ele iria colocar essa emenda para nós.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não seria mais fácil ter pegado um automóvel lá mesmo no Espírito Santo, um automóvel mais novo? O Senador Magno Malta disse que gastou R\$8 mil (oito mil reais) para reformar esse automóvel.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A exigência foi aquele veículo entregue aqui.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Esse carro ele ‘tava... ele, ele... nós mandamos fazer em São Paulo com quatro assentos, quatro bancos cômodos, com televisão, com frigobar e com armário.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Isso já para o Senador Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Antes disso, já para o Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quando foi entregue para o Lino Rossi. E, nessa condição...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – E ele continuou com esse carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor não sabe quando, então, o Senador Magno Malta devolveu o veículo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, sei que o Lino Rossi, um dia, falou que “teria trazendo o carro de volta” e que “ele ‘tava um pouco batido em cima”, ficou de devolver... ele ficou de me devolver o carro, e até hoje não me devolveu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ah, o carro, até hoje, não voltou para mão do senhor?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, pra mim, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O carro está com o Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Deve estar com alguém deles.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foi devolvido, então? O Magno devolveu para o Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Para o Lino Rossi. E, pra nós, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe quem está com esse veículo hoje?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E em nome quem está esse veículo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não recebeu, então, de volta o dinheiro também, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor propôs alguma medida legal para pegar o carro de volta, para pegar o dinheiro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor nunca tentou reaver? O senhor sempre tentou a emenda?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Através do Deputado Lino Rossi, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não queria o carro, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Através do Lino Rossi, sim, porque eu vi que ele não iria fazer...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Aí o senhor pediu, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando o senhor começou a pedir de volta esse carro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ah, um ano. Depois que ele colocou a emenda... A emenda é outubro, novembro, aí nós começamos a pedir o carro... comecei a pedir o carro para o...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Os meios, então, utilizados foram sempre através do Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Somente com o Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Lino Rossi o senhor sabe se ele tem bens em nome dele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não sei. Ele tinha alguma coisa assim, mas eu não... Diz ele que ele está muito endividado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O que essa empresa Enir Rodrigues de Jesus – ETP, porque essa foi a empresa... o senhor utilizou essa empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Também. Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – De quem é essa empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É de uma pessoa ligada a nós.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode dizer o nome?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Enir Rodrigues de Jesus.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele já fez outros negócios para o senhor? Enir Rodrigues.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – A empresa, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor passou a ele R\$50 mil (cinquenta mil reais) ou pediu que ele pagasse? Como foi feito esse negócio?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. Nós tínhamos procurações da empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas a empresa pagou, não é isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pagou. Então... Ah, claro: o senhor tinha, então, o senhor gerenciava essa empresa.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Essa empresa é do senhor, então?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito.

O Senador Magno Malta recebeu esse veículo de quem? É claro que o senhor disse que entregou, que a negociação foi toda feita através do Lino Rossi, mas quem fez a entrega? Foi alguém dessa empresa Enir Rodrigues de Jesus, EPP, ou foi o próprio Lino Rossi.

Quem entregou para o Senador Magno Malta? O senhor sabe?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, o Luiz Antônio pode responder para o senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu falo muito no Luiz Antônio porque é o Luiz Antônio que fazia todas essas... o trâmite, todo ele, é ele que fazia toda... eu fazia mais Brasília... ficava aqui... eu vinha de segunda a quinta-feira e ficava em Brasília.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Correto.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele fazia os Estados e fazia o que era pra ser feito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Bom, eu ia perguntar se o titular da Enir Rodrigues de Jesus sabia que esse veículo tinha sido retirado, mas o senhor disse que é do senhor, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É nosso. É nosso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, ela também participou, de alguma forma, do esquema em outras ocasiões também, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Era nossa empresa também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito.

O senhor sabe se esse valor que foi pago à *factoring* foi pago em cheque ou foi pago em *cash*?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Parece-me que foi pago em cheque.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse cheque o senhor já o apresentou à Polícia Federal?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já apresentou?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Parece que já apresentou, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK. É porque nós precisaríamos, talvez até para evitar a quebra do sigilo, o que demoraria mais um pouco...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – E nós concedemos a quebra de sigilo bancário: o nosso e de todas as empresas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Seria muito interessante que pudéssemos ter acesso, porque nós só temos a menção do cheque aqui.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele tem...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Temos até o número dele, mas nós não temos a cópia.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, mas ele tem a cópia. Está...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

O senhor pode dizer por que o senhor resolveu pagar através dessa outra empresa, e não da própria Planam?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Talvez por causa que tivesse o dinheiro na conta dela naquele dia...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vou fazer uma pergunta e depois vou repeti-la ao seu filho também: o senhor sabe quem inspecionou esse

veículo quando a Planam o adquiriu? Quando o senhor o comprou de volta para entregar ao Magno Malta, o senhor sabe quem fez a inspeção desse veículo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O veículo foi escolhido pelo Magno Malta “Ó, eu quero um veículo assim”, e tal, ou era esse que foi oferecido? O senhor sabe como foi isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Deputado Lino me pediu esse carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ah, já pediu? O Lino falou “Eu quero esse carro”?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Esse carro, tal, tal, tal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito.

Numa planilha da Planam aparece a coluna intitulada “Senha” e a palavra “Crist”. O senhor disse que se tratava de Cristianne.

Então, todos os Deputados que, na planilha, aparecem ao lado do nome “Crist” tinham envolvimento com o grupo?

O senhor pode citar qual e se há algum Senador envolvido com “Crist” também?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Senador, eu nunca falei sobre a Cristiane.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foi o...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz. Agora, somente estes quatro Senadores que nós falamos que estão envolvidos. Eu nunca entrei em gabinete de um outro Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – E nunca fui procurado por um outro Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Correto.

Onde está escrito “Crist” quer dizer que a pessoa está envolvida?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Deputado ou Senador?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não é porque esteja envolvido. Pode ser que ela tenha até pedido para fazer alguma coisa e ele não tenha feito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Cristianne Mayrink.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É. A Cristianne trabalhava para nós aqui na...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então não é uma garantia...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O nome naquela listagem não é uma garantia?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, porque, na primeira listagem, apareceram mil e duzentos, mil e trezentos convênios. E desses mil e duzentos, mil e trezentos, fizemos 10% ou 12% só.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Certo.

O senhor disse na revista **Época** que essa Cristianne tratava dos acertos com os Deputados, mais ou menos 25.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, eu não falei para a revista **Época** e não falei em nome de Cristianne.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– OK.

Então, essa também, a subsequente que eu ia fazer, que era ela quem passava o dinheiro para os Deputados e, depois, o senhor disse que era uma espécie de relações públicas, isso também não tem consistência?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor não disse isso também à revista?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, eu nunca falei. Eu nunca dei um depoimento, eu nunca falei, eu nunca dei uma entrevista e nunca falei à revista alguma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A CPI já descobriu R\$16 mil (dezesesse mil reais) em depósitos na conta da Cristianne.

Como o senhor explica esses depósitos? Ela recebeu pagamento em outra conta? O senhor sabe dizer como ela tem esses dezesseis...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio tem como lhe informar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– OK.

Sou grato ao senhor. Muito obrigado.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Desculpe não poder...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não... Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Para perguntar?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Para perguntar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca. Primeiro o Senador Juvêncio; depois, Senador

Siba Machado; e, em seguida, Senador Wellington Salgado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Sr. Presidente, o depoente afirmou que comprou o carro. Foi da agência?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Da agência?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Para pagar a comissão?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, nós compramos o carro em 2002 para dar para o Deputado Lino Rossi. Da agência.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Comprou da agência?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Para dar para o Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim. Exatamente. Esse carro...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Deixa eu complementar. Esse carro depois acabou ficando numa *factoring* que colocado lá para fazer dinheiro. Outra vez o senhor foi lá e tirou...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Com um cheque.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Então o senhor comprou praticamente duas vezes. E sempre, nessas duas transações, o Lino Rossi.

E nem uma vez com o Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– O interessante aqui, o senhor deu um depoimento à Justiça Federal que diz que adquiriu o veículo Fiat Ducato, etc e tal. Esse veículo teria ficado em posse do Senador Magno Malta durante três anos. A comprovação oferecida pelo senhor veio da Nota Fiscal 4949, e mais um documento único de transferência, o mesmo oferecido como prova contra o Senador Magno Malta. O documento de transferência, certamente em branco. No entanto, o DUT se referia a outro veículo, o da Nota 4948, e não 4949. Esse detalhe é fundamental. Esse erro, ao apontar um e outro veículo, pode dar margem a se pensar que se trata de veículo da Santa Maria Comércio e Representação Ltda. Quando o veículo, que origina a discussão, pertence a Laudinir Lino Rossi. Esse erro foi intencional, com o propósito de confundir os Parlamentares da CPMI e do Conselho de Ética?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Como que isso se explica?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não posso lhe explicar porque não tenho conhecimento. Estou sabendo disso agora. Mas o Luiz Antônio, quando eu falo Luiz Antônio, deixar isso esclarecido novamente. É que o Luiz Antônio acompanhou todos esses processos. E ele tem uma riqueza de dados para dar para o senhor sobre esses dados.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Eu pergunto ao senhor o seguinte, três anos desse carro na mão do Senador Magno Malta. Quanto tempo! E o senhor nunca teve contato pessoal com ele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não senhor.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Não seria muito esforço de Lino Rossi, ele pessoalmente, para intermediar, etc...quando, na verdade, a intermediação não resultou em nada, não houve, não tem prova dessa colocação, inclusive, de emendas. Porque eu posso perfeitamente fazer uma emenda. Porque se for uma emenda de Bancada, naturalmente ela vai aparecer, se for emenda individual vai aparecer, se ela for feita, a emenda. Agora, três anos, o Senador Magno Malta não apresenta nenhuma emenda proposta ao Orçamento da União. E o carro foi devolvido para o Lino Rossi, que continua com o carro até hoje. Não seria demais transferir tudo isso para Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Por que Senador? Eu não compreendi a pergunta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Porque toda a responsabilidade, tudo isso jogado no Magno Malta, quando o Lino Rossi, já duas vezes, o senhor compra o carro, praticamente foi colocado na mão dele. Ele entrega o carro, depois fica com o carro. Quer dizer, a vantagem auferida está na mão de Lino Rossi e não na mão de Magno Malta.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Mas é que foi entregue para o Lino. Eu não posso dizer outra que não seja esta verdade. Foi entregue para ele, cobrado dele, ele pegou o carro e ficou com o carro de volta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sei.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu nunca estive com o Senador Magno Malta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Juvêncio, encerrado?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Encerrado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Os três anos que o Senador Juvêncio está falando, eu vou pegar a partir dessa linha. Veja bem. Na defesa verbal, na

tribuna do Senado, o Senador magno malta afirmou da sua amizade com Lino Rossi. Ele nunca escondeu essa amizade. Afirmou naquele momento também que o carro é uma verdade. Ele recebeu um carro. Ele pediu um carro para o ex-Deputado Lino Rossi e que entregou um carro para ele. E que, segundo ele, o aconteceu para esse carro chegar lá, ele não tem o menor conhecimento. Pediu o carro, segundo ele, a um amigo, e este amigo lhe entregou um carro.

Outra questão, V. S^a vai até ao Gabinete do Senador Magno Malta, que já lhe foi perguntado, sua firma e isso, e não tem outras testemunhas além do que o Chefe de Gabinete, não é isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E mais a Secretária que o recebeu lá na hora, e o próprio ex-Deputado Lino Rossi. Essas seriam as três pessoas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Que estavam com o senhor no gabinete do Senador Magno Malta.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Senador...o Deputado Lino Rossi ligou para ele, e eu fui até lá e ele me atendeu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ah, o Deputado Lino Rossi não estava junto? Estavam lá o Chefe de Gabinete e a Secretária.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu fui duas vezes, e ele não me atendeu. Não me recebeu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não recebeu o senhor?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aí eu fui e falei com o Deputado Lino Rossi, ele ligou e ele me recebeu no mesmo dia.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Senador chegou a receber o senhor?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Chefe de Gabinete.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Chefe de Gabinete. É isso que eu estou reproduzindo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – As duas vezes que o senhor foi até ao Gabinete do Senador Magno Malta, o senhor foi recebido por quem?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu fui recebido pela Secretária. Não passei da porta da Secretária.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É isso que eu quero repor mesmo. Até à Secretária?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Até à Secretária.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Chefe de Gabinete chegou a falar com o senhor?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nenhuma dessas vezes?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Na terceira, sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na terceira vez, quando o senhor foi recebido...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Quando eu voltei ao Deputado Lino Rossi, ele ligou para ele, aí ele me recebeu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Perfeito. O que foi o teor da conversa do senhor com o Chefe de Gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Que ele iria colocar emenda, estava sabendo que iria colocar emenda de 1 milhão para a Unidade Móvel de Saúde, na área de saúde.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ok. Então vamos aos fatos. Juntando aqui, nós estamos montando um quebra-cabeças. Eu pediria que o senhor até tivesse paciência com a gente. Então, três anos esse carro ficou na mão do Senador.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, é porque onde estão escritos. Estamos falando aqui porque está escrito em outros lugares.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não vou lhe afirmar três anos, mas acredito que dois anos e pouco sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Muito bem, atingindo os três anos, dois anos e meio. Nesse período jamais saiu emenda, certo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nesse período o senhor jamais foi recebido pelo Senador?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não voltei mais ao Gabinete do Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tudo bem. Nesse período de três anos, jamais foi recebido Senador, jamais teve a emenda. Duas vezes, nem o Chefe de Gabinete o recebeu. Na terceira vez, o recebe e há, aí, a promessa da emenda. Certo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Senador afirma que tem um amigo, Lino Rossi. Afirmou isso na tribuna do Senado. E que pediu um carro, e o carro saiu. De onde veio o carro, ele não perguntou. O carro chegou à mão dele. Usou muito antes de se falar em CPI sobre o evento que nós estamos tratando aqui, ele devolve o carro ao Deputado Lino Rossi. O Deputado Lino Rossi escreve uma carta de punho e entrega, se não me falha a memória, ao Corregedor, Senador Romeu Tuma, assumindo total responsabilidade pelo trâmite deste carro. Então havia de V. S^a a expectativa de uma emenda de 1 milhão, que jamais saiu. Havia, e aqui paira no ar, que havia uma negociação dentro

do Gabinete do Senador que jamais o senhor tratou com ele, tratou uma vez com o Chefe de Gabinete. E, portanto, me vem aqui à cabeça, que porventura, teria o Deputado Lino Rossi, que já não era mais Deputado, e, portanto, não podia mais pessoalmente efetuar negócio nenhum com V. S^a, usar da amizade de alguém e trair essa amizade. Vamos dizer que seja isso. Trair um amigo. Colocar um amigo numa fogueira, será que nós também não podemos...porque V. S^a nos traz aqui uma desconfiança, de que o Senador sabia sim da necessidade de colocar emenda S^a nos traz aqui uma desconfiança, de que o Senador sabia sim de que havia a necessidade de colocar emenda para receber o carro. É uma hipótese que V. S^a está levantando. E eu levanto uma outra. Será que o amigo Lino Rossi não estaria traindo o seu colega, Senador Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, eu nunca tratei com o Senador Magno Malta. Afirmar e torno a repetir, nunca eu sentei com o Senador Magno Malta. O que foi pedido pelo Deputado Lino Rossi foi o carro e nós entregamos ao Deputado. E o carro foi para o lugar. Inclusive o Luiz Antônio tem locais, lugares, Municípios onde esse carro se encontrava com o Senador, no Estado dele.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas eu estou dizendo a V. S^a que o Senador Magno Malta, na tribuna do Senado, afirmou tudo isso. Afirmou que pediu um carro ao Lino Rossi, recebeu carro, ficou com esse carro durante um período, se não me falha a memória, dois anos e meio, três anos, e num determinado momento, devolveu o carro para o Lino Rossi. Muito antes de haver qualquer indício de CPI, de divulgação dos eventos. Por isso que ele disse, não houve absolutamente, da parte dele, nenhum compromisso com V. S^a ou com qualquer pessoa das empresas envolvidas nessas coisas todas. Não houve. Portanto, o que ele está querendo dizer aqui, e que eu quero entender, aí é uma hipótese minha, de que o Senador foi traído por Lino Rossi. Então, nesse caso, havia uma expectativa de V. S^a que não se configurou, e havia talvez uma expectativa do Lino Rossi, de usar o amigo para poder fazer negócio com V. S^a.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, eu estive no Gabinete, e o Chefe de Gabinete ficou de colocar emenda também. Eu falei com ele uma vez.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele colocou?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não colocou. Ele ficou de colocar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quem é o Chefe de Gabinete, o senhor lembra?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Parece que é o Rosicler.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só um minuto. Porque eu queria só saber do Presidente se a gente pode permitir os apartes.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Relator...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Relator? Tudo bem? Pode seguir assim? Então o aparte ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Sibá, eu apenas questiono V. Ex^a se é costume V. Ex^a pegar carona em carroça de alguém. E apenas para dizer que doravante tenha cuidado, se pegar carona com alguém. Porque V. Ex^a não vai saber de quem é esse carro que V. Ex^a pegou carona, andou. Tenha cuidado! Doravante passa a ter cuidado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A lembrança de V. Ex^a é boa, porque, realmente, eu pego carona com muitas pessoas...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O problema da tese conspiratória, da tese da traição é que o beneficiário não foi o Lino Rossi. O beneficiário foi o Magno Malta. Então ele usou o negócio...se ele traiu...traiu o Magno Malta e beneficiou o Magno Malta? Quer dizer, então a tese é até boa, mas é um negócio... como é que ele trai e beneficia? Porque querendo ou não, o Senador utilizou. Eu até posso entender...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu concordo com V. Ex^a, mas a minha linha de pensamento é exatamente para poder dizer que havia uma expectativa de Lino Rossi, que não tinha mais mandato. Lino Rossi não tinha mais mandato. Então ele poderia bater em umas portas para tentar achar uma forma de continuar fazendo negócios. Este é o ponto que eu vou partir daqui para a frente. Nesse caso, ele poderia ter dito: o Senador pediu um carro, ele lhe concede um carro, e depois uma orientação de uma expectativa de emenda acertada com o Chefe de Gabinete. Daí a outra hipótese, o Chefe de Gabinete negociou em nome próprio também, usou o nome do Senador indevidamente. Bom, eu quero sair daqui, digamos assim, evitando qualquer excesso de responsabilidade de ambas as partes. Por isso, que eu estou fazendo essas perguntas. Além do mais, eu já disse e repito, com quem eu trabalho, eu costumo entregar extrema confiança mesmo. Isso, eu faço. Inclusive, a minha conta pessoal, eu permito que outras pessoas bisbilhotem. Infelizmente, ou felizmente, eu me dou a esse grau de confiança das pessoas com quem eu trabalho. Portanto, se alguém, algum dia, fizer coisa comigo, é muito fácil de fazer. Então, eu estou dizendo isso, que é uma verdade sim. Eu abro o nível de confiança para as pessoas que estão trabalhando

comigo. Porque eu não posso acreditar que alguém que está comigo e me queira mal. Portanto, eu estou levantando essas hipóteses, porque V. S^a nos traz aqui uma esperança de segurança de que o Senador sabia dos trâmites. E eu estou levantando caminhos que podem chegar a esta conclusão de que o Lino Rossi possa ter traído o seu amigo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não sei o nome dele também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É o ou a Rosicler?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Rosicler.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A pessoa que é o Chefe de Gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele citou duas pessoas, a primeira foi a Secretária que o recebeu e, por duas vezes, dali voltou, não é? E numa terceira oportunidade, o Chefe de Gabinete teria conversado com ele.

Bom, Sr. Presidente, eu saio daqui com esse entendimento, reafirmando o Senador Juvêncio, que fala da questão do DUT. O DUT do carro tem dois números de notas fiscais, que eu não tenho aqui as cópias, não se isso já está nos autos do nosso Relator. Se isso for configurado, eu pediria até que o Relator pudesse nos dizer se são realmente duas notas fiscais. Porque, no depoimento do Luiz Antônio, lá em Cuiabá, ficou confuso a propriedade desse carro, Sr. Presidente. Confuso. Se esse carro era da *factoring*, se era de propriedade de Lino Rossi, se era de propriedade de um dos membros da Planam ou da EPP. Eu confesso a V. Ex^a que eu não sei, até agora, de fato, quem é o real proprietário...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Permite um aparte, Senador? Eu solicitei à Polícia Federal a investigação sobre o carro, pelas mãos que passaram, como é que foi feito o registro de uso, se tem ou não multa. Eu solicitei...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas pelo próprio documento aqui juntado pelo Senador Magno Malta, quando o carro estava com ele, o carro estava em nome de José Luiz Cardoso, que até agora a gente não sabe quem é.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – José Luiz Cardoso que é um nome que surpreendeu o próprio Senador Magno Malta quando fez a leitura na tribuna. Que ele pagou o IPVA e se surpreendeu com o nome do último proprietário.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ok. Vamos tentar descobrir quem é.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu acho que até quinta ou sexta-feira eles nos apresentam isso aí.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, o Luiz Antônio vai lhe dar mais clareza nesse caso também. Parece-me que ele tem mais alguma coisa para declarar.

Senador, eu vou repetir mais uma vez. O carro foi entregue ao Deputado Lino Rossi e ele entregou ao Senador Magno Malta. Esta é a verdade. Este carro ficou com o Senador Magno Malta. E eu não recebi emenda nenhuma e não recebi o carro até hoje de volta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria até cumprimentar o Senador Sibá, porque realmente ele botou a lógica inteira que estava havendo na minha cabeça, Sr. Vedoin. Eu tenho certeza que V. S^a está pagando um preço caro por toda essa confusão em que V. S^a está metido. De repente tinha a sua empresinha e começou a querer crescer. Não sei se era regra de mercado, tinha outras empresas e o senhor acabou se sujeitando às regras daquele mercado fora da lei. E aí acabou criando essa confusão toda. Mas veja bem, Sr. Vedoin, o que eu preciso é de prova concreta, o senhor está me entendendo? Para mim, o princípio de tudo isso, inclusive sou titular na CPI da Sanguessuga, qual é? O princípio para mim é colocar a emenda. Se coloca a emenda, você tem o retorno de alguma maneira. Li todo o depoimento de V. S^a, vi a questão dos 10% como era feito, 3 e 4, como voltava o dinheiro para esses Parlamentares. Eu, na CPI, não assinei o relatório. Por quê? Para mim, quem tem depósito em conta para mim está condenado. Esse daí sim. Agora, o restante da interpretação, para mim o Ministério Público e a Polícia Federal estão fazendo um trabalho correto. Esta CPI dos Sanguessugas, durante todo o seu período, não houve nenhum fato novo que não fosse o seu depoimento. Só que foi “soltado” por partes. Aliás, do seu filho. Então, o que aconteceu? Ao longo de todo esse período foi “soltado” por partes o depoimento do seu filho. Então, não houve nenhum fato novo na CPI que não fosse o seu depoimento. O restante ainda está se investigando e procurando e não se acrescentou nada. Vi pessoas que receberam depósito em conta serem retiradas do relatório. Vi a questão do Senador Magno Malta que não colocou a emenda e foi colocado no relatório. Por isso, eu não assinei o relatório. Por isso, eu não assinei. Porque eu quero ter algo *clean*, limpo, a prova, ou a testemunha prova. O que acontece? O Senador Magno Malta não colocou a emenda. A minha teoria já vai por água abaixo, porque é colocar a emen-

da para receber o dinheiro. O Lino Rossi vai e assina um documento para a CPI dizendo que o carro estava com ele. O senhor fala que esse carro foi dado como garantia para uma *factoring*. Então o carro pertencia à *factoring*. Não é isso. Talvez o Lino Rossi tivesse...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Lino entregou para a *factoring*.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Para levantar um dinheiro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exatamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Eu estou entendendo tudo isso. Então, veja bem, já não é mais o carro do Lino, passa a ser da *factoring* e foi emprestado ao Senador Magno Malta. O nosso Senador colocou tudo perfeito a lógica. Então veja bem, diante disso tudo, nós estamos num processo para ver se vamos aceitar cassação de mandato do Senador mais votado da história do Espírito Santo. Isso é o que está acontecendo aqui agora. Eu procuro a prova contra o Senador Magno Malta, a prova que é, segundo o Procurador, Senador Demóstenes, tem que ser a prova concreta, aquela que não me dê dúvida.

Eu não posso condenar um Senador que, consequentemente, estamos jogando lama nesta Casa por meras suposições. Suponha até que esse Senador possa até ter achado e queria fazer essa emenda. Após conhecer todo o sistema, falou, não vou entrar nisso. Eu não vou entrar porque isso vai dar uma confusão e é desonesto. Aí ele não bota a emenda. Ele seria condenado por ele ter achado que aquilo estava errado e ter saído? Não deu a emenda. Poderia ter acontecido isso também.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Por que ele não entrega o carro de volta?

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Eu quero dizer o seguinte, o senhor tinha que buscar o carro. Ele não cumpriu. Quando ele viu que era o problema, ele devolveu o carro. Tanto é que ele o devolveu antes da CPI, como foi colocado pelo Senador.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Mas ele devolveu quando, Senador?

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Mas que devolveu um tempo antes da CPI.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Era para ter colocado no ano que entregamos o carro, e ele ficou 2 anos e pouco.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Então, veja bem. Se existir esse acordo e ele levou...

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Posso levantar uma questão de ordem para ajudar V. Ex^a?

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Eu não sei se pode participar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – É o advogado ...

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Nós temos uma documentação que juntamos na defesa do Senador Magno Malta, da Transgrancap, dando data, local e quem recebeu o automóvel em setembro de 2005. Eu posso repassar esse documento às suas mãos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O documento é importante.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Quando foi que começou a CPI dos Sanguessugas?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Este ano.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Quando foi operação lá em Rondônia, Senador Demóstenes?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foi no ano passado. Rondônia é outra coisa. Esse documento já temos aqui, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Foi nessa época também ou não?

Sr. Vedoin, eu não estou querendo, olha só, V. S^a já pagou um preço para o resto da vida. Seu filho também. Eu acho que seu filho, quando viu, demonstrou o maior amor pelo senhor, que foi lá e detonou todo o sistema. Mostrou que não queria o senhor preso. Fez o acordo e liberou. Agora, o que eu não posso é simplesmente acabar com um mandato do Senador mais votado da história do Espírito Santo, porque V. S^a disse que fez um acordo e nunca esteve com ele. Esteve outra vez com o Assessor. Foi o mesmo caso do Senador Ney Suassuna. O senhor diz aqui que sabe que assessores assinam por Parlamentares, o senhor disse aqui, o senhor falou. Eu estou colocando o que o senhor falou. O senhor falou que nesse caso do Ney o senhor recebeu o retorno. Está bom? Mas o senhor disse que assessores assinam. O senhor esteve com o assessor? Esteve com o Magno? Não, o Magno não o recebeu. Agora, e aí vem parar num Conselho de Ética para cassar o mandato de um Senador, sem prova concreta, suposições, onde a pessoa tinha o carro...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas nós estamos atrás dessas provas, Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Estamos atrás, mas não encontramos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É o primeiro depoimento. Isso aqui vai mais um mês, dois meses, três.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Esse, o filho do Sr. Vedoin é o homem

que fazia todas as operações do sistema. Eu tenho certeza que o depoimento dele vai ser mais constante.

Sr. Vedoin, como é que eu votar pela cassação de um Senador por suposições.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nem o senhor e nem ninguém. Nós também não vamos não. Se tiver desse jeito... Agora se tiver prova, por isso é que tem esse procedimento.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Para mim, a prova, no outro caso, é o Senador... é a mesma coisa esse Assessor. Se ele falar que o Magno não pegou, sabia de tudo. Mas eu não tenho essa prova. Como é que eu posso cassar um mandato de um Senador com suposições! E V. S^a, como é que eu sei que tudo que V. S^a diz é verdade? Eu sei que o senhor não tem preço nenhum para pagar. Já pagou tudo. Já foi a sua dignidade, sua família, já foi tudo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – ...a família.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu vi o Marcos Valério falar a mesma coisa numa outra CPI. Não tem preço que pague. Não tem preço.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador só um aparte?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É claro.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Vi a minha neta me chamar de vovô na prisão. Eu não tenho mais o que pagar. Eu vi a minha família inteira presa. Eu só vim aqui, Senador, para dizer a verdade, o que eu sei. Eu não vim para julgar ninguém.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu tenho certeza. V. S^a não tem mais o que perder. Está falando o que o senhor sabe e o que acha. Agora eu quero dizer o seguinte, como é que o senhor despacha, não é recebido, o Rossi liga, o senhor é recebido por um Assessor, nunca esteve com o Senador Magno Malta. O carro está em nome do Rossi. O carro foi colocado numa *factoring* para Rossi talvez levantar dinheiro para uma campanha. Esse carro está preso à *factoring*, está alienado, como se chama.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Reserva de domínio.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Reserva de domínio. Aí vem aqui, o Senador devolve o carro antes da CPI. Aí estamos numa posição que até agora para cassar o mandato do Senador mais votado do Espírito Santo.

A minha briga todinha na CPI, Sr. Vedoin, como base principal, era esse caso do Senador Magno Malta. Esse foi o caso que eu não concordei de jeito nenhum. Se o relatório da CPI tivesse saído só com os depósitos

em conta, e tem gente do meu Partido, do Estado de Minas, e que não tem condições. Eu olhei e falei, não meu amigo, isso aqui tem depósito na sua conta, não há como te defender. Você agiu errado. E vai ter que responder no Conselho de Ética. Eu defendo isso. Eu acho que tem que ser assim. Agora, o que não tem a prova, quer dizer, vem culminar aqui. O Senador Magno Malta não tem eleição agora, mas o Senador Ney Suassuna tem e já caiu lá, está condenado. Entendeu, Sr. Vedoin? A vida de um político acaba no momento que acontece isso aqui, do mesmo jeito que acabou a vida do senhor, nessa operação aí.

Só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente. Vou encerrar. Só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente. Vou encerrar, porque a ordem lógica do Senador foi perfeita. Por isso que eu não concordo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Me permita uma consideração acerca da documentação que foi apresentada agora. Essa documentação já foi apresentada pelo Senador Magno Malta na sua defesa. Ela se limita até o ano de 2001. O Senador recebeu o carro no ano de 2003. Aqui estava a propriedade registrada em nome de Lino Rossi. Em 2003, já era José Luiz Cardoso. Esse é o detalhe. Quem é esse José Luiz Cardoso? Nós precisamos descobrir. Mora em Mato Grosso.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Mora em Várzea Grande.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Até porque o Senador Magno Malta pagou todos os impostos em nome de José Luiz Cardoso e não de Lino Rossi. Então, o Lino Rossi já entregou o carro para ele em nome do José Luiz Cardoso. Nós precisamos saber quem é o José Luiz Cardoso, que o próprio Sr. Darcy...

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Senador, posso levantar outra questão de ordem? Temos, inclusive, na data de 24 de março de 2004, um acidente, que acabou originando um registro de ocorrência, cujo registro de ocorrência também foi juntado na defesa do Senador Magno Malta, e está em nome de quem era proprietário do carro à época, José Luiz Cardoso. O documento está em minhas mãos também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse José Luiz Cardoso, nós precisamos saber quem é.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Só um esclarecimento aqui, Senador. Ele não recebeu o carro ainda. O Conselho sabe onde é que esse carro se encontra? Na mão de quem? Quem o está usando?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não. Só para lembrar, Sr. Relator, que no depoimento de Cuia-bá da CPMI, o Sr. Luiz Antônio chegou a citar onde

está o carro atualmente. Então, eu acredito que essa resposta nós teremos somente no momento que for ouvir Luiz Antônio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas o próprio depoente diz que o carro está na mão do Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O documento que nós temos, o carro está nas mãos de Deli Bastistelo, que mora também em Várzea Grande. Esse é o documento atual do veículo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Já passou para outro?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então o Conselho não pode pedir busca e apreensão desse carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não é o caso. Acho que seria o caso de descobrir realmente quem é esse José Luiz Cardoso para esclarecer como é que o carro estava no nome dele. Como é que esse carro, em nome dele, foi parar na mão Senador Magno Malta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tanto que um curto-circuito faz com que esse carro pegue fogo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas eu gostaria, Srs. Senadores, que na hora das perguntas nós nos sentíssemos apenas no fato da pergunta e não dizer e dar a nossa opinião. Isso é lá para frente que vamos dar a nossa opinião. Se o Senador foi bem votado, nada disso está interessando isso aqui agora. Nós queremos apenas...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É porque representa a representatividade que ele tem no Estado dele. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Na hora em formos votar, na hora formos dar a nossa opinião, essa é que a hora. Por enquanto, nós queremos só informações.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É precipitação da juventude. Fico ansioso demais. Fico ansioso. Tenho que me controlar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O homem só tem 56. Pode ser do PMDB jovem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Olha, eu queria convidar para assentar à Mesa o Senador/Relator Paulo Octávio.

Agora, eu queria que o Dr. Oto sentasse na bancada dos advogados. Já tem 3 advogados e V. S^a seria o 4^o. E Para que o Senador/Relator Paulo Octávio se sentasse à Mesa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, só para ajudar. Como ele é da defesa, acredito que ele deve ficar próximo mesmo do seu cliente. É

diferente. Porque os outros advogados estão aqui pelos citados. E ele está aqui acompanhando o seu cliente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas o Sr. Vedoin não é acusado de nada. Ele é apenas testemunha.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por isso. Mas eu estou entendendo exatamente que há necessidade de ele ficar próximo do cliente dele, diferente dos demais.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele tem que ficar próximo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu me ausento daqui e volto depois.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, vamos colocar mais uma cadeira aqui.

Antes de conceder a palavra ao Senador Sérgio Guerra, como o documento foi assinado por todos os Relatores, o Senador Paulo Octávio tem a preferência para fazer qualquer pergunta agora sobre o assunto que nós estamos tratando, relativo ao Senador Magno Malta.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Solicito ao Presidente de providencie um reforço para nós.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O que nós faríamos? Seria solicitado um lanche e nós continuaríamos aqui?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Faríamos um intervalo para o almoço, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos pedir um lanche.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, penso que vale uma primeira reflexão sobre esse assunto. Refiro-me ao tema que diz respeito ao Senador Magno Malta. Não importa quantos votos tenha S. Ex^a. Todos somos Senadores aqui, até aqueles que não são eleitos e assumem o seu mandato têm a mesma responsabilidade e os mesmos direitos.

Primeiro, uma referência ao trabalho que começa a ser feito pelo Senador Demóstenes.

Creio que, num trabalho dessa complexidade, é preciso ter absoluta tranquilidade, competência técnica, objetividade e de nenhuma forma pré-julgamento, o que seria um erro brutal. Considerar qualquer Senador citado como culpado é rigorosamente um grande equívoco, da mesma forma que considerá-lo inocente também é um pré-julgamento que não legitima o processo parlamentar neste Conselho de Ética.

Os fatos que estão aí merecem a atenção desta Casa e deste Conselho. Não se trata de fatos gratuitos, precários, não é uma acusação feita ao vento, sem

consistência. É uma acusação sobre a qual devemos refletir. Posso ter a minha opinião pessoal, mas, de toda maneira, creio que estamos no caminho certo.

É preciso, de agora em diante, ou sempre, não politizar este processo. Nenhum de nós deseja atingir qualquer Senador de Partido algum. Isso não existe nem para a Oposição nem para o Governo nem para os Partidos aqui representados. Da mesma forma, não podemos deixar de cumprir o nosso papel, que está sendo amplamente fiscalizado.

O Senado, até agora, não foi atingido por esse vendaval de acusações que compromete as instituições e levou o prestígio do Parlamento lá para baixo e é fundamental cumprirmos aqui, sob a Presidência do Senador João Alberto, o nosso dever com total isenção e tranquilidade, porque essa é a nossa tarefa.

Li informações que me foram passadas pelo Senador Magno Malta, meu amigo, ouvi as perguntas feitas pelo Senador Demóstenes Torres, absolutamente tranquilas e seguras, e tenho a convicção de que estamos no rumo certo. Acredito na capacidade do Senador Demóstenes Torres de conduzir esta investigação e chegar a uma conclusão que será aprovada por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vou encerrar o item que diz respeito ao Senador...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu só pediria, Sr. Presidente, porque o advogado já teria se adiantado ao dizer que concorda, o seguinte: como foi dado um cheque em nome dessa empresa EPP, que pertence ao próprio Sr. Darci Vedoin, que tem a procuração dela, eu queria ter acesso à cópia desse cheque, não sei se através de quebra de sigilo, tanto dela quanto da empresa, para a comprovação de que o dinheiro entrou na empresa.

O SR. OTTO MEDEIROS – Senador, a mesma atitude que a família Vedoin tomou perante a Polícia Federal... Lá eles assinaram um termo “aonde o senhor encaminha um ofício”. (Sic) Por que esse ofício? Para eu demonstrar depois para a Polícia Federal que a família realmente colaborou com qualquer que seja a autoridade. Então, eu só precisaria de um ofício do Conselho de Ética. No restante, é só fazer um...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nós poderíamos encaminhar não um ofício, mas o extrato da ata, a cópia da ata...

O SR. OTTO MEDEIROS – Sim, sem problema. O que eu quero dizer é que não só esse documento... Se o senhor procurar no banco, vai precisar de um documento assinado pelo...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente. É essa autorização, Sr. Presidente, que

V. Ex^a poderia já mandar fazer. No final, ele assina e V. Ex^a lhe entrega um extrato da ata, que é até um direito mesmo da... Querendo ou não, é um acusado mesmo na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu quero que a Assessoria providencie, de acordo com a solicitação do **O SR. RELATOR**.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Sr. Presidente, sou Advogado do Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim, pois não.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Evidentemente, estou muito satisfeito com o trabalho do Conselho presidido por V. Ex^a, especialmente pela direção tomada aqui pelo Relator do processo, Senador Demóstenes Torres. Entretanto, eu gostaria de fazer duas ou três perguntas, se me franquearem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a pode fazer as perguntas. Não há mais nenhum Parlamentar que queira usar a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Eu gostaria que o Sr. Vedoin esclarecesse a este Conselho o fato de, após ter dado um automóvel como adiantamento de comissão para a emenda, não ter sido por duas vezes atendido nem sequer pelo Chefe de Gabinete do Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Vedoin, por gentileza, V. Ex^a pode responder à pergunta.

O SR. OTTO MEDEIROS – Pela ordem, Excelência, em respeito ao nobre Advogado, colega, o convite foi feito pelo Conselho de Ética. Se ele começar a responder às perguntas do Advogado, ele vai se tornar...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Advogado está perguntando a mim e eu passei a palavra para o depoente. Ele não está lhe fazendo uma pergunta direta.

O SR. OTTO MEDEIROS – A Assessoria nos informou que as perguntas seriam feitas pelos Senadores pertencentes ao Conselho. Se for assim, ele vai se transformar de colaborador e informante em réu do processo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Permita-me uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Sr. Presidente, a Defesa Técnica do Senador Magno Malta neste Conselho até aceitaria isso desde que ficasse consignado na assentada desta audiência que não está o Senador Magno Malta sob o crivo do contraditório a que S. Ex^a tem direito para sofrer o devido processo legal que o remeterá, quando do relatório final, à possibilidade de cassação ou não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conforme a Assessoria, o advogado faz a sua pergunta, que eu torno minha. Ele responde se quiser. Se não quiser responder, o advogado continua perguntando, e eu transiro para o depoente, como se a pergunta fosse minha. Faço-o para registrar a pergunta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É o mesmo sistema usado por uma matéria de “O Globo” desta semana em que fizeram perguntas a uma determinada autoridade brasileira e ficaram sem respostas. A moda pega.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, a pergunta é feita, e ele não quer responder. O áudio está registrando e, evidentemente, essa pergunta será lida depois pelo Sr. Relator.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quero registrar ainda que V. Ex^a, no início desta reunião, frisou que os advogados dos Parlamentares citados teriam direito, sim, à palavra. Portanto, acredito que dessa maneira nós teremos resolvido o problema.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Vedoin não deseja responder à pergunta. V. Ex^a quer fazer outra pergunta?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Sim, Excelência.

A Defesa Técnica do Senador estranhou esse fato e ainda pergunta ao Sr. Vedoin o fato de ele ter recorrido ao Deputado Lino Rossi, que, à época, inclusive, nem Deputado era, para requerer uma audiência com o Chefe de Gabinete do Senador Magno Malta.

Estranha a Defesa novamente e pergunta ao Sr. Vedoin se ele não desconfiou nesse momento de que o Senador não soubesse absolutamente de nada em relação ao que teria o Deputado Lino Rossi oferecido para ele.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Vedoin.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu já respondi às duas perguntas feitas pelo Advogado para os Senadores.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Se ele ainda puder responder, por que razão, já que o carro ficou por tanto tempo com o Senador Magno Malta, segundo ele, o Senador jamais passou o carro para o seu nome?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Vedoin, por gentileza.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Também não sei e já foi respondido para os Senadores.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – O carro estava na *factoring* por que motivo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já foi respondida também a mesma pergunta que o senhor está fazendo.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Se era em razão de dívida, quem foi beneficiado com o pagamento desta dívida?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já foi respondida também, anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, esgotado este assunto referente ao Senador Magno Malta, considero-o encerrado. E passamos para o Item 2. Passo a palavra ao Senador Paulo Octávio, com referência ao caso da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, aqui só se serve almoço. Vamos almoçar aqui mesmo?

Desculpe, Senador Paulo Octávio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pois não.

Gostaria de indagar ao Sr. Darcy Vedoin se conhece o Sr. Paulo Roberto, que é genro da Senadora.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor o conheceu como?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu o conheci lá na empresa, em Cuiabá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E ele se apresentou como genro da Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor. Ele e o rapaz de Pontes e Lacerda chamado Sérgio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sérgio?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sérgio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu filho relatou que, entre os meses de setembro e outubro, o Paulo Roberto foi à sede da Planam, em Cuiabá, algumas vezes para conversar. O senhor presenciou esse fato?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu mais ficava em Brasília, mas estive com ele também em Cuiabá, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor participou da negociação que o seu filho fez com o Paulo Roberto, entregando-lhe R\$35 mil para pagar uma dívida, supostamente dívida de campanha da Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não estava em Cuiabá. Quem fez foi o Luiz Antônio, mas ele me ligou e eu o autorizei a fazer.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E, nesse pagamento, ficou comprometida a elaboração de uma emenda?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Foi feita a emenda também, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A emenda foi para que cidade?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Era a emenda de R\$700 mil. Foram feitas duas: uma em Colíder e outra em Poxoréo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essas emendas foram liberadas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No valor...?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não tenho o valor, mas o Luiz Antônio tem como lhe informar também, porque ele operava as emendas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece ou teve alguma vez um encontro com Paulo Roberto e com a Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor sabe alguma coisa da relação entre os dois?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, não posso lhe informar, mas estava sempre no gabinete dela e falava em nome da Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele estava sempre no gabinete dela?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Aqui em Brasília?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ou lá em Mato Grosso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, aqui.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Aqui em Brasília. O senhor encontrou com ele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, encontrei com ele aqui, algumas vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Aqui no gabinete dela?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Encontrava com ele nos corredores do Senado e lá da Câmara.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o senhor se encontrava com ele no gabinete dela ou no corredor?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Eu fui uma ou duas vezes só no gabinete dela também.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas, quando o senhor foi ao gabinete, encontrou com ele, Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E com ela, o senhor encontrou?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não a conhece?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, a Senadora eu conheço, porque é do meu Estado, mas não fiz... Eu não tive tratamento com ela.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca teve nenhum contato com ela, nenhum telefonema para ela?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor nunca pediu nada à Senadora Serys?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor esteve no gabinete dela?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Estive.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Foi atendido por quem?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pelo Policena...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por quem?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pelo Policena e tem outro rapaz que era de Mato Grosso que foi candidato pelo Vuolo, o Vuolinho.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quantas vezes o senhor esteve lá?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Duas ou três vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Foi bem atendido?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muito bem atendido.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor foi tratar desse assunto das emendas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Isso já tinha sido feito. E o Luiz Antônio já estava tratando com os municípios, em Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então o senhor fez uma visita de cortesia, só para...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – De cortesia. Eu conhecia o Policena, conheço o Policena há muito tempo e tenho uma amizade particular com ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nesses contatos que foram feitos com o Paulo Roberto, ele, em algum momento, falou que estava agindo em nome da Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Quando ele pediu o dinheiro, pediu em nome da Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas ele fez algum contato com a Senadora na sua presença?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Na minha presença, não. Ele tratou com o Luiz Antônio e disse que estaria lá para pegar recursos para contas feitas na campanha da Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – De 2002.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – De 2002.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas já era em 2003.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já era em 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então havia um débito de campanha de 2002 um ano depois?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E alguma vez ele telefonou para a Senadora, falou com ela alguma coisa na sua frente?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acha que ele tem intimidade com a Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, eu tenho intimidade com o meu genro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O dinheiro que foi entregue ao Paulo Roberto foi sacado de alguma conta específica?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio tem...

O senhor me desculpe. Não é querer jogar para o meu filho; é que ele fazia a operação dessas... Ele deu em dinheiro para o Paulo e parece que foi feito um cheque também. Parece-me que são duas vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Dois pagamentos além dos R\$35 mil?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele tem R\$35 mil mais...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Um cheque não sei de que valor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

O senhor conhece, então, o Policena.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Conheço o Policena.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nas conversas que o senhor teve com... O Policena é homem?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É homem.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele é seu amigo de onde? De Mato Grosso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, eu o conheço há muitos anos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas com ele o senhor nunca tratou de assunto...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...de emendas...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. Ele faz as emendas da Senadora, mas o tratamento foi feito com o Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Paulo Roberto é amigo do Policena?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu acredito que sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o senhor não sabe, não tem certeza?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, mas acredito que sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Policena faz as emendas da Senadora e pode haver um contato entre o Policena e o Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pode.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor afirmou que as empresas Dinâmica e Dismafe são da propriedade do Sr. Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu acho que me enganei, Senador. Eu acho que a Dinâmica é essa que está no nome dele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então a Dismafe não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu acredito que não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essas empresas executam obras com recursos destinados pela Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor tem alguma forma de afirmar ou confirmar essa propriedade do Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando o senhor disse que as empresas são ligadas a ele, quis dizer o quê?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Que ele...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tem suspeita de que ele é...

E, quando o senhor disse que eles fazem obras com emendas da Senadora, o que o senhor quis dizer com isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, quando eu falo que as emendas dele... que ele faz com as emendas da Senadora é porque são direcionadas as emendas para alguns municípios e eles fazem essas obras.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece as empresas, então?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu conheço o Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Certo. As empresas, o funcionamento das empresas, as obras que as empresas fazem, o senhor não...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. Eu pouco ficava em Mato Grosso. Eu ficava mais em Brasília.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então o senhor entende que o fato de ter dado o dinheiro para o Paulo Roberto foi efetivamente para a Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Tanto é que a emenda foi feita. Neste caso, posso lhe dizer que a emenda foi feita e destinada aos municípios que o Paulo Roberto colocou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Muito bem. De minha parte, acabei.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum Senador quer usar a palavra?

Senador Sibá Machado com a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Darcy, da vez passada, lá em Cuiabá, tanto o senhor quanto o Luiz Antônio demonstraram em algum momento uma carga de sentimentos sobre o que estavam falando. Isso me preocupou muito.

Quando V. S^a diz aqui, respondendo à pergunta do Relator sobre se as relações entre a Senadora e o seu genro são boas ou não, o senhor admite como verdade que são boas, então o senhor conhece mesmo as relações da Senadora com os seus familiares?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não afirmei isso, Senador. Eu afirmei que tenho amizade com o meu genro. Com o meu genro, eu sei. Mas da Senadora...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tudo bem, mas quando o senhor diz isso não é para ficarmos bem calmos, bem tranquilos. Como foi bem colocado pelo Senador Sérgio Guerra, vamos deixar de lado as nossas emoções e opiniões. Vamos tentar falar sobre o que vimos e podemos contribuir.

Então, admitir que há uma relação bastante amigável, fraterna, tranquila entre a Senadora e seu genro, a ponto de ele fazer negócios em nome dela, é isso o que nos interessa.

Portanto faço novamente esta pergunta: o senhor sabe ou não se as relações entre a Senadora Serys e seu genro são de que nível? (*Sic*) É isso que eu gostaria de saber.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não tenho convivência com eles, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então o senhor não tem como dizer como é essa relação.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Eu já respondi ao Relator que não tenho convivência com eles.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Segunda pergunta que eu fiz também para o Luiz Antônio e vou reproduzir quando ele vier: ao fazer esse diálogo com o Sr. Paulo Roberto, o senhor tinha a expectativa de que ele transmitisse para a Senadora o interesse de emendas. Era isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim. Quem fez toda a conversa foi o Luiz Antônio...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, partiu do interesse em emendas.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E ele cobrou quanto por isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Dez por cento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele cobrou ou o senhor ofereceu?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele cobra.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele cobrou.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não é que ele cobrou; ele já pediu o dinheiro adiantado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Certo. Mais do que isso, ele pediu o dinheiro adiantado mesmo. Quanto foi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio vai responder para o senhor, mas naquela época foram R\$35 mil em dinheiro e parece que mais um cheque.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas houve uma parte em dinheiro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Trinta e cinco mil reais?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor mesmo entregou ou foi o Luiz Antônio?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Foi o Luiz Antônio.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Esse dinheiro foi repassado em que lugar? Lá em Cuiabá? Na casa de quem? Na sede da empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Na sede da empresa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na sede da empresa, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pelo que o Luiz Antônio falou, foi na empresa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Muito bem.

Eu não quero aprofundar, já que muitas das perguntas, com certeza, somente o Luiz Antônio poderá responder. Então, eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Presidente, há mais Senadores inscritos?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Só para fazer uma pergunta.

O senhor ou o seu filho afirmou que também entregou esse dinheiro na presença de testemunhas. O senhor pode dizer quem são essas testemunhas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio virá aqui hoje e poderá responder para o senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Eu não estava junto; não posso lhe falar. Eu não quero...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma indagação ao Sr. Darcy.

O conhecimento com o Paulo Roberto... Os senhores procuraram o Paulo Roberto ou ele procurou vocês? Como foi isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele nos procurou lá na empresa, junto com o Sérgio, lá de... Quem o levou, inclusive, foi o Sérgio, que nós conhecemos lá de Pontes e Lacerda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sérgio, os senhores já ajudam em campanhas políticas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. O Sérgio tem uma construtora em Pontes e Lacerda, no Município de Pontes e Lacerda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Os senhores já ajudaram alguém em campanha política?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sem troca de favores? A empresa já fez doação para políticos em campanha?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Sempre em troca.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sempre em troca? Uma doação espontânea...?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca fizeram?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quantos anos tem a empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu iniciei a Planam em 93, mas ela começou a fazer ambulâncias no ano de 1999.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vocês nunca ajudaram político nenhum?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em época de campanha, nunca foram procurados?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muito.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas nunca deram?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, adiantávamos o recurso e depois faríamos as emendas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Adiantavam o recurso, mas com o compromisso de fazer emendas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Com o compromisso de fazer emendas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, quanto ao conhecimento com o Paulo Roberto, foi ele quem procurou vocês?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Foi ele quem procurou, por intermédio do Sérgio, lá de Pontes e Lacerda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Porque era público que havia esse tipo de entendimento com os políticos? É público que os senhores ajudam os políticos nas campanhas e depois eles têm que fazer emendas? Já era público?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, é tão público que, se o senhor pegar as ligações que a Polícia Federal fez nos nossos telefones, o senhor vai ver quantos Parlamentares nos ligavam cobrando e pedindo.

Quantos Parlamentares nos pediram...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Além do que já é público, Sr. Darcy?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, vamos falar desses que são públicos.

Não é para falar, não, mas eu nunca vim ao Senado fazer alguma coisa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu estou interferindo – e peço desculpas ao Relator – porque, se sai uma palavra como essa, veja quantos... E o senhor disse, ainda há pouco, que tratou com os Senadores que estão citados e mais ninguém. Então, para não ficar assim uma palavra de dubiedade.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. Eu falei “os Deputados”; eu não disse “os Senadores”.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mesmo na Câmara. Eu só quero dizer porque é complicado.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Tudo bem, mas na Câmara eu tenho 70...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Para deixar gravado, porque está sendo gravado ali. Os nomes a que V. S^a está se referindo...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas essa frase dele é boa: ele nunca veio aqui para fazer uma visita; veio para fazer negócios.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, eu sei, nobre Senador Demóstenes. Eu quero dizer que nós temos uma relação de nomes públicos. E eu quero saber se passa dessa relação ou se fica na relação que nós já temos.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, se eu tiver oportunidade de pegar os telefonemas, o senhor vai ver o quanto nós fomos procurados para fazer esse tipo de negócio.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E eu reiterarei: essas ligações são daqueles que nós já conhecemos ou mais do que isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor; sim, senhor, daqueles... Vamos deixar por aí.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Daqueles que nós já sabemos? Então está certo. Era só isso que eu queria saber.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então existe mais!

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O senhor deixa por aí, mas o seu filho deixa por aí ou não?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Acredito que sim.

Quando nós viemos para cá foi no intuito de novamente falar a verdade. Nunca vim aqui para dizer alguma mentira ou acusar alguém. Quero deixar isso bem claro. Estamos falando sobre o que nós fizemos. A relação dos senhores, nós não temos nada a ver. Nós nos comprometemos perante a Justiça de falar a verdade. E é isso que nós queremos fazer. Isso foi feito no primeiro dia e será feito até o último dia.

Hoje, ele me disse o seguinte: “Tome cuidado, Darcy”. Digo: não, cuidado... Eu não preciso tomar cuidado. O que tiver que falar a verdade, eu vou falar. Se houver algum caso novo, eu sou o primeiro a chegar para o juiz ou para a Procuradoria e para a CPML e falar: está aqui; tem mais um fato novo. Eu diria para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por gentileza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Darcy José Vedoin, é a primeira vez que eu ouço o senhor pessoalmente. Vim acompanhando o que tem sido registrado na imprensa a respeito de seus depoimentos

perante a Justiça e na Polícia Federal, mas, aqui no Senado, no Congresso Nacional, é a primeira vez, que eu saiba, que o senhor vem aqui. E considerei importante, embora não seja membro do Conselho de Ética, ouvi-lo, até para formar melhor juízo dos fatos que estão impressionando a nós e à nação brasileira.

O que V. S^a acaba de relatar, que resolveu, por razões importantes, na sua avaliação, contribuir para com a Justiça e com a verdade, inclusive para... Acredito que V. S^a tenha pensado: é o momento de eu transmitir esses fatos com o propósito de que eles não mais ocorram na relação entre empresários e Parlamentares, no Congresso Nacional.

V. S^a mencionou, há pouco, que foram muitos os Parlamentares, especialmente na Câmara de Deputados, que procuraram a empresa do senhor, inclusive com o propósito de obter vantagens, benefícios, para apresentar emendas para a compra de equipamentos, ambulâncias, etc. O senhor também teve um relacionamento normal, sem esse tipo de procedimento, com Deputados e Senadores? Pode V. S^a conhecer, no seu relacionamento com o Congresso Nacional, que há aqui Senadores e Deputados que de maneira alguma estariam assinando emendas para poder tirar vantagem, Senadores e Deputados que aqui, no Congresso Nacional, realizam o seu trabalho, recebendo uma remuneração paga pelo povo e procedendo da maneira mais séria possível, procurando atender aquilo que seja o interesse da Nação?

Sei que essa pergunta não tem a ver com o propósito de averiguar o que se passou com os três Senadores ou agora com a Senadora Serys Slhessarenko, mas, de qualquer maneira, a resposta que o senhor puder nos fornecer é muito importante até para o povo brasileiro saber da situação. Sei de muitos Senadores e Deputados que aqui procedem com seriedade, mas quero saber da sua opinião. Acho importante saber sua opinião, tendo em vista sua decisão de revelar o que aconteceu.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, quando fui ouvido na CPMI em Cuiabá, o Senador Sibá estava lá também, a primeira coisa que eu falei foi o seguinte: não vou denunciar ninguém sem prova, não vou colocar o nome de nenhum Parlamentar se eu não tiver alguma prova. Foi feito isso, não é, Senador? Bom, depois que o Luiz Antônio saiu, ele pegou as provas, nós começamos a fazer o que nós tínhamos de prova testemunhais, concretas... respondendo a sua pergunta, existem sim, Senadores e Deputados que fazem as emendas sem vinculação a recursos. Existem sim, em muitos. Agora, existem muito mais que fazem obtendo o recurso. Falo... novamente digo para o senhor o seguinte: é só

pegar as gravações que o senhor vai ter uma grande desilusão com algum tipo de parlamentares.

O SR. EDUARDO SUPICY (PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Como não há mais Senador que queira usar a palavra, fui instado pelos dois advogados, Drs. Alexandre e Davi, que gostariam, pelo meu intermédio, de fazer perguntas.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Dr. Alexandre. Esclareço que a pergunta é dirigida ao Presidente.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sim. Sr. Presidente, gostaríamos de saber do depoente se ele confirma na íntegra todos os depoimentos que deu até hoje, tanto no Justiça Federal quanto na CPI?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor quer responder?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já respondi também isso...

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Confirma?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já respondi...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Confirma.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, por que só hoje apareceu a história do cheque? Todos os depoimentos anteriores, sempre tem sido R\$35 mil em dinheiro. Nunca se falou em cheque, por que só hoje apareceu, Sr. Presidente? Nós gostaríamos de saber do depoente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Darcy José Vedoin.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio vai responder, mas não foi... não é de hoje, não... faz mais dias atrás que foi... que apareceu esse cheque, inclusive pelos senhores, que colocaram na imprensa em Cuiabá.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Ah, então, é aquele cheque que já foi antecipado no depoimento no depoimento do Paulo Roberto? É isso?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem, o Sr. Alexandre é advogado de quem?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – É advogado da Senadora Serys Slhessarenko.

Sr. Vedoin.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não vou responder.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, a Planam... o depoente poderia precisar se a Planam tem algum benefício fiscal junto ao Governo de Mato Grosso? E se sim, em que consistiriam esses benefícios?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Darci José Vedoin.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Acho que não faz... Estou aqui para responder para a Senadora e não para o Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não responde.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, no depoimento dado na Justiça Federal, o hora depoente disse que, retornando à sede da Planam, ele, Darci Vedoin, retornando à sede da Planam em outra oportunidade, entregou em mão para Paulo, na presença de Sérgio, 35 mil em espécie. Ele confirma essa parte do depoimento dado na Justiça Federal?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Darci José Vedoin.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pergunte depois para o Luiz Antônio que ele vai responder para o senhor.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Não, foi o senhor que disse.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O senhor pergunte para o Luiz Antônio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Outra pergunta, Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – A última pergunta, Sr. Presidente. Foi amplamente divulgado que a Planam tem esses benefícios fiscais no Estado de Mato Grosso. Depois a gente poderia precisar se, em troca desses benefícios fiscais, poderia haver uma contrapartida para ataques políticos de adversários dentro do Estado.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, não vou nem responder isso. Não estou aqui para responder briga política no Estado. Vim aqui para responder para os senhores o que os senhores me perguntarem. Então, eu não gostaria de responder mais aos...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores...

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Sr. Presidente, só para encerrar aqui a nossa arguição, nossa pergunta não tem nenhuma relação com a briga política no Estado. Nós estamos querendo simplesmente descobrir qual o fundamento, de onde vem esse ânimo do depoente, se tem algum fundo político, se tem algum acordo tentando minar os adversários no Estado do Mato Grosso, alguma coisa nesse sentido.

Muito obrigado, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vai constar. O áudio está registrando.

Dou por encerrado o depoimento do Sr. Darci José Vedoin. Agradeço.

Solicito que o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Lembro da assinatura no termo de compromisso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eles não quiseram assinar o termo de compromisso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, digo... Perdão! É em relação ao cheque, só esse que...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ah, sim! Não, não. Esse... O cheque acho que o Luiz Antônio já tem...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O cheque tem cópia já no processo. É só tirar na Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas de qualquer forma seria.. precisamos... se for necessário, podemos pedir, para não fazer nova diligência. Estando na Polícia Federal, está tudo certo. Apenas ainda não temos acesso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está bom. Muito obrigado.

Sr. Vedoin, por gentileza, há uma solicitação da relatoria sobre a entrega da cópia do cheque referente ao Senador Magno Malta.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Peço para tirar uma cópia e trago para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Um momento. Nós queríamos que o senhor desse isso por escrito para nós.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Vou dar, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Então está bem. Solicito à assessoria que providencie o documento.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sr. Presidente, nós não temos nada a esconder.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas essa é uma solicitação do Relator.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, por gentileza, vou determinar a entrada do Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin.

Solicito que os Srs. Senadores fossem mais objetivos nas suas perguntas e deixassem as opiniões pessoais para momento mais oportuno.

Peço a entrada do Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia limitar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – O tempo a eles não há. Teria o tempo para os Senadores, até 10 min, mas eu não quis marcar, porque notei que o Relator queria realmente maiores esclarecimentos. *(Pausa)*

Senador Jefferson Péres, V. Ex^a tem a palavra com relação à Representação nº 1, referente ao Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Luiz Antônio Vedoin, o senhor confirma, reafirma todos os seus depoimentos prestados na Polícia Federal e na CPI?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Todos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Todos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor já teve algum contato direto com o Senador Ney Suassuna?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sempre através do Sr. Marcelo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Como o senhor conheceu o Sr. Marcelo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Marcelo eu conheci do Policena, que é assessor da Senadora Serys e era do Senador Carlos Bezerra.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Foi o Sr. Policena, assessor da Senadora Serys...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – ...que o apresentou ao Sr. Marcelo...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – ...e a partir daí o senhor passou a tratar com o Sr. Marcelo a respeito de emendas em troca de comissões?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso mesmo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Sr. Marcelo dizia ao senhor que agia em nome do Senador? Ele dizia assim?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele falava em nome do Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E ele dizia que as comissões eram também para o Senador? Era o que ele afirmava, insinuava ou...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Insinuava isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Nunca disse direto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Falava que era para o Senador, mas não... esse fato...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não estou dizendo que era, estou dizendo o que o Sr. Marcelo dizia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso, isso. Que o Marcelo dizia é que era para o Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – ...o que ele dizia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Todas as vezes que tinha algum problema no Ministério da Saúde ele sempre pedia interferência do Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu nunca tive contato com o Senador. Sempre foi através do Marcelo. Sempre eu fazia contato através do Marcelo e o Marcelo se encarregava de fazer a ponte no Ministério da Saúde, ou Ministério das Comunicações, ou qual que fosse.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Onde eram os seus encontros com o Sr. Marcelo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na Câmara.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não aqui no Senado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Aqui no Senado eu só estive uma única vez, na Liderança do PMDB.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Só uma vez.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na Liderança uma única vez. Na Câmara...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Os encontros eram onde?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nos restaurantes, no Anexo IV, ali, nos corredores. A gente sempre estava ali no 5º ou 3º andar. A gente marcava na frente dos elevadores, ou algum gabinete de algum Parlamentar que eu estava, ou no Hotel Melia Brasília.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E os pagamentos eram...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Só um detalhe, gostaria de saber se, nesse encontro na Liderança, ele estava bem à vontade ou se ele pegou o senhor e saiu correndo de lá.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, o Relator está com a palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Desculpe.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E os pagamentos como eram efetuados? O senhor já disse isso, mas gostaria apenas de confirmar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em mãos, em espécie e, algumas vezes, através de alguns depósitos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Depósitos na conta bancária dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na conta ou na conta que ele determinasse que fosse feita.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Isso era feito regularmente ou esporadicamente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pagamento em dinheiro.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Regularmente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Regularmente, não... Saísse, a gente fazia a entrega...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – À medida que as emendas...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – ...iam saindo, nós íamos fazendo pagamento. Aí foi feito alguns adiantamentos, que depois foi para ser compensado em futuras emendas.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor tem comprovante desses depósitos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Alguns depósitos, sim. Está no anexo na Justiça Federal. Foi entregue à Justiça Federal.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Qual o valor total dessas comissões entregues ao Sr. Marcelo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em torno de R\$220 mil, e foi... uma vez o Rodrigo, também funcionário meu, entregou em mãos para ele lá no restaurante Porção.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – R\$220 mil no total?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – R\$220 mil no total. Tenho as datas dos saques e dos pagamentos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Nesses encontros o Sr. Marcelo estava sempre sozinho ou ia acompanhado por alguém?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sempre sozinho.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Há ligações telefônicas também.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Bastantes ligações.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Para o gabinete ou para o celular?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sempre ligava ao gabinete... ao celular. Quando não atendia, ligava no gabinete. Pedia para fazer conferência com o celular dele.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Aquela transferência de recursos orçamentários da Paraíba para o Rio de Janeiro, para o IPPES, quem sugeriu? Foi o senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi eu que sugeri a ele, por causa que como era... a gente estava no final do ano, 2005, e não tinha tempo hábil para fazer os projetos, eu pedi que fosse feito um único projeto para o IPPES e depois ia comodatar com os Municípios do Estado da Paraíba.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Por que o senhor escolheu esse IPPES?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Porque era o único instituto que estava apto para receber recurso e que eu tinha conhecimento e controle de conversa com um provedor do...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor tem amizade com a direção, com os dirigentes do IPPES?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Conheço uma pessoa. Amizade, não. Conhecimento.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Esse instituto é o quê? Qual é a natureza dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É uma ONG, uma Oscipe, não é?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – De que área? Destina-se a quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Projetos, projetos, projetos de política pública.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Os senhores se entenderam, ele receberia as ambulâncias e depois cederiam em comodato às Prefeituras?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Em troca de quê? O IPPES receberia o quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ficaria com um ou dois veículos da emenda.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Aí veio aquele ofício com a suposta assinatura do Senador para que a transferência fosse feita. Não é isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não cheguei a ver o ofício, Senador. Foi falado com o Marcelo. O Marcelo encaminhou o ofício para a Dona Maria da Penha e na hora... qual que se acertaram lá do ofício, o modelo do ofício, para que isso fosse feito e entregue ao Ministro, ao Ministério, para fazer a liberação.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Posteriormente, esse ofício foi cancelado porque o Senador, alertado por uma funcionária do Ministério, Sr^a Mariane, cancelou o ofício e depois disse que foi falsificada a assinatura dele. O Senador apresentou há poucas semanas um laudo técnico grafológico. O que o Sr. Marcelo lhe disse quando o Senador cancelou esse expediente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não fiquei sabendo do cancelamento.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não ficou sabendo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fiquei sabendo do não empenho do instituto. Só isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Sr. Marcelo não lhe disse que foi cancelado? O porquê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Existia... Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Apesar de ele ter recebido promessa de comissão por isso, ele não falou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Mas não foi empenhado, nem para os Municípios nem para o instituto.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se fosse empenhado, ele receberia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Receberia, e teria uma parte que já teria sido pago, não é?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor já adiantou algum pagamento a ele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Veja bem, Senador, não seria um adiantamento. É tipo uma conta corrente. Eu ia repassando, conforme ele ia pedindo, e repassando. Não chegamos para sentar e falar: “Olha, você tem “x” adiantado, “y” para ser compensado.” Era uma conta corrente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Sr. Marcelo nunca comentou com o senhor que aquela transferência havia sido cancelada pelo Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu saiba, Senador, existia um ofício do Senador direcionando 20 Municípios no valor de R\$80 mil, de um milhão e seiscentos. Fiquei sabendo através da Maria da Penha. Quando fiquei sabendo que o valor

de R\$80 mil não daria para comprar os veículos, pedi que fosse feito um ofício... e não tinha projeto, foi pedido para fazer um ofício para o IPPES. Eu não sabia que foi cancelado o IPPES para depois passar para os Municípios. Que eu saiba, era dos Municípios depois passando para o IPPES.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor tinha contato com a Sr^a Maria da Penha?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tinha contato. Ela foi funcionária da empresa durante um ano, durante um ano e meio, dois anos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Depois foi para o gabinete de...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A pedido do Deputado que pediu ao Senador.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso. Não! Nós pedimos para o Deputado Divino, Deputado José Divino, e foi pedido para o Marcelo interceder junto ao Senador, no qual ele deve ter feito o ofício.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sempre que surgia algum problema de liberação de verbas, o Sr. Marcelo lhe dizia que iria falar com o Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Falou que iria falar com o Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ou era ele que se entendia com a Sr^a Maria da Penha, era o Senador, ou era o Senador? Como esse processo era agilizado no Ministério da Saúde? Quem tratava disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A Penha passava o problema para mim do Ministério, eu passava para o Marcelo e daí para a frente o Marcelo falava com o Senador para o Senador interceder. Ele esteve no Ministério da Saúde e das Comunicações, no qual fez também a liberação de alguns veículos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor não tratou com outro funcionário do gabinete do Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Só com o Sr. Marcelo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Só com o Marcelo. Só conhecia o Marcelo do gabinete. No gabinete do Senador nunca esteve.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Nunca esteve, nunca falou com ele, pelo telefone, nunca...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca. Nada, nada, nada.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Apenas o Sr. Marcelo que lhe dizia que agia em nome do Senador e que transferiu recursos para o Senador. Era isso que ele dizia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

Não chegava no ponto de falar que passava recurso. Falava que o Senador, que o dinheiro era comissão...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Era uma insinuação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso,

isso, mas não afirmava.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Ele nunca disse: “Eu entreguei ao Senador.” Claro!

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso

não, até também eu não perguntava por causa que o dinheiro devido era pago até então...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) –

Certo. Parecia implícito que aquilo era do Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN –

Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Sr. Presidente, por enquanto é só.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL

– GO) – Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sr. Presidente, só tenho uma pergunta.

Sr. Luiz, já tomei alguns golpes de malandros, por exemplo, eles dizem que vai fazer o negócio e não fazem. V. S^a falou que teve uma vez no gabinete da Liderança...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – DO

PMDB. Isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Gabinete que hoje estou utilizando, como Líder.

Sr. Luiz, nesse encontro que o senhor teve com o Sr. Marcelo, ele o abraçou e saiu imediatamente do gabinete ou convidou o senhor para sentar no sofá e conversaram tranqüilamente, tudo tranqüilamente? Foi assim ou não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Se-

nador, nós fomos até o gabinete na Liderança.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – O senhor sentou no sofá que tem...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sen-

tei naquela mesa grande, na mesa grande...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – ...na mesa grande aguardando ele vir?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN –

Aguardando quem?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Aguardando o Sr. Marcelo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

Cheguei junto com o Marcelo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Ah, o Sr. Marcelo já foi caminhando para lá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso,

foi junto com nós na Liderança...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – E como é que foi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Aí

entramos, sentei naquela mesa, ele nos serviu café, água, tomei água, café, recebi uma ligação e saí do gabinete. Nós saímos do gabinete. Em torno de uns 15 a 20 minutos que eu fiquei no gabinete, meia hora no máximo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – E por acaso o senhor tinha conhecimento se o Senador Ney Suassuna estava na Liderança naquele momento ou se estava na Paraíba?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Es-

tava no gabinete na Liderança.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – O Senador estava lá dentro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Es-

tava porque chegou uma Senadora, acho que é de Goiás... Tem uma Senadora do PMDB de Goiás?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Tem, que era suplente do Senador Maguito, a Senadora Iris de Araújo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ela

chegou para falar com ele, com o Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Pensei que o esperto sempre chega, abraça e saí correndo, mas já que o senhor sentou à mesa...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Mas

eu não estive... não fui com o intuito de...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Eu sei que o senhor não esteve com o Senador. Em momento algum foi colocado isso. Mas o senhor sentiu se ele estava apressado para sair logo com o senhor daquele lugar ou ele estava bem à vontade?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Se-

nador, acredito... não demonstrava até porque ali é o trânsito... são várias pessoas, não é? Não teria o intuito de sair, até porque o Senador não entra por aquele ali. Ele tem uma entrada reservada, não é?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – O senhor entrou pela entrada da frente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pela entrada da frente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não foi pela reservada?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não foi pela reservada.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O Sr. Marcelo gozava de intimidade e não colocou o senhor por aquela primeira entradinha?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Bom, ele entrou. Ele era assessor do Senador. Ele entrou normalmente, sentamos. Ele fez uma ligação, uma ou duas ligações ali. Eu recebi uma ligação da Câmara, lá, do anexo IV, de um Parlamentar, aí eu me dirigi até o anexo para conversar. Não fui com o intuito de falar com o Senador, nenhum momento lá.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Estou tentando ver, Sr. Luiz, se o Sr. Marcelo poderia estar operando, bem claro para não ficar...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sei a situação.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – ...se o Sr. Marcelo estaria operando sozinho e articulando. Para mim, o malandro, quando faz esse tipo de coisa, chega, fala que vai fazer, dá uma volta e sai correndo com a pessoa para o Senador não ver e querer saber quem é. Realmente, muitas pessoas freqüentam a Liderança. O senhor não sentiu isso? Sentiu realmente que ele estava tranqüilo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, eu não posso afirmar que o Senador Ney sabia ou não sabia. Eu não tinha conhecimento, eu não...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Que o senhor não esteve com o Senador o senhor já disse. Apenas quero saber, Sr. Luiz, se o senhor consegue lembrar se naquele momento ele estava doido para sair com o senhor para outro lugar ou estava tranqüilo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Estava tranqüilo. Não estava apressado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tinha o domínio da situação.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, ele não chegou para falar com o Senador. Nós entramos pela porta, ele falou com a secretária e nós entramos, sentamos e não teve mais a interferência de ninguém lá. Se pediu café, água. Veio. Trouxeram água, café. Usei o toalete, aí recebi a ligação e saí. Só isso. Ele não entrou... não ficou aflito nada.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com a palavra novamente o Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Apenas mais uma pergunta. O Sr. Marcelo foi exonerado do gabinete em maio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Após a operação deve ter sido, porque até o dia da operação ele estava lotado lá.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Este ano ele continuava lá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Continuava lá.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pergunto porque o cancelamento daquela transferência foi feita em dezembro...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – ...e a partir daí ele continuou tratando. Ele ainda era assessor do Senador e ainda tratava com o senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Vedoin, o senhor poderia descrever como é o gabinete da Liderança do PMDB?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fica aqui do lado eu acho que do ACM, do Antonio Carlos Magalhães – não é isso? –, a Liderança do PFL? No final do corredor lá.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor é que tem que responder.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tá. O corredor aqui próximo aqui, no corredor... no final do corredor... Lá perto ali do plenário, aí do lado esquerdo, direita, uma ante-sala. Entrei em uma sala grande com o toalete um pouquinho... a mesa assim, o toalete aqui, assim, à direita. E a sala do Senador, com a secretária reservada, do lado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor esteve lá uma única vez?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Uma única vez.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode descrever – está dito –, mas como é o ambiente? Tem alguma decoração? Tem alguma coisa? O senhor não prestou atenção nisso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não prestei atenção.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– As emendas que eram apresentadas de autoria do Senador Ney Suassuna, elas tinham facilidade de liberação? Elas eram liberadas de uma forma mais ágil do que as emendas de outros Parlamentares?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tirando os Parlamentares da Oposição, todos são normais.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Cada Parlamentar tem uma senha de acesso ao SIAFI.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tinha acesso ao SIAFI com a senha de algum Parlamentar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tinha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – De quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Do Francisco, que é assessor do Deputado Nilton Capixaba, mas é só para acompanhamento, não para... Só acompanhamento do SIAFI.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O pai do senhor, Darci Vedoin, disse que ficava só em Brasília. Ele disse que era o senhor que fazia as operações e que, especialmente em Cuiabá, fazia a entrega dos recursos, mas o senhor diz, também agora, que também fazia os contatos em Brasília, e o Sr. Marcelo é um desses exemplos. O pai do senhor tratava ou não com os Parlamentares? Qual era exatamente o papel do senhor e dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele fazia o primeiro contato com os Parlamentares. Fazia um acerto inicial. Depois eu vinha, tratávamos de onde que iria direcionar a emenda, junto com o Parlamentar. E o financeiro eu que tratava. A maioria das vezes eu que fazia o pagamento, o acompanhamento e as planilhas, as liberações, como que ia ser feito. “Por causa que” eu tinha o controle total dos Municípios que estavam sendo entregue e das instituições, então eu fazia esse controle de pagamento dos Parlamentares.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode fornecer esses documentos que o senhor disse que tem de depósitos bancários... Todos esses documentos que o senhor acabou mencionando aqui, o senhor tem como fornecer ao Conselho essa documentação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu já forneci os originais na 2ª Vara do Estado do Mato Grosso. Na Justiça Federal do Estado do Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas aqui o senhor pode fornecer também, até para agilizar os trabalhos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não fiquei com cópia, Senador. V. Exª poderia pedir no Estado e...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor entregou os originais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Os originais.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu tinha umas caixas que não foram apreendidas pela operação. Eu peguei as caixas e, da forma que eu peguei, eu entreguei à Justiça.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse documentos relativos ao Marcelo o senhor entregou lá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Os originais lá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe ainda o número do telefone do Marcelo? O número do celular em que o senhor contactava com ele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tem ele marcado aqui no meu celular.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode fornecer? *(Pausa)*

O senhor tem contato com Marcelo há quanto tempo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – 2004. Final de 2004.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem apresentou o Marcelo ao senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Policena, assessor da Senadora Serys, que era do Senador Carlos Bezerra.

Nove, nove, sete...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor também tem contato com o Policena?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tenho contato com o Policena. Tinha, né? Depois eu perdi o contato.

É 9977-1321 (nove, nove, sete, sete, treze, vinte e um.) É esse aí.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode autorizar a quebra do sigilo? Qual é o número do telefone do senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É 8404-6311 (oito, quatro, zero quatro, meia, três, onze).

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nesse é que o senhor contactava com ele? É Brasília – 61 (meia, um)?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É 65 (meia, cinco).

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– 65 (meia, cinco)?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – 65 (meia, cinco).

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o do Marcelo é 61 (meia, um)?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – 61 (meia, um).

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor pode autorizar a quebra do sigilo telefônico desse...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Autorizo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E do Policena?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Deixa ver se eu tenho o telefone do Policena.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor perdeu contato com o Policena quando? Após a...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Após a deflagração da operação. Com todo mundo, né? Para dizer melhor, Senador. Não mantive mais contato com assessores, a não ser aqueles amigos que eu deixei que até hoje...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Policena o senhor conhece há mais tempo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Policena eu conheço há mais tempo. O telefone do Policena eu não tenho, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o Carlos Bezerra?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Conheci ele no Senador Carlos Bezerra.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Ele era assessor do Carlos Bezerra?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Policena?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Assessor do Carlos Bezerra.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor já tem contato com ele muito antes?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Conheço ele há muito tempo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eleita a Senadora, ele ficou no gabinete?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não sei como que foi feita a tratativa. Sei que ele permaneceu no gabinete. Acho que o gabinete é o mesmo que era do Senador, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, desde 2003, junto à Senadora Serys Slhessarenko o senhor mantém contato com o Policena?

O senhor esteve com a Senadora alguma vez?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Alguém mais deseja fazer pergunta a respeito do Senador Ney Suassuna? (*Pausa*)

Alguém dos advogados deseja fazer perguntas? (*Pausa*)

Então vou encerrar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permita-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Apenas referente ao Senador Ney Suassuna; depois o interrogaremos a respeito da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O Sr. Luiz Antônio, em algum momento, formou a convicção de que o Sr. Alexandre tinha...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Marcelo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – ...que o Sr. Marcelo – perdão! – tinha um entendimento direto com Senador Ney Suassuna sobre aquilo que tratava com o senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, convicção eu tinha porque tudo que era combinado era feito. O que ele tratava, os Municípios que ele falava, os valores combinados eram fixo. Agora, a convicção se o recurso era repassado ao Senador, eu não posso afirmar. Ele falava, só que eu não tenho como afirmar para o senhor se ele tinha conhecimento ou não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O senhor disse... O som aqui ficou um pouco baixo. O senhor disse que tudo que era combinado era feito?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tudo que eu falava com Marcelo era combinado, era feito. Todos os contatos ele fazia como os Municípios para nós tentarmos fazer entrega, a venda, aos Municípios. Então...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – E, aproximadamente, quanto tempo durou este relacionamento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Final de 2004 até o dia da operação: dia 25 de maio de 2006.

O SR. EDUARDO SUPLEY (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se nenhum Senador mais deseja se dirigir ao depoente, vou passar ao caso do Senador Magno Malta.

Com a palavra o Relator Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Luiz Antônio Vedoin, eu perguntaria ao senhor a mesma pergunta que fiz ao seu pai: qual é a participação do Ronildo nesse esquema?

Ele é sócio da Planam?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, ele tem um empresa de equipamentos hospitalares.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas ele também opera, ele operou, e ele tem liberação. Independentemente da empresa do senhor, ele também liberou recursos para Parlamentares. Ele fazia a mesma movimentação.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A mesma coisa. Em conjunto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E qual é a ligação dele com empresa do senhor, a Planam?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nós atuávamos em conjunto. Nós chegávamos aos Parlamentares e pedíamos para serem feitas emendas de unidades móveis. No momento, se o Parlamentar não aceitava, a gente dava opção de equipamentos hospitalares ou medicamentos. É aí que entrava o Romildo na situação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor afirmou na Justiça Federal que o Senador Magno Malta se comprometeu a aprovar emendas no valor de R1 milhão (um milhão de reais) para a aquisição de ambulâncias na execução orçamentária de 2004.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E afirmou que essas emendas não foram aprovadas e que o Senador teria recebido, como adiantamento, dos 10% a que teria direito, um veículo novo valor de R\$ 50 mil (cinquenta mil reais).

O senhor confirma tal declaração?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo. E elas não foram aprovadas: elas não foram apresentadas!

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sequer apresentadas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sequer apresentadas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor conversou uma vez com o Senador Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como é que o senhor teve contato com ele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Através do Deputado Lino Rossi. Quem teve o primeiro contato com ele... quem teve com o Senador Magno Malta foi meu pai. Ele não era Senador na época. Então ele era Deputado Federal, e foi eleito Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então antes mesmo de tomar posse, o seu pai já tinha conversado com o...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quando ele era Deputado ainda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com o Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O seu pai conversou com o Magno Malta o conversou com Lino Rossi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acredito que ele tenha conversado com o Deputado Magno Malta na época na Câmara dos Deputados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe onde essas conversas aconteceram?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na Câmara dos Deputados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – No gabinete do Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Onde é que o Lino Rossi aparece nisso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Lino Rossi era amigo nosso, e ele é que fez o contato com o Senador, que pediu o veículo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe quem testemunhou esses encontros?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Entre quem?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Entre o seu pai e Lino Rossi e Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor sabe se teve alguma testemunha desses encontros?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN –

Também não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Foi simplesmente com o compromisso do Senador Magno Malta de apresentar a emenda que o senhor teria adiantado e 50% do acerto? O que elevou o senhor a acreditar que o Senador Magno Malta cumpriria esse acordo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com

todos era dessa forma, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas com o Senador era a primeira operação. Ele foi avalizado. O Lino Rossi teve influência nisso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O

Lino Rossi se comprometeu a agilizar, a ir atrás, né? Mas não chegamos a pensar nessa situação de não ser feita a emenda, de não ser apresentada emenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O fato de ele ser da base de sustentação do Governo deu mais confiança ainda de que a emenda seria apresentada de liberada? Ou isso não tem importância nenhuma?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nós

procurávamos os parlamentares da base, né? Principalmente os parlamentares da base.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Essa emenda que seria apresentada era individual ou de bancada?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – In-

dividual, que seria... o compromisso era ser individual. Mas não foi apresentada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quando o Senador Magno Malta “deu o cano”, quando as emendas não foram apresentadas, como foram os contatos para cobrança? “Ah, Senador, o senhor não vai apresentar?” Como foi isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com

o Senador eu nunca estive. Nós estivemos no gabinete dele falamos com o Chefe de Gabinete. Teve uma situação também que o Chefe de Gabinete... houve um empréstimo ao então... que era Chefe de Gabinete do Deputado Ronivon Santiago, Ricardo. Aí o Ricardo pediu para que eu pagasse. Eu falei para o Ricardo tomar emprestado que eu ia fazer esse pagamento após trinta dias. No vencimento, ele falou “Ó, eu tô devendo a pessoa e tal, eu tenho que pagar o recurso.” Eu falei “Ricardo, quem é?” “É o Azencler do Senador Magno Malta.” Eu falei “Pô, ele tá devendo um carro. Você pode falar pra ele que eu vou descontar isso numa... vou descontar no carro que eu passei e não foi feita

as emendas.” Aí ele conta que tentou com o rapaz, e ele falou que não, que o carro era referente ao Senador, e o dinheiro era dele, que era empréstimo pessoal dele com Ricardo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor podia explicar melhor a situação? Essa situação é nova aqui. O senhor podia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Veja

bem: Ricardo...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Ricardo era Chefe de Gabinete do Deputado Ronivon Santiago?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN –

...do Santiago.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Certo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Aí

eu teria que repassar um valor para ele. Era R\$10 mil (dez mil reais).

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Esse valor era referente também a ambulância?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E

também ambulância e adiantamento de comissões.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– R\$10 mil (dez mil reais)?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN –

R\$10 mil (dez mil reais). Eu falei “Você toma emprestado de alguém que depois, daqui a trinta dias, eu vou fazer o pagamento.”

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E ele tomou 10 mil (dez mil)...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – To-

mou emprestado. Até então eu não sabia quem era. Após o vencimento, ele me contactou e falou que teria sido empréstimo junto Azencler, que era Chefe de Gabinete do Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Azencler ou Rosicler?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Era

Azencler ou Rosicler... eu não me recordo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Aí

eu pedi para ele que falasse pra ele que eu já tinha adiantado um carro e que iria ficar por parte desse adiantamento do veículo, que eu não iria pagar. Ele entra contato e, nesse contato, ele falou que o veículo tinha sido acordado com o Senador e Deputado Lino Rossi, e o empréstimo era...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Um negócio à parte?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – À

parte.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E aí o senhor teve que pagar esses 10 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Paguei os dez mil para Ricardo, e o Ricardo levou para ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Perfeito.

Quando os clientes da Planam não cumprem os seus compromissos, é praxe exigir o cumprimento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não entendi, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quando os clientes, o Senador Magno Malta e outros, não... os senhores já tomaram – desculpe-me utilizar a expressão popular – muito “cano” de parlamentar? Há Parlamentar que se compromete a fazer e não faz ou foi só o Senador Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nós já tomamos em outras situações que foi feito comprometimento, e não foi feito, ou foi acordado um valor e foi feito a menor, ou na hora em que foi executado não foi cumprida a outra parte. Isso acontece muito. Aconteceu muitas vezes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E quando isso acontece, como é feita a cobrança?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nós vamos até o parlamentar ou à pessoa que nós fizemos um acordo para tentar fazer uma compensação futura numa outra emenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– No caso do Senador Magno Malta, como foi feito procedimento da cobrança?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Procuramos o Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Foi o Lino Rossi que cobrou do Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Era o Lino Rossi que ia lá e falava com o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o Magno Malta não apresentou a emenda?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não apresentou emenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por quanto tempo o carro ficou com o Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu tinha conhecimento, até no dia da operação. Só que eu fiquei sabendo que ele foi devolvido anteriormente à operação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Devolvido a quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ao Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o Lino devolveu para os senhores esse carro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, esse carro nunca foi devolvido a mim. Inclusive, o documento que eu tinha de transferência estava em meu poder. Na operação, ele foi recolhido. O original, assinado...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quem é essa pessoa que está com o carro hoje?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não sei, por causa que esse carro foi transferido para uma outra pessoa, mesmo eu tendo impostos e documentos de transferência do veículo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quem entregou esse veículo para o Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Esse veículo estava em São Paulo?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Não sei se ele mandou buscar, acho que... foi entregue aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas quem entregou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Foi o Lino Rossi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Deve ter sido algum motorista a pedido do Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quem era o proprietário desse veículo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Comprei esse caso junto à VR *Factoring*. O nome do proprietário eu não me recordo. Tem na apreensão dos documentos que estavam na minha gaveta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Esse carro foi adquirido para ser entregue...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ao Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não... Vamos lá...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ah, na inicial?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Desde o início.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Esse carro foi entregue... foi adquirido em 2001 para nós entregarmos ao Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E foi entregue ao Deputado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi entregue. Após as eleições... ele perdeu as eleições, aí ele fez como parte de pagamento numa *factoring*. Na VR *Factoring*. Entregou numa dívida que ele tinha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Entregou esse carro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Entregou esse carro como o valor para pagamento de uma dívida. E após o pagamento, ele entregou... esse carro ficou na posse da pessoa lá durante uns seis ou oito meses. Logo em seguida, ele falou que o Senador precisava de um carro para transportar uma banda de música dele. Aí, no inicial, era o microônibus ou ônibus, e aí ficou acordado na Van, e aí foi entregue a Van.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas que negócio é essa história: esteve seis ou oito meses em nome de quem? O senhor se lembra?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Da VR Factoring... Não, o nome da pessoa eu não sei. Era o proprietário da VR Factoring.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– VR ou BR?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – VR.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A VR Factoring deixou isso com outra pessoa durante esse período? Fim

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, na hora de transferir, ele transferiu para o nome de um pessoa que não fosse da Factoring, nome de pessoa física. Eu não sei quem era a pessoa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Isso estava registrado no Detran, e o senhor não sabe em nome de quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, mas tenho o documento de transferência desse veículo assinado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele foi passado para o Magno Malta a título de doação ou transferência. Vocês deram para ele ou só emprestado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não demos porque não transferimos o veículo. Foi a título de adiantamento de comissão numa futura... ele cumpriu e conseguiu fazer as emendas, que eu iria fazer a transferência do veículo para quem ele determinasse que fosse.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor se lembra de quais os Municípios que o senador se dispôs a beneficiar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ele se dispôs a beneficiar? A emenda seria genérica ou seria específica?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, nós pedíamos que todos os parlamentares colocas-

sem as emendas genéricas para tem mais facilidade na hora de direcionamento da emenda para chegar a falar com o prefeito inicialmente para ver se havia interesse do prefeito e fazer a operação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor opera ou operou com alguns Municípios do Espírito Santo? O senhor se lembra?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Operei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor se lembra dos nomes dos Municípios?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – São Mateus, Vila Valério, Santa Teresa, Vila Pavão... Maratáizes, Marilândia, Colatina... É mais na região norte do Estado...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor se lembra de quando a quando o senhor fez essas operações?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – 2002, 2003... em 2004 vendi algum veículo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual é o Parlamentar que fazia, no Espírito Santo, essas operações junto com o senhor? O senhor se lembra?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O José Carlos Elias, o José Fonseca Júnior e o Marcelino Fraga.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Com o Senador Magno Malta, enquanto Deputado Federal, o senhor não fez nenhuma operação com ele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca. Não, nenhuma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O sabe se o Senador Magno Malta, mesmo que não especificamente na área da saúde, teria destinado emendas a esses Municípios? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, quais municípios?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Os que o senhor acaba de mencionar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando esse veículo foi entregue ao Senador Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em março ou abril de 2003. No começo de 2003.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Essa propriedade foi transferida para alguém ou ficou em nome de quem estava?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ficou em nome de terceiros com o documento de transferência em meu nome... em meu poder, desculpe.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, o documento de transferência ainda está com senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O que eu ‘tava, assinado em branco, está apreendido na operação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse documento em branco foi apreendido?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi apreendido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, ...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Agora, como eles fizeram a transferência para outra pessoa, que eu vi pela mídia, eu vi pelos jornais, eu não sei, por causa que o documento, quando eu adquiri o veículo, em 2003, ele passou para mim, só que ele não preencheu por causa que ele não tinha o nome da pessoa, que eu ainda ia fazer a transferência. Assinou, e está em meu poder. Foi apreendido na operação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse documento foi apreendido pela Polícia Federal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então elas não tinham como fazer qualquer transferência?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em tese, não, né? Mas pode ter sido feita... dado feito algum boletim de ocorrência de furto ou roubo do documento e fizeram a operação. Ou alguma coisa que é problema do Detran. Aí eu não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Deputado Lino Rossi, então, foi o primeiro proprietário?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi o primeiro proprietário. Foi da minha empresa para ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor conhece José Luiz Cardoso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse era o nome da pessoa em que estava registrado o veículo, inclusive durante o tempo em que o Senador Magno Malta esteve com esse veículo. O endereço dele é justamente de Cuiabá. Quero mostrar para o senhor aqui. Hoje está em nome de Kerly Batistello.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sim... Não tenho conhecimento nenhum.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Essa é a transferência que o senhor acha estranha porque o senhor estava com...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com o recibo. O senhor pode verificar na operação. Deve estar apreendido na Polícia Federal do Estado do Mato Grosso o documento. Inclusive, pediu uma cópia de todos os documentos que foram apreendidos na minha sala para mim anexar isso na minha defesa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – José Luiz Cardoso, que era o nome do proprietário, reside na Rua Francisco M. de Deus, lote 5, quadra 7, São Gonçalo, Várzea Grande, Mato Grosso.

O senhor não tem lembrança disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca falei com essa pessoa. Sempre tratei com o proprietário da VR *Factoring*. Não tinha conhecimento dessa pessoa, mas o documento estava...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem é o proprietário da VR *Factoring*?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Kuky.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual é o nome?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Kuky Pirã.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Tem como anotar? Kuky Pirã... Como?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Kuky. Pirã. Kuky Pirã.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Kuky Pirã.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – K-U-K-Y.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos precisar ouvir essa pessoa. Diga-me uma coisa: e essa empresa que pagou, a Enir Rodrigues de Jesus – EPP. Que empresa é essa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É uma empresa ligada a nós.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É ligada ou é de propriedade suas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É nossa, né? “Ligada” que eu falo é do grupo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então é uma empresa... E Enir Rodrigues de Jesus quem é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Era a pessoa, uma interposta pessoa que nós abrimos a empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E por que não pagaram em nome da Planam?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Porque a Planam... porque o recurso estava em nome da empresa. O recurso estava na empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nesse dia o fluxo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nesse dia o fluxo estava no caixa da empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor não conhece o José Luiz Cardoso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca nem ouvi falar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então também não tem nenhum outro bem da Planam em nome desse José Luiz Cardoso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, que eu tenha conhecimento, não. Não conheço essa pessoa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe quando o Senador Magno Malta devolveu veículo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Para mim, até no dia da operação não tinha sido devolvido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sabe a quem esse veículo foi devolvido?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Também não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe – já perguntei e vou perguntar de novo – a quem pertence a esse veículo hoje?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Também não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse veículo, em tese, seria do senhor, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em tese, tanto é que tenho o documento de transferência comigo até hoje, em posse.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o senhor não cobrou a devolução desse veículo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cobrei a devolução do Lino Rossi. Foi cobrada diversas vezes para o Deputado Lino Rossi fazer a cobrança do Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor recebeu o dinheiro de volta disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tomou alguma medida legal para buscar de volta esse veículo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor mandou o Lino Rossi ao gabinete do Senador pedir para ele devolver o negócio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Mandar, não; pedir que fosse pedir a devolução do veículo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe se o Lino Rossi tem bens em nome dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Do Lino?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor já disse que não sabe, então, quem entregou o veículo para o Magno Malta.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não me recordo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A empresa EPP também participa do esquema?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Participa. A Enir, né?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Enir.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Justamente. A Enir Rodrigues de Jesus – EPP.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É comercial Rodrigues.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse Enir existe?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Existe.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele é...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ela.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ela?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ela.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Só cede o nome?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Só cede o nome.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ela faz o quê? Ela é...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ela trabalhava na empresa e foi... inclusive, na operação, foi presa também. Mas ela só entrou com o nome. Só cedeu o nome.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E isso foi pago em cheque? A EPP pagou em cheque à *Factoring*?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em cheque.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não sabe quem inspecionou esse veículo quando a Planam o adquiriu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor falou, curiosamente, que houve uma escolha. Como foi essa escolha?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Veja bem: a necessidade inicial era de um microônibus ou de um ônibus. Só que, na oportunidade, a única pessoa que nós poderíamos vender o veículo a pré-datado e já a entrega imediata, sem fazer um cadastro ou financiamento, seria essa pessoa que fez esse veículo para nós, que financiou, em tese, esse veículo para nós.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Que é o da VR?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que é o da VR, que era o único veículo que nós tínhamos, no momento, para fazer entrega.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o Senador aceitou. Toda a negociação foi feita via Lino Rossi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Via Lino Rossi. Deve ter sido aceita porque ele usou o veículo por um bom tempo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na planilha da Planam, aparece a coluna intitulada “Senha” e a palavra “Crist”. O senhor disse que se tratava de Cristianne.

Então a pergunta é a seguinte: todos os deputados que têm o nome na frente “Crist” têm envolvimento com...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual era participação da Cristianne Mayrink nesse esquema?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ir atrás do parlamentar, nos apresentar, ou haver uma conversa com os parlamentares, no qual ela fez alguns parlamentares.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Existe algum senador envolvido com a Cristianne?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na revista *Época* foi dito que ela tratava dos acertos com os deputados. Cerca de 25. Como eram esses acertos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na revista *Época* não foi feito uma... não foi feito o que ela tratava. Ela conversou com os parlamentares para nos trazer junto a eles, no qual houve vários parlamentares que ela fez esse tipo de trabalho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas ela não acertava?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Acertava, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Só fazia o contato?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fazia o contato inicial, nos levava lá, e nós fazíamos o acerto, a tratativa, igual foi feito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E ela não fazia entrega de recursos em espécie, de dinheiro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, ela ganhava comissão dela. Ela era uma relações-públicas nossa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas ela não entregava o dinheiro para os deputados?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, ela não chegou a entregar, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem entregar o dinheiro para os Deputados e Senadores?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu. Na maioria das vezes, eu; o meu pai, algumas vezes; e o próprio Ronildo, algumas poucas vezes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quanto a esses R\$16 mil (dezesseis mil reais) na conta da Cristianne que a CPI descobriu, como esse dinheiro foi parar na conta dela?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pagamento de serviço dela.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor mesmo pagava? Era uma comissão?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Uma comissão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pagava?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu paguei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para mim, está de bom tamanho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Pergunto: o Kuky...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN –

Sim...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – ...é um agiota. Ele já foi preso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

Ele nunca foi preso. Quem foi preso foi irmão dele, o Valdir Pirã.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Que também é da mesma *factoring*?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, é de *factoring* diferente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Então a dele...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não

tem nada a ver. Ele nunca foi preso e ele não é agiota. Ele tem uma empresa de fomento mercantil, né?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – É, a chamada *factoring* de fomento mercantil.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN –

Isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Senador Demóstenes, porque eu achei uma coisa tremendamente estranha e estou até preocupado: se a Polícia Federal faz uma operação, pega na gaveta dele o recibo transferindo, quer dizer, aquele recibo que a pessoa assina em branco para depois passar o carro para outro, e o carro é passado para o nome de outro, como V. Ex^a descobriu, como pode ter acontecido isso, Senador? Essa é uma coisa supera estranha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nós vamos ter que requisitar ao Detran de Mato Grosso...

E inquiridor. Não, a Polícia Federal é que tem que mostrar o recibo dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sim, o recibo, e isso nós vamos pedir, mas vamos pedir também ao Detran do Mato Grosso...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – O documento de transferência, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ... para saber como esse documento foi transferido.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Coisa estranha essa. Luiz, é o que disse para o seu pai, eu acho que...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Está me informando a Assessoria que é uma coisa muito fácil, é só pedir uma segunda via na documentação. Mas aí a documentação estava justamente no nome ter José Luiz Cardoso, que, eu insisto, é a pessoa que nós precisamos saber quem é.

E senhor não sabe também, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho conhecimento sobre essa pessoa.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – É uma situação que eu digo o seguinte: eu, pelo menos, em toda essa confusão, como falei para o seu pai, para mim, o princípio é a emenda parlamentar. Com a emenda, tem-se todas as operações. Inclusive, eu era sub-relator – e saí – da CPI que eles chamavam de “Esquema criminoso”, vamos dizer assim, que era a entrada da emenda – veja se estou errado –, e, na hora em que a emenda entrava, vocês pagavam 3%; na hora em que vocês assinavam o contrato, pagavam mais 3%; e na hora que saía o dinheiro, 4%. Mais ou menos isso: três, três e quatro. Dez. Foi isso que eu pelo menos vi em um depoimento, não sei se foi no seu ou no do seu pai.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A

princípio, seria isso, mas tem ocasiões em que nós pagamos 100% adiantado e não recebemos até hoje.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – É aquela história: apostou errado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN –

Quem paga mal paga duas vezes, né?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Eu não sei. Essa confusão toda aí não é nem pagamento. Não sei como é isso.

Eu realmente não consigo encontrar onde – a não ser que seja na palavra, e aí não temos a prova – o Senador Magno Malta combinou, não entregou, e aí “deu o tombo”, como o Senador Demóstenes... é muito difícil ter uma prova nesse sentido.

Eu não tenho mais nenhuma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Mais algum Senador?

Com a palavra o Senador Sibá Machado, por gentileza.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Luiz An-

tônio, eu ouvi você falando há pouco de um episódio que até agora, até agora, em nenhum depoimento, nem no seu, nem de ninguém que já prestou depoimento, seja na Polícia, ao juiz, ou à CPMI, essa fase em que você citou o Senador Magno Malta como senador eleito, mas que ainda não havia tomado posse.

Você poderia explicar melhor essa fase?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Desculpe, como é, Senador?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu estava almoçando, mas você falou de um episódio do Senador Magno Malta quando ainda Deputado Federal, já eleito Senador, mas antes de assumir. Isso seguramente tipo final do dia 2002.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – De 2002.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor poderia reproduzir mais ou menos esse episódio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A primeira conversa, primeiro inicial foi após as eleições na Câmara dos Deputados...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Com ele mesmo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acredito que sim. Meu pai esteve com ele, deve ter tido com ele...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não foi você quem esteve?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não fui eu. Eu falei, no início do depoimento, que eu não estive nenhuma vez com o senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Você jamais esteve com ele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Já mais estive com o senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Você alguma vez esteve no gabinete dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Estive. Com o Azencler.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Com quem você falou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com o Azencler.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quem é o Azencler?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Chefe de Gabinete dele.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Chefe de Gabinete?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Chefe de Gabinete dele.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tratou de quê lá, Luiz?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fomos até o gabinete dele para ver se o Senador estava lá. Se eu não me engano, o Deputado Rossi...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A título de quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Para conversar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Para tentar oferecer o seu serviço a ele? É isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não chegamos a conversar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, mas você foi com essa intenção?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com essa intenção. Com essa intenção.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca conseguiu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E o Chefe de Gabinete teria prometido alguma coisa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Também não combinei com ele nada.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nada? Tentou e não conseguiu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não chegamos a conversar. Nós fomos para falar com o Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quem levou o senhor lá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Se eu não me engano, o Deputado Lino Rossi estava presente nessa ocasião.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Lino? Não tem certeza? É possível que esteja?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não me recordo, é possível que ele tenha...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É possível que ele esteja.

Luiz, é o seguinte: a respeito do Senador Magno Malta, ele já foi à tribuna do Senado e fez, por mais uma vez, pronunciamentos a respeito daquilo que eu considero parte da defesa dele. Ele afirma algumas coisas que não é mais segredo para ninguém, como, por exemplo, primeiro, que ele tem amizade, já de um certo tempo, com Lino Rossi – ele admite isso –; e, segundo, que ele pediu um carro a Lino Rossi, que o cedeu.

Daí, quem era o verdadeiro dono do carro, ele disse que jamais sabia. Ele pediu um carro emprestado, o Lino o arrumou, e ele usou o carro. Em um determinado momento, quando estava longe da data em que surgiu esse episódio todo na imprensa e aqui na Casa, ele já havia devolvido o carro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fiquei sabendo disso após...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele havia devolvido o carro para quem o deu: Lino Rossi. E Lino Rossi fez outra coisa: procurou o Senador Romeu Tuma, Corregedor da Casa, e teria dito ao Senador Romeu Tuma, por escrito, que ele seria responsável por essa situação.

O que me vem é a seguinte questão: tem aqui uma cópia de recibo de uma empresa chamada Transgrancap, que transporta carros...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu sei.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Que recebeu R\$750 de Lino Rossi – é o que está aqui – por ter transportado um carro de Vitória, Espírito Santo, a Cuiabá, na data do dia 2 de setembro de 2005. Então, se esse documento é verdadeiro, é claro que o carro foi devolvido nessa data.

Então, a minha preocupação: você jamais esteve em com o Senador Magno Malta,...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca estive...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...tinha uma expectativa de negócios, cuja pessoa que fez a ponte é Lino Rossi, que já não tinha mais mandato, não era mais Deputado. Ele chegou a fazer negócio contigo quando era Deputado. É isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele fez com...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Fez quando era Deputado. Então, não seria provável que Lino Rossi poderia estar querendo continuar a fazer negócios com você, com a sua empresa, baseado, digamos, em interesse pessoal dele, coisas desse tipo, envolvendo um nome desnecessariamente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O que eu acho, senador? O meu ponto de vista? Ou... eu estou falando dos fatos que ocorreram.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, é que você levanta uma idéia de que você tinha expectativas de negócio. Quero ver se você não foi enganado por outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá, creio que devemos fazer as perguntas, porque depois vamos pegar os depoimentos, ver as contradições. Não vamos conceituar e nem dar opinião. Queremos a opinião dele apenas sem muitas delongas. É porque daqui a pouco o senhor vai receber os depoimentos. Depois.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É que, na verdade, como tive oportunidade de falar com ele em outros ambientes, em outros momentos...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Veja aqui o Demóstenes Torres fazendo as

perguntas que nós sabemos de tudo. Temos toda a documentação aqui. Só queremos saber o que ele está dizendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Entendeu? É só para...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É que ele fez umas duas falas aqui no começo e eu queria, com essa no final aqui, cruzar uma com a outra. Só para...

Então, o que eu estou querendo dizer é que houve todo esse episódio, esse trâmite, há documentos cruzando papéis, e você está dizendo que todos os momentos, em outras oportunidades, que levou uma expectativa Senador Magno Malta de participar de negócio com você. Estou fazendo outras perguntas dizendo que esse caminho pode ter encaixado numa expectativa outra pessoa contigo, que já não tinha mais mandato e que assumiu responsabilidade no episódio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Estou tendo acesso a parte do interrogatório justamente referente ao Senador Magno Malta, que o senhor deu justamente à Justiça Federal.

Então, o senhor diz o seguinte. Em Mato Grosso, em relação ao Senador Magno Malta, respondeu as perguntas que se seguiram; que o interrogando foi apresentado Senador pelo Deputado Lino Rossi em setembro de 2003.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em 2002.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Aqui está dizendo 2003. E aqui está dizendo que o senhor não conheceu o Senador Magno Malta. Como o senhor explica isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, quem esteve com o Senador foi o meu pai.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, o senhor, lá em Mato Grosso...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na ocasião, foi falado. Sei disso. Mas quem esteve com o Senador foi meu pai.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Diga-me uma coisa: quando foi que o senhor falou a verdade? Foi lá ou aqui?

Lá o senhor disse claramente: “que o interrogando, Luiz Antônio Trevisan Vedoin, foi apresentado ao Senador pelo Deputado Lino Rossi.” E mais: “que o senador teria comentado com o Deputado que estava precisando de um veículo para rodar no interior do estado Espírito Santo; que o Deputado comentou com o Senador que conheci alguns empresários que

poderiam conseguir um veículo para ele mediante a destinação de recursos de emendas na área de saúde para aquisição de unidades móveis; que o senador é pouco interrogando, que é o senhor, conversaram sobre o assunto e chegaram a um acordo; que o senador se comprometeu a realizar uma emenda para o exercício de 2004 no valor de um milhão para aquisição de unidades móveis de saúde pelos municípios do Espírito Santo...”

Então, o senhor disse lá, nesse depoimento, que o senhor esteve com ele e que negociou diretamente com ele.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quem esteve com o senador se meu pai.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, essa informação que o senhor deu lá... concorda?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senador Demóstenes, permita-me só um complemento a sua pergunta?

Você disse que o seu pai esteve com o senador...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quando ele era parlamentar... quando ele era Deputado Federal.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas você tem segurança disso? Ele esteve mesmo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Podemos perguntar para ele.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Já foi perguntado hoje, e ele negou.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não pode interferir.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu estou com a palavra. Paciência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Paciência.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então só para ficar bem claro aqui: você não tem certeza?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o senhor nunca esteve com o senador então?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Com o Senador nunca estive.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor já esteve?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Com o Senador, não. Estive no gabinete do Senador uma ou duas vezes com o Azencler.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor esteve com ...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com o Rosencler.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Tratando da...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Chegamos lá para falar com o Senador. Só que, na oportunidade, ele não estava no gabinete.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E estava cobrando porque ele não apresentou...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não chegou... era a tratativa... era nas tratativas mesmo. Não foi no intuito de cobrar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas já tinha acertado que ele apresentaria emenda.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Já tinha sido acordado entre o Deputado Lino que seria feita a emenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Deputado é que acertou. O Lino Rossi é que acertou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Lino Rossi fez o acerto da emenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E os senhores foram lá fazer o quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Falar com senador porque o Deputado Lino Rossi ia nos apresentar ao Senador, ia me levar lá para apresentar ao Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, se ia apresentar, realmente, o senhor não esteve com senador.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não estive com o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como é que é o senhor declara que esteve? Está aqui a cópia do depoimento. Vou passar para o senhor e passar ao seu advogado. *(Pausa)*

Quero perguntar, em primeiro lugar, esse documento é autêntico? Ele no foi passado agora pelo advogado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi sim.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Está no processo, Ex^a.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tenha calma, não é? Se o senhor for o depoente, vamos tirá-lo daqui e o senhor depõe no lugar dele.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – O Senador Magno Malta...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza, o senhor não pode interferir, doutor. Por gentileza.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me apenas uma sugestão? Sei que o advogado está ansioso. Mas aqui cada um tem uma linha de pensamento. Vamos analisar os fatos com a cabeça de cabeça de cada um. O importante é os registros que ficam desse depoimento. Não se avexe.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas é um advogado. Ele não pode...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estou dizendo que ele não se avexe, porque o que nos interessa aqui é o que vai ficar do depoimento. Mais nada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está tudo gravado. Eu até já determinei a de gravação. Isso tudo nós vamos analisar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Confere? Lá o senhor disse que...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não estive com o Senador. Houve uma conversa como senador, entre o Deputado Lino Rossi e o Senador, de que iria ser feita uma emenda e que foi dado o veículo dessa forma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O veículo foi dado em setembro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concluímos?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para mim está de bom tamanho.

Mas, se vamos concluir, quero fazer três requerimentos em relação a isso. Quero pedir, primeiro, a oitiva dessa pessoa, o depoimento dessa pessoa, em cujo nome estava o carro: José Luiz Cardoso. Segundo, o Senador Magno Malta apresentou um recibo de transferência da empresa Transgrancap, Transporte de Veículos, que é a empresa do Espírito Santo que teria transportado o carro. Só que o recibo está em branco. Não está assinado. Justamente. Então eu queria solicitar, não que pedisse ao gabinete do Senador, mas que pedisse diretamente a empresa que mande o documento que comprove – porque um documento sem assinatura não tem qualquer validade – que esse carro realmente foi transportado na data de 2 de setembro de 2005, e entregue ao Sr. Lino Rossi.

O terceiro documento, eu gostaria que V. Ex^a requisitasse ao Detran o histórico desse veículo, desde quando ele saiu da concessionária até o dia de hoje, mostrando a data da transferência desse veículo e os documentos, a cópia dos documentos, que autorizaram essa transferência nas datas correspondentes.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Encerro o Item 2...

Antes de dar sequência, quero dizer que passa a integrar agora o Conselho, aprovado já pelos Senadores, como membro titular, o Senador Giovani Borges.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Agora o Senador Paulo Otávio para relatar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vou conceder a palavra ao Senador Paulo Otávio como Relator da citação da Senadora Serys Slhessarenko.

Com a palavra o Senador Paulo Octávio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Luiz Antônio Vedoin, o senhor confirma todos depoimentos anteriores?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em depoimento à Justiça, o senhor disse que conhecia o Sr. Paulo Roberto, o Sérgio e o Pontes Lacerda. É seu amigo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Sérgio, sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele possui uma construtora na cidade de Cuiabá. O senhor conhece?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele é proprietário de uma construtora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Proprietário de construtora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em Cuiabá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E isso. Em Cuiabá e Poços Lacerda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E como foi conhecimento com o Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Através do Sérgio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele o apresentou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Me apresentou. Me levou até a minha empresa o Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, o Sérgio pegou o Paulo Roberto e levou na sua empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Levou na minha empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Marco encontro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Sérgio, normalmente, ia na minha empresa quase todas semanas que a gente estava lá, ele ia na empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sérgio é amigo do Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Conhecido dele. Amizade... o teor da amizade... o grau de amizade...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele me apresentou como amigo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Como amigo dele. Como conhecido amigo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No depoimento que foi feito, o senhor disse que entre os meses de setembro, outubro, de 2003, o Sérgio levou Paulo Roberto algumas vezes na empresa. Confere?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esses encontros eram o quê? Encontros de bate-papo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ia lá para conversar... ele acompanhando o Sérgio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E ninguém agendada? Eram só encontros...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É, sem agenda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ninguém agendava? Eram só encontros espontâneos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sem agenda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sem agenda.

Algum motivo especial?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então foi estabelecida uma amizade com Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Amizade, não, mas um conhecimento com ele. Inclusive, numa festa, tive oportunidade de conversar com ele numa festa junina do filho dele. Depois, em 2004, com os sobrinhos da filha dele. Comecei com ele diversas vezes depois.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nessas conversas...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nos vãos...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nessas conversas, o assunto de emendas era tratado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi tratado uma vez no escritório. Ele falou que precisaria

de um recurso para pagar um valor de campanha, e foi repassado o valor para ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No mesmo dia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, foi agendado um outro dia, uns quinze dias após. Houve uma conversa do que ele poderia falar com a Senadora para ser feito uma emenda e que foi repassado o valor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então ele falou que ia pedir à Senadora para fazer uma emenda...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E depois pedir através...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E foi estabelecido valor da emenda?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acima de um milhão.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Acima de um milhão ?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acima de um milhão.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando a emenda é de um milhão, qual é o percentual?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Todos os percentuais, na maioria das vezes, era 10%.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A média é 10%?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É 10%.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, teria direito a 10%?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A 10%.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E aí adiantou 35 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pediu que fossem adiantados R\$35 mil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nesse encontro que o senhor diz ter com o Paulo, ele teria alegado que estava precisando de R\$35 mil para pagar uma dívida. Confere?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pediu R\$35mil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E depois chegaram a acordo: a Senadora Serys apresentaria uma emenda genérica para 2004. É isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No valor superior a um milhão de reais. Que municípios?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Genérica.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Genérica. E nessa negociação, então, foi acertado o quê? Se conseguissem aprovar a emenda e, liberada a emenda, ele pegaria a diferença?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A diferença.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – R\$75 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É, só que apresentou emenda no valor de 700mil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Setecentos mil. A emenda foi de 700?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu disse, no mesmo depoimento, que o Paulo Roberto estaria ligado a construtora dinâmica...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É Dismafee o nome. É Dismafee e Dinâmica. É Dismafee também. Depois, no meu depoimento, eu falo de novo sobre esse assunto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É que o seu pai disse que não é com a Dismafee.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É Dismafee.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É Dismafee?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É Dismafee.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele é o quê? Proprietário? sócio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, conhecido. Ele, algumas vezes, eu...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele é conhecido?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É conhecido.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não tem ligação acionária?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, que eu tenha conhecimento, não. É conhecido da Dismafee.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O que o senhor sabe a respeito das relações do Paulo com a Senadora Serys? Como são as relações? Tem alguma... Na conversa que vocês dois tiveram, ele colocou o quê? Que teria influência sobre a Senadora?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que ele teria influência, que ele vinha a Brasília. Diversas vezes, encontrei com ele em vôos também a Brasília. Encontrei com ele no aeroporto...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Hum, hum.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não chegamos a falar “Eu tenho sobre a Senadora...” Eu combinei com ele acreditando que ele tivesse acesso sobre a Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Você não pesquisou antes para saber se ele tinha. Você entregou os R\$35 mil...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, foi uma conversa, na qual ele falou que ia fazer a emenda, que ele ia pedir para a Senadora fazer a emenda. E foi entregue os R\$35 mil (trinta e cinco mil reais).

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Você tinha, por exemplo, uma ficha dele? E se, por acaso, ele não tivesse relação com a Senadora? Vamos supor que ele fosse um genro afastado ou brigado: você perderia os R\$35 mil (trinta e cinco mil reais)?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Perderia o dinheiro, os R\$35 mil (trinta e cinco mil reais).

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não fez nenhuma consulta prévia para saber se ele era realmente de confiança?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nenhuma. Confiei no Sérgio, porque foi o Sérgio que me apresentou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sérgio falou que ele era de confiança?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que era de confiança.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Da Senadora?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Da Senadora. É, falou que ela iria honrar o que ele fizesse compromisso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele poderia falar pela Senadora? Com a Senadora Serys o senhor nunca esteve?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca estive. Nem por telefone, nem contato.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Já esteve no gabinete?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nada? Não teve nenhum contato? Absolutamente nada?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nada. Nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o Paulo? Ele falava que estaria falando pela Senadora?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele falava que ia falar com a Senadora para fazer a emenda na área de saúde, unidade móvel de saúde.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele alguma vez telefonou para a Senadora na sua frente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na minha frente, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não fez nenhum contato com ela na sua frente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nenhum. Na minha frente, nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor afirmou que entregou R\$35 mil (trinta e cinco mil reais).

Confere? Em espécie.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em espécie.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Isso foi tirando de um banco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi sacado do banco.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Hum, hum.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Provavelmente, sacado de algum banco.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Lembra a data?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em torno de setembro ou outubro de 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Setembro de 2003.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Setembro ou outubro de 2003.

Com base em que elementos de convicção o senhor acredita que a Senadora Serys tinha conhecimento das negociações com o Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pelo que ele falava. Ele tratava comigo que ia ser feita a emenda. Não cheguei no mérito de ele falar com a Senadora: ah, falei com a Senadora. Ele nunca falou isso. Ele tratava...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando ela apresentou a emenda?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – No final de 2003 para 2004. No orçamento de 2004.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, você entregou em espécie entre setembro e outubro...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E a emenda foi apresentada em novembro, dezembro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele levou para o senhor uma cópia da emenda?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, porque eu não precisava. Eu consultava pela Internet.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ah, perfeito. Você tinha...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Depois, eu continuei o contato com ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando você viu lá a emenda, resolveu o problema...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Resolveu o problema...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A emenda, de quanto era?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi apresentada no valor de R\$700 mil. Aí eu sugeri que fosse apresentada a sete municípios de R\$100 mil. Ele apresentou seis de R\$104 mil e o restante no valor de uma obra do Município de Campo Novo. Foram seis municípios que ele apresentou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por que ele só apresentou R\$700 mil se havia tratado com o senhor R\$1 milhão?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não sei o motivo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor disse também que, na virada de 2005 para 2006, se encontrou com o Assessor Policena...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...da Senadora Serys.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como é que o senhor o conheceu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Já conhecia o Policena.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esse encontro foi de sua iniciativa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Encontrei com ele ali no Salão Verde, na Câmara dos Deputados, na frente do Plenário.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Assessor falou que estava conversando com o senhor em nome da Senadora ou não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Encontrei com ele casualmente. Encontrei com ele, falei com ele da situação, falei para ele que as emendas não tinham sido executadas e que não tinham sido liberadas, que já tinha passado R\$35 mil para o Paulo, e ele falou que ia tomar providência e me retornaria.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor fez algum outro pagamento ao Paulo Roberto, além desse?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu me lembre, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Porque existe a história de um cheque.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu ouvi essa história. Não me lembro, não me recordo desse cheque.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quer dizer que, na realidade, foram somente os R\$35 mil? O cheque...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu me recorde, sim, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor se recorda de todos os encontros com o Paulo Roberto, não é isso? Recorda-se até de ter se encontrado com ele numa festa junina...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso, no ano 2004.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...com os filhos dele e tal. Agora, não se recorda do cheque.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não me recordo do cheque.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu pai falou da existência de um cheque...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, absoluta certeza de que os R\$35 mil foram em dinheiro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quando eu entreguei os R\$35 mil, foram em espécie, na minha sala, na presença dele. Estava o Ivo e o Sérgio também estava presente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quer dizer que o senhor afirma que não houve cheque...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu tenha conhecimento, não. Escutei pela imprensa do referido cheque. Eu não tenho conhecimento do cheque. Quando foi feito o pagamento, foram R\$35 mil. Se existe cheque, foram mais R\$35 mil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Paulo Roberto declara que há um cheque.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não tenho conhecimento. Eu tenho conhecimento pela imprensa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só pela imprensa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Só pela imprensa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele alega que foi um pagamento em cheque.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele alegou que foi em cheque, mas eu reafirmo que foi em dinheiro, em espécie, na minha sala.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando o senhor viu na imprensa o negócio do cheque, o que o senhor entendeu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Entendi nada; entendi que tivesse passado mais R\$35 mil para ele. Acredito, não é?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, o cheque não existe?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Do meu conhecimento, não. Não fui eu que fiz o cheque, não fui eu que entreguei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Está certo.

Na contabilidade de vocês, esses R\$35 mil existem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho conhecimento. Dos 35...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Que você deu.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Contabilidade na...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Contabilidade de empresa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não foi contabilizado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Isso era o quê? Era um caixa dois?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É. Não seria um caixa dois, porque a contabilidade da empresa não seguia isso corretamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então sacava, porque para sacar R\$35 mil é difícil, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – São várias empresas. É difícil em qual forma?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O banco exige comprovação...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. O nosso nunca exigiu.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Fiz saques muito maiores, e nunca houve pedido de comprovação nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Então, esses R\$35 mil não foram contabilizados

e não existem. E esse cheque que o Paulo Roberto disse que recebeu também não existe?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu tenha conhecimento, Senador... Fiquei conhecendo através da imprensa. Se existe... Deve existir. Se ele apresentou o cheque, com certeza existe, não é? Aí pode ter sido um furo da minha parte não ter contabilizado ou não ter me recordado desse valor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Trinta e cinco mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Trinta e cinco mil. Se apareceu o cheque, com certeza, se esse cheque foi parar na conta, algum motivo houve, não é?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Trinta e cinco mil em dinheiro, o senhor deu...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em dinheiro, eu passei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E R\$35 mil em cheque, esse cheque não foi dado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Por mim, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E não existe outro cheque? A afirmação é de que não há outro cheque.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Veja bem, Senador, que eu tenha conhecimento, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E essas emendas foram todas executadas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Duas de 104.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só duas de 104?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Só duas de 104.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E as outras?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – União do Sul, o dinheiro está na conta ainda; Poxoréo e Colíder foi feito... União do Sul, inclusive, entreguei o veículo. Após a operação, o Prefeito devolveu o veículo, que seria a terceira, não é? Cana Brava não tive contato nem Ponte Branca... Cana Brava, Ponte Branca e o sexto município, não me recordo, mas está nas planilhas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esses dois veículos que foram entregues foram por que valor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cento e quatro mil. A emenda era de 104.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Cada veículo, R\$104 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cento e quatro mil reais.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esse veículo é especial?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, no caso de Colíder e Poxoréo, eram dois veículos, simples remoção.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – São veículos, então, nesse valor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nesse valor mesmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Com os equipamentos apropriados...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Era aprovado pelo Ministério...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essas cidades já tinham ambulância antes?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Se já tinham ambulância?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – São cidades pequenas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – São cidades... Não, não chegam a ser pequenas. Em torno de 20 mil habitantes, acredito.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esses dois que foram entregues estão rodando normalmente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Devem estar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vocês fazem manutenção desses veículos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quem faz a manutenção é a concessionária, na parte mecânica; na parte de transformação, a gente dava manutenção, sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

Então faltam ainda, nesse caso específico da Senadora, se foram adiantados R\$35 mil e só foram executados R\$200 mil...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Duzentos e oito.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Duzentos e oito, na realidade, ela continua devendo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Teria um crédito em si, não é?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vocês têm um crédito com ela?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Teria, né?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E, quando apresentou as emendas e você viu na Internet essas emendas apresentadas e aprovadas, de R\$700 mil, ela teria direito a mais R\$35 mil, o genro dela, quero dizer, ele não foi procurar vocês, não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, porque o combinado seria na execução. O combinado inicialmente era R\$1 milhão.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Certo. Foi combinado R\$1 milhão. Aprovou R\$700 mil...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Apresentou 700.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas ele não procurou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, continuou conversando. Perguntei para ele o motivo de serem 700. Futuramente ia compensar numa outra emenda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas ele nunca cobrou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Falou que tinha compromissos, que teria que atender vários municípios... E a conversa é essa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas ele cobrou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não cobrou porque eu não cheguei a executar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, essa conversa nunca houve, a conversa de ele cobrar mais 35.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na execução ele seria pago. Eu combinei 10% com ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então ele não o incomodou antes? Não falou: ah, vem cá, estou precisando...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, incomodar, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não houve cobrança nenhuma?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Então, na sua cabeça, você estava devendo mais 35 só quando fosse executada.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quando executasse.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – As licitações...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E, nesse processo dessas duas licitações, houve alguma interferência da Senadora Serys?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Junto aos prefeitos?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Os prefeitos já sabiam que tinham que me procurar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ah, os prefeitos o procuravam?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Os prefeitos me procuraram.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E houve licitações nas duas cidades?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Houve licitações.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor participou sozinho?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sozinho.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não havia outra empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nenhuma outra empresa.

Não, veja bem, Senador, havia outras empresas ligadas a mim, não é?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ah, havia outras ligadas a você. Então era uma licitação...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Se for lá, deve ter seis empresas que participaram.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Deve ter algo em torno de seis empresas que participaram do processo, todas ligadas a mim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então davam os preços todos...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como eram os preços? Cento e quatro, 102, 101...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cento e quatro, vencedora, com a contrapartida foi para 114; e o restante acima do valor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – As outras empresas todas eram ligadas a você?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Algumas, sim.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Relator, V. Ex^a me permite um aparte?

Na verdade, é muito mais do que seis empresas. Eu li o depoimento principal. E eles batiam no teto de 104 porque o Ministério da Saúde botava esse teto.

Eles não podiam passar desse valor em função daquele equipamento. Então... A não ser que ele não entregasse o equipamento completo. Daí poderia haver essa diferença; eles economizariam nessa diferença, entendeu?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Agradeço a participação.

Só quero entender mais uma coisa, Luiz Antônio. A participação da Senadora se limitou, então, a encaminhar emendas ao orçamento. Ela nunca ligou para a prefeitura...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O prefeito nunca falou que teve contato com ela...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nem com os prefeitos... Quem mantinha contato era a Estela.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Era quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Maria Estela, uma secretária minha...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ela ia nos prefeitos e falava: tenho uma emenda aqui de R\$104 mil...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ou os prefeitos a procuravam e falavam que era para ser executado conosco.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Os prefeitos tinham muita pressa em aprovar, em liberar, em comprar as ambulâncias?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pressa? Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E, nessas prefeituras, vocês também tinham esquema de pagamento de alguma coisa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sobre os municípios... Eu gostaria de não falar sobre esse assunto dos prefeitos; restringir à Senadora Serys.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Muito bem. Então a Senadora Serys não procurou vocês, você nunca teve contato, você não conhece, nunca esteve com ela, nunca esteve no gabinete dela.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – “Conheço ela” de vãos; conheço até porque é uma pessoa pública do Estado do Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Obrigado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, o Relator Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Uma vez que nós estamos aqui com o Sr. Darci, após a conclusão de depoimento, eu gostaria de solicitar, se houvesse aquiescência do Sr. Relator e dos demais Senadores, que nós fizéssemos uma acareação entre o Sr. Darci e o Sr. Luiz Antônio especificamente sobre a questão do cheque, porque o Sr. Darci disse que o filho falaria sobre o cheque que foi dado, enquanto ele diz que não existe cheque nenhum. Então nós poderíamos fazer essa acareação, uma vez que os dois se encontram aqui. Se assim fosse deliberado, nós poderíamos esclarecer de imediato essa situação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Presidente, eu não sei qual seria o recurso regimental que nos permitiria acatar a sugestão do Senador Demóstenes, mas seria melhor não fazermos isso, porque não é somente esse ponto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não é só esse ponto; existem outros.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Outras contradições?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Outras contradições. Eu preferia até que nós não o fizéssemos, até mesmo para cruzarmos o que foi dito aqui com documentações e sermos mais elucidativos a partir disso, porque há mais pontos além desse que V. Ex^a está dizendo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador Sibá, quanto a esse aspecto, nós podemos fazer. Depois, se houver outros, nós poderemos repetir quantas acareações forem necessárias.

Estamos vivendo neste momento o que a lei autoriza para a acareação: sobre o mesmo ponto, duas pessoas têm versões diferentes. Os dois estão aqui. Isso, para mim, é da maior relevância em relação ao caso da Senadora Serys. O pai disse que existe um cheque e que o filho falaria sobre o cheque.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Que ele falaria sobre isso, exatamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o filho nega isso. Então, se nós colocássemos os dois frente a frente...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como também ele acaba de dizer que o pai falaria melhor sobre outro assunto quando ele já havia dito que ele mesmo o faria.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Seria apenas sobre esse assunto, Senador Sibá. Então esclareceríamos o problema do cheque. Se houver outras questões, chamaremos novamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pode ser outro dia. Mas, nesse caso...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Fazer de imediato, hoje?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Agora. Ele está aqui; não foi embora. Então, perguntaríamos sobre o cheque apenas. Foi dado ou não o cheque?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores estão de acordo?

O SR. OTTO MEDEIROS – Pela ordem, Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pelo que eu notei no depoimento, a parte operacional era toda do Sr. Luiz. Quem operacionalizava todos os negócios era o Sr. Luiz. O pai, na verdade, seria o homem de relações públicas. Agora, quem operacionalizava era o Sr. Luiz. Se V. Ex^a quiser fazer isso, será importante, mas já tenho a conclusão de que ele vai falar que se o filho disse que não havia é porque não existe. Mas é importante, sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então faremos sobre este ponto e os dois pontos que eu gostaria de tratar também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pode dizer. Se houver contradição, poderemos fazer.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Perfeito.

O SR. OTTO MEDEIROS – Pela ordem, Presidente.

Salvo engano...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, o Sr. Advogado.

O SR. OTTO MEDEIROS – Salvo engano, o Sr. Darci Vedoin não positivou a existência do cheque; ele informou ao Conselho que, se esse cheque existe, quem sabe é o Luiz Antônio. E o Luiz Antônio está dizendo que esse cheque não existe.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não é que não existe; eu falei que não tenho conhecimento. Eu não me recordo desse cheque.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nós podemos recorrer às notas taquigráficas...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Poderíamos adotar o seguinte: enquanto não chega esse trecho das notas taquigráficas, vamos continuar aqui. É bom esclarecer essa dúvida mesmo. Sair daqui com dúvidas será um problema.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O cheque, eu não falei que não existe. Eu falei que não me recordo desse cheque. Eu passei R\$35 mil em dinheiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não é questão de jogar o senhor contra a parede; é no sentido de esclarecimento. Só isso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E eu estou esclarecendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Se esclarecer, acaba a dúvida.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Está ótimo, então. Podemos prosseguir.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu queria que o senhor precisasse, Sr. Luiz, além do senhor, quem operava as finanças, essa parte da operação financeira mesmo dos negócios como um todo. Era apenas o senhor ou o Sr. Darci também participava? Quem mais participava? Quem fazia essa parte contábil e administrativo-financeira dos negócios?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Vou me restringir a responder sobre a Senadora Serys.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas estou perguntando porque a minha pergunta encaixa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fomos nós. Apenas eu fazia o pagamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Única e exclusivamente o senhor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pagamento, não; que fazia o levantamento, fazia o controle, não é?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Certo.

Quando o senhor tratou dos 10% com o Sr. Paulo Roberto, seria sobre qual montante? Qual seria esse montante?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ficou acordado que fosse feita uma emenda no valor superior a R\$1 milhão.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E saíram 700. É por conta disso que nós estamos falando em R\$70 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E a hipótese dos 35 mais um pseudocheque de 35?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, eu paguei em espécie R\$35 mil. Se nós fizermos o levantamento, a quebra de sigilo da empresa, vamos verificar que houve um saque, entre setembro

e outubro, no valor de R\$35 mil, que foram repassados ao Paulo Roberto, na minha sala, na presença do Ivo e do Sérgio, porque eu entreguei em mãos para o Sr. Paulo Roberto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – São quatro pessoas que estavam lá, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

Sobre esse possível cheque de R\$35 mil, eu não me recordo. Ouvi falar pela imprensa. Seria muito fácil chegar aqui e dizer que foram passados mais R\$35 mil. Mas eu não me recordo dessa tratativa referente a esse cheque no valor de R\$35 mil. E eu ouvi falar que se trata de um cheque pessoal do Ivo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ou seja, o senhor jamais citou qualquer episódio sobre o cheque.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não citei e não me recordo. Poderia falar que foram 35 e que foram pagos R\$70 mil, referentes ao valor da emenda. Eu não falei e não me recordo desse cheque. Agora, afirmo para o senhor que pode ser que tenha sido entregue, mas eu não me recordo. E não houve anotação sobre esse valor.

O SR. OTTO MEDEIROS – Em relação à imprensa, gostaria que não continuassem as perguntas. Se eles quiserem filmar, nós podemos esperar que eles saiam.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não. Quando eles entrarem, vamos parar com as perguntas. *(Pausa)*

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Os municípios que foram definidos... Quem apresentou a relação dos municípios?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O próprio Paulo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Foi o Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi o próprio Paulo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele apresentou os seis ou sete municípios que você citou ainda há pouco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Seis municípios e o de Campo Novo, que era obra no valor de R\$80 mil.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele opera com alguns negócios nessa área também?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Qual área?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Porventura, a Planam e as empresas do consórcio também trabalham... Vamos dizer, havia esse trabalho aqui, mas elas concorriam também licitamente em outras emendas e ganharam porventura?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com certeza, muitas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Você teria uma idéia proporcional? Meio a meio, 40/60, quanto mais ou menos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho essa idéia. Não tenho esse levantamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Durante dois anos ou três, existe aquela obrigatoriedade de 30% do valor das emendas para a área de saúde e, com certeza, você teve essa oportunidade de participar, de concorrer normalmente com a prefeitura ou o Estado, ou coisa parecida...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quando eu tinha interesse, eu participava.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não entendi, não ouvi.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Onde havia interesse, participava.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E chegou a ganhar bastante dessa maneira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cheguei, bastante.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sem nenhuma preocupação de ter que conversar em particular com ninguém, com nenhum Parlamentar nem mesmo prefeitos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Algumas vezes, sim; em algumas licitações, sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, eu sei que algumas vezes o senhor teve que fazer de outra maneira. Eu quero saber da maneira correta, direta e objetiva se você também participou dessas emendas e se ganhou licitamente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Emendas, não. Recursos normais do Estado no Estado do Rio de Janeiro, no Piauí, Roraima...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, nesse caso de emendas parlamentares.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em emendas parlamentares, na maioria das vezes, ou era combinado comigo ou com outra empresa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sempre combinado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sempre combinado. Normalmente. Sempre, não; normalmente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas aí não...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Existia empresa em Minas Gerais que fazia parte de Minas...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Queria que o senhor me respondesse diretamente, porque isso é importante para mim. A Planam ou as empresas do grupo Planam participavam de licitações de emendas de saúde independentemente de fazer qualquer conversa extra com Parlamentares ou com prefeituras?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Independente de ser emenda também. Quando eu participava e era na mesa, eu não sabia se era emenda ou recurso da União ou recurso estadual ou recurso próprio. Eu não tinha essa noção. Participava normalmente. Onde me interessava eu participava.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto. E ganhava normalmente em alguns casos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em alguns casos, cheguei a ganhar; em alguns casos, perdi.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas representa quanto mais ou menos? O senhor tem idéia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho idéia.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nem um chute?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nem um chute.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor fez um depoimento dos mais longos da história judiciária brasileira; há quem diga que é o mais longo. E a maioria dos nomes que o senhor citou, pela notícia que se tem dos autos, foi a partir da metade para o final do depoimento. Mas o nome da Senadora veio logo de início; foi um dos primeiros a serem citados. Por que uma lembrança tão direta e objetiva desse caso e não dos demais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Porque o Dr. Jefferson Schneider começou pelos Senadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Começou por ali?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Começou pelos Senadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Partiu disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O senhor pode verificar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não foi iniciativa sua?

Foram nove dias de depoimento, não é isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A maioria dos Parlamentares começa a ser citada da metade para o final do seu depoimento, mas a Senadora Serys aparece logo no início. Estou perguntando por que, com tanta gente na memória, o Sr. Luiz Antônio se lembrou dela já no começo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Começou com a história da empresa, referente às empresas ligadas ao grupo. Depois, começou a perguntar sobre os Senadores e, posteriormente, os Parlamentares. Não houve um sorteio, não houve ingerência da minha parte sobre o Parlamentar A, B ou C.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Foi decisão do Juiz.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Decisão do próprio...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Opção dele, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Opção dele.

Entreguei a documentação que tinha sido apreendida; quem montou o roteiro foi o próprio Juiz.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O interrogatório foi do próprio Juiz.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele foi perguntando e eu fui respondendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Você já teve algum desentendimento com a Senadora, alguma coisa que você não gosta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não “conheço ela”.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não conhece?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não conheço. Conheço de vista, mas nunca tratei nada com a Senadora nem conversei com ela.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Está bem, Sr. Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Relator pede a palavra, por gentileza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tenho em mãos um depoimento do Paulo Roberto Ribeiro. Você conhece o depoimento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Conheço. O Paulo, conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não, o depoimento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ah, não. Do depoimento, eu não tenho conhecimento, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esse depoimento foi prestado no dia 10 de agosto de 2006, na Polícia Federal.

O seu filho estuda no Colégio Portal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Estuda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu filho se chama Lucas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu filho, Lucas, é amigo do filho dele, João Paulo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele diz no depoimento que esteve com o senhor numa festa no Colégio Portal.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não foi no colégio; foi no Parque Pantanal... Centro de Eventos Pantanal, onde foi a festa junina.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Mas do Colégio Portal.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Foi a essa festa junina que o senhor se referiu, não é isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi. Possivelmente foi nessa festa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E ele diz que o Sérgio nunca o levou ao encontro na Planam, nesse depoimento. Ele também diz que recebeu um pagamento de R\$37.200 através de um cheque da Caixa Econômica, do Sr. Ivo Marcelo, que é seu cunhado. Confere?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confere o cunhado, agora, do cheque eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor nunca perguntou ao Sr. Ivo Marcelo se ele fez esse cheque?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acho que nem o Ivo se recorda. O senhor vai ter oportunidade... O Ivo está aqui.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então o Ivo não se recorda, mas ele tem até o número da conta onde foi depositado o cheque. Esse assunto, o senhor nunca tratou com o Sr. Ivo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com o Ivo?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Com o Ivo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tratei com ele e não me recordo. Posso ter tratado, Senador; não me recordo. A única vez que eu fiz um repasse a ele, que eu me recordo, foi no valor de R\$35 mil em espécie, na minha sala.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É porque, no depoimento, ele alega que nunca se comprometeu a fazer emendas e nunca discutiu o assunto com o senhor. É um depoimento prestado agora, na Polícia Federal. Desse depoimento, o senhor não tem conhecimento, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, só pela imprensa; partes.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, desculpe. Do depoimento, não, mas do fato. Ele tem conhecimento do fato?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Do fato, ele tem conhecimento; do encontro no colégio, ele tem. Ele até falou sobre isso antes. A festa junina e tudo. Ele se encontrou. Mas ele disse que o encontro no colégio foi depois de o Paulo ter ido à empresa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi, isso mesmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E agora o Paulo alega que não foi à empresa; ele alega que foi. A contradição é apenas essa. Nesse depoimento, o Paulo Roberto alega que nunca foi à empresa; que houve o encontro numa festa junina, que os filhos são amigos.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quem é o Ivo e quem é o Paulo Roberto?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Ivo é cunhado dele.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Seu cunhado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – E foi ele quem pagou?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Supostamente, pela declaração do Paulo Roberto, ele deu um cheque para o próprio Paulo Roberto pela compra de equipamentos hospitalares.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele era sócio da empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Ivo? Não. Ele tratava do Projeto Bahia.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas dentro da empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Dentro da empresa, ele tem a participação, mas ele não... não tem ingerência nenhuma na empresa. Não tinha, né?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não tinha. Passou a ter?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tinha porque a empresa fechou, né?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o Ivo vendia equipamentos hospitalares?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, o Ivo nunca vendeu, nunca participou de licitação nem fez tratativas de equipamentos hospitalares, até porque não era ele quem fazia isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E esse cheque de R\$37.200?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pode existir esse cheque. Não tenho conhecimento. Se existe, foi parte do pagamento, porque eu nunca comprei equipamentos hospitalares do Paulo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu queria deixar registrado que é nítida a sua boa memória para todos os fatos, mas o senhor falhou numa coisinha pequena aqui: o senhor declarou que a Senadora Serys fez sete emendas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Setecentos mil, seis emendas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Seis emendas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Seis emendas, de R\$104 mil cada uma.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – São seis emendas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – São seis emendas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não são sete emendas?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas existe a de 80.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tem uma de 80, de Campo Novo, que eu não ia fazer, não ia trabalhar. Seis vezes 104 dá isso mesmo, acredito que sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Relator tem razão, são seis para os municípios e a sétima para obras.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quais foram executadas efetivamente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Colíder e Poxoréo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Colíder no valor de...?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cento e quatro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E de Poxoréo? Também 104.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Também. E União do Sul também, só que o Prefeito, após a operação, devolveu o veículo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas chegou a...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cheguei a entregar o veículo. Ele chegou a licitar, eu entreguei, só não recebi. Na hora que ele ia pagar, ele entregou o veículo, cancelou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então foram seis cidades.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu fiz três.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Três executadas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Executadas, três.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Seis disponibilizadas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso. Está no relatório.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Campo Grande, Cana Brava, Colíder, Ponte Branca, Poxoréo e União do Sul. É isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Campo Grande? Não é Campo Grande, não; Campo Novo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Campo Novo, Cana Brava, Colíder, Ponte Branca, Poxoréo e União do Sul.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Muito bem. Então fica registrado somente o depoimento do Paulo Roberto, que está aqui conosco, dado à Polícia Federal, dizendo que houve o encontro sobre o qual os dois concordam; houve um encontro no colégio em que os filhos dos dois são amigos. E, segundo o Paulo Roberto, o único encontro que teve com o Luiz Antônio foi nessa festa do colégio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pronto, Sr. Relator?

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – É um colégio de Cuiabá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – De Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Outro Senador deseja usar a palavra?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria que fôssemos um pouco mais

rápidos, porque ainda temos um depoente para hoje, que é o Ronildo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Já abriram a CPMI também.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria de ouvi-lo, porque amanhã será outra relação, a partir das dez horas.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu estava interessado nesses dois depoimentos mesmo, porque aqui está a nata da empresa, digamos assim.

A única coisa que eu não entendi é a seguinte: o senhor me disse que deu os R\$35 mil em dinheiro e aí está a discordância que o Relator citou, porque o outro cidadão não concorda. Você disse que se existe outro cheque eu não sei. Quem assinava os cheques da empresa Planam?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu assinava, mas esse cheque, falaram que é do Ivo. Quem assinava os cheques da empresa era eu.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O seu cunhado assinava alguma coisa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cheque pessoal dele, ele assinava; da empresa, não. Ele não tinha procuração para responder pela empresa, nenhuma empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Paulo Roberto alega que recebeu um cheque do Ivo, de R\$37.200, e que recebeu esse valor pela compra de equipamentos hospitalares. Está no depoimento que ele fez à Polícia Federal. Ele declara na Polícia Federal que nunca teve encontro com o Dr. Luiz Antônio, a não ser esse encontro no colégio, que ele detalha, com o nome de filho... Ele declara que nunca foi à empresa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E vendeu equipamento como?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)
– Vendeu equipamento para o Luiz Antônio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na festa?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)
– No colégio?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não. Ele declara que conheceu o Luiz Antônio no colégio. Ele não teve nenhum contato com o Luiz Antônio antes da ida ao colégio onde os filhos são colegas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nem depois?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)
– Nem depois.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E a nota fiscal do equipamento, a marca do equipamento?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É o depoimento dele.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Está ótimo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E não houve nota fiscal.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sem nota?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)
– Sem nota.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas convenhamos também, você ficar chateado porque não existe nota nessa confusão toda é demais, não é, Luiz?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Mas eu não ia negociar com ele na festa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A empresa São Benedito, o senhor conhece?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acho que é dele, parece que é dele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)
– Do Ivo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, do Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)
– Exatamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, o Paulo Roberto vendeu equipamento para o seu cunhado, é isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Deve ser, né?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O seu cunhado mexe com o quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não mexe com nada. Ele fazia o projeto da Bahia, era encarregado de fazer o projeto na Bahia. Em 2003 foi isso aí. Eu acho que ele nem trabalhava na empresa. Ele era funcionário do TRE.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – A empresa não ia abrir uma nova filial na Bahia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em 2003, ele não estava na empresa ainda, Senador. Ele estava começando a empresa relacionada ao projeto da Bahia.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Ivo Marcelo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ivo Marcelo, em 2003, porque ele foi Diretor de Informática do TRE do Estado do Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Luiz Antônio, uma coisa que...

Desculpe, Sr. Relator. V. Ex^a tem preferência, é claro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Prossiga.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Luiz Antônio, uma coisa que eu não entendo é a seguinte: o padrão de ambulância era de R\$80 mil. Esse era o padrão *standard*, digamos assim. Não era isso? Podendo chegar até R\$104 mil, que era o padrão do Ministério da Saúde para aprovar ou não.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não havia padrão de R\$80 mil. Existem vários padrões, do tipo A, B, C, D, resgate, UTI...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Qual é o teto que o Ministério da Saúde aceita?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Depende do veículo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, só a ambulância; não eram os equipamentos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Simples remoção? Oitenta e cinco mil no máximo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Oitenta e cinco mil. Você dava 10%?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Oito e quinhentos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E sobravam...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O senhor quer que eu faça a matemática da minha empresa?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu quero saber onde é que você ganhava esse dinheiro!

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não ganhava! Eu ganhava no giro, porque eu tinha desconto da fábrica, eu fui o maior comprador da Iveco em 2001, 2002 e 2003, tinha desconto diferenciado da Iveco. Era aí que eu ganhava dinheiro. E tinha o *know how* da montagem.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – E a manutenção? A sua empresa prestava assistência?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A assistência dos veículos, quem fazia era a concessionária, porque, na maioria das vezes, os carros eram

zero quilômetro. Quando era licitado carro usado, era entregue o ônibus usado. Mas, fora o ônibus, nunca foi entregue um veículo usado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu tentei fazer essa conta e não vi como chegar a um lucro estupendo e tudo mais, porque você tinha que pagar o carro, a propina, quem abria... Creio que essa Sr^a Cris, que começava as negociações, recebia uma remuneração também, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Os vendedores...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Quantos por cento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Dos vendedores? Dois por cento.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Só aí já iam embora 12%, porque imposto você não pagava nenhum: PIS, Cofins...

O SR. OTTO MEDEIROS – Senador, só para ajudar...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Se o Presidente lhe der a palavra...

O SR. OTTO MEDEIROS – Presidente, pela ordem. Desculpe.

Só para ajudar, existe uma gravação do Luiz Antônio e do Darci que está na Polícia Federal, dizendo, sobre este assunto: “Vamos deixar de vender ambulância, porque esse negócio não está dando dinheiro e nunca deu, a gente só viveu de ilusão. Pagamos todo mundo e ficamos sem dinheiro”. Isso foi gravado pela Polícia Federal dois dias antes da operação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor se refere a uma escuta telefônica.

O SR. OTTO MEDEIROS – Uma escuta telefônica.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Se o senhor pegar o meu débito junto à Receita Federal, o senhor vai ver de onde eu tirei o dinheiro para pagar aos Parlamentares.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas como é que negocia isso então? Que negócio é esse que você ficou durante anos fazendo, arriscando...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – No início era bom; no início dava um bom retorno.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Perdeu o controle, então?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Perdeu o controle. E os “canos” que fomos tomando. Quando havia poucos Parlamentares era mais fácil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só para concluir e esclarecer aos demais Senadores, no depoimento do Paulo Roberto, ele diz o seguinte:

“Que a afirmação feita pelo Luiz Antônio no sentido de que o depoente o teria procurado na Planam para pedir R\$35 mil para pagar uma conta de campanha da Senadora é uma inverdade, que não tem autorização para receber dinheiro em nome da Senadora e que a única oportunidade em que esteve na Planam foi para receber o referido cheque de R\$37.200 pela venda dos mencionados materiais médico-hospitalares; que não sabe informar se a Senadora Serys teria feito emenda parlamentar para o grupo Planam; que não tem qualquer participação política na vida da Senadora, razão pela qual afirma que são inverídicas as alegações do acusado, Luiz Antônio, no sentido de que o depoente teria indicado os municípios beneficiados pelas emendas parlamentares”.

É só para esclarecer o depoimento do Paulo...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Então ele foi agora?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele foi à Planam para receber o cheque de R\$37.200 do Sr. Ivo, cheque esse referente à venda de materiais hospitalares...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Então há mais uma contradição.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Está aqui no depoimento dele.

Cheque esse que foi depositado na conta nº 5838-6 da Agência 3643, Banco do Brasil, da Empresa São Benedito.

Nós teremos que solicitar esse cheque, então queria pedir ao Presidente que requisitássemos esse cheque e também seria interessante dispor do sigilo fiscal da Planam nesse período, Luiz Antônio, de agosto e setembro...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Setembro e outubro de 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Setembro e outubro de 2003, para conferir o saque de R\$35 mil que foi feito para o pagamento, supostamente, ao Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E a titularidade desse é do Sr. Ivo Marcelo, não é?

Será que não é esse o cheque que seu pai mencionou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho conhecimento, Senador. Eu só me recordo de que entreguei R\$35 mil ao Paulo Roberto, a título de comissão da emenda.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Dr. Luiz, esses R\$35 mil, o senhor sacou do banco ou tinha em caixa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Saquei e entreguei.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O valor exato. O senhor tem comprovação do saque desses R\$35 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na quebra de sigilo bancário com certeza vai aparecer.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Fez um saque para ele mesmo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi um saque pessoal. O *boy* foi até o banco e sacou.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Foram R\$35 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN –

Pode ser ou foi até mais também, né? Ou dois ou três saques.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Ele pediu em dinheiro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em

dinheiro; foi dado em dinheiro. Foi combinado em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, o senhor concorda que seja quebrado o seu sigilo bancário?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN –

Concordo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Solicito que a Secretaria prepare por escrito a concordância.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E nós temos que solicitar ao Plenário a quebra do sigilo do Ivo Marcelo.

Já houve a quebra do sigilo do Ivo Marcelo? Ainda assim é bom que haja a cessão, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mesmo as-

sim, tem que ser votado nominalmente, Sr. Presidente, para não haver problemas para o Conselho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não. Neste caso, trata-se de cessão espontânea. O que tem que ser votado nominalmente é a quebra do sigilo do Ivo Marcelo. Inclusive tem que ser no Plenário, não é? Porque o Conselho não pode determinar a quebra do sigilo. Então nós temos que encaminhar para lá esse pedido de quebra.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Solicitar ao Plenário.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o Ivo Marcelo também já confirmou. Quem sabe, amanhã, ele já autoriza também? Assim nós não precisaremos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Facilita.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Queria

pedir a atenção do Relator, Senador Paulo Octávio,

porque há pouco percebi que se quis distinguir o pagamento em cheque e o pagamento em dinheiro. Mas, pelo que observei das declarações do Sr. Luiz Antônio Vedoin, o cheque, segundo declaração do Sr. Paulo Roberto, teria sido feito como um pagamento à empresa, ao Sr. Ivo, então é um cheque pago à empresa.

E, com respeito ao pagamento em dinheiro, pelo que o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, informou é um pagamento que ele, Luiz Antônio, para ao Sr. Paulo Roberto. Em sendo assim, são direções diferentes. Seria muito difícil, pois, embora os valores sejam próximos – 35 e 37,5 –, são em direções diferentes. É só para deixar bem claro esse ponto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente. São duas situações.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Não há, portanto, que se cogitar sobre um engano ou se são a mesma coisa, porque são duas coisas muito diferentes. Queria assinalar isso. Acabei me dando conta desse ponto em razão do diálogo havido nos últimos cinco minutos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Trinta e cinco mil foram em espécie e trinta e sete e duzentos, em cheque; um pago pelo José Antônio Vedoin, o outro, pelo Ivo Marcelo; um, para ambulância, outro, para equipamento hospitalar. Então, são questões diferentes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A questão é só uma. Não há prova material dos R\$35 mil. É a palavra dele contra a palavra do Sr. Paulo Roberto, que falou aqui na Polícia Federal que nunca recebeu R\$35 mil. Há prova material do cheque de R\$37,2 mil, um documento de depósito do cheque. É isso que temos que levantar. Temos que buscar esse cheque porque ele esclarece a transação, que não sei qual foi, mas que, aparentemente, houve entre o Sr. Ivo, que é cunhado do Sr. Luiz, com o Sr. Paulo Roberto. É preciso esclarecer bem o fato.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Os senhores consideram encerrado? (*Pausa*)

Eu daria a palavra agora, se assim desejarem, aos Srs. Advogados.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin semelhante a que formulei ao seu pai.

O senhor mencionou há pouco que os negócios estavam indo bem quando o número de Parlamentares era relativamente restrito e que, quando esse número

aumentou, perdeu o controle e a rentabilidade. O senhor pode nos dar uma idéia de qual era esse número restrito e de quanto o senhor perdeu o controle?

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, Deputados ou Senadores? Porque não gostaria que a pergunta ficasse apenas com relação ao Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – No Senado, só tratei somente com os três Parlamentares. Tratei não com eles. Volto a reafirmar. Com eles... nunca tive pessoalmente com nenhum Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Desculpe, Sr. Luiz Antônio, mas o senhor falou três, portanto estamos fazendo uma confusão...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – ...que é através do Deputado Lino Rossi, que pediu para fazer acerto.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então são só três.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em 2001, ele fez uma emenda de bancada e ficou assim acertado com o Deputado Lino Rossi.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Perdão, quem fez?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Deputado... Senador Lino Rossi pediu para que fosse...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Seria, então, de acordo com o Parlamentar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Olha... Eu não sei...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Não, mas referente ao Senado?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele opera para empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É, porque...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Referente ao Senado, o senhor mencionou há pouco só três Senadores. Há uma quarta operação referente a um quarto Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não fiz nada. Passei através do Antero. O Antero chamou, conversou com o meu pai e pediu que fosse feito o pagamento ao Deputado Lino Rossi, que seria da importância dele. Não foi trata... E era uma emenda de Bancada, que o Lino Rossi que era o Líder da Bancada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador Supply, vamos acabar tendo que ouvir também o Senador Antero, porque se abirmos o caso de S. Ex^a agora... É interessante, mas acho que não é...

Estamos falando sobre o caso da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – O Conselho é obrigado oficialmente a ter conhecimento. Vamos por enquanto nos ater aos Parlamentares mencionados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a encerrou? (Pausa)

O Advogado, por gentileza.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, gostaria de saber da testemunha se, por acaso, ele tratou, pessoalmente ou pelo telefone, com o Prefeito de Poxoréo?

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Passo a pergunta para a resposta do Sr. Luiz Antônio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não vou responder. Sobre o Prefeito de Poxoréo, não. Nós estamos tratando da Senadora Serys.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Não responde.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, durante o depoimento na CPI, ao responder a um questionamento do Senador Sibá Machado, o depoente vira e diz assim: “Ele pegou... Ele fez a emenda do jeito que eu pedi. Ele pôs aonde eu pedi, nos valores que eu pedi.” O que ele quis dizer com “pôs aonde eu pedi”?

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin. (Pausa) Não quer responder.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, também no depoimento na Justiça Federal, o depoente diz que naquela planilha, na tal planilha de folhas 218, estaria faltando um Município. Por acaso, o depoente já se lembra desse Município que estava faltando?

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin. (Pausa) Não deseja responder.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, gostaríamos de perguntar para o depoente se ele se considera um homem honesto.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Ele não deseja responder.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Tá. E a última pergunta, Sr. Presidente, se por acaso ele poderia especificar se existem incentivos fiscais con-

cedidos pelo Governo do Estado do Mato Grosso para a Planam e em que consistem esses incentivos e se poderia haver uma contrapartida política por esses incentivos, pela concessão desses incentivos, uma contrapartida aos adversários políticos da Senadora Serys Slhessarenko em Mato Grosso?

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Ele diz que esse é um assunto do qual ele não veio tratar.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Agora encerramos esse assunto.

O advogado do Senador Magno Malta tem alguma pergunta a fazer?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Encerramos o presente assunto, agradecendo sua presença aqui, sua colaboração.

Solicito que o Sr. Ronildo Pereira Medeiros entre no recinto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para lembrar a V. Ex^a que o Sr. Luiz Carlos retornará daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, ele não. Nós já encerramos o depoimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, o encaminhamento do Sr. Demóstenes...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos fazer acareação?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É isso que estou perguntando.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos fazer a acareação agora. É apenas uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Somente teremos uma pergunta na acareação?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Acho o Senador Paulo Octávio esclareceu bem com relação ao cheque.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Duas perguntas, então.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, acho que vamos demorar muito mais.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Duas perguntas porque...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos fazer agora.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Só uma pergunta. Por que mais duas ou três?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu quero fazer apenas uma.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E eu quero fazer uma.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator... *(Pausa)*

Não, é porque ele disse aqui que sobre o cheque quem poderia explicar seria o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, mas o Sr. Luiz Antônio está dizendo que quem poderia saber disso era o Sr. Darci José Vedoin.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi passado 35 mil em espécie.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor diz que não tem conhecimento do cheque e ele diz que ele tem conhecimento do cheque.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos fazer só a acareação...

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, pela ordem, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Existem... Eu acompanhei aqui a colaboração do filho Vedoin e do pai Vedoin. Existiram não duas contradições, eu acho que são os objetos dessa acareação. A primeira, em relação ao Sr. Darci José Vedoin ter encontrado ou não o Senador Magno Malta. A pergunta que foi feita ao Sr. Darci José Vedoin foi se, enquanto Senador, no exercício do Senador Magno Malta, tinha entrado em contato com o Senador e o Sr. Darci José Vedoin disse “não”. E o Luiz Antônio falou que o seu pai encontrou com o Magno Malta enquanto ele era Deputado. Então, não há contradição.

Outro ponto: o Sr. Darci José Vedoin disse que quem cuidava das finanças era o Luiz Antônio. Se houvesse algum cheque, era o Luiz Antônio que poderia responder, e ele já foi claro que para ele não existe o cheque. Qual é a contradição?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pela ordem, não temos que ver a versão do advogado. O advogado tem direito de apresentar sua versão, até porque aqui ninguém é acusado. Não é verdade? Estamos querendo esclarecer pontos que, a nosso ver... A visão do senhor é que não houve contradição. A nossa é que houve. Então vamos perguntar aos dois. Em feito isso, isso é respondido.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Há um detalhe...

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Não há problema nenhum.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – E também vou me opor.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Solicito que o Sr. Darci Vedoin entre no recinto. *(Pausa)*

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O pai fez referências constantes ao fato do filho saber das operações e que cuidava da parte operacional. *(Pausa)*

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Sr. Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O ponto controverso pelo qual eu pedi essa acareação é relativo ao cheque dado. Entendi que o Sr. Darci Vedoin disse que foi dado um cheque e que o seu filho esclareceria sobre isso.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, falei para o senhor o seguinte: foi dado R\$35 mil, o Luiz Antônio...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em espécie?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Em espécie. ...e o cheque eu fiquei sabendo pela própria imprensa, pelos próprios advogados da Senadora Serys. A imprensa largou no Estado de Mato Grosso que a Serys... o genro da Serys teria recebido um cheque da...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, o senhor esclarece que o senhor disse foi isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Falei aqui para o advogado da Senadora também inclusive, que eu fiquei sabendo por eles, pela imprensa, por eles...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em relação, agora aproveito e pergunto já que estamos na acareação, a esse cheque de R\$37,2 mil, que teria sido repassado pelo Sr. Ivo Marcelo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aí o senhor pergunte para... Aí eu não sei...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Ivo Marcelo é o seu genro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É o meu genro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele nunca lhe falou desse cheque e se esse cheque foi entregue ao Sr. Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Não estou sabendo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Ivo Marcelo tem alguma empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele trabalha comigo. É meu genro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não tem empresa nenhuma. Mas ele trabalha com equipamentos hospitalares?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele trabalha... ele faz... ele fazia mais ônibus de informática.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele tem conta na Caixa Econômica? O senhor sabe?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Parece-me que sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, há possibilidade de ter um cheque dele para o Sr. Paulo Roberto no valor de R\$37,2 mil?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Fiquei sabendo do cheque pela imprensa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não só pela imprensa. Há um depoimento do Sr. Paulo Roberto dizendo o número do cheque e o banco onde foi depositado.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Então, são dois pagamentos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Podem ser dois pagamentos?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Acredito que sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o Sr. Ivo assina pela empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Mas é o cheque particular dele?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É o cheque particular dele.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, é o cheque dele. Ele pode ter pedido até... trocar o cheque, ter dado um cheque dele, especial.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode esclarecer?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Posso, inclusive fiquei sabendo porque em uma festa o Ivo encontrou com o advogado do Paulo, uma festa dos meninos, e o advogado parece que comentou com o Ivo que era o cheque do Ivo, inclusive com cópia. Eu falei: “Mas como vai ter cópia de um cheque que você deu?” “Ah, só se deve ter tirado o cheque” E o Ivo não se recordava até a presente data dessa transação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A empresa São Benedito o senhor conhece?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É uma construtora, se não me engano.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É da família do Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, eu pouco sei sobre eles e quem tratou mais disso aqui foi o

Luiz Antônio. Sempre no início, eu sempre falava, para os senhores que quem tratava mais das negociações era o Luiz Antônio. Agora o cheque eu fiquei sabendo pela própria imprensa de Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O cheque nós vamos descobrir, porque há o número do cheque, onde foi depositado e quem emitiu. Então, fica fácil.

Vamos prosseguir. Então, o senhor alega que não sabe nada de cheque e que essa história de cheque o senhor soube pela imprensa. É isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o Ivo...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – ...deve esclarecer.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...trabalha com o senhor há quanto tempo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele saiu em 2003 do TRE de Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Antes de agosto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não tenho datas assim...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Porque o cheque é de setembro.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele já estava.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Já estava?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já, já estava.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual poderia ser o motivo para o Sr. Ivo ter dado um cheque tão grande, de R\$37,2 mil, para o Sr. Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pela empresa. Deve ter dado um cheque pela empresa, então.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o cheque é dele.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Dele, mas eu fazia...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele tem capacidade para ter um cheque...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Ele depositava o cheque... o dinheiro na conta dele. Eu fazia isso também. Muitas vezes deixava o cheque assinado...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Da empresa? Do Ivo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Meu particular.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Ivo é da sua extrema confiança?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Absoluta. Eu sim tenho confiança no meu genro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele é de extrema confiança?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor. Eu tenho.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele deu um cheque e deve ter um motivo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas não comunicou ao senhor que deu esse cheque?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Ele não precisa me comunicar. Comunicando ao Luiz Antônio para mim a empresa...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas ele comunicou ao Sr. Luiz Antônio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Volto a afirmar para o senhor, Senador, se houve isso aí, eu não estou me lembrando dos fatos que houve essa transação e, se houve essa transação, foi a título de pagamento de antecipação de emenda parlamentar, porque não houve compra nenhuma de material hospitalar. Pode ter havido. Não estou falando “não houve”. Eu não me recordo. Até hoje, procurando a minha memória, não recordo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Paulo Octávio, V. Ex^a solicitou a oitiva do Sr. Ivo?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Será ouvido amanhã.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É fundamental, como também já pedimos aqui, a verificação do cheque.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Pela ordem, Sr. Presidente. Então ficou bem claro que até mesmo um genro de extrema confiança...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Um minuto.

Há ainda mais algum Senador que deseja se manifestar? *(Pausa)*

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O genro negociava ou apenas pagava?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O genro do senhor participava das negociações também de liberação e apresentação de emendas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele só pagava?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não é só pagava. Ele pode ter pedido esse dia um cheque para ele, porque a empresa muitas vezes estava no vermelho e não tinha talão de cheque. Diversas vezes aconteceu isso conosco.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas a empresa tem conta na Caixa Econômica?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – A empresa não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O cheque é da Caixa Econômica.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O cheque é do Ivo, então, particular, mas a empresa depois depositaria na conta dele.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor me permite?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se ele não participava das negociações, quem negociava era o senhor e principalmente seu filho, o Sr. Luiz Antônio, como ele poderia, ele, que não participava das negociações, ter emitido um cheque para pagar algo negociado pelos senhores e os senhores não terem conhecimento disso? Como é possível isso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele não participava diretamente. Indiretamente ele sabia das transações e algumas vezes, até no caso do pagamento desses R\$35 mil, ele esteve presente. Agora, veja bem, volto a afirmar para o senhor: fiquei sabendo desse cheque, não tenho conhecimento desse cheque. Qual foi a finalidade desse cheque? Equipamento hospitalar não houve, porque se é a construtora não vende equipamento. Eu não tenho...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse depoimento foi prestado em 10 de agosto de 2006. No dia 10 de agosto de 2006 foi prestado esse depoimento e de lá para cá os senhores não conversaram com o Sr. Ivo? Ele não disse nada a respeito disso? Não houve uma conversa? “Olha, esclarece...”

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Conversei com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o que ele disse?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que ele não recordava, que ele ia pedir os extratos no banco, que ele não recordava desse cheque, que ele iria pedir os extratos no banco, que ele não recorda desse cheque.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor confia nele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Confio, mas não preciso estar sabendo do que ele fez ou deixou de fazer.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas é em relação à empresa do senhor?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senador Demóstenes, permita-me, o fato foi descrito nitidamente. Foi dito que eram R\$35 mil em *cash*, nome de testemunhas, horário, dia. Ele afirmou que é capaz de

se lembrar a cor da camisa com que estava vestido. Agora o Sr. Ivo vai ter que explicar os 37 mil em cheque. Essa explicação não é tão simples.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, não deveríamos mais colocar em foco o assunto, porque vamos ter que investigar. É fácil solicitarmos uma cópia do cheque no banco. Não podemos ficar aqui fazendo divagações.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Foram feitos dois depoimentos. Em um primeiro momento, o Sr. Darci teria feito uma referência de que o Senador Magno Malta, em 2002, após as eleições, eleito Senador e ainda não empossado, teria recebido o Sr. Luiz Antônio para tratar de algumas questões desse tipo, mas o Sr. Luiz Antônio deixou claro aqui que jamais, que em nenhum momento teve um encontro.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, eu acho que eu não falei isso...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tenho aqui as notas taquigráficas.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – ...que o Luiz Antônio... Nunca foi recebido... Ele nunca foi recebido pelo Luiz Antônio, não. Nunca falei isso, que ele foi recebido pelo Luiz Antônio. Agora, eu não estive com o Senador. Eu estive com o Deputado, em 2001, almoçando no 10º andar, 2001, 2002, almoçando lá no 10º andar junto com ele e com o Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor esteve com o Magno Malta...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Deputado. O Deputado Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Em 2002, eu estive...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Almoçando no 10º andar?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Almoçando e ele não era candidato a Senador, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em 2002? Mas em 2002 ele era candidato, sim.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Foi candidato a Senador lá em março, abril. Eu estive no início... Em outubro que ele foi para a coisa... Mas eu estive com ele, almoçando com ele e o Deputado Lino Rossi, no 10º andar da Câmara, quando ele era Deputado. Como Senador, eu nunca estive com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o senhor já tratou dessa história?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Do que vocês trataram lá?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Conversamos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só uma conversa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É. Depois o Lino veio me pedir o carro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas já era interesse do Lino de querer...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aí tem que saber do Lino.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Escute bem, o senhor entregou o carro para o Lino não foi no ano de 2001? Para o Lino.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Lino, em 2001; devolve o carro em 2002, depois das eleições. Ele vende o carro novamente na *factoring* e esse carro é resgatado novamente da *factoring* por nós.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em 2003?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Em 2003.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está esclarecido?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Se houver alguma dúvida, eu estou aqui para responder.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O senhor entrega o carro, aí o cidadão vai lá e entrega para uma *factoring*, aí o senhor paga o carro outra vez, e o carro não vai para o senhor, o carro vai para o Senador, entendeu? É uma coisa estranha!

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu gostaria de esclarecer o seguinte, Senador: inicialmente, o pedido era de um microônibus ou um ônibus, mas naquela oportunidade nós não tínhamos caixa para fazer a compra do veículo. O único carro que nós encontramos, que estava em poder da VR Factoring, era aonde nós tínhamos crédito; a pessoa nos vendeu pré-datado. O senhor pode verificar que o cheque está pré-datado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E vocês compraram uma segunda vez o mesmo carro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Compramos pela segunda vez, isso mesmo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Que carro maldito!

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – E até hoje não recebi esse carro de volta.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, e o carro já foi transferido! Já foi para outro! Ninguém sabe onde está o carro. Transferiram outra vez, mesmo o seu filho tendo o recibo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– E quem é o comprador final?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Que coisa louca esse negócio do carro!

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É um caso que até a Polícia Federal...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E o Senador usou ainda, sendo evangélico, esse carro? É um carro maldito!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, vamos chamar o outro depoente. Srs. Advogados.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Nós estamos satisfeitos. Ficou bem claro que mesmo um genro de extrema confiança pode realizar negociatas sem o conhecimento do sogro.

Estamos satisfeitos já. Obrigado.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não preciso responder a eles, porque eles estão aqui para tumultuar mesmo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza, Sr. Ronildo Pereira Medeiros. *(Pausa)*

Srs. Senadores, Requerimento nº 061, de 2006:

Na condição de Relator da Representação nº 2, de 2006, relativo à Senadora Serys Slhessarenko, solicito a V. Ex^a formular convite ao Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, ao Sr. Darci José Vedoin, ao Sr. Ronildo Pereira Medeiros, ao Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, ao Sr. Ivo Marcelo Spínola da Rosa e ao Sr. Paulo Roberto Ribeiro para as oitivas perante este Conselho, em reunião dos dias 5 e 6.”

Assinado: Senador Paulo Octávio.

Eu não havia lido.

E do Senador Demóstenes Torres, que faz um convite ao Deputado Lino Rossi, ao Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, ao Sr. Darci José Vedoin e ao Sr. Ronildo Pereira Medeiros, que nós vamos ouvir agora.

Também quero comunicar que o Senador Wellington já pertence ao Conselho. Foi aprovado pelo Plenário do Senado.

E foi encaminhado o plano de trabalho do Senador Demóstenes Torres em que faz convites, além dos que já depuseram, a Ronildo, que vai entrar agora, ao Deputado Lino Rossi, ao Sr. José Luiz Cardoso, Enir Rodrigues de Jesus, Azencler ou Rosicler, servidor do gabinete do Senador Magno Malta, e ao Senador Magno Malta.

Srs. Senadores, por gentileza. Estou correndo para falar na frente de todos os Senadores.

Para terça-feira, está marcada a oitiva do Senador Ney Suassuna. Eu queria saber se poderíamos marcar a oitiva dos outros Senadores para essa data. Ou não?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Dos Senadores? Eu ainda tenho uns oito para ouvir. Ainda tem a quebra de sigilo que eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas S. Ex^a solicita que seja feita terça-feira...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É porque é a última diligência do Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Jefferson Péres está solicitando que, para terça-feira, façamos o chamamento de mais três pessoas. Depois de ouvir as três pessoas, a partir das dez horas, ouviremos em seguida o Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não, eu vou ouvir as testemunhas amanhã.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ah, será amanhã.

Amanhã quantas pessoas serão ouvidas? Sete pessoas serão ouvidas amanhã. Começaremos às dez horas da manhã. Solicito a presença dos senhores. Não podemos deixar de ter número amanhã.

Peço a entrada do Sr. Ronildo Pereira Medeiros.

Srs. Senadores, o Sr. Ronildo já está presente. Com a palavra, o Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, atendendo à sua autorização, a imprensa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ah, sim. *(Pausa)*

A Senadora Ana Júlia Carepa enviou um documento ao Conselho:

Venho à presença de V. Ex^a para comunicar que em virtude de acidente sofrido por mim, no último dia 3, cujas conseqüências me obrigaram a realizar cirurgia emergencial, impossibilita-me a presença e locomoção por tempo inicialmente indeterminado.

(...) Regimento do Senado Federal, licença para tratamento de saúde por 30 dias.

Nós não contaremos com a presença da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senhores, muito obrigado pela presença de todos.

O depoimento poderá ser aberto?

O SR. OTTO MEDEIROS – Solicito que seja reservado, no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor tem alguma motivação para que o depoimento seja reservado?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não. A solicitação é do nosso Advogado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor não tem mais nada a acrescentar?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Relator concorda com o depoimento reservado?

O Plenário concorda que este depoimento seja como foram os outros?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – A pedido do Advogado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A pedido do Advogado e...

Meus amigos, muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, é possível que tenhamos cometido um engano conjunto no que se refere aos dois pagamentos: o pagamento em cheque e o pagamento em dinheiro, porque ambos seriam para o Paulo Roberto em contrapartida a equipamentos que ele teria fornecido. E o pagamento em dinheiro, se tiver sido verdade, ao Paulo Roberto... Estou querendo, com o Relator, ser preciso. Esse é o raciocínio, então? Ambos falamos de maneira diferente?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Amanhã, nós vamos ouvi-lo. Fica mais fácil.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Quero que fique registrada aqui a interpretação correta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Supply, faremos, a partir de agora, a degravação. Nós vamos receber o que eles disseram aqui.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – É importante, sobretudo para o Relator, que esteja muito claro o sentido de um e de outro, para que depois não venhamos a incorrer em erro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Senador Supply, por enquanto, eu não tenho nada. Houve um suposto pagamento de R\$35 mil, mas não tenho prova material.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – De quem para quem?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Do Luiz para o Paulo. E há um suposto cheque depositado na conta do Paulo que também não foi provado. Então, nós precisamos do cheque e precisamos...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Portanto, ambos, claramente, se verdade for, para o Paulo Roberto. É só esse o ponto. É só isso, Presidente, para...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – São duas coisas. A primeira coisa que o Paulo Roberto terá que comprovar agora é se recebeu esse cheque de R\$37.200 do Ivo. Esse é um fato importante.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Precisamos desvendar uma e outra. Se verdade...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Se ele, efetivamente, recebeu um cheque de R\$37.200 do genro e eles não sabem, é uma coisa estranha. É muito estranho.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, depoimentos de amanhã, pela ordem: o primeiro será do Deputado Biscaia; em seguida, o Deputado Lino Rossi.

Nós fizemos um ofício para o Presidente da Mesa desde a semana passada, quinta-feira da semana passada. Depois ouviremos os outros depoimentos em número de cinco; mais cinco depoimentos.

Portanto, o primeiro será o Deputado Antonio Carlos Biscaia; depois, o Deputado Lino Rossi; em seguida, a Marilena Cavalcanti, que é a Assessora do Ministério da Saúde; a Maria da Penha; o Marcelo Cardoso de Carvalho; Ivo Marcelo Spínola da Rosa; e Paulo Roberto Ribeiro.

Para terça-feira, o Senador Ney Suassuna já confirmou.

Eu gostaria que os senhores estivessem presentes para haver quorum, porque a oitiva será feita pelo Senador Jefferson Péres. Haverá apenas essa oitiva na terça-feira. Creio que todos poderão comparecer, não é? O Senador Sibá poderá estar presente na terça-feira?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a também, Senador? Senador Paulo Octávio, Senador Romeu Tuma... Creio que todos estaremos aqui presentes.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Talvez eu me atrase um pouco, porque estarei no interior de São Paulo e terei que vir diretamente para cá. É problema de avião.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas é muito importante a sua presença.

Inclusive V. Ex^a já repassou o seu material para os Senadores, não é?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Estou repassando. Eu me comprometi. Pedi para organizarem, a fim de encaminhar.

Falei com o Senador Paulo Octávio que eles estão organizando isso lá na Secretaria da Mesa.

Solicito a V. Ex^a que peça a ele que identifique a que empresa ele pertence. Estão me perguntando os Senadores.

É só para saber, porque ele não é da Planam.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Sim. O Relator fará essa solicitação.

Com a palavra, o Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 1, referente ao Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Sr. Ronildo, boa tarde.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Boa

tarde.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– No seu depoimento...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Solicito que o depoente se identifique primeiro.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Sim. Seu nome completo, por favor.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Ronil-

do Pereira de Medeiros, da Empresa Frontal Indústria e Comércio Ltda.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Local?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Cuia-

bá, Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A sua empresa produz ou vende o quê?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Ela já foi fabricante de móveis hospitalares e comercializava equipamentos hospitalares posteriormente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Jefferson Péres, desculpe.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Pois não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Durante as perguntas, se V. Ex^a puder ligar o cheque de venda de equipamentos hospitalares a ele, sabemos se ele tem explicação para esse cheque, porque, segundo consta...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Mas esse cheque é referente à Senadora Serys, e eu estou indagando-o a respeito do Senador Ney Suassuna.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Mas diz respeito a equipamentos hospitalares. Não sei se depois o Senador Paulo Octávio poderia questioná-lo sobre isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A sua empresa vendia equipamentos hospitalares?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Perfeitamente, Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Qual é a sua relação com a empresa Planam e as outras empresas da família Vedoin?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Relação de amizade com eles e tínhamos parceria na parte de equipamentos, porém não equipamentos para as ambulâncias, e sim convênio de equipamentos hospitalares.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor confirma que participava desse esquema de pagamento de propinas, de comissões a Parlamentares e aos seus assessores?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Na verdade, essa tratativa era mais feita com o Darci e o Luiz Antônio, certo? Mas, conforme o depoimento à Justiça Federal, é isso mesmo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor, pessoalmente, fez algum pagamento a algum assessor?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Alguns depósitos como o do Marcelo, que foi feito, de R\$8.500... Que eu me recorde, foram feitos alguns pagamentos, sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor teve contatos, portanto, com o Marcelo?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor conversava com ele. Ele, alguma vez, revelou que estava agindo em nome do Senador Ney Suassuna?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Veja bem. Eu conheci o Marcelo através do Darci e do Luiz Antônio, é claro, conforme eu já disse, almoçamos juntos e a gente mantinha algumas conversas, sim. Não constantemente. O contato era mais com o Darci. Mas tive.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E ele lhe manifestava que estava agindo em nome do Senador nessas tratativas, nessas negociações?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Veja

bem. Conforme eu já disse ao senhor...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Eu não quero que o senhor afirme que ele fazia isso. Estou lhe perguntando se ele dizia ou insinuava que estava agindo em nome do Senador.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não.

Para mim, ele não chegou a falar isso. Conforme eu disse para o senhor, a tratativa era mais com o Darci e, automaticamente, com o Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor fez algum pagamento ao Marcelo?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sim.

Oito mil e quinhentos reais.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Uma vez só?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Uma

vez.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Em espécie?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Foi

feito um depósito em conta, acho que na conta de terceiros, de uma empresa nossa...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Em nome do Roberto?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Creio

que sim.

Eu não me recordo exatamente qual é. Foi feita...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Mas o pagamento era para o Marcelo, e o depósito foi feito em nome de outro?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Esse

depósito foi feito a pedido do Marcelo. O Darci pediu que fizesse para o Marcelo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Esse cheque que já está identificado no inquérito da Polícia Federal?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Per-

feitamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Ele fez o depósito, segundo o Marcelo explicou, porque a conta dele estava bloqueada. Então ele pediu

para fazer um depósito na conta do Roberto, que era auxiliar dele no gabinete.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Em nome do Roberto?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Era um depósito que ele diz que era da venda do barco, mas parece que não é venda de barco, não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Foi o único pagamento que o senhor fez ao Marcelo?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Não teve outros contatos com ele. Só esse?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não,

contato eu tive. Igual eu falei já para o senhor: eu tive outras conversas, mas pagamento só foi feito esse.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E isso foi em troca de quê? De uma emenda?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – É. Ele

ficou de colocar alguns recursos na área de saúde e na parte de equipamentos hospitalares.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E colocou?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não

foi colocado.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Não chegou a colocar?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Ele recebeu a comissão e não cumpriu?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Exa-

tamente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor não pediu explicações a ele?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Mesmo

porque, conforme eu já disse ao senhor, a tratativa era com o Darci. Como uma série de negócios junto,...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– De outros negócios?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – ...é feito

para que se fizesse recursos na área de saúde.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Não foi cumprido isso?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não

foi.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Algum Senador quer fazer alguma pergunta?

Senador Romeu Tuma?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Marcelo era o que tinha a relação em nome do Senador junto ao Darci e agora o senhor também se refere a isso.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sim.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Ele tinha intimidade com o Vedoin e com o senhor?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, tinha bastante...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Ele foi a Cuiabá alguma vez?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Ele foi em Cuiabá uma vez, até foi pedir, na época o Luiz Antônio, pediu para pagar uma passagem aérea para ele, e foi emitida essa passagem Brasília – Cuiabá.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Da sua empresa ou da...

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Eu paguei essa passagem através de uma agência que nos prestava assessoria em vendas de passagem nessa época.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Isso tem comprovação, provavelmente?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Obviamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O senhor poderia remeter ao Senador?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Podemos pedir na agência.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Quando foi? O senhor se lembra?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Foi agora em 2006. Não sei quando, não, Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Qual era a intimidade dele com o Sr. Darci?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Tinham bastante relacionamento. Intimidade que se percebia.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eles tinham uma intimidade bastante forte?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sim.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– E era mais para atendimentos de prefeitos do interior o que o Marcelo tratava dentro do gabinete. Criou uma comissão especial de atendimento a prefeitos?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Senador, não posso...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Ele levou algum prefeito alguma vez lá ou só ele, pessoalmente...

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, só o Marcelo. Nós almoçamos um dia no 10º andar da Câmara e depois tivemos também

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– E tinha mais alguém?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Estava eu, o Darci, o Luiz Antônio e, se eu não me engano, o Ivo. Salvo engano.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Maria Angélica foi lá nesse dia?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Maria...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Angélica. Uma funcionária que o Darci pediu ao Marcelo para incorporar ao gabinete.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, nem conheço esse nome.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Estou perguntando porque ela contou – no depoimento dela mesma – que encontrou com o Darci e com mais uma pessoa.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Perfeitamente. Não fui eu, não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– É só isso, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece o Sr. Ivo Spínola... Ivo Marcelo Spínola Rosa?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É seu amigo?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não... temos um relacionamento de amizade.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele tem empresas também de venda de equipamentos hospitalares?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, ele é, por ser genro do Darci, é um grupo só eles lá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor viu, pela imprensa, uma notícia de que Paulo Roberto teria recebido um cheque de R\$37.200 do Ivo?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, veja bem, pelo que sei dessa história da Serys aí é o seguinte: é que eu vi, inclusive eu presenciei o Paulo na empresa Planam e o Sérgio, que é empresário no

ramo de construção civil, teria apresentado ele, e que ele estaria para colocar alguma emenda, algumas emendas, na área de unidade móvel de saúde.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Paulo Roberto no Planam?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Exatamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mais...

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Na sala do Luiz Antônio. Eu sentado de, ele aqui, e o Luiz Antônio na mesa do lado de dentro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor assistiu à conversa?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Assisti vagamente, sabendo que se tratava de algumas emendas, mas não sei precisar exatamente quais Municípios e valores, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Paulo Roberto alega, sobre a acusação, que só foi à Planam uma vez para receber um cheque de R\$37.200...

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Certo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando o senhor esteve na Planam nesse dia... Foi só uma vez o senhor encontrou o Paulo Roberto, não foi?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Salvo engano, sim, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só uma vez.

A pergunta que é importante é saber se no dia em que o senhor esteve lá o Ivo estava lá também.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, se estava, eu não sei, entendeu? Porque eu lembro que ‘tava eu, ele e o Luiz Antônio. Isso aí eu posso afirmar para o senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Era possível o Ivo estar chegando ou não?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Poderia estar na sala do lado. Tinha bastantes salas: tinha a sala do Luiz, tinha a sala de...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sobre o cheque, o senhor teve conhecimento do cheque pelo jornal?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Foi o Luiz Antônio que me falou. Eu não presenciei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acha que o Ivo tem capacidade de fazer um cheque de R\$37.200 mil? Capacidade financeira?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sinceramente, essa história eu não sei. Sei que foi pago, porque o Luiz Antônio me disse. Nessa época ele estava lá para colocar essas emendas e que foi dado a ele R\$35 mil (trinta e cinco mil reais), que eu não presenciei dando, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não presenciou? Quem lhe comunicou foi o Luiz?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Exatamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então o senhor sabe por meio dele.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Através do Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Viu o Paulo Roberto na empresa, na Planam, uma vez.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Vi o Paulo Roberto na empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o comentário, na conversa na hora em que o senhor estava presente, não foi para falar nada de emendas? Ou foi falar de emendas?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Tinha algum assunto a ver. Eu não posso afirmar para o senhor porque eu não lembro de toda a conversa, entendeu? Mas é claro que ele estava lá, segundo o que o Luiz Antônio me disse também, que era para fazer essas tratativas aí.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum outro Sr. Senador? *(Pausa)*

E os Srs. Advogados têm interesse em alguma pergunta? *(Pausa)*

Srs. Senadores, comunico a todos a convocação da reunião deste Conselho para amanhã, dia 06, às ...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, em relação ao Senador Magno, eu tenho perguntas.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então eu encerro no que diz respeito à Representação nº 02.

Passo a palavra ao Relator Demóstenes Torres sobre a Representação nº 03 – Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sr. Presidente, eu gostaria de indagar ao depoente se ele tem alguma sociedade com a empresa Planam.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sociedade, não, Senador; eu tinha uma parceria com o Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Como é essa parceria?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – A parceria era o seguinte: eu trabalhava com unidade móvel de saúde e ele trabalhava com equipamento hospitalar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas havia uma parceria formal ou era uma parceria só para captar recursos de parlamentares?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Informal. Parceria, na verdade, para vendas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Em relação ao Senador Magno Malta, o que o senhor sabe?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sei que – não presenciei nada, foi o Luiz Antônio também que me falou – ele teria adiantado uma Van para o Senador através do Lino Rossi. A única coisa que eu sei seria isso aí.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor não sabe detalhes disso? Nem sabe em nome de quem estava...

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Nenhum detalhe, Senador. Nenhum detalhe.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– OK.

O Vedoin, Luiz Antônio, disse ao senhor que entregou como pagamento em troca de emenda parlamentar?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Muito obrigado. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Algum Senador deseja fazer indagações?

Então o Item está encerrado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sr. Presidente, peço a palavra apenas para esclarecer em relação ao recibo que foi emitido pela empresa...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Creio que o advogado do Senador Magno Malta tem uma pergunta a fazer. V. Ex^a tem alguma pergunta a fazer?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Em relação ao recibo fornecido pela Transgrancap, o original desse recibo, naturalmente, deve estar com o Lino Rossi, que é o destinatário.

Como se trata apenas de um documento em branco, eu pediria ao Conselho que oficiasse a empresa para que ela pudesse detalhar como foi feito esse transporte, a data em que foi feito, como foi feito, quem pagou, se pagou em cheque ou em espécie, enfim, detalhes sobre esse recibo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – À Assessoria para as providências.

Agradeço a presença de V. S^a, dizendo que o senhor colaborou para que elucidássemos essas questões.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A reunião de amanhã será a que horas?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Amanhã às 10 horas.

Comunico a todos que está marcada a próxima reunião deste Conselho para amanhã, dia 06, às 10 horas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h55min.)

Documentos Pertinentes à 7ª Reunião:

- 1 – Lista de presença (uma folha);
- 2 – Lista de presença dos parlamentares não-membros do Conselho (uma folha);
- 3 – Ofício nº 321/2006-GSSM, da Senadora Ana Júlia Carepa;
- 4 – Ofício nº 061/2006-CEDP, do Senador Paulo Octávio;
- 5 – Ofício nº 062/2006-CEDP, do Senador Demóstenes Torres;
- 6 – Plano de Trabalho referente ao processo instaurado contra o Senador Magno Malta;
- 7 – Termo de comparecimento assinado pelo depoente Darci José Vedoin e pelo seu advogado, Dr. Otto Medeiros;
- 8 – Termo de comparecimento assinado pelo depoente Luiz Antônio Trevisan Vedoin e pelo seu advogado, Dr. Otto Medeiros;
- 9 – Termo de comparecimento assinado pelo depoente Ronildo Pereira Medeiros e pelo seu advogado, Dr. Otto Medeiros;
- 10 – Recibo emitido pela empresa Trans Grancap Transporte de Veículos.

7ª REUNIÃO

em 05 de setembro de 2006, terça-feira, às 11:30h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. Cesar Borges
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Getácio	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Vago	1. Vago
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Vago
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Vago
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Vagner Amaral
Corregedor do Senado (art. 28 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto:

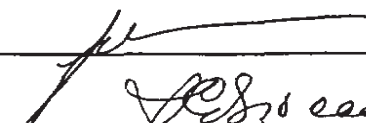
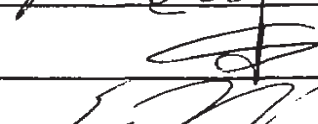
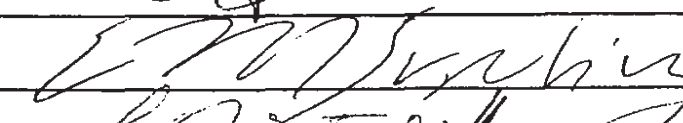
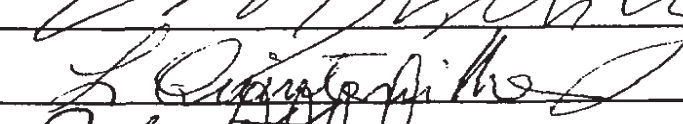
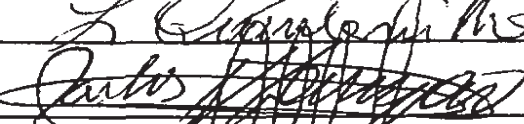
Brasília, 05 de setembro de 2006

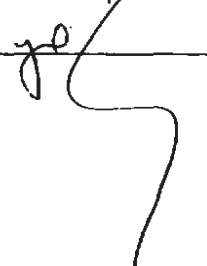
7ª REUNIÃO

Em 05 de setembro de 2006, terça-feira, às 11:30h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE CONGRESSISTAS NÃO MEMBROS DO CONSELHO

Presidente: João Alberto Souza
Vice-Presidente: Demóstenes Torres

CONGRESSISTAS	Assinatura
WELLINGTON SALADO	
ANTONIO CARLOS BIZCARRA	
ALMEIDA LINA	
EDUARDO M. V. LIMA	
LEONAR QUINTANILHA	
CARLOS SCURPA	
JULIO R. S. S. S. S.	
EDIL SALVATTA	

Visto: 

Brasília, 05 de setembro de 2006

OF. 321/2006-GSSM

Brasília, 04 de setembro de 2006.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho a presença de Vossa Excelência para comunicar-lhe que, em virtude de acidente sofrido por mim, no último dia 03 p.p., cujas conseqüências me obrigaram a realizar cirurgia emergencial e impossibilitando minha locomoção por tempo, inicialmente, indeterminado, solicitei, na forma do artigo 56, II, da Constituição Federal e nos termos do artigo 43, I do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratamento de saúde, por um período de 30 dias, a partir desta data, razão pela qual, estarei impossibilitada de comparecer aos trabalhos desse Conselho.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência expressões da mais elevada estima e distinta consideração.



Senadora ANA JÚLIA CAREPA

A Sua Excelência

O Senhor Senador João Alberto Souza

DD. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

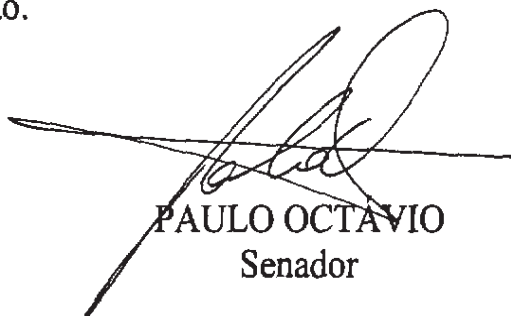
Ofício nº 061/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Na condição de Relator da Representação n.º 2, de 2006, relativa à Senadora Serys Slhessarenko, solicito a Vossa Excelência formular convite ao Sr. Luiz Antonio Trevisan Vedoin, ao Sr. Darci José Vedoin, ao Sr. Ronildo Pereira Medeiros, ao Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, ao Sr. Ivo Marcelo Spínola da Rosa e ao Sr. Paulo Roberto Ribeiro, para que sejam ouvidos perante este Conselho, em reuniões nos dias 5 e 6 de setembro do corrente.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.



PAULO OCTAVIO
Senador

Exm^o Sr.**Senador JOÃO ALBERTO SOUZA**Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

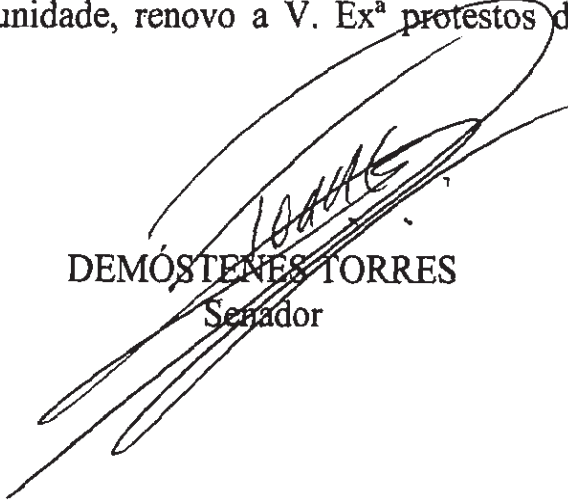
Ofício nº 062/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Na condição de Relator da Representação n.º 3, de 2006, relativa ao Senador Magno Malta, solicito a Vossa Excelência formular convite ao Exmo. Sr. Deputado Lino Rossi, ao Sr. Luiz Antonio Trevisan Vedoin, ao Sr. Darci José Vedoin e ao Sr. Ronildo Pereira Medeiros, para que sejam ouvidos perante este Conselho, em reuniões nos dias 5 e 6 de setembro do corrente.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

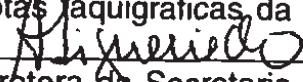


DEMÓSTENES TORRES
Senador

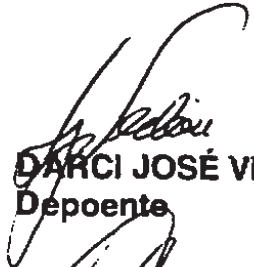
Exmº Sr.

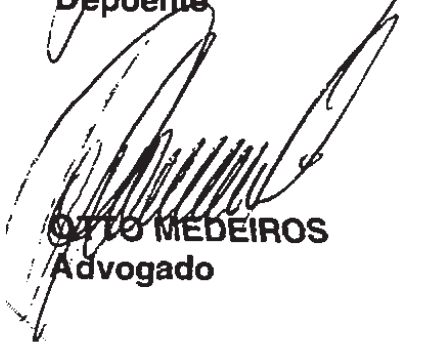
Senador JOÃO ALBERTO SOUZAPresidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. DARCI JOSÉ VEDOIN**

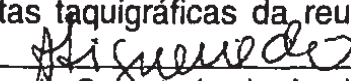
Aos 5 (cinco) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 11:30 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor DARCI JOSÉ VEDOIN, acompanhado de seu advogado Dr. OTTO MEDEIROS, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu,  MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.

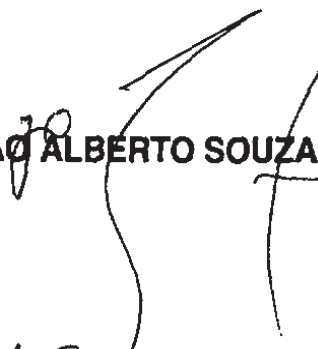

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


DARCI JOSÉ VEDOIN
Depoente

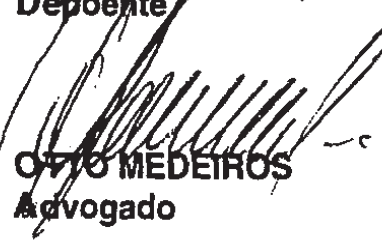

OTTO MEDEIROS
Advogado

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN**

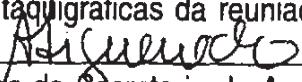
Aos 5 (cinco) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 11:30 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN, acompanhado de seu advogado Dr. OTTO MEDEIROS, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu,  MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN
Depoente

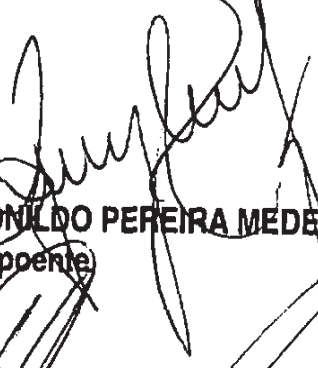

OTTO MEDEIROS
Advogado

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. RONILDO PEREIRA MEDEIROS**

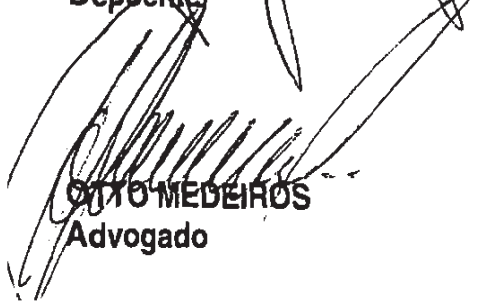
Aos 5 (cinco) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 11:30 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor RONILDO PEREIRA MEDEIROS, acompanhado de seu advogado Dr. OTTO MEDEIROS, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu,  MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.



Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente



RONILDO PEREIRA MEDEIROS
Depoente



OTTO MEDEIROS
Advogado

PLANO DE TRABALHO DO CONSELHO DE ÉTICA DE DECORO PARLAMENTAR REFERENTE AO PROCESSO INSTAURADO CONTRA O SENADOR MAGNO MALTA

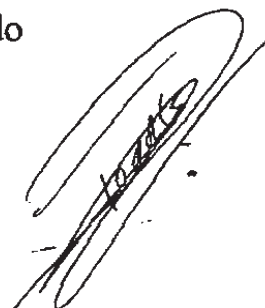
RELATOR: Senador DEMÓSTENES TORRES

Senhor Presidente,

A seguir apresento à Vossa Excelência o Plano de Trabalho que entendo necessário para a apuração da conduta atribuída ao Senador Magno Malta, nos termos da representação feita pela Mesa desta Casa.

Inicialmente são imprescindíveis os depoimentos das seguintes pessoas:

1. Luiz Antônio Trevisan Vedoin – sócio da empresa Planam.
2. Darcy José Vedoin – pai de Luiz Antônio e também sócio da empresa Planam.
3. Ronildo Pereira Medeiros – empresário envolvido no esquema sanguessuga.
4. Lino Rossi – deputado federal
5. José Luiz Cardoso – pessoa em nome de quem estava o veículo que foi dado por empréstimo ao senador Magno Malta.
6. Enir Rodrigues de Jesus, proprietário da empresa de mesmo nome, que emitiu o cheque que teria pago o veículo dado por empréstimo ao senador Magno Malta.
7. Hazenclever Lopes Cançado, servidor do Gabinete do senador Magno Malta, que teve contatos com Luiz Antônio Vedoin.
8. Senador Magno Malta – Investigado

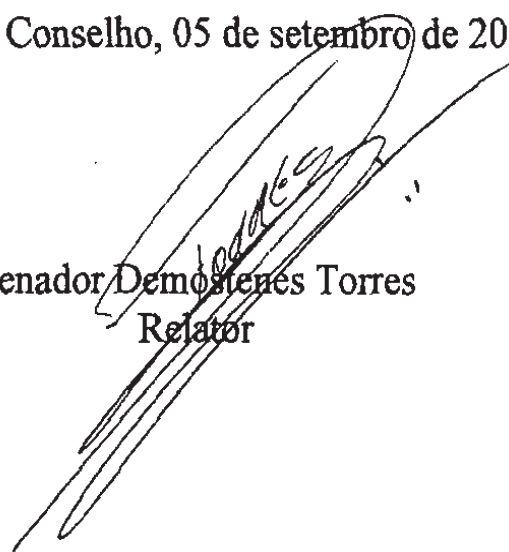


Outras pessoas que por ventura sejam referidas pelos acima nominados poderão também ser ouvidas se este Egrégio Conselho julgar conveniente.

Após serem ouvidas as pessoas acima, e diante dos fatos apurados, serão solicitadas quebras dos sigilos bancário, telefônico e fiscal se e quando for o caso, sem prejuízo outras diligências cabíveis.

É este, senhor Presidente, o sucinto plano de trabalho que submeto a apreciação de Vossa Excelência.

Sala do Conselho, 05 de setembro de 2006.



Senador Demostenes Torres
Relator

DE : Granicap Transporte de Veiculos MO. DE FRX : 65 30231956 36651956 15 AGO. 2006 05:12PM P1

Nº Espécie	RECIBO	R\$ 750,00
Recebemos do(s) Sr(s) Lino Rossi		
Endereço		
a importância de "" Setecentos e Cinquenta Reais ""		
referente DUCATO Ch 003225 KAM4A67 (Vitória/Cb8) 2/2		
Para maior clareza firmamos o presente		
Cuiabá, 2/9/2005		
Emitente Trans Granicap Transporte de Veiculos		
Endereço Av. Fernando Correia da Costa		
04-630.913/0001-70		
C.G.C. - CPF		

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, realizada em 6 de setembro de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a “destinada a ouvir, nos autos da Representação nº 1, de 2006, o Exmº Sr. Deputado Antônio Carlos Biscaia, a Sra. Marilane Cavalcanti de Albuquerque, a Sra. Maria da Penha Lino e o Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho; ouvir, nos autos da Representação nº 2, de 2006, os Senhores Ivo Marcelo Spínola da Rosa e Paulo Roberto Ribeiro; e ouvir, nos autos da Representação nº 3, de 2006, o Exmº Sr. Deputado Lino Rossi.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Heráclito Fortes
Demóstenes Torres
Juvêncio da Fonseca
Paulo Octávio
César Borges (suplente)
Jonas Pinheiro (suplente)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado

PDT

Jefferson Péres
Augusto Botelho (suplente)

PTB

Valmir Amaral

PMDB

João Alberto Souza
Wellington Salgado
Leomar Quintanilha (suplente)
Valdir Raupp (suplente)

Corregedor

Romeu Tuma (PFL)

Estiveram, ainda, presentes os Srs. Congressistas não membros do Conselho

Senadores Eduardo Suplicy, Almeida Lima, Efraim Morais E Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Esta reunião foi convocada para ouvir o Exmº Sr. Deputado Antônio Carlos Biscaia, o Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, a Srª Maria da Penha Lino e a Srª Marilane Cavalcanti de Albuquerque, nos autos da Representação nº 1, de 2006, os Srs. Ivo Marcelo Spínola da Rosa

e Paulo Roberto Ribeiro, nos autos da Representação nº 2, de 2006, e o Exmº Sr. Deputado Lino Rossi, nos autos da Representação nº 3, de 2006.

Comunico aos Srs. Parlamentares que recebi o Ofício nº 33/2006, do Exmº Sr. Deputado Lino Rossi, datado de 5 de setembro de 2006, informando que não comparecerá a esta reunião.

Permita-me ler o Ofício:

Sr. Presidente,

Acusando o recebimento do Ofício nº 43/2006-CEDP, que me convida para comparecer perante este Conselho, no dia 6 de setembro, às 10h, com a finalidade de esclarecimentos referentes à Representação nº 3, de 2006, interposta contra o Senador Magno Malta, tenho a informar que:

No final de 2001, recebi, por empréstimo, um veículo Fiat/Ducato, do Sr. Darci José Vedoin, visando a realização de campanha eleitoral do ano de 2002, quando pleiteava minha recondução à Câmara Federal.

Após a realização das eleições do ano de 2002, em conversa informal com o Senador Magno Malta, com quem possuo laços de amizade, mencionei a existência deste veículo.

O Senador me confidenciou as dificuldades financeiras pelas quais passava e a necessidade de transportar sua Banda Gospel “Tempero do Mundo”, pelas diversas regiões onde realizava **shows**.

Por termos os mesmos princípios religiosos, ofereci, naquela oportunidade, o veículo que havia recebido por empréstimo, alertando-o, contudo que deveria ser devolvido assim que eu requisitasse.

O Senador Magno Malta permaneceu com o veículo por cerca de um ano e meio devolvendo-me o veículo conforme combinado.

Espero ter esclarecido, a contento, os fatos que me relacionam ao Senador Magno Malta e ao veículo que a ele foi por mim emprestado.

Outrossim, resguardo-me o direito de não comparecer à oitava desse Conselho uma vez que, como representado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, estou a elaborar a defesa para os fatos que me são imputados, dentre os quais esse que expliquei acima, devendo apresentá-la no momento oportuno.

Coloco-me, à disposição desse Conselho para quaisquer outros esclarecimentos necessários ao bom andamento dos procedimentos adotados por V. Exª.

Cordialmente,

Lino Rossi

Deputado Federal PP/MT

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Gostaria primeiro que o Sr. Relator Jefferson Péres se pronunciasse a respeito do ofício do Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Deputado Lino Rossi não estava na minha lista de testemunhas, mas não posso deixar de opinar. É um direito dele vir aqui ou não. Não há como obrigá-lo. Este Conselho não tem prerrogativas judiciais. S. Ex^a pode deixar de vir, como qualquer cidadão do povo, aliás, a Constituição é bem clara. Além dos direitos constitucionais, o Regimento diz “solicitar o depoimento de cidadão”. Solicitar não obriga. Lamento que S. Ex^a não venha, mas ninguém pode obrigá-lo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Romeu Tuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – É claro que a legislação foi bem explicada pelo Senador Jefferson Péres, mas há um problema muito sério. S. Ex^a teria de comparecer até para comprovar a veracidade da sua explicação sobre a cessão do carro ao Senador Magno Malta. Ontem ouvimos os depoimentos dos dois Vedoin, e eles foram muito claros nas suas explicações. Temos de buscar a verdade. Até como testemunha do Senador Magno Malta, o Deputado Lino Rossi teria obrigação moral de estar aqui hoje. Ronaldo está aqui. Então eu solicitaria, vou solicitar ao Presidente da CPMI, caso não há já requerimento, nós faríamos um requerimento exigindo a presença dele, sob pena de ser conduzido coercitivamente, se ele recusar. Porque ele não abrange só Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Na CPMI.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Na CPMI. Por isso que eu digo que o Presidente, o nosso Presidente, tem conduzido com lisura, com tranquilidade e com legislação, por ser um grande promotor público. E não tenho dúvida que saberá conduzi-la. Vou fazer esse pedido, se já não tiver ofício a esse respeito. Mas eu acho que ele não podia ter-se negado. Moralmente, é um choque para a gente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu queria apenas indagar do Relator se ele acata esse documento e se ele basta.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Eu já lhe disse que ele não é minha testemunha. Ele não está envolvido no caso Ney Suassuna. Seria o Senador Demóstenes, que chegará daqui a pouco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Seria o Senador Demóstenes Torres.

É importante, Sr. Presidente, saber o posicionamento do Senador Demóstenes a respeito. Eu agora acho que a sugestão do Senador Tuma de solicitar ao Presidente da CPMI a oitiva do Deputado é correta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Heráclito, o Senador Demóstenes Torres já me comunicou, saiu de Goiânia há mais ou menos uns 30 minutos. Parece que já chegou aqui. Então, daqui a uns 20 minutos teremos a presença do Senador Demóstenes Torres. E quando nós...olha aí, o Senador Demóstenes Torres...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Veio de supersônico, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Demóstenes Torres, o Senador Heráclito Fortes questionou, neste momento, inclusive, era com referência a V. Ex^a que é o Relator do Item nº 3, que é Magno Malta, e o ofício do Deputado Lino Rossi. Houve um questionamento aqui quanto a esse ofício. Eu não sei se V. Ex^a já tomou conhecimento dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu ouvi a leitura pelo rádio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – E o que V. Ex^a diria a respeito?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Bom, o artigo 90 do Regimento Interno do Senado reproduz o artigo 58 Inciso V da Constituição Federal, que as Comissões, que não são Comissões Parlamentares, só têm poderes para fazer a solicitação do depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

A convocação, ela se dá apenas para Ministro de Estado e autoridades ligados ao Executivo. Então, o Parlamentar, lamentavelmente, ele não tem como ser convocado, obrigado a vir aqui. Se fosse numa Comissão Parlamentar de Inquérito teria, porque a Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes próprios da autoridade judiciária, como bem sabe o nosso Biscaia, o nosso chefe, V. Ex^a e os Parlamentares que aqui se encontram. Muito bem. Diante disso qual é a providência que vou solicitar à Casa?

Primeiro, solicitar à CPI que convoque o Deputado, para que ele seja ouvido na CPI e nos empreste a prova que foi produzida lá.

Como eu sou membro da CPI, também farei os questionamentos que tiver que fazer, e trago a prova produzida lá. Isso é possível, é chamada prova emprestada em Direito. Tenho certeza que o nosso Presidente Biscaia tomará essa providência, com a maior agilidade possível.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sr. Senador, permita-me um aparte?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pois não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Foi a primeira idéia que eu transmiti. O Deputado Biscaia vai ver se já há esse requerimento a respeito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– De qualquer forma, nós mesmo, eu que sou membro, não é?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu acredito que V. Ex^{as}, Um Promotor como o Deputado Biscaia, de melhor qualidade, vai rejeitar esse ofício dele dando explicações.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Com certeza. Justamente. Rejeitar, não é possível. Vamos juntar. Mas vamos tentar ouvi-lo. E também vou solicitar à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal que tomem a mesma providência, que ouçam, para nos ajudar, e remetam para cá, uma vez que ele não quer vir aqui. Infelizmente, nós não temos como convocá-lo, por não ser ele do Executivo. A convocação é só para autoridades ligadas ao Executivo e Ministro de Estado. Acho que é até uma distorção que temos que corrigir na Constituição. Aí surge uma idéia de uma nova emenda à Constituição. Mas não será essa falta de vontade do Deputado de vir aqui e que vai impedir a investigação. Nós vamos tomar providências.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Qualquer autoridade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Com certeza. Então, eu tomarei essa providência, Sr. Presidente. Acho que farei o requerimento verbal agora. Em seguida, farei, por escrito, para que posamos votar e deliberar a esse respeito. Independentemente disso, acho que o nosso Presidente Biscaia, da CPMI, já poderia tomar essa providência e nos ajudaria muito. Enquanto isso, como é uma prova essencial, nós vamos diligenciando aquelas que nós pedimos, localizar aquela pessoa que o automóvel estava no nome, o José Luiz Cardoso. A prova da documentação toda do DETRAN, aquele cheque, vamos tomando aquelas providências, porque eu acho que o Lino Rossi é essencial, ele é que pode esclarecer, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Exato. Anteriormente, nós já tínhamos um ofício do Deputado Lino Rossi à nossa Corregedoria, e já está fazendo parte integrante do processo, do processado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – O Exm^o Sr. Deputado Antônio Carlos Biscaia encontra-se presente.

Com a palavra o Senador Jefferson Peres, Relator da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, um esclarecimento. O Sr. Lino Rossi é Deputado, é ex-Deputado, no momento está no exercício? Qual é a situação do Sr. Lino Rossi?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O ofício que ele fez foi como Deputado. E a solicitação nossa foi ao Presidente da Câmara.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Está no exercício então?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está no exercício do mandato.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas, mesmo que fosse um cidadão comum, não também não teríamos o poder de convocá-lo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Nem cidadão comum.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não se trata disso. Era apenas para examinar qual era a situação dele, porque há controvérsias, como se diz.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Deputado Antônio Carlos Biscaia, primeiramente, meus cumprimentos por haver V. Ex^a, diferentemente de seu colega, comparecido a esta Comissão.

A minha pergunta é uma só que eu desdobraria em duas, muito diretas e objetivas.

A imprensa noticiou, dias atrás, que V. Ex^a teria sido procurado pelo Senador Ney Suassuna, e V. Ex^a teria declarado aos jornais ter ouvido do Senador a seguinte expressão: “90% dos Parlamentares levam beiradas nas emendas.” A minha pergunta é, primeiro, V. Ex^a confirma ter ouvido esta frase na conversa com o Senador Ney Suassuna?

E segunda, esta, embora haja uma dose de subjetividade na sua resposta, mas eu lhe perguntaria se confirmada a primeira.

O Senador lhe disse isso demonstrando no seu tom, na sua maneira de dizer, condenação a isso, aprovação a isso ou indiferença a isso?

São as duas perguntas.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Senador Jefferson Péres, Senador João Alberto, Presidente, Senador Demóstenes Torres, e demais Senadores que integram este Conselho de Ética, eu não poderia deixar de acolher este convite que me foi formulado para aqui ratificar esse episódio a que V. Ex^a está se referindo. Eu vou brevemente relatar como os fatos se passaram. Deve ter sido durante os trabalhos da CPI, no mês de julho, provavelmente, em data que

eu nosso precisar com exatidão. Eu me encontrava lá na sala da CPMI, no subsolo, chama “Bat Caverna”, no meu trabalho, quando chegou o Senador Ney Suassuna dizendo que queria conversar comigo. Na mesma hora eu concordei, ele entrou na sala. Eu estava sozinho naquela sala quando o Senador assentou e disse que gostaria de saber quais eram os elementos de prova que contra ele existiam naquele momento. Eu disse, perfeitamente, eu ia providenciar isso. Porque nós elaboramos lá um arquivo por meio magnético e tudo o que havia com relação a todos os Parlamentares passaram a constar desse arquivo. É nominal. Tem o nome do Parlamentar. Se havia emenda, se a emenda havia sido direcionada para a Planam, se havia qualquer interferência e interceptação telefônica, que foi autorizada pelo Juiz Federal de Cuiabá, e se havia referência em qualquer dos documentos tomados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, e, por último, se havia comprovação do recebimento de alguma vantagem indevida. Foram esses cinco critérios que foram todos eles alocados nesse arquivo por meio magnético. Eu disse que imediatamente eu iria disponibilizar. E ele começou a examinar e verificar esses elementos, e enquanto eu continuava aqui, ele sentou numa mesa e continuou examinando. E disse, eu quero que isso seja apurado com todo o rigor, com todo absoluto rigor.

Eu lhe disse, Senador pode ficar tranqüilo que nós apuraremos o seu caso, como todos os outros, com absoluto rigor e com absoluto critério. Pode estar tranqüilo. E ele continuava examinando os elementos que eu tinha apresentado, sempre dizendo: “Eu não tenho nada a ver com isso. Isso é coisa do meu Assessor, o Marcelo.” Eu lhe disse: “Nós vamos investigar.” E ele, no término do exame, sempre insistindo tranqüilo, Senador, tudo será investigado.”! E aí olhou para mim e disse uma observação, me considerando, não sei se um ingênuo ou até alguém que não tinha conhecimento dos meandros da política, e disse: “Deputado, o senhor não sabia que 90% dos Parlamentares tiram uma beirada nas emendas que apresentam?” Ele afirmou nesses termos. E eu aí, como é do meu feitio, reagi: “Senador, eu desconhecia que 90% dos Parlamentares cometiam crime.” Isso é um absurdo. E aí o diálogo foi esse. “Não, é bem assim.” “É prática de crime. Eu desconheço e desconhecia isso até o esse momento.” Aí ele, logo em seguida, se retirou. Foi esse o diálogo. Eu não revelei esse episódio no início, mas quando, aí eu já tenho a data com precisão, o Luiz Antônio Vedoin estava depondo na Polícia Federal, em Brasília, convocado pela CPMI no dia 5 de agosto, também foi um depoimento longo do Luiz Antônio Vedoin. E aí, no mesmo estilo, num determinado momento, depois da-

quela inquirição mais formal, depois de horas de depoimento, num momento que estava assim descansando, tomando um copo de água, bebendo um cafezinho, ele olhou assim para os Parlamentares que lá estavam e disse, depois de relatar casos de pagamento de propinas um e a outro, disse: “Deputados e Senadores, é assim mesmo.” O Luiz Antônio Vedoin disse também, com o mesmo ar de naturalidade. “Mas também, vocês têm que compreender, é assim mesmo. Receber uma propina, uma parcela para liberar emenda...eu vejo isso com naturalidade porque também qualquer Deputado, qualquer Senado gasta 2 ou 3 milhões para se eleger, não é? É natural que ele queira recuperar o seu gasto.” Eu protestei, com a veemência absoluta: “Eu não admito que o senhor faça uma afirmação de forma generalizada, como esta. Está sendo gravado o depoimento. Se não há reação, isso vai passar... Eu não admito. Primeiro porque o gasto não é esse. O meu gasto está declarado exatamente na Justiça Eleitoral. O senhor não pode generalizar nem acusar todo o Congresso Nacional dessa maneira.” E disse mais: “Reagi agora, no seu depoimento, como reagi anteriormente, quando o Senador Ney Suassuna fez afirmação da mesma natureza. E aí o Sr. Luiz Antônio disse: “O senhor me desculpe, eu não quis dizer que fossem todos, embora ache que é um percentual muito alto e tal.” A partir daí, o que constou gravado. A TV Globo teve acesso a essa gravação, eu não sei de que forma, me procurou no meu Gabinete dizendo que tinha essa gravação, e se aquele fato era verdadeiro, se eu confirmava. Eu confirmei. Se eu poderia gravar uma entrevista nesse sentido, eu confirmei que sim. Eu não divulguei antes, mas na medida em que a gravação havia se tornado pública, eu ratificava a minha declaração publicamente, como estou reafirmando nesse momento. São esses os esclarecimentos que eu presto a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres e aos demais Senadores.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– De minha era só o que eu queria ouvir do Deputado Biscaia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eu só queria...ontem também, no depoimento, o Darcy Vedoin questionado, ele disse exatamente isso, que havia muitos Parlamentares que não se envolviam com a beirada, mas que a grande maioria, em quantidade muito maior dos que não envolviam, estava atrás da beirada. Então ele, de certa forma, confirmou o depoimento de V. Ex^a, de maneira indireta, não foi? Eu pedi para ele confirmar. Mas ele disse isso explicitamente.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Nos depoimentos dele, Senador Demóstenes, a variação é apenas quanto ao percentual. Nos depoimentos dele, todos, na Polícia Federal, na CPMI, ele fala algo em torno de 70%. O Senador Suassuna acha que são 90%. Então, a divergência é apenas quanto ao percentual.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Exatamente.

Nada mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Outro Senador deseja se manifestar?

Então, eu dou por encerrada, agradecendo...

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr.

Presidente, advogado da Senadora Serys.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Pois não.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Nós

gostaríamos de saber do eminente Deputado duas únicas questões. S. Ex^a disse que tem um arquivo digital onde são compilados todos os dados. A pergunta é muito simples. Houve a entrega de algum documento, de alguma prova material em relação ao caso da Senadora Serys?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Eu passo a palavra a V. Ex^a, Deputado Biscaia, se V. Ex^a desejar responder.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Eu assinei o relatório que foi apresentado, com a responsabilidade do exercício da Presidência. E tudo que existia a respeito de todos os apontados está nesse relatório. Quer dizer, eu não tenho condição de dizer exatamente se houve entrega de documento com relação à Senadora ou a qualquer outro Parlamentar. Eu sempre, quando tenho alguma dúvida, vou lá e consulto este arquivo. Esse arquivo, eu consulto. Mas, de qualquer maneira, é possível que qualquer um tenha acesso, quaisquer dos Senadores, quaisquer dos Relatores poderão ter acesso a tudo que existe a qualquer dos Parlamentares. Isso não há dúvida nenhuma.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Uma

última questão ao eminente Deputado: se S. Ex^a tem conhecimento de dois pedidos de certidão que foram feitos pela Senadora Serys no sentido de que se fosse fornecido sobre a existência ou não desses documentos e se, por acaso, foram atendidos ou não. É última pergunta. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Essa questão de pedido de certidão, sempre tomei cautela absoluta. Estávamos em um procedimento... É possível e até acho que me recorde da existência

desse requerimento da Senadora, como diversos outros requerimentos de Parlamentares. Tomei a cautela absoluta de não expedir certidão negativa para quem que seja enquanto as investigações estavam em curso. Eu adotei essa postura. No momento em que a primeira parte dos trabalhos foi concluída, eu assinei alguns documentos, declarações, dizendo apenas o seguinte – e isso por experiência que o Senador Demóstenes Torres tem – da mesma forma eu declarava o seguinte, o Senador ou o Deputado, eventualmente, foi excluído do relatório parcial em razão dos elementos obtido até a presente data. Eu não assinei atestado de isenção para quem quer que seja, a partir do início dos trabalhos da CPMI e até a conclusão. Porque, a qualquer momento, poderão surgir novos elementos de prova.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Siba Machado, V. Ex^a está chegando agora, e eu estava já dando a palavra aos Srs. Advogados.

Se V. Ex^a quiser usar da palavra, evidentemente, tem preferência.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, Sr. Presidente. Como eu cheguei atrasado, eu vou suspender as minhas indagações ao Deputado Antonio Carlos Biscaia. Eu só quero fazer uma ressalva ao trabalho do Deputado que tem sido irretocável, impecável, e, com certeza, contribuindo muito para a elucidação desses fatos. E claro que vou me deixar aqui satisfeito com as perguntas feitas já pelos Senadores Jefferson Péres e Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está presente também o advogado do Senador Magno Malta, Dr. Luiz Carlos da Silva Neto. Eu perguntaria se V. S^a gostaria de fazer alguma pergunta. *(Pausa)*

Não está presente? Parece-me que havia...

Encerro o assunto referente à Representação nº 1, referente ao Senador Ney Suassuna.

Eu pergunto ao Senador Demóstenes Torres se teria alguma pergunta a fazer com referência específica à representação do Senador Magno Malta. *(Pausa)*

Não.

Não está presente o Senador Paulo Octávio referente à Representação nº 2.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas eu acho que ele não teria perguntas a fazer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a presença do Deputado Antônio Carlos Biscaia pela sua gentileza em ter vindo até aqui, atendendo à nossa solicitação para nos prestar essas declarações.

Muito obrigado.

O Marcelo Cardoso de Carvalho encontra-se presente, acompanhado de seu Advogado, Dr. Aristides Junqueira. Ele já assinou o termo de compromisso.

Também eu recebi uma outra solicitação que o Dr. Roberto Batista acompanharia como advogado do Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho.

Eu gostaria que fizesse entrar o Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, por gentileza.

O termo de compromisso.

Eu gostaria que os senhores advogados sentassem à Mesa também, acompanhando o seu cliente.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 1, referente ao Senador Ney Suassuna.

O SR. ARISTIDES JUNQUEIRA – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu gostaria de saber de V. Ex^a se há possibilidade da reunião ser reservada, uma vez que o Marcelo já é réu numa ação penal, e a exposição, tal como o depoente de ontem, poderia acarretar mais, em detrimento da pessoa dele, constrangimento. Ele está aqui na qualidade testemunha, tentando colaborar, querendo colaborar, e é o pedido que eu faço a V. Ex^a em nome do próprio depoente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu consulto o Senador Jefferson Péres, Relator.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A minha posição é a mesma que eu expressei ontem, no depoimento do dos Vedoin, pai e filho. Eu opto sempre pela reunião aberta, com absoluta transparência, porque assim é que deve ser uma Instituição Parlamentar. Mas, se isso constrange o depoente, pode até inibi-lo. Que seja como ele pede.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores... Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, da maneira como nós já tratamos, concordo com o Relator, Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, V. Ex^{as} estão plenamente de acordo com o posicionamento do Plenário?

Solicito à Segurança do Senado que proceda de acordo com o nosso Regimento.

A reunião está suspensa por 5 minutos.

(Suspende-se a reunião às 11 horas e 06 minutos.)

(A reunião torna-se secreta.)

(Reabre-se a reunião às 11 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, está reaberta a reunião.

O áudio gravará apenas o que for dito por todos nós, inclusive pelo convidado e por seus advogados.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Marcelo, durante quanto tempo o senhor trabalhou no gabinete do Senador Ney Suassuna?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – De março de 2003 até a minha exoneração no dia 04 de maio do corrente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – De 2003?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Três.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – No gabinete da Liderança ou no gabinete individual?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – No gabinete... porque, no início, o Senador não era Líder, né? Então é no gabinete de apoio... que se tornou gabinete de apoio quando da Liderança.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Como o senhor foi trabalhar no gabinete do Senador? Por indicação de quem?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Eu, quando o Ramez Tebet foi Ministro da Integração Nacional, ele me convidou para ser seu assessor parlamentar. Com a vinda do Senador Ramez Tebet para assumir a presidência do Congresso Nacional, com a saída do então Senador Jader Barbalho, eu permaneci na Assessoria Parlamentar e, logo em seguida, o Senador Ney Suassuna, que eu não conhecia, assumiu o Ministério e me pediu... me convidou para ficar. Eu acho que ele não deveria ter outra pessoa e me convidou para ficar. E eu continuei na assessoria parlamentar.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. S^a trabalhou com ele no Ministério?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – É. Ele... quando ele assumiu, ele me pediu que continuasse na assessoria parlamentar.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor trabalhava no Ministério em um cargo comissionado?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Cargo comissionado, que foi me dado pelo Senador Ramez Tebet.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor foi ao Ministério do Senador Ramez Tebet indicado por quem?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Eu conheço o assessor dele, o Sr. Eustáquio, desde 1991, quando trabalhei no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Ele era assessor

parlamentar do Ministro. Ele me conheceu e, quando ele assumiu o Ministério, como eu estava desempregado, ele me convidou para trabalhar lá no Ministério da Integração.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Qual é o seu grau de escolaridade e a sua profissão, por favor?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Superior. Sou economista.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E sua profissão? O senhor exerceu algum cargo... Antes de ir para esses cargos comissionados, o senhor fazia o quê? O senhor fez o quê?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Senador, vou fazer um breve relato. Eu comecei...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Aliás, eu deveria ter pedido isso inicialmente. Desculpe.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, mas eu faço questão. Eu comecei a trabalhar com 15 anos, fui vendedor de enciclopédia, vendedor de móveis, vendedor de suprimentos para máquinas de escrever; em seguida, trabalhei numa loja de venda de material esportivo; em seguida, fui trabalhar no FNDE. Na época, o então Ministro Carlos Chiarelli era pai da minha namorada. Então ele me colocou lá, me empregou.

Desde lá, do FNDE, eu trabalhei numa empresa privada, numa construtora chamada AGM, até 1998. De 1998, em seguida, eu trabalhava informalmente: vendia imóveis, comprava... Então, não tive emprego até que fui trabalhar no Ministério da Integração com o Senador Ramez Tebet e, em seguida, com o Senador Ney Suassuna, que me pediu que permanecesse.

Logo depois, com a saída dele do Ministério, eu fiquei uns seis meses desempregado e, em seguida, ele me convidou para vir trabalhar com ele no Senado Federal.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Portanto, o seu conhecimento com o Senador Ney Suassuna vem desde que ano?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Eu o conheci no Ministério, em 2001. Foi quando conheci o Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Quais eram as suas funções exatamente no gabinete do Senador Ney Suassuna? V. S^a tratava de liberação de verbas de emendas parlamentares?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– O senhor diz já no Senado, né?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Já no Senado.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Eu, conforme ‘tá nos meus depoimentos todos, o meu trabalho no gabinete do Senador era: assim que chegava orçamento aqui no Congresso, eu analisava, a gente fazia uma análise, entregava para o Senador, o Senador definia aonde colocar as emendas, a quem atender, e eu, na época – né? –, já entrava no sistema e fazia as emendas que ele me determinava.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Para serem apresentadas à Comissão de Orçamento?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– À Comissão Mista de Orçamento.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E depois, na liberação dessas emendas nos Ministérios?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não... Na verdade, Senador, eu não ia muito a Ministérios. Eu ia muito raramente aos Ministérios. Às vezes que eu ia era mais acompanhando o Senador, porque as coisas andavam bem nos Ministérios, até pelo prestígio do Senador, né?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O Senador tratava diretamente dessas...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– É, porque tratava sempre com o Ministro. Eu não tinha acesso a isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Quase sempre era ele quem tratava?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Sempre. A minha função era até aprovar o orçamento. Era até ali.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E na apresentação de emendas, o senhor ajudava na elaboração das emendas apenas do Senador Ney Suassuna ou de outros parlamentares também?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não... O Senador Ney Suassuna, conforme eu também já disse, gosta sempre de auxiliar. Então, sempre que pediam auxílio para ele... porque, às vezes... alguns parlamentares... alguns Senadores não têm essa assessoria de elaboração das emendas. E sempre quando lhe pediam apoio, aí ele me pedia que auxiliasse. Sempre tecnicamente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Muitas vezes o senhor participou da elaboração de emendas também de outros Senadores? Algumas vezes ou muitas vezes?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, perdão, Senador... eu não participei da elaboração, eu simplesmente dava um apoio técnico. Por exemplo: qual é a funcional programática do Ministério tal? Eu dava simplesmente um apoio técnico. Eu nun-

ca entrei em sistema de outro Senador, de nada. Eu nunca mexi com nada de outro parlamentar.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor ficou nessas funções, no gabinete do Senador, até maio de 2006?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Até ser exonerado.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Qual era o grau de autonomia que o senhor tinha no desempenho de suas funções? O Senador Ney Suassuna o autorizava a tratar de liberações sem o conhecimento dele ou tudo o que V. S^a fazia era antes comunicado a ele, conforme, inclusive, decisão dele?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Conforme consta nos autos da Corregedoria, tudo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– V. S^a nunca tomou iniciativa de ir a um Ministério cuidar de emendas?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Por iniciativa própria.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– As vezes que foi... as poucas vezes que foi...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Eu posso ter ido a um Ministério... por exemplo, às vezes, o prefeito manda um documento para anexar a algum processo a outro... posso ter, sem dúvida, ido, porque isso aí não teria necessidade de eu pedir autorização a ele porque eu estaria atendendo o Município...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Uma rotina?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Uma rotina, coisa de rotina, porque nós tínhamos uma equipe de cinco pessoas dentro do gabinete para fazer isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Cinco?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Cinco.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor tinha autorização do Senador para assinar documentos por ele quando ele estava ausente de Brasília?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Em hipótese alguma. E mesmo se o tivesse, não o faria.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Ele nunca disse: “Pode assinar”.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Ele nunca me pediu e mesmo se pedisse, eu não o faria.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Os Vedoin, pai e filho, e o Sr. Ronildo, afirmaram que lhe pagavam comissões por essas emendas em vários depoimentos. Ainda ontem confirmaram isso aqui. Inclusive, especificaram valores, montante.

O senhor está aqui sob juramento. O senhor negou isso – e está aqui sob juramento – e disse que aqueles recursos eram referentes à venda de um barco. Disso tudo já sei.

Mas, antes de o senhor responder, eu digo: V. S^a está aqui sob juramento e tem a oportunidade de fazer algum reparo ao que disse antes. Mas quanto ao que o senhor disse aqui e se positivar amanhã como falso, V. S^a vai responder por isso. Além dos outros atos delituosos que, por ventura, V. S^a tenha praticado, terá mais esse cometido aqui e agora.

Por isso, eu lhe pergunto: V. S^a só recebeu esse dinheiro referente à compra de um barco?

Nunca recebeu comissão, propina, de ninguém?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Em hipótese alguma. O único... mantenho os meus depoimentos, se V. Ex^a me permite, desde o dia em que eu fui preso, às 6h da manhã na minha residência, que são retilíneos e sempre com a verdade.

Eu não poderia... os meus depoimentos são todos os mesmos. Sempre os mesmos. Eu prestei um depoimento ao Delegado, inclusive eu disse isso ao Senador Romeu Tuma, da Polícia Federal, Senador Jefferson Péres, uma hora depois de ter sido preso, sem advogado, sem ninguém do meu lado. Não tinha a presença de ninguém. Inclusive, eu até fiquei sabendo depois que eu poderia ter aguardado advogado. Então, não fiz... Prestei o depoimento, e todos os meus depoimentos são retilíneos. Eu não digo uma coisa num dia e digo outra no outro. São retilíneos.

Eu mantenho exatamente o que eu disse.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Os Vedoin e os três depoentes de ontem disseram a mesma coisa...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Perdão...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor ainda não terminou?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, só para concluir... perdão...

É exatamente o que eu disse na Polícia Federal,...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Sim, eu li...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– ... à Justiça Federal, na interpelação judicial feita pelo Senador Ney Suassuna, nos dois depoimentos à Corregedoria, no depoimento à CPMI e na acareação que fiz com eles.

Mantenho.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Os depoentes de ontem disseram a mesma coisa: que eles estavam aqui dizendo a verdade, absolutamente a verdade para colaborar com a Justiça e com o Congresso, e reiteraram tudinho. Deram, inclusive, detalhes de encontros com V. S^a.

Eu lhe pergunto – apenas a opinião do senhor –: por que eles fariam ou fizeram isso? Vingança? Tinham algum problema pessoal com o senhor?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Eu não sei dizer, Senador. Só posso dizer que, com relação a mim, não. Eu não tenho nada contra eles. Inclusive, nunca tive nada, nem tinha relacionamento com o Sr. Luiz Antônio – eu conhecia o pai só.

Eu não sei se V. Ex^a sabe – é claro que deve saber – das datas em que eles disseram que foram pagos. Inclusive, na acareação, eu fui claro em perguntar para eles se eles sabiam onde eu morava, porque ele disse que me pagou num domingo. Eu fui muito claro ao perguntar para ele porque o dia 21/04... se ele, no dia 21/04, pediu que abrissem a Câmara dos Deputados para ele me pagar, porque dia 21/04 é feriado... e outras datas que eu, na acareação, deixei muito claras...

E aqui a coisa vem agora – o senhor me perdoe, eu vou dar a minha opinião pessoal –: tudo que ele diz é verdade! Então, eu simplesmente estou aqui com a verdade. A minha verdade é uma só desde que eu prestei o meu primeiro depoimento à Polícia Federal. Em sete ocasiões, a minha verdade é uma só.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor se encontrava, ou se encontrou, algumas vezes com os Vedoin para tratar de emendas?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, eu...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Nunca se encontrou com eles?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, já me encontrei, conforme está no depoimento, em meu interrogatório. Eu não mudo, Senador, uma vírgula.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Sim, eu sei tudo o que o senhor disse. Eu não quero ser repetitivo, mas Senadores membros deste Conselho que não tiveram acesso ao seu depoimento precisam saber a sua versão os fatos.

O senhor se encontrava com os Vedoin, pai e filho, a título de quê?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO –

Eu encontrei com eles... eu encontrava com eles dentro do Congresso Nacional, a não ser numa única exceção, um almoço, que, inclusive, está no meu interrogatório. Eles, algumas vezes... duas ou três vezes, o Sr. Darcy me perguntou... me fez uma pergunta técnica com relação às funcionais programáticas, e tal. E só.

Esses eram os meus encontros com os Vedoin.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor nunca perguntou aos Vedoin qual era o interesse deles ao tratar de emendas aqui?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Senador, sinceramente, não. Mas eu imaginava porque eram empresários, não é? Eu imaginava.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Nunca teve curiosidade ou até por cautela, por proteção, em evitar encontro com empresários a respeito de emendas parlamentares?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Senador, a gente trabalha numa casa pública e a gente não pergunta, às vezes, quem são as pessoas. Eu simplesmente sempre tomava muito cuidado em não atender empresários, em não conversar com empresários. Só que tem pessoas que a gente não sabe...

O próprio Senador Ney Suassuna me dizia que não entrasse em contato com empresários, nada que fosse diferente do que a gente tem que fazer aqui na Casa, no Senado Federal.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Mas o senhor sabia que os Vedoin eram empresários na área de saúde?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Fiquei sabendo depois.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Nunca perguntou a eles? Nunca quis saber quem era aquele cidadão em contato duas ou três vezes com o senhor a respeito de emendas? Nunca o senhor teve pelo menos a curiosidade de saber “Por que os senhores estão me procurando a respeito de emendas? Por quê?”

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Senador...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Não, eu só quero saber a sua versão.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, eu não tenho versão. Sinceramente...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Está bom. O senhor não sabe?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Obrigado.

Quem mantinha contato com os Municípios da Paraíba? O senhor ou o Senador diretamente?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Para que tipo de assunto? Esse assunto...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Para tratar de emendas, de tudo...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– As indicações – uma coisa que eu quero deixar clara, Senador – das emendas sempre foram feitas pelo Senador Ney Suassuna. O meu contato com os Municípios eram rotina, conforme eu disse para o senhor. O Senador definia, a gente informava os Municípios que seriam beneficiados... era isso que acontecia. A gente fazia um trabalho protocolar e político.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Os prefeitos, às vezes, telefonavam para o senhor a respeito de emendas, para elaboração e apresentação de emendas, sabendo que o senhor era o funcionário incumbido disso?

Isso eu acho muito natural que eles perguntassem. Eles tratavam disso?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Na apresentação das emendas era feita uma reunião... sempre eles vinham na época, em outubro, normalmente, eles vinham, se reuniam com o Senador... o Senador definia: “Vamos atender “A”, “B”, “C”, “E”, “F”, ...” E depois a parte burocrática e operacional era comigo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor participava dessas reuniões, às vezes, do Senador com os prefeitos?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Às vezes, sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor se recorda, particularmente, de ambulâncias, se eram os prefeitos que pediam, se era o Senador que sugeria...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Senador, o senhor também é um homem público, e os Senadores aqui devem saber: essa é uma das maiores carências no País hoje. Então, eu não via um prefeito que chegasse em Brasília e não dissesse... e não pedisse uma ambulância.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Para mim, nunca pediram.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Não.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Então me perdoe. Lá no nosso, na Paraíba, eles pedem sempre.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Muito bem. Agora eu quero lhe fazer uma pergunta a respeito do remanejamento feito no final de 2005 de verbas destinados a Municípios da Paraíba.

O Senador Ney Suassuna teria conseguido uma verba extraordinária no valor de R\$1,600 milhão (um milhão e seiscentos mil reais) para Municípios paraibanos. Mas, por não existir à época pré-projetos, foi sugerido por Vedoin ao senhor, segundo a versão do Sr. Luiz Vedoin, que esse recurso fosse para uma ONG no Rio de Janeiro – IPPES.

O senhor confirma esse fato?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, e desconhecia essa IPPES

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Em seguida, chegou ao Ministério um ofício assinado, supostamente pelo Senador Ney Suassuna, pedindo que esses recursos fossem destinados a esse IPPES, no Rio, e aumentando para R\$3 milhões (três milhões de reais). O ofício chegou ao Ministério.

O senhor teve conhecimento desse ofício?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– É... Só fui ver esse ofício agora recentemente... esse ofício que tem... este ofício em epígrafe que eu ‘tô dizendo eu desconheço.

Conforme eu disse, desde o início, em meus depoimentos, eu desconheço esse ofício.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Desconhece esse ofício. Muito bem.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Se for... o ofício em epígrafe, Senador. O que eu ‘tô dizendo é o que tem lá do IPPES, tal, e o Município ao lado.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O Senador Ney Suassuna nega tê-lo assinado... E o ofício existe. O suposto ofício. Mas ele apresentou agora, recentemente, uma perícia grafotécnica testando a falsidade da assinatura.

O senhor, portanto, desconhece o ofício e não sabe quem o assinou pelo Senador... quem o teria assinado pelo Senador... mas o Senador Ney Suassuna foi comunicado disso por uma funcionária do Ministério, Marilane, em dezembro do ano passado.

V. S^a era assessor do Ney Suassuna em dezembro do ano passado. V. S^a cuidava de emendas. De repente, o Senador Ney Suassuna recebe um telefonema da Sr^a Marilane, funcionária do Ministério, a respeito deste ofício. O Senador disse, na hora “Não sei; se existe, alguém assinou por mim ou então falsificaram a minha assinatura.” E isso está nos autos. E o Senador mandou cancelar o ofício.

Eu lhe pergunto: o senhor lidava com emendas. O Senador, ao ter conhecimento desse fato, não lhe chamou para perguntar...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Sobre esse ofício, não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Não lhe chamou na hora para perguntar?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Senador Suassuna juntou aos autos, por ocasião da sua defesa, uma carta manuscrita de funcionária que acusa V. S^a de haver, por mais de uma vez, assinado documentos por ele e obrigado outros funcionários do gabinete a fazê-lo.

Esses fatos são verdadeiros?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Nunca. Vou repetir, Senador: eu nunca assinei. Se me autorizassem ou me pedissem, eu não o faria eu jamais mandaria alguém fazê-lo, até porque eu não mandaria. Eu não tinha funcionários meus. Éramos todos assessores.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Como esse ofício saiu do gabinete? V. S^a também não sabe. Claro. Só soube depois...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Senador, eu desconheço o ofício.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Está bom.

O senhor então desenvolveu suas atividades normalmente até maio de...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– De 2005.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– ...quando surgiu a “Operação Sanguessuga”. Aí foi exonerado pelo Senador ou pediu exoneração? Foi demitido pelo Senador ou pediu exoneração?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Fui demitido. Inclusive, estava ainda preso quando fui demitido.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O Senador o chamou para ter uma conversa a respeito dessa demissão?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, eu não tive contato. Eu...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– V. S^a não procurou... V. S^a era um funcionário da confiança do Senador há alguns anos, homem de contato direto com ele, muito próximo...

De repente, o Senador resolve demiti-lo – não foi exoneração –, não lhe deu uma explicação, e o senhor não procurou conversar com ele a respeito do porquê?

Só pelo que estava surgindo nos jornais? Ele não lhe deu nenhuma explicação?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Senador, é uma coisa que eu não gosto de lembrar, mas eu vou relatar aqui para o senhor. Eu passei 32 dias preso. Trinta e dois dias. Foi quando o advogado conseguiu...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor foi demitido quando preso?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Quando eu estava preso. Desde então, eu sigo rigorosamente as orientações dos meus advogados. Eu sumi deste Congresso. Não tenho vontade de voltar para o Senado Federal, não tenho vontade de trabalhar no que eu trabalhava. Estou desempregado e resolvi sumir realmente daqui do convívio no Congresso Nacional.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Portanto, V. S^a não tem mais nada a acrescentar aos depoimentos anteriores?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Nada.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Há alguma coisa que possa nos ajudar a chegar à verdade?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Nada. E mais uma coisa: mesmo tendo vindo já seis ou sete vezes ao Congresso, estou à disposição para qualquer outra coisa que V. Ex^a precisar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Na

oportunidade, Senador Jefferson, se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, seguindo o raciocínio de V. Ex^a, Sr. Relator, na hora em que...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – V. Ex^a está pedindo um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Exato,

é para complementar algo importante.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Pois não, Senador Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – O Sena-

dor Jefferson Peres lhe perguntou a respeito de quando a funcionária do Ministério da Saúde informou ao Senador Ney que teria ali um ofício. E S. Ex^a, então, segundo o Relator, havia dito que não conhecia o ofício, que alguém deveria ter assinado por ele. Então, o senhor mencionou que não foi perguntado a respeito se teria sido o senhor.

É isso?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Se teria sido eu – perdão, Senador – que tivesse encaminhado esse ofício?

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Era

natural, imagino, que no gabinete, se de fato alguém

tivesse assinado o ofício, sendo o senhor uma pessoa que tratava desses assuntos no gabinete, que pelo menos tivesse chegado ao conhecimento do senhor à questão: “Então, quem foi?”

Então, eu pergunto se os funcionários do gabinete, um ou outro funcionário do gabinete, então, conversou com o senhor: “Puxa, chegou lá um ofício com assinatura do Senador Ney Suassuna que não teria sido por ele assinado. Mas chegou aqui do gabinete, então, alguém daqui o enviou porque o papel timbrado é daqui do gabinete, o ofício é numerado...”

Então, a minha pergunta é: teria sido natural que no gabinete os funcionários que convivem diariamente tivessem dialogado com o Senador preocupado com a questão e que então ali se perguntassem a respeito.

Então, com o senhor houve algum diálogo, seja do Senador com o senhor e de outros funcionários? Qualquer outro funcionário. Ninguém? *(Pausa)*

Que função o senhor exercia? Era a chefia de gabinete ou... *(Pausa)*

Quem era o Chefe de Gabinete? O senhor tinha um bom relacionamento com o Chefe de Gabinete? *(Pausa)*

O senhor era o assessor parlamentar?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Secretário parlamentar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Quantos secretários parlamentares e assessores parlamentares havia no gabinete enquanto o senhor trabalhava lá?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Senador, eu não sei dizer porque eu nunca me preocupei...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O senhor convivia com eles diariamente?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Quantos têm ou quantos faziam parte da “equipe prefeitura”?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Na função...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Na equipe prefeitura: cinco.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Na função... não é na equipe... porque no gabinete existem determinadas vagas de secretário parlamentar e de assessor parlamentar. Além disso, aqueles que são os funcionários de carreira do Senado. O Chefe de Gabinete é funcionário de carreira do Senado. Então, o secretário parlamentar é um dos funcionários de confiança, que dialoga dia-a-dia com o Senador. Normalmente, é assim. E há o Chefe de Gabinete, que normalmente é funcionário do Senado, mas pessoa de confiança.

Uma questão dessa natureza que o Senador Jefferson Péres lhe perguntou é algo que normalmente o Senador pergunta ao chefe e ao secretário parlamentar.

Houve esse diálogo – seja do Chefe de Gabinete ou de outro funcionário – para esclarecer quem então teria assinado documento falso?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permita-me, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a pediu um aparte...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sim, para ajudar o Senador Jefferson Péres nessa questão específica...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Porém, no interrogatório, seria, talvez, o momento mais oportuno em que V. Ex^a poderia fazer essas perguntas, sem tomar a vez do Relator e de outros Senadores membros do Conselho.

Eu gostaria que V. Ex^a concluísse.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Só tenho essa questão para o depoente responder.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Senador, não foi falado sobre esse ofício dentro do gabinete. Esse ofício em epígrafe. Desse ofício específico não foi falado dentro do gabinete. Esse ofício que estou dizendo. Agora, é claro que ofícios encaminhados aos Ministérios regularmente... inclusive, todos são colocados em cópia dentro do gabinete, porque nós éramos uma equipe até organizada. Agora, este ofício em epígrafe, não.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, permita-me buscar um esclarecimento com o Relator?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pois não, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Jefferson, eu recebi cópia dos autos – eu solicitei e recebi – desse processo referente ao Senador Ney Suassuna, mas confesso que não tive ainda... recebi ontem, não fiz a leitura...

Como houve referência a outros depoimentos prestados pelo Sr. Marcelo Cardoso, eu gostaria apenas de saber de V. Ex^a, Relator, se esses outros depoimentos dados em outras instâncias, na Polícia Federal, já constam dos autos do processo aqui do Conselho de Ética.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sim.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – OK, obrigado. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a já concluiu?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quanto o senhor tinha depositado em conta? Os Vedoin dizem que depositaram uma quantia, ou entregaram para o senhor, uma quantia acima de R\$200 mil (duzentos mil reais).

O senhor tinha essa quantia na conta? Se tinha, qual era a proveniência?

O senhor já declarou, mas eu gostaria que o que o senhor repetisse aqui.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Senador Demóstenes, os únicos depósitos, os únicos pagamentos por eles efetuados por eles a mim foram referentes à venda de um barco, conforme eu já relatei. O valor é R\$29 mil (vinte e nove mil reais). Depositados em conta! Em conta! Eu fiz questão porque era um valor... era uma coisa particular minha e era um negócio. Uma venda particular minha.

Então, fiz questão que botassem em conta corrente, conforme eu já relatei no meu relatório, no meu depoimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse dinheiro... o senhor tem o documento dessa transação? Ele lhe foi entregue? Do barco... Houve a transferência de propriedade? Essa documentação foi toda entregue para o senhor?

O senhor vendeu um barco...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Senador, não foi entregue, conforme consta no meu depoimento também, porque o valor que seria negociado era de 50 mil, e só seria transferido após o pagamento total da embarcação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então a embarcação permanece em nome do senhor?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Não, agora, recentemente, eu a vendi novamente, porque eu ‘tava precisando para pagar os meus advogados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E os outros R\$29 mil (vinte e nove mil reais)? O que o senhor fez? O senhor devolveu?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Não, inclusive, na Corregedoria, para o Senador Romeu Tuma, e vou repetir: agora, não, porque estou desempregado, mas faço questão, por ser uma ne-

gociação particular, minha, de venda. Como não foi efetivada, eu vou fazer uma confissão de dívida e vou pagar assim que puder.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor deu uma “tunga” nos Vedoin de R\$29 mil?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Não, eu não cheguei a esse ponto não, Senador. Eu estava fazendo uma negociação particular, mas não cheguei a esse ponto não, porque não é do meu feitio, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Deixe-me lhe fazer uma pergunta. o senhor disse que esteve duas ou três vezes com Darci Vedoin e não esteve com Luiz Antônio Vedoin.

O senhor pode esclarecer isso melhor?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Posso. Eu tive, de encontros, foram vários porque ele vivia ali pela Comissão de Orçamento. Eu estou dizendo... o Sr. Relator, o Senador Jefferson Peres me perguntou se tratando de assuntos relacionados a emendas. Agora, encontrar assim, várias vezes... Ele estava sempre aqui.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o Luiz Antônio?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – O Luiz Antônio, quando eu ‘tava com ele. O Luiz Antônio sempre andava com ele. Inclusive, eu fui apresentado ao Sr. Luiz Antônio, Senador Demóstenes, ano passado, só.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não andava com ele? Ou andava com ele? O Luiz... O senhor tinha encontros com o Luiz Antônio ou mais com o Darci?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Todos no Congresso Nacional, a não ser um que eu relatei no meu depoimento como almoço fora.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor o levou ao gabinete do Senador Ney Suassuna da Liderança?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Nunca.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nunca?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Nunca. Nunca levei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas ele disse que esteve lá, e descreveu o gabinete, como ele entrou, como o senhor conversou com ele...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Então não fui eu que levei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor mantinha contatos telefônicos regulares com o Luiz Antônio Vedoin?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Regulares, não. Só quando eles me ligavam. Inclusive, eu prestei depoimento e disse isso. Se eu não me engano, o senhor não vai ver uma ligação partindo de mim para eles.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Regulares, não?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Quando eles me ligavam, eu atendia, né? Primeiro, que ele sempre aparecia não identificado. Então a gente acaba atendendo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ontem, o Luiz Antônio Vedoin apresentou o número de três telefones em que ele ligava para o senhor e autorizou a quebra do sigilo dizendo que regularmente os senhores mantinham contato. Inclusive, forneceu o número do celular do senhor em que eles mantinham contato.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Sempre quando eles me ligavam, eu atendia, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor pode precisar o número de ligações mais ou menos?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não tenho como.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor não tinha ligações com eles, mas podemos dizer que umas cinquenta ou cem ligações foram dadas nesse período, apesar de o senhor não ter assim uma ligação profissional?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Senador, não gosto de chutar, Senador. Se o senhor me permite, eu vou dizer que não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Com certeza mais de uma centena de ligações?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não. Com certeza, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Com certeza, não?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, eu não vou dizer com certeza, mas, não, porque não eram esses contatos todos, não. Eu não gosto de mentir, mas não posso dizer para o senhor uma coisa que não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O ofício foi assinado... esse ofício que o Senador mencionou, que o senhor nega ter assinado, ele pode ter sido assinado pelo Chefe de Gabinete ou por algum outro funcionário do gabinete?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Pode ter sido. Não sei lhe dizer, mas pode ter sido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quando o Ministério comunicou ao Senador Ney Suassuna, o Senador não tratou disso no gabinete?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não tratou, Senador. Desse ofício, não. O que eu estou... eu sempre me refiro a esse ofício que tem escrito o nome de fundações...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– É exatamente desse que eu quero tratar: o ofício em que o Senador teve a assinatura adulterada, teve o valor solicitado bastante ampliado, houve uma transferência da Paraíba para o Rio de Janeiro, e o Ministério comunicou ao Senador: “Olha, foi falsificado”. O senhor era o homem imediato dele para tratar disso. Ele não chamou nem o senhor?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, inclusive, Senador Demóstenes, eu só fiquei... não só ficamos sabendo dessa questão na audiência que tivemos com o Ministro Saraiva. Isso em maio, que a Marilane, inclusive, chegou na porta e disse “Ah, Ney, e aquele ofício [ela vai até dizer isso, lógico] que tem lá IPPES, o que era aquilo?”

Aí o Senador olhou para mim: “O que era aquilo?”

Eu falei: “Senador, desconheço esse ofício. O que é esse IPP? eu não sei o que é isso.”

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Bom, então, foi comunicado em dezembro. Foi em maio quando o senhor teve o primeiro contato com essa notícia?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Ela fez um comentário; inclusive, um comentário informal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sim, sim. Aí o Senador perguntou... então, o senhor teve contato, mas só nessa ocasião?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Nessa ocasião. E, inclusive, nós nem pegamos o ofício. Nós estávamos entrando em audiência, e aí ela falou: “O que era aquilo?” Aí o Senador falou: “Eu não sei.” Inclusive, ficou de...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ainda assim, nenhuma providência foi tomada, mesmo o senhor sendo encarregado disso? Mesmo naquela ocasião, já em maio, o senhor também não se incomodou com isso? O Senador também não se incomodou, não foi verdade?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Em março.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Em março?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Em março.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Março.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E foi com o Ministro... o Senador...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Na audiência?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Na audiência com o Ministro?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Dentro da sala? Sim. Sempre ele entrava antes porque eu acho que ele tratava de questões políticas. Eu sempre fui muito discreto, então eu ficava lá fora e depois eu entrava.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então é isso: mesmo nessa ocasião, em março, o senhor então também não tomou nenhuma providência?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Levou aquilo mais como um...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– É porque... essa questão desse um milhão e pouco nem saiu. Então, a gente, inclusive, estava lá... o Senador ‘tava lá para cobrar por não ter saído esse milhão e seiscentos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para a Paraíba ou para o Rio de Janeiro, para o instituto?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Para a Paraíba. A gente sempre atendeu Município. A gente nunca... o Senador nunca pediu nem mandou, nem determinou que se fizesse nada para organização. A gente sempre fez emendas para Municípios.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eu vou repetir essa pergunta porque ela é interessante: mesmo o senhor tomando conhecimento... a funcionária comunicou o Senador em dezembro, ele não comunicou... em março, entrando no gabinete do Ministro, novamente, a funcionária “E aquele ofício?” E ele perguntou ao senhor: “E aquele ofício?” E aí o senhor “Não sei”.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Passou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E apesar disso nenhuma providência... nenhum desdobramento houve depois. Nem por parte do senhor,

nem do Senador, comunicando da falsidade de um ofício que foi enviado?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não... Não foi falado... à época, não foi falado de falsidade.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Foi em dezembro o cancelamento do ofício. O Senador freqüentava o gabinete do Ministro Saraiva Felipe, que era correligionário dele. E, em março... ele deve ter ido ao gabinete do Ministro outras vezes antes. Em março, a funcionária fez esse comentário na sua frente? Três meses depois?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Foi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Antes, não?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor esteve lá outras vezes com o Senador?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não. Se o Senador ‘teve, eu não fui com ele, porque eu nunca fui assessor de andar como celular do Senador e andar grudado com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas o senhor esteve lá no Ministério outras vezes com essa mesma secretária?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– A Marilane?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Antes. Entre dezembro e março, antes do episódio.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, porque depois de dezembro, na hora que acabou... no final de dezembro e janeiro, pára tudo, porque aí já não tem mais liberação, não tem mais nada. Então é um momento que a gente não tem o que fazer em Ministério, a não ser de rotina levar um documento que um prefeito peça, uma coisa... ou um prefeito vem aqui, e a gente vai junto...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas nesse caso o senhor não teve porque...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, não se tocou... não ‘teve esse assunto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Para mim, está bom.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Outro Senador membro do Conselho deseja fazer perguntas?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sr. Presidente, farei mais uma pergunta em relação ao barco.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Pois não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor recebeu os vinte e nove, mas não entregou barco?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Só entregaria depois...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– ...de quitado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E permitiram que o senhor continuasse usando o barco?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Foi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A primeira prestação foi paga quando? O senhor sabe?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Senador, eu não sei agora lhe dizer, mas está nos autos. Está certinho nos autos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o prazo para o total pagamento seria quando?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Seis meses.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Seis meses.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Tinha contrato escrito?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não. Era de pouca... mas, para mim, estava muito confortável porque eu só entregaria e repassaria depois da quitação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Além do que...

Mas a relação do senhor não era de confiança com eles. O senhor mesmo disse aqui.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, mas, para mim, estava confortável, Senador, porque eu só ia transferir depois de tudo pago.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor sabe por que eles compraram esse barco? Para usar no Pantanal?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não sei lhe dizer, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Está OK.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Não, creio que as perguntas feitas pelo ilustre Relator foram muito bem conduzidas. Agora, a verdade vai ter que aparecer em algum momento. Ou

a verdade está com você mesmo, Marcelo, ou está com o Senador Ney Suassuna, e o Relator vai chegar o mais perto possível. E os membros também deste Conselho de Ética também.

Penso o seguinte, Marcelo, você é que sabe tudo o que aconteceu. Vamos julgar o Senador Ney Suassuna, mas você é que sabe se o Ney é culpado ou inocente, se você é culpado ou inocente de alguma coisa. Acho que essa é a verdade que vocês dois vão carregar.

Quero fazer uma pergunta boba, ingênua, mas que eu quero carregar o resto da vida: você recebeu dinheiro e deu para o Senador Ney Suassuna? Do Vedoin?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Conforme todos os meus depoimentos, não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Não quero saber dos seus depoimentos. Quero saber aqui olhando para você.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Para mim, é o que vai importar.

O Senador Ney Suassuna era sócio desse barco que vocês tinham?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– O Senador Ney Suassuna... desculpe, Senador, com todo respeito, eu nunca quis saber da vida particular dele, e ele nunca quis saber da minha. Essa questão do barco foi particular. Minha. O Senador nem sabia disso. Eu não tenho por que ficar dizendo para meu chefe sobre as minhas coisas particulares. O Senador não sabia nada da minha vida pessoal.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Deixe-me lhe falar uma coisa, Marcelo: eu conheço o Ney a mais tempo do que você o conhece. Conheço a história dele toda. Eu vi toda a história dele até ele chegar a Senador, a suplente, a Senador. Sei como ele construiu a vida dele. Eu o conheci muito antes.

Então, quando você me responder, não pense que você está respondendo para mim algo que eu não conheça bem.

Você operou dentro da Liderança alguma operação em que você levou dinheiro e dividiu com o Senador Ney Suassuna?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Senador, nem na Liderança,...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Não, só quero...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– ...nem em lugar nenhum. E nem que eu fosse colocado para fazer, eu não faria. O Senador Ney Suassuna

nunca me pediu para operar nada. Não existiu esse tipo de conversa entre mim e o Senador Ney Suassuna.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Deixe-me lhe falar, Marcelo, como foi bem colocado pelo Senador Demóstenes Torres: ontem os Vedoin estiveram aqui, o pai o filho. Hoje, por essa situação terrível para qualquer político – como a que está acontecendo com o Senador Ney, porque ele está pagando um preço muito alto no Estado de origem dele, que é a Paraíba, o Estado em que ele sempre lutou –, o Vedoin descreveu a Liderança corretamente.

Hoje sou o Líder e conheço bem a sala. Ele sentou aqui ontem falou da mesa grande, do sofá. Só não falou das salas: a primeira sala, onde fica a secretária, e a outra sala, que é a sala do Líder, uma sala reservada.

Então, isso prova que ele não entrou lá, porque ele não falou. E eram duas salas que ficam para o outro lado; e não uma. A primeira é a da secretária, depois é a sala do Líder, e o banheiro no final.

Então, ele não esteve lá, mas ele descreveu perfeitamente a sala grande. Ele falou que se sentou lá, tomou café, tomou uma água, com você, conversando, que ele ficou pouco tempo e saiu. Ele descreveu... não sei se ele foi lá em outro momento sem ser com você, entrou e... Não entrou pela porta reservada, porque existe a porta de convidados, de autoridades, você sabe que é aquela primeira porta...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Se estivesse comigo, teria entrado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Foi a primeira pergunta que eu fiz para ele porque eu sei. Se estivesse com você, com certeza, ele entraria pela porta que é destravada pela recepcionista. Ele entrou por lá. Isso é que eu estranhei na hora, porque se você entra com intimidade, com certeza, você entra pela primeira porta.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Você bate na porta, a pessoa abre, e você entra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Entendeu, Demóstenes? Existem duas portas na Liderança: existe uma porta que é a normal, você entra, se anuncia e vê se vai ser recebido ou não. E existe uma porta para quem goza de intimidade, que bate, entra direto e vai para o gabinete da secretária e do líder. É assim que funciona a Liderança.

Como foi colocado ontem pelo Vedoin filho, ele disse que deu a volta e entrou pela porta como se não gozasse de intimidade.

Esse foi um fator do qual eu não falei na hora porque queria ouvir o Marcelo hoje.

Ele foi como convidado, entrou, mas ele diz que sentou, tomou café, tomou uma água e ficou um pouco. Eu até perguntei o seguinte...

Marcelo, essa – como o Senador falou – “tunga”... Creio que ninguém aqui já passou a vida sem ter tomado uma “tunga”. Pelo jeito, nesse tipo de operação, se fosse uma pessoa esperta, entraria sem o conhecimento, se sentaria e rapidamente retiraria dali o Luiz Vedoin para poder dizer que tem a situação, mas que já saiu. Essa é a posição de um esperto, digamos assim, para não usar outra palavra.

Ele falou que não se sentiu assim, que se sentiu bem à vontade com você, mas não descreveu as salas da Liderança. Eu não perguntei, mas ele não descreveu. É sinal de que ele não entrou na Liderança. Ele falou que nunca esteve com o Senador Ney realmente.

Agora, Marcelo, esse depósito na sua conta de um barco de que você não tem documento assinado é a única prova que temos para justificar um depósito na sua conta.

Eu, pelo menos, sou titular na CPMI das sanguessugas. Vi coisas terríveis. Foi contra o relatório porque, mais uma vez, está faltando gente, e há gente que não deveria estar. Não quero saber: não assinei e não assino. Não concordo com esse negócio de “Vou votar parcialmente”. Entendo que temos que tirar os que se entendem inocentes, e os culpados têm que ir direto para o Conselho para cassação.

Então vou perguntar mais uma vez, Marcelo: você recebeu algum pacote de dinheiro e dividiu com o Senador Ney Suassuna ou entregou inteiro ao Senador Ney Suassuna?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Não recebi e vou repetir com relação ao barco, Senador, com todo respeito que tenho a V. Ex^a: é estranho hoje porque está acontecendo tudo isso, mas, se for colocar, não tem nada de estranho. Eu disse pra ele que transferiria o barco no final do pagamento.

Agora, hoje, sim, aconteceu tudo isso, pode-se questionar. Isso eu ‘tô defendendo...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Qual o tamanho do barco, Marcelo?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Isso eu só estou dizendo porque, na verdade, estou aqui como testemunha.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Claro.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – A minha defesa é na Justiça. Eu tenho meus advogados que estão defendendo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Bons advogados.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Vai ser um processo penal longo. Perdi tudo: pedi mulher, perdi amigo, perdi tudo por causa disso.

Agora é estranho por causa dos acontecimentos, mas eu não vejo nada...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – E o tamanho do barco?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual é o tamanho do barco?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– É um barco de 26 pés, é um HD.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não cabe no porta-malas não, hem?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– É um barco...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – É novinho, é zerado?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, 94. Um barco antigo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Cinquenta mil?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– É cinquenta mil o preço.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Esse barco vale 50 mil?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Vale. Na verdade, uns 45.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Você dava outra “tunga” no Vedoin?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, não estou dando “tunga”, não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas R\$50 mil não é muito para esse barco?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, é o preço dele de mercado. É o preço de mercado. Eu perguntei para o rapaz da náutica, e ele me disse isso. Foi o preço que ele me disse.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – O motor dele qual é?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– São... estão, inclusive, os detalhes no meu depoimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Vedoin não pediu nenhum menos?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não pediu não, Senador. Menos, ele não pediu não, Senador. Sinceramente, não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Essa questão do Vedoin... o Vedoin já pagou aquela ambulância, aquele carro duas vezes. Agora compra um barco e não leva.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Pois não, Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E agora o senhor vendeu por quanto?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Vendi agora por... na verdade, eu estava devendo a Marina... estava devendo tanta coisa e me sobrou só R\$18 mil.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Por quanto vendeu?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Quarenta e cinco mil.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Agora você tem o documento certinho de quanto vendeu?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Está a transferência tudo certinho, tudo bonitinho. Agora eu anunciei ele, e um rapaz comprou.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Você não quis saber quem era o rapaz?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, Júnior. Tive que fazer a transferência. Aí, sim.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Pelo amor de Deus!

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Eu estava devendo tanto que, para falar a verdade, não me sobrou quase nada.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Você não quis saber a origem do comprador do barco? Nada?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– O comprador? De quem me comprou?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – É.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Não, ele pagou, e eu transferi para ele.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Eu sei, mas você não quis saber... eu, por exemplo, depois dessa confusão toda, eu bloqueei minha conta. Só recebo o salário de pagamento. Bloqueei para depósitos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor pode franquear a relação de bens do senhor? O que o senhor tem? O que existe em nome do senhor? Esse barco estava em nome do senhor?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO

– Senador, eu estou aqui como testemunha, mas em respeito a V. Ex^a, o que eu tenho: eu moro em uma casa em um condomínio irregular – aqui em Brasília, quem

mora em Brasília conhece: existem uns condomínios lá no alto –, em São Sebastião.

Eu comprei esse terreno há mais ou menos uns cinco anos atrás por R\$5 mil. Eu morava em outra casa, em um condomínio também irregular, no Ville de Montagne. Quando vendi, acabei essa casa, porque ela estava no esqueleto. Foi construindo a casa, que é essa onde moro hoje, com a venda da outra.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor comprou uma casa com esqueleto por R\$5 mil?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Não, não. Eu fui começando, fazendo o esqueleto. Quando eu vendi a outra casa, eu acabei essa casa, entendeu? A outra que eu morava também era num condomínio irregular. É isso o que eu tenho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual é o valor dela hoje? Valor de mercado?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Eu não sei, em torno de cento e poucos mil. Uns 180 ou 170 mil. Eu não sei. Valor de mercado é muito... mercado é uma coisa muito...

E uma sala comercial, que está declarada, como todo o meu Imposto de Renda.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, realmente o Relator está conduzindo muito bem e tem estudado o caso com bastante profundidade.

Eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Marcelo,...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Pois não, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Sr. Luiz Antônio e o Darci Vedoin, em todos os seus depoimentos, à Polícia Federal, ao juiz Dr. Schneider, a este Conselho ontem, e, em todos os momentos, eles deixaram bastante claro que jamais estiveram na presença, em algum momento, sequer cruzaram com o Senador Ney Suassuna. E estendem isso aos demais Senadores citados nas peças.

E aparece em todos os momentos que a única pessoa com quem eles se relacionavam, com quem dialogavam, com quem tratavam dos interesses da empresa deles, era com Marcelo Carvalho. E até havia um apelido lá nos autos “o Marcelo do Ney”.

Então, colocam sob sua responsabilidade tudo o que aconteceu e está dito a respeito do Senador Ney Suassuna. Todas as responsabilidades que eles mencionam.

Aparece à história do ofício, e o Senador recusa que tenha assinado esse ofício, desautoriza a veracidade do ofício. S. Ex^a até falou de público, na tribuna do Senado Federal, que o ofício teria recebido uma assinatura que não era de S. Ex^a.

Essa é uma assinatura que a Polícia Federal, corrija-me o Relator, teria dado como uma assinatura que não é do Senador Ney Suassuna. Pelo menos é a informação que eu tenho do exame grafotécnico. Não se quer dizer, de imediato, que tenha sido o senhor que tenha assinado. Pode ter sido outra pessoa.

O que queremos saber, esta parte já foi aqui muito bem explorada tanto pelo Relator, quanto pelos demais, é qual o seu verdadeiro papel dentro do gabinete do Senador no que diz respeito às emendas parlamentares individuais, e não julgar se as emendas estão aqui na base do ilícito. Não quero julgar as emendas.

O senhor era a única pessoa que tratava desse assunto no gabinete?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Só um esclarecimento, Senador Sibá: o laudo pericial não é da Polícia Federal.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não é da Polícia Federal?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – É de um técnico particular.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – OK

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Em primeiro lugar, Senador, estou à disposição para qualquer tipo de exame grafotécnico para mostrar que a assinatura não é minha. Jamais assinei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual é a marca do seu barco?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – É HD.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quantos pés? HD, 94, 24 pés. É isso?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Sibá Machado está inquirindo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu pediria... para eu não perder aqui o meu raciocínio...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Eu ia falar da assinatura... Ah, as atribuições. Nós tínhamos uma equipe dentro do gabinete de cinco pessoas, que a gente denominou de “equipe prefeitura”, que é a equipe que cuidava do atendimento, do trato com os prefeitos, porque tínhamos muito esse cuidado com a base eleitoral do Senador.

A minha atribuição dentro do gabinete era: receber projeto de lei orçamentário, avaliar, e, a partir da minha avaliação, eu entregava para o Senador essa minha análise. O Senador abria, definia o que era para ser feito “Nós vamos fazer emendas aqui e aqui, para

isso, isso e isso.” Pronto: definia as áreas. Definidas as áreas, vinham os prefeitos naquela época fatídica que todos conhecem, outubro, pedir ao Senador “Bota uma emendinha aqui para mim”, e eu conduzia o prefeito ao Senador; o Senador se reunia com o prefeito... De algumas dessas reuniões eu participava, porque dali já saía definido.

Definido isso, a gente entrava no sisteminha de emendas, que é o que manda a emenda para a Comissão de Orçamento, o Senador assina, porque todos sabem aqui que a emenda individual, além do sistema, tem que ser assinada para ser entregue na Comissão Mista de Orçamento. Além do sistema, ela tem que ser assinada pelo parlamentar.

Eu cuidava, até dezembro, da aprovação. Eu acompanhava na Comissão de Orçamento.

Era essa a minha função com relação às emendas orçamentárias, Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Essa parte acredito que seja comum. É comum. Acredito que todos os gabinetes devem proceder dessa maneira: fazem a decisão das linhas de investimento e tudo mais.

O Vedoin tinha várias operações – a Planam, vamos falar o nome da empresa: operação que dizia respeito a negociar com parlamentares, à destinação de valores, e a itens que diziam respeito aos interesses da Planam.

É isso que gerou o conflito, a CPMI, e o que estamos fazendo aqui hoje. Com o prefeito, a Planam fazia uma licitação fraudulenta. E essa resposta eles já nos disseram que, em muitos casos, o prefeito não participava de nada: era envolvido no processo sem querer nem saber. E isso foi dito. Mas eles operavam com quatro, cinco ou seis empresas e faziam uma licitação em que qualquer uma que ganhasse estava em casa.

Era isso. Isso eles já admitiram de público.

Como parlamentar, no que diz respeito ao parlamentar, era negociar a transferência de recursos no valor da emenda. E é disso que queremos tratar aqui.

Se, em nenhum momento, eles trataram com o Senador Ney Suassuna – eles admitem isso em todos os seus depoimentos –, eles trataram com o senhor, e dizem que foram repassados, sob a sua responsabilidade, Marcelo, se não me engano, o valor de R\$220 mil.

O senhor está nos dizendo aqui que o único recurso que passou pela sua mão foi o recurso de interesse particular, que não tem nada a ver com aquilo que é matéria do trabalho deste Conselho.

Marcelo, isso coloca você e o Vedoin em uma tremenda contradição, porque o Vedoin diz uma coisa

aqui, afirma em todas as letras. Depois, fala “Não, julguem os telefonemas, existem muitos telefonemas.”

O senhor diz que jamais ligou para eles, que jamais partiu de você o interesse de ligação, e tal, e aparece essa história do gabinete.

Ontem ele disse que realmente esteve com o senhor, que o conduziu até o gabinete enquanto Líder, não enquanto Senador. Não é o gabinete de apoio do Senador, mas o gabinete da Liderança. Ele descreveu parte desse gabinete, falou da porta pela qual entrou, da cadeira em que se sentou, da mesa que estava ao lado, e assim por diante. O tempo é entre vinte e trinta minutos, e que você saiu depois. Não trataram de nada.

O senhor assinava alguma outra coisa pelo gabinete? Algum outro tipo de papel ou documento qualquer? Pelo menos, um memorando ou alguma coisa de interesse da celeridade do gabinete?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca assinou papel nenhum, Marcelo? *(Pausa)*

Marcelo, vamos ser bem sinceros aqui porque está em jogo não apenas a sua vida, mas a dos outros também, principalmente a do Senador da República, que passa por uma votação, por uma exposição para poder chegar até esta Casa.

O senhor, em algum momento, poderia ter usado do nome “Marcelo do Senador Ney Suassuna” e se aproveitado, em algum momento, para benefício próprio, Marcelo?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Não, eu não faria isso com o Senador. Em hipótese alguma. Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor conhece bem o Darci Vedoin e o Luiz Antônio?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – O meu relacionamento, Senador, como eu já explicitiei, era dessa forma. Eu acho, inclusive, o Darci uma pessoa bacana, era um cara tranqüilão. Eu nunca... o meu relacionamento é só esse que eu tenho com ele. Não falei em nome do... eu nunca falei em nome do Senador para me beneficiar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor, em algum momento, sabia que a Planam tinha envolvimento poucos recomendáveis? O senhor sabia disso antes dessas denúncias todas? Não chegou a desconfiar de nada?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO – Senador, em hipótese alguma. Eu fui preso. Entraram em minha casa às 5 horas da manhã. Eu perdi a mulher, perdi amigos, perdi tudo. Se eu soubesse disso, o senhor pode ter certeza que eu teria me afastado

deles no primeiro contato, primeiro, para não colocar em risco a minha situação, e, segundo, a do Senador Ney Suassuna.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Com essa resposta, eu faço a segunda pergunta por dever de ofício: então o senhor sabia ou não sabia que as emendas do Senador Ney Suassuna estavam envolvidas com a Planam nesse critério que a Planam estava fazendo?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Não, não sabia.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não sabia de jeito nenhum?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Não sabia porque eu não estou na ponta.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A sua relação era eminentemente profissional e técnica? É isso?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Perfeito.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só mais uma coisa, Sr. Presidente: o senhor chegou a conhecer Maria da Penha?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Eu estive com ela duas vezes: uma vez no Ministério da saúde, e a outra vez quando ela esteve no gabinete pedindo para que eu intercedesse junto ao Senador para arrumar uma vaga para ela no Sarah Kubitschek, que ela estaria fazendo um exame da bacia, alguma coisa assim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – De interesse de saúde?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Pessoal, não é?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É, pessoal.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Ela esteve no gabinete e falou com a Mônica, a Chefe de Gabinete.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor sabia que ela queria um posto de trabalho no Ministério da saúde?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Sabia, até pela minha função aqui no gabinete, porque ela era assessora parlamentar do Ministro. Mas eu não tratava com ela, eu tratava sempre com Marilane.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Antes de ela ir para o Ministério?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Não, não, eu não a conhecia.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ela era funcionária da Planam. Disso você não sabia?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Senador, isso está claro nos depoimentos. Eu fui co-

nhecer Darci no final de 2004, e o Antônio no ano passado. Então não sei da vida pregressa de ninguém.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor só conheceu Darci Vedoin em 2004. É isso?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– É, 2004.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E Luiz Antônio Vedoin...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Foi-me apresentado pelo pai.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A partir de 2005.

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– 2005.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Que mês, mais ou menos? No início do ano, mais ou menos? *(Pausa)*

O senhor conheceu o Sr. Ronildo?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Conheci, junto com eles numa oportunidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em que ano?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Ano passado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ano passado também?

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Quando desse almoço que o Darci me convidou lá no 10º andar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Certo.

Então, só para reafirmar: dinheiro único para a sua conta – a venda de um barco de sua propriedade. Jamais passou qualquer dinheiro.

Telefonema seu, partindo de você...

O SR. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
– Pelo que eu me lembro, acho que não tem nenhuma ligação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor não se lembra de ter feito qualquer ligação.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Sibá?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pois não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Só um aparte rapidinho. Eu cotei o barco, viu, Presidente? Eu liguei daqui, porque tenho uns amigos com barco. O preço do barco está correto: é nessa faixa de 45 a 50.

Obrigado, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Certo.

Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum outro Senador membro do Conselho deseja usar da palavra?

Vou conceder a palavra ao Senador Almeida Lima, que fez um requerimento para que sejam encaminhadas cópias a S. Ex^a dos depoimentos que aqui foram tomados, em reunião secreta, do Sr. Darci Vedoin e do Sr. Luiz Antônio Vedoin.

Informo que deferi esses requerimentos e serão entregues as cópias a V. Ex^a em envelope lacrado.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, tive oportunidade, em um aparte ao Senador Ney Suassuna nesta semana, em plenário, de dizer que, entre outras coisas que não vou repetir aqui, caso esses processos cheguem a plenário, eu terei uma atuação estritamente jurídica e, em hipótese nenhuma, política.

Quero apresentar uma explicação a esse respeito. Por que razão? Porque entendo – e eu aprendi assim na escola ou por onde passei – que a função primordial do Poder Executivo é executar, embora eventualmente julgue, e eventualmente legisle. Mas não é a sua função. A sua função constitucional é executar; a do Poder Judiciário é julgar, embora eventualmente legisle, e embora eventualmente execute, administre como as suas próprias atividades; e a função do Poder Legislativo é legislar, embora eventualmente cumpra as duas outras missões, que são primordiais aos outros dois Poderes.

E a nossa missão neste momento não é a legislativa, a de legislador: é a de julgador. É a função própria da magistratura, da judicatura, tanto que existe o Conselho de Ética, mas gostaríamos até que nem funcionasse. Explica-se: no desejo de que não houvesse processos como estes para que aqui fossem tratados, porque a nossa função não é esta. Isto é uma coisa eventual.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, vamos ser um pouco mais objetivos, por gentileza.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – É verdade, e eu concluirei exatamente neste momento dizendo o seguinte: a minha preocupação, neste momento, e eu conheço as funções da magistratura, é a de julgar. A magistratura julga pelo que consta dos autos, pelo mundo dos autos. Ela julga não pelo que está extra-autos, fora dos autos.

Daí eu ter dito que não iria receber pressão de quem quer que seja, muito menos da imprensa.

E a minha preocupação neste instante em reportar ao Sr. Relator, Jefferson Peres, é se os depoimentos referidos do depoente Marcelo Cardoso já estavam nos autos. Porque a minha preocupação é com os autos. É exclusivamente com os autos.

Por esta razão, gostaria de obter duas informações que podem ser do Relator ou do depoente.

A primeira delas: houve perícia de confronto da assinatura que consta no ofício encaminhado ao Ministério com a grafia depoente? Quero saber se consta a perícia já nos autos neste sentido.

Então, a pergunta pode ser a título de informação, com muita gentileza, ao nobre Sr. Relator.

Em síntese, é esta: se já existe perícia nos autos de confronto da assinatura que consta lá no ofício que foi encaminhado ao Ministério ampliando o valor da verba com a grafia do depoente Marcelo Cardoso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não, não há ainda. Que eu saiba, não.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Pelo que foi dito aqui, perguntado e respondido pelo depoente, eu gostaria de deixar como sugestão Relatoria e à Presidência que perícia nesse sentido fosse feita, já que me parece constar dos autos uma perícia que foi oferecida, ofertada, pelo próprio Senador Ney Suassuna.

O segundo ponto é se há nos autos provas materiais de que o Senador Ney Suassuna tenha solicitado, em dezembro do ano passado, o cancelamento ou aquele “tornar sem efeito”, do tal ofício, o referido ofício, que S. Ex^a havia dito, pelo que entendi, não ser da sua lavra, não ser de sua autoria.

Consta prova material, documental, nos autos deste Conselho de que S. Ex^a mandou cancelar aquele ofício tornando-o sem efeito?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Isso é o que eu quero esclarecer agora com o depoimento da Sr^a Marilane, que foi tratar com o Senador disso.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Não entendi.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A funcionária do Ministério que comunicou ao Senador que não poderia ser atendida aquela solicitação, inclusive porque era ilegal, e que teria ouvido do Senador “Então, alguém falsificou a assinatura por mim”.

Eu vou ouvir agora a Sr^a Marilane, que vai dizer isto: se houve realmente uma formalização do cancelamento, ou não.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Portanto, este é o meu interesse e o meu objetivo. Para saber se, ao tomar conhecimento, há prova testemunhal ou material nos autos de que ele tenha cancelado ou aquele costumeiro “tornar sem efeito o ofício”, sobretudo, pela falta de legitimidade ou correção na assinatura de S. Ex^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Advogados, alguma pergunta a fazer? *(Pausa)*

Agradeço ao Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho pela sua presença aqui, acompanhado de seus advogados, Dr. Aristides Junqueira e Dr. Roberto Baptista.

Muito obrigado.

A Sr^a Maria da Penha Lino encontra-se presente e já assinou o Termo de Compromisso.

Eu peço à Assessoria que faça entrar a Sr^a Maria da Penha Lino. *(Pausa)*

Sr^a Maria da Penha Lino, a senhora tem advogado?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Tenho, mas ele não virá.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A senhora solicita que a audiência com a senhora seja secreta?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – A minha preocupação é o que vai sair na mídia, porque eu não tenho... o que eu vou estar falando para todos os senhores é o que eu já disse em depoimentos. Mas fico preocupada porque a gente fala e depois sai tanta coisa distorcida. Eu já fui muito exposta a tudo isso.

A minha preocupação é só essa. Não pelo que eu vou falar, mas é pelo que vai estar saindo e da forma como sai, né? Eu tive alguns exemplos...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A senhora se sente mais à vontade sendo reservada?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu me sinto mais à vontade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator,...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Se não tiver problema. Porque eu não tenho problema nenhum de estar... a minha preocupação é justamente o que vai estar sendo colocado depois.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu queria fazer uma ponderação à Sr^a Maria da Penha Lino.

Às vezes, para o propósito que a senhora mencionou, o fato de uma reunião aberta permitir que, de pronto, as pessoas acompanhem aquilo que está sendo feito, as suas palavras, os seus gestos, a forma da sua senhora falar... Uma coisa é quando a senhora fala perante o Juiz, perante a Polícia em depoimento reservado e depois vêm às versões. Mas a senhora tem oportunidade de falar, se possível, perante o Conselho de Ética, que agora está reunido dando oportunidade

à senhora de falar em transmissão ao vivo pelos meios de comunicação, inclusive pela **TV Senado**, mas também pelos demais canais.

Então, na medida em que a senhora desejar expressar aquilo que realmente aconteceu, eu apenas quero transmitir à senhora que é possível que a senhora esteja mais protegida sobre aquilo que depois sairá na imprensa com a garantia de a senhora mesmo poder saber...

Se a senhora preferir o depoimento ao vivo no Conselho de Ética, o que a senhora estiver falando e o que lhe for perguntado será transmitido de imediato da forma como é. Só para a senhora tomar a decisão.

Às vezes, pode ser até melhor para senhora, se não houver objeção, que seja transmitido ao vivo.

Esta é a nossa experiência que eu quero lhe transmitir, de nós, Senadores. Às vezes, é melhor para a pessoa que não tem o que esconder que tudo saia da maneira como se resolve expressar. Foi só para lhe ajudar no seu raciocínio.

Era isso, Presidente.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Tudo bem, Senador. Obrigada, agradeço a V. Ex^a.

A minha preocupação é só essa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A decisão é da senhora.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, eu não tenho problema nenhum em que seja aberta. Eu não tenho o que esconder, não tenho problema nenhum com o que eu vou dizer. Agora, a minha preocupação é que fico...

Eu quero deixar claro que, em cima de tudo o que o Senador disse, tudo bem. A minha preocupação é só essa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A senhora quer que seja aberta?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Pode deixar aberta. Não tem problema, não.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse dada oportunidade para ela pensar, porque eu entendi que ela se sentiria mais à vontade em reunião fechada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Ela acabou de dizer...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não, mas eu não sei se é a convicção dela. Ela gostaria que ela respondesse depois de pensar um pouquinho.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, pode ser aberta. Não tenho preocupação nenhuma.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Isso. Eu gostaria que ela tivesse oportunidade de pensar bem. Agora está certo.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Uma vez que vai ficar gravado, eu tenho... se sair amanhã ou depois qualquer coisa distorcida, eu tenho, inclusive, como estar entrando com uma ação contra o que vai sair na mídia.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Isso. Agora, sim. Agora está com consciência.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, a Sr^a Maria da Penha está com a colaboração de algum advogado?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não. Já perguntei. Aqui, neste momento, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Neste momento, a senhora não está acompanhada de advogado?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – OK.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Podem ligar o áudio.

Com a palavra o Relator Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A senhora foi Assessora no Ministério da Saúde, em que período? Eu sei que a senhora já disse isso, mas eu gostaria que repetisse.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – De agosto de 2005 até abril de 2006.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A senhora assumiu em 2005?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Foi em agosto de 2005.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Quem a indicou para o Ministério?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – A minha indicação foi pela Liderança do PMDB na Câmara.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Que pediu ao Senador Ney Suassuna, e ele...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, eu não tenho essa informação. Inclusive, é uma coisa que eu gostaria que fosse esclarecida. Porque, o que eu sei até agora, como é que se deu isso? A partir do momento que o PMDB assumiu o Ministério da Saúde, o Deputado José Divino me perguntou se eu tinha alguém conhecido que eles poderiam estar indicando. Eu disse, uma pessoa que esteve lá, que conversou com alguns Líderes, e acabou, não sei se aceitou, porque não deu certo. Então, ele perguntou para mim: “Por que a gente não te indica?” Eu disse: “Olha, eu estou lotada no Gabinete, mas, a partir do momento que der certo, eu, não tem problema.” Foi quando, foi encaminhado um ofício da Liderança do PMDB para o Ministério da Saúde. Esse é o documento que eu sei.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Muito bem, isso é um detalhe.

A senhora tinha sido antes funcionária de Empresa Planam?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Fui funcionária no período de 1 ano, em 2004, março de 2004 para março de 2005.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E quem a indicou ao Deputado José Divino? Indicou o seu nome para o Deputado indicá-la para o Ministério da Saúde, foram os Vedoin?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Eu não tenho esse conhecimento não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Como é que a senhora chegou ao Deputado José Divino?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu já o conhecia. No período que eu estava na Planam, aí sim, foi através deles é que eu fiquei lotada um período no Gabinete do Deputado José Divino para que eu tivesse condições de ter acesso a serviço médico. Mas aí, eu tive uma preocupação, como eu estava trabalhando na Planam, na época, que isso poderia ter um problema, inclusive, para o Deputado. Eu o chamei e conversei com ele. Ele deu uma olhada no Regimento Interno. Realmente, o regimento da Casa proibia. E eu pedi que ele me exonerasse.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A senhora conhecia o Deputado Divino quando era da Planam ainda?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Por que ia, comparecia à empresa?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Como foi?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Porque foi feito, à época, projetos de emenda dele, no período que eu estava trabalhando lá.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A própria empresa fazia esses projetos?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim, eles tinham um escritório aqui, no Brasil 21, que quando eu fui convidada para trabalhar com eles, era para trabalhar a parte técnica de confecções de projetos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A senhora já lidava com emenda de Parlamentares ainda na Planam?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não senhor. Na Planam, eu fazia os projetos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Projetos para ser executados nos Municípios, é isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Projetos para o Ministério da Saúde.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E tinha ciência a partir de emendas Parlamentares.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Quando a senhora chegou ao Ministério, começou a trabalhar no Ministério, a senhora tratava com o Sr. Marcelo Cardoso, Assessor do Senador Ney Suassuna?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Nunca teve contatos com ele?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Eu já vi o Marcelo no Ministério, na ante-sala. Acho que o Senador tinha audiência com o Ministro, tinha vários Parlamentares. Mas, na minha sala, não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– A senhora não tratava nada com o Sr. Marcelo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Nem telefonava para ele, nem recebeu telefonema?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Que eu recebi de documento do Gabinete do Senador Ney Suassuna foi entregue pelo Roberto.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– pelo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Pelo Roberto.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– O Sr. Marcelo nunca lhe entregou nada?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Eu vi no Gabinete, que eu perguntei do Marcelo, levei um documento no Gabinete do Senador para uma solicitação, para ver se conseguiria uma consulta para o meu irmão no Sarah Kubitscheck.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Mas a senhora conhecia o Marcelo? Se dava com ele, como?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, eu o conhecia: “Como vai? Tudo bem?” Assim, no dia-a-dia. Mas assim de ter contato com ele...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Quando ele ia ao Ministério? Como é que a senhora o conhecia?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu o via lá...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– De onde a senhora o conhecia?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu o conheci também junto com o pessoal da Planam. Foi quando eu o conheci, quando eu fui apresentada a ele. Quando eu trabalhei lá.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Quando a senhora trabalhava na Planam, a senhora conheceu o Marcelo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Conheci.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Ele ia lá?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Eu não sei bem o detalhe. Mas ele estava junto com eles, na Planam. Não sei se foi documento que eu fui entregar para o Darci ou o Luiz Antônio, porque eles estavam juntos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Foi casual?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Foi casual.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A partir daí a senhora passou a se relacionar com ele?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Aonde eu o via, eu o cumprimentava. Não assim de ter contato com ele, de ligações, não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Quais eram as suas funções no Ministério da Saúde? Exatamente o que a senhora fazia? Qual era o seu cargo lá?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Meu cargo era de Assessora do Gabinete.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Assessora do Gabinete do Ministro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – É. Eu fiquei uns dois meses sem função definida.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Sem função definida?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – É porque estava se organizando. Dependia de sala. Depois é que foi feito uma sala no período, e eu fui ficando.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Como estava se organizando, se o Ministério já existe há muito tempo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim, Senador. Só que os cargos estavam sendo preenchidos. Por exemplo, a Assessoria Parlamentar, a Marilena estava chegando. As pessoas que iam trabalhar com ela ainda estavam sendo...ainda estavam chegando. E eu fiquei uns 2 meses lá...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Quem era o Ministro, quando a senhora foi para lá?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – O Deputado José Saraiva Felipe.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A senhora não se importa em dizer qual era a sua remuneração no Ministério?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – A minha remuneração, eu recebia líquido R\$ 3.992,00. Era um DAS 4 de 5 mil e pouco. Com desconto?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Durante o ano, sem função definida.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Durante o ano não, foram 2 meses.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Dois meses?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – É. Depois a minha função era atender à demanda do Gabinete. Não, necessariamente, só com relação a projetos ligados a convênios, mas também com relação a passar informação de demanda que vinha da Casa Civil, tipo solicitação que era feita de cadastramento de UTI, que isso era na SAIS. Solicitação de contratação de novos serviços médicos de alta complexidade. Era dar andamento, seqüência e informações onde que estavam esses processos, porque que estavam parados, se tinham alguma pendência. Era atender demanda do Gabinete.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) –

De emendas Parlamentares, a senhora não tratava?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. De emendas Parlamentares... o que vinha de demanda do Gabinete para olhar os projetos sim. Os projetos já feitos pelo Ministério, que já estavam lá.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Não acompanhava a tramitação, procurava apresentá-los ou não.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Em algumas situações sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Era uma de suas funções?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Era uma das minhas funções.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A senhora nunca tratou diretamente com o Senador Ney Suassuna?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Não o via no Ministério, não tinha contato?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu o vi uma vez, no Ministério, na ante-sala, aguardando audiência com o Ministro.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A senhora não tratava com outros funcionários do Gabinete do Senador Ney Suassuna, além do Marcelo? Nem com o Marcelo, sequer, a senhora disse.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Na verdade,...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Como é que vinham as solicitações do Gabinete do Senador Ney Suassuna para a senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Para mim, nunca foi.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Nunca foi?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Era diretamente para o Ministro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Era diretamente. Era entregue depois de decisões de reuniões dele com o Ministro. Com a gente não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A sua participação era só essa, nada mais?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E a senhora continuou se encontrar ou a ter algum relacionamento com os Vedoin, pai e filho, quando estava no Ministério, ou não?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A senhora teve contatos com os Vedoin direto ou por telefone.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Por telefone. Eles ligavam procurando saber de informação sobre alguns projetos que eles tinham lá dentro do Ministério.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E a senhora, então ia obter essas informações. Passava com quem?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu passava as informações daquilo que eu sabia, ou por telefone mesmo. As informações que eu passava no Ministério sempre foram informações públicas, que eu passava para o País inteiro, indiferente de quem quer que seja, que eram sobre, que me perguntavam de projetos, de processos que estavam parados, de pareceres técnicos. Dentro daquela rotina que se tem no Ministério para andamento dos processos. Não com relação à facilitação de nada, porque, na verdade, a rigidez com que as áreas técnicas exercem sobre a questão da análise, enquanto não se cumprem as exigências, os processos não têm o restante da tramitação.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A senhora nunca pediu a ninguém para apressar um processo, nada?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, você pedir para ver o porquê que o processo não está andando, por que está parado, porque não foi respondi-

do. O Município não respondeu ao parecer técnico que saiu. Esse tipo de situação, sim. Aí então, eu entrava em contato com o Município, dependendo da solicitação que era. Ou informava ou se era alguma demanda vinda do Gabinete em relação a Parlamentares que tinham pedido através da Casa Civil ou através do próprio Gabinete. Passava as informações para o Chefe de Gabinete. Muitas vezes, ela mesmo pedia que se fizesse um e-mail, informasse aquelas informações, passasse as informações diretamente para o e-mail da Casa Civil.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A senhora, durante o tempo que esteve no Ministério, nada recebeu da Planam ou dos Vedoin's valores financeiros ou ajuda de qualquer espécie?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Veja bem. Quando eu saí da Planam, eles ficaram me devendo. Estou com uma ação trabalhista que eu inclusive entrei contra eles. E quando eles me procuraram, e que eu disse que não tinha condições de fazer nada para eles devido ao trabalho que eu estava exercendo, eles disseram: “Olha, você não precisa se preocupar, porque a gente ficou te devendo, nós vamos estar acertando.” Então, o que eu recebi deles era acerto do período em eu trabalhei lá.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Um acerto?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim, eles ficaram me devendo. Veja bem. Olha, de boca, eles tinham acertado comigo que eu iniciaria com eles lá ganhando 4 mil reais e chegaria, eles iriam aumentando isso e chegaria até a 10 mil reais. Isso não aconteceu. Eles fizeram um contrato no valor do que eu receberia por mês de 8.500,00 reais. Só que eu nunca isso ia.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Muito bem.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – E no período que eu trabalhei lá...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O seu contrato era escrito ou era verbal?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eles fizeram um contrato, que eu inclusive tenho acesso à cópia dele depois que isso tudo aconteceu. Eu acho que era uma forma de eles se precaveram e usaram, no próprio computador, uma minuta que eu tinha de um contrato, que na época que eu trabalhava no CONACEMS, eu guardei uma cópia e tinha emprestado para o Marcelo, um funcionário lá o modelo. Isso ficou no computador deles. Depois de algum tempo, depois de algum tempo não, depois que tudo isso aconteceu, eu não tenho nem o que prove de proposta que eles me fizeram. E nos meus documentos que estavam em casa tinha

uma cópia desse contrato. Inclusive eu o usei para entrar entrando na Justiça de Trabalho.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A senhora, alguma vez ouviu falar no Ministério no ofício do Senador Ney Suassuna, falso, teria a sua assinatura falsificada? A senhora ouviu falar nisso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Essa situação ocorreu da seguinte forma. No final do ano, que foi depois dessa audiência que o Senador teve com o Ministro, eu não sei se era recurso de Bancada ou se era extraorçamentário.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sim. Não importa.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Chegou uma relação para a gente verificar se tinha pré-projeto daqueles Municípios para a Unidade Móvel,...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A senhora participava dessas reuniões de verificar?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Das reuniões? Nunca participei.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A senhora está dizendo que foi chamada.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, depois de uma audiência que ele teve com o Ministro.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Por que chamaram a senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não me chamaram. Ele encaminhou uma relação de Municípios com número de pré-projetos, que eram para a gente verificar...porque veja bem...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A gente, quem?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – A gente. Eram duas pessoas que trabalhavam comigo, na sala. Então, algumas demandas...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Vocês cuidavam de emendas?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – A gente não cuidava de emendas. A gente verificava as demandas que vinham do Gabinete. Então, o que veio de lá?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Do Gabinete do Ministro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim, do Gabinete do Ministro. Então, veja bem. Foi definido que seriam atendidos aqueles Municípios. Então o que a Assessoria, nós fazíamos? Verificávamos se existiam os pré-projetos com aqueles números feitos pelo Município, já no sistema. Porque isso era no final do ano. E quando eu verifiquei no sistema, os valores para cada Município não batiam com os pré-projetos. Vamos supor, foi mandada uma relação de Municípios com valores de R\$80 mil, se não me engano, e quando entrava no sistema, não existia pré-projeto daquele Município

com aquele valor. Então, eu informei para a Assessoria Parlamentar que não tinha pré-projetos para aqueles Municípios que desse para a gente verificar.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Foi a senhora que informou? Ou foi outro funcionário?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu informei para a Marilane. E aí ela que entrou em contato...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– A Marilane era Assessora do Ministro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Assessora Parlamentar. Nesse íterim, o Luiz Antônio me ligou.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Vedoin?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – É. Para saber se tinha chegado ofício. Eu disse, olha, eu recebi aqui para verificar, só que esses Municípios que foram encaminhados nessa lista aqui não têm pré-projeto. Eu já passei a informação para a Assessoria Parlamentar. Depois disso, chegou lá para a gente uma outra relação, já com valores diferenciados, para um instituto. E aí eu fui verificar para ver se tinha o pré-projeto, e comentei com a Marilane: “Olha, esse valor está diferente.” O Luiz Antônio voltou a me ligar para saber. Eu falei: “Vocês não sabem nem trabalhar.” Porque isso, inclusive, está numa ligação que foi grampeada. “Eu tenho que ensinar o tempo todo a vocês.” Por que eu falei? Porque o Ministério da Saúde já tinha proibido a questão da triangulação. Já tinha encaminhado para todos os gabinetes, segundo a informação que eu tinha, que não estaria mais aceitando tipo...o que é triangulação? Fazer uma solicitação de recursos para uma entidade, fazer o convênio com ela, vamos supor, de 10 ambulâncias ou 10 Unidades Móveis, ou seja para equipamentos ou seja lá para o quer for, e depois essa entidade fazer comodata e passar para os Municípios... E isso eu comento com ele. Quando chegou, eu disse para a Marilane, o valor que veio, que foi dito que seria atendido para o Senador Ney Suassuna não bate com esse valor aqui. E aí ela pegou e me disse: “Me dê, que eu vou ligar.” Foi quando ela disse assim: “Olha, liguei para o Senador, ele disse que não era ele que tinha assinado.” Bom, esperar resolver. Depois ela veio e me disse: “Olha, ele me disse que assinou sem ver.” Então você resolve com ele. Depois que resolver o que vai ser, se vai atender isso aí, se o valor é esse, eu não tomei mais pé dessa situação. Eu não sei o que foi feito depois, se foi agilizado, se foi feito o algum pré-projeto dessa entidade para atender a essa solicitação dele. O que era para ser atendido eu não sei mais o que virou.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– E a D^a Marilane não comentou com a senhora nada, depois disso, sobre a seqüência disso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, porque isso foi no final do ano e eu viajei.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Ah, sim.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu viajei. Eu fui para o Mato Grosso e não fiquei sabendo. Isso foi em dezembro, no final do ano.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Quando a senhora retornou ela nem comentou?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Nem para a senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não comentei e eu também não procurei saber não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– No Gabinete não foi tomado nenhuma providência quanto à falsificação de um expediente, de um ofício do Senador. A senhora sabe se...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Do Gabinete do...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Do Ministro.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Do Ministro, eu não sei.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Não?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Por que isso, ele...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Um pedido do Gabinete de um Senador para que...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Por que ele...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Eu estou lhe fazendo uma pergunta. Se a senhora tem conhecimento, se a senhora não tem, pronto.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Não ouviu mais falar nisso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– O assunto morreu ali?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Para o meu conhecimento, sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Está bom, Sr. Presidente. Tenho mais nada a perguntar.

Srs. Senadores, quem deseja se manifestar?
Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – D^a Maria da Penha me explique melhor o que é essa triangulação? Você falou em triangulação que está proibida de fazer triangulação. O que que era essa triangulação?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Esse é um nome que foi dado. Triangulação é se fazer emendas ou qualquer coisa de projeto em valores altos para uma determinada entidade, e depois que é feito todo o convênio e tal, ela faz comodata e repassa para outros Municípios.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Onde é que a entidade pode ganhar um dinheiro com essa situação?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não sei.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sei que o Ministério tem um limite do tipo de ambulância que vai ser repassada, digamos assim. Não é isso, 80 mil, 104 mil, uma coisa assim? E em função do que tem a ambulância, não é isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Isso. A base de preço.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Ou seja, dentro do projeto, se vocês têm o acompanhamento, no Ministério tinha um acompanhamento, tem um limite. A única maneira de se roubar seria não colocar os equipamentos nessa ambulância, não é isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – É. Na verdade, do Ministério, pelo que eu tenho conhecimento, nunca saiu nada Anexo IX nenhum aprovado que não estivesse dentro desses padrões de exigência. Agora, o que acontecia depois disso, eu pelo menos, não tenho conhecimento, porque é a hora da licitação e a entrega que é feita, isso é lá na ponta.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu tive acesso na CPMI dos Sanguessugas a algumas gravações que foram, por autorização da Justiça, feitas. E me parece que tinha um órgão que, de repente, o Ministério mandava para checar se essas ambulâncias estavam dentro do padrão contratado. Isso é verdade? Existe esse órgão?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, tem... são as áreas técnicas dentro do próprio Ministério. O Ministério da Saúde tem um banco de preços liberado...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E ele entrega se está dentro do padrão que foi inicialmente definido?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Aí é o acompanhamento, que são os escritórios do Ministério da Saúde nos Estados que têm, por função, acompanhar a execução do convênio justamente para ver se o que

foi entregue dos materiais permanente estão de acordo com aquilo que foi aprovado no Anexo IX.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, dentro da minha concepção, única maneira de se levar recursos, seria não entregar o que estava definido inicialmente.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Existia, a senhora tem conhecimento, de que existiam pessoas dentro do Ministério que informavam quando ia haver essa verificação. Essa verificação era em toda a ambulância entregue, ou era somente em algumas ambulâncias entregues?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, isso é rotina do Ministério.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Em todas ou é aleatório, por amostragem?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Em todas. Em todas.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Em todas.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Em todos os convênios que são celebrados e executados. Inclusive, convênios que são feitos, liberados por parcela, só libera a segunda se prestar conta da primeira. Só libera a terceira, se prestar conta da segunda. E para isso, o pessoal do Ministério, nos Estados, faz o acompanhamento que coloca via sistema, se a prestação foi entregue, não aprovada.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – A senhora foi depor na CPMI dos Sanguessugas ou não?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Hein?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – A senhora foi convidada para depor na CPI dos Sanguessugas.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Lá no Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – A senhora depõe em Mato Grosso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim, eu depus na CPI.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E a senhora contou tudo isso que está aqui?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Contou toda essa relação que existia com o Senador Ney Suassuna, que foi indicado, mas que não tinha relação. Tudo isso a senhora falou igualzinho como está falando aqui no Conselho de Ética?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim. Mas eu não sei se eu fui indicada. Existe essa conversa, mas que na verdade, até eu queria saber se existiu dentro do argumento.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – A senhora colocou isso lá no depoimento?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim, coloquei no depoimento. Porque, inclusive, o meu cunhado me informou que a Rede Globo apresentou num jornal um ofício do Senador Ney Suassuna. Isso é grave. Eu não tenho conhecimento disso. O que eu sei é que os Vedoin andaram falando na Câmara que eles tinham me indicado. Mas era muito bom, porque eu sou uma pessoa que o conhecimento que eu tenho não é de 6 meses que eu trabalhei no Ministério da Saúde. Eu tenho quase 20 anos de vida pública. Meu conhecimento ajudou na construção do SUS. Eu sempre fui uma pessoa pautada pelas minhas atitudes, conhecida pela minha maneira de agir. É por isso que eu tenho a minha consciência tranqüila e a minha cabeça erguida, porque nada dessas... inclusive da representação que o Ministério Público fez a meu respeito, elas são verdades.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Me diga uma coisa, nós estamos aqui no Conselho de Ética tentando descobrir a verdade com relação a 3 Senadores.

Eu queria que a senhora me falasse sobre a sua relação, neste caso, com o nosso Relator, Senador Jefferson Péres, com o Senador Ney Suassuna. Qual era a sua relação. Você tinha algum encaminhamento por tráfico de influência dentro do Ministério da Saúde?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Nunca tive. Nunca tive. Eu nunca tive relacionamento de passar informação ou de receber, ou receber documentos...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – A senhora praticou tráfico de influência em função...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – ...de pedido do Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna ou não?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não senhor.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Em momento algum?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Em momento algum.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Está bom, Sr. Presidente. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senhor Corregedor pediu a palavra?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Dentro do que eu tenho conhecimento, esse problema da influência ou não do Senador, o senhor já esclareceu o questionamento do Senador Wellington. Como há uma gravação em que alguém no Ministério ligou para o Senador dizendo que tinha chegado um ofício que extrapolava o pedido de verba extra-orçamentário. E ele teria dito – está na gravação – alguém assinou por ele ou foi falsificada a assinatura, e ia trocar o ofício. A senhora está presente, sabe quem é a funcionária que ligou reclamando.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Quem manteve contato com o Senador Ney Suassuna foi a Assessora Parlamentar Marilane.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Marilene?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, Marilane.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ela é do Ministério?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Ela é Assessora Parlamentar do Ministério da Saúde.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – A senhora estava presente nessa ligação ou não?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Marilane é que é a responsável...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Ela é a Assessora Parlamentar do Ministério.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Do Ministério da Saúde.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Era só essa dúvida, porque eu queria...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas só uma pergunta que eu esqueci de fazer.

Você falou que você foi contratada por 4 mil e que poderia chegar a 10 mil reais. O que que teria, o que poderia para os Vedoin analisar o seu resultado para poder ter, ocorrer esse aumento de salário de 4 mil para 10 mil, e que acabou não ocorrendo. O que, onde seria medido a sua rentabilidade para poder justificar o aumento de salário de 4 mil para 10 mil reais?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu assumi o escritório deles aqui.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Estando no Ministério também?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não senhor. No período que eu trabalhei com eles. Eu estava desempregada.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Isso foi antes de ir para o Ministério?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim senhor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas em Brasília?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Escritório em Brasília.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Planam tinha um escritório em Brasília? Poderia identificar a localização?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – No edifício Brasil 21, segundo andar, sala 215.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – E a senhora recebia algum Parlamentar lá quando a senhora exerceu a atividade?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Nunca recebi. Não senhor.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Nesse período, os Vedoin sempre cumpriam tudo contigo, ou eles costumavam dar...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, nunca cumpriram nada comigo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então eles vendiam enganando?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim. Eu fui muito usada por eles. Essa é a verdade. E eu não tinha contato com Parlamentar. O meu trabalho era no escritório. Era um trabalho técnico.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – A senhora viu ele enganar mais alguém, além da senhora, outra pessoas, enganar, prometer, não cumprir?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Wellington, qual é o julgamento que ela faz deles?

Qual é o julgamento que a senhora faz deles?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – O julgamento que eu faço, é que eu conheci e que na verdade, eu não conhecia. Eu vim saber das práticas, praticamente, depois que aconteceu tudo isso aí. Eu os conheci e achei que a firma fosse uma firma idônea, que fossem pessoas que trabalhassem corretamente. E no período que eu saí do CONACEMS, órgão onde eu fiquei de 98 até 2003, eu estive em Cuiabá. Eu, inclusive...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Foram eles que conheceram a senhora quando...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, eu já os conhecia. Porque eu queria voltar para Mato Grosso. Inclusive, eu pedi ao Senador Jonas Pinheiro para fazer uma solicitação na época da MM. Estive lá para ver se eu conseguia arrumar trabalho lá, no próprio

COSEMS. Não consegui. Foi quando eles fizeram o convite para eu vir trabalhar com eles aqui. Então, devido ao volume de trabalho que existia no escritório, porque eles tinham a sala aqui e tinha uma pessoa que ficava lá, mas não era organizado.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quem era a pessoa, por favor?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – A Sr^a Leda, que logo depois saiu. Então eu comecei a dar início, a fazer parte legal do escritório. Na época, procurei contador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Desculpe, Sr. Presidente, mas é só para informar, se zero é picareta, e 10 é o homem de bem, qual nota você colocaria aos Vedoin?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas aí tem um grau de bondade deles que seria dado.

Então, Sr. Presidente, é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu queria perguntar à Senhora Maria da Penha, se ela tinha alguma habilitação técnica. A senhora parece que exerceu, trabalhou em Secretarias de Saúde pelo interior de Mato Grosso. É isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Eu fui Secretária Municipal de Saúde em 6 Municípios do Estado de Mato Grosso. Fui Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde por 8 anos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual é a habilitação da senhora? Qual é o curso da senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – De formação, nenhuma na área da saúde. Militância.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como é que a senhora conheceu os Vedoin? Nesse período que a senhora foi Secretária ou antes?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, eu os conheci, porque eu vinha muito para Brasília. Conheci eles em avião. Conheci eles acompanhado da época de alguns Parlamentares. Cumprimentava.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na época em que a senhora era Secretária, a Secretaria da senhora, que é onde trabalhava, naqueles Municípios, nunca houve uma transação comercial com a Planam?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não senhor. Eu nunca consegui uma emenda parlamentar para Município que eu fui Secretária Municipal de Saúde.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Como é que a senhora veio parar em Brasília, na Assessoria do Deputado?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Justamente essa militância do SUS, da construção do SUS. Desde da década de 80, eu trabalhei na Secretaria de Estado da Saúde, saí. Fui ser Assessora no COSEMS. Vim da luta da construção do SUS já há alguns anos. E aí assumi a Secretaria Municipal de Saúde de Jauru, foi a primeira Secretaria. Depois houve eleições no COSEMS, e eu fui eleita pelos Secretários Municipais de Saúde para a Presidência do COSEMS.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Daí o Deputado fez esse convite porque a senhora era uma pessoa que tinha conhecimento técnico na área de saúde.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim. E por todas as lutas, de todos esses movimentos com relação ao SUS. Eu sempre estive presente. Eu participei da Diretoria do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde do CONASEMS durante todo esse período.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Durante o período que a senhora trabalhou no Gabinete do Deputado, a senhora também trabalhou na Planam?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Do Deputado José Divino?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim. Um período foi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Deputado tinha relação com a Planam?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Tinha com os Vedoin.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Perfeito. Como é que a senhora parou no Gabinete do Ministro Saraiva Felipe?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Veja bem. Tem um período aí, que é um período curto. Eu trabalhei na Planam 1 ano, em 2004. Saí em março. Quando eu fui lá, eles viabilizaram para que eu ficasse lotada, como eu não tinha carteira assinada, não tinha contrato com eles, que era para eu ter acesso ao Serviço Médico da Câmara. E o que eu recebia no Gabinete do Deputado José Divino era um salário irrisório. Eram seiscentos e pouco reais, uma ajuda de custo. Como o tempo foi passando, isso foi uma questão de uns três ou quatro meses só. Eu comecei a me preocupar com aquilo, porque, na minha concepção, eu estava trabalhando lá, estava recebendo um salário lá, e es-

tava com a lotação na Câmara. Eu chamei o deputado, conversei com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Na Câmara, a senhora era fantasma então.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Eu ia lá. Ele queria alguém. Ele ficou sem uma pessoa para mexer com o orçamento, e achou que eu pudesse fazer isso. Só que eu não sei nada de orçamento. E aí eu disse para: "Olha Deputado, eu estou trabalhando demais lá na Planam. Eu venho aqui, atendo ao senhor. Mas também não tenho conhecimento com relação à questão de orçamento. Estou preocupada por estar lotada aqui. Se isso não vai estar prejudicando o senhor e também a mim." Ele pegou o regimento Interno da Casa, viu que não podia, e eu pedi que ele me exonerasse. Essa foi uma ação minha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A senhora foi indicada pela Bancada do PMDB na Câmara dos Deputados para ir para o Ministério da Saúde. Confere?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Da Saúde.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Essa gestão foi feita pelo Deputado José Divino? Foi ele que se empenhou para colocar a senhora no Ministério da Saúde?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – veja bem. Eu saí lá do Gabinete. Eu continuei na Planam. Daí da Planam. Tive uma discussão com eles, saí dela e fiquei lotada à Edna, do Deputado Amauri Gasques, que me convidou para trabalhar com eles, para dar uma mão lá. Eu disse para ela: "Vou trabalhar com você, mas vou ver se consigo colocar um escritório de Assessoria para mim." E fiquei no Gabinete do deputado Amauri Gasques. Não tive mais contato com os Vedoin, nunca mais me ligaram, ninguém me perturbou a vida. Só voltaram a me incomodar a partir do momento em que saiu a minha nomeação no Ministério.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E foi o Amauri que então fez essa gestão.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Quando o PMDB assumiu a direção do Ministério da Saúde, o deputado Divino me perguntou se eu conhecia alguém que ele pudesse estar indicando. E eu passei o nome de uma pessoa, com quem eles conversaram lá, mas não sei o que aconteceu que essa pessoa não aceitou ou não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A senhora pode dizer o nome dessa pessoa?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu gostaria de não citá-la, porque...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas a pessoa recusou.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Ou eles, talvez não fosse o perfil que eles estavam querendo também, porque eu não participei da conversa. Eu só disse para a pessoa procurar e tal. E aí foi quando eu procurei saber dele o que tinha acontecido, que não tinha dado certo, mas por que que a Bancada não poderia me indicar e se eu aceitaria. Eu disse: "Dependendo para o que que for, tudo bem."

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já no Ministério, os Vedoin voltaram a ter contato com a senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Quando eu... aí o contato que eles começaram a fazer comigo foi após a minha nomeação, a minha indicação para o Ministério. Da mesma forma, começaram a espalhar na Câmara todinha que eram eles que tinham me indicado. Eu nunca soube disso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o que eles queriam da senhora? Queriam o quê?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eles queria que eu olhasse os projetos, os processos deles lá dentro. Isso era o que eles sempre queriam. Porque eles achavam que eu tinha muita informação. Na verdade, a informação que eu tinha, são informações que praticamente todo o mundo tem. No Ministério da Saúde tem uma sala, no terceiro andar, onde qualquer Assessor, de qualquer Parlamentar, tem acesso às informações do andamento dos processos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual era a função exata da senhora? A senhora tinha poder para liberar, para encaminhar ou para agilizar, colocar na frente alguma emenda?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Nunca tive. Nunca tive o poder que me deram. Eu era um DAS 4. Eu me considero assim, um office-boy melhor classificado, que nem de reuniões eu participei, nem de reuniões de Fundo, nem de reuniões de decisão de nada, de confecção, de portaria, nada, nada. Eu participei de duas reuniões, de Secretariado, é o nome que se dá no Ministério, realizadas em hotel, de prestação de contas das áreas do que tinha sido feito. Só isso. Eu entrei no Gabinete do Ministro uma vez, acompanhada de Chefe de Gabinete. Nunca despachei com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Me diga. Como é então que o Vedoin tinha esse interesse na senhora. Ele remunerava a senhora? Pagava a senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Pelo meu conhecimento. Por quê? Porque o conhecimento que eu tenho da saúde não é de 8 meses de Ministério. É ao longo dos anos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já lá no Ministério, já lá, qual o interesse deles em ter esse contato com senhora? A Polícia Federal revela inclusive através dos grampos, a senhora manteve com eles.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim. E eu nunca deixei de atender, como nunca deixei de atender a ninguém.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele pagava comissões para a senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não senhor. O dinheiro que eu recebi dos Vedoin, do período que eu trabalhei no Ministério, é dinheiro que eles ficaram me devendo. Não foi dinheiro de propina, nem dinheiro de acerto de nada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, eles pagaram a senhora aquele valor que a senhora tinha a receber quando funcionária deles?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim. Quando era interesse para eu atendê-los, inclusive atender telefone. Tem uma ligação em que eles estão falando com uma pessoa: "Pede para a Penha me atender." Porque tinha muitas ligações deles que eu não atendia. Porque eu acho que era falta do que fazer. Eles eram tão desorganizados, que era só de entrar no sistema, que tinha as informações que eles precisavam. Mas queriam ligar. Tem ligação que eles falam assim: "Manda pagar." Porque parece que é mandar pagar. Como se eu tivesse algum poder para isso. Todos sabem que Emendas Parlamentares são pagas em negociações na Casa Civil e Palácio do Planalto. Quem tem autonomia para fazer isso? Eles mesmo sabiam.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O próprio Ministro não tem autonomia para liberar nada.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Pelo que eu sei, não tem. Sempre eu vi, ao longo dos anos, indiferente de estar no Ministério ou não, é que as Emendas Parlamentares dependem de negociação da Casa Civil com o Palácio do Planalto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nesse período que a senhora esteve lá, a senhora teve contato com o Senador Ney Suassuna?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nenhum?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Assessores dele procuraram a senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Assessor... o Roberto deixou um documento, que é este ofício,

e foi para lá depois da audiência que ele teve com o Ministro. E eu, inclusive, pedi ao Roberto se tinha condições deles fazerem uma indicação pelo Gabinete para eu conseguir uma consulta no Sarah Kubitschek. E o documento, eu o levei diretamente no Gabinete do Senador Ney Suassuna, entreguei para a Mônica. Depois o meu contato foi com a Mônica para saber tinha dado certo, se ele tinha encaminhado, para saber alguma notícia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, eles pediram à senhora para que cuidasse desse ofício para ver se ele andava, para ver se ele era...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não senhor. Não foi que pediram. É que esse ofício foi entregue depois de uma audiência que o Senador teve no Gabinete.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E essa era uma função da senhora mesmo? A senhora tinha que cuidar desses ofícios? Não especificamente.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não especificamente. Como eu olhei várias solicitações que chegaram lá da Casa Civil, de qualquer...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas havia prioridade para Senadores ou Deputados ou Parlamentares ligados à base?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O serviço da senhora era agilizar tudo ou uma parte?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – O que chegava da Casa Civil, do Palácio do Planalto ou que vinha do Gabinete, indiferente de quem quer que seja. Alguns Parlamentares que iam lá no Gabinete.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ok. Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum Senador deseja se manifestar?

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senhora Maria da Penha, a senhora já esteve na CPMI e, com certeza, também na Polícia Federal prestando depoimentos.

Eu queria me ater ao que a senhora poderia colaborar com este Conselho que está tratando de um Parlamentar. E aquilo que não disser respeito a ele, eu acho que a CPMI tem a autoridade para tratar disso.

Minha primeira questão. O Sr. Ronildo Pereira Me-deiros disse na CPMI que a senhora era uma péssima funcionária, que não ajudava em particularmente nada, e que ele a tinha muito mais por pena da senhora, por

amizade, o emprego que lhe foi dado, do que mesmo pela qualidade profissional da senhora.

No depoimento do Sr. Luiz Antônio Vedoin é exatamente o contrário, que a senhora era uma excelente funcionária, trabalhava muito e que esperava da senhora grandes contribuições.

Como é que a senhora se enquadra nessas duas classificações?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Senador, veja bem. A partir do momento que me é solicitado determinado tipo de atitudes que eu não cumpra, que eu não faça, porque a minha índole, a minha atitude não permite, é claro que quem solicitou vai dizer que eu sou péssima. Eu não poderia estar fazendo com que as áreas técnicas do Ministério da Saúde, na hora de aprovar os projetos, aprovassem os equipamentos do Sr. Ronildo no valor que ele queria. Nunca tive esse poder. E era o que ele queria.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, o Sr. Ronildo a classifica como uma péssima funcionária, porque ele lhe pedia coisas que a senhora não poderia resolver.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu dizia que eu não ia fazer. Eu jamais cheguei...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Uma decisão de ética e moral por falta de poderes de atendimento?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Pela minha ética. Se o senhor verificar o meu passado...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, a senhora jamais atenderia aqueles pedidos.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Jamais atenderia. O meu passado...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, ele esperava da senhora que resolvesse os problemas.

Segunda pergunta, D^a Maria da Penha. Então, a senhora já foi para o Ministério na esperança de resolver negócios escusos da Planam?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim. A senhora acaba de dizer...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu nunca fui indicada para cargo no Ministério para isso. Por incrível que pareça, é a primeira vez...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Veja bem, eu faço a pergunta, a senhora ser classificada pelo Ronildo como péssima funcionária, e a senhora diz que ele lhe fazia pedidos e recomendações que a senhora jamais poderia atender. Portanto, ele lhe dava essa classificação.

A pergunta seguinte é, então a senhora já sabia, de antemão, que a Empresa Planam e os negócios da qual a senhora participou por meses, eram negócios

escusos. A senhora trabalhou numa empresa que já sabia que era uma empresa que fazia negócios escusos, já sabia disso de antemão?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – No período que eu trabalhei lá, eu desconfiava, mas eu não tinha certeza, porque eu não tinha cesso a esse tipo de informação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, tão logo chegou lá já desconfiava.

Em que momento o Sr. Ronildo pediu para fazer favores que a senhora considerava escusos?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Quando eu trabalhava com eles. Não era favor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Essa era a obrigação do trabalho.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Era de acompanhar também os projetos que eram feitos no Ministério.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E quando chegou no Ministério, a senhora continuou a recebendo a pressão para fazer esse tipo de negócio?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, porque, eu não respondia parecer técnico. Eu não tinha mais nenhum compromisso de resolver as coisas deles. A informação que eu passava para eles, o que que eles queriam saber? Não tem essa situação mesmo que foi colocada aqui do Senador Ney Suassuna? Queriam saber se ia para frente, isso no final do ano. Queriam saber por que não tinha sido empenhada a emenda de 700 mil reais do Deputado João Mendes.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Certo.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Então, essas informações não precisavam de mim. Não foi empenhada porque não tinha saldo na rubrica, mas vai ser empenhada porque é prioridade e Emenda Parlamentar. Então eram esses os tipos de informações.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então o dinheiro ter ou não saído por problemas técnicos, não é o nosso caso. O que a gente quer saber é se há ou não uma intenção clara e objetiva de fazer negócios pouco recomendados.

Então, a segunda parte é, em algum momento a senhora presenciou ou a senhora foi pressionada pela Planam ou pelo consórcio de empresa do Sr. Ronildo ou dos Vedoin que pudessem claramente para a senhora estar... a participação das empresas no aliciamento de Parlamentares ou no aliciamento de Assessores Parlamentares ou se havia a relação de ambas as partes, a senhora presenciou isso em algum momento?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não senhor. Eu não sabia que nem existia essas empresas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – nem da parte dos empresários nem da parte dos Parlamentares iniciativa de ambas as partes, não havia?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em algum momento a senhora pôde presenciar interesse de Parlamentares ligando para a senhora? Vamos direto ao assunto, nós estamos tratando de um Parlamentar neste momento.

O Sr. Marcelo, em algum momento, teve qualquer ato que pudesse lhe gerar qualquer desconfiança, como assim foi o Sr. Ronildo Pereira?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. Nenhuma.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Conhece pessoalmente o Senador Ney Suassuna?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Conheço.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como é que a senhora o conheceu?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu conheço...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como conhece o Ronaldinho Gaúcho, da televisão, da...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não. O Ronaldinho Gaúcho, eu já o vi na televisão. Nunca vi ao vivo e em cores.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas é uma comparação que eu faço. Conhece porque ouviu falar e tal.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Conheço, porque nós tivemos muitas atividades aqui dentro. Como militante do SUS. Nós já perturbamos vários Parlamentares para que colocassem as propostas da saúde em pauta.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas eu só quero separar aqui o conhecimento. A senhora entendeu o que eu quero dizer com isso.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Esse conhecimento que eu tenho. Não de conhecimento ligado às questões da Planam.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Já estive no Gabinete algumas vezes, nessa situação aí, tratando desse tipo de coisa.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A senhora se sente uma pessoa que está arrependida do que fez quando trabalhou com a Planam?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Olha, Senador, o meu arrependimento é a forma como as coisas se deram, de como que me usaram. *(Pausa)*

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, paro por aqui. A depoente está emocionada.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Algum outro Senador deseja argüir? Algum membro da Comissão?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eu tenho uma pergunta. Justamente aproveitando esse momento em que a senhora diz que foi utilizada, gostaria que a senhora explicasse como a senhora foi utilizada, como a senhora se tornou, digamos assim, uma pessoa que aparentemente participou do esquema. A senhora está dizendo que foi utilizada, que foi usada. Como isso aconteceu? A senhora pode dizer?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Olha, Senador, acredito que fui usada porque... a partir do momento... porque, veja bem, o que tenho conhecimento, pela representação que o Ministério Público fez, juntamente com a Polícia Federal, é de que eles já estavam investigando essa empresa há três ou quatro anos. Na representação que foi feita, eles me colocam que eu fui uma pessoa que fui colocada dentro do Ministério da Saúde pelos Vedoin, que era eu que liberava os convênios, que eu liberava a licitação. Eles me deram um poder que eu nunca tive. Eles disseram que os Vedoin procurava os Municípios, que depois que procurava os Municípios é que vinham para cá. Então, eu tenho certeza de usar uma por quê? Para que tudo isso tornasse o foco que se tornou tinha que ter o envolvimento de alguém de alguma área. Como eu já tinha trabalhado na Planam um ano, o momento foi oportuno para dizer que eu fui colocada lá dentro, porque a impressão que dá é que assim: um grupo de pessoas cismaram “vamos montar uma quadrilha para assaltar os cofres públicos: você vai para tal lugar, fulano vai em tal lugar, ciclano vai para tal lugar”. Isso nunca aconteceu! Mas o que está na representação do Ministério Público é isso! É como se eu tivesse colocado... Eles não...

No período da investigação, como eles passam? Três, quatro anos fazendo uma investigação e eles não conseguem descobrir nem o fluxo, nem a rotina do Ministério da Saúde para saber que uma pessoa, uma assessoria do gabinete do Ministro não tem aquele poder, que o Ministério da Saúde não faz licitação para Município.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Só quero me contrapor à senhora, não é pelo cargo, mas, às vezes, um cargo muito inferior, uma pessoa que foi plantada sem cargo algum tem um poder imenso, tem um poder tão grande quanto o do Ministro. Isso acontece em qualquer lugar. Então, não é pelo fluxo. Se o Ministério Público disse, se a Polícia Federal disse, é porque eles tinham desconfiança em cima da senhora. Os grampos revelam. Como a senhora mesmo disse, liga um Vedoin para a senhora e fala “paga isso”, uma

atitude como essa dá impressão que a senhora tem poder. A senhora concorda?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Concordo.

Só que se eles fizeram as gravações, eles só fizeram as gravações ou transcreveram as fitas daquilo que podia ser indício, porque eu nunca troquei número de celular, sempre foi mesmo. Então, se eles gravaram, eles devem ter gravado tudo, inclusive conversas que eu estava esculhambando com eles em alguns períodos de dizer...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A senhora, por favor, não use expressões chulas como essa aqui no Conselho.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Desculpe, Senador. Desculpa. Foi só expressão.

Então, veja bem, eu não tenho dúvida nenhuma de que eu... é louvável o que o Ministério Público fez, o que a Polícia Federal... acho que tem que investigar, tem que apurar, tem que punir os culpados. E essa missão que se investiu de banir corrupto da vida pública é louvável, mas, quando eles erram o alvo, eles matam moralmente um inocente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A senhora se sentiu usada pelos Vedoin ou pela investigação?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu me senti usada por eles, pelos Vedoin, porque eles têm consciência que eles nunca me indicaram, eles têm consciência de que eu nunca tive condições de estar fazendo... liberando nada dentro de Ministério. O meu conhecimento é ao longo dos anos que adquiri, não por ter cargo dentro do Ministério da Saúde. E a Polícia... E o Ministério Público eu acho que eles poderiam ter aprofundado mais, porque prestar os esclarecimentos que o meu conhecimento, eu faria, era só convidar. Não precisava de ter feito da forma como fez.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quanto a senhora recebeu dos Vedoin no Ministério da Saúde relativo ao período que a senhora trabalhou na empresa, a parcela que eles ficaram devendo? Quanto eles pagaram para a senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Olha, Senador, o contrato que eles fizeram comigo de R\$8,5 mil dá uma quantia, do período que eu trabalhei, de R\$204 mil. Eu recebi a metade disso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A senhora recebeu R\$102 mil?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Que eram R\$4 mil por mês. Agora o que eu recebi, depois que eu saí de lá, que eles me passaram, eu não tenho esse valor fixo para dizer para o senhor, não. Não tenho... Não sei dizer qual seria o valor que eles tenham me passado para estar acertando esse restante.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Gostaria de saber, inicialmente, qual é a formação acadêmica da senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não tenho formação acadêmica.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Nível superior?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Também não.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Nível médio?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – A senhora reside em Brasília?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Residia. Estou residindo em Cuiabá.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – O Estado de origem da senhora é o Mato Grosso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – É. Eu nasci em Minas Gerais, mas tenho mais de 20 anos de Mato Grosso.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Qual foi o período que a senhora trabalhou com os Vedoin?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Um ano, março de 2004 a março de 2005.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – A senhora falou que, ao sair, eles não lhe indenizaram corretamente e que a senhora entrou com uma ação judicial.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim, eu entrei com uma ação trabalhista a partir do momento que eu encontrei um contrato que eles fizeram.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Quando a senhora entrou com essa ação trabalhista?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Depois de todo o acontecido aqui desse escândalo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Esse pagamento a que a senhora se refere que os Vedoin fizeram, respondendo ao Senador Demóstenes há poucos instantes, foi pessoal ou depositado em conta bancária?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Foi depósito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual o valor da ação trabalhista que a senhora ajuizou? A senhora cobrou quanto na ação trabalhista?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Cento e poucos mil que a advogada vez. Não tenho o valor certo. É a diferença...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já descontando o período que a senhora recebeu?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Isso.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – A senhora tem conhecimento que a Polícia Federal tenha feito um grampo nas comunicações telefônicas da senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Do período?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Em que a senhora estava no Ministério?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, eu não tinha. Vim saber pós toda a ação... o levantamento... essa ação que foi desenvolvida aí pela Polícia Federal.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – A senhora nunca tratou com o Senador Ney Suassuna ao telefone?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, senhor.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Gostaria de saber, por gentileza, do nobre Relator se há de gravação feita pela Polícia Federal desses grampos relativos às conversações dela?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Com relação a esse detalhe, eu pediria ajuda ao meu consultor, que folheou minuciosamente o processo. De memória, eu não sei lhe dizer. Estão presente o Sr. Bandeira ou outro? *(Pausa)*

Então essa resposta lhe darei daqui a pouco. Ele estava pela manhã. Deve ter ido almoçar.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Foi dito que a tratativa com o Senador Ney Suassuna a respeito do ofício que excedia as dotações, dito pela senhora, foi feito pela funcionária do Ministério de nome Marilane e não pela senhora.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim, senhor.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Feita pela Sr^a Marilane.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Isso.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – E que o Senador havia dito, portanto, a ela, inicialmente, que não tinha assinado ou que assinou sem ver. Foi isso que a senhora disse?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Sim. Foi o que ela comentou comigo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Que o Senador havia dito, primeiro, que não tinha assinado e que depois disse que tinha assinado sem ver.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Isso.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – A senhora tomou conhecimento de que o Senador Ney Suassuna tivesse determinado o cancelamento desse ofício, tornado sem efeito esse ofício? A senhora tomou conhecimento?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, senhor, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Ela já tinha respondido a mim nesse sentido.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Apenas para reafirmar e ficar devidamente consignado, a senhora não manteve nenhum contato telefônico com o Senador Ney Suassuna.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Franqueio a palavra aos advogados lembrando que se atenham a fatos relacionados a seus constituintes. Isso não é uma comissão parlamentar de inquérito.

Advogado do Senador Ney Suassuna? *(Pausa)*

S. Ex^a não tem advogado.

Advogado do Senador Magno Malta, alguma pergunta a fazer?

O SR. LUÍS CARLOS DA SILVA NETO – Absolutamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Advogado da Senadora Serys Slhessarenko. *(Pausa)*

Também não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

– Sr. Presidente, posso ter a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Pois não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

– Realmente, nesses depoimentos que aconteceram aqui, vejo na Sr^a Maria da Penha uma situação muito triste. Vejo alguém que freqüentou, procurando subir na vida realmente, foi procurando... Não vejo na Sr^a Maria da Penha... Do fundo do coração, vejo uma senhora que trabalha – não teve oportunidade de estudar para chegar ao terceiro grau, talvez a vida não tenha proporcionado isso – e foi procurando oportunidades na vida, como vemos todos os dias, Senador Demóstenes Torres, alguém procurando uma oportunidade para subir na vida. A Sr^a Maria da Penha, galgando, acabou nessa tremenda confusão que está aí. Sinceramente, nos depoimentos que presenciei até agora, tenho visto na Sr^a Maria da Penha o perfil da mulher que procura subir fazendo um trabalho, pequenas coisa, mas, de repente, não notou tudo o que estava acontecendo em volta e acabou culminando com o fato de ela estar sendo usada, segundo juízo dela própria, tanto pela investigação como também pelos Vedoin.

Realmente, Sr. Presidente, tendo que perguntar, que procurar o caminho da verdade, eu vi a verdade sendo dita aqui por alguém que sofreu na vida procurando caminhos que pudessem levar... Talvez ela tenha filhos para sustentar, não sei se tem...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Tenho dois. Meus filhos já estão grandes.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sinto-me muito satisfeito com a posição colocada pela senhora e acredito que ela tenha dito a verdade. Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, a bem da verdade, quero dizer que conheço a Maria. Conheci a Maria no interior de Mato Grosso quando ela foi Secretária Municipal de Saúde em seis Municípios. Conheci em Jauru. Conheci em Comodoro. Pela sua eficiência, pelo seu trabalho e pela sua competência, a Maria da Penha foi escolhida pelos seus colegas como Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Estado de Mato Grosso. Fez um trabalho excelente e alçou a Brasília pelo trabalho de base que tinha feito. Fico muito triste quando vejo a Penha nessa situação. Nada contra os Vedoin, mas, de qualquer maneira, e não quero entrar aqui nesse mérito da Maria da Penha com os Vedoin, quero testemunhar o trabalho dessa mulher, dessa senhora. Tenho, por dever de justiça, dizer que conheço a Maria. É exatamente isso que o Senador Wellington acabou de falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, só quero transmitir a Sr^a Maria da Penha que foi melhor para ela a decisão de fazer as coisas da forma mais aberta e transparente. As pessoas puderam saber da sua emoção, do seu sofrimento. É importante que a senhora tenha contribuído para que a verdade que a senhora conhece tenha aqui sido expressa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, vamos chamar a Sr^a Marilane.

Gostaria de agradecer a Sr^a Maria da Penha Lino e solicitar que permanecesse aqui na ante-sala, inclusive a senhora pode almoçar aqui na ante-sala. Queria aguardar o depoimento da Sr^a Marilane Cavalcante de Albuquerque. Talvez seja necessário que ela volte aqui em alguns pontos tocados por ela.

Agradecemos a sua presença.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Agradeço a todos. Espero ter contribuído. Não tinha e não tenho mais o que dizer porque realmente é o que tenho conhecimento. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Demóstenes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Solicito a V. Ex^a que faça juntar aos autos do processo contra o Senador Magno Malta o recibo que ele faz juntar, um recibo que deveria estar com o Sr. Lino Rossi, mas assinado. No entanto, mantenho a diligência solicitada, que a empresa forneça detalhes sobre o transporte desse automóvel.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Defiro a solicitação de V. Ex^a.

A Sr^a Marilane Cavalcanti de Albuquerque está presente e já assinou o termo de compromisso.

Peço a presença de S. Sr^a no recinto. *(Pausa)*

Dona Marilane, sinta-se à vontade.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 1, de 2006.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Dona Marilane, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Peço silêncio, por gentileza.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A senhora foi assessora parlamentar do Ministério da Saúde em que período?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Eu ainda sou assessora.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Ainda é?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Sim, senhor. Fui para lá o ano passado. Acho que em agosto do ano passado, quando o Ministro Saraiva assumiu.

Eu queria pedir uma gentileza. Fui informada que no *síte* do Senado tem uma página onde eles falam aqui que eu sou acusada de pertencer à máfia. Está aqui. Eu trouxe. Já pedi que retirassem isso. Agora eu quero uma retratação do Senado com relação a isso, porque eu sou assessora do Ministério, continuo assessora do Ministério, e vim pra cá como convidada para prestar esses esclarecimentos. Entende?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Nos autos a senhora não consta como tal.

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Vamos nos comunicar com o Presidente do Senado para as providências cabíveis.

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Sr. Relator, quero dizer que procede a reclamação da Sr^a Marilane e já tomei as providências.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A Sr^a Marilane está aqui como testemunha.

A senhora pode responder a minha pergunta?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Sim. Fui para o Ministério o ano passado. Tem aproximadamente um ano que eu me encontro no Ministério...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A senhora foi indicada por alguém?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não. Fui indicada pelo Ministro Saraiva. Na época eu trabalhava no Ministério da Previdência.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A senhora era assessora parlamentar?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Atendia os Parlamentares nas suas demandas quando tinham alguma, algo a pleitear ou a reclamar no Ministério. Certo?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A senhora teve contatos pessoais, diretos com o Senador Ney Suassuna?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Todas as vezes que ele ia ao gabinete... O Ministro toda vez que recebe um Parlamentar eu sempre estou presente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Então recebeu inúmeras vezes?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Além do Senador, a senhora recebeu, tratou, teve contato pessoal ou por telefone com o Sr. Marcelo, assessor do Senador Ney Suassuna?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Na minha função recebo todo... tenho contato sempre com os chefes das assessorias dos Parlamentares.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O Sr. Marcelo ia lá freqüentemente, às vezes ou muitas vezes?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não muitas vezes, mas algumas vezes.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Tratava sempre com quem? Com a senhora?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Saber a respeito de quê?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Quando ele ia até a assessoria, ele ia

para ver o andamento de algum projeto de interesse do Parlamentar. Entende?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Ele tratava de emendas do Senador Ney Suassuna apenas ou de outros Parlamentares?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Somente do Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Somente do Senador Ney Suassuna.?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Que eu saiba sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Gostaria de saber da senhora, e a senhora foi convidada exatamente por isso, porque algo relacionado diretamente com a senhora, uma passagem... Quando em dezembro do ano passado, o Senador Ney Suassuna... Chegou ao Ministério um ofício assinado supostamente pelo Senador Ney Suassuna pedindo que fosse transferida uma dotação orçamentária destinada a Municípios paraibanos para uma ONG no Rio de Janeiro, o IPPES, no valor de R\$1,6 milhão; posteriormente, redirecionado com valor maior, que seria R\$3 milhões para o tal IPPES. O órgão técnico do Ministério informou que não era possível aquela transferência por atender exigências legais. A senhora, então, telefonou para o Senador informando esse fato. É verdade isso?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – O seguinte... Eu trouxe inclusive os ofícios aqui. Foi enviado um ofício para ser empenhado, para haver um empenho...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Esse ofício foi protocolado?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Todos foram protocolados e quando chegaram à minha mão... Por exemplo, ele indicava os Municípios a receberem aquele recurso, inclusive eu trouxe, está aqui. Então, quando foi se checar no sistema, esses Municípios não tinham pré-projetos para aquela rubrica. Foi informado ao gabinete do Senador que não poderia ser feito aquele empenho porque não tinha pré-projeto.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Foi à senhora que informou?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não lembro exatamente se foi eu, mas foi informado. E eles enviaram um outro ofício, protocolado, que esse ofício chegou na minha mão no dia 30 de dezembro, às 11h, pelo sistema do Ministério, e eu enviei para a área técnica.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Que ofício era esse?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Está aqui.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Esse pedindo o redirecionamento?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Exatamente. Das emendas...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Esse ofício saiu do gabinete dele com certeza?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não sei. Ele foi dado entrada no Ministério e tramitou como tal, inclusive eu trouxe todos os dois ofícios aqui, com a tramitação ao lado. Esse foi o último ofício. O primeiro foi...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Essa cópia é para nós?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Sim, senhor. Esses foram os que tramitaram e foram encaminhados.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Assinados supostamente pelo Senador. Mas este aqui não foi protocolado?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Foi sim, senhor. Está abaixo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Pode continuar.

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – O que foi que aconteceu? Nos informamos e eles encaminharam esse outro ofício. Só em janeiro foi que eles foram informados... O Senador me ligou perguntando se as emendas dele tinham sido empenhadas, como quase todos...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– As emendas todas, não especificamente as...

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não, não, não. Ele nunca falou especi... Aí eu expliquei, disse assim: “Com exceção da última do último pleito do senhor com relação às ambulâncias, porque esses não tinham pré-projeto. Foi enviado outro ofício e não tinha condições por ser de uma entidade... não ser da Paraíba, ser de outro Estado.” Isso foi informado a ele.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– A senhora comunicou ao Senador por telefone?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Falei com ele por telefone.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Com o próprio Senador?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Ele. Ele me perguntou sobre as emendas dele e eu disse que tinham sido empenhadas...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O Senador Ney Suassuna ligou perguntando das emendas ou a senhora ligou para ele?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Ah... Não lembro exatamente. Mas o que foi informado nesse sentido...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– O que o Senador disse quando a senhora deu a informação?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não falou nada específico só deu informação de uma maneira geral.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Consta nos autos que o Senador teria lhe dito: “Então, não me lembro de ter assinado. Então, alguém falsificou.” Ele teria usado essas expressões?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não lembro, Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– A senhora não lembra disso?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não lembro. Entende?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– O Senador não disse nada, só agradeceu e...

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Só... pelo que eu lembro, ele só agradeceu porque eu só falei das emendas, não especificamente de um caso assim. Falei de uma emenda no geral.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Consta que o Senador teria usado essa expressão: “Eu não me lembro de ter assinado, a não ser que tenham falsificado.” A senhora não lembra mesmo?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não, eu, como falo com muita gente, termino...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Depois disso, o Senador fez outro expediente solicitando o cancelamento este...

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não, senhor. Que tenha chegado a minha mão, não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Morreu ali?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Morreu ali.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Não veio nada do gabinete, nenhuma solicitação para pararem com aquilo?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Na minha mão não passou nada, a não ser que tenha ido direto para o gabinete, porque muitos... os documentos entram: alguns vão para a assessoria para que a gente encaminhe para as áreas técnicas; outros, não, o próprio gabinete encaminha. Desconheço esse expediente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– O Senador não lhe pediu uma cópia desse expediente, desse ofício? Ele não manifestou uma surpresa a respeito desse IPPES? A senhora informou a ele que era referente a esse instituto, essa transferência... A senhora informou direitinho a ele, por telefone?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Ele não pediu que gostaria de ver isso, não se manifestou surpreso com isso?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Depois foi enviado para ele, como foi enviado para a Procuradoria, todos as cópias dos ofícios que ele tinha.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– No telefonema, o Senador Ney Suassuna não manifestou estranheza quanto aquilo? A senhora não se lembra?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não lembro, Senador. Agora, depois foi enviado para ele.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Para o gabinete dele?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Foi sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Dias depois? Alguns dias depois?
A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Quando ele pediu.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Era janeiro, dezembro...

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Foi muito depois... janeiro, fevereiro, entende? Porque o ofício só chegou em dezembro.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, com a palavra. *(Pausa)*

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Um momento, Sr. Presidente. O assessor está me lembrando que a senhora teria falado que remeteu também para a Procuradoria?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Do Ministério?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Não, não. Eu não...

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – A procuradoria que a gente... foi o pro-

cesso... não é procuradoria... Quem está fazendo investigação?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Ouvidoria?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Ouvidoria! Desculpe. A minha troca... Foi ouvidoria, tá? Nós enviamos porque eles pediram oficialmente. Nós enviamos todos os ofícios que vinham dentro do Ministério, inclusive os originais, todos os originais.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Logo em seguida?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Logo em seguida que realmente começou todo o processo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Com diferença de dias.

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Exatamente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– A senhora não sabe mais o que ocorreu?

A SRA. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Não, não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Advogados? *(Pausa)*
Senador Demóstenes?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, já ouvi o que o Senador Jefferson Péres perguntou. Era justamente o que eu queria saber. Já havia conversado com a Sr^a Marilane, que apresentou os documentos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Quero agradecer à Sr^a Marilane Cavalcanti de Albuquerque. A presença da senhora foi valiosa para todos nós. Muito obrigado.

Quero dizer à assessoria que, se a Sr^a Maria da Penha desejar, pode se retirar tranquilamente.

Informo a Sr^a Marilane que a assessoria vai providenciar a retratação. Muito obrigado. *(Pausa)*

Comunico aos Srs. Senadores que a Agência do Senado já está preparando a retratação solicitada pela Sr^a Marilene.

O Sr. Paulo Roberto Ribeiro está presente e já assinou o termo de compromisso. O Sr. Paulo está acompanhado do seu advogado Dr. Paulo Taques. *(Pausa)*

Sim, mas o caso específico é do Relator Senador Paulo Octávio. S. Ex^a saiu às 12h31min e disse que estaria aqui às 13h.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O ex-Deputado Lino Rossi já está presente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Deputado Lino Rossi apresentou um ofício comunicando que não poderia estar presente. Já foi discutido esse assunto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E o Sr. Ivo Marcelo?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Ivo Marcelo é com referência...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Sr. Ivo Marcelo tem relação com o caso do cheque, que também se refere ao Relator Senador Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Gostaria que a assessoria entrasse em contato com o Senador Paulo Octávio.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nesse caso V. Ex^a pode determinar relator *ad hoc*?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não. A convicção é do Relator. Poderia suspender a reunião aguardando a presença do Senador Paulo Octávio.

O assunto agora refere-se ao caso da Senadora Serys Slhessarenko e o Relator não está presente. S. Ex^a havia me solicitado um prazo, que já está esgotado. Solicitei que a assessoria entrasse em contato com o Relator e vou suspender a reunião, aguardando a presença do Relator.

Os Srs. Paulo Roberto Ribeiro e Ivo Marcelo Spínola da Rosa já estão presentes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– São depoimentos importantíssimos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – São dois depoimentos muito importantes e que dizem respeito à Representação nº 2.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, V. Ex^a já entrou em contato com o Senador Paulo Octávio?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – S. Ex^a saiu daqui às 12h31min e disse que em 30min estaria de volta. A Secretaria está ligando para o Relator.

O Senador Paulo Octávio apresentou dois requerimentos, que são os seguintes:

Sr. Presidente,

Para instrução da Representação nº 2, de 2006, como Relator, venho requerer que este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar adote as medidas necessárias para que sejam obtidos, o mais breve possível, os relatórios da Polícia Federal sobre interceptações de conversas telefônicas, a respeito da “Operação Sanguessuga”, em que se faz menção ao nome da Senadora Serys Slhessarenko ou ao nome do seu genro Paulo Roberto.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Segundo requerimento do Senador Paulo Octávio:

Sr. Presidente,

Para instrução da Representação nº 2, de 2006, como Relator, venho requerer que este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar adote as medidas necessárias para que sejam ouvidas, o mais breve possível, as seguintes pessoas:

Assessor Policena, da Senadora Serys Slhessarenko;

Secretária Maria Estela ou Maria Stela, do Sr. Luiz Antônio Vedoin, na empresa Planam;

Sr. Sérgio, do Município de Pontes e Lacerda, que seria proprietário de construtora em Cuiabá e teria apresentado o Sr. Paulo Roberto, genro da Senadora Serys Slhessarenko ao Sr. Luiz Antônio Vedoin.

Em votação o requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para tirar um dúvida. Os dois primeiros nomes são relativos ao gabinete da Senadora ou pessoas ligadas à empresa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Policena é assessor da Senadora Serys Slhessarenko e a Srª Maria Estela é secretária do Sr. Luiz Vedoin.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Solicito que a Secretaria adote as providências cabíveis.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, V. Exª me permite mais uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na reunião de ontem, devido critério de trabalho adotado pelo Senador Jefferson Péres, já temos uma reunião agenda-da para terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Na terça-feira, teremos a oitiva do Senador Ney Suassuna.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, vou ser sincero, estamos indo para a reta final de uma campanha eleitoral. Cada dia que passa solicitam mais a nossa presença em atividades fora da Casa, mas não queremos atrapalhar o andamento

dos trabalhos do Conselho. Portanto, se V. Exª puder sugerir que os dois Relatores, Senador Demóstenes Torres e Paulo Octávio, apresentem um roteiro de trabalho, poderemos ter uma idéia de uma agenda ainda no mês de setembro. Com a definição de uma agenda, podemos calcular os dias que estaremos aqui. Agindo assim, não haverá prejuízo algum. Isso ajudaria bastante os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Evidentemente que sim.

O Senador Jefferson Péres acredita que, ouvindo o Senador Ney Suassuna na terça-feira, dia 12 de setembro, apresentaria, no dia 19 de setembro, o seu relatório, que seria colocado para o Conselho no dia 21 de setembro. Conforme o relatório de S. Exª, decidiremos se encaminharemos para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apenas para analisar o aspecto legal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Relatório vai para a Mesa, que envia para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Temos ainda que saber se iria para a Mesa ou...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Há uma questão jurídica, mas V. Exª poderia acatar a minha sugestão?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos conversar com os Srs. Relatores para sabermos o plano de trabalho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Embora não acabado, teremos uma previsão de trabalho aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Senadores Demóstenes Torres e Paulo Octávio estão solicitando quebra de sigilo bancário. Já temos uma quebra dos Vedoin, na Câmara. Assim poderíamos solicitar à Câmara por cessão. Mas se for preciso, terá que ir ao plenário do Senado, o que atrasará o trâmite.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas não é no âmbito da transferência que a CPMI já tem ou da Polícia Federal? A Polícia Federal também fez quebras também.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Dos que já existem, podemos solicitar a transferência; caso contrário, só no plenário, o que, evidentemente, atrasaria. Já no caso do Senador Ney Suassuna, não teríamos esse problema.

Suspendo a reunião por 15 min. Retornaremos às 14h.

(Suspende-se a reunião às 13 horas e 55 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 14 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está reaberta a reunião.

Srs. Senadores vou mencionar um fato muito grave. Fui procurado pela Sr^a Maria da Penha Lino, que me apresenta um contrato que ela não assinou, com a sua assinatura falsificada. Seria o contrato com a Planam. Queria chamá-la para que a Sr^a Maria da Penha Lino faça a entrega formalmente e proceda às explicações. Não quero receber informalmente. Evidentemente, vamos juntá-lo aos autos. O contrato está aqui e a Sr^a Maria da Penha afirma que a assinatura não é dela, embora o cartório tenha reconhecido a firma do Sr. José Darci Vedoin, com duas testemunhas. Ela recebia cerca de R\$4 mil, mas no contrato consta R\$8,5 mil. O contrato é do dia 02 de novembro de 2004 e foi registrado em cartório em março de 2005.

Solicito que a Sr^a Maria da Penha entre e proceda à entrega formal.

Pergunto aos Srs. Senadores se concordam com esse encaminhamento. *(Pausa)*

Sr^a Maria da Penha, comuniquei ao Plenário que a senhora havia me mostrado este documento. Queria que a senhora desse as explicações cabíveis para que juntemos o contrato ao processo.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Então, é sobre o contrato que eu tinha dito que a princípio eu tinha ficado receosa que eu não tinha nem como provar que eu tinha trabalhado lá e que o valor que eles tinham combinado comigo não tinha sido acertado. Depois que aconteceu toda essa questão dessa operação, eu ainda estava no presídio, quando as pastas que tinham os meus documentos, com holleriths, com os recibos, que eu tinha recebido de lá e que a advogada levou daqui... Aí eles falaram para mim assim: “Você disse que não tinha um contrato, mas no meio dos seus documento tem um contrato com a Planam.” Eu falei: “Mas eu nunca assinei contrato nenhum. Não tem contrato!” Foi que eles me mostraram esse contrato, que foi um modelo de um contrato que eu fazia na época no CONASEMS, que eu fui coordenadora administrativa e financeira da entidade, então tinha os contratos feitos de assessoria, que era contrato por produto. Então, um colega, o Marcelo, pediu o modelo e isso ficou no computador deles. Então, acho que eles, preocupados de eu entrar na Justiça e tal, eles fizeram isso aqui, esse contrato aqui. É tanto que pode ver... aqui eles colocam “que o presente contrato de consultoria efetuado para que seja cumprido Termo de Referência nº 14...”, nem isso eles tiveram o cuidado de retirar. Então, copiaram. A data é de 02 de novembro de 2004. E eles assinaram para mim, porque eu não assinei isso aqui. Ele está

registrado no 3º Ofício de Notas na época que eu saí de lá, em março de 2005, e aqui está o valor.

Então, desculpe eu não ter... Eu só comentei sobre o contrato, mas eu estou com uma cópia, porque isso também vai fazer parte da questão do processo meu administrativo no Ministério da Saúde. Eu gostaria de entregar ao senhor para que, se servir para algum comprovante, esteje *(sic)* junto com a documentação e com o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Aqui no contrato diz que a senhora percebia um salário de R\$8,5 mil.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Isso é o que está aí. Só que, na verdade, eu recebia R\$4 mil. Teve mês de eu receber três e pouco. Estou ainda procurando, porque, como pegaram os meus documentos... Eu tinha todos os recibos que eu fiz. Eu tenho também dentro... quando eu saí de lá que eu pedi ao rapaz fazer o HD, porque eles passaram... passava dinheiro na minha conta para eu administrar o escritório, inclusive fazer pagamento de funcionário. E eu prestava conta. Tinha um sistema no computador que eu fazia prestação de contas para eles com toda a relação do que era pago com o dinheiro que vinha na minha conta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Esta assinatura, a senhora afirma, não é sua?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Eu não assinei.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está assinado aqui.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Está assinado, mas não fui eu que assinei.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum Senador quer se pronunciar?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu quero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quando a senhora foi trabalhar com eles, com a Planam, qual era o valor do seu salário?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Quatro mil reais. Daí três meses, eles iriam estar aumentando o meu salário até chegar em R\$10 mil.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A senhora combinou, então, que ganharia R\$10 mil?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Começaria com R\$3,5 mil até atingir os R\$10 mil?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Até atingir os R\$10 mil.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nesse contrato fala de quanto?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – R\$8,5 mil.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Durante os seis meses, a senhora recebia quanto realmente?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Não, durante todo o tempo que eu fiquei lá eu recebi entre R\$3 mil e R\$4 mil.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Só isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Está bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Relator ainda deseja fazer alguma indagação? *(Pausa)*

Muito obrigado, Sr^a Maria da Penha.

Junte-se ao processo.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO – Por nada. Muito obrigada. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Paulo Roberto Ribeiro está presente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, queria solicitar que primeiro ouvíssemos o Sr. Ivo Marcelo Spínola da Rosa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Relator solicita inversão: quer conversar primeiro com o Sr. Ivo Marcelo Spínola da Rosa. S. Sr^a está presente e está acompanhado de seu advogado, Dr. Otto Medeiros. O Sr. Ivo já assinou o termo de compromisso.

Peço que o Sr. Ivo entre no recinto. *(Pausa)*

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, solicito que o Relator peça uma espécie de ficha curricular ao depoente, como foi feito no depoimento anterior.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, relator da Representação nº 2.

O SR. OTTO MEDEIROS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao advogado.

O SR. OTTO MEDEIROS – Sr. Presidente, corroborando os outros depoimentos, o Ivo hoje ele é considerado também, pela Justiça Federal, como um colaborador do processo. Então, como colaborador, ele tem importantes fatos que já os disse à Justiça Federal e que vem aqui colaborar com essa Comissão. Então, a Defesa, igual fez aos outros colaboradores, requer que a oitiva dele seja na forma fechada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Sr. Relator Senador Paulo Octávio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu indagaria se existe algum motivo especial para que a nossa audiência seja secreta.

O SR. OTTO MEDEIROS – O motivo não é inédito, mas ele sempre é especial. Pela atuação e pela posição do Ivo Marcelo no processo e que todos os depoimentos dele até hoje foi auferidos em segredo de Justiça e o que ele vai falar aqui faz parte do depoimento dele na Justiça Federal, que lá está em segredo de Justiça... Então, até pelo princípio novamente da isonomia, reitera audiência fechada.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, algo a comentar? *(Pausa)*

Peço desculpas a todos, mas essa oitiva será fechada.

A reunião está suspensa por 5 min.

(Suspende-se a reunião às 14 horas e 20 minutos.)

(A reunião torna-se secreta.)

(Reabre-se a reunião às 14 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está reaberta a reunião.

Com a palavra, o Senador Paulo Octávio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu queria pedir, atendendo à solicitação do Senador Sibá Machado, que o Ivo Marcelo se identificasse, informando a sua ficha pessoa.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sr. Presidente deste Conselho de Ética, em seu nome, gostaria de cumprimentar todos os membros deste Conselho. Já tive oportunidade, na Comissão Parlamentar de Inquérito que esteve em Cuiabá, de prestar esclarecimentos. Mais uma vez estou aqui para, da forma mais clara, também deixar de forma transparente toda a minha participação nesse envolvimento com a empresa, bem como com a família.

Antes de chegar às vias de fato, comecei a minha vida pública há dez anos. Eu fui funcionário público do Tribunal Regional Eleitoral durante dez anos da minha vida. Ocupei os cargos de Coordenador de Informática e Secretário de Informática do Tribunal Regional Eleitoral. Em toda a minha vida, em todas as gestões do Tribunal, a cada biênio, eu sempre fui homenageado com louvor pelo meu trabalho prestado junto àquela instituição.

Deixei o Tribunal Regional Eleitoral em abril de 2003 para acompanhar o projeto da empresa em Salvador. Era um projeto em que meu sogro me convidou para desenvolver lá em Salvador, que era uma fábrica de carroceria de ônibus. Essa fábrica de carroceria de ônibus precisava ser idealizada desde a sua concepção até a questão de acompanhamento e liberação de financiamento junto ao banco financiador.

Eu passei dois anos e meio da minha vida acompanhando esse projeto em Salvador. E, com a minha formação de administrador com graduação e mestrado na área de informática, eu auxiliei a empresa no desenvolvimento do projeto de inclusão digital, até porque a empresa tinha uma demanda e eu auxiliei a empresa na elaboração desse projeto.

Então, nessa vida pública que eu passei, que é uma coisa que... Qualquer um que passe uma vida pública está sujeito a qualquer tipo de processo administrativo, eu nunca sofri um processo administrativo, nunca tive um processo criminal nem civil na minha vida.

Então, eu fiz questão de realçar isso, para que fique claro que, embora esteja hoje arrolado como réu num processo de grandeza nacional, eu não... Na minha vida pregressa, aonde exerci cargo público, eu nunca deixei, nunca houve nenhuma representação, nunca houve um processo criminal contra a minha pessoa.

Eu deixei a empresa... Em fevereiro deste ano, já estava deixando a empresa do meu sogro para montar uma atividade própria, minha. E, infelizmente, em maio deste ano, foi deflagrada a “Operação Sanguessuga”, aonde eu fui arrolado como um dos réus nesse processo.

Não sei se consegui ser claro. Tentei ser o mais sintético possível sobre a minha vida.

Eu entrei na Justiça Eleitoral em abril de 94 e saí em abril de 2003. Foram nove anos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando você foi convidado pelo seu sogro, em abril de 2003, você foi para Salvador, não é isso?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E você ficou lá até fevereiro deste ano.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu fiquei em Salvador até julho do ano passado. Na verdade, eu não fiquei definitivamente em Salvador. Eu ia na segunda-feira e retornava na quinta-feira de Salvador. A minha família, na verdade, residia em Cuiabá. As crianças tinham escola. Então eu acompanhava o projeto semanalmente em Salvador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Você era o que na Planam?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Na Planam, nada.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ou no grupo Vedoin?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Nada, só genro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas você não tinha participação acionária nenhuma?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Na Planam, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E, nesse período em que você trabalhou lá em Salvador, você era um funcionário?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não. Na verdade, eu integrei o quadro societário da empresa chamada Vedobus, que era a empresa que estava sendo idealizada em Salvador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vedo...?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Vedobus.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vedobus.

E você tinha salário?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Tinha.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

Então, a sua participação era só na Vedobus?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Só na Vedobus.

Na verdade, nós tínhamos três empresas em Salvador: Vedobus, Vedocar e Via Trading. A Vedobus era fábrica de carroceria...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vedocar e Vedo...?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Via Trading.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Via Trading.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – A Vedocar era a empresa que ia fazer a comercialização e a Via Trading era a empresa que queria fazer a exportação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O projeto era exportar ônibus?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Exportar ônibus.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Adaptado para quê?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, era de transporte de passageiro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu rendimento mensal, de quanto era?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Era variável, porque eu tinha, na verdade... Quatro mil e quinhentos era o valor acertado pelo projeto, pelo acompanhamento do projeto, mas eu tinha algumas despesas extras que eram reembolsadas pela empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Você foi para lá com a família?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não. A família ficou em Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Você ia para Mato Grosso toda semana?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Durante dois anos e meio, de segunda a quinta eu ficava em Salvador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o fim de semana...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – O fim de semana em Cuiabá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece o Paulo Roberto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu tive oportunidade, uma única vez, de ver o Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Uma única vez?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Uma única vez.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando você o conheceu, você sabia que ele era genro da Senadora?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Paulo Roberto, quando estive na empresa, o meu cunhado disse que ele era genro da Senadora Serys, e eu tive oportunidade, na época, de conversar com ele, porque eu fui colega de uma das filhas da Senadora. Mas a conversa foi uma conversa rápida, mais uma conversa de dizer: olha, eu também conheço a Senadora, conheço uma das filhas da Senadora, entendeu? Mas foi uma conversa rápida, informal, mais de apresentação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Uma vez só?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Uma única vez.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca mais estive com ele?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essa vez foi na sede da Planam?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Foi uma única vez, na sede da Planam.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em Cuiabá, você nunca encontrou com ele?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu até... Agora, na entrada do Conselho é que eu vi o Paulo. Eu até fiz uma confusão, porque achei que o teria visto no aeroporto, em Cuiabá. Nunca mais vi o Paulo. É uma pessoa que não é do meu círculo de amizades, não é da minha relação, não é do meu convívio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor movimentou com a Caixa Econômica Federal?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Na sua conta corrente tem algum cheque de R\$37.200?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Excelência, eu solicitei junto à Caixa Econômica Federal, hoje, extratos da minha conta, para que justamente não parem dúvidas sobre a questão desse cheque. Confesso que não tenho esses extratos, não sei lhe dizer se esse cheque existe ou se houve esse cheque.

A Caixa Econômica fez um ofício que o Advogado vai passar ao Conselho, onde ela solicita o prazo de 24 horas para que esses extratos sejam disponibilizados.

Eu não sei dizer para o senhor se esse cheque existe ou não existe.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Você há de convir que, para quem tem um rendimento – desculpe lhe perguntar isso – de R\$4.500, um cheque de R\$37 mil é muito alto. Concorde?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor haveria de se lembrar desse cheque de R\$37.200, não é isso?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, senhor. Vou explicar por quê.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quero saber definitivamente: o senhor tem alguns movimentos desse valor? De R\$30 mil, R\$50 mil, R\$40 mil?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Só um minutinho, Senador.

Por várias vezes, a empresa, quando não tinha condição de retirar talão de cheque, eu emprestei os meus cheques pessoais para a empresa, porque era uma empresa familiar, existia uma relação de confiança. Agora, para quem esse cheque foi passado ou a quem esse cheque foi entregue, eu não sei dizer. Eu não sei dizer para o senhor se existe cheque de R\$37.500 e para quem esse cheque foi entregue.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Para facilitar, até porque nós vamos pedir a quebra do seu sigilo bancário mesmo, é possível você pedir esse extrato da sua conta?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Já está solicitado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Então, já está solicitado e é possível, em 24 horas, nós termos esse extrato do seu movimento durante o ano?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu solicitei de janeiro de 2003 até a presente data.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Perfeito. Facilita bastante. Muito bom.

Nós já temos um fax do pedido.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Da Caixa Econômica Federal.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) –

Com isso, nós vamos observar todo o seu movimento nesses três anos e todos os cheques.

O senhor adquiriu materiais médico-hospitalares de alguma pessoa em Cuiabá?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Com relação à Planam, Excelência, eu nunca tratei a questão comercial da empresa, ou seja, eu nunca realizei compra da Planam, até porque a minha ida para a empresa era exclusivamente para tratar do projeto em Salvador. Durante esses dois anos e meio em que eu estive na empresa, eu nunca realizei compras pela empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Nunca comprou?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Não, nunca comprei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Nunca pagou...?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Também não. Eu, pessoalmente, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Você pode ter assinado um cheque sem saber para que era?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Por várias vezes... Como era uma empresa familiar, por várias vezes eu emprestei cheque à empresa, agora, para quem foi destinado esse cheque...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas alguém depositava o valor, não é?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim, a empresa era familiar, era uma relação de confiança, entendeu? Meu sogro é dono da empresa, meu cunhado é dono da empresa, minha esposa era do financeiro, então, por várias vezes, o cheque foi emprestado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O

que não dá para entender é o seguinte... Você diz pode ocorrer, mas veja bem: se você dá um cheque, você tem que depositar no banco. Então, a empresa deixa de pagar, às vezes, em dinheiro uma compra para você dar um cheque, para depois ela depositar na sua conta ou era cheque pré-datado? O que acontecia com esses cheques?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Quando a empresa não tinha condição de tirar talão de cheque, era justamente para fazer parcelamentos, fazer os pagamentos parcelados.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Ela não tinha condições de tirar talão de cheque, por quê?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Às

vezes ela estava com Serasa, às vezes um dos sócios estava com o nome no Serasa, então precisava fazer o parcelamento de uma compra, fazer algum pagamento, e por várias vezes eu emprestei esses cheques. Nunca questionei, até porque, como era uma empresa familiar entre o sogro, cunhado e esposa, não justificaria perguntar...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – En-

ão pode haver o cheque?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Sim, com certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Pode haver o cheque de R\$37.200...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Com certeza, Excelência. Eu não estou dizendo que não existe.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nós

vamos descobrir somente com o extrato bancário.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Com certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Ok. Então, o senhor nunca adquiriu materiais médico-hospitalares e encontrou com o Paulo Roberto apenas uma vez?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Uma única vez.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por

mim está bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Sr. Relator Demóstenes Torres, deseja fazer alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sim, Excelência.

O senhor esteve com o Flávio, genro da Senadora, onde, em que lugar? Foi para fazer esse pagamento?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Flávio?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual é o nome dele?
Paulo, desculpe.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Excelência, eu presenciei uma entrega de dinheiro do meu cunhado para o Paulo Roberto, na sala dele. Agora, do que se tratava e qual era o valor, eu não sei, porque, quando o Paulo Roberto entrou na sala, eu tive uma conversa rápida com o Paulo e saí da sala no momento em que o meu cunhado estava entregando para ele esse valor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Essa foi a única vez?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Foi a única vez que eu estive com o Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em relação ao cheque, a versão é de que o senhor emprestava o seu talonário. Como se tratava de uma empresa, fazia esse pagamento e, conseqüentemente, a empresa também depositava esses recursos. E isso aconteceu por várias vezes.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Por várias vezes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Aconteceu para algum outro Parlamentar? O senhor se lembra?

O senhor tinha controle dessa conta? A sua esposa tinha controle dessa conta?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – A conta era pessoa física minha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o senhor tinha controle dela? O senhor sabia o que entrava e saía ou quando emprestava o talonário o senhor perdia absolutamente o controle?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Quando eu emprestava o cheque à empresa, a minha esposa me passava: está sendo depositado nos dias tais... Passava para mim um cronograma de depósito dos cheques que eram dados. Agora, valores da época, eu não me lembro. E, para quem, eu não normalmente não perguntava. Desde que fosse depositado, eu não perguntava, porque eu não tratava da questão empresarial.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quanto o senhor costuma movimentar na sua conta pessoal? O senhor tem noção do saldo nesse período, de quanto o senhor movimentava?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – No início de 2003, eu tive até uma movimentação alta, porque recebi uma diferença... Quando saí do Tribunal Regional Eleitoral, recebi uma diferença dos 11,98%

mais algumas diferenças que existiam. Então eu tinha uma aplicação, tinha alguns valores ainda em conta. Agora...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O salário do senhor era de R\$4 mil.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não. Quatro mil reais da empresa. No Tribunal, não. No Tribunal, eu tinha um rendimento diferenciado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas, ultimamente, o salário do senhor era só este: R\$4 mil.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Exatamente. Somente isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas a movimentação era muito maior, em decorrência disso.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Ocorreram várias movimentações mais altas, de pagamento de fornecedores, de pagamento de terceirizados... Muitas vezes, a empresa estava com dificuldades de pagar a folha de pagamento. Eu fiz vários CDC na minha conta pessoal e repassei para a empresa, para adiantamento de funcionários, por várias vezes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em que circunstâncias o senhor foi chamado para testemunhar essa entrega do dinheiro vivo ao Paulo Roberto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, eu não fui chamado. Eu estava na sala quando o Paulo Roberto chegou na empresa acompanhado de uma pessoa chamada Sérgio, que é uma pessoa de Pontes e Lacerda. Ele entrou na sala, entendeu? O Luiz Antônio me apresentou a ele como sendo genro da Senadora, e eu rapidamente tive uma conversa com ele, falei: eu conheço os filhos da Senadora, entendeu? Aí o Luiz Antônio entregou para ele um valor em dinheiro, eu saí da sala e eles continuaram a tratativa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Sérgio, o senhor já conhecia há mais tempo?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – O Sérgio, por várias vezes eu já tinha visto na empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual é o tipo de relacionamento que tinha esse Sérgio lá?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu acho que ele é de uma prefeitura, entendeu? Várias vezes eu tinha visto o Sérgio dentro da empresa. Não sei, porque eu não ficava em Cuiabá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Posteriormente, o senhor viu o genro da Senadora?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não. Eu vi o Paulo Roberto uma única vez. Se o senhor me

perguntasse quem é o Paulo Roberto... Agora é que eu tive oportunidade de vê-lo novamente, depois desse fato que aconteceu na empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O que dizem o Darci Vedoin e o Luiz Antônio Vedoin acerca desse pagamento de R\$37.200? O que eles dizem para o senhor? O senhor é o titular da conta, está havendo toda essa celeuma em razão disso. O que eles dizem a respeito disso?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu inquiri, inclusive, ontem o meu cunhado a respeito dessa questão desse cheque. Ele não lembra. Então, eu acho que a pessoa mais certa para responder seria ele, porque eu nunca tive uma tratativa comercial, nem no âmbito pessoal nem no âmbito empresarial, com relação ao Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quando foi que o senhor presenciou a entrega desse dinheiro?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – A data específica eu não lembro. Eu lembro a data quando o Paulo Roberto esteve na empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor não sabe em que ano, em que mês...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Em 2003.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E eles chegaram a dizer por qual razão o Paulo Roberto estava recebendo a bolada?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não. Eu não sei qual era a tratativa nem o valor, porque, quando o Luiz Antônio entregou para ele os valores, eu saí da sala. Então eu não posso dizer, Excelência, qual era o assunto nem qual foi o montante de dinheiro entregue.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Presenciou ocasionalmente.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Ocasionalmente. Eu estava na sala... Na verdade, eu estava saindo da sala quando ele estava entrando.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Outras vezes foram feitos pagamentos para outras pessoas que o senhor presenciou?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas qual é o grau de confiança tanto do Paulo em receber o dinheiro quanto do seu cunhado... Do seu cunhado é até justificável, mas do Paulo em receber esse recurso na sua frente?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não sei, Excelência. Realmente, não sei. Eu estava

saindo da sala quando o Luiz Antônio repassou o valor para ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ele entrou, conversaram...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Ele entrou, conversaram, o Luiz Antônio me apresentou, dizendo que ele era o genro da Senadora...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E como é que foi passado esse dinheiro?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Como é que foi passado?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– É. Dentro de um envelope ou...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – O Luiz Antônio, especificamente, entregou para ele, entendeu?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Dentro de um envelope?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Estava dentro de um envelope; mostrou para ele, colocou de volta, entregou, e eu saí da sala. Ele continuou na sala.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Como era esse envelope? O senhor se lembra?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Acho que era um envelope pardo...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– De que tamanho?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Mas não era um envelope; eram mais envelopes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mais de um envelope?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – É, porque R\$35 mil não cabem num envelope.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor se lembra de que cédulas eram?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, não me lembro, porque, quando o Luiz Antônio mostrou para ele que eram valores, eu saí da sala.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Ivo Marcelo, está nas mãos de V. S^a a solução de um grande problema...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Pois não, Excelência.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...que diz respeito à Senadora Serys. Até o presente momento se falou de um repasse de R\$35 mil em espécie que foi admitido pelo Luiz Antônio Vedoin; depois, aparece a notícia de um cheque de R\$37.200 que foi alar-

deado em muitos lugares, e o cheque, até o presente momento, não apareceu.

Conversando ontem sobre este assunto, tanto o Darci quanto o Luiz Antônio desconhecem esse cheque; jamais trataram de pagamento que não fosse os R\$35 mil em espécie. Porém, é possível que o senhor Paulo apresente algum documento comprobatório da existência de um cheque de R\$37.200, da Caixa Econômica Federal, agência de Cuiabá, uma delas. E eu queria saber imediatamente do senhor se, para ser bem sincero, em algum momento, teria assinado um cheque seu para a cobertura de eventuais negócios da empresa que dissessem respeito à Senadora.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Excelência, eu nunca tive nenhuma tratativa com o Sr. Paulo Roberto, eu nunca...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, eu não digo com ele, não. Eu digo é com o Luiz Antônio mesmo.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não. Eu nunca...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Luiz Antônio chegou a pedir que o senhor ressarcisse dinheiro a Parlamentar, especificamente, neste caso, a Senadora Serys?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não. A minha conta pessoal nunca foi utilizada com essa finalidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como é que o senhor se relaciona com o Fisco numa hora dessa? Como fecha o seu Imposto de Renda no final do ano, tendo em vista que transitou dinheiro excedente na sua conta e o senhor tem que arcar com Imposto de Renda, CPMF e tanta coisa? Como o senhor explica isso na sua declaração de Imposto de Renda?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Essa mistura da relação empresarial com a conta pessoal, Excelência, inclusive o próprio Supremo, recentemente, reconheceu essa mistura, porque hoje a grande maioria do empresariado mistura a relação da conta pessoal com a conta empresarial, pelas dificuldades que a empresa passa. Desde que eu não tenha auferido lucro, Excelência, e isso eu consigo provar com facilidade, a minha declaração é normal. Eu não auferi lucro. Essa movimentação foi com a finalidade de atender a uma necessidade da empresa; não era a minha necessidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor tem conta em outros bancos?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu abri, no final do ano passado, uma conta no Banco Real...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor é bacharel em Direito?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, senhor. Eu sou acadêmico só.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Que ano o senhor cursa?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Estou no penúltimo ano.

A minha formação é em Administração, Excelência. É porque, como eu militei muitos anos no Judiciário, eu acompanho muito a **TV Senado** e assino algumas revistas especializadas na área também.

Eu tenho uma conta no Banco Real, que eu abri no ano passado, para fazer justamente um CDC para a empresa, para pagamento de pessoal, e uma conta no HSBC, que eu não movimento, que também era para fazer um CDC, mas depois não foi aprovado o CDC, e a conta está lá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas, no momento do pagamento dos R\$35 mil, que o senhor não sabe exatamente se é este o valor, como foi a conversa? O senhor estava na sala, entrou o Paulo Roberto e como se deu a conversa ali? O senhor se lembra de trechos do diálogo?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu me levantei, estava saindo quando o Paulo Roberto entrou com o Sérgio. O Luiz Antônio me apresentou e eu, rapidamente, falei: “Eu fui colega de uma das filhas da Senadora”. E o Luiz Antônio disse: “Sr. Paulo, está aqui o dinheiro”. E eu saí da sala. A conversa não demorou mais do que quinze a vinte segundos entre o Paulo entrar na sala e eu sair. Eu saí da sala, e eles continuaram a conversa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E como é que o senhor viu o dinheiro?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Porque, quando o Paulo Roberto entrou e ele falou: “Está aqui o dinheiro”, ele mostrou o envelope.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Foi instantâneo. Ele entra na sala, cumprimenta e já vai tirando os envelopes?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Já. Até porque eu saí da sala e “deixei eles” conversando. Não sei qual era a tratativa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Os envelopes estavam abertos? Ele mostrou dinheiro, cédulas na sua frente?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Ele tirou do envelope.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O que está sendo dito é que, da parte de Paulo Roberto, jamais houve 35; houve 37, que é um cheque. Da parte de Luiz Antônio...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Seria muito mais fácil para mim sustentar isso, porque o cheque era meu, se existiu o cheque, não é, Excelência?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tudo bem. Eu ouvi uma frase ontem e vou dizer exatamente aquilo que ouvi.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Que o senhor atuou sem o conhecimento do Sr. Darci e do Sr. Luiz Antônio.

O senhor, porventura, fez alguma coisa sem o conhecimento dos dois?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Em que sentido, Excelência?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não sei, em qualquer sentido. Teria feito alguma coisa sem o conhecimento...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Excelência, eu nunca tive tratativas empresariais da Planam. A minha ida para a empresa foi exclusivamente para o projeto de Salvador. Se o senhor me disser sobre o projeto de Salvador, eu digo para o senhor: sim, eu toquei o projeto de Salvador durante os dois anos e meio, eu tinha autonomia. Eu acompanhei junto aos órgãos ambientais, junto ao Banco do Nordeste, junto à Prefeitura de Dias D'Ávila, junto à Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia. Agora, com relação à Planam, eu não respondo por nada.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Absolutamente nada?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Nada.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mesmo na hipótese de o cheque ter sido da forma que Paulo Roberto tem dito?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Se o cheque foi da forma com o Paulo Roberto disse...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Sr. Luiz Antônio disse que a existência do cheque sendo verdadeira, nos moldes que está sendo investigado por este Conselho, você estaria, então, agindo em nome próprio, e não do Sr. Luiz Antônio e do Sr. Darci.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu não teria por que dar um cheque de uma transação comercial para comprar material para uma empresa que não é minha, não é, Excelência?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tem alguma raiva da Senadora Serys?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – De forma alguma. Eu fui colega da filha da Senadora Serys.

As filhas da Natasha estudam junto com os meus filhos, são colegas de sala. Não tenho nenhum problema.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Algum dia lhe pediram dinheiro para a campanha eleitoral?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Nunca. Nunca houve isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ninguém pediu?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Nunca.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nem a Senadora?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Algum dia a Senadora já o cumprimentou? Ela o conhece pessoalmente?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim. Eu fui Secretário de Informática do Tribunal Eleitoral, que é o órgão, na verdade, eleitoral...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E é por isso que ela o conhece?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E que você a conhece também?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Também.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Registro de candidatura, coisas de campanha?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim, exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ok. Creio que é isso, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu queria saber se o Sr. Ivo autoriza a quebra do seu sigilo bancário, mesmo tendo fornecido as contas, mostrando a sua boa vontade, o que é importante. Pergunto se o senhor autoriza também a quebra do seu sigilo bancário, para tornar mais fácil a operação.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Já está autorizada junto esta Comissão, Excelência.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ao Conselho? A este Conselho?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Esta “Comissão de Ética”.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Já está autorizada a quebra?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Já está autorizada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Tem que assinar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vamos, então, providenciar.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Pode lavar o termo, porque eu autorizo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, fica bem claro que o senhor não tem certeza do valor que o Paulo Roberto recebeu na Planam.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor apenas viu que havia dinheiro no meio, mas não sabe o valor.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não sei o valor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas viu que havia dinheiro?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Poderia ser R\$20 mil, R\$10 mil, R\$30 mil...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Poderia, qualquer valor. Não sei qual era o valor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor não tem certeza dos cheques que assinou para a Planam fazer pagamentos. Pode ter sido um cheque seu para Parlamentar.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Pode ter sido, Excelência.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Supostamente, pode ter sido...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Pode. Só vamos verificar isso na hora em que realmente tiver o...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas pode aparecer o cheque de R\$37.200?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Pode aparecer.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não está dizendo que não existe o cheque; o senhor está dizendo que pode aparecer ou pode não aparecer.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Se a movimentação da minha conta fosse exclusivamente minha, sim. Agora, por várias vezes eu emprestei à empresa cheques para que ela pudesse parcelar as suas necessidades.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Hoje a sua conta está em dia? O senhor não está na Serasa? Está tudo bem?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Estou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Está na Serasa?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Estou, porque, por conta dessa operação, na verdade, os meus compromissos pessoais hoje estão todos bagunçados.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A sua conta na Caixa ainda existe?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim, existe.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No depoimento do Paulo Roberto, ele diz que recebeu um cheque seu no valor de R\$37.200, que o cheque é da Caixa Econômica e tudo mais. É só para o senhor tomar conhecimento de que existe um depoimento na Polícia Federal, feito pelo Paulo Roberto, dizendo que recebeu um cheque seu de R\$37.200.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – O cheque pode ser meu, mas não foi de mim que ele recebeu, tenho certeza.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vamos aceitar a hipótese de que o Sr. Paulo Roberto tenha recebido, sim, um cheque de R\$37.200 de propriedade sua, Caixa Econômica, e que seja a título de um fornecimento. Nesse caso, o Sr. Paulo Roberto é um fornecedor também dos negócios da Planam?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Excelência, se o senhor me perguntar dois fornecedores da Planam, eu não sei dizer, porque eu não acompanho a questão comercial da Planam. Eu acompanho especificamente o projeto de Salvador. Hoje, eu posso dizer para o senhor um fornecedor da Planam, que é a Peugeot do Brasil, e uma que foi, que era a Iveco. Demais fornecedores de material e de equipamento, eu não sei. Se eu falasse um, eu seria leviano ao dizer se é ou não é, porque não conheço.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quanto à forma de preencher os cheques, o senhor entregava o talão apenas assinado e em branco ou como era? O senhor teria que também preencher o cheque?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não. Por várias vezes entreguei o cheque em branco, porque o parcelamento, a forma de negociação era feita pela empresa, e o financeiro era a minha esposa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quem recebia era a sua esposa para fazer os preenchimentos?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – É porque quem passava para ela os valores para serem pagos para quem fazia era o Luiz Antônio, mas a minha esposa, por essa relação de confiança, eu entregava para ela o cheque.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pode reproduzir o nome da sua esposa?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Alessandra Trevisan Vedoin.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ela preenchia os cheques do senhor?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não. Eu entregava o talão de cheques para ela.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas o senhor teria que assinar, não é isso?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu entregava assinado, sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então é isso que eu quero saber. Os cheques estavam assinados em branco?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Em branco.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A destinação depois era da administração.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Era da administração da empresa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ah, é isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu tenho mais uma pergunta a fazer.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Pois não, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Aqui, o Sr. Paulo Roberto diz que ele acabou vendendo para a Planam materiais médico-hospitalares. A Planam compra material médico-hospitalar de empresa? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Compra.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Material médico-hospitalar ou só ambulância?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – A ambulância, na verdade, é o carro transformado. Agora, o que vai dentro desse carro... Acredito que vá material médico.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ontem, o Luiz Antônio Vedoin, e o pai dele, Darci, disseram que não lidam com... Só lidam com ambulância. A outra empresa, do Ronildo, é que lida com material...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu fiz confusão, Excelência. Uma coisa é equipamento, outra coisa é material médico-hospitalar. O que vai dentro de uma ambulância é equipamento. Material médico-hospitalar realmente não é atividade da empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, jamais a Planam comprou material médico-hospitalar?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Dizer jamais, Excelência, eu não sei, porque não acom-

panho a atividade empresarial dela. Agora, eu digo o seguinte: o que vai dentro de uma ambulância é equipamento; não vai medicamento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mais ainda, quem teria vendido seria a empresa São Benedito Comércio e Representação Ltda. Essa empresa lida com o quê? Construção civil? O senhor sabe? Parece que o Sr. Paulo Roberto... Segundo ele, os pais dele são proprietários de uma empresa de construção civil chamada São Benedito Comércio, Serviço e Representação. E essa empresa de construção civil vendeu para a Planam material médico-hospitalar. O senhor sabe disso? Por isso ele recebeu esses R\$37.200 em cheque do senhor.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu nunca tive tratativa com o Paulo Roberto em relação à questão comercial da empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe se a empresa São Benedito emitiu a nota fiscal disso?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu tenho uma grande dificuldade, porque não acompanho. Essa questão de compra, venda e tratativa com fornecedor da Planam, eu nunca acompanhei. Essa era uma relação do Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o senhor não acha estranho uma empresa de construção civil vender material médico-hospitalar?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Excelência, eu não queria “auferir” juízo aqui em relação a isso, porque eu não conheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o senhor lida com a empresa, não é?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu só estou lhe fazendo esta pergunta: alguém que lida com cimento, tijolo, areia... O nosso nobilíssimo Relator que é construtor... É difícil uma empresa de construção civil vender material médico-hospitalar, o senhor não acha?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Excelência, eu estou tomando máximo cuidado em produzir qualquer resposta, porque estou aqui de uma forma que... Eu não quero, de forma leviana, fazer qualquer afirmativa que possa trazer prejuízos ao trabalho deste Conselho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para mim está de bom tamanho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador, V. Ex^a está estranhando muito, mas eu sou da área médica. Não tem nada com isso, mas, lá em Roraima, por exemplo, a empresa que faz o hospital é a mesma

que bota o material lá dentro. O Ministério da Saúde tem muito essa história de uma empresa construtora fazer um hospital e entregá-lo equipado. V. Ex^a está estranhando, mas é um fato que ocorre no Ministério da Saúde. Quer dizer, é muito estranho, eu considerava estranho, mas estava lá no contrato deles.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eu continuo estranhando, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Já temos o Hospital Santo Antônio, construído pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, que foi desse jeito. E o Geral, também, do Estado. Tanto um como o outro foram feitos da mesma forma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas deve ser um *pool* de empresas. Uma empresa constrói prédios...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É rolo, creio que é rolo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Porque é difícil.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É rolo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– É rolo, não é? Então pronto. Também estou achando a mesma coisa.

Solicito a V. Ex^a que peça que o nosso depoente permaneça na Casa, porque, se for necessária uma acareação, uma vez que há uma relação entre os dois, já poderemos fazê-la de imediato.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas vamos ouvir o Paulo Roberto em separado primeiro, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Claro, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – É claro.

Agradeço ao Sr. Ivo Marcelo Spínola da Rosa a sua participação, que foi muito importante para nós.

Os Advogados querem fazer alguma pergunta?

O SR. DAVI EVANGELISTA – Excelência, já estamos satisfeitos. Ficou registrado que os cheques eram usados inclusive para o pagamento de fornecedores. Então, estamos satisfeitos com todas as respostas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço. *(Pausa)*

Sr. Paulo Roberto Ribeiro e seu Advogado, Dr. Paulo Taques, que já assinou o termo de compromisso.

Sr. Paulo Roberto Ribeiro, a reunião pode ser aberta normalmente?

O SR. PAULO TAQUES – Sr. Presidente, ao tempo em que o cumprimento, aos Srs. Senadores e aos colegas Advogados, eu gostaria que a reunião fosse

reservada, atendendo ao pedido do meu cliente, para que se evite mais exposição do que ele já teve lá em Cuiabá, Mato Grosso, e para que ele também se sinta mais à vontade e possa colaborar com os trabalhos deste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Paulo Roberto, poderia fazer uma descrição do seu currículo, da sua vida, para que nós possamos conhecê-lo melhor?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com certeza.

Cuiabano, nasci em Cuiabá mesmo, aonde, há aproximadamente 17 anos, desenvolvo o ramo de comércio, serviços e representações, aonde eu tenho a minha empresa até hoje. São ramos diferenciados: construção, materiais, entre aspas, tudo o que é vendável no ato na revenda. Já estou há quase 17 anos nesse ramo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor mantém domicílio aonde?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Cuiabá mesmo; sempre em Cuiabá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então a atividade profissional do senhor é empresário?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim. Eu me considero como comerciante, o senhor entendeu? Mas pode ser como empresário também.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essa empresa de comércio e serviços, como é que se chama?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – São Benedito Comércio, Serviço e Representações Ltda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A São Benedito é construtora também?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É a mesma empresa?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – A mesma empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então a mesma empresa faz de tudo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Comércio, serviços...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – É um vasto objetivo social.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pode construir, vender, fazer comércio...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Pode.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Atualmente, vocês estão construindo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, em Cuiabá. Somente em Cuiabá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O que vocês constroem?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Ultimamente, nós tivemos umas reformas em creches e escolas junto à Prefeitura de Cuiabá mesmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só tem uma empresa.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Só.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essa empresa é dirigida pelo senhor.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim. Constam como sócios os meus pais, mas só figuram.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eles não trabalham com o senhor.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não exercem. O meu pai já é aposentado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor tem alguma relação com as empresas Dinâmica e Dismafe?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Dinâmica, nunca ouvi falar; Dismafe, conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas não tem relação?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Relação, o senhor diz, comercial?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Já vendeu para eles?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – E vice-versa. Eu vendi a eles e eles venderam a mim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece o Sr. Luiz Antônio Vedoin?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quem o apresentou?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O filho dele, no primeiro casamento, Lucas, estudava na mesma escola que o meu menino, até nisso, no meu próprio bairro, onde eu mais não resido, há quase dez anos.

Fomos apresentados... É que o colégio é muito pequeno, colégio de bairro, aonde nós nos conhecemos oportunamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É o Colégio Portal?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Portal.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como é que o senhor define a sua relação com ele?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Tive uma transação comercial com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para...

É que o advogado é advogado da testemunha, não é isso? Então me parece que, como pode haver uma acareação, seria interessante que o advogado não presenciasse o depoimento, não é verdade? Até porque ele não está aqui na condição... A testemunha que foi ouvida anteriormente, o Ivo Marcelo, não está aqui na condição de investigado ou algo semelhante. Não é verdade? Se vai haver uma acareação...

O SR. OTTO MEDEIROS – Senador, eu não ia nem... Daqui eu voltaria à Mesa se houvesse uma acareação. Eu não seria indelicado a ponto de voltar à sala, conversar com o meu cliente e voltar. Eu até já tomo a decisão de sair.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – É até uma questão ética, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor ficaria ao lado do seu cliente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece o empresário Sérgio, de Pontes e Lacerda?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não foi ele que o apresentou ao Sr. Vedoin?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor confirma a declaração do Sr. Vedoin de que, em setembro ou outubro de 2003, pagou a V. S^a R\$35 mil em dinheiro?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Na sede da Planam?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor já foi lá?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quantas vezes?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Duas a três vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em algum momento, o senhor falou para ele que precisava de R\$35 mil para despesas de campanha?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Nunca.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca foi pedida uma emenda da Senadora Serys?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não tenho vínculo, Senador, com relação à parte política da Se-

nadora. Não caberia a mim perguntar... Se ele disse isso, não tenho vínculos com ela.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor é casado com a filha dela?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com a filha dela, há dez anos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Dez anos de casamento?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Dez anos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor ajudou na campanha dela?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – A questão da Senadora sempre era muito batalhadora: boca a boca, pedir voto, o senhor entendeu? Correr atrás, batalhando “via familiarmente”. Até para mim, se o senhor me permite, é até complicado para mim. Eu já empresário há quanto tempo? Há muito tempo já desenvolvendo esse ramo. A Senadora, na época Deputada, sempre muito “guerrida”, principalmente com o Governo do Estado; eu, empresário, atuando no ramo da licitação, genro da Deputada, o senhor entendeu? Então, para mim, às vezes, era constrangedor, desculpando o termo, com todo respeito à Senadora e, é claro, à minha sogra. Mas, empresarialmente, determinados momentos “ficariam sendo difíceis” essas relações. A Senadora sempre teve... foi muito “guerrida” dentro do Estado. Não só questões de Estado; até questões nacionais. Mas, na época, como Deputada. Agora, com relação à campanha política, eu vou até revelar ao senhor: fui apoiá-la na candidatura ao Senado na última semana, “onde” eu pude fazer o mais discreto possível.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor nunca deu uma contribuição de campanha para ela?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não? Nunca ajudou?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, a não ser moralmente, é claro, e trabalho.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quer dizer que financeiramente o senhor nunca pagou uma conta de campanha dela? Nunca?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não, não. Nunca.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece o Assessor Policena?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Desde quando?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – A Senadora tomou posse em 2003, Senador. Eu acho que foi no mesmo ano para 2004.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quem o apresentou?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O gabinete mesmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quantas vezes o senhor veio para Brasília normalmente, por mês?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Senador, frequência não tenho. Nesses últimos... Somando os quatro anos, duas vezes, três vezes ao ano. Ao ano.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Três vezes ao ano. Para fazer o quê?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – E com relação... Desculpa. Com relação ao senhor “dizendo” como foi apresentado ao Policena, na época, se eu estiver equivocado com relação a datas, se não me engano, parece que o recesso... O recesso, não; o início dos trabalhos do Senado “começaram” no dia 17 de fevereiro de 2003 – ou 17 ou 19. Eu estive, no dia 17 ou 19, com a família, aonde a minha esposa ajudou a Senadora, recém-chegada a Brasília... Até ajudar a mobiliar o apartamento. Mobiliar em que sentido? Utensílios, coisas domésticas, de casa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A sua esposa trabalha em quê?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – É psicóloga, funcionária pública do Governo do Estado, concursada.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quantos filhos o senhor tem?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Dois, três anos e oito anos atualmente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como é que o senhor descreve a sua relação política com a Senadora? Muito boa? Boa? Média?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não. Graças a Deus, tranquilo, tranquilo. Debates, sim, política, porque, querendo ou não, a política tem que estar no meio da gente, principalmente dentro da nossa casa – minha casa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então é uma relação política boa, de debates.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor é do mesmo Partido da Senadora?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim. Sou filiado ao Partido. Eu me filiei – mais detalhes ao se-

nhor – em 99, quando a Senadora saiu candidata a prefeita, em Cuiabá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor já prestou alguma colaboração, ainda que informalmente, para o gabinete?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Aqui em Brasília?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Aqui em Brasília.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Conheço gente do gabinete...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não. Ajudou, alguma vez, em alguma coisa...

As pessoas, lá em Cuiabá, não lhe pedem ajuda? Venha cá, eu preciso da Senadora, eu preciso de uma audiência...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Ah, sim, sim!

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu preciso de uma audiência com o Ministro, eu preciso disso... Não usam...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Usam tudo quanto é tipo de...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como é que o senhor faz? O senhor liga para ela?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não. Eu encaminho, se for em Cuiabá, para a Regina Borela, que é a chefe do escritório de lá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tudo é com a Regina Borela?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Regina Borela.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor nunca ligou para ela?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Para a Senadora?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É, para pedir uma audiência?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não, não. Pedir audiência para alguém, para terceiros? Não, que eu me recorde, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nenhum favor?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Também não. Que eu me recorde, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essas emendas... O senhor, alguma vez, pediu alguma emenda para algum município?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não. Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Quem tem acesso somente a isso era a Regina... Era, não; é a Regina Borela, que é a chefe do escritório em Cuiabá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor nunca pediu nenhuma...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O senhor fala pedir e depois indicar o município ou alguma coisa...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É, algum prefeito...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vem cá, você é genro da Senadora...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Já encontrei muito prefeito em Cuiabá, certo? Já pediram, mas encaminho diretamente à Senadora ou principalmente à Regina.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Regina...?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Borela. É a chefe do escritório no gabinete.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tem um gabinete lá em...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Perdão, Senador. É um escritório, um escritório regional.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Um escritório político.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Isso, isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então é a essa Regina que você encaminhava. O prefeito vinha falar com você e você encaminhava para a Regina. É isso?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Quando foram... Pouquíssimas vezes que alguém me abordou, pedindo alguma coisa... Porque é aquela história. Falam para o senhor: é o genro da Senadora. Amanhã ou depois, tomando alguma coisa, você manda... Não, nada. Então você vai falar com a pessoa, fulana, cicrana.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor disse que freqüentava aqui o gabinete duas a três vezes por ano. Mais ou menos, duas ou três.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Talvez até mais. Ano passado, eu estava aqui, justamente nessa data, com o 7 de setembro. Este ano, eu estive aqui em meados de abril ou maio, Senador, quando a minha esposa... Vim “acompanhando ela”, porque ela veio fazer um curso via Governo do Estado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então vamos somar. São quatro vezes por ano?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Pode ser que sim. Volto a afirmar para o senhor: eu não tenho

certeza. Como eu posso falar para o senhor? Três, quatro, mas essa era a média.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Este ano...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Este ano, vim duas vezes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Uma meia dúzia de três ou quatro, não é?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece o Sr. Ivo Marcelo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Conheci.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Aonde?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Na Planam.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Quando?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Quando eu tive oportunidade de conhecer o Luiz Antônio – Luiz Antônio, é isso mesmo –, com relação à questão da transação comercial, eu o conheci no dia que eu fui na Planam. Eu cheguei na minha empresa, recebi um recado que era para “mim ir buscar o recebimento da venda” de uns equipamentos. “Foi a única vez que eu conheci o Ivo”, dentro da Planam.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor o conheceu dentro da Planam...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em outubro?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não, Senador. Foi antes. Foi em meados de... Eu não digo para o senhor se foi agosto ou setembro de 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Na Planam?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Planam.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Com o Sr. Luiz Antônio?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sozinho?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O Luiz Antônio não estava. No entanto, no dia que eu fui “buscar o recebimento”... Que eu fiz o negócio com o Luiz Antônio, certo? No dia que eu fui “buscar o recebimento”, “me abordaram”, dizendo que eu tinha que falar com o Ivo. E eu perguntei ao Ivo, porque eu fiz o negócio com ele, e ele me disse que o Luiz Antônio estava viajando.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor fez o negócio com o Ivo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor. Fiz com o Luiz Antônio, mas eu busquei o documento na mão do Ivo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Que negócio foi esse?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Venda de equipamentos hospitalares.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por R\$37.200?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – “Teve um quebradinho”: R\$37.220 e “alguma coisinha”.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Que equipamentos?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Eu até... Na hora oportuna, eu até rascunhei na mão... São equipamentos, como eu falo para o senhor, de difícil manipulação, porque eu não tenho isso. Esse equipamento... Deixe eu contar para o senhor só o início.

Eu já trabalho com o ramo da licitação há muito tempo. Então, o que aconteceu? Eu tinha esse equipamento em estoque. Na hora, quando eu o conheci, eu comentei...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas que equipamento hospitalar o senhor vende?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Na verdade, explico ao senhor: quando o senhor entra numa licitação, amanhã ou depois, eu estou habilitado.

Quando o senhor chega num órgão para pegar um determinado convite, ou carta-convite ou tomada de preço, vem a relação dos equipamentos. Com essa relação dos equipamentos, ela vem discriminada: A, B, C, como se compõe, o que é escrito, o que ele precisa.

Justamente é isso; a gente tem dois passos: primeiro, cotação externa, que é para fora de Cuiabá. Seria alguma distribuidora, até propriamente fábricas. Ou dentro do próprio domicílio, dentro de Cuiabá mesmo.

Esses que foram entregues para ele foram armários – armário de... Como eu falo para o senhor? Eu até fiz um esboço, Senador. Armários, cadeiras, escrivanhas, camas – essas camas para hospital –, suporte para soro... Eram coisas pequenas. Não tem nada de coisa complicada, aparelhos complicados. Isso aí eu não tenho, porque isso aí requer assistência técnica.

Então, quando entra um equipamento... Deixe imaginar um aqui que eu possa dizer ao senhor... Um aparelho de raio-x. Um aparelho de raio-x, o senhor não acha em qualquer esquina. Para a pessoa comprar, tem que estar credenciada ou no mínimo cadastrada...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por que ele comprou isso de você?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Explico ao senhor.

Na época, quando tivemos esse acordo... essa conversa, eu comentei com ele. Esse material estava para mim há mais de um ano e meio em estoque. De licitações passadas. Eu comentei com ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Aonde?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Nessa festa onde nós nos encontramos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Que festa?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Dia dos Pais, em agosto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, no Dia dos Pais, o senhor encontrou com ele, conversou com ele, dizendo que o senhor vendia equipamentos, é isso?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim. Deixe eu só acrescentar para o senhor.

Antes dessa conversa, o menino dele de nome Lucas sempre passava dias, às vezes, na minha casa, que é próxima, uma quadra e meia do colégio. Aí, essa oportunidade, o meu menino... Eu conheci o Lucas. Aí me apresentou ao pai. Aí eu o conheci pessoalmente. Foi aquela conversa... Como eu digo para o senhor? Conversa de negócios, de compra e venda, de transação comercial.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E ali o senhor falou que vendia material hospitalar?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Eu ofertei a ele, porque, na verdade, volto a afirmar ao senhor: eu tinha esses materiais em estoque. Aproveitando a oportunidade que “o mesmo” já trabalhava nesse ramo...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor já o conhecia antes?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O Luiz Antônio?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor. Ah, de nome, sim. Pessoa, de conhecer, cumprimentar, bater papo, não, senhor. Foi a primeira vez.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ah, o senhor o conhecia de nome, sabia que ele tinha uma empresa de ambulâncias?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim. Equipamentos hospitalares e ambulâncias.

Volto a afirmar ao senhor. A gente está há quê? Quinze anos no ramo. Querendo ou não, o senhor acaba se não conhecendo, no mínimo ouvindo quem são essas pessoas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como é que você justifica uma empresa que fabrica ambulância, ambulância não precisa de mesa e cadeira, armário... Como lhe veio a idéia de vender armário para quem produz ambulância?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Explico ao senhor.

Só quero mostrar para o senhor que essa é a empresa “aonde” o “objetivo social” consta...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não, não estou discutindo. O seu “objetivo social” eu entendo: você vende de tudo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foi alterado o seu “objetivo social”?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor. Aqui...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – De que ano é a firma de construção?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Essa aqui é de 2000. Houve uma alteração em 2000, mas não disso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não é essa a questão. Eu já entendi que a sua empresa vende todas as...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Quase tudo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu só não consigo entender como é que uma empresa que fabrica ambulância vai comprar armário. É isso que eu não consigo entender.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Deixe eu explicar para o senhor. Eu vou “chegar para o senhor” detalhadamente...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Armário para quê? Armário de parede?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não. São hospitalares. É tudo material hospitalar: armário, cadeira, suporte para soro, estufa, cama, escrivaninha e tem mais outros que, com toda a sinceridade para o senhor, não me lembro de todos de cabeça. Mas eu explico ao senhor.

Eu tenho um fato... Esse aqui são vários cadastros que eu tenho, Senador... Desde 2003, sou cadastrado no SIAFI. SIAFI é um sistema federal, e eu sou habilitado a vender em todo o País, só que o seguinte: na hora da pressa, eles não queriam me fornecer o CRC inicial. Mas aqui eu trouxe um que consta desde 2003, que eu já sou cadastrado.

Eu mostro para o senhor, porque o senhor está dizendo: mas uma empresa que vende ambulância, como ela vai vender cadeira? Explico para o senhor. No entanto...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Paulo Octávio, eles vendem uns ônibus também, lá em Boa Vista, ônibus vendidos por eles lá. Dentro desses ônibus tem armário, tem cadeira, tem coisa assim... tipo hospitalar dentro dos ônibus.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim. São as unidades...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – ...de atendimento móvel ou móvel de atendimento, uma coisa assim.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com toda a sinceridade, Senador. Na hora da venda, a gente não procura saber a procedência, se é ou não é. O senhor entendeu?

Aqui, meio que mudando de assunto com o senhor, até tem uma licitação “aonde”, creio eu que, além da birra que eles têm – ou birra ou raiva – com a Senadora, ou, em parêntese, agora, no exato momento, a minha sogra, aqui consta todo um processo licitatório que eu entrei, eu ganhei, e o senhor vai ver que aqui não tem ambulância. Aqui o senhor vai ver aparelhos...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esse processo, de onde é?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Esse aqui foi um processo da Prefeitura de Pontes e Lacerda. Na época, eu estava construindo um hospital, a minha construtora estava construindo um hospital e teve essa licitação.

Eu volto a afirmar ao senhor: eu não consigo ver, buscar essas, amanhã ou depois, o “motivo de qual” essas inverdades ou seja lá como queiram nomear...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece o Sr. Ivo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O Ivo... O Ivo da Planam? Conheço, conheço. Sei quem é. Estive com ele... Ele é que me entregou o documento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O documento de quê? O cheque?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O cheque.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor esteve com ele quantas vezes?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não entendi.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quantas vezes o senhor encontrou com ele?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com o Ivo? Uma vez.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Uma vez?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Uma vez. Foi a vez que eu recebi na mão dele.

Agora, explico ao senhor. Eu disse ao senhor que fui lá duas ou três vezes encontrar... Eu fui lá pessoalmente, porque recebi um recado para ir buscar o meu pagamento. Eu busquei, procurei o Luiz Antônio. “Não, é para procurar o Ivo.”

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ah, nesse dia, o Luiz Antônio não estava?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor. Estava em viagem.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor foi pegar um cheque?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Peguei com o Ivo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pegou o cheque com o Ivo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Fez o que com o cheque?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Aí a primeira coisa que eu verifiquei foi o valor e nisso eu saí dali e fui na Caixa Econômica, na agência... Agora o senhor me perdoa, mas na avenida do CPA antigo, onde era a Justiça Federal antigamente, em Cuiabá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E aí?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Desse cheque, eu ia fazer o depósito na conta da minha empresa, na São Benedito, essa onde o senhor está constando o contrato social. Eu fui para fazer o depósito e motivo, acho que coisa de dois dias, eu iria viajar, certo? E aconteceu da seguinte maneira: eu pedi para eles fazerem uma TED para a minha empresa, mas eu, desprovido de documentos da empresa, se eu colocasse nominal à empresa, como eu provaria que eu seria representante, proprietário, algum vínculo com a empresa? O que eu fiz? Eu “coloquei ele nominal” a mim mesmo, endossei no verso e transferi uma TED para a conta da empresa. Aparece aqui o valor e a data.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senador Paulo Octávio, cite para nós aí o valor correspondente e a data dessa transação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vou passar para V. Ex^a o documento, uma TED do Banco do Brasil, de R\$37.200, no dia 15.09.2003.

A sua conta é 5838-6?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, senhor. É da empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A conta estava devedora?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – (*Risos*) Infelizmente. Mas eu acho que estava dentro do limite.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor depositou o cheque na sua conta, nessa data.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Foi, na conta da empresa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senador Paulo Octávio, confirme se o cheque é da Caixa Econômica Federal para nós.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não há como conferir nessa TED.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas eu digo “perguntando para ele”.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já confirmou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele confirmou. Está no próprio depoimento dele.

O Sr. Luiz Antônio declara que as cidades beneficiadas com as emendas teriam sido escolhidas pelo senhor. O senhor confirma?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não tem nenhum contato com esses prefeitos desses municípios escolhidos?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Porque, constantemente ou não, logo depois dessas datas, foi apresentada uma emenda pela Senadora, no valor de R\$700 mil, beneficiando os municípios. E essa emenda tem conotação com o caso. Então o senhor não pediu, não designou cidades para a Senadora Serys?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não digo ao senhor nem autonomia; não tenho vínculo político.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, fica autorizada a quebra do sigilo bancário, para confirmarmos.

E esse material que o senhor vendeu foi entregue...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sem nota fiscal?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Infelizmente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor faz as vendas sem nota fiscal?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não. Deixe explicar para o senhor.

Na hora oportuna, quando recebi o cheque em mãos, eu perguntei: com relação ao documento fiscal, o que eu faço? “Não, oportunamente, o Luiz Antônio entra em contato contigo.”

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E esse material, o senhor acha que foi para onde? Com

a sua experiência, foi para onde esse material? Está lá na Planam?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não tenho, não tenho, não sei...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Se eu quiser comprar alguns armários, você tem para entregar?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Pronta entrega, mais não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Você tinha isso por quê? Você tinha comprado e tinha ficado lá?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Tinha em estoque há mais de um ano, um ano e meio; esse material parado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Você comprou?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Como consta aqui – não sei se consigo mostrar ao senhor –, sou cadastrado na Fundação de Saúde de Cuiabá, na FUSC, na Universidade Federal aonde é o hospital Júlio Miller e demais outros órgãos onde caberia a questão da licitação de material hospitalar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Passo, então, aos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor conhece o empresário Sérgio, de Pontes e Lacerda?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Conheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual é nome dele completo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sérgio Henrique Ribeiro Dias.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E ele trabalha em... Qual é a empresa dele?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Na época em que eu o conheci, nesse hospital que eu disse ao senhor que fiz, em Pontes e Lacerda, Construtora São Jorge, se não me engano, Senador. Ele fez a primeira etapa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele estava presente quando o senhor concretizou a transação com a Planam?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor. Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele nunca foi à Planam junto com o senhor?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Comigo, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas, de alguma forma, o senhor o encontrou na Planam alguma vez?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Encontrar que o senhor fala é dentro da Planam?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Que eu me recorde, não, porque eram “vezes” rápidas. O senhor chegava lá, geralmente coisa que eu fui, essa primeira vez, que eu disse ao senhor, foi do recebimento, certo? Dessa segunda, onde teve todo esse transtorno...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual transtorno?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Explico ao senhor.

Na época oportuna, estava fazendo essa obra do hospital municipal lá. O que aconteceu? Apareceu essa licitação aonde vendiam esses equipamentos hospitalares, aonde a minha empresa era habilitada. Eu comprei o edital e ganhei. Só que, depois de ganho, eu recebi uma ligação do Sr. Darci, meados de dezembro de 2004 – isso daí em 2004 –, dizendo o seguinte... que eu atrapalhei o negócio deles. Não, eu comprei... Ou melhor, eu entrei numa licitação e ganhei. “Onde aqui tem” todo o processo licitatório, onde aparece a minha empresa, aparece a Planam e a outra empresa que eles usavam... Aqui constam todos.

Aí o Sr. Darci me ligou, eu estava na minha casa, não me recorde o dia da semana... Nessa época, o meu menino tinha o quê? Um ano. O mais novo. E eu esperando a babá chegar. Tocou o telefone, era o Sr. Darci, já com um tom de voz agressivo, dizendo que eu entrei no negócio deles. Eu falei: “Não, não estou sabendo de nada”. “Não, entrou, entrou, entrou. Você vai ter que sair.” Falei: “Não”. E “começou” palavras indecorosas. No entanto, eu parti e disse para ele assim: “O senhor está me ameaçando?” Ele falou: “Sim. O que for preciso eu te faço”.

Coincidência ou não, na hora, o meu menino caiu. E eu falei assim: “Homem, o senhor não ameaça por telefone, o senhor ameaça pessoalmente”.

O que aconteceu? Desliguei o celular. Na época oportuna, não é nem esse número que eu tenho. Na época era um outro número – eu até trouxe o aparelho, caso o senhor precise. E eu disse para ele o seguinte: “Homem, o senhor não ameaça por... o senhor ameaça pessoalmente”.

E, nisso, posterior, algum tempo... Na época, esse aqui: 9981-11-38. Na época. Hoje, eu nem uso mais. Ele está desligado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor atribui essa acusação, então, a esse fato.

O senhor supõe que foi isso, não é? Houve uma desavença, uma agressão gratuita. E agora que eles explodiram resolveram enfiar o senhor no meio.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Explico para o senhor.

Aí, o que acontece? Eu fui até a Planam. Aí, já conto aos senhores, mais uma vez, que eu fui lá.

Quando eu cheguei lá, quem estava era o Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas isso já em 2004.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Em 2004.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito tempo depois.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Já. Depois de todo o fato acontecido, um ano depois. Depois disso, eu perdi contato.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E nisso a Senadora Serys já havia colocado R\$700 mil de emenda em 2003?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, em 2003.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E, como a praxe, segundo os Vedoin, é de 10%, R\$35 mil teriam sido pagos em dinheiro. Mais R\$37.200, seriam mais ou menos 10% mesmo, não é? É só uma ilação, naturalmente.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – É claro. Mas não sei onde está esse dinheiro.

Finalizo para o senhor: eu fui até a empresa e falei; eu fui e justifiquei com o Luiz Antônio: “Que estória é essa de ameaça?” “Não, é um mal-entendido.” Tanto que ele pegou o telefone e ligou para o Sr. Darci. No que ligou para o Sr. Darci, ele falou: “Não, é um mal-entendido, eu estava de cabeça quente”. No entanto, olhe aqui: a licitação foi cancelada. Ela foi reaberta na próxima gestão, em 2005. Aí, vou ser sincero para o senhor, porque não entrei mais. Aí larguei de mão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E qual foi a terceira vez que o senhor esteve na empresa?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – A terceira vez, volto a afirmar ao senhor que foi... A segunda... Eu não estou “colocando para o senhor a colocação” de primeira ou segunda. Talvez essa, quando... Talvez não. Essa vez, quando eu fui pela última vez, em 2004, deve ter sido a terceira. A segunda... Eu acho que fui para ver se conseguia vender mais material mesmo, porque, “posterior”, em 2004, “encontrei novamente ele”. Eu, geralmente, “encontrava ele” em festas de colégio ou coisa parecida.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E a Planam adquire material hospitalar.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Adquire.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E vende também material hospitalar.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Vende.

Creio eu que sim, porque ele comprou de mim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A praxe é comprar material diretamente da indústria, de uma distribuidora, ou comprar de um revendedor?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O senhor diz a mim?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– É a praxe comercial. O senhor, como comerciante, vai comprar de intermediário?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – É porque às vezes o atacadista chega a ser mais barato do que o próprio fabricante.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Perfeito, mas o senhor não é atacadista.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não senhor. Eu digo eu comprar.

Volto a afirmar ao senhor: quando eu ofertei o material, foi uma oportunidade do ramo dele e “aonde” eu tinha isso parado. Como se diz: o senhor joga verde para colher maduro. Se ele comprar de mim, melhor. Ele foi e comprou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, essa venda foi, digamos assim, iniciada numa festa de meninos.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O início...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– No começo foi lá...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O começo foi por aí.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Vedoin disse que não comprou. No entanto, o senhor diz que vendeu, mas a nota o senhor não tem. Mas o senhor tem o termo de entrega?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Na época oportuna, eu passei um documento via fax para ele, onde relacionava esse material.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor tem a cópia desse fax?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Em mãos...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Com o comprovante de recebimento?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor. Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Para facilitar, Senador Demóstenes.

O senhor tem uma empresa com quantos funcionários?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Hoje, atualmente, eu estou com sete pessoas no administrativo; o restante são terceirizados, porque, atualmente, só estou fazendo obras.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, sete pessoas.

Algumas dessas pessoas trabalhavam com o senhor em 2003?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não. Na época, nenhuma. Infelizmente, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Deve ser um equipamento grande, não é? Trinta e dois mil reais em armários é muita coisa.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – É porque são valores, Senador, são valores. Tem cama lá que custa... Apesar que hoje é complicado...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Mas, de qualquer forma, era um caminhãozinho, não é?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – É, tem que ser.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Esse caminhão saiu do seu depósito e foi para o depósito da Planam.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Saiu. Foram eles que carregaram.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Eles foram buscar?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Eles foram buscar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas alguém entregou.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Alguém entregou, sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essa pessoa que entregou poderia testemunhar?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Se o senhor falar para mim, o senhor vai achar que é mentira da minha parte. Eu tenho esse funcionário, mas infelizmente o mesmo já faleceu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– (*Risos*) É o Celso Daniel!

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – (*Risos*) Infelizmente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então não há mais ninguém que tenha visto isso?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não. Na época, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O material estava no seu depósito, foi lá o caminhão da Planam...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O meu escritório é um barracão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ou seja, não tem a nota fiscal nem tem um comprovante de venda?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Tenho a entrada...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pode perguntar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O senhor não tem a nota de compra? Quando o senhor comprou esse material. O senhor não tem essa nota?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – É quase certeza que sim. Quase certeza, não; tenho que ter. E isso já tem três anos. Uns quatro a cinco anos, mais ou menos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para mim, está de bom tamanho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Posso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Obrigado, Presidente.

Sr. Paulo Roberto, o senhor traz uma novidade que até então nem este Conselho e muito menos a CPI tinham conhecimento: um diálogo pouco amistoso entre o senhor e, pelo que eu entendi, o Sr. José Darci Vedoin, não é isso?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ao telefone. O senhor nos diz que ele lhe fez uma ameaça?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por conta de uma licitação de que o senhor participou, ganhou, e ele achou que interferiu nos negócios dele.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim. Está aqui todo o processo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E esse processo... O senhor vai deixar cópia com o Relator?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim. Fique à vontade. Fica na mesa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor mesmo confirma que depois esteve na empresa e apaziguou tudo, não foi?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, eu fui. Eu me senti ameaçado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas depois se sentiu apaziguado.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Aí é que eu digo ao senhor: Senador, confortável... Relação comercial é relação comercial, o senhor entendeu? Dali por diante, eu não tive mais nada com eles.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E mudou de ramo até.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor. Não. Hoje consta a minha empresa, a mesma coisa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não. Esse ramo hospitalar aí, o senhor largou de mão. Não foi isso que eu ouvi ainda há pouco?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim. Mas acontece que a cada dia que passa as coisas estão se dificultando mais. A licitação...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas não foi por isso então que o senhor desistiu do ramo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Se eu falar para o senhor que foi isso...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Oficialmente, o senhor não desistiu do ramo, não. Pela alteração do ano 2000, que ainda permanece em vigor, que o senhor mesmo apresentou, o senhor ainda está no ramo.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Ela está aqui. Se hoje aparecer algo que me interesse, que eu possa entrar, eu sou habilitado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor não saiu do ramo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas parou de fazer operações. É isso? Desistiu de fazer...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Parei de mexer com esses produtos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, é isso que eu quero saber.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Isso, isso, isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em que ano?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Em 2004 para 2005.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E quando foi esse telefonema complicado?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Final de 2004. Foi posterior a isso; um dos motivos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Esse foi um dos motivos pelos quais o senhor se afastou desse negócio.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – A firma já tem um tempo no Estado, a gente ouve falar. Pelo sim, pelo não, a gente ouve falar das empresas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Muito bem. Até então, nenhuma versão tinha aparecido desse lado pouco cavalheiro do Sr. Vedoin. Por isso eu estou espantado com essa novidade.

Vamos aos fatos que o trazem aqui: depoimento do Sr. Darci e do Sr. Luiz Antônio, que teria conversado com o senhor a respeito de emendas da Senadora

Serys; que, na conversa com o senhor, teriam fechado um acordo dos 10%, cujas emendas seriam no valor de R\$1 milhão ou mais – passariam de R\$1 milhão. Ao final, fechou-se em R\$700 mil, e de fato saíram as emendas no valor de R\$700 mil. Essas emendas foram para seis municípios que eu agora não me recordo os nomes e foram distribuídas em valores iguais de R\$104 mil.

Estou dizendo isso porque ele nos disse que foi acertado tudo com o senhor, tudo. Todos esses detalhes teriam sido acertados com o senhor.

Então, seguindo, seriam R\$104 mil.

Depois de aprovadas as emendas no valor de R\$700 mil, o senhor recebe o concernente a esse valor – é claro que não tudo, porque a emenda não estava ainda deliberada –, R\$35 mil em dinheiro, entregue na sede da Planam.

No momento da entrega, testemunhas oculares dessa entrega, além do Sr. Luiz Antônio, que passa envelopes para o senhor, o Sr. Paulo Roberto mais o Sr. Sérgio, que agora o senhor acrescenta mais dois nomes: Ribeiro...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Henrique.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sérgio Henrique?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sérgio Henrique e mais o Sr. Ivo Spínola, que disse que ficou por alguns segundos, mas o suficiente para assistir à entrega dos envelopes. E não podia precisar quanto havia ali dentro. E as poucas palavras que ainda ouviu eram referentes ao pagamento do acordo das emendas.

Essa é a versão que pesa contra o Sr. Paulo Roberto Ribeiro.

Sr. Paulo Roberto Ribeiro, por favor, sobre esses pontos que listei, o senhor concorda com algum deles no todo, em parte ou em nenhum sentido?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Nenhum.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, só para ficar registrado aqui, no seu depoimento, o senhor terminantemente recusa essa versão na sua íntegra?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Certo. Absolutamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Agora vamos para a sua versão.

A sua versão é de que, sendo empresário, cuja empresa tem muito mais do que uma finalidade, além de construção, trabalha também com vendas, aliás o senhor se sente mais comerciante do que outro tipo de empresário, o senhor vendeu equipamentos, apresenta para nós parte... Disse que tem um fax. Esse fax

virá para nós aqui, para o Relator? Da entrega desses equipamentos?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O senhor fala hoje ainda?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não sei se hoje ou amanhã. Mas o senhor tem condição de fazer chegar às mãos do Relator?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas seria o fax com comprovante de que foi recebido.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É, porque não adianta vir para nós um fax dizendo assim: dez cadeiras, vinte mesas, três armários...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sem comprovante de que a empresa recebeu o fax.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tem que ser uma coisa dizendo: isso aqui é para entregar nas mãos de fulano de tal, no endereço tal. Tem que ser mais ou menos isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o fax recebido; o recibo eletrônico.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O emitido e o recebido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quero saber se o senhor tem como nos dar um documento, dizendo que entregou esses equipamentos.

A testemunha que viu infelizmente já faleceu. Quem mais poderia falar, além do senhor, sobre isso?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Explico ao senhor.

Na época, no ramo da revenda, o senhor tem que ter o menos possível pessoal. Não tem necessidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, eu sei. Certo.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Desde pequeno, trabalhei, fiz de tudo. Agora, acontece da seguinte maneira... O que aconteceu? Só nessa época... A presença fui só eu mesmo. Na época quando foi, eu tinha duas secretárias...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só um instantinho. *(Pausa)*

Mas o diálogo, a gente pára aqui, não é, Presidente?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pode continuar; não tem problema.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Bom, eu estou querendo cumprir com o critério do Conselho.

Enquanto aguardamos um pouco, queria saber do Senador Paulo Octávio, e até fiz essa pergunta ao

Presidente e ao Senador Demóstenes... Em vista de que já podemos ter a possibilidade, inclusive, de o relatório sobre o Senador Ney Suassuna em fase de apreciação no dia 21, eu faço essa pergunta para definirmos o calendário de trabalho: se o Senador Paulo Octávio e o Senador Demóstenes visualizam o prazo, porque eu preciso também viajar, mas eu queria ter uma agenda minimamente estabelecida.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – No meu caso, o Lino Rossi não veio. Então, vai depender da oitiva dele ou pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público Federal ou pela CPI. Nós precisamos do depoimento dele.

Segundo, eu solicitei três diligências: o cheque da EPP, Enir não sei o que lá EPP; o comprovante do Detran das transações referentes ao veículo e uma declaração da empresa quanto ao recibo, como ela transportou esse veículo, quanto recebeu – lá está R\$750 –, onde entregou, para quem entregou. Então, preciso desses detalhes. O Sr. Presidente vai marcar na próxima terça-feira a oitiva do Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Na terça-feira, teremos a oitiva do Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Certo.

Eu apresentei solicitação para ouvir os Srs. José Luis Cardoso, que é quem constava como dono do veículo – temos o endereço dele no documento do Detran que nos foi fornecido –, a Sr^a Enir Rodrigues de Jesus, que me parece que é uma “laranja”, e o Sr. Hazenclever, que é o chefe de gabinete. Deixaríamos o Senador Magno Malta após a conclusão de todas as diligências. Feitas as diligências, ouvimos o Senador e já podemos fazer isso. Então, não depende mais de mim. Depende da conclusão das diligências e da oitiva do Deputado Lino Rossi.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – E o plano de trabalho do Senador Paulo Octávio?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É o mesmo caso. Estou apresentando requerimento para solicitar a presença do Sr. Policena e da Sr^a Maria Estela. Estamos aqui enfrentando contradições muito grandes. Os três depoimentos são diferentes. Precisamos fazer uma acareação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Precisamos fazer uma acareação entre os três.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Interessa para o Senador Paulo Octávio convidar o Sr. Sérgio?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Agora já foi esclarecido quem é o Sr. Sérgio e onde pode ser encontrado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Agora já sabemos o nome dele e vamos chamá-lo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu acho que vale a pena também.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vamos ter muito trabalho pela frente. Não podemos precisar o tempo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tudo bem. Só gostaria de ver se há possibilidade de estabelecermos um roteiro, porque estamos em uma correria de reta final. Só gostaria de saber se poderíamos pactuar pelo menos em que dias, nesse correr do mês de setembro, teremos as oitivas. Na próxima terça-feira, nós já temos. Poderíamos talvez marcar para todas as terças-feiras do mês de setembro. Eu também gostaria de ter uma agenda mais fixa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É muito razoável. Queria solicitar ao Presidente que nos reunamos todas as terças.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Se o Presidente concordar com isso, fico feliz.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em princípio todas as terças-feiras, e em uma terça-feira diríamos o que vai acontecer na terça seguinte.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Poderíamos nos reunir às terças e às quartas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ótimo! Em dois dias podemos concluir vários pontos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Solicito ao Sr. Presidente que passemos à acareação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, ainda não conclui.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim, apenas quero que a parte da imagem... A imagem já foi feita. Peço à assessoria que me informe quando puder reabrir os trabalhos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Queria solicitar ao Senador Sibá Machado que passemos à acareação. Já estamos sendo convocados para a sessão do Senado. *(Pausa)*

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Já podemos retomar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Paulo, a sua empresa trabalha até que limite, em dinheiro, em espécie, para alguns pagamentos de emergência, seja para receber ou para pagar?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Hoje, atualmente... hoje...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sempre. O senhor tem um limite para circulação de dinheiro em espécie?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não, não, não tenho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas chegou à faixa de R\$50 mil, por exemplo? Tem isso em mãos, seja para pagar, seja por recebimento?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Até R\$10 mil, R\$5 mil? Quanto mais ou menos?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Essas faixas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Até R\$10 mil é possível encontrar?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas R\$35 mil jamais?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Para ganhar tempo, suspendo e podemos ir para a acareação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A empresa do senhor é de que porte?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Micro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor negocia até qual valor? Uma micro empresa negocia no valor de até quanto?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – A área contábil, vou ser sincero para o senhor, que eu fico a desejar em algumas coisas. Mas são valores onde eu possa comprar, ter o capital para mim (*sic*) comprar esse produto. Você entendeu?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o capital da micro empresa... O senhor é enquadrado no Simples, então?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não. Já saí dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor não é micro mais?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Volto a afirmar ao senhor, na área contábil deixo a desejar em algumas coisas, mas eu era cadastrado no micro, mas agora, com a questão do imposto acumulativo, deixei de sair.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Área contábil, o senhor quer dizer que é sonegador?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não!

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o que quer dizer que o senhor deixa a desejar?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – As minhas informações. É o contador. A minha obrigação é correr atrás e vender.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Está bem. Entendi.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Demóstenes Torres, antes da acareação, queria dar a palavra aos advogados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Advogados tem alguma pergunta a fazer? (*Pausa*)

Nenhuma.

Solicito à assessoria que tome as providências para procedermos à acareação. (*Pausa*)

O SR. PAULO TAQUES – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim.

O SR. PAULO TAQUES – Só quero que fique registrado que o Sr. Paulo Roberto entregou à Comissão o extrato bancário da conta da empresa referente àquele período.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Está registrado, mas precisamos ter o termo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O extrato da conta corrente foi entregue. Está aqui.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Até porque nós vamos precisar do cheque. Precisamos da autorização da quebra para que a Caixa, o Banco do Brasil, tente descobrir o cheque, porque, se existe um depósito nessa data, esse cheque pode ser de qualquer um. Necessariamente não é do Sr. Ivo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Paulo Octávio, para a acareação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Voltamos a convidar o Sr. Ivo para que possamos esclarecer alguns pontos. O primeiro é que o Sr. Paulo Roberto apresenta um extrato de conta que tem um depósito de R\$37,2 mil no dia 15 de setembro de 2003. Queríamos saber se o senhor lembra alguma coisa desta data, 15/09?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, Excelência. Inclusive já cedi autorização para quebra do meu sigilo, justamente por não me lembrar desse fato.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor já autorizou a quebra do sigilo?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Já autorizei. A Secretaria já pode confirmar para o senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Paulo Roberto afirma que esteve com o senhor apenas uma única vez.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim, confirmo também, uma única vez que tivemos na Planam.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor hoje nos falou que nessa única vez que o senhor esteve com o Sr. Paulo Roberto o senhor assistiu à entrega a ele, pelo Sr. Luiz Antônio, de valores.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim, em espécie.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quanto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não sei, Excelência. Não conferi. Não contei. E saí da sala quando foi entregue.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor afirma que viu o Sr. Paulo Roberto receber valores em espécie?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em que data?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Essa ida na Planam... Foi em 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nessa data mais ou menos do cheque?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Mais ou menos, mais ou menos. Era o segundo semestre de 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então estava na sala o Luiz Antônio, o Paulo Roberto e o Sérgio e o senhor entrou?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, eu estava na sala.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor saiu?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Estava eu e o Luiz Antônio quando entrou o Paulo e o Sérgio, de Pontes e Lacerda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O que o Paulo Roberto tem a dizer sobre isso?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não. Inverdade. Não foi isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor declara que é inverdade? O senhor não teve essa reunião com o Luiz Antônio?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor teve a reunião com quem na Planam?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – No dia do pagamento do cheque?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Peguei com o Ivo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, o senhor esteve com o Sr. Ivo para pegar um cheque?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor deu um cheque para ele?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Excelência, era muito mais fácil eu afirmar que eu entreguei o cheque, porque, se existe o cheque, era mais fácil eu sustentar aqui que existe o cheque do que eu dizer que foi uma reunião com o meu cunhado, não é?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então o senhor reafirma que não entregou um cheque para ele?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, não entreguei, porque, se eu tivesse entregado o cheque, era muito mais fácil para mim afirmar: “Olha, eu entreguei o cheque. O cheque existe. O cheque é meu.”

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Alguma vez o seu cunhado lhe informou sobre uma compra de materiais hospitalares do Sr. Paulo Roberto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Nem dele, nem de ninguém. Eu nunca conversei com o meu cunhado sobre compras, dificilmente eu conversava com ele sobre compras. Quando eu ia conversar com o meu cunhado, eu tratava com ele especificamente do projeto que eu tocava.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele nunca lhe falou sobre ter comprado algo do Sr. Paulo Roberto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele nunca falou desse cheque para o Sr. Paulo Roberto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Também não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele fez algum comentário sobre o Sr. Paulo Roberto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Quando Paulo Roberto esteve lá, ele me apresentou como genro da Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca mais comentou?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor nunca mais viu o Sr. Paulo Roberto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Também não. Aliás, eu vi o Paulo Roberto agora aqui. Se eu passasse pelo Paulo na rua, não saberia nem que era ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Porque foi em 2003.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Foi muito rápido. Foi uma questão de 10 a 15, 20 segundos, no máximo, que nós...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vinte segundos?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Foi. Ele entrava na sala e eu saía.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Espera aí, mas em 20 segundos o senhor viu a entrega do dinheiro?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Ele entrou na sala, o Luiz Antônio disse “Está aqui o dinheiro”, o Paulo...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só para recapitular, ele entrou na sala, foi entrando na sala...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu estava saindo e ele entrou...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Aí o Luiz Antônio estava entregando o dinheiro para...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – ...ele entrou e falou: “Paulo está aqui, está aqui o dinheiro”. Aí falou: “Ele é o genro da Senadora.” Eu falei: “Você é casado com quem? Porque eu conheço o marido da Natasha, que é a filha da Senadora.” Ele falou: “Sou casado com a Larissa.” Eu falei: “Ah, foi um prazer.” E eu saí da sala.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E viu o dinheiro?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim, o dinheiro estava em cima da mesa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Estava em cima da mesa?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Estava em cima da mesa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Volume grande... Então o dinheiro estava em cima da mesa?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E dava para ser contado? Ia ser contado?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não sei porque eu saí da sala e deixei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então eu queria entender. O dinheiro estava em cima da mesa...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...o senhor viu 15 segundos. Então o senhor não viu o Sr. Luiz entregar o dinheiro ao Paulo. Eu preciso saber só se o senhor viu a entrega do dinheiro ao Paulo, porque dinheiro na minha mesa... Se eu chegar no seu gabinete ou chegar no gabinete do Senador Demóstenes, posso ter dinheiro na mesa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – De jeito nenhum. *(Risos)*

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O dinheiro na mesa não quer dizer exatamente que foi para ele. Quero saber se o senhor viu Sr. Paulo pegar o dinheiro.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Ele disse: “O dinheiro está aqui, Paulo.” E eu saí da sala.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Da outra vez o senhor disse que tinha um envelope, que ele colocou o dinheiro no envelope e entregou...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – O dinheiro estava dentro do envelope.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Senador está dizendo o seguinte: isso tudo em quinze segundos? Só para contar a história, o senhor gastou uns dois minutos.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Quando eu falo de forma figurativa... porque eu levantei, eu estava saindo da sala. A minha conversa com o Paulo foi estritamente: “Esse é o genro da Senadora Serys.” Eu perguntei com quem ele era casado, porque eu falei que eu conhecia o marido da Natasha. Ele falou que era casado com a Larissa. Eu me apresentei e saí da sala. Foi... A conversa minha com o Paulo foi restrito a esse diálogo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então foi essa a única vez?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Foi.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não entregou o cheque. O senhor não se lembra de ter dado cheque para ele.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, cheque não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor confirma esse encontro?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, confirmo o encontro na Planam na época do cheque.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Está bom. Vamos esquecer, então, o encontro que o Sr. Ivo coloca que foi na Planam e em que havia o dinheiro na mesa, quando o senhor recebeu o dinheiro.

Vamos agora ao seu encontro. Como foi o seu encontro com o Sr. Ivo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – No dia 15 de setembro, quando fui buscar o pagamento, certo? Fui até a Planam e peguei o documento com o Ivo, o cheque. No entanto, oportunamente, perguntei do Luiz Antônio e ele me disse que estava viajando.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando tempo o senhor ficou junto com ele? Conversaram?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não, não. Eu não me lembro desse fato da pergunta.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual pergunta?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com relação a qual filha, quem é a minha esposa, mas garanto para o senhor que foi mais de minuto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele tem uma sala na Planam? Ele tinha uma sala?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Desconheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como o senhor chegou na Planam?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Eu cheguei na recepção e pedi para procurar pelo Luiz Antônio. Aí disseram que o Luiz Antônio estava viajando. Eu falei: “Paulo Roberto que ligaram...” “Não, você fala com o Ivo.”

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Aí o senhor falou com o Sr. Ivo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Fui e falei com o Ivo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Onde?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Na Planam, ali na recepção.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não foi em sala? O senhor não entrou em sala nenhuma?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não. Acho que foi até na própria recepção. Foi coisa rápida. Garanto ao senhor que foi mais de 20 segundos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Entrou, perguntou pelo Sr. Luiz, que não estava. Estava o Sr. Ivo...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Aí eu me identifiquei “Paulo Roberto”

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – “Aquele negócio e tal.”

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Certo. Isso. Que ligaram para mim falando: “É para pegar com o Ivo.”

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E, quando o senhor esteve lá da outra vez, como foi isso? O senhor esteve lá nessa época outra vez acho até que para vender mais. Nessa vez o senhor falou com ele de novo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não, isso... Da outra vez foi posterior.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim, mas o senhor esteve lá outra vez. Lá o senhor se encontrou com quem da outra vez?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Também não tinha ninguém. Na época não tinha ninguém lá. O Luiz Antônio, a próxima vez que encontrei o Luiz Antônio, pessoalmente, olho no olho, foi no próximo encontro no colégio. Os encontros que ele tinha geralmente eram lá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, só para terminar essa parte. Nesse encontro, o senhor se encontrou com o Sr. Ivo, na recepção...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...e ele entregou o cheque...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor falou “Muito obrigado.”

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim. Perguntei com relação à questão do documento fiscal, certo? “Fala com o Luiz Antônio.” Porque até aquele exato momento o Ivo era o intermediário. Nunca fiz nada com o Ivo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não conhecia o Sr. Ivo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor foi apresentado nesse momento?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim. Para falar para o senhor que eu não conhecia, eu via muito o Ivo na televisão na época que ele trabalhava na TRE

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, temos, só para esclarecer, duas versões: uma versão do Sr. Paulo, que foi à Planam apenas para receber o cheque entregue pelo Sr. Ivo, e a versão do Sr. Ivo, que viu o Paulo Roberto entrar na sala do Sr. Luiz e receber valores em dinheiro sem poder afirmar que o dinheiro foi entregue, fez referência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A Planam compra material médico hospitalar ou compra ambulância?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Dentro de uma ambulância, Excelência, vai equipamentos. Médico hospitalar eu desconheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Dentro da ambulância vai armário?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

...Nós temos uma marcenaria própria dentro da empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, a empresa não compra armário?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E cama?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Também não, porque compramos a maca de São Paulo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, o Sr. Paulo Roberto disse que vendeu R\$37,2 mil para a Planam de material médico-hospitalar – armário, cama, etc – e que isso inclusive foi entregue em um caminhãozinho $\frac{3}{4}$. Apesar da pessoa que fez a entrega ter falecido, o senhor sabe se a Planam... A Planam, então, tem um departamento para fabricar armário e compra maca em outro Estado. É isso?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Sim. Sobre a questão de armário, nós temos marcenaria própria.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então a Planam não compra armário.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Não, armário, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O que o senhor tem a dizer, Sr. Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Mostro ao senhor, Senador. Nesse processo que eu disse ao senhor da licitação, com timbre até no próprio Ministério da Saúde, o senhor verifica aqui mesa cirúrgica, cama de recuperação... onde aqui o senhor vai ver todos os documentos da Planam... autoclave, tá? Aqui o senhor vai ver que na época foi a Planam, a Frontal e eu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor diz que vendeu para eles armários...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim. Confirmo. Foi o que eu tinha em estoque. Foi ofertado e foi aceitado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O que o senhor vendeu para eles? O senhor poder repetir?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Armários, cama, aquele... é... como é que eu falo... eu tinha feito um papel... armário, cama, cadeira, cadeira de inox...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A Planam compra cadeira? O senhor poderia esclarecer o que a Planam compra?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA –

Excelência, vou tentar ser o mais genérico possível porque não conheço...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Perfeito.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – A

Planam comercializa ambulância. Dentro de uma ambulância vai equipamentos, que é oxigênio, vai máscara de oxigênio, vai maca, vai armário. A transformação por fora é o giroflex, que é o luminoso, suporte para soro. Enfim, isso é a base que eu conheço, porque não é a minha, não é o meu...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas o armário é fabricado pela própria Planam? Ela tem uma oficina para fazer e colocar esses armários dentro da ambulância, é isso?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – É

porque cada carro tem uma especificação, não é? O armário... O carro você precisa montar o armário, ajustar o armário ao tamanho do carro, tudo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, em regra, a Planam não teria feito essa transação comercial com a empresa do Sr. Paulo Roberto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu

preferia, Senador, não ser leviano e responder, porque eu não acompanho as compras da empresa. Só sei dizer que...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL –

GO) – Mas o senhor desconhece que a Planam tenha comprado em qualquer época isso, porque a Planam fabrica. É isso que o senhor disse. O senhor sustenta o que o senhor disse?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim,

até porque temos uma marcenaria própria.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Os equi-

pamentos não eram de madeira. Eram pré-fabricados em latão. Não era madeira.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Mas

dentro da ambulância não vai armário de ferro. É madeira. Até porque você precisa ajustar esse armário, fixá-lo, e isso tudo é feito em madeira, MDF. É até uma exigência do Ministério de Saúde que os armários sejam em madeira.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Em hipó-

tese alguma eu disse que os materiais foram vendidos para serem colocados em ambulância.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas a Planam não faz só ambulância? O Ronildo é quem vende material hospitalar, não é isso?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Par-

te de equipamento é uma outra empresa.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Consta aqui

o mesmo processo para a Frontal também..

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Operação fiscal. A Planam compra sem nota fiscal?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Que eu saiba não, até porque a Planam... Eu vou explicar... eu vou explicar por quê. A Planam passava por uma fiscalização da Receita Federal há mais de dois anos. Então, nós estávamos sendo fiscalizados pela Receita Federal. Então todo cuidado com relação à questão fiscal a Planam tinha.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu só queria entender uma coisa.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Pois não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor falou agora há pouco que não tinha nenhum conhecimento do andamento da empresa, das coisas da empresa.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Agora, o senhor tem conhecimento até de uma ação fiscal, uma coisa geralmente sigilosa na empresa.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – É... Quando eu fui para a empresa, Excelência, fui para acompanhar o projeto na Bahia e, no projeto da Bahia, a Planam era garantidora de 30% do financiamento junto ao Banco do Nordeste, e essa ação fiscal que existia junto à Receita Federal foi um dos problemas que impediu que o Banco do Nordeste liberasse o recurso para o financiamento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não que tenha nenhum problema você conhecer as coisas da Planam. Acho até natural. Você é cunhado do Sr. Darci. Só que ouvimos o senhor dizer que não sabia nada da empresa. Agora o senhor está sabendo coisas da empresa.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – A questão das tratativas de ne...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor sabe, então, coisas mais fortes.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – As tratativas de negócio, sim. Agora a questão fiscal da empresa... Como disse para o senhor, existe um financiamento do Nordeste que 30%... A garantidora do financiamento era a Planam e o recurso não saiu justamente por conta dessa fiscalização da Planam pela Receita Federal.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Mas o senhor estava em Salvador nessa época?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim, acompanhava, até porque, junto ao Banco do Nordeste, eu tive que levar todas as certidões da empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, para que ele pudesse ter recebido o cheque do senhor, teria que ser na sexta-feira, porque de segunda a quinta o senhor estava em Salvador.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não obrigatoriamente, Excelência. Se eu deixei o cheque assinado, conforme eu disse, para a empresa, poderia ter sido qualquer dia.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas se ele disse que pegou o cheque com o senhor, teria que ter sido na sexta-feira.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Tera que ser.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Agora, essa reunião a que o senhor assistiu também foi na sexta-feira?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Obrigatoriamente ou na segunda ou na sexta, porque eram os dias que eu estava em Cuiabá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, temos, Sr. Presidente, duas reuniões: a do Sr. Paulo e a do Sr. Ivo. Só isso.

De minha parte está bom.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar mais um pouco.

No ano de 2004, o Sr. Paulo Roberto diz ter recebido uma ligação do Sr. Darci em que ele estava muito irritado justamente com essa licitação da cidade Pontes e Lacerda. O Sr. Paulo entrou em uma licitação e o Sr. Darci Vedoin ligou para ele, extremamente irritado, dizendo para ele sair e ameaçando que isso não iria ficar dessa forma. O senhor mantém essa versão?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em 2004?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Em 2004.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor teve conhecimento de algo tão grave? Isso foi comentado na empresa?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Desconheço, Excelência. É algo... Para mim é novo, entendeu? Agora, se essa conversa, esse diálogo, foi tratado entre o Paulo e o Darci, é algo que realmente eu não posso afirmar. Eu desconheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Sr. Paulo, em seguida, foi à empresa e conversou com o filho, o Sr. Luiz Antônio Vedoin, que disse: “Não isso é coisa... É cabeça quente do meu pai.” E ligou

para o Sr. Darci: “Não, eu estava de cabeça quente mesmo.” O senhor sabe se isso aconteceu?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Desconheço, Excelência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor mantém a versão? Aconteceu isso?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Mantenho. Aconteceu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vamos ter que ter uma nova acareação aqui.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente. É o que eu estou dizendo. Teremos que fazer uma nova acareação aqui entre os três: o Sr. Paulo e os dois Vedoin. Acho que poderíamos chegar aos quatro, uma acareação dos quatro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Estamos chegando a um impasse aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só para contribuir, Sr. Presidente. Fica difícil do Sr. Ivo afirmar as coisas porque está dizendo o tempo todo que não operava diretamente sobre esses fatos. Como há fatos novos, não tem jeito, Sr. Presidente, acho que o Sr. Darci e o Sr. Luiz Antônio são obrigados a voltar para o diálogo acontecer entre o Sr. Paulo Roberto e os outros dois.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Acho que tem que manter os quatro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Temos que nessa semana conseguir esse cheque. Esse cheque é muito importante.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Se a empresa compra sem nota fiscal, há uma entrada de material na empresa sem ser anotada? Vamos supor que tenha ocorrido a venda de R\$37,2 mil. Ele não emitiu a nota fiscal, mas entregou o material. Se entrar na empresa alguma coisa, o material é anotado, é escriturado. Qual é a praxe?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Tem que haver a saída, não é, Excelência?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Tem que haver saída dele, mas ele já disse que não tem.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Tem que haver a saída nossa também, porque se você vendeu isso ou você comprou...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, ele vendeu e você comprou...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Tem que ter a saída dele, tem que ter a saída nossa, porque para algum lugar foi isso, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A saída dele e a entrada.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Entrada e saída também, porque, se a empresa comprou, comprou para alguma finalidade, então tem que ter uma saída disso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor se lembra quando foi que o senhor entregou esse material? O senhor recebeu no dia 15 de setembro.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Quinze de setembro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando foi que o senhor entregou? Mais ou menos.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Por volta do mês de agosto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor entregou antes e recebeu depois. É isso?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E essa escritura de entrada e saída a Planam naturalmente tem.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Hoje todos os livros fiscais, eles estão de posse da Receita Federal. Com certeza, isso tem. Agora, existe a nota da entrada disso na empresa, Paulo? *(Pausa)*

Desculpe, Excelência, fazer uma pergunta para...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, já disse que nota não existe.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Nem de entrada?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator, eu já fui Secretário da Fazenda. Não foi na classe política que começou o caixa 2, mas sim nas empresas. O material que dá entrada sem nota sai sem nota, para que a fiscalização, ao conferir o estoque, não encontre problemas. Aquilo fica sem escritura. Quando chegamos de supetão na empresa para conferir a mercadoria, multamos a empresa pela mercadoria encontrada sem nota. Isso nós fizemos demais. A mercadoria entra sem nota e, na medida em que é vendida, eles vão dando baixa em algumas delas, para compatibilizar a entrada com a saída. Isso

acontece muito em supermercados. Os supermercados compram tudo. Esses roubos de carga nas estradas vão para os supermercados, sem entrada e sem saída.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Data vênha, Excelência, concordo com o Senador. Agora uma empresa que vende para órgão público obrigatoriamente tem que emitir nota fiscal de saída.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Aí sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E a Planam só vendia para órgão público.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E mais, já que o material, Senador João Alberto, da Planam não era esse tipo... Essa compra da Planam foi incomum. A Planam vendia outras coisas e comprava outras coisas. Então, essa é uma operação atípica. A Planam não compra armário, não compra esse tipo de cama, etc., mas estamos supondo que seja verdadeira a afirmação, mesmo que seja sem nota. Se entrou, tem que ter uma saída, uma escrituração para poder vender.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não sei, porque eles escamoteiam muito. Não quero dizer que a Planam faz isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas a Planam só vende para o Poder Público. Como ela venderia para o poder público sem nota?

Devemos ter essa acareação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A acareação tem que haver. Acho inclusive que o Sr. Paulo Roberto poderia nos ajudar. O Sr. Paulo Roberto tem tanta certeza de que vendeu material que deve ter alguma descrição desse material. S. Sr^a poderia nos trazer, por exemplo, a nota de compra do material. Sem isso, vamos ficar aqui o tempo todo discutindo sobre um material fictício. Não vamos sair disso. Vamos ficar aqui até as 18h e não vamos chegar a conclusão alguma.

Da minha parte, estou satisfeito. Não vou perguntar absolutamente nada.

Estou realmente aborrecido por estar nesta reunião. Ou as duas partes estão mentindo ou uma das partes está mentindo. Uma mentira grossa. Lamentamos. É uma mentira rasteira. Isso é muito desagradável. Devemos, então, trabalhar com documentos. Da mesma forma como foi trazido hoje aqui o extra-to, queremos a cópia do cheque, queremos que o Sr.

Paulo Roberto nos traga o material ou testemunha de que tenha esse material – temos como fazer isso. Esperamos também que o Sr. Ivo também reforce o depoimento dele. Se assim não for, ficaremos aqui a tarde toda ouvindo essa controvérsia. Não quero mais continuar nesse assunto.

Se o Senador Demóstenes Torres desejar, pode continuar perguntando por mim, se for o caso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por mim, dou por encerrado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA – Quero apenas saber o código do cheque. É saque em boca de caixa? É compensado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – S. Sr^a já explicou aqui. É uma TED.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É uma TED. O Sr. Paulo Roberto recebeu o cheque, depositou-o e fez uma transferência bancária. Como foi feito isso, Sr. Paulo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Da empresa, na conta da empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor depositou na conta da empresa.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Na conta da empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas era um cheque?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor foi à Caixa Econômica e da Caixa fez uma TED.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Na Caixa Econômica fiz uma TED diretamente para a conta.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, é fácil. Esse cheque é fundamental. Buscar esse cheque é fundamental.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, quero manter, porque a responsabilidade nossa aqui é... Também quero me acercar de algumas coisas.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Primeiro, por que estamos tratando desse assunto aqui? Porque o Sr. Darci José Vedoin e o Sr. Luiz Antônio Vedoin, em depoimento à Polícia Federal, à CPMI e ao Juiz de Cuiabá, afirmou que há participação, e ele foi mui-

to enfático, da Senadora Serys Slhessarenko nesses episódio. Estamos tratando aqui disso.

Em todos os momentos em que lhe foi perguntado, e eu fiz uma dessas perguntas, o Sr. Luiz Antônio chegou a ser sarcástico comigo. Chegou a dizer que “trocasse de genro”. Foi isso que ele respondeu lá em Cuiabá. “É melhor trocar de genro.” Por isso, quero sair daqui com algumas coisas sim.

Vamos aos fatos.

Sr. Ivo, o senhor foi evocado aqui como uma pessoa que teria, inclusive admitido pelo senhor mesmo, assistido uma entrega de dinheiro. Se foi cheque ou dinheiro, isso é algo que vamos descobrir, mas o importante é que o senhor estava lá, e o senhor admite que estava. Como o senhor estava lá, o senhor tem a obrigação de nos dizer se o senhor entregou ou não um cheque a esta pessoa que está na sua frente ou se o senhor apenas assistiu o Sr. Luiz Antônio entregando dinheiro. Isso eu queria que o senhor pudesse reproduzir porque vamos ter que chegar a essa verdade.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Excelência, para mim seria muito mais fácil dizer que houve um cheque e que o cheque seria meu. Bastaria entregar o cheque, comprovando que esse cheque foi entregue, até porque a transação do dinheiro ou do cheque eu não acompanhei.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não quero nem entrar aqui em nuances, nem em cena de nada, quero saber apenas se o senhor entregou um cheque para essa pessoa que está na sua frente?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não. Se eu tivesse entregado, eu teria confirmação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nem bilhete de supermercado, nunca entregou papel nenhum para ele? Nunca entregou nada? Viram-se uma única vez e jamais entregou nada ao Sr. Paulo?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Paulo, então o senhor é um baita de um mentiroso! O senhor jamais recebeu qualquer coisa do Sr. Ivo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não. Não, senhor. Estou falando a plena verdade.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor recebeu um cheque do Sr. Ivo, que está aqui na sua frente.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Cheque dele da Caixa Econômica.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em dinheiro? Quantos envelopes existiam em cima da mesa quando o senhor viu?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Dois envelopes.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sabia que era dinheiro que estava dentro?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – sabia porque o Luiz Antônio abriu o envelope.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Abriu na sua frente?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Abriu na minha frente na hora que eu estava saindo da sala para ir...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Antes de ele receber?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Antes dele receber.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mostrou que tinha dinheiro ali dentro?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Mostrou que tinha dinheiro ali dentro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E dizia que era para entregar para ele?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim. Está aqui o seu dinheiro. Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Isso o senhor afirma?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu afirmo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Aí tem que colocar um detector de mentira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estou sendo comunicado pela Assessoria que a Ordem do Dia acabou de ser iniciada no plenário do Senador. A Mesa está solicitando a nossa presença. Gostaria que concluíssemos com a maior brevidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só pediria a V. Ex^a, então, que fizéssemos a nova acareação na próxima quarta-feira.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Dos quatro convidados?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Exatamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vai depender desse cheque, mas acho que podemos marcar na quarta-feira.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A reunião da próxima terça-feira já vai nos exigir demais.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A reunião começará às 10h. V. Ex^a acredita que à tarde já estaremos com tudo pronto?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É possível. Se V. Ex^a concordar, poderemos marcar a acareação na próxima terça-feira à tarde.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Tenho que informar a V. Ex^a que, na próxima terça-feira, tenho um debate, como candidato a Governador, às 10h, na Universidade Federal de Goiás. É claro que minha presença para ouvir o Senador Ney Suassuna é dispensável, mas eu gostaria que, em relação a essas testemunhas que estão sendo localizadas, estou inclusive dispensando a Sr^a Enir porque o Sr. Luiz Vedoin já disse que é uma empresa “laranja”... Tivemos acesso ao cheque e foi ele mesmo que assinou. Então não há problema. Gostaria que pudéssemos ouvir as demais testemunhas. Sugiro que, se fosse possível, em relação ao caso do Senador Magno Malta, as testemunhas venham à tarde, a partir das 14h.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim, mas na terça-feira temos marcado apenas o Senador Ney Suassuna, às 10h.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Estou solicitando que marque, com relação ao Senador Magno Malta, essas testemunhas – o chefe de gabinete dele e esse Cardoso, que está...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já para terça-feira que vem?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim. Vamos adiantando os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, não teríamos condições de fazer na terça-feira a acareação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Temos. Essa acareação é rápida. Ela será somente sobre pontos controversos. Não vamos perguntar tudo novamente. A acareação de hoje não demorou meia hora.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Podemos marcar para às 17h?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não podemos marcar logo em seguida? Sugiro às 15h.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, fica marcado o Sr. Ney Suassuna às 10h;

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Às 14h, teremos os depoimentos relat

MARCELO SPÍNOLA DA ROSAs à Representação nº 3 e, às 15h, a acareação dos quatro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ficamos assim? (*Pausa*)

As testemunhas estariam presentes?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Excelência, estou à disposição deste Conselho justamente para esclarecer esses fatos.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O mesmo digo eu.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Falta apenas o convite para os Vedoin.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por que não marcamos o Senador para o meio-dia? (*Pausa*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Secretaria informa que já foi confirmado.

O SR. ALEXANDRE SLHESARENKO – Fica, então, confirmado para terça-feira, às 10h?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não. Os senhores devem estar presentes às 14h.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, às 15h.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Às 15h.

Os Srs. Advogados ainda gostariam de fazer perguntas? (*Pausa*)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, há mais documentos para o conhecimento de V. Ex^a.

O Sr. Otto Medeiros acaba de entregar documentos que contestam o documento apresentado pela Sr^a Maria da Penha Lino na reunião da tarde. Segundo o advogado, aqui está toda a documentação que comprova que a empresa cumpriu rigorosamente suas obrigações trabalhistas. É uma contraprova com relação à assinatura falsa e à inexistência de contrato.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O documento será juntado aos autos.

Comunico a todos que está convocada reunião deste Conselho para a próxima terça-feira, dia 12 de setembro, neste mesmo local, às 10h, destinada a ouvir o Senador Ney Suassuna, nos autos de Representação nº 1, de 2006; às 14h, destinada a ouvir duas testemunhas; e às 15h, procederemos à acareação.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Levanta-se a reunião às 16h20min.*)

8ª REUNIÃO

Em 06 de setembro de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Wellington Salgado	1. Geovani Borges
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Leomar Quintanilha (PC do B)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Vago
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto:

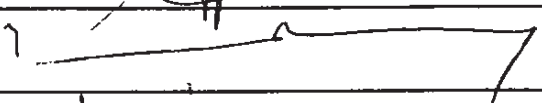
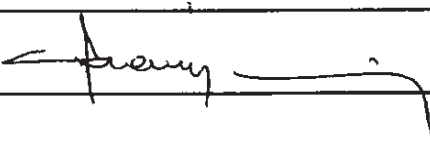
Brasília, 06 de setembro de 2006

8ª REUNIÃO

Em 06 de setembro de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE CONGRESSISTAS NÃO MEMBROS DO CONSELHO

Presidente: João Alberto Souza
Vice-Presidente: Demóstenes Torres

CONGRESSISTAS	Assinatura
Sen. Eduardo Supl.	
ALMEIDA LIMA	
Maio Santos	
ERMAIM MORAIS	

Visto: 

Brasília, 06 de setembro de 2006

Of nº 033/2006 - GPDLR

Brasília-DF., 05 de setembro de 2006.

Senhor Presidente,

Acusando o recebimento do Ofício nº 043/2006-CEDP, que me convida para comparecer perante este Conselho, no dia 06 de setembro, às 10:00 horas, com a finalidade de esclarecimentos referentes à Representação nº 03, de 2006, interposta contra o Senador Magno Malta, tenho a informar que:

No final de 2001, recebi, por empréstimo, um veículo Fiat/Ducato, do Sr. Darci José Vedoin, visando a realização de campanha eleitoral do ano de 2002, quando pleiteava minha recondução à Câmara Federal.

Após a realização das eleições do ano de 2002, em conversa informal com o Senador Magno Malta, com quem possuo laços de amizade, mencionei a existência deste veículo.

O Senador me confidenciou as dificuldades financeiras pelas quais passava e a necessidade de transportar sua Banda Gospel “Tempero do Mundo”, pelas diversas regiões onde realizava shows.

Exmo. Sr.

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA

M. D. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal
Brasília-DF.

Por termos os mesmos princípios religiosos, ofereci, naquela oportunidade, o veículo que havia recebido por empréstimo, alertando-o, contudo que deveria ser devolvido assim que eu requisitasse.

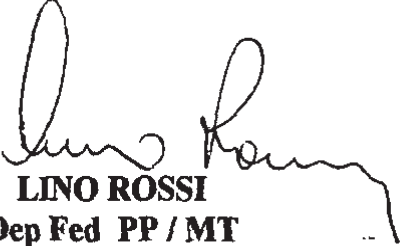
O Senador Magno Malta permaneceu com o veículo por cerca de um ano e meio devolvendo-me o veículo conforme combinado.

Espero ter esclarecido, a contento, os fatos que me relacionam ao Senador Magno Malta e ao veículo que a ele foi por mim emprestado.

Outrossim, resguardo-me o direito de não comparecer à oitiva desse Conselho uma vez que, como Representado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, estou a elaborar a defesa para os fatos que me são imputados, dentre os quais esse que expliquei acima, devendo apresenta-la no momento oportuno.

Coloco-me, à disposição desse Conselho para quaisquer outros esclarecimentos necessários ao bom andamento dos procedimentos adotados por V. Exa.

Cordialmente.



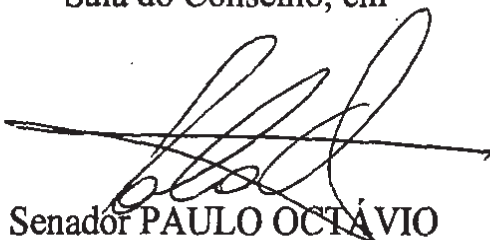
LINO ROSSI
Dep Fed PP / MT

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

Senhor Presidente,

Para instrução da Representação nº 02 , de 2006, como Relator venho requerer que este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar adote as medidas necessárias para que sejam obtidos, o mais breve possível, os relatórios da Polícia Federal sobre interceptações de conversas telefônicas, a respeito da "Operação Sanguessuga", em que se faz menção ao nome da Senadora Serys Slhessarenko ou ao nome do seu genro Paulo Roberto

Sala do Conselho, em



Senador PAULO OCTÁVIO

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BISCAIA**

Aos 6 (seis) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 10 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor Deputado ANTÔNIO CARLOS BISCAIA, e foi inquirido nos autos da Representação n.º 1, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu, MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado e pelo depoente.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


Deputado ANTÔNIO CARLOS BISCAIA
Depoente

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir a
Sra. MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**

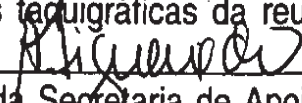
Aos 6 (seis) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 10 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, a Senhora MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, devidamente qualificada no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirida nos autos da Representação nº 1, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu, Miguelo MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado e pela depoente.

Marilane Cavalcanti
mat. 18675

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente

MARILANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Depoente

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir a
Sra. MARIA DA PENHA LINO**

Aos 6 (seis) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 10 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, a Senhora MARIA DA PENHA LINO, devidamente qualificada no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirida nos autos da Representação n.º 1, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu,  MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado e pela depoente.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


MARIA DA PENHA LINO
Depoente

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. MARCELO CARDOSO DE CARVALHO**

Aos 6 (seis) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 10 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor MARCELO CARDOSO DE CARVALHO, acompanhado de seu advogado, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos da Representação n.º 1, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu,  MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.

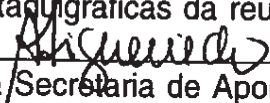

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


MARCELO CARDOSO DE CARVALHO
Depoente


Advogado

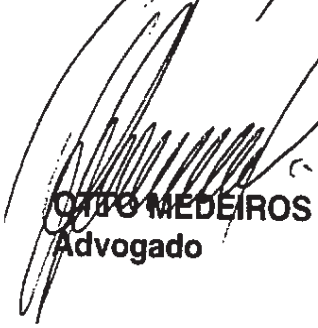
OAB-DF-3212
ROBERTO BARTISTA.

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA**

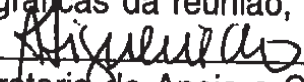
Aos 6 (seis) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 10 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA, acompanhado de seu advogado Dr. OTTO MEDEIROS, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos da Representação n.º 2, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu,  MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.

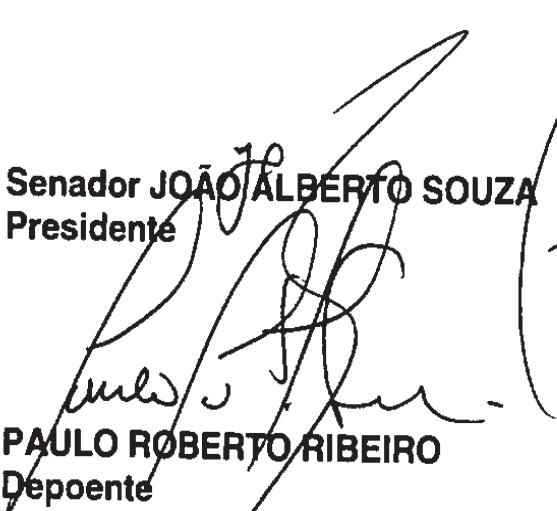

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente

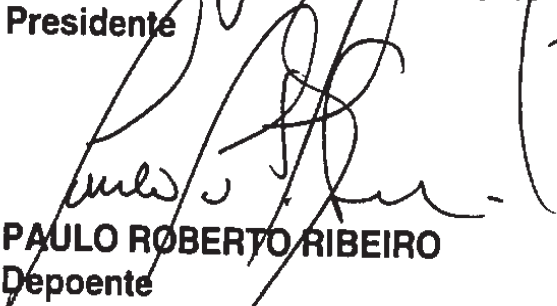

IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA
Depoente


OTTO MEDEIROS
Advogado

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. PAULO ROBERTO RIBEIRO**

Aos 6 (seis) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 10 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor PAULO ROBERTO RIBEIRO, acompanhado de seu advogado Dr. PAULO CÉSAR ZAMAR TAQUES, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos da Representação n.º 2, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu,  MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


PAULO ROBERTO RIBEIRO
Depoente


PAULO CÉSAR ZAMAR TA
Advogado

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 140/2004

A PLANAM – Assessoria e Planejamento, inscrito no CNPJ sob o nº 37.517.158/0001-43, doravante denominado (a) simplesmente CONTRATANTE, situado (a) no Setor Hoteleiro Sul – Quadra 06, Edifício Brasil XXI – Conjunto “A” – Bloco “E” – Sala 215, Brasília, DF, neste ato representado pela sue PRESIDENTE, **JOSÉ DARCI VEDOIM**, portador da carteira de identidade nº 327496, expedida pelo SSP/MT, e inscrito no CPF sob o nº. 091.757.251-34, e **MARIA DA PENHA LINO**, denominado simplesmente CONTRATADO, com -endereço na Q SCRN 712/713 BLOCO G ENTRADA 11 S/N APT 1 ASA NORTE BRASILIA/DF, portador da cédula de identidade nº 399.005-SSP/MT, expedida pelo DGPC/GO, inscrito no CPF nº 005.324.497-46, por meio do presente instrumento acordam o seguinte:

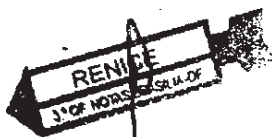
1. O presente Contrato de Consultoria é efetuado para que seja cumprido o Termo de Referencia Nº 14//2004, anexo, que faz parte integrante deste Contrato, o qual será assinado pelas partes.
2. O presente Contrato é feito pelo prazo determinado de dois ano, iniciando-se em 02 de novembro de 2004 para encerrar em 02 de novembro de 2006, independente de qualquer notificação, interpelação, comunicação ou aviso judicial ou extrajudicial.
3. A PLANAM – Assessoria e Planejamento pagará ao Contratado, por conceito de honorários pelos serviços prestados neste contrato, a quantia total de R\$ 204,000,00 (Duzentos e quatro mil reais).
4. O pagamento dos honorários dos serviços prestados será efetuado em doze parcela no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) mensais.
5. Todos os direitos, inclusive os de título de propriedade, direitos autorais e direitos de patente de qualquer material produzido em virtude dos termos do presente Contrato, serão reservados a PLANAM, o qual também poderá fazer qualquer mudança ou eliminar qualquer parte do material que julgue conveniente.
6. O CONTRATADO compromete-se a prestar os serviços de consultoria e assessoria na área informática e consultoria em órgão público como Ministério da Saúde. O CONTRATADO observará todas as leis, regulamentos e ordens aplicáveis, pela Administração Pública do País e o Estatuto da PLANAM. O CONTRATADO também se compromete a utilizar qualquer informação e/ou documento obtidos da PLANAM ou proporcionados por este para fins do presente Contrato exclusivamente para as atividades estipuladas.
7. Este Contrato poderá ser rescindido, por força maior de qualquer parte, desde que comunicado à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8. A parte responsável pela rescisão arcará com as despesas e devolução, caso tenham ocorrido pagamentos antecipados (diárias, passagens e honorários).
9. Fica eleito o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas originadas pelo presente contrato.

Estando assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

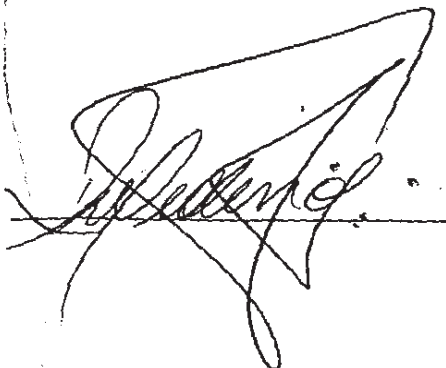
Brasília – DF, 02 de novembro de 2004.


JOSE DARCI VEDOIM
PRESIDENTE DA PLANAM – ASSESSORIA E PLANEJAMENTO - DF




MARIA DA PENHA LINO
CONTRATADO

TESTEMUNHAS





30. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA S.C.S. QD 8 - BL 860 - LJ 140 D BRASÍLIA-DF - FONE: 321-2212
RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: SERKESTO-DARCI JOSE VEDOIM.....
Em Testemunho, _____ da verdade. Brasília, 27 de Março de 2005
002 - CARLOS MAGNO DE ALVARENGA ESCREVENTE AUTORIZADO

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

01 CTP (0001-431) 02 Base Social / NOME: **PLANAM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**

03 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento): **Rua Alves Nogueira, 44 - B. Vista Alegre**

04 Bairro: **ASA NORTE**

05 UF: **MT** 06 CEP: **09085-200** 07 CNAB: **000-78085-200** 08 CNPJ / CRI Tomador / Óbra: **000-78085-200**

11 Nome: **MARIA PENHA LINHO**

12 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento): **SCRN 712/13 BLOCO G ENTREDA 11 APART. 11**

13 Bairro: **ASA NORTE**

14 Município: **BRASILIA** 15 UF: **DF** 16 CEP: **71213-000** 17 Carteira de Trabalho (nº, série, UF): **005-3E4-497-46**

18 CPF: **005-3E4-497-46** 19 Data de Nascimento: **23/02/54** 20 Nome de mãe: **maria candida linho**

DADOS DO CONTRATO

21 Remuneração para fins rescisórios: **4.000,00** 22 Data de admissão: **09/03/04** 23 Data do Aviso Prévio: **20/05/05** 24 Data de afastamento: **20/05/05**

25 Causa do afastamento: **PEDIDO DE DISPENSA** 26 Código afastamento: **04** 27 Percentual (em %): **01** 28 Categoria do trabalhador: **01**

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

29 Aviso Prévio Indenizado	Valor	38 Comissões	Valor	DEDUÇÕES	
30 Saldo salário	4.000,00	39 Gratificações		47 Previdência	
31 13º salário	1.666,66	40 Horas extras		48 Previdência 13º salário	
32 12º Sal. inden.		41 Adic. insalub. / periculosidade		49 Adiantamentos	
33 Férias vencidas	4.000,00	42		50 IRRF	
34 Férias proporc.	999,99	43		51	
35 1/3 salário a/ férias	1.666,66	44		52	
36 Salário família		45		53	
37 Adicional noturno		46 TOTAL BRUTO		54 TOTAL DAS DEDUÇÕES	
				55 LÍQUIDO A RECEBER	12.333,32

FORMALIZAÇÃO DA RESCISÃO

56 Local e data do recebimento: **09/03/04**

57 Cartão e assinatura do empregador ou preposto: **Planam Comércio e Representação Ltda.**

58 Assinatura do trabalhador: **[Assinatura]**

59 Assinatura do responsável legal do trabalhador: **[Assinatura]**

60 HOMOLOGAÇÃO: Foi prestada, gratuitamente, assistência ao trabalhador, nos termos do art. 477, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, sendo comprovado, neste ato, o efetivo pagamento das verbas rescisórias acima especificadas.

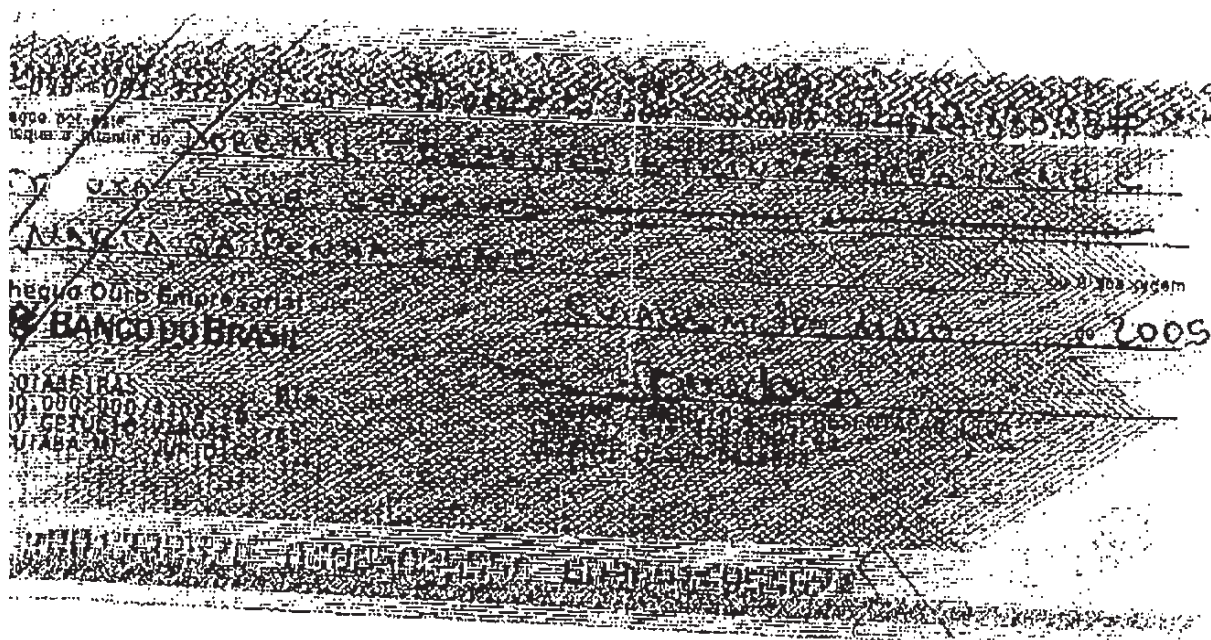
61 Digite o trabalhador: **[Assinatura]**

62 Digite do responsável legal: **[Assinatura]**

63 Identificação do órgão homologador: **[Assinatura]**

64 Recuperação pelo Banco (liste o cartão): **[Assinatura]**

Receber em 30/05/05
assinado



AVISO PRÉVIO DO EMPREGADO

A
PLANAM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
NESTA

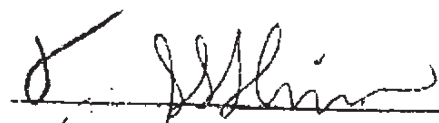
ATRAVÉS DESTA E POR MOTIVO DE ORDEM PARTICULAR, VENHO APRESENTAR A V.SAS., EM CARACTER DEFINITIVO E IRREVOGAVEL, O MEU PEDIDO DE DEMISSÃO DO CARGO QUE OCUPO NESTA EMPRESA, DESDE 09/03/2004.

TENDO INTERESSE EM RETIRAR-ME DO SERVIÇO IMEDIATAMENTE, SOLICITO DE V.SAS. A DISPENSA DE QUAISQUER FORMALIDADES.

NOME: MARIA PENHA LINHO

CTPS/SÉRIE.:

CIC/CPF: 005.324.497-46



ASSINATURA (POR EXTENSO)

CUIABÁ-MT, 20 DE MAIO DE 2005.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 8ª REUNIÃO:

- 1 – Lista de Presença dos membros do Conselho (1 folha);
- 2 – Lista de Presença dos não-membros do Conselho (1 folha);
- 3 – Of. nº 033/2006-GPDLR, do Deputado Lino Rossi;
- 4 – Dois Requerimentos do Senador Paulo Octávio;
- 5 – Termo de comparecimento assinado pelo Deputado Antônio Carlos Biscaia;
- 6 – Termo de comparecimento assinado pela depoente Marilane Cavalcanti de Albuquerque;
- 7 – Termo de comparecimento assinado pela depoente Maria da Penha Lino;
- 8 – Termo de comparecimento assinado pelo depoente Marcelo Cardoso de Carvalho e pelo seu advogado, Dr. Roberto Baptista;
- 9 – Termo de comparecimento assinado pelo depoente Ivo Marcelo Spínola da Rosa e pelo seu advogado, Dr. Otto Medeiros;
- 10 – Termo de comparecimento assinado pelo depoente Paulo Roberto Ribeiro e pelo seu advogado, Dr. Paulo César Zamar Taques;
- 11 – Contrato de Prestação de Serviços nº 140/2004, celebrado entre a PLANAM e a Sra. MARIA DA PENHA LINO;
- 12 – Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho celebrado entre a PLANAM e a Sra. MARIA DA PENHA LINO.

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2006, terça-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir, nos autos da Representação nº 1, de 2006, o Exmº Sr. Senador Ney Suassuna.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Heráclito Fortes
Sérgio Guerra

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado

PDT

Jefferson Péres

PMDB

João Alberto Souza
Luiz Otávio

Estiveram presentes ainda os Senadores Almeida Lima (PSDB – SE) e o Roberto Cavalcanti (PMDB – MA – Suplente) e o Deputado Carlos Sampaio (PSDB – SP)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Declaro aberta a 9ª reunião.

Como se trata de uma oitiva, por solicitação do Sr. Relator, vamos começar os trabalhos, aguardando os Srs. Senadores.

Para abrir esta reunião, não há necessidade de quorum. Assim sendo, concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Ney Suassuna, bom-dia!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Bom-dia. Nobre Relator.

Eu pediria a V. Ex^{as} que mantivessem a reunião aberta. Como eu disse já anteriormente, é muito importante que toda a Nação visse as argumentações, as perguntas de V. Ex^a e as dúvidas ficassem, uma vez por todas, sanadas.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Melhor assim, Senador Ney Suassuna.

Como V. Ex^a sabe, seu nome foi envolvido – o nome dele foi envolvido, não estou dizendo que ele – em razão de um seu ex-Assessor...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Dois.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – ...dois, mas, principalmente, o Sr. Marcelo ter sido acusado pelos Vedoin, pai e filho, de ter recebido propinas para apresentação e liberação de emendas parlamentares de autoria de V. Ex^a.

O Sr. Marcelo nega ter recebido propina. Mas está comprovado que ele tinha contatos com os dois Vedoin. Ele próprio admitiu isso.

Está provado/comprovado o depósito de certa importância na conta do Sr. Marcelo, que ele alegou ter sido em pagamento de um barco que ele teria vendido ao Vedoin, mas de forma inconvincente. De forma que o depósito feito em sua conta dá consistência à acusação dos Vedoin de que eles pagavam propina a ele, Marcelo.

Por outro, V. Ex^a já antecipou muitas respostas às perguntas que lhe vou fazer na sua defesa prévia.

Mas eu tenho que ouvi-lo, primeiro, porque é um direito seu.

Segundo, porque muita coisa, ou melhor, alguma coisa do que V. Ex^a disse aqui pode não coincidir com o que foi dito na defesa prévia.

E terceiro, esta é uma Casa Parlamentar, e é importante que a sociedade veja, assista ao vivo, as sessões de um processo disciplinar como este.

Senador Ney Suassuna, o Sr. Marcelo serviu no seu Gabinete mais de dois anos, ou pouco mais de dois anos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – De 2003 a 2006.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Aliás, três anos, pouco mais de três anos. Eu lhe pergunto, como aquele cidadão veio a ser escolhido por V. Ex^a para trabalhar na sua Assessoria?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Relator, eu pediria a V. Ex^a licença, a V. Ex^a e ao Presidente, para saber se não podia, como costumam ser os rituais de audiência, me dar um tempo para eu fazer um relato, e, em seguida, V. Ex^a faria as perguntas que quisesse.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Essa pergunta já está feita.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas eu respondo essa. Em seguida, eu pediria a V. Ex^a esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu consinto, Sr. Depoente. Eu acho que V. Ex^a se assim desejar, lhe será dada a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas eu queria não deixar resposta, nenhuma pergunta sem resposta.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Então, pode responder a esta depois de sua introdução. Não sei.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Está muito bem. Se V. Ex^{as} preferirem, eu me sento à Mesa. Se não, eu fico aqui. Aqui tem a vantagem de ter Assessor ao lado. Eu não trouxe advogado, porque eu acho que

não há uma causa para se ter advogado. Isso é uma demanda política, e nós devemos responder politicamente. Não há necessidade de defesa jurídica.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas, Senador Suassuna, V. Ex^a fique completamente à vontade. Se assim desejar, a Mesa...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Vamos passar à Mesa, por causa da imprensa, porque eles ficam mal servidos e eu aqui de costas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, permita que a Assessora possa assentar ao lado, da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas A Assessora do Senador Ney Suassuna?

Não, pode ficar à Mesa. A Assessora do Senador Ney Suassuna pode sim.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^s e Srs. Senadores, hoje completam, exatamente 131 (cento e trinta e um) dias que surgiu o meu nome, pela primeira vez nesse assunto, e 131 (cento e trinta e um) dias que eu venho sendo massacrado na imprensa, sem que eu tenha direito à defesa.

V. Ex^{as} não imaginam a minha alegria de estar aqui hoje, até na tristeza a gente alegria, de poder estar usando o momento para explicar coisas que ninguém quis ouvir. Por 131 (cento e trinta e um) dias, eu recebi as mais incríveis manchetes de jornal, os espaços grandiosos. E eu diria a V. Ex^{as} que são coisas incríveis. Por exemplo, eu assinei as duas CPIs. E quando V. Ex^{as} pegam aqui a imprensa, principalmente no meu Estado, porque eu estou também em campanha política no meu Estado. Um dos jornais diz:

“Ney se recusa a assinar a CPMI.”

Eu mandei um ofício mostrando que tinha assinado.

A manchete de primeira página, no dia seguinte, dizia:

“Ney recua e assina a CPMI.”

E vai por aí afora.

Se V. Ex^{as} olharem a imprensa, num jornal, no caso, **O Globo**, diz:

“Quadrilha pagou ao Suassuna. Foi entregue dinheiro ao Suassuna.” No dia 7 de julho.

Se V. Ex^{as} olharem no dia 28 de julho, a **Folha de S. Paulo**, numa sexta-feira, diz:

“Gravações comprometem Ney Suassuna e ele está fuzilado.”

No dia 28 de julho, no jornal **O Globo** diz:

“Ney em débito com a quadrilha.” Eu estou devendo R\$110 mil (cento e dez mil reais) à quadrilha.

No dia 11 de agosto, uma página inteira. Ganhei páginas inteiras todos os dias quase, eu tento atrasar o processo, só porque fui à CPMI e disse que eu gostaria de depor. A CPMI se reuniu duas vezes. Quando foi formada, num dia que foi ouvida os Assessores. Eu fui lá e disse que eu queria que marcassem uma data para eu ser ouvido. Nesse dia a imprensa colocou que tentei atrasar. Quer dizer, direito de defesa, eu não tinha. Não era para se defender, mas para ser fuzilado.

No dia 11 de agosto, no **Correio Braziliense**, dá uma página inteira dizendo que eu estou tentando atrasar o processo.

E vai por aí afora.

Se V. Ex^{as} olharem uma revista, como a **Veja**, a primeira colocação aparece uma foto inteira minha, embora não tenha matéria nenhuma, apenas dizendo que o meu nome foi citado. Mas já aparece ¼ (um quarto) de página. Imaginem se eu estivesse pagando esses centímetros, custaria uma fortuna.

Em 15 de maio, a revista **Época** diz que o mais expressivo nome, o nome mais expressivo da lista de Parlamentares sob suspeita era a do Senador Ney Suassuna, que é Líder do PMDB no Senado, e também Líder da Maioria. Talvez sela essa a razão por que eu ganhei muito espaço.

No dia 17, disse que eu culpo os Assessores. Mas V. Ex^{as} olhem os espaços, são grandiosos.

De novo, uma outra revista importante diz:

“O principal nome da lista enviada à Procuradoria-Geral é o do Senador Ney Suassuna que anunciou a demissão dos dois Assessores, que foram presos na semana passada.”

E vai por aí afora. Não há espaço que não tenha ganho. Inclusive, hoje, saiu que na reunião de ontem, que fui demitido, que...só falta dizer aqui que falta prender. É incrível, pois esse é um jornal que tem correspondente no meu Estado, a mesma cadeia. Como de lá só tem tiragem de 3 (três) mil e é aliado do Governo, não tem credibilidade. O daqui coloca página inteira e o de lá repercute de Brasília, e saem páginas inteiras, as coisas mais esdrúxulas, como aquela que li para V. Ex^{as} que eu não assinei e depois que eu recorri eu assinei.

Eu queria dizer a V. Ex^{as} que hoje eu ganhei páginas em todos os jornais também, é incrível. São 131 (cento e trinta e um) dias nessa forma. Eu não tenho filhos. Eu não tenho filho mulher. Saíram em jornais importantes do País, alguns deles, que meu genro tinha recebido propina. Devem ter confundido com o da Serys. Eu tenho três filhos homens, estão ali os três, solteiros. A minha ex-mulher, num gesto de bondade também está aí presente, e vieram de surpresa. Ontem de noite, eu preparava a defesa, quando tive a

alegria de vê-los chegar. Estamos em campanha na Paraíba, uma campanha difícil, porque a cada dia sai uma matéria de jornal assim tentando desestruturar toda uma imagem.

Há 12 anos, Srs. Senadores, eu sou membro desta Casa. Nesta Casa, eu fui o Presidente do Orçamento. Foi a única vez que se entregou no prazo, 15 de novembro. Nesta Casa, eu fui Presidente da Comissão de Economia, cujo Presidente atual é o Senador Luiz Otavio. Fizemos tudo o que foi possível, Foi uma época muito profícua da Comissão.

Nesta Casa, eu fui, por duas vezes, Presidente dessa Comissão. Ali está o meu retrato. Duas vezes, eu fui Presidente desta Comissão, de Fiscalização, Controle e Meio Ambiente.

Fui Ministro de Estado. Sou Líder da Maioria e licenciado, Líder do Pmdb, licenciado, exatamente para ame defender. E, de repente, toda essa biografia vem abaixo, porque uma pessoa que está usando o direito de delação premiada vem e diz que acha que eu sabia dos atos de Marcelo.

Como é que soube do assunto “Sanguessugas”. Soube através da CBN, no dia 04 de maio de 2006.

Nesse mesmo 04 de maio, quando eu soube da prisão dos dois Assessores, eu pedi à minha Chefe de Gabinete que fizesse o ofício de demissão dos dois. E os emiti no mesmo dia. Eles estavam incomunicáveis, pegaram cinco dias que a lei manda, mais as prorrogações, portanto, não havia contato. E veja, se eu tivesse alguma coisa a temer, jamais os teria demitido. Já fiz as demissões no ato.

Quando os dois – e aqui eu sei que V. Ex^{as} têm também – mas eu tenho os dois atos, com a data exatamente do dia 4.

Logo após a seguir, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Senadores, eu vi essas notas todas, são milhares. Eu relatei apenas algumas. Saía em pílulas homeopáticas. D^a Maria da Penha disse – que eu nunca vi – isso, disse aquilo.

Chamou-me Tio Ney, chamou-me de não sei o quê. E eu dizia, mas onde está isso? Que acusação é essa? Não tinha acesso. Eu era acusado pela imprensa, a imprensa tinha acesso à notícia, mas eu, o acusado, não tinha acesso. É um regime de exceção.

Para evitar qualquer dúvida, imediatamente, Sr. Relator, eu mandei um ofício ao Corregedor do Senado, no dia 05 de junho, pedindo a ele que abrisse investigações sobre esse assunto. Eu queria ser investigado. Porque sendo investigado, eu teria acesso às acusações.

Houve reunião de Líderes, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para saber se deveria ou não fazer a CPMI. Eu fui o primeiro a votar “sim”. Apesar de alguns di-

zeres que numa época de política, numa época de campanha, isso vai ser politizado, vai ter gente que vai aproveitar para se reeleger, vão procurar os holofotes, a imprensa vai fazer um carnaval, vai ter gente que vai ser contra e outros a favor. Mesmo assim, eu votei a favor. Eu fui que propus que fosse a CPMI mais sintética, mais rápida, tendo em vista exatamente as eleições. Na ocasião, os Líderes mais ativos eram o Deputado Raul Jungmann e o Deputado Gabeira. Aos dois, ao terminar a reunião de Lideranças, eu fiz um pedido, peço a V. Ex^{as} só uma coisa, dureza nas investigações, e maior rapidez possível. Mas eu queria fosse investigado. Eu não tenho nada a ver com isso. A investigação é a verdade, não é aparecer.

No dia 18 de julho, recebi o Ofício nº 144/06 do Presidente da CPMI. Um ofício esdrúxulo. Por quê? Porque dizia o seguinte:

“Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 77 de 2006, com a finalidade de apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga” realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, solicito a V. Ex^a que encaminhe a esta CPMI, no prazo de cinco dias, sua manifestação em caráter sigiloso, a respeito do IPL nº 2372 instaurado no Supremo Tribunal Federal. Esclareço que os elementos probatórios que estão sendo objeto da apreciação por parte desta CPMI encontram incertos no IPL Supra, no inquérito conduzido pela Polícia Federal, sobre os quais V. Ex^a deverá se pronunciar.” O mais incrível, sob segredo de Justiça. Como é que eu podia responder uma coisa que estava sob segredo de justiça? Isso me levou até ao Presidente da CPMI e eu disse: “Presidente Biscaia, como é que eu vou responder uma coisa que está sob segredo de Justiça? V. Ex^a há de convir que é como definir como é a terra de Marte sem eu nunca ter ido lá, sem ter tido acesso a uma amostra?” E ele me disse: “Vamos ver”. Tem aqui as pastas, não eram pastas, mas meios eletrônicos. E eu olhei uma que tinha uma série de anotações. Esta foi a única coisa que eu vi e a minha afirmação a ele foi: “Eu peço a mesma coisa que eu pedi ao Gabeira e ao Raul Jungmann, que seja investigado duramente e, se possível, com a maior rapidez.” Depois eu vi pela imprensa outras colocações que não são verdadeiras. Não são verdadeiras.

Eu aguardei que a CPMI andasse. Mas não houve nenhuma reunião. Surgiram 4 (quatro) grandes porta-vozes. Esses porta-vozes todos os dias estavam nos jornais, e a imprensa sedenta de informações deu espaço, ajudou a reeleição deles, foi um brilho. Mas, votações na CPMI, nenhuma. E aí, com o Re-

lador indicado, eu tive um contato com o Relator, na casa do Presidente Renan Calheiros, eu o encontrei e eu vi dele a seguinte frase: “Não encontrei nenhuma prova contra você.” Mas a pressão da imprensa é terrível. Mas eu disse: “Eu não estou pedindo favor a você, estou pedindo que seja feita a investigação. Se achar, me condene. Se não achar, não me condene.” E a partir daí, eu passei a ver nos jornais que eu estava pressionando terrivelmente ele. A única pressão, se isso é pressão, foi mandar a defesa para cada membro da CPMI. E vi também, pelos jornais, para meu dissabor, que tinha montado uma operação de guerra. Operação de guerra a alguém no regime constitucional, mandar uma defesa para julgar, para ler? Foi isso que eu vi pela imprensa. E, no dia 03 de agosto, mais de dois meses e meio da exoneração dos funcionários que tinham sido comunicados a CPMI, o Gabinete da Liderança do PMDB recebeu um ofício convocando o Sr. Marcelo para depor no dia 03 de agosto. Aí eu me preocupei. Ninguém tinha lido a minha defesa. Se tivessem lido saberiam que eles foram demitidos. Se estavam demitidos, não poderiam estar no meu gabinete dois meses e meio depois.

Eu fui à tribuna do Senado no dia 19 e reclamei da falta de reunião da CPMI, da falta de leitura da defesa prévia, da desorganização, da dificuldade de se conseguir qualquer documento. Os senhores sabem, Sr. Presidente, Sr. Relator, como é que eu consegui os documentos? No blog do Noblat ou no *site* do **Correio Braziliense**. Eu mandava um advogado à CPMI e não tinha acesso ao documento. Surpresa minha, já estava publicado no blog, e eu tirava na íntegra, não precisava da CPMI. Os quatro cavalheiros vazaram todas as notícias, tudo o que se possa. Isso, a gente vai, no futuro, ter que uma outra organização, porque não é possível que as CPMI's se transformem na plataforma de alguns. E eu protestei da tribuna do Senado. Eu passei a ter, a partir daí, a antipatia do Deputado Biscaia. E ele passou a usar toda a hora dando informações, já não é de juiz e nem de promotor, já era de delegado: “Está preso. A pá de cal.” E vai por aí afora. E eu fiquei mais surpreso ainda porque se aquela frase que ele colocou...primeiro saiu a notícia dizendo: “Aconteceu na CPMI.” Na CPMI eu fui duas vezes. Primeiro na abertura, sentei naquele canto, e de início eu queria dizer que a mim ninguém precisar convocar. Eu me sinto convocado a hora que os Senhores quiserem. Estou à disposição. Levantei-me e saí. Está tudo gravado. Então não era na CPMI.

Na segunda vez que eu vim, estava o Deputado Aleluia interrogando Assessores e me disse: “Senador, eu não tenho autoridade para interrogar Senadores, por isso, V. Ex^a deve solicitar que a Presidência

faça.” O Relator tinha chegado em seguida e disse: “Eu apóio.” E marcou-se e foi quando disseram que estava tentando atrasar os trabalhos da CPMI porque eu queria ser ouvido.

Mas, a segunda vez ele nem estava. Então, não podia ser na versão que ele colocou. Mas ele mudou a versão. Ele disse que eu o encontrei na “*bat caverna*”. Eu não sou freqüentador de “*bat caverna*”. Eu fui a uma salinha onde tinha e onde ele estava e me mostrou, não esses meios eletrônicos que ele falou, umas pastas. E a parte do diálogo foi essa, que se investigue profundamente, duramente e, se possível...

A segunda parte, eu disse desde a primeira vez, esse diálogo não foi comigo. Mas ele insistiu e falou: “V. Ex^a o convocou”. Ele relatou aqui novamente. Era uma reunião fechada. Ele saiu, e, ao sair disse tudo para a imprensa e disse: “Foi jogada a pá de cal na situação do Senador Ney Suassuna. Agora é definitivo.” Eu não entendo, como é que alguém que está numa posição de juiz pode se comportar dessa forma.

Segundo, não é bem promotor, porque promotor faria a acusação, não faria assertiva.

Mas isso é um outro caso, depois a gente vê. O que importa aqui é se V. Ex^a ler todos os depoimentos, nenhum desses personagens me conhece. Eu nunca estive com nenhum deles. Eu não sabia da existência dessas pessoas. Eu nunca falei com nenhum deles, nem pessoal nem telefonicamente, embora inúmeros recortes de jornal, jornais importantes, dizem que eu falei. Tem ali jornais importantes que eu até vou passar a evitar o nome dizendo: “Ligações telefônicas entre o Senador Suassuna e D^a Fulana de Tal, entre o Vedoin e D^a Fulana de Tal.” Coisa que nunca aconteceu. Se V. Ex^a verificar, vai ver que nenhum deles me conhecia, nenhum deles, nenhum deles em todas as declarações, reinquirições, em todas as ocasiões: “Nunca estive com o Senador Ney Suassuna. Nunca falei com o Senador Ney Suassuna. Não o conheço.”

Li, nos últimos dias, que um deles esteve no Gabinete da Liderança, acompanhado do Marcelo. Esteve por momentos, e inclusive, o Senador Salgado perguntou: “Mas o senhor entrou e saiu?” “Não, eu demorei uns 10 minutos, mas só fiquei na sala de entrada. O Senador estava atendendo a pessoas. Não falei com ele. Não o conheço. Não estive com ele.” Então, V, Ex^a vai verificar isso. Eles nunca estiveram comigo. Nunca falaram comigo. Nunca soube da existência dessas pessoas.

Como eu disse a V. Ex^a, eu ouvi esse assunto no dia 4 de maio, pela primeira vez. E o resto eu ouvi acusações, retratos enormes meus, distorções, espaços grandiosos e a razão eu atribuo ao que diz a **Época** e ao que diz, se não me engano, a **Veja**, que era o

peixe graúdo desse escândalo. Eu vi, com surpresa, ao ler os depoimentos, casos como o do Sr. Martins. Não sei se o Sr. está se localizando. A D^a Maria da Penha, interrogada pelo Deputado Gabeira diz: “Não.” Porque esse é um caso muito interessante. Chegou o final do ano, e eu sempre faço isso, eu sou o Parlamentar que mais carregou recursos para o meu Estado. No meu Estado, eu sou conhecido como Senador do trabalhador. Eu todo dia presto conta do dia anterior, de que Ministério fui, o que corria atrás, o que fiz. E eu sei, V. Ex^a também foi Líder de Partido e sabe o que é ser Líder de Partido. Eu tenho o Gabinete de lá, que estou há dois anos, e tenho o Gabinete de apoio, que era o meu Gabinete anterior. Nesse Gabinete de lá, eu tenho a Bancada de vinte e poucos Senadores que têm demandas permanentes. Tem demanda do Estado que precisa do apoio do Líder, que precisa que o Líder corra atrás disso e atrás daquilo, etc, etc.

A cada vez que há votação numa Legislação forte, Senador João Alberto, vem todas as partes falar com as Lideranças para pedir apoio. É raro o dia que não atendo mais de 70 (setenta) pessoas. Mas eu tenho mais 230 (duzentos e trinta) Prefeitos. Pedir apoio para votar “sim”. Agora, por exemplo, Na super-receita, os Procuradores querem que seja inserida uma série de artigos. Os Auditores Fiscais querem que seja... cada um quer uma posição. E todos vêm falar com a Liderança pedindo que o Partido apoie assim ou apoie assado. A cada votação de matérias importantes, são levadas de pessoas de sindicatos, de associações, de empresários, de pessoas interessadas que vão à Liderança. Então, é raro o dia que eu não atendo a umas 70 (setenta) pessoas. Mas tem mais 230 (duzentos e trinta) Prefeitos. E tem ainda as coisas normais do Partido. Eu sou da Executiva do Partido, e V. Ex^{as} estão a par das brigas que tivemos este ano dentro do Partido. São reuniões infinitas, que avançam noite adentro. Então, não é brincadeira. No Gabinete de lá, eu tenho uma estrutura para atender aos Prefeitos. Sabem também V. Ex^{as} que eu sou empresário e professor universitário, professor da Federal do Rio de Janeiro, de Administração. Na minha cabeça, a delegação é uma coisa importantíssima. Eu sempre deleguei. Se eu não delegasse, eu não poderia a luz, como tenho hoje, em 48 (quarenta e oito) países. Se eu não delegasse, eu não poderia ter as empresas que eu tenho no Brasil. Então, tem que delegar. Tem que selecionar e delegar.

V. Ex^a me fez uma pergunta: “Como conheceu o Marcelo?”

Quando fui Ministro da Integração, o Marcelo trabalhava como Assessor como Parlamentar. E todos o elogiavam enormemente. Ele tinha vindo do Gabinete do

Senador Ramez Tebet, que tinha sido o Ministro anterior. E é um rapaz simpático, bem parecido. Na Paraíba a gente brinca, a gente não usa, a gente copia o americano, em vez de dizer bonito, a gente diz *handsome*, bem parecido. É a nossa tradução para *handsome*. Então se o senhor verificar, não tem Prefeito que não o elogie. Nunca passou pela minha cabeça que pudesse estar havendo problema dessa ordem. Em três anos e pouco ele foi um funcionário exemplar, exemplar. Os Prefeitos todos o elogiavam, e eu não tenho do que reclamar do atendimento. Houve um questionamento, e eu nem sabia das emendas. As emendas, todos nós que somos Parlamentares, sabemos como se passa. Quando a LDO é feita, imediatamente a agente sabe qual é o Ministério que vai receber recursos. Então, esse ano, a Integração vai receber mais recursos. Então, há mais probabilidade de não haver cortes naquelas emendas do Ministério da Integração. Esta opção, esta decisão é minha. Então vem e vamos botar as emendas para aquele Ministério. V. Ex^{as} sabem que 30% (trinta por cento) é obrigatório pela Resolução nº 20 na Saúde. Por que razão? Porque a Saúde cresce diretamente, proporcional ao crescimento do PIB. O orçamento da Saúde hoje é igual ao orçamento de todos os Ministérios juntos. Lembro que o Presidente Lula queria tirar 3.000.000.000,00 (três bilhões) da saúde para botar o esgotamento sanitário. Foi uma guerra. E aí disseram: “Então, tem que fazer 30% (trinta por cento) das emendas parlamentares para a Saúde.”

A Saúde, no meu Estado... Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o meu Estado, Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é compridinho. Não tão comprido quanto esta mesa, mas façamos de conta que seja essa a proporcionalidade. Só tem saúde que preste em João Pessoa e Campina Grande. Quem mora em Bom Jesus, na fronteira, não tem médico, não tem anestesista, não tem remédio, não tem equipamento. Quando muito, tem um posto de saúde. Só tem uma solução: botar o doente numa ambulância e trazer para a capital ou para Campina Grande, dependendo da complexidade. Se for de menos complexidade, pode ser até Patos. São sete horas de viagem se for a 120km. Mas não dá para andar nessa velocidade porque as estradas são vicinais, a não ser o eixo. Então, dá quase 10 horas de viagem: bota o doente e leva para João Pessoa; solta, e volta levando alguém. Quando chega lá, troca o motorista, e a ambulância volta de novo. Então, é um bem que se exaure rapidamente.

Essas ambulâncias são o desejo de todos os prefeitos. Tenho, neste momento, no meu gabinete, 96 (noventa e seis) pedidos.

No meu primeiro mandato de Senador, do meu bolso, eu paguei 82 (oitenta e duas): ou paguei novas

ou peguei a usada que estava toda espatifada, levei à Campina Grande, para uma oficina, mandei fazer tudo – lataria, pneu, motor – e entreguei “zerinho” de volta para a prefeitura. Toda a Paraíba sabe disso. Faltou até dinheiro, o meu salário não era suficiente, e eu coloquei do meu bolso.

Dessa leva, dos 30% que somos obrigados a colocar, Sr. Relator, Sr. Presidente, eu recebi 29 (vinte e nove): 14 (quatorze) foram compradas da Planam. Dessas 14 (quatorze), 11 (onze) eu doeie para prefeituras cujos prefeitos são adversários nossos, com quem o diálogo inexistente. Por quê? Porque eu não posso chegar a uma cidade – sou Senador de uma vaga – e dizer: “Eu não fiz nada nessa cidade.” Se eu der uma obra que possa ter qualquer dúvida, isso vai combater o meu Partido, mas uma ambulância não combate o meu Partido: uma ambulância só serve para quem está doente. E para quem está doente independe o Partido.

Então, 11 (onze), dessas 14 (quatorze), eu dei para adversários. Só 03 (três) foram prefeitos aliados.

Outra coisa interessante é que num diálogo o Sr. Luiz Trevisan Vedoin, falando aqui, diz: “Que eu saiba, Senador [ele respondendo ao Senador Jefferson Péres], existia um ofício do Senador direcionado a 20 (vinte) municípios no valor R\$80 mil.” Oitenta mil reais! Vejam a distorção que é feita neste País e como precisamos reformular esses critérios.

Ele respondendo a V. Ex^a: “Fiquei sabendo que o valor era de R\$80 mil por ambulância.” Oitenta mil não daria para comprar os veículos.”

Isso não é verdade. Um veículo desses custa R\$74.000,00 (setenta e quatro mil reais). Mas o senhor compra o veículo por R\$74 mil (setenta e quatro mil reais) e tem que fazer a transformação: tem que pintar, botar a sirene, as luzes, a maca, o oxigênio. E gasta mais de R\$8.000,00 (oito mil reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais). Como eu delegava, eu tinha que ter algum critério para segurar.

Quanto a essas ambulâncias que foram vendidas pelo Brasil afora a R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais), a R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais), quem fez isso merece estar na cadeia, sim.

Nas minhas emendas, foram oitenta mil. E o Sr. Vedoin disse isso.

Quando fiquei sabendo que o valor era de oitenta mil, que não dava para comprar os veículos, pedi que fosse feito um ofício.

Aqui está o valor de uma da Mercedes-Benz. Se for da Mercedes-Benz – se não me engano, a Duca-to –, custa setenta e quatro mil. Está aqui o valor. Em João Pessoa, ela custa setenta e seis mil, cento e trinta. Esse é o quanto custa o carro limpo, sem ser feita

a transformação. Se for da Fiat, custa setenta e poucos mil. É óbvio que não sobrava margem, e eu ficava tranquilo porque não tinha como fazer subpreço. A da Peugeot custava setenta e seis mil na tabela.

Então, vamos recapitular o que eu falei: das 29 (vinte e nove) que eu consegui do Governo, só 14 (quatorze) foram compradas da Planam. Dessas 14 (quatorze), 11 (onze) eu dei para adversários com quem eu não tenho diálogo. E todas as emendas eram de 80 (oitenta).

Aqui está a relação dos Municípios, os que são do nosso Partido e os que não são: apenas 03 (três) são nossos correligionários. Todas com oitenta mil.

A reclamação do Vedoin está aqui, como V. Ex^{as} estão vendo, dizendo que não dava para comprar. Dava! Não dava é para superfaturar.

Em relação a isso, estou extremamente tranquilo. Eu nunca imaginei que o Assessor pudesse ter outro acordo. Mas eu também não entendo bem... Algumas coisas precisam ser aprofundadas. Não é aqui, não é agora, não é em relação a mim. Por exemplo, se foram 15 (quinze)... Uma não comprou... Se foram 14 (quatorze) a 80 (oitenta), dá cerca de um milhão e duzentos. Se eram 10% (dez por cento), dá 120 (cento e vinte). Por que pagaram 225 (duzentos e vinte e cinco)? Existe alguma coisa errada batendo nisso aí. Mas não é da minha conta. Voltemos ao nosso assunto. Então, dessas ambulâncias, como se vê, há milhões... Não, não há milhões...

Agora, o mais interessante é que a **Folha de S. Paulo** se deu ao trabalho de ir à Paraíba verificar, para constatar o crime, tudo que eu tinha feito de errado. Para minha surpresa, eles até encontraram um prefeito que fez questão... E encontraram exatamente isto: a ambulância custou 76 (setenta e seis), a Prefeitura teve que botar dinheiro. Agora, algumas prefeituras até devolveram dinheiro: conseguiram alguma licitação mais barata e conseguiram devolver.

V. Ex^a sabe como a licitação é feita: o prefeito chega aqui e solicita. Eu envio o ofício ao Ministro. O Ministro diz “ok”. E quem compra é o prefeito. A fiscalização é do Ministério da Saúde, do Tribunal de Contas, da Câmara de Vereadores, do Tribunal do Estado. Então, depois disso, não tem nada a ver com o Senador, com o Parlamentar. “Ah, não, mas...” Não tem. Não tem. Em relação a isso, não tinha.

Quanto ao acordo deles, eu não sabia.

Então, volto a enfatizar: nunca falei comigo, nunca tive acordo com eles. Nunca os conheci, nunca os vi. E todos eles fazem questão de colocar isso.

Em relação ao Sr. Martins, um fato interessante: no final do ano, eu perguntei ao Ministro: “Sr. Ministro...

Aqui está o artigo da **Folha de S. Paulo**. Diz aqui: “Emendas de 80.000,00 (oitenta mil). A ambulância custou 76 (setenta e seis). O lucro foi de 200 (duzentos).” Como é que ganhando 200 (duzentos) por ambulância eles conseguiram pagar isso? Eu não consigo entender isso, mas vale a pena ler para V. Ex^a ver quanta ficção tem nessa história.

Continuando o que eu estava falando sobre o Sr. Martins: no final do ano, eu peço a cada Ministro o seguinte: “Sobrou algum dinheiro? Tem alguma coisa mais que possa ser dada à Paraíba?” Porque são cinco mil e quinhentos Municípios e muitos são inadimplentes. Então, sempre sobra...

O Ministro da Saúde me disse: “Ney, faça uma emenda de um milhão e seiscentos que eu consigo.”

Eu mandei fazer. A minha ordem para o Sr. Marcelo era: “Não repita prefeitura porque, se repetir prefeitura, são duzentos e vinte e seis, e eu não tenho como atender.” E foi mandado. As prefeituras não tinham os projetos feitos. A emenda seria perdida ou era um presente dado que não funcionaria.

Para minha surpresa, apareceu esse cidadão que eu não conhecia com uma fórmula mágica para o Sr. Marcelo. Se V. Ex^a olhar aqui vai verificar que eles dizem exatamente isto: que ele deu a solução e que o Sr. Marcelo fez o ofício para o tal do IPPES, de que eu vim tomar conhecimento também pela imprensa. Eu fiquei perplexo quando vi IPPES. Eu disse: “O que é IPPES?” Cheguei ao gabinete e “Sr. Wilson [que é o que assumiu no lugar dele], me diz o que é IPPES.” “Não sei.” “Vamos à *Internet* procurar”. Terminaram encontrando que era uma OSCIP do Rio de Janeiro.

O que fizeram? Quando viram que ia sair porque não tinha projeto, tentaram botar na frente o tal do IPPES, na frente das cidades da Paraíba.

Então, IPPES – Patos: isso não existe; IPPES – João Pessoa: isso não existe; IPPES – Pombal: isso não existe. Essa era a tramóia. Agora, se V. Ex^a se der ao trabalho... e tenho certeza de que o senhor fez isso.

Quando a D. Maria da Penha perguntada pelo Deputado Fernando Gabeira “Que negócio é esse de IPPES? O que é essa Fundação Hipólito? Isso não é coisa do Rio Grande do Norte?”, ela diz “Não, o Sr. Martins trouxe isso”. “Quem é o Martins, é assessor do Senador Ney?” “Não”. “De que gabinete ele é?” “Não sei”. “E por que a senhora não o atendeu?” “Porque o papel não era do gabinete do Senador Ney”. “Mas ele não trouxe em nome do Senador?” “Trouxe”. Está aqui: este é o diálogo entre a D. Maria da Penha e o Deputado Gabeira, na página 8 (oito) da minha defesa.

Aí o Gabeira insiste: “Mas de qual gabinete?” “Do Senador Ney Suassuna”. Só que o papel timbrado não era do gabinete. Ele dizia que era do Senador.

“E a senhora afirma que ele trabalhou no gabinete do Senador Ney Suassuna?” “Não”. “A senhora tem certeza de que ele não trabalhou nesse gabinete?” “Não sei”. “Ele trabalhou em outro gabinete, mas não no do Senador”. “Mas por que ele fez isso?” Aí ele está tentando pegar uma carona.

Infelizmente, para os Líderes, são muitas as caronas em que alguém entra dizendo que é pedido do Líder, e não é. Esse é um caso patente. Está aqui. O senhor fica pasmo de ver a cara-de-pau dessas pessoas.

Eles inventaram isso. Mas isso está muito patente quando o senhor ler o depoimento da Polícia Federal. Para conseguir essa documentação, eu me virei muito. Alguns eu tive a felicidade de encontrar no *site* do Noblat; mas outros eu tive que arranjar. Por exemplo, este.

Há uma ligação – 875168 – entre Luiz Antônio Trevisan e Vedoin (*sic*), em que diz: “Penha, resolve esse problema meu”. “Mas que problema?” “O problema lá do Ney, do tio Ney da Paraíba” [Olhem a liberdade que essas pessoas têm: “Do tio Ney da Paraíba”.] Aí ela começa a rir: “Vocês são malucos. Não dá para falar isso pelo telefone.”

Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Senadores, prestem atenção nesse diálogo: “Não dá para falar isso por telefone. Quando eu peguei aquilo ali eu sabia.” “(Risos.)” “Luiz argumenta: ‘Ô, Penha, você sabe’, enquanto Penha continua a rir.” “Olha, o trem acaba chamando a atenção. Tenho que ensinar vocês a fazer esse negócio?” Após, Luiz passa o telefone para Darci, que conversa com Penha, e diz o motivo do seu riso: “Eu ‘tô rindo é do negócio do tio Ney lá que os meninos arrumaram. Lá do negócio (risos) dos trem que chegou lá de prioridade. Eles colocaram o negócio tudo num lugar só. Esse trem chama a atenção.” Em seguida, Penha pede para verificar, e ele diz: “Joga mais alguma coisa”.

Por isso, apareceram mais um milhão e quatrocentos, porque eles aqui pedem: “Joga mais algumas coisas, mais alguns empenhos nisso”. Aí ela ri e diz: “Alguns já vão estar lá, uai”. Darci argumenta: “Mas joga. Faz uma outra relação”.

Isto que está aqui passo às mãos de V. Ex^{as}: são todas as gravações feitas pela Polícia Federal. E está assinalado mostrando exatamente isso.

Então, como vê V. Ex^a, em relação a esse caso do IPPES, eu tomei conhecimento pela imprensa.

Eu liguei para o gabinete de apoio e pedi para ver o ofício. O ofício veio. Quando o ofício veio, eu olhei e disse: “Essa assinatura não é minha”. Eu recordei depois que a Marilane tinha me ligado perguntando: “Senador, e essa relação de três milhões?” Eu disse:

“Eu não assinei”. Depois eu disse: “Só se eu assinei sem ver”. “Só se eu assinei sem ver”.

Posteriormente, quando o Marcelo foi despachar comigo, eu perguntei: “Que história é essa lá do Ministério da Saúde?” Ele disse “Não, já foi resolvida. Foi um equívoco”. Acabou. Na minha correria e tal, foi um equívoco. Está encerrado.

Porém, eu queria dizer algumas coisas sobre esse IPPES. Primeiro, pedi ao gabinete que pesquisasse o que era. O Sr. Wilson, se precisar, dará a ordem para dizer o dia em que foi feita a pesquisa. Vi no relatório da Polícia Federal uma coisa estranha: no dia em que o Sr. Marcelo foi preso – eu não estou aqui para condenar o Sr. Marcelo; esse é um problema da Justiça com ele; não sou eu o acusador –, ele, preso, incomunicável – passarei agora isso a V. Ex^a: é o Anexo X –, perguntam a ele: “O que é o IPPES?”, e ele diz... Primeiro, foi uma coisa interessante: ele disse que trabalhava na Comissão de Orçamento, e não no meu gabinete; segundo, ele disse que trabalhava com a Bancada da Paraíba, e que não trabalhava com nenhum Senador. Eu achei isso muito estranho. Ele fala algumas coisas, etc, etc, e diz assim, quando a Polícia pergunta a ele: “O que é o IPPES?”, ele diz “Eu não sei e não tenho qualquer ligação com essa OSCIP chamada IPPES. O Senador Suassuna não tem qualquer relação com essa entidade, que ouviu falar, pela primeira vez, através do Sr. Darci”.

Então, está aqui no depoimento: ele, preso, incomunicável, já dizendo que eu não sabia o que era o IPPES.

Porém, quando a gente pega o depoimento do Sr. Luiz Antônio Vedoin à Justiça Federal, ele diz – todos dizem, está aí riscado em caneta –: nunca estive pessoalmente conversando com o Senador. Todos os assuntos eram resolvidos diretamente com o Sr. Marcelo.” Ele diz “Conversando com o Marcelo, ele decidiu destinar para o IPPES.”

Qual era o jogo? Esse IPPES seria uma OSCIP que receberia a emenda e transferiria os bens, ou seja, as ambulâncias que saíssem para as prefeituras da Paraíba.

“Esse fato – diz ele – chamou a atenção da Marilane, que, quando foi interrogada sobre ele, sobre esse assunto, incluíram mais um milhão e quatrocentos para aquisição de equipamentos médico-hospitais, transformando ela em três milhões; que ele não chegou a ser empenhado.”

Esse diálogo também é falado no outro depoimento da Sr^a Maria Lino.

E aí ele diz uma coisa mais interessante, que a imprensa nunca se preocupou em dizer: que o interrogado iria pagar ao Marcelo 10% sobre o valor de cada

uma das licitações, Sr. Relator, mas que ele não tem certeza se o Senador iria receber parte disso.

Então, ele mesmo tem dúvida. E não é uma vez, não: várias vezes ele disse isso aqui mesmo, inquirido por V. Ex^a... (Pausa)

Se V. Ex^a está localizando uma pergunta, por favor, a faça. Eu espero.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Mas eu ainda não estou interrogando. Estou só ouvindo o relato de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Está bem. Então, veja só: que ele iria pagar ao Assessor Marcelo 10% do valor de cada uma das licitações e que não tinha certeza se o Senador iria receber parte dessa comissão.

Então, ora ele tem certeza, ora ele não tem certeza. Na inquirição que V. Ex^a fez aqui, ele disse que não sabia e volta a enfatizar que nunca se reuniu com o Senador Ney Suassuna e que sempre os contatos ocorreram com o Assessor Parlamentar. Então, essa foi uma colocação feita.

Quando o Sr. Marcelo foi inquirido pelo Corregedor-Geral, ele disse: “Nós nunca fizemos emendas para institutos. Só para Municípios. De novo, ele mente. É a página 22 da defesa e a página 14 do depoimento na Corregedoria.

Eu vi no depoimento do Sr. Vedoin ele afirmar que criou essa solução – acabei de ler – e que o Marcelo fez o ofício. É a página 26 da minha defesa.

E a D. Maria Lino também diz a mesma coisa: “que eu tinha dito que não tinha assinado e que a Dona Marilane tinha dito a ela: “Ele diz que não assinou.” Depois disse: “Só se assinei sem ver”. Continuando o prosseguimento disso, eu inquiri o Sr. Marcelo, e o Sr. Marcelo me disse “Foi tudo resolvido. Foi um resolvido.” Na minha cabeça, estava sanado.

Quando eu peguei e vi, Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Senadores, imediatamente eu contratei – pedi referências e contratei – o Sr. José Cândido Neto para fazer uma perícia grafológica.

V. Ex^a recebeu cópia disso, mas este é o original. V. Ex^a vê que, na minha assinatura, eu mesmo não sabia que uma assinatura tinha tantas complicações. Eu achava que era uma coisa menos complexa.

Fiquei pasmo de ver que a inclinação, os números de “perninhas” do Suassuna, o fechamento do arco do Suassuna que eu sempre faço, a diferença do “S” – o meu é retinho, o outro é um guarda-chuva –, enfim, são tantas as diferenças que eu passei a respeitar esses estudos, pelos quais eu não tinha muita fé. Achava sempre uma coisa complexa: os espaços entre as letras, a inclinação, o tamanho, enfim.

Passo o original a V. Ex^a.

(O Senador Ney Suassuna entrega o documento ao Relator, Senador Jefferson Péres.)

Além desse laudo, chamei todo mundo no gabinete e disse: “Vou abrir um inquérito. Quero saber como, ou quando, isso foi feito. Para minha surpresa, uma funcionária minha disse: “Senador, quem assinou fui eu. E eu assinei porque foi pedido dizendo que era urgência, e que o senhor ia perder essa emenda. Eu assinei de boa-fé.”

Realmente, é uma moça que passou anos trabalhando comigo e é de boa-fé. O Senador Romeu Tuma a ouviu.

Porém, o Senador Romeu Tuma, quando ouviu o Sr. Marcelo, não ficou satisfeito e disse à imprensa que ia fazer inquérito com outras pessoas do gabinete.

Imediatamente, uma moça procurou o Chefe de Gabinete e disse: “Eu queria falar. Fui eu que datilografei o ofício, fui eu que levei para o fulano assinar, e eu queria que isso ficasse...” Mas ela fez isso – eu tenho certeza – porque o Senador Tuma havia dito que ia entrevistar outras pessoas. E veio com o Chefe do Gabinete de Apoio à Liderança falar comigo trazendo uma carta. Essa carta foi anexada à minha defesa. E o Senador Tuma também a ouviu. Ela faz várias afirmações.

Então, a pessoa que assinou apareceu, a pessoa que bateu apareceu, e o diálogo “Ele não tinha assinado. Só se assinou...”

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ambas confirmaram?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ambas confirmaram.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E são suas funcionárias?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim, ambas... Não, a Mônica está em outro gabinete; a outra continua porque... o senhor há de convir que enfrentando uma campanha na Paraíba, enfrentando esse tiroteio aqui, debaixo de todo tiroteio da imprensa nacional, eu indaguei do chefe dela se ela é uma boa funcionária “É uma boa funcionária”, eu não tinha por que injustamente dizer “Vai embora” numa hora dessa. Então, continua lá no gabinete. A outra é funcionária do Senado permanente; esse é cargo de confiança.

Em relação a esses cargos de confiança, uma coisa interessante: o Sr. Marcelo tinha quatro funcionários. Ele admitia ou demitia, porque ele chegava para mim e dizia – como ele disse –: “Senador, uma funcionária lá não está sendo correta. Ela não está vindo como devia; ela está tratando mal os prefeitos”. “Desligue”. Ele tinha autoridade para nomear e para demitir, porque delegação é isso. A missão foi dada a ele; ele é que tinha que cumprir. É assim que eu faço nas minhas

empresas e é assim que eu faço ali. Se eu confiava nele – e confiava –, ele é que tinha esse direito.

Para minha surpresa, essa foi uma das meninas que ele contratou. Aliás, ele contratou todas. Mas, para minha surpresa, ela veio e fez essa denúncia de que tinha sido ela que tinha batido a carta, que tinha sido ela que tinha levado e... Basta pegar os depoimentos dela na Corregedoria que V. Ex^a vai ver tudo isso.

Agora, a gente vê claramente, naquele texto que acabei de ler, a armação: “Será que eu tenho que ensinar? Vocês não estão vendo que isso vai ficar visível demais?” Porque eles pegaram os mil e seiscentos que o Ministro tinha me dado, e que não ia poder ser pago, acrescentaram mil e quatrocentos para transformar em três. E, pior ainda, ainda vem o Sr. Martins com cinco! O que não colou, porque o papel sequer era do meu gabinete.

Aí o senhor diz: “E como é que sabe disso?” Basta ler, na própria CPMI, quando fala do Sr. Martins, que era funcionário do gabinete do Deputado Wandervall Santos, que ele diz ao Sr. Vedoin, faz uma reclamação da Maria da Penha, dizendo: “Não, eu levei lá, e ela não atendeu. Quem ela ‘tá pensando que é?”

Tudo isso acontecia às minhas costas. Quando dizem: “Ah, mas ele sabia das emendas!” Eu sabia das emendas normais. Eu sabia de quase tudo. Mas eu não sabia, de maneira nenhuma, dessa armação. Sequer eu tinha conhecimento desse povo.

Por isso a minha convicção, a minha insistência: “Gente, se eu não conheço, se eu nunca falei, se eu nunca pedi, se isso não tem fundamento... Eu – graças a Deus! –, Deus me deu posses para eu não estar precisando de migalhas. E eu não sou uma pessoa desonesta – nunca fui –, não foi isso que aprendi do meu pai. Como é que – diabo! – eu estou envolvido em um troço desse?”

Fiquei também pensando por que a Dona Marilane, aqui interrogada por V. Ex^a, disse “Eu não me lembro”. A Dona Marilane chegou aqui, e o *site* do Senado tinha colocado ela como participante da máfia das ambulâncias. Ela ‘tava consternada. E ela disse que não se lembrava. Mas basta pegar, em datas anteriores, os diários de Dona Maria da Penha, do Sr. Vedoin, e o senhor vai ver que exatamente aconteceu isto: quando me disse, eu disse: “Eu não assinei. Só se eu assinei sem ver”. E mandei buscar... e a primeira vez que tomei conhecimento disso foi quando vi pela imprensa.

Então, seria uma coisa esdrúxula: se eu não consigo, porque não tem projeto, ia recorrer a uma OSCIP, que não sei nem onde é que fica, não sei em que cidade? E mandar do Rio de Janeiro para pedir para pagar, para fazer um convênio para passar uma ambu-

lância na Paraíba? Logo eu que sempre tratei o caso de ambulância com muita seriedade no meu Estado, gastando, inclusive, recursos do meu próprio bolso!

Eu li pela imprensa várias coisas dizendo: “Houve troca de registro”. Que registro? Não tem troca de registros. Um jornal disse que eu tentei trocar as verbas da Paraíba! “Ney tentou desviar verbas para o Rio de Janeiro”. Quer dizer, já não era mais nem ambulância para a Paraíba, não; era para o Rio de Janeiro. Esse é aquele que eu falei que manda o outro fazer aqui e daqui ele publica lá para fazer campanha contra mim permanente. Quase todo dia sou primeira página desse jornal. Isso custa quatrocentos e poucos mil reais/mês lá. É o custo desse jornal para o Governo. É o mesmo que hoje colocou essa charge “O último ato”, mas que ontem colocou que eu fui demitido do Conselho e colocou...

É realmente um patrulhamento e fico até muito impressionado porque não é patrulhamento só contra a minha pessoa: é contra todos os Senadores. Se V. Ex^{as} pegarem a última folha da **Veja**, os senhores verificam que diz que eu e V. Ex^a, que é do meu Partido “Estou para explodir, que eu sou uma bomba, e, ao explodir – aliás, hoje está até no Elio Gaspari –, se eu explodir, o mundo virá abaixo, porque eu já fui Ministro, porque eu já fui Líder, porque eu conheço tudo e eu vou explodir. E vou explodir levando Renan, levando Sarney.”

Coisa que nunca aconteceu. Quem me conhece nesses 12 (doze) anos, e nós até nos sentamos perto muitos anos seguidos... O senhor vê que eu sou sempre uma pessoa ponderada, que eu não sou de explodir. Quando eu tenho o que dizer, eu digo olhando na cara. Eu digo: “É isso, isso, isso”, como eu sempre fiz.

E diz mais: que V. Ex^a dificilmente deixará de pedir a minha cassação. É um patrulhamento a V. Ex^a.

Quero dizer a V. Ex^a que fiquei felicíssimo quando me disseram que o Relator era V. Ex^a, que é um homem independente. Cassará ou não, de acordo com o seu arbítrio, porque é assim que V. Ex^a, nesses 12 (doze) anos que convivemos aqui, se comportou, sempre muito sério, muito duro e muito sincero nas coisas que tem a dizer. *(Pausa)*

Tenho certeza disso. E tenho outra certeza. E até peço a confirmação de V. Ex^a: alguma vez eu procurei V. Ex^a depois da sua indicação para Relator?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Nenhuma.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E sabe por que eu não o fiz? E até peço desculpas aqui, parece uma grosseria da minha parte: é que, sem procurar o outro, eu fui acusado de estar fazendo pressão. Então, eu não procurei só V. Ex^a: eu não procurei o Presiden-

te nenhuma vez e nenhum dos Parlamentares nesta Casa. Eu não procurei ninguém. Eu fui embora para a Paraíba e me ausentei. Fiz de conta que não existia Senado. Por quê? Porque a cada vez que eu venho aqui sai uma notinha dizendo: “Está pressionando.” E eu não sou homem de pressionar ninguém. “Ah, mas vai pedir demissão, vai renunciar”. Também não sou homem de renunciar.

A matéria é tão infeliz que diz que eu tenho humor instável. A minha família convive comigo desde que existe: eu não tenho humor instável. Há 38 anos sou do PMDB. Nunca estive em outro Partido. Há brigas, o Partido é uma guerra, e eu ali firme, porque eu não sou instável. Sou uma pessoa de perseguir... Eu tinha 16 anos de idade quando disse, na Paraíba, que um dia eu ia ser Senador pela Paraíba. Eu persegui, desde os 16 anos de idade, esse objetivo. Eu sou uma pessoa perseverante: eu não desisto das coisas que eu quero. E eu não mudo: não tem negócio de humor comigo.

E dizem mais, Sr. Relator, Sr. Presidente: que eu conheço bem os postos endinheirados, como a Diretoria do Ministério da Saúde, das Comunicações, da Eletrobrás, da Eletronorte, da Petrobrás, do Banco do Brasil, e – ufa! – até dos Correios e do mensalão.

Sabem quantos cargos eu tenho na República? Um único cargo. E eu já fiz uma carta pedindo para que fosse demitida Aracilba Rocha da Diretoria de Administração da Eletrobrás. E por que fiz isso? Porque, como Líder, não posso ter cargo se a minha Bancada tem situações não resolvidas, paroquiais, brigas paroquiais.

Então, eu tinha um cargo na Sudene, pedi para demitir: o Ricardo; e pedi para demitir também a Aracilba Rocha. Não tenho nenhum outro cargo. Não tenho nenhuma ligação com as autarquias. Basta procurar ver.

Há outra coisa incrível: um diálogo em que dizem que eu ia mudar o Ministro da Saúde. O Ministro da Saúde sempre foi indicação dos Deputados. Disseram que eu é que ia fazer essa modificação. Então, o Ronildo e o Luiz Antônio conversando dizem: “Ótimo. Que bom. Agora nós vamos estar por cima.”

Eu não conheço essas pessoas. “E sabe quem vai ser chefe de gabinete? O Marcelo.” Aí o Ronildo diz assim: “Olha, mas não fala para o Marcelo. Se for para falar, fale ‘o pessoal do Ney’”.

Há outra coisa mais interessante: o Vedoin disse que, em 2004 e 2005, eu já sabia dessa... eu estava já metido... já havia essa coisa. E o Sr. Ronildo, numa gravação, a de nº 944410, pede à Sr^a Cíntia, que é sócia da empresa Frontal, que levante dados sobre mim, sobre o meu gabinete.

Ora, se, em 2006, no dia 3 de janeiro de 2006, eles estavam pedindo dados, como é que – danado! – eles me conheciam?

Então, são tantas as incoerências! Durante esses últimos tempos – eu sou uma pessoa religiosa –, eu fui ler as atribuições de Jó. Digo, gente, deve ser alguma coisa dessa ordem. Eu devo estar sendo testado. Não é possível que possam, num País de primeiro mundo, os repórteres colocarem coisas como essa que eu falei do genro, que eu não tenho, de dados que não fiz, de coisas que não falei, de cargos que eu não tenho, sem se dar ao luxo de fazer uma pesquisa ou até de me perguntar! Eu diria com tranqüilidade. Os ofícios são públicos. É só a irem à Casa Civil e perguntar: “Qual é o cargo que o Senador tem?” Vão dizer. “O que ele pediu a respeito de D. Aracilba?” “Que a demitíssemos.”

Não, mas eu sou o “homem-bomba” que conhece tudo isso. É incrível. Fico impressionado com tudo isso.

Então, se V. Ex^a olhar – e estou encerrando –, verá que não existem contradições nos depoimentos quanto ao fato de todos negarem me conhecer, que nunca falaram comigo nem dentro, nem fora do Senado, nem ao telefone. O que mudou foi a versão desses últimos dias. Não existem provas contra mim, simplesmente porque eu não participei desse esquema. Basta ler a parte final das alegações onde eu faço as seguintes perguntas:

– Alguma vez restou provado ou algum dos investigados disse ter conversado comigo pessoalmente ou por telefone? Não, Sr. Relator; não, Sr. Presidente; não, Srs. Senadores.

– Estiveram no meu gabinete? Nunca, que eu soubesse. Li pelo relatório... aliás, V. Ex^a foi brilhante, e eles terminaram dizendo que estiveram uma vez na Liderança, entraram e saíram. Uma vez. Mas não falaram comigo.

– Fizeram algum tipo de acordo ou tratativa comigo? Não, nenhum. Em dezenas de vezes, ele diz: “Eu não sei se tinha acordo com o Senador. O Senador... eu não sei se o Senador ia receber”. Ele diz, mas a imprensa nunca retratou isso. A imprensa sempre colocou: “Recebeu... tinha...”

– Pagaram para mim qualquer valor em comissão, em espécie ou em bens ou serviços? Não, nunca pagaram nada. O Marcelo... Eu processei os quatro: D. Maria da Penha, os dois Vedoin e o Sr. Marcelo. V. Ex^a ouviu o Marcelo dizendo: “Nunca me pediu, nunca transferi nada, nunca, de maneira nenhuma. Não dei a entrevista em **O Globo** que disse-ram que dei...”

– Fizeram algum depósito na minha conta corrente ou de algum parente ou de algum amigo? Não, não e não.

– O Marcelo transferiu alguma coisa para mim? Ele diz “Não” em todos os depoimentos dele. Em cinco.

O que existe são sórdidas suposições que não se sustentam por não se apoiarem em dados fáticos, mas os prejuízos morais e emocionais V. Ex^{as} não têm idéia: 211 (duzentos e onze) dias... Perdão, 131 (cento e trinta e um) dias de páginas de jornal. Eu acho que estou tão popular no **Jornal Nacional** porque todo dia eu saio no **Jornal Nacional**.

O prejuízo é enorme. Mesmo assim, eu estou à frente nas pesquisas da Paraíba porque o povo sabe quem é Ney, sabe do meu modo de ser. Quem mais tem sofrido é a minha família. Não é fácil. Quando o repórter pega a caneta e escreve o que quer, ele não pára para pensar que atrás daquilo tem a família, os amigos... são coisas como essa cartinha que eu recebi, aqui, dessa menina... Vejam como são as coisas...

“Querido, Ney Suassuna, como cidadã que começa a desfrutar do direito de voto – tenho 16 (dezesesseis) anos e voto este ano –, quero abrir meu coração e mostrar mais um pouco da decepção que tive com esses escândalos envolvendo você. Sou PMDB, Maranhão e Ney até o fim, visto a camisa e vou atrás. Conhecendo a sua conduta de Senador trabalhador – isso é porque lá eu sou chamado de Senador trabalhador; é trator e Senador trabalhador –, sei que foste fiel ao povo paraibano, mas gostaria muito de receber uma resposta sua como explicação a respeito dos acontecidos porque quero ter argumentos mais concretos para te defender. Apesar desses acontecimentos importunos, sou a seu favor e estarei te apoiando.”

Isso me choca: ver uma criança de 16 (dezesesseis) anos... é... duvidando da gente... são muitos os prejuízos. Mas não tem importância. O que importa é a verdade.

Eu pergunto: que outras providências eu poderia fazer? Eu demiti os dois, processei os quatro. Que outra providência eu poderia fazer senão ir à Corregedoria e dizer: “Eu quero ser investigado”. Que outra providência eu poderia fazer? Ir à CPMI e dizer: “Eu quero depor”. Que outra providência eu poderia fazer, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, do que esperar que tivesse um espaço para me defender?

Eu me alonguei um pouco, mas eu me alonguei porque faz 131 (cento e trinta e um) dias que eu espero por este momento. Hoje é um dia importante para mim: é o dia em que eu estou à disposição para as perguntas que os senhores quiserem, mas é um dia que demorou a chegar.

Eu não conheço ninguém da Planam, eu nunca troquei uma palavra com esse povo. E eu, das 29 (vinte e nove) ambulâncias que eu consegui, 14 (quatorze) foram compradas pela Planam, mas 11 (onze) foram dadas para adversários. Não conheço Dona Maria da Penha, não conheço... nunca soube da existência de nenhum deles. Jamais fiz emenda para o IPPES.

E, para encerrar, há mais duas coisas que eu encontrei falsificadas. Depois que V. Ex^a passar as vistas nesse manual grafológico ali, basta bater o olho em duas emendas... não são emendas... em duas comunicações pedindo para liberar recursos para quatro cidades do Mato Grosso dizendo que são Parlamentares do nosso Partido, que foram transformadas pela imprensa em emendas minhas... era um pedido para pagar, mas a assinatura não é minha: é só uma rubrica. Não tem assinatura. Não sei como o Ministério recebeu esse documento porque não tem assinatura. É uma rubrica.

A segunda coisa é outra correspondência pedindo para que se pague o dinheiro para o asfaltamento para a Chapada dos Guimarães. Eu nunca fui à Chapada dos Guimarães. Eu não conheço o prefeito, nunca tive nenhum relacionamento... Também não é minha, basta olhar para ver que é falsa.

Então, são essas coisas que aconteceram. E eu fico pasmo que tudo tenha acontecido.

Encerro ao dizer que o Sr. Vedoin, falando na Justiça Federal de Mato Grosso, disse o seguinte: “que, em relação a Marcelo Cardoso, esclarece tratar-se de assessor parlamentar de Ney Suassuna; que todos os depósitos realizados foram feitos na conta dele, que foram pagos a ele e que o reinterrogado não sabe de acordo existente entre o assessor e o Senador.”

É a página 96 do Processo nº tal, de 2006. Tudo isso está nas mãos de V. Ex^a.

Então, era isso que eu queria dizer e estou à disposição para todas as perguntas que V. Ex^a quiser.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator, V. Ex^a continua com a palavra. Por gentileza.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Vou lhe fazer algumas perguntas, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Algumas talvez V. Ex^a estranhe, mas é que estamos julgando – nós, no Conselho de Ética – não apenas se V. Ex^a teve participação na prática de um ilícito penal – no caso, seriam as propinas –, mas toda sua conduta parlamentar para saber se V. Ex^a tomou cuidados para resguardar a respeitabilidade do seu cargo.

Eu repito a minha primeira pergunta. V. Ex^a respondeu, mas eu gostaria de ouvir de novo: como V. Ex^a conheceu o Sr. Marcelo e por que o convidou para sua assessoria?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu conheci o Marcelo no Ministério da Integração. Quando cheguei, ele já era funcionário do Ministério. As referências que eu tive é de que ele era excelente funcionário. E ele, como assessor parlamentar, realmente se houve muito bem. Para V. Ex^a ter idéia, eu atendi – basta perguntar aos parlamentares – um número incrível de parlamentares. Eu atendia em três salas simultaneamente. Ninguém ficava sem ser atendido, e ele dava conta desse recado muito bem. Eu saí do Ministério, e ele ficou lá. Meses depois, tendo trocado já dois ministros, dois ministros depois, ele perdeu o cargo e me procurou aqui. Eu me lembrei de que ele era um bom funcionário e o coloquei num cargo dessa equipe de prefeitos. Poucos meses depois, ele passou a ser chefe dessa equipe de prefeitos. Foi assim que eu o conheci.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ele foi levado para o Ministério pelo Senador...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ramez Tebet.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Quando era Ministro?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ele tinha grandes ligações com o pessoal de Mato Grosso. Ele conhecia bem o pessoal de Mato Grosso. Vim a saber disso depois.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. Ex^a trabalhou com ele no Ministério algum tempo?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ele foi assessor parlamentar quando eu era Ministro.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Tinha contato direto com V. Ex^a?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O trabalho dele era trazer os pleitos dos Parlamentares até o Ministério, marcar as audiências, entrar com o Deputado ou Senador; eu recebia, saía, anotava as providências que deviam ser tomadas. Esse era o trabalho de um assessor parlamentar.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ele não integra o serviço público de carreira. V. Ex^a, ao assumir o Ministério, não pensou em preencher os cargos com pessoa de sua confiança?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, eu procurei ver quem servia, quem tinha boas referências. Permaneceram os que tinham boas referências. Os que não tinham boas referências eu troquei. Mas eu troquei muito pouca gente porque – não sei se V. Ex^a se lembra – era quase final de ano e eu tinha muita

missão a fazer. Eu fiz um trabalho muito grande no Ministério. E era melhor não trocar no time que estivesse vencedor. Só troquei os que eram fracos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E o outro assessor, o Sr. Roberto Miranda?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Era funcionário de lá depois e foi trazido...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– De lá de onde? Do Ministério?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, era funcionário do Ministério, se não me engano, das Comunicações e estava à disposição do Ministério... não, do Desenvolvimento... e estava à disposição do Ministério da Integração. É uma pessoa extremamente tímida. Sabe esses burros de carga? Uma pessoa que trabalha dia e noite e leva nas costas tudo aquilo?

Então, eu recebi aqui, inclusive a pedido do Sr. Marcelo. Mas esse não tem nenhum envolvimento. Foi vítima. O Sr. Marcelo pediu para depositar dinheiro na conta dele. O Sr. Marcelo inclusive declina isso em todos os seus depoimentos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor, nos anos em que o Sr. Marcelo servia a V. Ex^a, nunca suspeitou da conduta dele? Nunca teve algum indício de procedimento irregular da parte dele?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Nem nos contatos com os prefeitos?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, eu sempre inquiri os prefeitos com muito tato, com muito jeito, se eles estão tendo alguma dificuldade com o pessoal do gabinete. Ele só tinha elogios. Em três anos e poucos meses, só vi elogios. O Sr. Marcelo era uma pessoa extremamente simpática, como eu disse brincando ainda agora, bem parecida – tanto as prefeitas quanto os prefeitos elogiavam muitíssimo o trabalho dele – e muito dedicado. Eu nunca imaginei que isso pudesse acontecer.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E a Sr^a Maria da Penha, um deputado lhe pediu que a indicasse para algum Ministério? Foi isso?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Eu nunca tive nenhum ofício meu indicando a Dona Maria da Penha. Inclusive ela disse isso. Quem indicou foi o Sr. Líder do PMDB na Câmara.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Diretamente?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Foi a pedido do Sr. Divino. Quem indicou foi o Sr. Líder do PMDB na Câmara, Wilson Santiago. Quando falou Líder do PMDB, em algumas ocasiões, o próprio Vedoim diz: “Também foi pedido ao Marcelo para pedir ao Senador

Ney.” Mas eu não a conheci e nunca pedi nada para ela. E ela disse isso textualmente no depoimento dela.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– V. Ex^a não indicou nenhum outro funcionário para o Ministério da Saúde?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu nunca indiquei ninguém para o Ministério da Saúde. Absolutamente ninguém. E por uma razão simples: o Ministério da Saúde sempre foi uma seara de Deputados.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Sempre foi?...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Uma seara de Deputados. Foi indicado Ministro... era indicado pelos Deputados. Lá as indicações, ao que eu saiba, sempre foram de Deputados. Que eu saiba. Nunca tomei nenhuma...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Os Senadores nunca participaram?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O seu Partido nunca participou? A direção do Partido?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O Partido é composto de Deputados e Senadores. A parte de Deputados sempre fez essa escolha. A escolha era deles.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Era uma indicação de partidos?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Era uma indicação do Partido o Ministro. O Ministro. De funcionário... jámais entrei nesse mérito. Aliás, se olhar bem, eu tenho muito poucas coisas... A D. Maria da Penha, inclusive, diz isso. No relatório dela, ela diz aqui: “Não, eu não tenho essa informação, inclusive porque é uma coisa que eu gostaria de ser esquecida, porque, o que eu sei até agora, como se deu aqui, fui indicada para o Ministério da Saúde pelo Sr. Deputado José Divino, que foi conversado com os Líderes, e que foi pedido do Marcelo.” Mas eu nunca tomei conhecimento disso. O Marcelo nunca tocou nesse assunto. É isso. E foi indicado pela Liderança do PMDB – Câmara.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Esse episódio dos recursos transferidos... a tentativa de transferir recursos para o IPPES... V. Ex^a diz que, ao tomar conhecimento pela Sr^a Mariane, declarou: “Não, não me lembro de ter assinado”.

Ela disse que V. Ex^a não fez nenhum comentário. E me parece que isso é irrelevante, V. Ex^a ter feito ou não o comentário, até porque...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– ...se V. Ex^a não tivesse feito – veja bem, acho que até o beneficiaria – o comentário, isso teria lhe passado

até despercebido numa conversa telefônica. Mas se V. Ex^a afirma que “Eu não assinei” é sinal de que aquele fato lhe chamou a atenção. Obviamente. V. Ex^a, naquele momento, tomou conhecimento de uma irregularidade grave, de um fato grave. Repito: extremamente grave. Recursos da ordem de um milhão! E não o estou acusando. Estou dizendo que o fato é grave.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É grave. É claro que é grave.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Eu não o estou acusando de nada. Um milhão e seiscentos mil reais num ofício de V. Ex^a pedindo a transferência, que, aliás, seria legal, para um instituto no Rio de Janeiro, em outro Estado. Ao tomar conhecimento daquele fato grave, V. Ex^a diz “Só se eu assinei sem ler”.

Eu lhe pergunto, Senador Ney Suassuna – porque eu tenho o mau, ou o bom hábito, de julgar os outros por mim; eu me coloco na sua posição –: ao tomar conhecimento desse fato grave, V. Ex^a não procurou imediatamente pôr aquilo em pratos limpos? Como é que chega um ofício meu ao Ministério da Saúde tirando recursos do meu Estado para outro Estado e para uma entidade que nem conheço? Não era caso de pedir inquérito na Polícia Federal?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Veja só, Sr. Senador, a primeira coisa que aconteceu é que, quando eu pedi ao Ministro algum recurso e ele me disse “Faça um ofício no valor de um milhão e seiscentos”, e eu o fiz, e quando chegou lá, não tinha projetos para essas prefeituras, estava perdida. Era final de ano. E isso era dezembro. Dezembro é o final de mais atribuições... São muitas as coisas que eu tenho que cuidar. Eu, às vezes... ouço com muita frequência as pessoas dizendo “Ney, você quer abraçar o mundo com as pernas.” Não é não. É que eu acho que a gente tem que fazer tudo o que pode enquanto pode. E eu tenho que cuidar da... dezembro é final de ano. São festas nas empresas em Foz de Iguaçu, no Rio de Janeiro, na Paraíba... São muitas fases e atribuições. Além disso, aqui no Senado, as coisas vão rareando... aqui vai diminuindo no final do ano. A não ser naquelas turnês que a gente faz de votação acelerada. Quando eu soube que tinham acrescentado mais um milhão e quatrocentos, eu disse “Não, isso eu não pedi, não”. Está aqui no interrogatório da Dona Maria da Penha. No interrogatório na Justiça Federal, ela diz “que se trata de valor extra-orçamentário [exatamente o que pedi ao Ministro] que foi aprovado; foi enviado um novo ofício em que passou a constar, ao invés de um milhão e seiscentos mil, agora, três milhões. Foi acrescentado um milhão e quatrocentos. Em primeiro momento, foi informado que o Senador não tinha as-

sinado o ofício. Isso é a página 26 e 27 do relatório da CPMI. Em que data? Em 19 de junho.

Então, quando a D. Marilane diz que eu não falei... está aqui falado pela Dona Maria da Penha. Ela falando para a Maria da Penha dizendo “O Senador disse que não assinou”.

E eu afirmei a V. Ex^a que, depois disso “Se assinou, assinou sem ler”. Às vezes, acontece de vir levas de ofício. Podia ter passado uma coisa dessas na correria do dia-a-dia. Mas eu depois inquiri o Sr. Marcelo “Marcelo, e a situação do Ministério da Saúde?” “Foi resolvido. Foi um equívoco”. Para mim, passou e se encerrou. Então, encerrou aí: tinha sido um equívoco.

Agora, eu nunca imaginei – e talvez tenha sido por isso que eu não me detive a imaginar a gravidade – que pudesse sequer ser feito de uma forma como essa, porque isso não é permitido. A legislação não permite o senhor pedir para mandar para um Estado e depois um Estado ceder para outro. Isso não é uma coisa usual. Isso não está nem no registro da gente. Nem no nosso registro mental isso existe. Como isso podia ser possível? Somente uma mente doentia podia imaginar um “troço” desse: transfere para uma instituição que depois vai ceder para a Paraíba.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Veja bem: foram dois ofícios na verdade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Jefferson Péres, eu queria apenas pedir um aparte rápido para o Senador Heráclito Fortes.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se for muito rápido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É exatamente para colaborar com V. Ex^a e alertar para um fato: o Senador Suassuna diz aí que foi um recurso de final de ano.

Eu gostaria que o Conselho de Ética – e aí S. Ex^a não tem culpa nenhuma – investigasse a origem desse dinheiro porque, em final de ano, não se mexe com orçamento. É algum remanejamento, Senador Jefferson Péres. E é aí que começa a promiscuidade do Governo com as verbas orçamentárias: tirou de quem? Qual foi a origem? O Ministério remanejou para quê? Qual foi o Estado prejudicado ou qual foi o Parlamentar ou a emenda que foi desviada?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Posso responder, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – São 5.500 (cinco mil e quinhentos) Municípios. Muitos deles estão inadimplentes. É feito o empenho, mas o inadimplente não pode receber. Então, a sobra é cancelada. E há uma sobra. Essa sobra estará morta se

não for destinada a alguma outra coisa. Isso em todos os Governos sempre foi assim. Em todos os Ministérios sempre foi assim. Sempre as sobras orçamentárias... o Parlamentar chega lá e diz “Tem um restinho? Tem um saldinho? Tem alguma coisa?” Os Parlamentares, no final de ano, normalmente perguntam: “O senhor tem alguma sobra para me dar? Uma extra-orçamentária?” Tanto é regular que se chama emenda extra-orçamentária. O critério é o do Ministro. Cada Ministro tem seu critério. Não posso julgar a cabeça alheia.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Ney Suassuna, os recursos foram... depois houve nova tentativa para elevar o recurso para três milhões...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Do tal do Sr. Martins. Um diálogo extremamente incrível. Ela, a Srª Maria da Penha, conversando com o Deputado Gabeira, o Deputado Gabeira diz: “Mas então eu não estou entendendo. Então é uma bagunça o Ministério da Saúde?” Diz aqui o Gabeira: “Então é uma bagunça o Ministério? Alguém chega lá e diz isso aqui eu trouxe?” Aí ela diz “Não, o senhor sabe como é, a gente vai recebendo”. “Mas quem é esse Sr. Martins?” Ela diz “Não sei”. O que não é verdade porque, no outro telefonema, o Sr. Martins está conversando com o Sr. Vedoin dizendo: “A Penha não me atendeu.” Aí ela diz: “Não posso atender”. Esse é o diálogo.

O diálogo é incrível. É um diálogo assim... Então, trata-se, evidentemente, do mesmo Sr. Martins. [Começo aqui] Contudo, vale a pena uma pequena digressão para mostrar como nessa guerra de comunicação pautada pelas autoridades midiáticas, a falta de um estudo acurado dos diversos depoimentos serviu para ajudar a forjar versões e ilações que se apóiam em blefes facilmente desmentidos pelos fatos.

No dia seguinte, em 23 de dezembro [e isso é ela falando] de 2005 [perdão, aqui é a Polícia falando; a Polícia Federal], na interceptação do índice 887744, revela-se uma conversa entre Luiz Antonio com Martins, Assessor do Deputado Wanderval Santos, que reclama da conduta da Penha no Ministério. Luiz Antônio informa ao seu interlocutor que Marcelo havia feito contato com Penha e confirmado a autorização para o empenho de 5.000.000,00 (cinco milhões.)

Um milhão e seiscentos se transformou em três e agora havia uma tentativa de se transformar em cinco. Eu falei isso há poucos minutos.

Trata-se evidentemente do mesmo Sr. Martins que o Deputado Fernando Gabeira tanto se esforçou para rotular de funcionário do meu gabinete, conforme pode ser verificado no trecho onde Maria da Penha Lino é inquirida pelo Deputado.

O Deputado Fernando Gabeira pergunta: “Vamos então dar uma coisa mais concreta nessa conversa. O funcionário disse ‘Chegou o encaminhamento’. Para uma pessoa normal, ‘chegar um encaminhamento’ não pode ser nada mais abstrato. O que significa chegar o encaminhamento? Quem pediu? Foi o Senador Ney Suassuna? É isso que a senhora quer dizer? Chegou o encaminhamento pelo Senador Ney Suassuna? É isso?”

A Srª Maria da Penha responde: “É que desse Hipólito não foi ele. Também não vinha no papel timbrado do gabinete dele. Eu fiquei preocupada. Eu não recebi. Pedi ao rapaz para poder falar com a Assessora do Ministério. O que sei é que foi indicado e não era papel timbrado do senador Ney Suassuna. Um milhão e seiscentos mil era o que estava timbrado, mas esse dos três milhões, esse negócio de IPPES.” “E a da Fundação Hipólito Teixeira, senhora?” “Esse rapaz queria pegar uma carona.”

Esse é o âmago da questão. “Esse rapaz queria pegar uma carona.” “Mas que rapaz?” “O Martins que foi levar lá.” “E o Martins é quem?” “O Martins é o Assessor que eu nem sei de que gabinete é... ‘Pediram para te entregar porque vai ser essa relação que vai ser contemplada na questão do Senador Ney Suassuna.’ Eu falei mas você é doido? O Senador Ney Suassuna é da Paraíba. Isso é do Rio Grande do Norte.” Agora já estava metendo uma outra do Rio Grande do Norte.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Por que Hipólito é uma coisa...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Do Rio Grande do Norte.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A Fundação Hipólito é uma coisa, e o IPPES é outra?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas aqui estava juntando as duas. Se o senhor olhar naquele que eu passei para o senhor da Polícia Federal, daquele telefonema, ela diz “Será que eu tenho que ensinar vocês?” Depois, ela diz “A relação que os meninos fizeram”. “Que os meninos fizeram.”

Na interceptação que eu fiz a ela, ela diz “Eu nunca falei Tio Ney. Quem falou foi o tal do Ronildo. Eu nunca falei Tio Ney. De maneira nenhuma. Eu também nunca fiz essa acusação.”

Aí o Deputado Gabeira continua: “Mas, vem cá, então o processo do Ministério da Saúde é muito vulnerável. O Assessor que nem é Assessor do Senador Ney Suassuna vem com uma lista para ser encaminhada, e a senhora não estranhou?” Ela disse “Eu estranhei, por isso mandei procurar uma pessoa competente para resolver”.

O Deputado Fernando Gabeira: “Mas não ficou registrado isso de que esse Martins... Quem é esse Martins? A senhora não sabe? É assessor de quem?”

Houve alguma indagação sobre isso? Como ele apareceu com essa demanda?” “Ah, ele chegou falando em nome do gabinete.” Gabeira: “Que gabinete?” Maria da Penha: “Do Senador Ney Suassuna. Só que o papel timbrado não era do gabinete”. Deputado Fernando Gabeira: “E a senhora afirma que ele trabalha no gabinete do Senador Ney Suassuna?” Ela disse “Não.” “A senhora tem certeza de que ele trabalha em outro gabinete?” “Sim, ele trabalha em outro gabinete.” Página 34 e 35 do depoimento de Maria da Penha na 5ª Reunião da CPMI em Cuiabá.

E ela confirma isso no interrogatório dela perante a Justiça Federal, em 19 de agosto, quando diz que era uma emenda extra-orçamentária, de R\$1.600.000 (um milhão e seiscentos mil reais), mas que agora, novamente, veio com esse tal de IPPES; que o IPPES... O senhor viu que o cara disse “Fui eu que inventei”; ele disse textualmente: “Fui eu que inventei”. Marcelo fez o ofício; a menina afirma que datilografou e a outra afirma que assinou. E ainda põe em dúvida: “Não, o Senador...”

O Senador não tem nada a ver com isso. Eu não sabia de nada. Eu sabia das emendas, mas nada do que se passava nas minhas costas eu sabia. E eu acho que teremos que aproveitar essa CPMI para fortalecer esses sistemas, porque é muito vulnerável.

Um líder da Câmara me disse: “Eu fui ao Ministério, preocupado com isso, e pedi para ver a relação de indicações minhas. Tinha 28 (vinte e oito) ; só oito eram minhas. Vinte foram tinham sido colocadas para pegar a tal carona que o Sr. Martins estava querendo fazer”.

No corre-corre que é a vida da gente...

E aqui ela volta a informar: “O Senador disse que não tinha assinado”. E, depois disso, a Marilane me disse: “Só se assinei se ler”... Ela disse que ele tinha dito. E eu estou apresentando o “laudo grafoscópico” (*sic*) e, mais do que isso, a pessoa que assinou, a pessoa que datilografou.

Eu não creio que possa restar dúvida em relação a essa maldade que foi feita nas minhas costas, sem que eu soubesse.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. Ex^a, ao tomar conhecimento pela D. Marilane de que havia uma solicitação sua, por escrito, um ofício pedindo a transferência de R\$1.600.000 (um milhão e seiscentos mil reais) para outro Estado, para uma instituição que V. Ex^a não conhecia, apenas disse: “Então, eu assinei sem ler”...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, eu não assinei.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O que eu estranho – estranho apenas; não estou acusando... Eu teria, imediatamente, pedido à D. Ma-

rilane cópia desse ofício para iniciar uma investigação severa no seu gabinete, para saber qual era a origem daquilo. V. Ex^a, nesse momento, não fez nada disso; apenas disse: “Então, eu assinei sem ler”. V. Ex^a não quis saber o que havia assinado sem ler...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É claro que quis!

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Já vou concluir; ainda não lhe fiz a pergunta.

V. Ex^a não fez isso no dia seguinte ou no mesmo dia, não importa. Perguntou ao Sr. Marcelo, no dia seguinte: “E o IPPES?” O Sr. Marcelo informou: “Não, foi um equívoco. Já está resolvido”.

V. Ex^a não quis saber como aquilo tinha saído do seu gabinete? Um simples equívoco? V. Ex^a não se interessou em esclarecer aquela coisa tão nebulosa?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Como eu disse a V. Ex^a, a gente se alerta para alguma coisa que tem registro. Por exemplo: num lugar onde tem cobra venenosa, todos os animais sabem que cobra venenosa é perigosa; num lugar onde não tem cobra venenosa, a gente não tem esse registro.

Vou dar um exemplo: eu tinha um cão suíço, levei para Teresópolis, ele viu uma jararaca, não tinha registro de que era perigosa, foi brincar com a jararaca e morreu.

Eu nunca imaginei que pudesse passar pela cabeça de alguém criar uma fundação de outro Estado, o que não é permitido pela lei, e fazer um acordo para trazer ambulâncias cedidas para a Paraíba.

Então, primeiro, isso não me soou... não acendeu nenhuma... É diferente da situação de hoje, quando estamos vendo todo esse imbróglio.

Segundo, não tinham sido empenhados nem os R\$1.600.000 (um milhão e seiscentos reais). Então, era uma tentativa que eles estavam fazendo sem que nós soubéssemos; uma, não; duas: uma aumentando para três e outra aumentando para cinco. Era um “se colar...”, como se diz na gíria.

E eu perguntei, sim, ao Sr. Marcelo: “Veja o que está acontecendo no Ministério da Saúde. O que aconteceu?” “Não, foi um equívoco.” Foi um equívoco, acabou! Eu confiava plenamente nele.

Então, Senador Jefferson, se eu tivesse esse registro de que seria uma coisa danosa... Eu não tinha. Segundo, não seria empenhado; não havia projetos. Terceiro, eu jamais pude imaginar que a confiança estava sendo quebrada por parte de uma pessoa que há três anos e pouco, aqui no Senado, trabalhava comigo. Mas trabalhou também, em outro período, no Ministério da Integração e nunca deixou uma falha.

Eu sei que V. Ex^a pode dizer: mas a responsabilidade é sua.

Nem Cristo escapou da traição; nem Cristo! Entre os doze, Ele escolheu um para ser tesoureiro e foi lesado exatamente por este.

Eu, cá com os meus botões, fico me perguntando: “Meu Deus, houve alguma hora em que eu devesse duvidar?” Não, nunca houve.

Eu nunca tive relacionamento pessoal com o Sr. Marcelo; o relacionamento era funcional. Eu nunca fui à casa dele, nunca soube que ele tinha lancha, nunca soube que ele tinha BMW, nunca soube nada disso, senão teria alertado alguma coisa. E nunca soube nada porque nunca tive ligações maiores; a ligação era funcional. Ele era um excelente funcionário, elogiado por todos. Não havia razão para eu desconfiar. Então, para mim, era o suficiente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Não teria sido o Sr. Marcelo; V. Ex^a confiava nele. Mas teria sido outra pessoa do seu gabinete. E V. Ex^a não pediu abertura de inquérito para isso?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Como eu disse a V. Ex^a, não foi empenhado, então não havia esse problema. A informação foi... E falou-se em valores; não se falou em IPPES. Eu só vim tomar conhecimento – e afirmei aqui, minutos atrás – pela imprensa. Não havia IPPES. Apenas havia pulado para R\$3.000.000,00 (três milhões). Não se falava em IPPES. Eu vim tomar conhecimento pela imprensa bem adiante.

Se V. Ex^a analisar, começou-se a fazer acusações, daqui a pouco derivou e apareceu esse tal de IPPES. Até aí, eu não sabia desse IPPES, que agora um jornal transforma em mudança de registro, em mudança do dinheiro para lá, o que nunca foi sequer autorizado, porque não tinha fundamento, não tinha saída, não tinha como pagar. Então, nada disso me alertou por essa razão.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– V. Ex^a pediu o exame grafotécnico recentemente?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Depois que eu li na imprensa e mandei buscar... Interfonei para o Sr. Wilson, que assumiu no lugar... “Procure ver todas as emendas que tem aí; traz.” Quando chegou e eu olhei, eu disse: “Mas isso não fui eu que assinei”. Já havia dito antes a ela sem saber – sabia o valor – que não era minha. Mas mandei fazer o exame e, mais do que isso, fiz essa reunião, como eu disse. Apareceu quem assinou, apareceu quem datilografou, o que eu considero suficiente para mostrar que tudo foi feito à minha revelia.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Recentemente, uma funcionária sua assumiu a responsabilidade pela falsificação da sua assinatura ou não?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu não diria que houve falsificação, porque ela fez de boa-fé. Mas ela fez o meu nome.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Ela assinou por V. Ex^a?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Assinou por mim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Então ela falsificou a sua assinatura.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim, mas eu continuo dizendo que essa moça não fez de má-fé.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– E V. Ex^a fez o que com essa funcionária?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ela não está mais no meu gabinete. Ela é da Casa e pediu para sair do gabinete, diante desse fato.

Agora, se V. Ex^a...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– V. Ex^a não pediu à Presidência do Senado que abrisse inquérito contra essa funcionária falsificadora de assinaturas, falsária?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ela foi indicada à Corregedoria, que a ouviu, fez a audiência dela, fez o inquérito dela. Esse assunto não é de minha competência.

Agora, veja V. Ex^a, essa é a minha assinatura? Veja essa das quatro emendas, pedindo que pagassem e esse, da Chapada de Guimarães. Olhe que diferença! Se V. Ex^a olhar a minha assinatura e essa daí, verá que ambas... Também é o caso daquelas outras duas que eu falei, que também não são minhas assinaturas.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– E a outra funcionária? O que ela declara? Ainda não li essa declaração dela.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Uma declara que datilografou e levou para a outra, dizendo: “O Marcelo está pedindo para a senhora assinar...”

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Ah, a que datilografou.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – “...porque, se não assinar, o Senador vai perder essa emenda.”

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Ela levou para a outra assinar?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Datilografou e levou para a outra assinar.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Assinar por V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Por mim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Então ela também participou da fraude? Da segunda fraude?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ela declara que foi ela que datilografou, mas a mando do Sr. Marcelo. Ambas fazendo a mando do Sr. Marcelo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Ney Suassuna, não lhe vou perguntar sobre os Vedoin, porque eles dizem que não o conhecem, nunca estiveram no seu gabinete...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E eu não o conheço, não sabia da existência.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não há nenhuma prova, nenhum indício de que eles tiveram contato com V. Ex^a. Isso não consta dos autos, portanto me parece definitivamente estabelecido que em nenhum momento V. Ex^a se comunicou com os Vedoin.

E a respeito da declaração do Deputado Biscaia? V. Ex^a já falou sobre isso, mas eu insisto.

O Deputado Biscaia reiterou aqui que V. Ex^a teria usado aquela frase infeliz de que ele, Biscaia, deveria saber que 90% (noventa por cento) dos Parlamentares “levavam uma beirada nas emendas”. Ele veio aqui, reiterou, e V. Ex^a nega ter dito isso?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu já disse na imprensa duas vezes e vou reiterar aqui: ele está confundindo o interlocutor. E eu achei muito estranho, porque, no primeiro momento, ele disse que foi na CPMI. Eu expliquei que na CPMI era impossível, porque só fui duas vezes: na abertura, quando tudo o que falei com ele foi “Peço a palavra”, e na segunda, quando ele não estava presente – quem estava presente era Aleluia. Ele mudou a versão para essa tal de “bat caverna”.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Num local qualquer, V. Ex^a se encontrou com ele a sós.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E, nessa “bat caverna”, eu o encontrei, não tinha nenhum meio eletrônico. Ele falou “Não, era tudo em meio eletrônico”. Não. Eu vi uma pasta. Olhei a pasta e disse a ele: “Tudo o que eu peço, Deputado, é que seja duramente investigado. E eu quero justiça. Eu não estou pedindo favor a ninguém”. E saí.

Mas, na hora em que eu passei a reclamar do ofício para eu responder num assunto que estava sob segredo de justiça, na hora em que eu passei a dizer que dois meses e meio depois o Sr. Marcelo foi convocado, no meu gabinete, na hora em que eu falei que Deputados que tinham dinheiro colocado em conta – não fui eu quem disse; eu li na **Época**, em duas reportagens da **Época** e numa da **Veja** também, mostrando que pessoas que tinham dinheiro em conta foram retiradas, nomes foram colocados –, na hora em que eu reclamei de tudo isso e da mudança de rito, porque

é a primeira vez que uma CPMI não investiga **in loco**; manda para o Conselho de Ética, a partir daí, eu passei a ser **persona non grata** desse Deputado. Mas a ponto de não só fazer essa afirmação, e eu continuo dizendo que ele está confundindo o interlocutor, o que é estranho, porque ele diz que vazou da imprensa... Se só estávamos eu e ele, como é que vazou da imprensa? “Eu só afirmei porque vazou da imprensa.”

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ele diz que, em algum momento... Ele nunca procurou a imprensa para dizer isso.

Ele disse aqui, no seu depoimento, que, dias depois, ao ser indagado por jornalista a respeito de outro assunto, *en passant*, ele teria se referido a essa suposta frase de V. Ex^a. Ele próprio teria vazado para a imprensa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se V. Ex^a fosse o Presidente da CPMI e eu lhe dissesse que 90% (noventa por cento) dos Deputados “levam uma beirada”, V. Ex^a imediatamente não faria constar da CPMI, não teria relatado isso e pedido providências?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – É uma afirmação tão chocante que a reação teria sido essa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Era a obrigação, senão V. Ex^a acabaria pecando por omissão. Um magistrado que recebe uma informação como essa e não faz; estaria pecando por omissão. Eu fico surpreso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se a afirmação do Deputado Biscaia for inverídica, por ser altamente difamatória – não caluniosa – em relação a V. Ex^a, eu lhe pergunto: o que levaria o Deputado a mentir, a difamar V. Ex^a...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Vaidade! Vaidade. Ele está sob os holofotes e acha que... Neste momento, ele se acha o dono do mundo, o jurista, o juiz, o promotor... Vaidade pura.

Como é que ele vem aqui, convocado por V. Ex^a, fala numa reunião secreta, sai ali e diz: “Foi a pá de cal para o Senador Ney. Agora foi para valer”? Com que direito ele pode fazer... Não é um julgamento, não; já é a sentença: “Foi a pá de cal”! E eu fico surpreso, porque sempre tive uma boa... Eu me lembro de outras CPIs de que ele participou, não como... Deixe isso para lá.

Na verdade, eu fiquei surpreso, porque, a partir daí, ele passou a fazer carga. E eu não tinha feito carga contra ele. Tenho reclamado de como se pode fazer uma CPMI que muda o rito; que, dois meses depois, não tinha lido que o rapaz tinha sido demitido, portanto não podia ser convocado no meu gabinete; que pede para eu relatar um assunto que está sob segredo de justiça... Realmente, é uma coisa incrível. Eu até fi-

quei mais tranqüilo depois que vi que foi V. Ex^a quem convocou, porque eu não sei nem o que ele tem que se meter no Senado. A função dele acabou lá atrás. Ele já indicou para o Conselho de Ética. Mas foi V. Ex^a quem convocou, por isso eu até achei... Eu não sabia que tinha sido.

Mas o que é isso? O cara vai a uma reunião secreta, fechada, sai, dá uma declaração e diz: “Foi a pá de cal”. Está no **Correio Braziliense** a declaração.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– É a palavra de V. Ex^a contra a palavra dele.

Eu nem vou pedir uma acareação, porque, como o Deputado reiterou isso aqui e V. Ex^a, com a mesma firmeza, nega, creio que uma acareação seria inútil.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se só estávamos eu e ele... E eu achei estranho, Senador, porque ele disse: “Vazou”. Eu não entendi como é que, estando duas pessoas... Se não fui eu que falei, como é que vazou? É muito estranho.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Ele disse aqui que ele próprio teria vazado incidentalmente, não sei.

Então, eu dispenso a acareação. Não me parece necessária.

Mas a reunião foi aberta, não é? A reunião com o Deputado Biscaia foi aberta, não foi? O depoimento dele foi.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. O próprio jornal disse que foi fechada.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Não. Foi só para ouvir o Vedoin, que pediu que fosse fechada. O depoimento do Deputado Biscaia, creio que foi em reunião aberta. Não foi fechada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É uma informação que não está no jornal.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Nesse ponto, ele não transgrediu, não.

Senador Ney Suassuna, apenas para encerrar...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Deixe-me ler para V. Ex^a:

“Os Vedoin não se intimidaram com a defesa e abriram fogo. Darci disse claramente [isso é ele falando]...

O advogado do Senador, Luiz Carlos Silva Neto, disse que não reafirma não conhecer os Vedoin.

Demóstenes diz crer: “Vou atrás das provas”, avisou.

Durante mais de cinco horas, Darci e Luiz Antônio depuseram no Conselho. O Senador Wellington Salgado ganhou atenção especial dos colegas pelo empenho que demonstrou em revelar furos nas histórias contra os três Senadores: Serys, Malta e Ney. “Vamos cassar

sem prova o Senador mais votado do Espírito Santo?”, cobrava, referindo-se ao primeiro. “Ele, Malta, pode até levar uma censura por ter usado um carro sem procedência, mas cassar mandatos é demais.”

Os Vedoin não se intimidaram com a defesa e abriram fogo. Darci disse mais claramente ter negociado emendas com o assessor parlamentar de Ney Suassuna, Marcelo. O Senador será ouvido no Conselho de Ética.

“O depoimento foi uma pá de cal nos argumentos da defesa”, palpitou o Presidente da CPI dos Sanguesugas, Antonio Carlos Biscaia, que assistiu parte da sessão. “Suassuna vem dizendo que esse funcionário usou o seu nome indevidamente.”

Numa função de juiz: “Foi uma pá de cal”. Já está dando uma sentença.

Então, eu não entendi. Eu lamento muito. Espero que ele caia na consciência, pare com vaidade e cumpra o dever dele lá. Ele ainda tem muita coisa para fazer. Eu não entendo e não pude concordar com essa atitude, daí a minha revolta, porque é a terceira vez que esse cidadão bate em mim, dizendo coisas que não devia dizer.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Com a permissão de V. Ex^a...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Pois não, Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...quero apenas prestar uma declaração.

Eu estive presente durante os depoimentos do Vedoin e do Marcelo. E, em casa, à noite, assistindo à resenha, ao noticiário, eu não caí porque estava sentado diante das declarações do Deputado Biscaia, essas declarações a que ele se reporta. E ele se reportou não ao depoimento dele, que foi aberto; ele se reportou ao depoimento das testemunhas que aqui se encontravam: o Vedoin pai e o Marcelo, ex-assessor do Senador. Ele declarou coisas à imprensa que eu assisti à noite, em casa, e os jornais retratam que não tinha acontecido aqui em nenhum dos dois depoimentos. Eu assisti; é declaração minha. Eu estou afirmando isso. Eu assisti e estava sentado, mas, se estivesse em pé, eu poderia ter caído.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– E o caso seria acionar o Conselho de Ética da Câmara.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Provavelmente eu o farei depois de tudo, porque não é só esse fato; há outros fatos que eu estou colecionando, porque acho que ele passou dos limites. Mas isso é coisa posterior.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)
– Senador Ney Suassuna, para encerrar a minha par-

ticipação, porque, como eu disse, nós estamos apreciando de modo geral a sua conduta parlamentar, responda-me uma pergunta se V. Ex^a quiser.

V. Ex^a é Líder do PMDB aqui, é um líder influente do seu Partido. V. Ex^a me diga uma coisa – e esteja muito à vontade para responder: o correto, o certo, não seria um partido pedir ao Ministério para executar uma política pública aprovada previamente por ele, um programa de governo, para que coisas como, por exemplo, ambulâncias fossem distribuídas pelos municípios a partir de determinados critérios, levando em conta a renda **per capita** do município, as necessidades, o estado sanitário, etc., etc., etc., com metas sobre mortalidade infantil, sobre descongestionamento dos hospitais superlotados, prevenção de doenças, etc., etc., enfim, uma política pública bem organizada? E, a partir daí, executar essa política? A V. Ex^a não parece impróprio esse sistema de serem loteados os cargos públicos com partidos e parlamentares desses partidos conseguirem com os ministros liberação de emendas de forma a caracterizar favorecimento, sem nenhum critério, apenas o de amizade ou companheirismo político? Eu lhe pergunto: tudo isso não lhe parece impróprio? Isso não deveria ser erradicado de nossos costumes políticos?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Esse seria o Brasil ideal, essa seria a política ideal. E eu acho que nós, um dia, vamos conseguir. Se dependesse de mim, eu lutaria por isso. E é essa a razão de eu estar na política.

Para muita gente, o cargo público é um lugar de, vamos dizer assim, muito atrativo; eu diria que, para mim, é de muito trabalho, até porque eu presto contas todos os dias do que eu faço. No dia seguinte, às seis horas da manhã, estou dizendo para todas as rádios do meu Estado. Então, eu sou uma pessoa que pega duro no trabalho. Eu chego às oito horas da manhã, saio às nove horas da noite, quase sempre. E eu diria a V. Ex^a que, se dependesse de mim, isso seria o ideal. Mas a verdade é que nós vivemos no Brasil real e, no Brasil real ou na maioria dos países, na realidade, os partidos fazem as suas composições dividindo parte do poder.

Então, eu reconheço que o ideal seria que nós tivéssemos uma saúde lá em cima. No meu Estado é uma lástima. Eu queria que V. Ex^a visse um prefeito chorando, nobre Presidente.

Nós fomos a uma cidade chamada Itaporanga. E lá nós falávamos do hospital fechado. Fechado! Uma cidade de 50.000 (cinquenta mil) habitantes; fechado o hospital. E o prefeito de uma cidade vizinha, a gente chama de “Galego”. Galego na Paraíba quer dizer louro, porque ele é louro do olho azul. A gente chama

de “Galego de Caiana”. O “Galego de Caiana” dizia: “A minha prima de 19 anos, grávida, teve um parto difícil, começou a ter sangramento, não se tinha uma ambulância na cidade de Caiana”. Ele teve que botar num táxi. Levou para Itaporanga. Não tinha como atender, porque não tinha um anestesista; não tinha como atender. O posto de saúde não tinha; o hospital estava fechado. Levaram para Patos. A moça chegou morta por hemorragia. Dezenove anos, primeiro parto.

Então, a gente vê que infelizmente o sistema todo está muito ruim, mas, no caso específico da Paraíba, não pensem V. Ex^{as} que eu não vou continuar lutando para dar às prefeituras ambulância, porque é necessário. É o único modo que tem de sair...

O Prefeito de Patos acabou de bater com o carro, quebrou a rótula; teve que ir para o Recife numa ambulância. Não tinha como fazer a operação na Paraíba. Teve que ir para o Recife fazer a operação; teve que sair de ambulância.

E não existe campo de aviação, não existe aviação com iluminação noturna. Só tem em três cidades. Então, é muito difícil.

A realidade do Brasil colorido, do Brasil do Sul e Sudeste é muito diferente da do meu Estado.

Como eu disse, quando optei por ser político, eu optei por idealismo, nobre Senador. Mas eu lhe digo: levei uma cruz muito grande para a minha família. Para mim, eu fiz uma opção; eles estão pegando de carona essa cruz. E é muita dureza. Esse vexame, essa vergonha... Dois meses, três meses e pouco de paunacionalmente...

E tem mais uma coisa má, porque tem muita gente má. O Roberto Freire, por exemplo, ainda fez trocadilho. Como o meu nome é Suassuna e a CPI é Sanguessuga, ele disse: “Ney Sanguessuga”. Estava no exterior, não sabia... Ele não sabe nada a respeito disso. Tem muita gente que ainda fica tirando casquinha, fica atrás de uma notinha.

Eu vou dar um último exemplo para encerrar.

O Ministério Público mandou para o Senador Renan, Presidente desta Casa, um envelope lacrado com informações. Esse envelope lacrado, como veio, o Senador Renan passou para o Senador Tuma, que pediu ao Secretário-Geral da Mesa para que guardasse no cofre. Era uma sexta-feira.

No final de semana todo, eu vi na imprensa que documentos sigilosos que me explodiam estavam guardados no cofre e iam ser abertos na semana seguinte.

Na semana seguinte, nobre Senador Almeida Lima, eu fui ao Senador Tuma e disse: “Eu queria saber que documentos são esses”. Ele disse: “Vamos lá”. Mandou abrir. Estava na Internet deste a quinta. Não

tinha documento nenhum. Mas eu passei o final de semana levando, no Anselmo Góes, a notinha: “Tuma tem documentos que vão explodir o Senador Ney Suassuna”. Não tinha documento nenhum. O documento que mandaram para o Presidente do Senado, mandaram na sexta, mas na quinta já estava na Internet.

Não é possível que a gente continue com as coisas como estão, não é possível que a gente continue com esse denunciismo como está, não é possível que biografias... Eu estou há doze anos nesta Casa. Vem um bandido e diz: “Eu acho que ele sabia”. Me diga, Sr. Relator, me diga, Sr. Presidente, todos os senhores que analisaram esse processo, qual é a acusação que eu tenho se não de um Sr. Vedoin dizendo, em umas horas, “Eu acho que ele sabia” e, em outras horas, dizendo: “Eu acho que ele não sabia”? Mas essa é a acusação. Não tem uma outra. Procurem! Renuncio ao meu mandato aqui e agora e ainda cancelo a minha campanha na Paraíba se me encontrarem uma outra que não seja essa de o cidadão dizer: “Eu acho que ele sabia”. Mas noutra hora ele diz: “Não, eu acho que o Senador não ia saber isso. Eu não sei de acordo nenhum entre ele...”

Eu não consigo entender como é que se pode, no século XXI, fazer uma acusação como se fosse um estado de exceção. Fuzila! Não está certo isso. É porque eu sou teimoso e o meu Estado precisa.

Eu fiz Economia, Administração e Pedagogia, fiz dois cursos de pós-graduação. Fora do meu Estado, consegui ganhar algum dinheiro e me lembrei de que eu tive que sair atrás de emprego. Eu tive que voltar para o meu Estado para tentar mudar a situação. É isso que eu tento todo dia fazer. Eu não mereço isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Presidente, aqui encerro a minha inquirição e desde já comunico a V. Ex^a, mesmo antes da intervenção dos demais membros, que, se este Conselho puder se reunir na quarta-feira da próxima semana e se V. Ex^a concordar, eu estarei apto a apresentar o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Quero agora inscrever os Srs. Parlamentares que desejam fazer perguntas. Primeiro os Parlamentares membros do Conselho.

Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, por gentileza.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Ney Suassuna, não é confortável nem agradável, na posição de Senador, estar aqui, neste Conselho, a pedir esclarecimentos a um colega, numa Casa de iguais, mas nós temos que cumprir a função, principalmente na qualidade de membro deste Conselho.

V. Ex^a fala sobre a questão da assinatura falsa. Eu queria fazer uma pergunta a V. Ex^a: somente neste caso, envolvendo o Ministério da Saúde, assinaram por V. Ex^a ou detectou ou mandou instaurar uma investigação para saber se em outras áreas ofícios dirigidos a outros Ministérios e instituições do Governo Federal, também se procedia dessa maneira?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Depois de porta arrombada, normalmente a gente manda ver o que aconteceu, qual foi a vulnerabilidade. E eu pedi que fossem esquadrihados todos os computadores nossos, porque eu queria saber tudo o que tinha saído. E eu também pedi para que vissem nos Ministérios o que existia. Foram essas duas outras emendas que eu acabei de passar para o Relator... Ofícios. Um ofício pedindo que mandassem...

“Dentro dos parâmetros legais, peço ao Sr. Ministro que, se possível, pague as emendas parlamentares...”

“Com os meus cordiais cumprimentos, venho pelo presente encaminhar o Ofício 200/05, de 11.10.05 e a documentação anexa, assinada pelo Presidente da Associação Matogrossense José Aparecido dos Santos, do Município Chapada dos Guimarães, no Estado do Mato Grosso, que solicita empenho e a liberação dos recursos financeiros para o asfaltamento do trecho de dez quilômetros da MT-351 e o Lago do Manso, no valor de R\$2.000.000”, com a contrapartida de cento e tanto. A assinatura não é minha e é um ofício pedindo para liberar.

A segunda, a outra, é a seguinte: de uma emenda da Comissão de Assuntos Econômicos, que pede infra-estrutura para Campina Grande, para o Conde, para Cabedelo e para a Chapada dos Guimarães. É um ofício também. Não é a minha assinatura; é uma rubrica só.

Então, esses dois, eu encontrei. Nesse assunto, é uma emenda de comissão junto ao Ministério do Turismo. Foram as únicas outras duas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas era recurso original ou era remanejamento?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, é recurso original colocado no orçamento como emenda da Comissão de Economia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem declarado sempre – isso tem me deixado comovido, porque realmente mostra o que é o espírito público – a doação de 80 (oitenta) ambulâncias do...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E duas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De 82 (oitenta e duas) ambulâncias do próprio bolso.

Qual foi o valor desse investimento?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu não sei precisar a V. Ex^a por uma razão simples: como eu expliquei aqui, muitas eu comprei novas; outras, eu peguei da prefeitura, que estava toda “esbudegada”, toda quebrada e tal, levei para Campina Grande, fiz todas as reformas e devolvi. Isso aconteceu oito anos atrás, foi no meu primeiro mandato. Então, eu não sei dizer a V. Ex^a. Doze anos atrás.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Apenas uma preocupação com V. Ex^a: fez a devida declaração de Imposto de Renda dessas doações?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu coloquei nas minhas despesas normais. Naquela época, eu coloquei nas despesas pessoais, porque são muito variadas, Senador. Algumas precisavam de suspensão, troca de pneus, motor; outras precisavam de tudo isso. São coisas que...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas quando fazia aquisição de ambulância nova...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Algumas foram colocadas como coisa assim, mas isso, como eu disse a V. Ex^a, faz muitos anos. Foi no primeiro mandato.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a cita o caso de um líder que reclamou de 28 (vinte e oito) emendas que apareceram com a responsabilidade dele, quando, na realidade, ele reconhecia apenas 14 (quatorze). Há algum problema em revelar o nome do líder?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Há alguma dificuldade?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É o Deputado Wilson Santiago.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr. Relator, evidentemente não é função do Conselho proceder a uma investigação mais aprofundada desta questão, mas eu solicitaria que esses fatos fossem comunicados para que fosse dado subsídio ao processo de investigação. É preciso que essas coisas, Senador Jefferson Péres, sejam apuradas. A questão das ambulâncias é apenas uma gota d'água no oceano. A promiscuidade com o recurso público está chegando ao limite do insuportável. Imaginem o Líder do PMDB na Câmara dos Deputados. Esse é um caso que nós conhecemos, Senador Sibá. E os outros? De se mandar recurso dessa natureza e alguém brincar de assinar em nome do líder para obter vantagens e recursos. E a porta arrombada do Ministério que não verifica a autenticidade de assinatura não se justifica, afinal de contas é dinheiro público. Seria preciso que houvesse pelo menos uma conferência: Deputado, nós recebemos isso aqui. São 28 (vinte e oito) ambu-

lâncias! É evidente que, na condição de líder, como é o caso dele e do Deputado Santiago, é necessário atender outros Estados. Mas o Ministério não pode tratar um assunto dessa natureza como se fosse uma brincadeira.

Queria fazer uma pergunta...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite prestar uma informação?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quando se pede a outros Estados, pede-se apenas como apoio aos Deputados ou a outro Senador. Agora, no caso específico que V. Ex^a está citando... Eu citei aqui um caso pior: o caso desse Sr. Martins.

Esse Sr. Martins, que eu não conheço, nunca ouvi falar na minha vida, levou uma documentação, dizendo que era do meu gabinete e pedindo para alterar para R\$5.000.000,00 (cinco milhões). Cinco milhões! Quer dizer, virou uma coisa assim... E isso tudo nas costas da gente, sem a gente saber o que está acontecendo!

Acho que V. Ex^a tem toda a razão. Por isso fui a favor do orçamento impositivo. Levei ao meu Partido, embora contra a vontade do Governo, para votar – e votamos no Senador – o orçamento impositivo. Isso não pode continuar desse jeito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E o orçamento impositivo não repara erros gritantes dessa natureza, porque se trata de uma promiscuidade entre a matriz e a filial.

É bom que a nação entenda que o Congresso está pagando pecados cometidos na condição de filial; a matriz é lá, o Executivo. É preciso que seja investigado o Executivo, porque, se é o Executivo quem paga, Sr. Presidente, é o Executivo quem detém o recurso. E essa promiscuidade é feita exatamente pela maneira com que se manipula o recurso aprovado por lei nesta Casa, onde não se respeita sequer o que foi aprovado nesta Casa.

Quinta-feira, eu soube de um caso gravíssimo, envolvendo uma emenda do Estado, sob a minha responsabilidade, no Ministério das Cidades. O assessor juntou-se, no último dia... Estou tomando as providências já hoje; inclusive vou pedir imediatamente ao Ministério Público, vou mandar cópia para a Polícia Federal, já que ela está com vontade de apurar e é republicana...

V. Ex^a imagine, Sr. Relator, sentaram-se e disseram: “Esse não pode, porque é da Oposição e bate no Governo”. Aí chamaram a bancada do meu Estado e perguntaram: “Quem precisa de recursos na área?”

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Tiraram de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu queria perguntar: esse ofício de R\$1.600.000 (um milhão e seiscentos), qual é a data?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Dezembro. E esse é outro erro: deixam tudo para o final do ano, na última semana. Tudo congestionado. As emendas têm que ser aprovadas no máximo até o dia 5 do mês de janeiro, quando se dá uma folga no sistema. Se não, tem que ser no dia 30. E aí acontece como na época em que eu fui Ministro. E funcionou bem o Ministério por uma razão simples: eu levei todo mundo, até as três horas da manhã, trabalhando no Ministério. Mas eu levei jantar para todo mundo, fiquei lá com eles até... Nós empenhamos 95% (noventa e cinco por cento) das emendas contra outros que empenharam só 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento), 40% (quarenta por cento), 50% (cinquenta por cento). Agora, eu concordo com V. Ex^a, não pode haver essa concentração, porque, naquela balbúrdia toda, acontecem casos como esse, que passam despercebidos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu não gostaria de falar do passado, não, mas essa convivência com o PMDB, do nosso Senador está voltando a um passado recente.

Eu era Líder na época e me lembro de como essas coisas aconteciam. Lembro, inclusive, as crises que geraram no Ministério de V. Ex^a por conta dessas liberações. Não vamos falar disso, mas do momento atual, porque seremos mais objetivos.

Agora, Sr. Presidente, imagine o que ocorre: se-gura-se a emenda até o último minuto.

Se a prefeitura está inadimplente, qual é o dever do Ministério? Comunicar ao município. Se o Ministério quer defender o interesse público, Senador Jefferson, e a ambulância ou o benefício é fundamental é evidente que compete ao Ministério fazer isso. Para tanto ele tem assessoria parlamentar que comunica ao parlamentar ou se dirige diretamente ao município.

Enquanto isso, vem uma outra turma, uma outra gangue, e prepara os municípios para receber.

Eu me pergunto: como é que, no dia 28, você cancela de um município que tem, Senador Sibá, problemas de prestação de contas ou seja lá o que for e imediatamente, no dia 28, já entrega para outro município que já deve ter um projeto? É o chamado “papai-e-mamãe”: você tira de um e bota no outro. É uma coisa desavergonhada.

É evidente que isso não é novo, mas o atual Governo aperfeiçoou e ampliou todos os erros que vieram do passado, que prometeu à nação brasileira que ia corrigir. Pelo contrário, piorou.

Eu só espero, Sr. Presidente, que essas investigações prossigam. Dessa “Operação Sanguessuga”,

o que se sabe é que, através de ligações telefônicas, escutas autorizadas pela Justiça, já disseminou irregularidades em vários outros Ministérios. E há um jogo de empurra-empurra, Senador Sibá, para aguardar os próximos dias. Mas esta é uma questão que nós temos que separar, porque esta não é uma questão eleitoral; é uma questão nacional. Tem que se acabar com isso! Não é possível, Senador João Alberto, que continue.

Uma última pergunta, Senador. V. Ex^a também contou uma história que me comoveu muito, a respeito da moça que morreu na Paraíba. Em que data foi isso?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nós estivemos lá há um mês; fazia um mês que ela havia morrido, dois meses atrás.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a é Líder, Líder de peso. A palavra do Senador Ney, como Líder do PMDB nesta Casa é válida. Quantas votações V. Ex^a parou aqui? A minha comissão é um alvitre da sua liderança, uma beneficiária da sua liderança, dentro da regra do jogo normal e democrático.

Eu pergunto: V. Ex^a não questionou o Presidente da República quando Sua Excelência disse que a saúde no Brasil estava chegando à perfeição, ao sentir uma tragédia como essa no seu Estado, com pessoas da Paraíba? Ouvir calado as declarações do Presidente de que a saúde está chegando à perfeição não lhe dava pelo menos a motivação para questionar?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador Heráclito, eu sou um admirador de V. Ex^a, porque V. Ex^a é um homem persistente. E V. Ex^a me bota num canto da cerca! Dessa vez não conseguiu, porque eu fiz um discurso, na tribuna do Senado, contando essa história e contando com muita amargura, comentando que não é possível que as cidades pequenas fiquem tão à mercê. E estamos falando de coisas até simples.

Eu sei que é muito difícil resolver todos os problemas, mas, por exemplo, quem precisa fazer hemodiálise numa cidade pequena está morto. Ou então fica como um mendigo, porque não tem dinheiro para pagar o hotel. É uma coisa muito deprimente. Mas isso não é coisa que a gente possa resolver também num passe de mágica, no abracadabra. E eu tenho certeza de que, com a colaboração crítica de V. Ex^a e a força que poderemos empenhar com o orçamento impositivo, vamos terminar melhorando. Solucionar do dia para a noite é impossível, mas vamos conseguir.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Ney, eu concordo com V. Ex^a, mas não falei em solução imediata. Eu falei no protesto de V. Ex^a pelo sofrimento de seus conterrâneos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Fiz da tribuna do Senado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas o fato de o Presidente dizer que a nossa saúde está chegando à perfeição... Eu me preocupo com o Senador, com o candidato, com o homem que se expõe no dia-a-dia, porque a sua função de Líder é privilegiada. E a liderança, no meu modo de ver, Senador Suassuna, tem o lado bom, do elogio, mas tem o lado da crítica. Na hora em que o Presidente da República diz isso, no Rio Grande do Sul, e V. Ex^a, na Paraíba, vivendo um drama, não protesta, pelo menos em solidariedade a esse caso que, para mim, agora, será um caso simbólico? É um caso grave, simbólico. Os eleitores ficarão tristes, os seus amigos, os seus companheiros, pelo ato de omissão. É uma crítica política, é uma questão, Senador Sibá, V. Ex^a que é o paladino da defesa, com toda a justiça, inaceitável.

No mais, Sr. Presidente, eu estou satisfeito. Queria apenas pedir a V. Ex^a que encaminhe essas informações sobre o orçamento para a investigação que está sendo feita nesse processo da “Operação Sanguessuga”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, eu tenho que tomar uma providência de ordem interna, antes de passar a palavra ao Sr. Relator. São 12h28min. Às 14 horas, teremos aqui as oitivas. Nós convidamos o Sr. José Luiz Cardoso e Hazenclever Cançado, nos autos da Representação nº 3, de 2006, referente ao Senador Magno Malta. E, às 15h, haverá outras, em função da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Malta.

Perguntaria a V. Ex^{as}: nós continuaríamos direto a reunião? Ainda vai se manifestar o Relator e solicitaram a palavra os Senadores Sibá Machado e Almeida Lima. Nós ficaríamos direto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se V. Ex^a tem sustância para tanto continue.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como praxe, nós temos almoçado aqui, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exatamente. Nós vamos continuar até as 14h mais ou menos, talvez até as 13h30min, no mínimo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Faria esta, terminaria e deixaria a outra para as 15h.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, já estão convocados...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O Conselho tem recursos para pagar, com certeza, o almoço.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sugiro almoçarmos aqui mesmo, como fizemos até agora. Em todas as reuniões que passaram do horário de meio-dia, nós almoçamos aqui. Talvez V. Ex^a pudesse providenciar um cachorro-quente. Continuamos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Até porque isso fará bem ao Senador Ney, neste depoimento. Quanto mais cedo o ouvirmos melhor. Se interromper e recomeçar...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, eu não ia interromper.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vamos prosseguir com o depoimento dele até o fim.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Até o fim. E continuaríamos normalmente.

Passo a palavra agora ao Sr. Relator, que, se assim quiser, poderá fazer comentários sobre a intervenção do Senador Heráclito Fortes.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Nenhum comentário a fazer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Heráclito Fortes apresentou uma solicitação ao Conselho para comunicar à Câmara.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – À Câmara, à Polícia Federal e ao Ministério Público, que estão no processo de investigação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O que o Sr. Relator tem a dizer a esse respeito.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Creio que não. Talvez à Câmara, que, se desejar, pode tomar alguma providência junto ao seu Conselho de Ética para a abertura de uma CPI naquela Casa. Creio que aos demais órgãos de investigação não há necessidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Veja bem, Sr. Relator, há um inquérito instaurado com apuração feita. A minha sugestão objetiva inclusive facilitar esse trabalho. É um serviço que prestaríamos, já que ouvimos depoimentos que confirmam o que todos sabemos. Os depoimentos estão apenas subsidiando a investigação e podem ajudar na identificação da origem e do remanejamento das verbas do orçamento.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Os inquéritos são especificamente sobre o caso das Sanguessugas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. Já está muito amplo. Já estão ouvindo, por exemplo, a Infraero. Ampliou muito.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Mas acredito que não ampliar para investigação sobre outros fatos ocorridos no seio do Congresso sem relação direta com as ambulâncias. Seria necessário a instauração de outro inquérito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Esse recurso seria também para a área da saúde, para a área das ambulâncias. Então, está no assunto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Essa preocupação está plenamente respondida. A CPMI vai até seu prazo normal de 180 (cento e oitenta) dias. Ela encerrou esta primeira parte que trabalha sobre os Parlamentares. No que diz respeito às outras instituições, o trabalho da CPMI vai ser mantido. Pelo que me consta, a Justiça Federal também não está parou o seu trabalho nas audiências com a família Vedoin, muito menos a CGU e a Polícia Federal. Estão todos a postos, realizando um trabalho rigoroso sobre isso. Acredito que este Conselho enviar uma recomendação a mais pode ser útil, mas é dispensável. Não é preciso. Estou acompanhando tudo de perto, e isso está sendo levado a cabo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator, no meu entender, o Senador Heráclito Fortes teria que formalizar o requerimentos para que pudéssemos tomar as providências cabíveis.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não há problema. Formalizarei e entregarei a V. Ex^a.

Quero registrar aqui a moderação com que o PT de hoje quer apurar fatos. Quero parabenizá-lo. Essa é uma atitude moderadora. Acho que V. Ex^a, investigativo como foi em passado recente, poderia colaborar. A minha intenção é de acelerar. Evidentemente, vou de encontro ao pensamento do seu Partido, mas, tudo bem, isso é outro ponto.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Heráclito Fortes, se dependesse de mim, haveria uma operação mãos limpas no Brasil todo, uma operação de devassa geral, mas não me parece próprio que nós, ao tomarmos conhecimento no Congresso de um fato que configura irregularidade e até crime, tendo uma CPMI instalada aqui, comuniquemos para a Polícia Federal e não à CPMI já instalada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sinto-me satisfeito com o encaminhamento à CPMI da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Minha dúvida já foi sanada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, esta experiência de estar aqui realmente é algo difícil para todos nós. O trabalho que já foi feito em diversas CPMIs nesta Casa, em comissões externas e

em investigações, levantamento e contribuições com elucidação de fatos é claro que tem muito me ajudado. É notório que isso tem sido de um... Todos os dias, quase que diariamente, tenho convivido com excessos, muitos excessos, e a partidarização do debate. Quando surge uma investigação, no meu entendimento, devemos ir a fundo para encontrar fatos que possam ter qualquer relacionamento e, a partir dele, fazer a divulgação que bem entender. É claro, contudo, que vi nas demais CPIs, como foi a dos Correios e a da Compra de Votos, como tantas outras, inúmeros documentos, inclusive pude ver que documentos originais foram arrancados e tais originais publicados na imprensa.

É difícil, Sr. Presidente, não ser, vamos dizer assim, uma pessoa de notícias para a imprensa. Aquilo que ocorreu lá em Cuiabá me deixou profundamente entristecido, até pedi para sair. Não queria mais participar. Fui acusado naquele momento de ter sido a pessoa que passou informações para a imprensa. Fui acusado de ter infiltrado na reunião um assessor da Senadora Serys Slhessarenko, que estava lá naquele momento, para passar informações. Digo para V. Ex^a com toda a segurança: se eu quisesse passar informação, passaria pessoalmente. Eu não precisaria de terceiros para esse tipo de coisa.

Fiquei também muito chateado porque vi Parlamentar sair da sala e fazer uma cobertura muito ampla de uma reunião fechada, reservada, fornecendo inclusive detalhes do que aconteceu, e não sei nem se acrescentou alguns pontos por decisão própria.

Gostaria de dizer muito claramente que participei até hoje tentando colaborar com os trabalhos. Se o trabalho for no debate da queda de braço da política, entro perfeitamente, porque a Constituição me protege, e estou aqui com essa finalidade também. Mas estamos no momento de ouvir o Senador Ney Suassuna, porque contra S. Ex^a chegaram todas essas informações.

Queria já dizer de imediato ao Senador Ney Suassuna que, em todos os momentos em que tive oportunidade de participar de oitivas com os Vedoin e com outras pessoas, a primeira pergunta feita é se V. Ex^a teve algum relacionamento, presença física ou por telefone. Todos afirmaram que jamais tiveram com V. Ex^a. Na oitiva com o Sr. Marcelo, funcionário do gabinete de V. Ex^a, S. S^a disse que jamais partiu dele um telefonema para qualquer uma das pessoas que o acusam de ter participado de ilícitos em relação a essas emendas parlamentares. O Sr. Marcelo foi acusado pela família Vedoin de ter recebido cerca de R\$200.000,00 (duzentos mil), R\$222.500,00 (duzentos e vinte e dois mil e quinhentos), em 14 (quatorze) parcelas durante um ano, mas afirma que o único dinheiro que recebeu foi

referente à venda de um barco que seria negociado por R\$50.000,00 (cinquenta mil) e que teria recebido um adiantamento de R\$29.000,00 (vinte e nove mil).

O que mais nos preocupou é até onde o Sr. Marcelo poderia estar agindo a pedido de V. Ex^a ou por excesso de zelo do que seria a confiança que tem no trabalho com V. Ex^a ou por interesses pessoais. Nessa pergunta, o Sr. Marcelo disse que jamais trabalhou fugindo da regra de seu comportamento, fugindo da regra da confiança que teria de V. Ex^a e que jamais teve negócios com a família Vedoin. Aqui figura novamente a questão da palavra pela palavra. O que chamou a atenção deste Conselho é que, com relação aos R\$29.000,00 (vinte e nove mil), não nenhum documento, nenhum papel. Foi uma venda de palavra, um acordo verbal, que depois foi desfeito. Foi feita, então, uma segunda venda, mas também não sei se ele devolveu os R\$29.000,00 (vinte e nove mil).

Nesse contexto, chamou-me a atenção o seguinte fato. V. Ex^a é um empresário muito bem sucedido e, sendo um empresário muito bem sucedido, corroborado agora pela informação de que doou sim ambulâncias para diversas Prefeituras com recursos próprios, teria interesse de ficar obcecadamente indo atrás de 10% (dez por cento) da família Vedoin, ou seja, R\$222.500,00 (duzentos e vinte e dois mil e quinhentos reais) resolveriam o problema de V. Ex^a com as Prefeituras ou crise financeira?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Dessas ambulâncias compradas pelo governo, só 14 (quatorze) foram compradas da Planam. Dessas 14 (quatorze), onze foram doadas para adversários nossos. Quando doe, consertei ou reformei ambulâncias, fiz durante o meu primeiro mandato. Jamais sujaria o meu mandato! Jamais trairia o povo do meu Estado! Inclusive costumo dizer com toda a certeza, e já disse várias vezes e estou dizendo aqui, que eu preferia morrer no dia anterior a trair a confiança do povo da Paraíba.

Entrei para ajudar o meu Estado porque eu não queria que outros jovens, como eu, tivessem que sair do Estado para procurar emprego, não queria que a situação fosse esta.

Todos disseram que eu não recebi. Todos disseram que não tiveram comigo. Mas um jornal, **O Globo**, em 27 de junho, disse que eu recebi dinheiro deles. Essa é uma afirmação incrível! Se ninguém me conhecia, se ninguém falou comigo, se ninguém sabia, se Marcelo disse que não recebia, disse que não passou, como o jornal diz?! Mas outro disse até mais, disse que eu não só recebi como também devia R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), e vai por aí afora.

O que temos ouvido são afirmações muito sérias, Senador. Fico às vezes pensando no porquê. Acho que realmente estamos precisando repensar muitas coisas no Brasil. Não pode continuar da forma como está acontecendo agora: as acusações estão sendo feitas e não temos sequer direito de defesa. Não podemos realizar um linchamento. Estão dizendo que foi recebido 222 (duzentos e vinte e dois), se é que recebeu, porque o que se comprou na Paraíba em 14 (quatorze) ambulâncias foi 1.2000,00 (um milhão e duzentos). Se eram 10% (dez por cento), dava 120 (cento e vinte), em dois anos, para dividir. Isso não tinha significado. Todos aqui sabem, nesses 12 anos, quantas vezes eu financiei até do meu Partido. Teve ano que eu paguei a propaganda do meu Partido, por que eu iria me sujar por R\$20.000,00 (vinte mil reais) ou R\$30.000,00 (trinta mil reais), porque era a divisão que dava?

A Folha de S. Paulo foi à Paraíba e fez um levantamento das ambulâncias vendidas: o carro custa 76 (setenta e seis), a minha emenda era de 80 (oitenta). Ainda tinha que fazer a transformação! De onde surgiu esse dinheiro? De onde surgiram esses montantes? Um outro jornal coloca aqui...

Fico impressionado!

...que vou gastar 130.000.000,00 (cento e trinta milhões) para poder ter a garantia do mandato. Isso não existe! Na Paraíba, a declaração que fiz para a campanha é de 5.000.000,00 (cinco milhões), mas aqui está: 130.000.000,00 (cento e trinta milhões) para ter imunidade. São coisas que não cabem, mas para o público... Quem está aqui, como nós, no dia-a-dia, estamos tão acostumados sabendo que é mentira, que entra por um ouvido e sai pelo outro, quando não é com a gente. Agora, o cidadão comum que lê isso aqui diz "Isso são uns bandidos. O cara está gastando 130.000.000,00 (cento e trinta milhões) para ter imunidade." Imunidade de quê, se não tenho culpa de nada! Imunidade para quê, se não fiz nenhum pecado, se não fiz nada errado! Desafio a qualquer um: qual é a culpa que tem nesse processo a não ser um Vedoin dizendo "eu acho que ele sabia"? Mas tem hora que ele diz que acha que não sabia. É um negócio...

Realmente a pergunta de V. Ex^a me deixa até um pouco revoltado, irado, porque é muita pedra sem razão.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me mais duas perguntas.

Senador Ney Suassuna, qual era o salário do Sr. Marcelo?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Seis mil e oitocentos reais. Com algumas coisas que tinham, totalizava por volta de R\$8.000,00 (oito mil reais).

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Sr. Marcelo afirmou que estava em crise financeira, comprou casa, teve que reformar casa e teve isso. O Sr. Vedoin me falou que esteve uma vez no gabinete de V. Ex^a. Foi perguntado para ele inclusive descrever o cenário de lá...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu li. Ele esteve na Liderança por alguns minutos...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – No gabinete da Liderança.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É, mas não falou comigo. Entrou passou 10 minutos e saiu. Foi o que ele disse, que nunca me encontrou e que nunca falou comigo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só para eu ter uma idéia, as pessoas que entram no gabinete da Liderança ou no gabinete de apoio de V. Ex^a costumam ser pessoas com reserva de atendimento, anunciadas, ou costumeiramente alguém chega, bate à porta e diz que quer entrar e falar? Isso pode acontecer de súbito, sem avisar que está chegando? Como isso funciona?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Vou convidar V. Ex^a, quando acabar o recesso, para passar uma tarde comigo no gabinete da Liderança. O dia que eu menos atendi pessoas, atendi 70 (setenta) pessoas. São levas de pessoas, porque são muitos os assuntos.

V. Ex^a não estava aqui presente quando falei que atendo a Bancada, com todas as suas demandas, Prefeitos que vem dos Senadores, solicitações dos Senadores. É a maior Bancada. Não bastasse isso, cada vez que temos uma lei importante para ser votada são dezenas, centenas de interessados. Por exemplo, a lei da nova receita, a junção das receitas já me trouxe levas de procuradores, advogados, inspetores fiscais da receita, da previdência, etc. É uma multidão. Tem horas que não cabe na sala. Como é que vou controlar quem entrou ou quem saiu? Controlo quem atendi. Mas uma pessoa que entrou e saiu não dá para saber. Na Liderança do PMDB, não dá para saber. Duzentos e vinte e três Prefeitos, todas essas partes envolvidas, as pessoas da minha Bancada, quando não recebemos pedidos outros, de outra natureza, daqui de Brasília mesmo. Por exemplo, vai haver o encontro nacional de nudismo, o cidadão vai lá com um horror de gente para pedir apoio. Os cantores, essa lei que tivemos aí... É muita coisa! V. Ex^a está convidado para ver... o que é uma confusão grande é a Liderança.

Agora, eu não tenho só aquele gabinete. Tenho outro gabinete, que atende os Prefeitos por cada demanda. Cada Prefeito que vem faz questão de fazer... e muitos Prefeitos não vêm sozinhos. Trazem Vereadores,

ou para conhecer Brasília ou para uma demanda especial.

Acho que V. Ex^{as} do PT têm muita sorte. Acho que nós, do PMDB, realmente pagamos um preço muito caro por sermos o maior Partido, ainda sobra a Liderança da Maioria, que também tem muitos encargos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A última pergunta que queria fazer a V. Ex^a é ainda sobre a delegação de responsabilidades. O Sr. Marcelo tinha apenas a confiança de que estava tudo tranqüilo ou V. Ex^a delegava também algumas responsabilidades em nome de V. Ex^a?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ele tinha plena delegação nas funções dele. Eu sou, como disse, um empresário. Eu atuo na área de escolas, 1º e 2º graus e universidades, na área de construção, na área de *shoppings*, etc. Se eu não delegar... Tenho um sistema de ensino a distância que tem alunos em 48 (quarenta e oito) países. Se eu não delegar, não consigo fazer nada. Quando eu entrego uma missão, entrego a missão plenamente, e quem me responde é ele. Ele tinha autoridade para trocar, apenas me comunicava que estava fazendo a troca. Não sou eu que tenho que fazer a escolha do novo. Quem tem que fazer é ele porque eu vou cobrar dele. E tem sido assim sempre.

Então, a delegação das emendas. V. Ex^{as} já fez suas emendas. Tomo a decisão de onde vou colocar as emendas e das cidades que serão atendidas. Tenho 223 (duzentas e vinte e três) cidades, mas sou Senador de uma vaga – V. Ex^a é de duas –, o de uma vaga é igualzinho a Governador. Tenho que atender os 223 (duzentos e vinte e três) Municípios. É uma... É a terceira vez que estou em eleição para uma vaga. Tenho que atender 223 (duzentos e vinte e três) Prefeitos. Então, a recomendação que dou é qual será a emenda a ser colocada. Sempre ponho genérica. Só divide depois. Para que Ministério? Sou eu que decido. Para que cidades? Quais foram as cidades que ainda não receberam? Tenho que ter uma obra em cada cidade. Se eu não tiver uma obra em cada cidade, como vou chegar na cidade e dizer “eu vim pedir os votos de vocês”, se eu nunca fiz nada por aquela cidade? A gente está falando...

Todo esse escândalo são 14 (quatorze) ambulâncias que foram compradas da Planam, emendas de 80 (oitenta), onde ele diz aqui que, com 80 (oitenta), ele não poderia comprar, porque custava 76 (setenta e seis). Acabei de mostrar e passar para o Relator o preço do carro. O Siafi também mostra o preço. Nas minhas emendas não tinha como. Nessa mesma colocação minha, tem gente que colocou 160 (cento e sessenta), tem gente que colocou 180 (cento e oitenta). E

acho que tem que estar na cadeia mesmo, porque isso é roubo. Agora, por que eu botei 80 (oitenta)? Porque, se o carro custa 76 (setenta e seis), sobram 4 (quatro). Custa de 8 (oito) a 12 (doze) a transformação, e o Prefeito tem que colocar a parte dele. Dessa forma, se atende sem deixar margem. Eu tinha algum sistema de segurança? Tinha! A emenda ser pequena. Não era uma emenda que dava margem a isso.

Agora, aconteceram alguns fatos, que alertei inclusive, que a gente tem que olhar. De onde se pagou 225 (duzentos e vinte e cinco) se só foram compradas 180 (cento e oitenta)? E a **Folha de S. Paulo** foi lá, olhou e disse que havia dado de lucro para quem vendeu 200 (duzentos) por cada ambulância vendida, falta a transformação. Quando olho e vejo na imprensa ser dito que foram roubados 110.000.000,00 (cento e dez milhões), e não compraram os carros? Alguns foram superfaturados, tem que colocar na cadeia. Mas, espera aí, essa não é a conta. É tão fantástico como isso: 130.000.000,00 (cento e trinta milhões) para ter imunidade. Não conheço ninguém no Brasil que tenha pago 130.000.000,00 (cento e trinta milhões) para ter o mandato. O mandato mais caro que eu soube foi de uma pessoa que foi Ministro que gastou 50.000.000,00 (cinquenta milhões). A minha campanha está estimada em 5.000.000,00 (cinco milhões), talvez não gaste isso. Fico perplexo de ver as coisas que se escrevem. Papel aceita qualquer tipo de tinta para escrever. Isso é uma coisa muito séria.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Ney Suassuna, apenas um esclarecimento em relação a seu ex-assessor. O Sr. Marcelo nos últimos anos teve uma movimentação financeira anual sempre muito superior ao que ele auferia em vencimentos. Em 2004, por exemplo, o total anual de salário percebido por ele foi de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais), mas ele movimentou R\$264.000.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais). O Sr. Marcelo exercia alguma atividade remunerada fora do seu gabinete?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não sei dizer. Ele trabalhava aqui em tempo integral. Então, não sei dizer a V. Ex^a. Não tenho ligações fora daqui.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. Ex^a não tem nada a ver em relação a ele.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, eu não tenho essas informações. Não posso afirmar. Não vou afirmar uma coisa que eu não sei.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a concluiu?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, gostaria de me dirigir inicialmente ao Relator, em primeiro lugar, para parabenizá-lo porque S. Ex^a já anuncia a disposição de apresentar o relatório na próxima quarta-feira. Isso é louvável!

Em segundo lugar, se me permite V. Ex^a, gostaria de fazer uma observação. Tenho feito questão de reafirmar isso. Este Conselho no momento não está atuando na elaboração legislativa, na sua função primordial que é legislativa. Este Conselho está atuando no momento em uma função que não é própria, específica, primordial do legislativo, que é a função judicante, a de julgar, a de levantar provas e julgar um dos nossos Pares. Portanto, é dessa forma que irei me comportar, mesmo não integrando este Conselho, caso o processo siga para o Plenário. E em se tratando de um processo judicial feito pelo Legislativo e que apura ilícitos penais, falta de decoro, podemos buscar como base o que acontece no Processo Penal. Lá, uma ação se inicia, em sendo a autoria privada, por uma queixa-crime; em sendo pública, por uma denúncia ofertada pelo Ministério Público.

Neste Conselho, ela deve ter se iniciado por um instrumento. Apenas a título de esclarecimento, ela se iniciou por representação ou por encaminhamento de relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura os fatos dos Sanguessugas?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Por um representação da Mesa, que encampou o que veio da CPMI e transformou em representação encaminhada a este Conselho, para abertura de um processo disciplinar.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Para meu esclarecimento e para eu poder formular algumas perguntas, o Senador Ney Suassuna foi acusado de quê?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Indícios de participação nesses ilícitos cometidos possivelmente por seu funcionário, por seu assessor Sr. Marcelo, que, pelas declarações dos Srs. Vedoin, é acusado de receber propina. Como ficou, houve indício forte do pagamento dessa propina com o depósito feito na conta do Sr. Marcelo, que era assessor do Senador Ney Suassuna, veio a suspeita da CPMI de envolvimento do Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Gostaria de saber se, com relação ao ofício que fazia a trans-

ferência de verbas da Paraíba para essa instituição, salvo engano, uma OSCIP, cuja sigla é IPPES, esses recursos foram liberados?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não foram sequer empenhados.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. Ex^a me permite?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Pois não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O setor técnico do Ministério informou que não era possível atender o pedido legalmente. Então, uma assessora do Ministro, Sr^a Marilane, telefonou para o Senador informando da impossibilidade.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Confesso a V. Ex^a que já tinha conhecimento e estou perguntando porque, em se tratando de fatos, é bom que deixemos os fatos devidamente esclarecidos, porque há toda uma opinião pública nesse País interessado em tomar conhecimento. É bom que tudo isso fique devidamente esclarecido.

Nesse ofício, nessa solicitação de dotação, de recursos para o IPPES, havia a caracterização da destinação desses recursos? Seriam destinados a que finalidade?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quando solicitei uma verba ao Ministro e S. Ex^a informou que eu poderia apresentar uma emenda de um milhão e seiscentos, uma extra-orçamentária, destinei para cidades da Paraíba, mas essas cidades não tinham projetos, sendo, portanto, perdida a verba. As minhas costas, sem que eu soubesse, essas pessoas tentaram uma solução de colocar para uma OSCIP do Rio de Janeiro, que depois cederiam as ambulâncias para a Paraíba. Isso era impossível, do ponto de vista legal. Não fui eu que assinei. Não fui eu que coloquei. A Sr^a Marilane aqui indagada disse que não lembrava, mas eu mostrei ao Relator e a todos que estavam aqui presentes que, meses atrás, a Sr^a Maria da Penha já dizia que ela tinha dito exatamente a resposta que eu dei: “Não fui eu quem assinei.”

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – V. Ex^a afirmou que Deputados que tiveram recursos depositados em suas próprias contas bancárias foram excluídos do relatório da CPMI.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não fui eu que afirmei, nobre Senador. Quem afirmou foi a **Veja** em uma matéria fazendo uma carga sobre os destinos da CPMI. Fala lá o nome de vários, que prefiro não falar aqui, não só de Deputados como pessoas que foram retiradas. Por último, a **Época** em duas últimas edições mostra que os Vedoinos colocaram e retiraram, colocaram inclusive até o Presidente da Comissão de

Ética da Câmara, mas depois tiraram e voltaram a citar. Se V. Ex^a quiser esse material, eu o tenho aqui. É uma edição da **Veja** e duas edições...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Esses fatos publicados pela **Veja**, como V. Ex^a se reporta, e por outros veículos de comunicação, no sentido de que foram excluídos do relatório Deputados que tinham recursos depositados em suas contas bancárias, V. Ex^a atribui a essas reportagens veracidade?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se eu for tirar pelo geral em relação a mim, só posso dizer “não”, mas era bom que se verificasse isso. Eu, no uso da palavra na tribuna, disse que era bom que se verificasse isso, e atribuo a isso inclusive a antipatia que passei a ter do Presidente da CPMI.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – V. Ex^a é do PMDB. Foi Líder do PMDB...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sou. Estou licenciado, mas sou.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...daquela parte do Partido que dá sustentação ao Governo. Digo isso porque eu sou do PMDB e não dou sustentação ao Governo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É verdade.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Aliás, até por conta disso, acredito que não faço parte de nenhuma Comissão. V. Ex^a, como Líder, não me indicou para nenhuma Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a está em várias Comissões.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Como titular, em nenhuma, mas o Presidente desta CPMI das Sanguessugas é do PT, Partido do Governo, e V. Ex^a é Líder do PMDB, que dá sustentação ao Governo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Isso.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – O Relator Senador Amir Lando também é do PMDB...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Indica-do por mim.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...e também foi Ministro desse Governo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – O relacionamento de V. Ex^a com esses dois Parlamentares?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Fiquei muito preocupado com o estado de nervos, a gente diria na Paraíba, eu diria o estado de preocupação e de estresse em que se encontrava o Senador Amir Lando, quando conversou comigo uma única vez, antes de dizer que estava sendo pressionado por mim em todos os jornais, quando ele disse: “Não achei

nenhum indício, nenhuma prova contra você, mas a pressão é imensa”.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – S. Ex^a disse isso?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A mim, e repetiu para vários outros Senadores. “Mas a pressão é imensa.”

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – S. Ex^a repetiu a quem? Quais são os outros Senadores? V. Ex^a poderia...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ao Senador Salgado ele falou, a vários Senadores.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Que ele estava sendo pressionado?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim, e não só pela imprensa, como por mim também ele dizia na imprensa. Eu falei com ele uma vez, uma. Por essa razão, eu fiz a grosseria de não dirigir a palavra ao Senador Jefferson desde que foi designado Relator. A partir desse momento, não dirigi uma vez a palavra a S. Ex^a, e nem tampouco ao Presidente. Eu não os procurei, e a nenhum membro deste Conselho, porque comecei a ser pilotado. Cada vez que vinha aqui... Deixei de vir ao Senador, porque, cada vez que vinha aqui, um dos jornais dizia “está pressionando, veio para pressionar”, e eu deixei correr. Pedi desculpas hoje ao Senador Jefferson por não ter tido a delicadeza de pelo menos dizer: “Senador, o senhor é relator do meu processo e eu queria dizer ao senhor que fiquei alegre de que seja o senhor, porque é um homem que está nesse Senado...” Eu o conheço há 12 (doze) anos. Sei da probidade de S. Ex^a e sei da seriedade dele, mas nem isso pude fazer, sob pena de ter, com toda certeza, notas de jornais dizendo que eu estava pressionando o Relator. Por isso, não dirigi a palavra a ele.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a então considera que o Senador Amir Lando, pressionado, aceitou a pressão ao incluir o nome de V. Ex^a?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Preferiria não fazer comentários sobre esse assunto. Se é ruim acusarmos ou fazermos perguntas a um colega, imagine então fazer juízo de valor! Preferia, então, não declinar sobre isso. Mas se V. Ex^a ouvisse as versões que correm no meu Estado, V. Ex^a com certeza iria saber de várias coisas que deixam a gente... não acredito que possam ser verdadeiras versões como que se pagou a fulano de tal para bater no jornal tal, que se pagou a beltrano de tal... Em coisas dessa ordem eu me recuso a acreditar.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Estou admirado porque sinto, digamos, uma certa contradição. Trata-se de um Senador que declara que foi pressio-

nado, que não deve ter suportado a pressão, que cedeu à pressão e um Senador da Bancada de V. Ex^a, da Bancada que, eu digo, da Bancada que se considera liderada por V. Ex^a, porque, embora eu seja do PMDB e tivesse V. Ex^a como Líder, eu não me considerava liderado nos encaminhamentos e nas orientações de votações em plenário.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Aliás, eu disse isso a V. Ex^a no dia de sua chegada no PMDB: “V. Ex^a está sendo muito bem recebido, mas tem a liberdade de votar.” Não é verdade? O PMDB não cerceia porque somos um Partido que no próprio estatuto está disposto que aceitamos o contraditório. Aceitamos as tendências. Isso está na nossa colocação. V. Ex^a sempre votou como quis e nunca ouviu uma reclamação da minha parte. Não é verdade?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concor-do.

V. Ex^a descobriu quem assinou o documento?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim, foi declarado, não só a moça declarou como quem bateu também declarou, tudo isso. O próprio Senador Tuma, pela Corregedoria, fez todas as investigações e ouviu até mais de uma vez as pessoas.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Mas quem assinou aquele documento que tem a assinatura de V. Ex^a, mas que não foi assinado por V. Ex^a?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Já foi declarado o nome de quem assinou?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Uma funcionária.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Uma funcionária, e assinou, como ela disse, de boa-fé.

Só para V. Ex^a saber, esta é uma página da **Veja** que diz, e observem o que chamamos de patrulhamento: “Suassuna teve o seu processamento de cassação aberto pelo Conselho de Ética na semana passada. Sabe que o Relator do seu processo, o implacável Senador Jefferson Péres, do PDT, do Amazonas, dificilmente deixará de pedir sua cassação.” Ora, já estão patrulhando aqui o Senador Jefferson. Não fosse S. Ex^a a pessoa que é com toda a certeza estaria se sentindo também pressionado, porque uma revista nacional já estava dizendo o que ele deveria fazer. É incrível como todo esse processo não houve raciocínio. Virou só emoção.

Queria dizer aos Senadores, e me perdoem por me estender um pouco, que reuni toda a minha equipe de *marketing*, disse que não sabia o que estava acontecendo e que eu havia virado uma Geni, mas que não tinha nada a ver com aquilo, e apresentei a documentação. Um deles, um sociólogo, disse que

eu estaria vivendo uma agenda *set*. “O que é uma agenda *set*?” Não sei se isso é verdadeiro, mas foi o que ele me disse: “A exemplo da escala Richter para tremores de terra, também tem na área social. Houve um embate sério entre a Câmara e a sociedade, cujo porta-voz é a imprensa. A imprensa ficou revoltada de ver que dos 25 (vinte e cinco) ‘mensaleiros’ só três foram cassados. Isso criou uma agenda *set*. O senhor está pegando todo um *tsunami* resultante disso. Hoje querem uma cabeça. A sua cabeça é maior delas.” As duas edições da *Época*, importante revista, estão dizendo que a figura mais importante dessa pescada chama-se Ney Suassuna. “Então o senhor não vai sair facilmente dessa agenda *set*, porque não há raciocínio. Ninguém pára para raciocinar. O cara quer é atacar, porque tem que atacar, tem que haver sangue.” Por isso, vejo nos jornais que meu genro recebeu dinheiro, quando tenho três filhos, homens, solteiros. Por isso, vejo um jornal de importância, de seriedade dizendo que recebi dinheiro da mão dos Vedoin, quando não conheço um e todos dizem que nunca me conheceram. Por isso, vejo outro colocando que estou pagando 130.000.000,00 (cento e trinta milhões) para ter imunidade. São coisas nas quais não paramos para pensar. Não sei, não sou sociólogo. Não sei se isso é tão verdadeiro quanto ele me disse, mas a verdade é que essa tal dessa agenda *set* que ele me deu como informação para explicar o momento pelo qual estou passando. De repente, em doze anos sempre fui um cara trabalhador, simpático, dinâmico e conhecido no meu Estado como trator, mas, de repente, sou o sanguessuga, tendo comprado apenas 14 (quatorze) ambulâncias de R\$80.000,00 (oitenta mil) e dado 11 (onze) para os meus adversários. Não tem lógica! Não tem razão! Não dá para entender essa situação! O Sr. Ibsen Pinheiro passou por algo semelhante. As pessoas daquela escola Base passaram por situação semelhante. Mas parece que ainda não aprendemos, em termos de sociologia, que o linchamento do Alcenir Guerra, do Ibsen Pinheiro e de tantos outros não valeram. Parece que a bola-da-vez sou eu. Peguei essa tal da agenda *set*, segundo esse sociólogo, e acabou! Jornalistas que eram amicíssimas minhas aqui, porque sempre me usavam como fonte, olhavam para mim, às vezes, como se eu fosse um criminoso, e um criminoso por um assunto dessa ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Ney, permita-me.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – V. Ex^a disse há pouco que, diante de todos esses fatos e possibilidades de falcaturas e etc., muita coisa nesse País

precisa ser repensada. V. Ex^a já pensou em repensar também a qualidade dos companheiros, dos amigos de V. Ex^a? Parece-me que tudo isso que V. Ex^a acabou de relatar teve origem exatamente junto aos aliados de V. Ex^a: ao Presidente da CPMI, Deputado Antonio Carlos Biscaia, a quem V. Ex^a se referiu, e ao Senador Amir Lando, do Partido de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Vou pedir a V. Ex^a para não responder a essa pergunta.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – V. Ex^a vai repensar ainda.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Vou repensar, com certeza.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Mas trouxe aqui, por escrito, inclusive o pronunciamento que V. Ex^a fez no plenário, em que V. Ex^a diz o seguinte: “No meu primeiro mandato, em 1995, doe, do meu próprio bolso, 82 (oitenta e duas) ambulâncias para os Municípios mais carentes da Paraíba. Doe novas e/ou reformei antigas. Pegava as antigas reformava e as devolvia.” Mais adiante V. Ex^a diz que só foram compradas da Planam quatorze.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E onze eu dei para adversárias.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – As que V. Ex^a doou foram dessas quatorze a que V. Ex^a se refere ou do orçamento?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Oitenta e duas eu doe no meu primeiro mandato do meu bolso, ou reformei. Do governo, consegui 29 (vinte e nove) em dois anos, nos dois últimos anos. Das vinte e nove, quatorze foram compradas na Planam. Dessas quatorze compradas da Planam, emendas de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), o carro custa 76 (setenta e seis)...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Certo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – ...onze eu doe, foi passado para Prefeitos que são adversários do meu Partido.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Dessas que V. Ex^a comprou, embora tenha sido em 1995, 1996, 1997, 1998, V. Ex^a tem notas fiscais das compras?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Acho que, se procurar, eu encontro, porque faz tanto tempo. De algumas, eu tenho notas de peças, de pintura, de mão-de-obra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Refiro-me às novas, às compradas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Devo ter. Deve ter.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Almeida Lima, permita-me.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Claro!

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Além das notas fiscais, deve haver um termo de doação formalizado na Prefeitura, que recebeu de alguém a doação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Posso pedir... Isso é uma coisa plausível.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Porque, embora eu não seja da Bancada particular dele, seja da Bancada do PMDB, iria sugerir ao Senador que procure essas notas, porque isso serve à defesa de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas isso não era substancial. O substancial é provar que não estou mentindo, que eu não conheço nenhum deles.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concorro plena...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O substancial é mostrar que se... das que o governo... porque dessas eu não tenho dúvida. Essas foram tiradas do meu próprio bolso.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador, concordo plenamente. Quero dizer que o cidadão que retira do seu próprio bolso, por hipótese, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para doação não vai sujar o seu próprio nome recebendo uma propina de cento e poucos reais. Então, como advogado...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em dois anos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...estou aqui sugerindo, e quem sabe até sugerindo uma peça de defesa para V. Ex^a... O que quis dizer foi isto: acho que vale a pena V. Ex^a, com sua assessoria, com o seu pessoal, vasculhar e colocar isso nos autos. Quando ouvi isso aqui, esse pronunciamento de V. Ex^a no plenário, solicitei um aparte.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É verdade.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – E disse que iria me comportar, se o processo fosse ao plenário, de forma jurídica, porque aqui não estou legislando. No momento em que legislo, ajo politicamente; agora, no momento em que venho com a possibilidade de julgar, vou agir juridicamente. Então, sugeriria a V. Ex^a que colocasse.

V. Ex^a também disse que, das 29 (vinte e nove) ambulâncias, apenas 14 (quatorze) foram compradas da Planam, das quais 11 (onze) foram destinadas a cidades cujos Prefeitos são adversários políticos de V. Ex^a e que essas 11 (onze) que foram para adversários são as de recursos públicos deste orçamento, e não das que o senhor doou. Como é um fato recente, V. Ex^a teria condição de declinar o nome dessas 11 (onze) Prefeituras e dos adversários?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agora mesmo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Porque, quem sabe? Isso aqui está sendo transmitido pela televisão e o povo da Paraíba está assistindo. Se V. Ex^a citar o nome de um adversário, alguém pode nos dar a informação, por um telefonema, por exemplo, de que não é adversário, mas sim aliado de V. Ex^a, e de que, desses onze, não há nenhum adversário, todos são aliados. Acho que, como V. Ex^a foi ao plenário e fez essa afirmação, V. Ex^a poderia comprovar, porque, comprovando, ficamos mais tranquilos para tomar decisão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Enquanto a assessora procura a lista, eu posso ir nomeando: Santa Luzia, que é a terra do Senador Efraim, adversário nosso lá...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – O Prefeito é aliado de S. Ex^a?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Aliado de S. Ex^a e meu adversário.

São Mamede, Pitimbu, Riachos dos Cavalos, Mari, Coremas, Alhandra...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – V. Ex^a poderia, já que está em campanha, e isso está muito vivo, ir dizendo os Partidos e de quem são aliados?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nazezinho, vota no Governador Cássio.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador, por gentileza.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu pediria apenas uma compreensão. Faço essa pergunta e, se me permitirem, se consideraram impertinente ou descabida, quero me justificar.

Dessas 14 (quatorze) ambulâncias compradas da Planam, que é o pivô do escândalo, onze foram para Prefeituras de adversários, mas recorro-me que o Senador disse em plenário nesse pronunciamento: “Eu...”

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Isso.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...vou fazer maracutaia, sem-vergonhice, corrupção com adversário?” Quero saber isso. Porque me parece que uma pessoa minimamente inteligente procuraria um aliado para fazer molecagem, maracutaia, sem-vergonhice, corrupção. Então, acho que isso é pertinente e é importante que as pessoas tomem conhecimento. Disse no plenário que, independentemente de quem fosse – e sou do PMDB que faz oposição ao Governo –, iria dizer o meu voto claramente, independentemente de emenda que vai ser aprovada ou não: se é favor, vou votar a favor; se for contra, vou votar contra, independentemente do que a imprensa pensa ou deixa de pensar.

Para mim, isso tem pouca importância nesse aspecto. A importância vai ser a da minha consciência. Então, para que eu tenha a consciência tranquila e para que eu possa dormir depois, eu gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador pediu a palavra.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não acho que a pergunta de V. Ex^a seja impertinente ou irrelevante. Acho, contudo, que não favorece nem prejudica o Senador Ney Suassuna porque há hipótese de ser também uma cooptação de Senadores formalmente adversários que se transformam, de repente, em aliados para a eleição.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Na cooptação até concordo com V. Ex^a. Agora, quando estamos preocupados em cooptar um adversário e, além de beneficiá-lo com uma emenda, pedimos aquele montante, um pedacinho, como foi a expressão que saiu na **Veja**, uma titaca, um pedacinho, uma beirada...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Veja só, nobre Senador, o critério era a carência. Na hora em que me elegi Senador pela Paraíba, deixei de ser do PMDB. Sou Senador de todos os Municípios da Paraíba. O Município que chegar, seja... eu não pergunto se vota comigo ou se não vota comigo. Atendo todos os Prefeitos, e tenho dito isso em alto e em bom som em toda a Paraíba, inclusive recebo críticas de companheiros meu de Partido. Não posso deixar, por exemplo, São Mamede e Santa Luzia. Não poderia deixar de atender essas cidades. “Ah, não, mas é a terra do Efraim e o Efraim é seu adversário.” Mas não podia deixar de atender, porque é uma região que precisava, estava precisando. Acho que temos que deixar a picuinha política e o partidário de lado. Essa sempre foi a minha marca na Paraíba. Estou acima do Partido. “Ah, mas é PMDB?” Nunca tive outro Partido na vida, mas não deixo de atender as demais Prefeituras, até por uma razão de inteligência: se chego para fazer, eu digo que trouxe obras para essa cidade, que trouxe ambulância. Isso aconteceu em muitas cidades, por exemplo Juripiranga, cidade na qual o Prefeito disse que não fui eu que mandei, mas levei a comprovação de que tinha sido eu.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Ney Suassuna, quero dizer que estou aqui há três anos e meio e nunca acompanhei uma emenda minha em Ministério, não sei se foi liberado ou não, mas devo dizer que o meu comportamento em relação às emendas tem sido exatamente nesse sentido. Prefeituras do PT receberam emendas minhas. Prefeitos que não votaram comigo receberam emendas minhas...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Parabéns!

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...independentemente de Partido, aliás, eu não acompanhei nenhuma, nenhuma. O Senador Jefferson Péres se ausentou há pouco, mas deve estar nos ouvindo e pode atestar que eu fazia parte da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional e, como integrante dessa Comissão, quando era filiado ao PDT, sob a liderança de Jefferson Péres, solicitei à Liderança que me retirasse, porque não me senti bem, como Parlamentar, integrando aquela Comissão, até porque acho que Parlamentar não deveria ter o direito sequer de apresentar emenda. Proposta nesse sentido... Emenda para Estado e Município? Essa não é função de Parlamentar! Pedi para sair porque achei que não era ambiente para que eu lá permanecesse, sob a liderança do Senador Jefferson Péres, que designou um outro Senador para me substituir. Esse foi sempre o meu comportamento.

V. Ex^a diz que sempre recebeu a Bancada no gabinete de V. Ex^a para atender as demandas...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sem perguntar se vota comigo ou não.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu já estive no gabinete de V. Ex^a para algum pedido, para alguma demanda minha?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nunca. Aliás, para dizer que V. Ex^a nunca pediu, uma vez pediu para falar pela Liderança. Só e unicamente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Aliás, algumas vezes em que pedi para falar pela Liderança o pedido foi negado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, porque só pode ser uma vez...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu sei.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas, quando pode, V. Ex^a falou.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – É verdade, mas algumas vezes foi negado. Adoraria imensamente de participar como titular da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu era titular das duas Comissões quando era do PSDB. Hoje não participo de nenhuma das duas, e o Líder é V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas a Bancada nossa é muito grande e V. Ex^a chegou posteriormente. Eu não poderia tirar uma para colocar V. Ex^a. Fica registrado o pedido de V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – É verdade.

Foram vinte e nove ambulâncias. V. Ex^a sabe informar preços das ambulâncias compradas da Planam e das outras empresas?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – As emendas foram sempre de 80 mil. Se V. Ex^a olhar quanto custa, aqui está por quanto foi comprado cada uma... O próprio Siafi... Por que como é feito o programa das ambulâncias? É bom que expliquemos esse fato para o País. O Prefeito me diz que a cidade dele precisa de ambulância, que acabou, que ele não tem, que está transportando em táxi, etc. Eu anoto o pedido, mando fazer o ofício e envio para o Ministro. O Ministro diz “está de acordo”. O pedido volta ao Prefeito, que deve apresentar o projeto. O Ministério analisa o projeto feito. Se estiver tudo certo, deposita o dinheiro na conta e ele faz a licitação. Não passa mais pelo Parlamentar. Licitação feita, a ambulância é comprada, mas ele tem que prestar conta ao Tribunal de Contas, à Câmara dos Vereadores, ao Tribunal de Contas do Estado e ainda à Controladoria-Geral da União. Quatro órgãos fiscalizam. Não tem nada a ver com a gente. Isso depois. Agora, se V. Ex^a estivesse no momento em que eu mostrei que o Vedoim disse que as emendas de 80.000,00 (oitenta mil) não poderiam ser atendidas. Por quê? Porque o carro em si custa 76 (setenta e seis), 74 (setenta e quatro), se for uma Doblò, ou se for uma da Peugeot ou se for uma da Mercedes, não da Fiat, uma Ducato. Custa 70 (setenta) e pouco. Mas tem que fazer a transformação. Não existe ambulância pronta para vender. Compra-se o carro e paga a transformação. Por isso tinha duas com royalties. Depois que passei por toda essa tribulação, fui obrigado a analisar e ver como é que era. Então ele reclama com D^a Maria da Penha dizendo, está aqui no depoimento dele, botar emenda de 80.000,00 (oitenta mil). Emenda de 80.000,00 (oitenta mil) não dá para atender. Não dá para atender, porque eles queriam superar o alisar. Esse é o grande problema. Tem ambulância dessas que custou 160 (cento e sessenta), 180 (cento e oitenta) em outro Estado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador, só para concluir, eu perguntei a respeito das notas fiscais de compra das ambulâncias que V. Ex^a afirma ter doado, e eu pergunto, para concluir, se o senhor tem comprovante dos pagamentos das ambulâncias, dessas doadas, tipo cheque, transferência bancária, dólar.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Posso ter a declaração de todos os Prefeitos dizendo que receberam.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – A declaração ou as declarações de Imposto de Renda de V. Ex^a. Se constam nas declarações de Imposto de Renda de V. Ex^a a compra desses veículos e a doação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu não sei se constam na declaração de Imposto de Renda, porque eu tenho várias firmas, ora eu fazia por uma, ora eu fazia por outra. Dependia de onde eu tinha re-

ursos. Mas eu tenho, todos os Prefeitos que receberam podem declarar na hora que receberam, embora eu ache que isso não seja substancial. Mas podem declarar. Não problema nenhum. Não há problema nenhum de pegar as declarações dos Prefeitos dizendo que receberam...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Ney Suassuna, não se trata da declaração dos Prefeitos. Quando um órgão público recebe uma doação, isso tem de ser formalizado. E aquilo integrado ao patrimônio público.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador, se for nova, sim. Agora, se eu recebi usada, eu tenho as peças, comprada peça tal, comprado pneu, comprada tal coisa. Isso tem nota fiscal de peças. Porque nós tínhamos uma oficina grande... É melhor explicar, que é mais detalhado. Eu sou candidato Parlamentar, desde 82 que eu concorro. Todo ano, eu compro carros de som. E, quando termina a campanha, os carros de som que param eu compro.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Já tem quantos?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Uma coisa da ordem de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta). E não esqueça que eu sou Senador no Estado inteiro. Uma vaga. São 223 (duzentos e vinte e três) Municípios. Tem que ter carro de som nas regiões. E ainda é pouco. E ainda tem que alugar um outro tanto. Então, por essa razão, eu tenho uma oficina muito grande em Campina Grande. O meu encarregado lá manda buscar ambulância quebrada em cima de um caminhão, descia, baixava na oficina, fazia todas as consertos que tinham, e ela voltava rodando novinha. Então tem muitas que eu tenho, as novas e as outras não. Entendeu, nobre Senador? Mas isso é facilmente comprovável. Eu só quero dizer que a gente está falando uma coisa que eu tenho como comprovar. Mas, aqui, estou neste caso, porque disseram que eu sei que um Assessor meu recebeu...esse é o fulcro da questão. E eu desafio, mais uma vez, renuncio a este mandato agora, nessa hora, e cancelo a minha candidatura se alguém me disser que tem alguma outra acusação fora essa, de que eu sabia. Peguem ali o processo e leiam de cabo a rabo. E é por isso que eu não conformo que tenha saído de lá, ter-se mudado o regime, de se defender lá, como sempre foi, 14 (quatorze) anos aqui, 12 (doze) anos aqui, nunca vi defesa ser feita em Conselho de Ética. Sempre foi feita na própria Comissão, na CPMI. Agora, eu renuncio e cancelo a minha candidatura, se me disserem aqui, tem outra acusação que não esta. Tem gente que teve dinheiro em conta, não sou eu que estou dizendo, é a revista **Veja**. Tem Deputados de outro Partido que foram recusados receber, recusados

receber. Está na **Veja**. Agora, em relação a mim, tem isso aí. Eu nunca entendi. E outra coisa que eu nunca entendi. Eu nunca entendi como é que Senador aqui, nós, Senadores, tendo que ouvir, depois de ter sido feita a acusação, ainda outras pessoas que não são da Casa, que vêm aqui, assiste uma, como bem disse V. Ex^a, embora seja do PMDB, seja teoricamente meu liderado, tem a independência que V. Ex^a tem, e eu até a louvo, de ver acontecer aqui uma reunião trancada, e a pessoa sair ali, não é nem da Casa, e fazer as declarações mais incríveis e inverossímeis possíveis. Gente, a gente tem que botar os pontos nos is. Não é culpa do Relator, não é culpa do Presidente, a culpa é do Parlamentar. Mas isso são outros quinhentos. Depois nós teremos outra conversa. Não aqui na Casa. Porque essas coisas todas que foram malfeitas...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – São seus eleitores.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a pode até dizer que são meus aliados. Mas isso não vai ficar dessa forma não. Porque eu estou colecionando todas essas irregularidades e depois vou entrar pedindo informações. Por que não é possível uma coisa dessas. Não se achincalha a história de uma pessoa por uma palavra de um marginal. E não se achincalha toda a biografia de uma pessoa, porque o cara disse: “Eu acho que ele sabia.” Noutra ele diz: “Eu não acho. Acho que não.” O negócio todo vai terminar no preto e no branco. Mas, por hora, eu tenho que me defender aqui. E aqui eu digo, eu olho no seu olho, Sr. Relator, eu não tenho culpa. Sou inteiramente inocente. E eu na entendo que foi escolhido para ser Geni. Porque à época disso, que sou peixe grande, isso não está correto. Porque uma agenda *set*, não está correto. O que a gente não pode aceitar é esse achincalhe que se está fazendo à vida dos Parlamentares aqui no Brasil. Daqui a pouco, ninguém

Vai querer ser Parlamentar. Ninguém. Porque a toda hora vem uma banda de tijolos, indevida, sem ninguém saber de onde vem, e aí todo mundo diz: “É culpado. É culpado.” Parece até que está buscando caça às bruxas. Eu só lembro disso lembro disso na Alemanha queimaram 25.000 (vinte e cinco mil) mulheres por serem bruxas, quando, na verdade, não existia bruxaria nenhuma. Era só uma psicose. Nós estamos vivendo uma época de psicose. Uma época que todo político é ladrão. Pode ter político ladrão, mas eu não sou.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Quero agradecer a presença do Senador Ney Suassuna...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, permita-me fazer apenas uma pergunta? Será uma pergunta bem rápida.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Suassuna, em primeiro lugar, eu quero dizer-lhe que fico muito feliz, que V. Ex^a acabou de dizer que Parlamentares estão recebendo pedradas. Se conforme e fique feliz em ser Geni. Pelo menos, contra ela seria outra coisa. Então, não se queixa dessa sua condição.

Eu queria perguntar a V. Ex^a o seguinte, é sobre o Marcelo. O Marcelo, num depoimento dele, ele foi cobrado sobre a compra de um barco que fez. E esse barco, ele não entregou e vinha recebendo parcelas pela venda desse barco, que foi intermediado pelo Sr. Vedoin. Que explicação ele lhe deu à época, como seu funcionário, sobre esse episódio?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ele me explicou que tinha, não, uma pessoa ligada ele veio e me disse: “Senador, é uma injustiça contra ele e contra o senhor. Esse barco, ele vendeu. E quem fez a venda foi o Sr. Vedoin. Ele não sabe para quem foi vendido. Está no depoimento dele, aliás.” Se V. Ex^a quiser, está aqui. Mas ele também vendeu um carro, uma BMW também e não entregou. E também, ao ser inquirido pelo Deputado Aleluia, ele diz exatamente isso, que a casa ele tinha vendido, ele tinha vendido, mas não sabia para quem e nem por quanto tinha vendido. Depoimento dele. Está no depoimento dele também. Então eu fico, eu não estou aqui para acusar Marcelo de maneira nenhuma. O que eu posso dizer de Marcelo é que enquanto foi meu funcionário, ele foi eficiente, respeitado pelos Prefeitos, e que, lamentavelmente, quando os relatórios, nos depoimentos dele, no primeiro ele diz que não trabalhava com nenhum Senador, trabalhava com a Bancada da Paraíba. Então, mudam muito as coisas. Eu não estou aqui para acusá-lo. Estou aqui apenas para dizer que eu não tenho culpa, e que eu não tenho nada a ver com isso. Não conheço nenhum, nunca recebi nada, não tenho nenhuma ligação. Todos dizem isso, e eu não entendo porque que eu entrei nessa história, dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Senadores, por gentileza. O Senador Jefferson Péres diz que está apto a apresentar o seu relatório no dia 20 de setembro. Mas eu queria ponderar aos Srs. Senadores. Hoje, fizemos, estamos encerrando uma audiência. A audiência não precisa de número, nós a fazemos com qualquer número presente, estando presentes o Presidente, o Relator e o convidado, não tem problema nenhum. Na reunião passada, nós

conseguimos o último membro com muita dificuldade. Hoje, nós não tivemos nem condição de fazer votação alguma, nem da ata anterior. Mas como foi audiência, a oitiva foi realizada. Às 14h vamos ter a oitiva do José Luiz Cardoso e do Hazenclever Lopes Cançado com referência à citação do Senador Magno Malta. E às 15h vamos ter aqui Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Paulo Roberto Ribeiro, Ivo Marcelo Spinola da Rosa com referência às citações da Senadora Serys e do Senador Magno Malta.

Mas eu queria ponderar aos Senadores, estou pronto para estar aqui no dia 20, quarta-feira. Teríamos número, porque não temos sessão deliberativa? O

O quórum necessário é de 8 (oito) Parlamentares.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, me permita, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – pois não, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu gostaria de fazer a seguinte ponderação. Quando eu parabeneizei o Senador Jefferson Péres, Relator, no início da minha fala, do processo que envolve o Senador Ney Suassuna, eu o fiz pelo seguinte motivo. O Senador, diante do que já foi colhido, na instrução, já sente confortável para oferecer o seu relatório. É como o juiz, tem aí mais 10 (dez) testemunhas para depor, ele pode dizer: "Olha, eu já me sinto plenamente instruído para julgar."

Em consideração um outro aspecto. O Senador Ney Suassuna é candidato à reeleição. Não é importante ouvirmos, mesmo que não se delibere acerca do Relator, do voto do relatório dele, mas ouvir esse relatório conclusivo antes da eleição, para que o povo da Paraíba possa melhor fazer o seu julgamento? Condenado o Senador Ney Suassuna ou absolvendo-o? Pode ser lido, mas não deliberado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Almeida Lima, tem que ter número. Tem que ter número para reunir. Porque vai ser uma reunião deliberativa do Conselho.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – É lamentável que os membros deste Conselho não se façam presentes, sabendo que o Relator, com a responsabilidade que ele tem, com a justiça que ele quer praticar, anuncie que venha para cá para fazer o relato, e este Conselho não tenha número para se reunir. Isso é lamentável. Diante de um fato tão importante como este, é toda a população da Paraíba que precisa e do Brasil que quer condená-lo ou absolvê-lo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A sugestão que eu lhe daria é fazer uma consulta aos demais membros. Uma vez que vamos estar na última semana, tem membros eu virei. Agora, eu queria fazer uma consulta e comunicar aos demais membros do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, eu fiz hoje, inclusive na minha chegada, naquele dia que saímos daqui, convite a todos os

Senadores. Fizemos isso por telegrama, por telefone e não tivemos número. Inclusive, eu estou analisando a lista, são candidatos. Eu estarei aqui. Poderemos fazer o seguinte, marcar de qualquer maneira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aqui nós teríamos cinco.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exato. Faltam três. Nós seríamos quatro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Relator, V. Ex^a, ele...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Almeida Lima não faz parte.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ele não é Suplente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não. O Bloco Parlamentar da Minoria, PFL/PSDB. Titulares: Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Heráclito Fortes, Juvêncio da Fonseca, Paulo Octávio e Antero Paes de Barros, que não está comparecendo às reuniões do Conselho.

Suplentes: Jonas Pinheiro, César Borges, Maria do Carmo Alves, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho e Arthur Virgílio.

No PMDB: Wellington Salgado de Oliveira, que está viajando para o exterior, João Alberto Souza, Ramez Tebet, que está doente e Luiz Otavio.

Suplentes: Leomar Quintanilha, Alberto Silva, Valdir Raupp e Giovani Borges.

Bloco de Apoio ao Governo, PT/PL/PSB: Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, licenciada por 30 dias, Fátima Cleide que não tem vindo e é candidata e está por indicar um suplente. Já está na Mesa para a indicação.

PDT: Jefferson Péres e Suplente: Augusto Botelho.

PTB: Mozarildo Cavalcanti e Suplente: Valmir Amaral.

Estes são os membros do Conselho.

Agora, como Corregedor, o Senador Romeu Tuma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O voto do Corregedor conta para quórum?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conta. Nós teremos, ou melhor, nós poderíamos fazer o seguinte, marcaremos para quarta-feira, de qualquer maneira, para nos reunirmos às 10h. Nós quatro já estaremos aqui.

O Senador Suassuna, que era membro, pediu retirada do Conselho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Examinar inclusive do próprio Ney Suassuna, que é candidato, e se ele tem condição de estar aqui.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estarei aqui.

Eu peço a todos que estejam, até por uma razão simples. O caso de meu Estado é uma coisa interessante. De um lado tem eu, que tem uma suspeita, e do outro tem uma pessoa que foi presa, em um rolo

grande, e estamos iguais. Diante do público, estamos iguais. E eu gostaria que essa votação fosse feita, ou me condena e eu fico igual mesmo, ou me isenta, e eu estaria dizendo que eu não sou igual. Então para mim, isso é questão de vida ou morte. Eu estarei presente sim.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Heráclito Fortes, o Gabinete do Senador Demóstenes Torres já está confirmando a presença dele para quarta-feira. Vai estar aqui agora e estaríamos cinco.

Eu dou encerrada a presente audiência e convoco outra para as 14h.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 44 minutos.)

- 1) Documentos Pertinentes À 9ª Reunião;
- 2) Lista de presença;
- 3) Lista de presença dos não-membros do conselho;

Termo de comparecimento assinado pelo Senador Ney Suassuna.

9ª REUNIÃO

Em 12 de setembro de 2006, terça-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Wellington Salgado	1. Geovani Borges
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Leomar Quintanilha (PC do B)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Vago
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto: _____

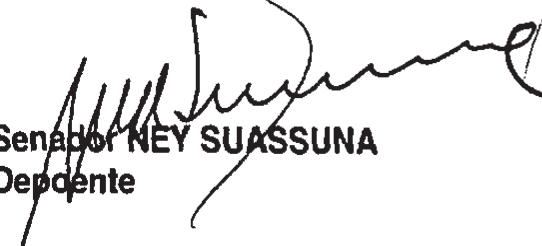
Brasília, 12 de setembro de 2006

Brasília, 12 de setembro de 2006

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Senador NEY SUASSUNA**

Aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 10 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor Senador NEY SUASSUNA, que foi inquirido nos autos da Representação nº 1, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu, Maria Amália Figueiredo da Luz MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


Senador NEY SUASSUNA
Depoente

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2006, terça-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada Destinada a ouvir os Senhores José Luiz Cardoso e Hazenclever Lopes Cançado, nos autos da Representação nº 3, de 2006, referente ao Senador Magno Malta.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres
Sérgio Guerra
Heráclito Fortes

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado

PDT

Jefferson Péres

PMDB

João Alberto Souza
Luiz Otávio

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está aberta a 10ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada a ouvir os Srs. José Luiz Cardoso e Hazenclever Lopes Cançado, nos autos da Representação nº 3, de 2006, referente ao Senador Magno Malta, conforme solicitação do Relator Senador Demóstenes Torres.

Peço à assessoria que faça entrar o Sr. José Luiz Cardoso. *(Pausa)*

O Sr. José Luiz Cardoso já assinou o termo de compromisso. *(Pausa)*

Queremos agradecer a presença do Sr. José Luiz Cardoso. V. Sª deu uma demonstração muito grande de vontade de falar a este Conselho. Não havíamos mantido nenhum contato com V. Sª, a não ser por telegrama. Não enviamos nem a passagem, mas V. Sª está aqui. Faço, portanto, esse agradecimento público.

Concedo a palavra ao Sr. Relator Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Senador Jefferson Péres e Senador Sibá Machado, perguntaria ao Sr. José Luiz Cardoso como esse veículo foi parar em nome de V. Sª.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Esse veículo eu comprei ele de um senhor em Cuiabá chamado Valcir José Piran.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É o dono da *factoring*?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – É. Ele tem uma *factoring*. Esse veículo eu comprei ele mais ou menos em 2002 e usei ele até 2003. Pelo fato de eu andar muito pelo interior do Estado, esse veículo não era um veículo apropriado para aquelas estradas, devolvi esse carro e comprei uma caminhonete para mim. Quando devolvi esse carro, preenchi o recibo. Como viajo muito, deixei com ele para que, a hora que ele passasse para alguém, preenchesse o recibo e transferisse esse veículo. Passou-se algum tempo. Eu cobrei muito dele a transferência do veículo. Ninguém tomava providência. Toda vez que eu chegava lá e cobrava ele ligava para uma pessoa. Eu não sei quem é a pessoa que ele ligava. Passou-se mais ou menos uns dois anos, no início agora de 2006, uma pessoa me procurou para transferir esse veículo. A pessoa que me procurou para transferir o veículo foi o Deputado Lino Rossi. Liguei para essa pessoa do Valcir e perguntei: “Olha, tem uma pessoa aqui me procurando para transferir o veículo. É essa pessoa que você vendeu?” Ele falou: “Ó, transfere para quem for. Tirar logo esse troço do seu nome.” Transferi esse veículo para uma pessoa da qual ele me deu o nome. Está até aqui a cópia do recibo de transferência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Querli Batistello?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não me recordo o nome. Não lembro o nome, Senador. Está no verso aí da cópia. Depois que fiz essa transferência, nunca mais tive contato com ninguém, muito menos o vi. Ouvi quando o senhor no **Jornal Nacional** citou meu nome e na sexta-feira recebi um comunicado me convidando.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O que o senhor faz em Cuiabá?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Tenho uma empresa de produto de colchões.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor também mexe com licitação...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...órgão público...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tem relacionamento com esse Sr. Piran. Qual é o tipo de relacionamento que o senhor tem com ele?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Comprei o carro dele. Ele sempre tem carro. Quando preciso, sempre compro dele. Relacionamento é estritamente profissional.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O relacionamento, então, que o senhor tem com o dono da *factoring*... Então, o que o senhor diz

é o seguinte: esse carro o senhor comprou do dono da *factoring*...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...e vendeu para ele de volta o carro...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...e deixou com ele um recibo em branco...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Assinado porque eu viajava muito. E falei: “Você preenche o nome da pessoa para quem...”

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...para que ele transferisse.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – “Deixa comigo que eu vou reconhecer e entregar para ele.” Até hoje eu não sei na mão de quem está esse recibo. Na mão de alguém ele deve estar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Até que o senhor, cobrando, ele falava com alguém...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Diversas vezes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...pedia transferência e a coisa não acontecia.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – De maneira nenhuma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas nesse ano o senhor recebeu a visita do Deputado Lino Rossi.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Vinha multas de São Paulo, imposto atrasado. Quando foi feito a transferência, inclusive fui eu que paguei. Depois ele reembolsou o valor da transferência, dos impostos pagos e das multas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor já conhecia o Deputado Lino Rossi?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Por televisão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Como ele entrou em contato com o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Descobriu a mesma coisa que o senhor, o endereço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas como foi o contato?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Ele chegou na minha empresa e pediu a transferência. Quem veio primeiro pedir a transferência não foi nem o Deputado. Foi um assessor dele. Na segunda vez que eles viveram, que me trouxeram o nome... Não tinha o recibo. Esse recibo, na realidade, eu pedi uma segunda via. Se acaso quiser, junto ao Detran tem o processo até de pedido de segunda via do documento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eu já pedi.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Ele não tinha a cópia do recibo. Eu tive que pedir uma segunda via para transferir para ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Até porque o recibo foi apreendido pela Polícia Federal.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não sei, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual o nome do assessor do Deputado Lino Rossi que visitou o senhor e quando?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não posso lhe precisar data, senhor, mas foi em meados de março, abril.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual o nome do assessor?

(*O depoente entrega um cartão para o Sr. Relator.*)

Ele deixou esse cartão com o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Sim, senhor. Está aí ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele foi até o senhor pedir a transferência. O senhor exigiu a presença do Deputado Lino Rossi?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, de maneira alguma. Não tinha nem contato com ele, muito menos negócio com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele foi atrás do senhor e disse o quê? Ele foi e chegou? Não marcou? Não ligou antes?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, não, não. Várzea Grande, na realidade, Senador, é uma cidade muito pequena.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu conheço Várzea Grande.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Todo mundo tem contato um com outro se acaso quiser. Agora, ele chegou, pediu se eu podia fazer a transferência direto para ele. Eu falei: “Pô!” Tinha que tirar esse troço logo. Não podia ficar essa coisa, porque estava vindo multas. Estava todo esse troço errado. Não tinha como. Falei... Liguei para essa pessoa que é o Valcir e falei: “Tem alguma objeção de eu transferir esse carro para essa pessoa?” “Não, não tem nenhuma.” Eu transferi, porque até então o dono do carro para mim era ele. Não vendi para ninguém a não ser para ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor foi procurado por esse assessor parlamentar que se disse servidor do Lino Rossi e, em seguida, o próprio Deputado...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – ...foi junto com ele lá na minha empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...e pediu que transferisse justamente para esse senhor Querli Batistello?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Exatamente. Foi o nome que ele me deu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O preço atual do veículo é R\$20.000,00 (vinte mil reais)?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – O preço atual não sei, Senador. O preço que foi feito a transferência foi esse.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Vinte mil?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – É.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Senador Magno Malta teria recebido por R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) essa Ducato, não é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não sei, senhor. Não sei nada a respeito desse assunto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quero tirar uma dúvida. O carro está em propriedade de quem agora, Senador Demóstenes?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Querli Batistello.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Sr. José Luiz desconhece essa pessoa?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não conheço, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Foi indicado pelo Deputado Lino Rossi.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. Ex^a já conhecia esse nome?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Está no documento. É a última transcrição do Detran. A estranheza é que, durante todo o período em que o Senador estava com o carro, o carro estava em nome do Sr. José Luiz Cardoso. Queríamos também sanar a dúvida de como foi transferido porque o documento é o recibo em branco que estava em poder do Vedoin e que foi apreendido pela Polícia Federal. S. Sr^a está esclarecendo que teve que solicitar uma segunda via.

O senhor ligou para o dono da *factoring* e pediu autorização a ele para fazer a transferência?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Sim, senhor. Além de ligar, fui no escritório dele e ele, na minha frente, ligou diversas vezes para essa pessoa do qual ele vendeu o veículo para transferir. Passando esse

tempo, quando o Deputado veio no meu escritório para nós, para eu fazer essa transferência, eu liguei para o Sr. Valcir e pedi se eu podia fazer essa transferência. Ele falou: “Pode fazer. Eu não tenho objeção nenhuma. Para mim aqui está tudo certo.”

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então a venda foi feita novamente pelo dono da *factoring* ao Batistello?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor disse que esteve no escritório dele?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – É. Eu não sei para quem é que ele vendeu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas o comprador... o senhor presenciou a conversa do dono da *factoring* com ele?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Com esse Batistello?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Com o comprador, porque o senhor disse a autorização...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, não. Não sei quem é que era... Isso fio antes de eu transferir, um ano antes, dois anos antes. Desde quando vendi, procurei ele para ele entrar em contato com o comprador para que houvesse a transferência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ok.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – O senhor entendeu?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Entendi. Está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Luiz, apenas para recapitular o trânsito da propriedade do carro. O carro inicialmente era de Valcir? Apenas “sim” ou “não”, sem explicação.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, senhor. Eu comprei do Valcir. O primeiro proprietário eu não sei quem era.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas já estava no nome do Valcir quando o senhor comprou?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, eu comprei esse carro do Valcir.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E não estava no nome do Valcir?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, não estava no nome do Valcir.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Há um nome anterior que o senhor não sabe agora.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Sei. Está aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Qual é o nome? Eu queria fazer uma ordem aqui na minha cabeça, mas confesso que estou... O carro foi comercializado, mas a transferência em si não era efetuada. É isso?

(O depoente entrega um documento ao Senador.)

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Quando eu comprei, o carro eu transferi no mesmo mês para o meu nome.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estava em propriedade de Querli Batistello?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, senhor. Batistello foi para quem eu transferi o carro depois de dois anos que sumiu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E não era no nome do Valcir também.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor não sabe em nome de quem estava o carro?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Está aí no recibo. Proprietário anterior.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Está aqui o nome de Querli Batistello.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não. Na frente, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Laudnir Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor conhecia algum dos Vedoin?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nunca teve contato?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Nunca tive contato e não conheço, a não ser pela televisão.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor sabe quem é Laudnir Lino Rossi? O senhor conhece?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – O Lino Rossi.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É o nome do Deputado?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – É.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O carro estava em nome dele. Atualmente está em nome de Querli Batistello. Nesses negócios, quem interferiu diretamente com o senhor foi apenas o Deputado e o seu assessor?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – No caso da transferência, dois anos depois... dois ou três anos depois do qual eu tinha vendido o veículo na... devolvido e vendido de volta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O carro estava em nome de quem quando o senhor comprou?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – O carro estava no nome do Lino Rossi.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Esse é o ponto de partida. O carro estava no nome do Deputado Lino Rossi, passou para o nome de Luiz...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – José Luiz Cardoso, que sou eu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Luiz vende para Querli.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, eu vendi o carro novamente para o Valcir.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Volta para o Valcir.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Este carro esteve duas vezes com o Valcir Piran, quando o Lino Rossi transformou em dinheiro – só que ele não aparece como... – e depois quando o senhor também o devolveu. Por quanto o senhor vendeu esse carro?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Na época, eu vendi ele no negócio de volta por R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), que eu comprei uma outra caminhonete para mim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não achou estranho que tivesse que transferir a R\$20.000,00 (vinte mil reais)?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Senhor, eu queria resolver o problema logo, porque era muita multa. A minha carteira ia ser cassada pela quantidade de multa. Liguei para ele, ele não teve objeção nenhuma. Achei estranho, mas não tinha opinião nenhuma para decidir alguma coisa, porque eu tinha que resolver.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O carro estava no nome do Deputado Lino Rossi, mas o senhor comprou do Sr. Valcir.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Sim, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Valcir usou esse carro sem transferir do Deputado Lino Rossi para ele.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Acho que ele não usou porque eu comprei ele... Esse carro, até quando eu comprei ele, ele tinha até uns adesivos...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...de campanha eleitoral?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – ...de campanha, se não me engano, do Senador Antero, do Dante e do Lino. Daí foi tirado. Eu peguei o carro. Fiquei acho que uns quatro meses com esse carro. Ele não servia para aquele tipo de coisa que eu queria. Eu fui lá, devolvi e comprei outro carro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum outro Senador quer indagar o depoente? *(Pausa)*

Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O carro, antes de o senhor comprar e antes do Sr. Valcir, era do Deputado Lino Rossi?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Sim, senhor. Nos documentos consta isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Estava registrado no Detran...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Estava registrado no Detran em nome de Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Então foi o Deputado Lino Rossi que vendeu o carro para o Valcir.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Provavelmente foi, porque eu comprei do Valcir esse veículo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Valcir fez a transferência para o nome dele, então?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não. Ficou em nome... O dia que eu comprei ele foi lá... eu acho que nem foi ele, ele só assinou e me deu o recibo pronto. Não recordo desse detalhe. Até o momento eu não tinha pessoalmente contato com ninguém. Simplesmente veio o recibo já no meu nome, certinho. Fui lá, paguei os impostos, transferi – normal –, como está ali constando nos documentos do Detran.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E o Deputado Lino Rossi, ao lhe procurar, anos depois, queria que o senhor vendesse o carro para uma pessoa indicada por ele?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, não, não. Eu entreguei esse carro de volta para o Valcir e ele vendeu para uma pessoa que eu não sei quem é, porque nunca me relatou que era fulano, ciclano ou beltrano. Simplesmente, pegava o telefone e ligava para a pessoa para ela transferir esse carro.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Desculpe-me. Para mim, continua nebuloso esse caso. O Valcir vendeu para o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Vendeu para mim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E o senhor transferiu para o seu nome?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Transferi para o meu nome.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E depois o senhor foi procurado pelo Deputado Lino Rossi para quê?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, não. Não, Senador. Depois eu devolvi esse carro para o Valcir...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Revendeu?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Revendi para ele e comprei um outro carro, porque esse carro...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Desta vez o Valcir não fez a transferência?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Deixei o recibo assinado para ele...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ele não registrou no nome dele?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não. Vendeu para uma outra pessoa, e essa pessoa nunca me procurou, nunca transferiu. Virou aquela confusão.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E o Deputado o procurou porque queria...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Agora, em abril de 2006, me procurou pedindo para que transferisse o carro para essa pessoa que consta no recibo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Querli Bastistello?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Isso, exatamente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E ele não lhe deu nenhuma explicação por que queria isso?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, não me deu nenhuma, Senador. Simplesmente chegou e pediu para efetuar a transferência. Fiz a transferência e acabou aí o rela... o contato que eu tive com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na realidade, o senhor, antes de transferir, ligou para o Piran.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Liguei diversas vezes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, não. Digo agora em abril.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Ah, sim! Liguei para ele pedindo se acaso realmente podia transferir para aquela pessoa, porque, na realidade, eu não vendi o carro para o Lino Rossi. Vendi o carro para o Valcir Piran novamente. Então, para quem eu tinha que prestar esclarecimentos? Para a pessoa para a qual eu vendi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Valcir Piran pegou o carro de volta e o senhor pegou uma caminhonete de maior valor.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não. Peguei o dinheiro e comprei uma caminhonete para eu usar,

porque onde eu rodo no interior do Estado é buraco, é terra.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor comprou e vendeu por que preço?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Pelo mesmo valor que eu comprei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual? O senhor se lembra?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Foi mais ou menos, acho que era... Se não me engano era R\$43.000,00 (quarenta e três mil reais) ou R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode nos entregar os cartões que o senhor...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Está aqui.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Poderíamos anexar no processo...

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Sem dúvida

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...essa documentação toda.

O senhor quer cópia disso?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Acho que era bom, Senador. Eu já tenho uma cópia dele porque eu guardei. Acho que é bom guardar uma cópia dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor chegou a falar pelo celular com o Deputado Lino Rossi?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Esse número de celular aqui o senhor não utilizou?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não sei nem se existe. Não tentei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Para mim, está bom.

Temos que buscar os outros agora.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Queria consultar os Srs. Advogados do Senador Magno Malta se teriam alguma pergunta a fazer.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Somente desejar boa tarde a V. Ex^a e a todos os Srs. Senadores. Sem nenhuma pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator, posso dispensar a testemunha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim.

Apenas queria requerer que ouvíssemos o Sr. Querli Batistello e o Sr. Wilerson Moreira da Costa, assessor parlamentar, pelo menos no cartão assim consta, do Deputado Lino Rossi. Solicito a oitiva dos dois.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator, na quarta-feira, teremos aqui o

relatório do Senador Jefferson Péres. Seria oportuna essa data, na próxima quarta-feira?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Solicito que a assessoria adote as providências cabíveis.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Seria interessante trazer também o dono da *factoring*, Sr. Valcir Piran.

Sr. José Luiz, o senhor tem o telefone e o endereço dele para nos facilitar?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Endereço eu não lembro de cabeça. Agora o telefone eu tenho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor poderia nos fornecer e já ouviríamos os três.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Também na quarta-feira?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não seria interessante trazer novamente o Sr. José Luiz Cardoso? Não será necessário?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não. Se houver necessidade de acareação, marcamos outra data.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Desde que tenha dentro do meu trabalho lá que eu possa dispor, me disponho a qualquer esclarecimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe se é homem ou mulher Querli Batistello?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Não sei, senhor. Não tenho nem idéia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Queria apenas que os Srs. Senadores me ajudassem.

Na quarta-feira, às 10h, temos o relatório do Senador Jefferson Péres. Convocamos essa oitiva para as 14h?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim. Teríamos tempo suficiente para discutir o relatório com tranquilidade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pode ser também em seguida. Sugiro que marquemos todos para as 10h. Quando terminarmos uma reunião, começamos a outra.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por segurança, Sr. Presidente, podemos convocar para as 12h, para os depoentes não ficarem tanto tempo aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Marcamos, então, para as 12h a oitiva dos

Srs. Querli Batistello, Wilerson Moreira da Costa e Valcir Piran.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual é o nome da *factoring*?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – VR *factoring*.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor tem o telefone, não é?

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Tenho sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – S. S^a vai ajudar a nossa assessoria na localização.

Consultaria **O SR. RELATOR** se o Sr. José Luiz Cardoso está dispensado ou há possibilidade de aca-reação com o Sr. Hazenclever Cançado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não tem nada a ver. O problema do Sr. Hazenclever diz respeito ao Sr. Vedoin.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Agradeço a presença do Sr. José Luiz Cardoso solicitando que S. S^a ajude nossa assessoria para localizar a testemunha indicada pelo Relator.

O SR. JOSÉ LUIZ CARDOSO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Pela ordem, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Já temos previsão para ouvir o Deputado Lino Rossi? Houve um convite e S. Ex^a não pôde comparecer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – O Sr. Relator não solicitou...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já solicitei à CPMI, ao Ministério Público e à Polícia Federal que, quando fossem ouvi-lo, comunicassem ao Conselho para podermos acompanhar os depoimentos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – S. Ex^a não viria aqui especialmente para isso?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não. S. Ex^a não quer vir e não temos o poder de convocação, só a CPMI, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, mas o depoimento de S. Ex^a é imprescindível. Temos, agora, até o cartão de um assessor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Solicito à assessoria que faça entrar o Sr. Hazenclever Lopes Cançado. *(Pausa)*

Sr. Hazenclever, sinta-se à vontade.

V. Sr^a está sendo convidado para essa oitiva.

Com a palavra o Senador Relator Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sr. Hazenclever, o Sr. Darci Vedoin esteve aqui e nos relatou que acertou com o Deputado Lino Rossi a entrega de um veículo, tipo Van, que foi posteriormente

entregue. Acertou a entrega e acabou entregando. Em contrapartida, o Senador Magno Malta colocaria emendas no relatório.

Todavia, essas emendas não apareceram. Ele esteve por duas vezes no gabinete, falou com a Secretária e, numa terceira vez, ele ligou para o Lino Rossi, que ligou para o Deputado, e o senhor teria recebido Darci Vedoin. Recebeu Darci Vedoin e confirmou que colocaria a emenda. Ele fez essa cobrança.

O senhor confirma essa informação do Sr. Darci Vedoin?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor pode dizer o que o senhor sabe a respeito disso?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Primeiro, Sr. Relator, em todos os anos que eu trabalho com o Senador Magno Malta – eu trabalhei com ele também na Câmara dos Deputados –, jamais presenciei ele receber qualquer empresário para tratar de qualquer assunto relativo às emendas ao Orçamento da União. Jamais recebi orientação dele, de qualquer forma, para que eu destinasse qualquer emenda de forma que apresentasse beneficiário um empresário. Muito pelo contrário. Sou testemunha da forma que o Senador Magno Malta vê esse trabalho dos Parlamentares de inserir emendas ao Orçamento da União. Muito pelo contrário, não é do desejo dele, até acredito que não é a missão principal dele aqui no Congresso. Ele coloca essas emendas cumprindo a parte regimental, após ouvir os prefeitos, as lideranças comunitárias, as entidades organizadas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Darci Vedoin esteve no gabinete?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Não, senhor. Comigo, jamais. E não tenho conhecimento que ele tenha estado com ninguém.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor, então, jamais recebeu. Portanto, não teve essa conversa com ele?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Não, senhor. Se ele esteve no gabinete... por ventura, ele não tenha se identificado, ou não tenha deixado registrada a sua presença... Não esteve comigo e jamais fui informado de que ele ou qualquer outra pessoa ligada a esse grupo, a essas pessoas envolvidas agora, tenha estado lá e muito menos comigo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor recebeu alguma ligação dele?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Também não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor fez alguma ligação para ele?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Também não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor teve conhecimento de que esse automóvel esteve com o Senador Magno Malta?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O

veículo de propriedade do Deputado Lino Rossi é de meu conhecimento que foi emprestado para o Senador Magno Malta e devolvido ao Deputado Lino Rossi. Isso, sim, é de meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Como o senhor sabe dessa história?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Pri-

meiro, eu sei, na presença do Deputado Lino Rossi, em gabinete – porque ele freqüentava o nosso gabinete como amigo do Senador desde a época dele como Deputado Federal –, ele mesmo comentou comigo que havia emprestado para o Senador. E também soube através do Senador.

Eu era conhecedor da necessidade de um veículo para transporte dessa banda gospel no Estado do Espírito Santo. O Senador havia comentado comigo que o Deputado Lino Rossi, após mudar para São Paulo, ele ia trabalhar na **Rede Record** na apresentação de um programa de televisão – emprego esse, inclusive, que o Senador trabalhou junto aos amigos dele na **Rede Record** para conseguir isso para o Lino, que havia perdido o mandato. E o Deputado Lino tinha esse veículo disponível, sabendo da necessidade do Senador, dada a proximidade da amizade dos dois, fraternal,...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Foi o Lino que ofereceu ou foi o Senador Magno que pediu?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O

Lino... O Deputado Lino Rossi que ofereceu. Inclusive, soube também por uma terceira – completando –, que é o Roni Lins, de São Paulo, um empresário musical de São Paulo, que também, em outra oportunidade estive comigo, comentou que estava junto com o Senador numa churrascaria em São Paulo quando o Deputado Lino Rossi, presente à mesa, ofereceu esse veículo para o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual é o nome?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Roni Lins.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quem é?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – É o

empresário da área musical na cidade de São Paulo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor tem o endereço desse Roni Lins?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Sim, senhor. No nosso gabinete, nós temos os telefones e os endereços dele, até porque ele já foi empresário da banda gospel da qual o Senador Magno Malta participa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor trabalhava em que exatamente no gabinete do Senador?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Em

todas as áreas pertinentes à chefia de gabinete.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor fazia emendas?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Junto com os outros profissionais que trabalhavam na computação, sim. Eu trabalhei nessa área, inclusive, com outros Deputados antes de trabalhar com o ex-Deputado e hoje Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Os senhor cuidava das coisas particulares do Senador também?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Cuido até hoje, como chefe de gabinete, daquilo que ele me designa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor teve oportunidade de saber como esse automóvel foi devolvido?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu

não participei do processo de devolução dele, mas eu soube pelo Senador, pelo próprio Senador, que, como ele já havia comentado que ele não ‘tava tendo mais a necessidade, uma vez que as apresentações da banda no interior do Estado estavam ficando em número reduzido, até pela presença, cada vez mais constante, dele aqui no Senado, nas atividades do Senado, e também pelo fato de que toda vez que ele utilizava essa Van, essa Ducato, ele tinha sempre que alugar outro carro, porque a Van não comportava a banda porque, na verdade, ela tinha muito espaço, mas poucos assentos, que ele estaria devolvendo. Ele disse esse desejo. E, posterior, ele comentou comigo que já havia devolvido através de um caminhão cegonheiro para a cidade para a entrega ao Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor é proprietário de uma faculdade, de uma universidade?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – A

minha família, sim, é proprietária – eu não sou sócio/proprietário, mas a minha família é – de uma universidade que trabalha com ensino a distância,...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ensino virtual?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – ...ensino virtual, na qual a única estrutura física são locais alugados para apresentação das teleaulas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando foi que a família do senhor adquiriu essa...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nós não adquirimos. Foi montado... foi montado e não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E obtiveram quando a concessão?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, não é concessão, porque não somos autorizados diretamente pelo MEC. Nós fazemos parte de uma parceria, se o senhor me permite explicar,...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pois não.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – ...com a Educon, que é do Paraná, uma sociedade de ensino continuado, que é que detém a tecnologia. Os cursos são certificados, alguns pela Educon, outros pela Unitins, de Palmas, a Universidade de Tocantins, outros pela Fael.

Então, na verdade, a concessão é deles, porque eles é que são as unidades certificadoras.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A partir de quando?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Cerca de dois anos atrás.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Cerca de dois anos.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Quando nós iniciamos na minha cidade natal, na primeira cidade, em Minas Gerais.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Permita-me, Senador? A família do senhor é sócia?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pois não. É isso mesmo.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – É da minha família. Eu não sou sócio da empresa. Eu montei, ajudei a montar, fiz doações de recursos financeiros meus declarados no Imposto de Renda para as minhas duas filhas e, com a renda, com os recursos que a minha esposa tinha, montamos... A parte das minhas filhas está constando na minha declaração de Imposto de Renda, que todo ano eu entrego para o Senado, cumprindo determinação. Lá consta a doação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então a família que o senhor menciona é esposa...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Esposa e minhas duas filhas. Sim, senhor. E tudo isso está... as declarações estão declaradas na declaração que eu entrego anualmente aqui no Senado como servidor público.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual é a profissão da esposa do senhor?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Ela é administradora de empresas, com especialidade em *marketing*.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ela recebe quanto por mês nessa especialidade? Ela era empregada quando montou essa faculdade?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Quando ela montou, ela também era servidora do Senador Magno Malta. Mas ela não faz ingerência da empresa. Ela não administra a empresa. Ela é uma das sócias e tem como renda a receita dela também funcionária do Senador. Eu não sei lhe precisar neste instante o salário dela, mas...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E as duas filhas do senhor?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – As minhas duas filhas receberam as minhas doações...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual é a idade delas?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Uma filha tem vinte, quase vinte e um anos; e a outra, quando ela foi ingressar, aos dezessete anos, eu providenciei a emancipação dela em juízo para que ela pudesse, então, receber as minhas doações, do meu dinheiro, e para que ela pudesse trabalhar, uma vez que eu tinha a minha atividade aqui.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quanto o senhor doou?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Senador, eu não sei precisar, mas posso dizer para o senhor que em torno de R\$60 mil (sessenta mil reais) a R\$80 mil (oitenta mil reais). Eu teria que lembrar ou pegar os documentos ou ver no Imposto de Renda. São valores próximos a isso, porque, como tem dois anos, eu não posso afirmar o valor exato para o senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E esses valores foram suficientes para montar...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Foram. É porque a gente tem... o funcionamento do ensino a distância – não sei se o senhor conhece –, não somos proprietários do curso. Você não tem parte pedagógica e didática. São dessas entidades. Comercialmente, você é conveniado ou autorizado por eles – como eles têm no País inteiro, em todos os Estados já –, e aí você loca o espaço físico com as carteiras, com apresentação através de *datashow* ou de televisão onde são geradas essas aulas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando foi que o senhor começou a trabalhar para o Senador Magno Malta?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Cerca de 07 (sete) anos atrás, começando no segundo ano de mandato dele de Deputado Federal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual era o patrimônio do senhor?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Em números ou em valores?... Ou descrevendo o que era?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pode ser a descrição de bens e valores também.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – ‘Tá. Eu tinha veículo... automóvel... na época, naquele ano, salvo engano, ou era um Corsa ou um Gol. E tinha também naquele ano... não lembro naquele ano se eu ‘tava no Tempira ou se eu ‘tava no Mondeo. E tinha sítio em Minas Gerais, que é minha origem, né? Um sítio em Minas Gerais. E, antes de trabalhar com o Senador Magno Malta, antes de trabalhar com ele, fui proprietário de uma concessão de uma TV Educativa em Minas, que me foi concedida, essa concessão, na época do Ministro Sérgio Motta, e que, após eu iniciar com o Senador Magno Malta, alguns meses depois, eu efetuei a venda dessa televisão, dessa concessão, dessa televisão. Depois de uns seis ou oito meses que eu trabalhava com o Senador Magno Malta. Então, havia esse patrimônio também dessa televisão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor vendeu por quanto?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Na época, vendi por R\$ 200 mil (duzentos mil reais). E também... em torno de 07 (sete) anos atrás. E também uma casa em João Pinheiro, antes de trabalhar com o Senador...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tem como entregar essas declarações para fazer um trabalho da evolução patrimonial,...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Tenho. Posso trazer ainda...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...juntamente com a da empresa, da situação dela?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Claro. Ressaltando, Sr. Relator, que todos os anos, essas do Imposto de Renda que eu vou entregar para o senhor, todos os anos, elas estão protocoladas e entregues aqui no Senado Federal. Ressalto isso. Mas trago a cópia para o senhor dentro de poucas horas, é só eu pegar em casa. Eu tenho cópia em casa. Caso alguma falte, é só pegar com o contador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E relativamente também à empresa que a família que o senhor montou o senhor tem como, desde então, mostrar a evolução patrimonial dessa empresa...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Claro, claro... A evolução delas são apenas equipamentos. Ela não possui, que eu saiba, nenhum imóvel. São todos imóveis alugados, tá?

Então, repetindo: ela não é concessão de serviço público, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe o nome da esposa do Senador Magno Malta?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Kátia Gomes Santos Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E do Deputado Lino Rossi, o senhor sabe?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, senhor. Não sei o nome e nem nunca estive com ela.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não sabe nem o nome?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, senhor. Nunca estive com ela e nunca fui apresentado ela. Da família do Deputado Lino Rossi eu só o conheço também das atividades parlamentares. Não conheço mais ninguém da família dele. E não me recordo de jamais ter falado com a esposa dele também ao telefone. Não me recordo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para mim, está bom.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Jefferson Peres, por gentileza.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Qual é a sua profissão?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu sou estudante de direito e sou técnico em contabilidade.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Como o senhor adquiriu essa emissora em Minas Gerais? Com que recursos?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Com recursos meus constantes dos meus Imposto de Renda. Trabalho desde os meus 06 (seis) anos de idade, quando eu comecei a trabalhar numa oficina mecânica. Nunca mais eu trabalhei... é coisa do interior. E graças ao meu pai e a minha mãe terem me ensinado isso, ao longo da minha vida... aos 17 (dezesete) anos, eu tinha já um escritório de despachante; aos 18 (dezoito) anos, eu tinha dois escritórios de contabilidade e estagiava na Caixa Econômica Federal em João Pinheiro, na minha cidade. Sou técnico em contabilidade. E já fui proprietário de um laticínio na minha cidade...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor tinha escritório de contabilidade?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, tive dois escritórios de despachante regularizados na minha cidade. Serviço de despachante, não

de contabilidade. Nunca exerci a minha profissão de contabilidade, mesmo quando eu trabalhei em outras empresas. Já trabalhei em diversas empresas de diversos setores, trabalhei na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, na Assembléia Legislativa de Minas, fui Secretário Municipal de Administração, e tive diversas empresas...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor sempre trabalhou com política?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Não, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor está falando em Assembléia.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Não, intercalando períodos. Eu já fui vendedor, fui gerente de lojas de móveis, já trabalhei em posto de gasolina, sem ser proprietário; já fui proprietário de mercearia, já fui proprietário de um pequeno supermercado, já fui proprietário de um laticínio...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Como o senhor teve a idéia de disputar essa concessão? De obter essa concessão?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Da televisão?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– É, de uma TV Educativa.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Primeiro que eu conheci quando foi montada uma na cidade de Patos de Minas, a NTV. Na época, eu conhecia. Eu vibrei com aquilo e eu sempre tive grandes sonhos; sempre acreditei que o homem tem que ter sonhos na sua vida e que a gente tem que tentar enxergar à frente e trazer benefícios para a sua cidade e para a sua região. Sempre busquei inovar...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nessa época, o senhor trabalhava onde?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Na

época que eu comecei a pleitear a concessão, que eu entrei com os documentos, eu trabalhava na Prefeitura Municipal de João Pinheiro. Quando a concessão saiu, quando terminou aquele mandato, eu era de cargo comissionado, então, naquela época, eu ‘tava trabalhando com laticínios e ‘tava trabalhando com as coisas minhas de fazenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o senhor era ligado a algum político nessa ocasião? A um prefeito, ou deputado, ou senador?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O meu pai era o prefeito e, naquela época, fui secretário de administração. Já falecido, em 99. Meu pai foi vereador por quatro mandatos na minha cidade. Inclusive, dois desses mandatos, à época que ele era vereador, não era remunerado. E meu pai foi prefeito da minha

cidade três vezes. E eu já trabalhei com Deputado Estadual, com Deputado Federal e agora Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Então o senhor não tem profissão definida?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Tenho, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O quê?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – A

minha profissão é técnico em contabilidade e sou hoje servidor público.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Não, técnico em contabilidade é seu nível de escolaridade.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nível de escolaridade. E minha profissão, desde que estou aqui no Senado e na Câmara, é servidor público. Quando eu não estava aqui, fui servidor público em outra oportunidade...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Em cargos comissionados?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Em cargos comissionados.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Sempre em cargos comissionados?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Nunca prestei um concurso em área nenhuma. E também já exerci como empresário em várias ocasiões e já fui empregado de empresas privadas em várias ocasiões.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– E como o senhor foi trabalhar com o Senador Magno Malta?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu trabalhava na Câmara dos Deputados.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Com quem?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Com o Deputado Marçal Filho, do Mato Grosso do Sul. Na época, do PMDB do Mato Grosso do Sul. E nas atividades parlamentares eu conheci o Deputado Magno Malta e criamos alguns laços. Na época, eu comentei com ele sobre a televisão que eu tinha, que ele achou, por sinal, muito interessante. Inclusive, na época, alguns pastores e bispos, dos quais ele tinha amizade desejavam trabalhar na área de comunicação, e ele me pediu que eu conversasse com eles, sem ser funcionário dele ainda, explicando como funcionavam os custos mensais na área de concessão, e criamos um laço. E, ao encontrar diversas vezes pelos corredores, inclusive fora da Câmara dos Deputados, um dia, ele me convidou para poder trabalhar com ele. E entre esse convite e efetivamente trabalhar, passaram-

se alguns meses, até porque eu exercia um cargo com o Deputado Marçal Filho.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor cuidava de elaboração de apresentação de emendas lá no gabinete do Senador?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Assim como hoje no...

No do Deputado ou do Senador Magno?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Do Senador.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu trabalho na elaboração após ele selecionar os Municípios, quando a gente leva para despachar com ele os ofícios recebidos das prefeituras mais as câmaras municipais, mais as instituições que solicitam. E naturalmente os prefeitos ou autoridades que vão ao gabinete dele solicitar. Após aquilo, ele faz uma triagem, decide qual, e após a gente participar do curso junto com outros colegas aqui, oferecido pelo Senado, a gente elabora as emendas no computador, com as devidas justificações, leva para o Senador – o senhor conhece o procedimento – assinar, para ele conferir, assinar e conferir, como ele determinou; após ali, ao protocolo na Comissão.

Na Comissão de Orçamento, eu não faço acompanhamento, até porque o Senador... não é do desejo dele que eu acompanhe.

Aos Ministérios, raramente eu vou acompanhando o Senador porque ele vai muito pouco aos Ministérios. E não faço acompanhamento direto em nenhum Ministério, até porque o Senador nunca me determinou.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor lidava com elaboração de emendas, então?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Com a digitação, sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor sugeriu ao Senador emendas?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, senhor. Eu discutia com ele, como chefe de gabinete, todos aqueles ofícios que chegavam, todos aqueles requerimentos, para que ele pudesse priorizar.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O senhor ia ao Ministério tratar de emendas?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – De emendas, na época de elaboração, não. Raramente eu acompanho o Senador em algumas audiências, que são poucas. E acompanhar a tramitação lá no Ministério não é a minha função. Não é a minha função e eu não faço isso, até porque o Senador, pela posição dele, praticamente independente no Senado, a gente tem um número muito pequeno de emendas aprovadas para que alguém do gabinete fique exclusivo para isso. E quando tem que fazer, não é a minha função.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Por que ele precisava do senhor para ir ao Ministério?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Quando eu vou é para fazer companhia para ele, para a gente despachar até lá, quando vou levar algum documento junto com ele ou quando a gente está indo até em dois carros – ele está indo num carro, e eu estou acompanhando vereador ou prefeito em outro. Isso cumprindo designação dele em algumas audiências. Aquelas que ele não sente necessidade da minha presença, ele não me convida; aquelas que ele me convida, eu o acompanho. Assim como em audiências realizadas no próprio gabinete: aquelas que ele sente necessidade da minha presença, ele me convida para estar na sala dele junto com as pessoas; quando não, eu estou na minha mesa trabalhando.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– As emendas são destinadas preferencialmente a Municípios ou a instituições de...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu diria ao senhor que quase que numa proporção de 60% para Municípios e 40% para hospitais; raramente, algumas associações, como Pestalozzi e Apaes. Sendo que, inclusive, as entidades acabam não recebendo um número maior porque elas nem sempre têm todos os documentos que a gente sabe necessários. Então, você designa para o Município para depois, se for o caso, o Município passar pra elas. E essas associações que ele passa, eu posso até citar para o senhor, como o Hospital Evangélico de Vila Velha, o Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim, a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim, o Hospital do Câncer de Santa Rita, em Vitória, e umas duas ou três Apaes e Pestalozzi a cada ano. Salvo engano, essa... algum lapso meu de alguma... essa é a referência das entidades que... e o Hospital Sarah em Brasília, que, desde que eu trabalho com ele, todo ano ele destina uma das emendas individuais dele para o Hospital Sarah em Brasília. É a única fora do Estado do Espírito Santo que ele já destinou emenda desde que eu trabalho com ele.

E, se o senhor me permite, eu me sinto na obrigação de registrar que até mesmo nas reuniões de Bancada, quando vão decidir as emendas de Bancada – inclusive, tem as próprias atas sobre isso –, o Senador não deixa outras atividades no Congresso para estar nessas reuniões, porque ele não concorda com essas divisões, não concorda com essas emendas. E não é prioridade para ele. E ele acata o que a própria maioria decide por lá. Ele jamais é defensor de qualquer emenda de bancada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr Hazenclever,...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...a sua vinda aqui é porque tivemos várias oportunidades de conversar sobre a citação que o Sr. Darci faz a respeito do Senador Magno Malta, juntamente, reforçado por ele, é o seu filho, Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin. S. S^{as} afirmaram, em várias oportunidades, em juízo, na Polícia Federal, na CPMI, que estiveram no gabinete do Senador, tentando conversar com o Senador – é claro!. Afirmam em todos os momentos que jamais estiveram com o Senador, mas que estiveram com o senhor e com o ex-Deputado Lino Rossi. Essas afirmações foram muito fortes para dizer que o senhor teria presenciado a conversa que eles teriam tido lá no gabinete. Aliás, na primeira ida, a secretária teria despachado dali mesmo e, em uma segunda oportunidade, eles foram recebidos pelo Sr. Hazenclever. Na conversa foi citado que o Sr. Darci Vedoin havia cedido um carro de propriedade, segundo o Luiz Antônio, deles para o Deputado Lino Rossi e que o Deputado Lino Rossi teria cedido esse carro ao Senador Magno Malta. O senhor teria participado dessa conversa. Na conversa com o senhor, teriam acertado uma emenda individual para os negócios da Planam.

Antes de perguntar exatamente sobre isso, queria saber se o senhor é o chefe de gabinete do Senador ou o senhor é assessor parlamentar, mas não chefe de gabinete.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Senador, sou tratado como chefe de gabinete por designação do Senador, por estar acompanhando, lembrando que de direito o cargo pertence aos funcionários de carreira do Senador Federal.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor não é funcionário de carreira do Senado.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não sou funcionário de carreira do Senado. Sou funcionário de cargo comissionado do Senador. Essa nomenclatura de chefia de gabinete é a forma que ele próprio me trata e que fica sendo de fato.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Trata mais diretamente com o senhor.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em resposta ao nosso Relator, se é que entendi direito, o senhor disse que jamais viu o Sr. Darci Vedoin ou pessoas ligadas. Vou citar os nomes aqui e, por favor, repita essa resposta pois ela é muito importante para a continuidade da nossa conversa.

O senhor conhece ou já viu alguma vez o Sr. Darci Vedoin?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Apenas fotos pela imprensa, após esse caso tomar os jornais todos os dias.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca o viu pessoalmente?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Que eu me lembra, não! Se ele esteve ao meu lado ou eu estive no local que ele esteve, ele estaria acompanhado de outras pessoas e não se fez apresentar como tal, nem desta empresa, como em um restaurante freqüentado por muitas pessoas, em um corredor, em algum local. Nunca foi apresentado a ele como tal.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor conhece o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Pela imprensa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Da mesma forma?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Da mesma forma.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Sr. Ronildo?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nem pela imprensa, que eu não me recordo nem de ter visto nem foto dele nos jornais. Se vi, não memorizei.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não conhece o Sr. Ronildo?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, nem por foto de imprensa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Já viu a Sr^a Maria da Penha alguma vez?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Pela imprensa, após o caso agora, que ela também foi uma foto que no **Correio Braziliense** saiu vários dias. Somente as fotos dos jornais.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ou seja nenhuma dessas pessoas....

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não. E da Maria da Penha voltei a ver algumas ima-

gens dela no dia do depoimento aqui pela **TV Senado**, tão somente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor pode nos assegurar que essas pessoas jamais estiveram no gabinete do Senador Magno Malta?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Na minha presença, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na sua presença, não.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, porque, como eles próprios disseram, que estiveram com o secretário e que não conseguiram ser atendidos...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor nunca tratou ou interveio sobre qualquer assunto dessa ordem?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nem com eles nem com ninguém.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ou em nome do Senador ou em nome próprio ou em nome de quem quer que seja, sobre esse assunto?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Em nome próprio, não teria nem como tratar, Senador, porque não tenho autoridade nem autonomia para isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor se sente uma pessoa que jamais passou do limite da confiança do Senador?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Absoluta. Primo pelos meus princípios, inclusive estou dizendo da confiança, e é bom retornar, se o senhor permitir, a um questionamento do Sr. Relator, que pode até ser para ele interessante ouvir que, quando fiz essa doação desse capital a minhas duas filhas para que montassem essa empresa, antes de qualquer iniciativa, o Senador foi comunicado da minha intenção. Ele tinha conhecimento e aprovava, até porque quem convive com ele alguns anos, próximo – talvez até o senhor tenha ouvido isso dele... que ele dizia, e disse várias vezes, que ao final desse mandato ele não disputaria mais cargo eletivo, e que ele sempre disse comigo: “Hazenclever, você precisa ver o que você vai fazer, como você quer seguir sua carreira, porque eu não vou estar aqui daqui a quatro anos.” Falei: “Senador, o meu intuito é voltar para a minha área empresarial ou atuar na minha área de Direito, porque até lá eu vou estar formado.” Então, era... o senhor disse da confiança e eu quero dizer isso, que nem nesse momento eu jamais o trai, até porque as minhas... os meus princípios não permitiriam, e nem a ele nem a ninguém.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sobre o ex-Deputado Lino Rossi, era do seu conhecimento alguma desconfiança de um comportamento, digamos assim, disso tudo que está sendo acusado a pessoa dele?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Jamais! Eu conheci o Deputado Lino Rossi no gabinete do Senador, conversando e discutindo assuntos da CPI do Narcotráfico, há época em funcionamento, depois amizade fraternal dele, dele com o Senador e vice e versa. O Senador sempre o teve como homem de bem, como bom pai de família, como um servo de Deus, como um homem de caráter, e tenho certeza que o Senador não tinha o mínimo conhecimento nem desconfiança do que hoje ele está sendo acusado. Pelo contrário, diversas vezes eu pude ser testemunha, em nosso gabinete, do Senador e de outros Parlamentares evangélicos orando pelo Lino Rossi em momentos de dificuldade da vida pessoal ou da vida familiar ou da vida política dele. Em alguns desses momentos de oração eu cheguei a participar. Mas jamais, até então, qualquer pessoa havia comentado comigo de qualquer ilicitude do Deputado Lino Rossi.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Alguma vez o Deputado Lino Rossi fez pedido de emendas de interesse mais dele do que dos interesses do Senador Magno Malta, apresentar uma emenda, por exemplo, para atender um lugar, uma comunidade, uma entidade, uma prefeitura? Já fez algum pedido assim?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O Deputado Lino Rossi jamais me fez qualquer pedido de qualquer espécie. Em relação às emendas, muito menos, porque ele é Parlamentar de um Estado diferente do Senador. Ele não teria como ter interesse político no Espírito Santo. E ele, sabendo da minha lealdade ao Senador Magno Malta, e a amizade dos dois, tenho certeza que ele também, mesmo que desejasse, jamais me faria essa proposta, primeiro, porque eu nunca dei oportunidade a ele e, segundo, que quem trabalha comigo ou trabalhou sabe que eu jamais tomei qualquer ato que fosse em sentido de deslealdade com o Senador Magno Malta. Jamais, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Falo porque o senhor acaba de afirmar que ajudava na elaboração das emendas...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Isso, no meu papel de assessor parlamentar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...e, como tal, a pergunta procede porque poderia dentro da amizade dizer: “Rapaz, tem um prefeito lá no Mato Gros-

so. Eu queria atendê-lo.” Houve algum pedido dessa natureza?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Não. Nem ele, nem nenhum outro Deputado ou Senador jamais me fez esse pedido. Volto a ressaltar, a minha parte na elaboração das emendas é como de todos os assessores responsáveis por essa área em todos os gabinetes. Tudo dentro da transparência.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) –

O senhor teria presenciado alguma conversa do Deputado Lino Rossi com o Senador no sentido de, depois de todo esse envolvimento do Senador, se o Deputado Lino Rossi tivesse se apresentado assim como uma espécie de... manchado o nome de um amigo, vamos dizer a palavra mais direta, sentir que traiu um amigo ou coisa parecida?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO –

Não, senhor. Inclusive eu estava no plenário do Senado naquele discurso, naquele pronunciamento do Senador Magno Malta, quando ele retornou dos Estados Unidos, quando o Lino Rossi adentrou ao plenário e, ao final, até abraçou o Senador Magno Malta. Ainda Naquele plenário ele esteve comigo, me abraçou também e não me disse nada nesse sentido, pelo contrário. Ele me disse: “Hazenclever, tudo será esclarecido. O Senador Magno não merece nada do que está passando. Tudo será esclarecido. Tudo será esclarecido. Fique tranquilo e tranquilize a família dele. Tão logo passar aqui, se for preciso, vou até o Espírito Santo, faço até uma coletiva na imprensa mostrando lá no Espírito Santo [e estava eu e dois irmãos do Senador nesse instante], esclarecendo tudo, que esse carro é meu e que o Senador não tem qualquer envolvimento com nenhuma ilicitude.” Ele ainda disse assim: “Continue se honrando de trabalhar com o Senador Magno Malta.” Eu disse: “Amém, Deputado.”

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) –

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Querida também já para a próxima semana aproveitar a quarta-feira e solicitar a acareação do depoente com o Sr. Darci Vedoin.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Peço à assessoria que tome as providências cabíveis.

Está presente o Dr. Luiz Carlos da Silva Neto, advogado do Senador Magno Malta.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Absolutamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não há mais Senadores que desejam fazer perguntas.

Em sendo assim, agradeço a presença do Sr. Hazenclever Lopes Cançado.

Srs. Senadores, recebi um telefonema do Senador Paulo Octávio em que S. Ex^a pede muitas desculpas e informa que somente poderia estar aqui às 16h30min, ou seja, daqui a uma hora. Como a chegada do avião está prevista para 16h20min, devemos marcar às 17h, para termos uma margem de segurança.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Parece-me que o Sr. Darci Vedoin não vem. Há contradição entre os quatro. Não adianta fazer a acareação entre os três.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sugiro que façamos logo dos que estão aqui, sob pena de na próxima outro estar ausente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não esclarece nada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Temos muitos convidados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Sr. Darci, o filho dele, o Sr. Luiz, e os dois genros.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, cada vez que tenho que vir do Acre, passo a noite em claro. Não dormi a noite passada, mas estou disposto a continuar o trabalho até a hora em que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estão presentes o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, o Sr. Ivo Marcelo Spínola e o Sr. Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Falta o Sr. Darci José Vedoin.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Procede fazer porque a acareação foi provocada pelo fato do Sr. Luiz Antônio, que no meu entendimento é mais importante que o próprio Sr. Darci...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com certeza.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...foi quem disse que fez um gesto e o Sr. Paulo Roberto – não é esse o nome? – teria dito que o gesto foi outro. Esses

dois inevitavelmente... porque o Sr. Ivo vai ser o testemunho dos três.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E tem uma ligação... a presença do Darci... é porque, segundo ele, teve um... o Darci ligou para o genro da Senadora Serys Slhessarenko o ameaçando por conta de um processo no interior. Então, isso vai ficar sem esclarecimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Certamente

esse ponto ficará sem resposta, mas o ponto anterior, que no meu entendimento é mais forte, que é saber se houve a história do cheque, se houve repasse financeiro, isso que essa acareação poderá nos...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Muito bem, só acredito que depois poderá ter que ser feita outra acareação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Acho que V.

Ex^a tem razão, porque uma acusação como essa, uma acusação de ameaça não é pequena e tem que ser levada também a cabo. Mas acredito que não haveria prejuízo, Sr. Presidente, se mantivéssemos a acareação de hoje apenas com os três.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Exato.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Apenas pergunto a V. Ex^a se o Sr. Darci teria efetuado a indicação

de uma outra oportunidade para ele estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – O Sr. Darci apenas afirmou que, no momento, por questão de saúde, devidamente justificada, não poderia estar presente. Não disse que não viria. Pelo contrário, o Sr. Darci está sempre pronto para colaborar conosco.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas deu

uma nova data, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Não. Não marcamos outra data. Teríamos que marcar aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pergunto, então, a V. Ex^a se nos encontraríamos na próximo

semana apenas na quarta-feira ou estaríamos aqui também na terça?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Não sei, depende. Estou pronto também.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Sr. Darci

diz mais respeito à relatoria do Senador Paulo Octávio, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Poderíamos esperar o Relator para que S. Ex^a defina se poderemos ouvi-lo na terça-feira.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Concordo, Sr. Presidente. Como sugeri a V. Ex^a, às terças e quartas-feiras, podemos ganhar tempo. Comprometo-me a estar aqui nesses dias.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos aguardar o Relator Senador Paulo Octávio.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Entendo que, às 10h, teremos o relatório do Senador Jefferson Péres, com a possibilidade de pedido de vista, o que já adiaria por uma semana. Vamos ouvir essas quatro pessoas. O Senador Magno Malta arrolou mais três testemunhas: o Sr. Ronilson, mencionado pelo depoente anterior, o Sr. Valter Pinheiro e o Sr. Neocimar Fraga. Poderíamos ouvi-los também. Estamos realizando oitivas rápidas. Acredito que, se marcarmos tudo para quarta, que é o dia em que o Senador Jefferson Péres apresentará o seu relatório, faremos tudo com tranqüilidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Das 10h até a hora em que se fizer necessário.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ficariamos com a data de quarta-feira.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Se o Senador Paulo Octávio achar que o Sr. Darci Vedoin deve vir também, podemos combinar tudo para quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Combinado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Solicito que essas pessoas arroladas pelo Senador Magno Malta também fossem intimadas para que já pudéssemos ouvi-las na quarta-feira, cumprindo assim o direito de defesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – À assessoria para providenciar.

Informo que a próxima reunião será às 17h.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 35 minutos.)

Documentos pertinentes à 10^a reunião:

- 1) Lista de presença;
- 2) Termo de comparecimento assinado pelo depoente José Luiz Cardoso;
- 3) Termo de comparecimento assinado pelo depoente Hazenclever Lopes Cançado.

10ª REUNIÃO

Em 12 de setembro de 2006, terça-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
 Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

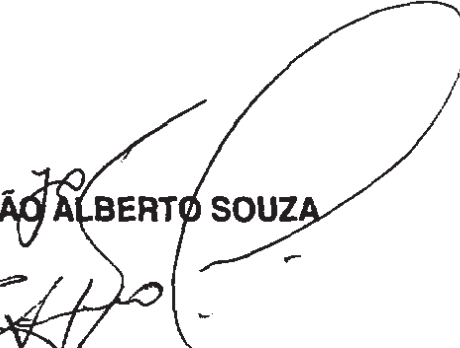
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Wellington Salgado	1. Geovani Borges
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Leomar Quintanilha (PC do B)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Vago
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto: _____

Brasília, 12 de setembro de 2006

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. JOSÉ LUIZ CARDOSO**

Aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 14 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor JOSÉ LUIZ CARDOSO, acompanhado de seu advogado Dr. _____, que foi inquirido nos autos da Representação n.º 3 de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu, Maria Amália Figueiredo da Luz MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente

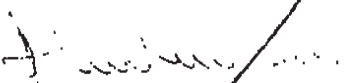

JOSÉ LUIZ CARDOSO
Depoente

Advogado

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO**

Aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 14 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor HAZENCLEVER LOPES CANÇADO, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos da Representação n.º 8 de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu, Maria Amália Figueiredo da Luz MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


HAZENCLEVER LOPES CANÇADO
Depoente

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2006, terça-feira, às 15h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à acareação entre os Senhores Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Darcy José Vedoin, Paulo Roberto Ribeiro e Ivo Marcelo Spínola da Rosa, nos autos das Representações nºs 2 e 3, de 2006, referentes à Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Magno Malta, respectivamente.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres
Sérgio Guerra
Heráclito Fortes
Paulo Octávio

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado

PDT

Jefferson Péres

PMDB

João Alberto Souza
Luiz Otávio

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Esta reunião foi convocada para promover acareação entre os Srs. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Darcy José Vedoin, Paulo Roberto Ribeiro e Ivo Marcelo Spínola da Rosa, nos autos da Representação nº 2 e 3, de 2006, referente à Senadora Serys Slhessarenko e ao Senador Magno Malta, conforme solicitação dos Relatores, Senadores Paulo Octávio e Demóstenes Torres, respectivamente, aprovada por este Conselho.

Antes de passar a palavra aos Srs. Relatores, comunico a todos que recebi fax do Dr. Otto Medeiros, Advogado dos Srs. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Darcy José Vedoin e Ivo Marcelo Spínola da Rosa, em 8 de setembro, que passo a ler:

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, João Alberto Souza,

Darcy José Vedoin, Luiz Antônio Trevisan Vedoin e Ivo Marcelo Spínola da Rosa, já devidamente qualificados perante este Conselho de Ética, por seu procurador *in fine* assinado, vêm à ilustre presença de Vossa Excelência expor e requerer o que se segue:

Em data de 06 de setembro do corrente ano, os requerentes e este subscritor foram convidados para acareação acerca das Representações nº 2 e 3, de 2006, dos Senadores Magno Malta e Serys Slhessa-

renko, a ser realizada em 12.09.2006, às quinze horas, na sede do Senado Federal.

Não obstante os requerentes e este causídico terem assinado o convite desta Casa, faz-se necessário, para comparecimento de todos, que sejam observados os preceitos legais que orbitam em torno do instituto da acareação, atendendo-se aos seus limites e fundamentos, quais sejam: o destaque ponto a ponto pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado Federal das contradições e divergências existentes; a busca dos esclarecimentos necessários, fazendo reperguntas, ou seja, reinquirindo exatamente as questões controversas existentes; o direito de reperguntas, ao final, aos acareados por seu defensor, em analogia ao que dispõe a oitiva de testemunhas, art. 212 do CPP, e interrogatório do réu em juízo, art. 185 e seguintes, respeitado, neste último caso, a garantia constitucional do contraditório, art. 5º, inciso IV; o indeferimento pelo Presidente de reperguntas de fatos periféricos e irrelevantes; a redução a termo de todas as perguntas que forem sendo respondidas pelos envolvidos, com as devidas explicações, bem como com a reação e/ou atitude de cada um.

Com o escopo de serem atendidas as imposições legais acima descritas, aguardo deferimento das observações expostas como condição de apresentação perante este Conselho, informando desde já o não-comparecimento de Darcy José Vedoin, haja vista problema de saúde.

Outrossim, requer cópia integral do processo que tramita neste Conselho de Ética em face da Senadora Serys Slhessarenko com os devidos interrogatórios já colhidos e demais documentos.

Nestes termos, aguardam deferimento.

Assinado, em 8 de setembro, o Sr. Otto Medeiros de Azevedo Júnior.

No que se refere à cópia do processo, já foi entregue.

Defiro as solicitações do Dr. Otto Medeiros e passo o documento às mãos do Sr. Relator.

Desta forma, solicito aos Srs. Relatores, aos membros deste Conselho e demais presentes a estrita observância das normas legais que disciplinam o instituto da acareação.

Primeiro, quero dar uma explicação.

O Senador Demóstenes Torres não poderá estar presente. Segundo S. Ex^a, o assunto diz mais respeito ao Senador Paulo Octávio. Assim sendo, como S. Ex^a fará uma gravação agora, telefonou para mim, pedindo desculpas por não estar presente.

O Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin encontra-se presente, acompanhado de seu Advogado, Dr. Otto

Medeiros, e recusou-se a assinar o termo de compromisso.

Pergunto ao Sr. Relator: colocaríamos todos aqui, à Mesa?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, vamos colocar quantas cadeiras forem necessárias.

O Sr. Darci José Vedoin, conforme documento...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, indago um ponto importante do pedido do Advogado, que pede que nós apresentemos as contradições. Não é isso? Não há problema. Podemos atender a isso. Eu tenho as contradições todas.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Darci José Vedoin, conforme acabei de ler, não comparecerá por apresentar problema de saúde.

O Sr. Ivo Marcelo Spínola da Rosa encontra-se presente, acompanhado de seu Advogado, Dr. Otto Medeiros, e recusou-se a assinar o termo de compromisso.

O Sr. Paulo Roberto Ribeiro encontra-se presente, acompanhado de seu Advogado, Dr. Paulo Taques, e já assinou o termo de compromisso.

Solicito a entrada dos depoentes ou acareados. *(Pausa)*

Podemos realizar a reunião aberta, não podemos?

O SR. OTTO MEDEIROS – Sem objeção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Dr. Paulo Taques, Dr. Otto Medeiros e senhores acareados, espero de todos os senhores um comportamento digno aqui no Conselho de Ética.

Tenho certeza de que nós vamos responder com urbanidade, como fizemos na reunião passada, e que não teremos problemas neste Conselho. É um apelo que faço aos senhores.

Com a palavra, o Senador Paulo Octávio, Relator da Representação nº 2, referente à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, como V. Ex^a atendeu ao pedido do Advogado Otto Medeiros de Azevedo, no sentido de destacar ponto por ponto as contradições e divergências, eu vou tentar...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pergunto se o Advogado do Senador Magno Malta está presente.

Está presente. Muito obrigado. V. S^a poderá usar a palavra se necessário for.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Atendendo às questões solicitadas pelo Advogado, nós temos aqui os pontos importantes.

Depoimento de Luiz Antônio.

Em setembro de 2003, o Sr. Sérgio levou Paulo Roberto à sede da Planam para conversar com o senhor.

Eu vou ler, e o senhor vai concordando.

Na ocasião, Paulo Roberto disse que estava precisando de R\$35 mil para pagar a conta da campanha da Senadora. O senhor entregou R\$35 mil em espécie a Paulo Roberto, que está ao seu lado direito, na Planam, a título de adiantamento de comissão referente à apresentação de emendas.

Confirma?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu cunhado, o Sr. Ivo, que está aqui, à minha esquerda, e também o Sérgio presenciaram a entrega desse dinheiro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Confirma?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Os referidos R\$35 mil seriam adiantamento do trato feito, pelo qual a Senadora apresentaria emendas alocando recursos para municípios de Mato Grosso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Paulo Roberto comprometeu-se a viabilizar a aprovação de uma emenda ao orçamento, em valor superior a R\$1 milhão para a aquisição de unidades móveis de saúde para municípios de Mato Grosso e que a comissão devida à Senadora seria utilizada para quitar dívida de campanha. A emenda aprovada, entretanto, teria sido apenas de R\$700 mil.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso, confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Disse que a Sr^a Serys apresentou emendas nos termos que ele acertou com o Paulo Roberto.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu não sei se o senhor poderia confirmar algumas versões do seu pai.

O seu pai disse que o Sérgio levou o Paulo Roberto à sede da Planam para conversar com o senhor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eles foram à minha empresa para conversar comigo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Confirma que Paulo Roberto disse a seu filho, Luiz Antônio, que estava precisando de R\$35 mil.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Confirma que Luiz Antônio entregou R\$35 mil em espécie a Paulo Roberto, na Planam.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Afirmou que as empresas Dinâmica e Dismafe são de propriedade ou no mínimo ligadas a Paulo Roberto.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Conhecidas, né? Ligadas... Eu não sei qual é a ligação deles.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Ivo Marcelo disse que estava na sala de Luiz Antônio, na Planam, quando este entregou o dinheiro em pacotes a Paulo Roberto.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Em envelopes. Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não sabe qual teria sido o valor em dinheiro.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nega que tenha entregue cheque de sua conta a Paulo Roberto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu disse que desconheço esse cheque; não entreguei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não chegou a reconhecer que o cheque de trinta e sete mil e duzentos era dele; apenas alegou que emprestava...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim, por várias vezes emprestei...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...a conta corrente para a empresa, que estava negativada, e que sua esposa, que dirigia o departamento financeiro, ficava, então, com vários cheques seus em branco, a fim de serem cobertos.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim. Sob a orientação do Luiz Antônio, eram preenchidos os cheques.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, o senhor entregava os cheques em branco, assinados, e ela fazia os pagamentos da empresa?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor abriu a sua conta, ficou de verificar se teria encontrado o cheque de trinta e sete e duzentos.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Aquele dia, aqui, eu abri o meu sigilo bancário para o Conselho. Não sei se o Conselho já solicitou isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. O Conselho já solicitou a quebra do sigilo bancário. Estamos aguardando a comunicação do banco.

Então, o senhor nem nega o cheque de trinta e sete e duzentos...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Da mesma forma, Excelência, eu não confirmo, porque desconheço o cheque.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Versão de Paulo Roberto.

Alega que não tratou com Luiz Antônio de dívida de campanha da Senadora Serys.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca tratou de nenhum assunto da Senadora Serys?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca recebeu dinheiro em espécie em troca de alocação de emendas?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não é sócio nem tem qualquer espécie de relação com as construtoras Dinâmica e Dismafe?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É representante legal da empresa São Benedito Comércio, Serviços e Representação, de propriedade de sua família?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Conheceu o Sr. Sérgio, empreiteiro do Município de Pontes e Lacerda no período de 2002/2003, quando executava obras de construção do hospital naquela cidade.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não foi levado pelo Sr. Sérgio até o Sr. Luiz Antônio?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Conheceu o Sr. Luiz Antônio no Colégio Portal, em Cuiabá, em 2003. No referido colégio estudam os filhos de ambos.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Luiz Antônio confirma?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Meu filho estudou no Portal em 2004. Eu trouxe a certidão de que ele só estudou em 2004 no Portal. Em 2003, ele estudou no Bosque.

O SR. OTTO MEDEIROS – Pela ordem, Sr. Relator.

Eu gostaria de juntar...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não. Pela ordem.

O SR. OTTO MEDEIROS – Sr. Presidente, eu gostaria de entregar nas suas mãos uma certidão do Colégio Portal, dizendo que o filho do Luiz Antônio não estudou lá em 2003, e sim em 2004.

Em 2003, era apenas um bebê e não tinha condições de frequentar a escola.

Estou lhe entregando em mãos agora o documento que comprova isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Solicito à Assessoria que passe às mãos do Relator, por gentileza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu filho tem quantos anos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Hoje ele tem sete anos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No depoimento do Paulo Roberto, ficou registro que esse encontro ocorreu em 2003. Pergunto ao Sr. Paulo Roberto se confirma que foi em 2003.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – A mim cabe dizer para o senhor que foi em 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o seu filho era colega do filho do Sr. Luiz Antônio?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim. Eram colegas. Pode haver algum problema de divergência de datas, mas o meu conhecimento com o mesmo foi através disso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No Colégio Portal, em 2003 ou em 2004?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Em 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Luiz Antônio nunca foi ao Colégio Portal em 2003?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nem conhecia. Só vim a conhecer em 2004, quando o meu filho ingressou. Está aí a certidão. Em 2004 ele estudou; a certidão está aí, o comprovante. Inclusive o histórico escolar dele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Houve o encontro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em 2004.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Houve um encontro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em 2004, como eu já havia dito no meu depoimento passado, que foi em 2004. Eu volto a afirmar para o senhor: quem levou o Sr. Paulo ao meu escritório foi o Sr. Sérgio, de Pontes e Lacerda...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em 2003.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em 2003. E esse encontro se deu em 2004. Eu não poderia ter tratado em 2004 se o encontro foi em 2000 e...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quer dizer que o encontro entre o senhor e o Paulo foi em 2004?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na festa...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor alega que foi em 2004, porque o senhor só foi ao colégio em 2004.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Só em 2004. O meu filho se matriculou no Colégio Portal em 2004, como está no comprovante com o senhor, em mãos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E foi no Colégio Portal que o senhor conheceu o Sr. Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Volto a afirmar para o senhor que não. “Conheci ele” através do Sérgio, o qual “levou ele” na minha empresa, em 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Paulo Roberto, o senhor conheceu o Sr. Luiz aonde?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Volto a afirmar ao senhor, Senador. Meus dados confirmam 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em suma, o senhor alega conhecer o Sr. Luiz Antônio em 2003, antes de ir à sede da Planam?

Quer dizer que o senhor confirma que conheceu o Sr. Luiz Antônio em 2003, antes de ir à sede da Planam tratar do assunto que o senhor diz, de venda de equipamentos?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Volto a afirmar ao senhor: eu o conheci na época, em 2003. Com relação à questão dos filhos, é uma verdade. Agora, volto a afirmar ao senhor, que eu saiba, é até do primeiro casamento dele. O senhor entendeu? Que a esposa mexia com algum centro de tratamento de beleza, alguma coisa... Eu só sei que conheci através disso. Eu conheci através disso. E, para mim, a data é 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Centro de beleza quer dizer o quê?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Estética.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Mas no colégio?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não.

Para fora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Então, o senhor o conhecia antes de ir à sede da Planam?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Na época, na sede da Planam, sim, com certeza. Em 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É importante saber quando vocês se conheceram: em 2003 ou em 2004.

Para o senhor, foi em 2003; para o Sr. Luiz Antônio, foi em 2004. Não é isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Não, Senador. Eu volto a afirmar para o senhor: eu conheci o Sr. Paulo através do Sérgio...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Na sede da Planam?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Na sede da Planam.

O encontro ao qual ele se refere, que nós nos conhecemos, foi em 2004, que está no documento em mãos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas aí está a divergência. Ele alega que conheceu o senhor no colégio e depois é que foi à sede na Planam. Não é isso, Sr. Paulo Roberto?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Essa é a divergência. E estamos justamente nesta acareação para buscar a verdade.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Certo, é claro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor alega que o conheceu em 2003, numa festa no colégio. A festa no colégio houve; houve o encontro no colégio. Os dois confirmam, só que existe uma divergência: o senhor alega que o conheceu na sede do colégio; ele alega que o conheceu na sede da Planam, recebendo dinheiro. Essa é a divergência. Não é isso?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Relator, não sei se eu poderia ajudar...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...só para facilitar essas datas aqui, entre a data da Planam, na hipótese do próprio Luiz. Queria que o Luiz dissesse a

data da Planam, pelo menos o mês, e a data da festa do colégio, em 2004.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Senador, não é hipótese; é a verdade. Eu conheci o Sr. Paulo através do Sérgio, em julho ou agosto, acredito, porque foi na sede da Planam...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em 2004?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Em 2003. A festa foi em 2004, julho.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Senador Sibá Machado, é que o Sr. Luiz trouxe um documento, dizendo que o filho dele só começou a frequentar o Colégio Portal em 2004. Conseqüentemente, o encontro foi em 2004, quando o filho estava no colégio. E o Sr. Paulo Roberto continua insistindo que o encontro foi em 2003 e que se conheceram no colégio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Em 2003, o meu filho estudava no Bosque Encantado, um colégio reservado, pequeno, do lado da casa dele. Inclusive tem fotos do encontro, todos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Esse é o primeiro filho do senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – É o meu primeiro filho, do meu primeiro casamento, relacionamento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É o primeiro filho?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – É, isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E não existe outro? Não tem outro filho?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Não. Tenho uma filha de dois anos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor confirma que nunca foi ao colégio antes de 2004?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Não. Só fui numa festa do meu filho, que me chamou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em agosto de 2003, o Sr. Paulo Roberto, em seu depoimento, declara que, durante o evento do Dia dos Pais...

Confirma?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Confirmando.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor confirma que o evento foi no Dia dos Pais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Se houve o evento? Que eu me recorde, era festa junina. Que eu me recorde.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No mesmo colégio, conversou sobre negócios com o Sr. Luiz Antônio e que, em decorrência dessa conversa,

realizou, no início de setembro de 2003, venda de material médico-hospitalar para a empresa Planam.

Só estou lembrando ao senhor o depoimento do Paulo Roberto, do qual o senhor deve ter conhecimento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tudo bem. Tenho.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em razão dessa venda, recebeu, entre os dias 15 e 20 de setembro de 2003, cheque do Sr. Ivo Marcelo, no valor de R\$37.200, da Caixa Econômica Federal.

Por sinal, nós estamos investigando a conta. E, na conta do Sr. Paulo Roberto, aparece efetivamente o depósito do cheque de trinta e sete mil e duzentos. O Sr. Ivo já está sabendo.

Confirma, Sr. Paulo Roberto?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Paulo Roberto declara que depositou esse cheque na conta corrente nº 5838-6, da Agência nº 3643-9, do Banco do Brasil, da titularidade da empresa São Benedito Comércio e Representação, pertencente à sua família.

Indago se o senhor trouxe esse cheque, se o senhor conseguiu esse cheque.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor ficou de acessar o banco. Seria mais fácil o senhor trazer o cheque para nós do que através da quebra de sigilo, que nós já pedimos.

O senhor não pediu esse cheque ao banco?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, eu não posso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor pode.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Na minha conta, sim. Agora, na conta...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor depositou o cheque na sua conta, na São Benedito. É sua a conta.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É o senhor quem movimenta, é o senhor quem assina, é o senhor quem emite, é o senhor quem endossa, é o senhor quem saca, então é o senhor quem pode pedir o cheque.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Posso, mas como...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor já providenciou esse cheque?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Como foi explicado ao senhor, eu recebi o cheque dele da Caixa

Econômica, no valor de trinta e sete e duzentos e alguma coisinha que eu não me recordo. Chegando à boca do caixa, na agência da Caixa Econômica, na Justiça Federal, em Cuiabá, o titular sendo o Ivo, eu pedi para fazer uma transferência para a minha conta.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Na própria Caixa. Mas a Caixa tem o cheque.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, senhor.

Aí, o que acontece? Eu não tinha os documentos da empresa. Eu não podia colocar nominal à empresa e fazer uma transferência eletrônica. Eu tinha que comprovar a minha titularidade na empresa.

O que eu fiz? Coloquei nominal a mim, endossei no verso e isso fez uma transação eletrônica direto para a conta da empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o cheque existe.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Existe.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Se o cheque existe, o cheque está na Caixa Econômica.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A Caixa Econômica guarda esse cheque.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, mas eu não posso, Senador. É conta... A titularidade é do Ivo. Eu não posso mexer na conta dele. Eu mostrei para o senhor o depósito, onde foi depositado na minha conta. O senhor entendeu? Agora, eu não posso pedir a microfilmagem dele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Porque não foi depositado na sua conta. Foi feita uma transferência bancária. É isso?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, isso. Eu peguei o documento, preenchi em meu nome, certo? Eu ia preencher em nome da empresa, mas “para mim fazer” como se fosse um saque, eu tinha que estar com o documento na mão. O senhor entendeu?

O que eu fiz? Coloquei nominal a mim, endossei e fiz como se fosse uma transferência desse dinheiro diretamente para a conta da empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A Caixa Econômica de Mato Grosso deve ter esse cheque.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor chegou a pedir?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Eu não posso!

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o senhor chegou a...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não. Em hipótese alguma.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor confirmou, na última reunião, que não emitiu nenhuma nota fiscal sobre a venda.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Confirmando.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu indaguei se o senhor tinha alguma testemunha...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Confirmando.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...da entrega do material na sede da Planam. Alguma pessoa, um vigia do seu depósito que pudesse ter acompanhado a entrega do material num caminhão, porque o material era de grande quantidade: trinta e sete mil e duzentos em armários e mesas cirúrgicas. Era um valor grande. E o senhor ficou de procurar na sua empresa se havia alguém que se lembrasse da transação.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim. Na época oportuna, eu disse ao senhor que a testemunha que eu tinha era um funcionário falecido. E eu até procurei a lembrancinha de sétimo dia do mesmo, não encontrei, mas estou procurando. E posso, a qualquer momento, achar e “fazer composto à Mesa” para o senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E esse funcionário, o senhor tem o nome dele?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – João Bosco Daniel Ferreira da Silva.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele faleceu em que ano?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Ano passado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele trabalhou com o senhor até quando?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Até 2004, próximo a fevereiro... Janeiro ou fevereiro de 2004.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele era o vigia da entrega?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor. Ele trabalhava comigo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – De quê?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Senador, de tudo um pouco, entendeu?

A empresa, na verdade, é um escritório. Então, ali, se precisar todo mundo fazer alguma coisa, fazer de tudo um pouco, o senhor entendeu?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A minha pergunta é a seguinte: para transportar esse material, ou foi essa pessoa quem o fez...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não. Foi o próprio pessoal.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual pessoal?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O pessoal que foi carregar o material.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O pessoal da Planam?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quem foi buscar no seu depósito foi o pessoal da Planam?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, no próprio veículo deles mesmo...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor ficou também de procurar algum documento de entrega desse material, algum recibo.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Procurei e estou procurando.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não encontrou nada, absolutamente nada?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Por enquanto...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não tem nenhum papel, nenhum documento de que tenha entregue R\$37.200 em material para a Planam?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Por enquanto, nada. Por enquanto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor afirmou que não tem participação na atuação parlamentar da Senadora Serys.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Apenas ajuda nas campanhas.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor confirma que ajuda nas campanhas?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Eleições.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nas campanhas eleitorais.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Nas campanhas eleitorais.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sem aporte financeiro ou com aporte financeiro?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Até pelo meu porte... Pelo meu porte, não existem condições.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, o senhor alega que nunca fez qualquer apoio financeiro à campanha da Senadora Serys?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Nunca.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – De nenhum centavo, não importa o porte.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E também o senhor afirma que não indicou municípios beneficiados pelas emendas parlamentares da Senadora.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, eu não tenho acesso, nunca tive acesso a isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

Confirma esse depoimento? Tudo o que está aqui o senhor confirma?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tudo o que foi aqui falado, o Sr. Luiz confirma a sua parte?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Ivo confirma toda a sua parte?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Ivo, no encontro com o Paulo Roberto, na Planam... O Sr. Ivo confirma que encontrou o Sr. Paulo Roberto na sede da Planam. O senhor o conhecia?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, senhor. Eu o conheci na sede da Planam.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor o conheceu no dia em que o viu...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – No dia, na sede da Planam.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No dia em que o viu recebendo...

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – No dia em que ele esteve lá, com o Sérgio, para receber o dinheiro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor confirma que ele foi receber dinheiro?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O valor, o senhor não sabe.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Paulo Roberto se lembra de ter encontrado o Sr. Ivo na sede da Planam, no dia em que o senhor esteve lá?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – No dia em que fui buscar o cheque com ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor foi buscar o cheque com ele?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com ele. Cheque da transação comercial.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor, alguma vez, entregou algum cheque para o Sr. Paulo Roberto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Luiz Antônio, no dia em que o senhor foi entregar o dinheiro ao Sr. Paulo Roberto, o que o Sr. Ivo estava fazendo na sua sala?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Ele trabalhava conosco. Estava na minha sala normalmente, discutindo ações de trabalho.

Uma coisa, Senador: foram entregues os R\$35 mil, em nenhum momento nós negamos a existência desse cheque e volto a afirmar para o senhor: se existe o cheque, é fruto de pagamento de comissão, de adiantamento. Nunca foi feita nenhuma transação comercial, até porque o nosso caso é de unidade móvel de saúde, ambulância. Eu não vendo equipamentos hospitalares. E trinta e sete mil e duzentos, eu teria que vender. Todas as minhas notas fiscais estão em poder da Polícia Federal. Seria fácil. E, se ele falasse a marca do equipamento, seria mais fácil a gente saber que equipamento é junto aos fornecedores.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor tem condições, Sr. Paulo Roberto, de dizer a marca dos equipamentos?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Marca... Eu posso dizer ao senhor o que era. Agora, marca... Às vezes eu me complico.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O que era, Sr. Paulo Roberto?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Camas, macas, suporte para soro, mesas, armários.

No entanto, Senador, na semana passada, quando estive aqui, eu entreguei ao senhor aquele processo licitatório onde o senhor vê que consta aquela relação de materiais. O senhor entendeu?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Luiz Antônio é conhecido pela memória privilegiada que tem acompanhado os seus depoimentos.

A minha pergunta é a seguinte: como poderia o Sr. Paulo Roberto, já que o senhor não nega que possa haver um cheque... O senhor não nega que possa haver um cheque.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Não neguei, em hipótese alguma.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Até então, nem o senhor negou nem o Sr. Ivo negou.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Afirmando que, se houver um cheque, é fruto do pagamento junto com os R\$35 mil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas, dentre aquelas anotações que o senhor tem, muito pertinentes e... É possível a Planam ter pago ao Sr. Paulo Roberto trinta e sete e duzentos sem o senhor saber?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Sem eu saber, não. Eu desconhecia no momento, Senador. Eu afirmo para o senhor que não foi feita transação comercial e que pode ser que eu tenha feito e não tenha me lembrado, como em outros casos haver. Eu não tenho memória de 100%. Eu não me recordo de tudo. Isso faz quatro anos, três anos atrás, em 2003.

E a licitação da qual ele fala é de Pontes e Lacerda, que ocorreu em dezembro de 2004.

Eu não poderia, prevendo a licitação, comprar equipamento com um ano e meio de antecedência. E essa licitação, inclusive – depois eu pedi para o meu Advogado entrar com requerimento da ata... Houve suspeita de fraude na ata de abertura. Para verificar as assinaturas. É uma outra situação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – De 2004 para cá, o senhor participou de alguma outra licitação em que a empresa do Sr. Paulo Roberto também estava participando?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. E equipamentos hospitalares, não vendi. O senhor pode verificar todas as licitações que eu fiz. Está aberto. Os documentos foram apreendidos pela Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Paulo Roberto só participou da licitação de 2004? Nenhuma mais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu tenho conhecimento. Inclusive, ele não participou. Essa licitação... Era para nós ganharmos o certame da licitação. Não era a empresa Planam que ia ganhar; era a empresa Frontal, que era do Ronildo, que mexe com equipamentos hospitalares, que é outra empresa.

Pegaram os envelopes da minha empresa, levaram, fizeram uma outra ata, com outra empresa ganhando e assinaram. Inclusive, já que ele está em mãos dos senhores do Conselho, eu gostaria de verificar a documentação, para verificar as assinaturas que estão na ata de homologação e na ata de abertura do processo licitatório.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Solicito à Secretaria que providencie a cópia dessa documentação dessa licitação que foi entregue aqui, na última reunião. Vamos verificar. Não há nenhuma dificuldade em verificarmos isso.

O Sr. Paulo Roberto confirma, então, que esteve com o Sr. Ivo só no dia do recebimento do cheque?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Já que existe a dúvida sobre se o senhor entregou o cheque ou não, sendo os seus depoimentos todos muito concisos, fica uma dúvida sobre se esse pagamento... Esse pagamento poderia ter havido?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, não houve dúvidas sobre o depoimento; houve dúvidas sobre o cheque. Eu não me recordava do cheque. Inclusive eu falei, na reunião passada, que tomei conhecimento através da imprensa sobre esse cheque. Em nenhum momento eu falei que não havia o cheque.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o senhor concorda que o valor é alto.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É alto. E concordo com o senhor que pode haver... que muitos outros pagamentos eu não tenha me lembrado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quer dizer que é possível ter pago uma parte...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É possível. Não é muito mais fácil eu chegar aqui e falar somente do cheque?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É possível o senhor ter pago a outras pessoas, pagamento de emendas, sem se lembrar? É possível?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador... Muito poucas, mas pode haver.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quer dizer que, além do que foi declarado, pode haver novos recursos...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, que eu me recorde... Eu fiquei nove dias fazendo depoimento junto à Justiça Federal do Estado do Mato Grosso. O que eu recordei foi isso que estava lá. Agora, no momento oportuno, se eu tiver condições de me lembrar, vou voltar na Justiça para complementar as minhas declarações.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, se houve qualquer cheque emitido pelo Sr. Ivo, que é da empresa, da família... Se houve qualquer cheque entregue ao Sr. Paulo Roberto, esse cheque é proveniente ou é destinado a pagar combinação de liberação de emendas. É isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Somente isso. Eu nunca tive outra transação comercial.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não há possibilidade...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nenhuma, nenhuma!

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...de ter feito qualquer outro cheque para pagar qualquer outra conta da Planam.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Desse cheque referente ao Sr. Paulo Roberto, somente isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu queria indagar ao Sr. Paulo Roberto se ele tinha hábito de vender esse tipo de equipamento – mesas, soros – para outras empresas.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Conforme já trouxe semana passada aos senhores, sou cadastrado na universidade, ou melhor, no SicaF, que é o cadastro federal “onde vende-se” para a universidade e o Hospital Júlio Miller. A Fundação da Saúde de Cuiabá também. Foi através da Prefeitura de Cuiabá.

Como disse ao senhor, a minha empresa é comércio, serviço e representações.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Indago se o senhor tem alguma cópia de nota fiscal emitida, referente a algum pagamento de alguma venda de material hospitalar.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim. Isso em 2003 e 2004. De lá para cá, não comercializei mais esses equipamentos. Volto a afirmar ao senhor...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor se recorda de quantas vendas foram feitas de equipamentos hospitalares?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Senador, seria incerto da minha palavra falar um número para o senhor. Mas algumas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Cinco, dez, quinze...?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Três, duas...?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Bem menos. Mais ou menos nessa média.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É possível o senhor abrir a sua contabilidade e nos encaminhar algumas vendas?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Mando. Eu mando para o senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Algumas vendas de equipamentos hospitalares no ano de 2003 e 2004?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Mando, sim. Fora as que eu perdi.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Seriam somente as vendas feitas, porque

nós temos que avaliar a empresa como fornecedora de material hospitalar.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Claro. Tanto que, na semana passada, eu deixei ao senhor também o objetivo social da empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. O objetivo é amplo, não há dúvida. É só, já que o senhor tinha esses equipamentos guardados no seu depósito, e são equipamentos de valor bastante alto... Nós queríamos apenas constatar se há outras negociações feitas com outras empresas de Mato Grosso ou do Brasil. Enfim, saber se o senhor vendeu esses equipamentos efetivamente.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Certo, certo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Alguém testemunhou o recebimento desse cheque?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Só eu e o Ivo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor foi...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – No dia... No dia... Desculpe, Senador.

Eu recebi o recado para ir até a empresa, numa segunda-feira, se eu não me... A data, eu já confirmei: dia 15 de setembro. Pelo meu próprio extrato eu já confirmei. Aonde o Luiz Antônio não estava. Segundo disseram, estava viajando e pediu “para mim procurar” o Ivo. Aonde do mesmo... Eu recebi das mãos dele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Alguém testemunhou? Uma secretária? Um assistente? Um boy? Alguém?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ninguém assistiu?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor entrou na recepção...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Fui na recepção. Aí eu tenho um ponto vago. Eu acho que eu não “cheguei de ir” até a própria sala dele. Na próxima recepção, adiante, coisa assim... rápida. Foi muito rápida.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Foi bem rápido. Ninguém assistiu isso?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Eu não vi. O senhor entendeu?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Luiz Antônio, o senhor tem conhecimento de uma ameaça de seu pai a Paulo Roberto, feita por telefone, em dezembro de 2004? O Paulo Roberto confirma?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Confirmando.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Atribuída ao fato de que, ao vencer licitações para a compra de equipamentos hospitalares no Município de Pontes e Lacerda, os negócios da família Vedoin teriam sido prejudicados? O senhor confirma esse depoimento, esse telefonema?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ameaça?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ameaça.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em qual sentido o senhor fala?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Paulo Roberto poderia descrever a ameaça?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com certeza.

O mesmo, como já foi descrito anteriormente ao senhor, ele “pediu para mim se retirar dessa licitação”. Certo? E eu tentando justificar o motivo do qual. Aonde ele disse que aquilo ali era deles, pronto, acabou. Eu falei: mas o senhor... Com um tom de voz elevado. Certo? Aonde, com certo teor de conversa no telefone... Eu falei assim: mas o senhor está me ameaçando? Ele falou: “Faz o que você pensar. Pense o que você quiser”, para ser mais preciso.

No entanto que, na época, eu ainda até fui oportuno, ainda disse para ele... Falei assim: o senhor não ameaça homem por telefone. O senhor tem que ameaçar homem pessoalmente.

Isso já em 2004, dezembro de 2004. Aonde, até nessa oportunidade, saindo de lá, eu fui até a Planam. E isso o Luiz Antônio estava lá. No entanto que, quando eu falei com ele, o Luiz Antônio ainda contornou... tentou contornar a situação: “Meu pai está...”

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Isso foi em que ano?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – No mesmo dia! No mesmo dia!

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Isso foi em dezembro de 2004.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – A data... Eu não posso ser preciso ao senhor, mas foi dezembro de 2004. Na hora oportuna, eu trouxe até para o senhor. Ou melhor, na semana passada...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não. Eu quero saber se foi em 2004.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – 2004.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Dezembro?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Foi na época da licitação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Dezembro de 2004?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Em dezembro de 2004.

Quando eu conversei com o Luiz Antônio, Luiz Antônio disse: “Meu pai está com a cabeça quente, vamos tentar contornar essa situação”. Ele ligou para o Sr. Darci e contornou a situação. Contornar assim: “Não, deixa quieto, não deu, não vamos criar problema” e coisa mais. “Naonde” eu, posterior a isso, pedi desistência dessa licitação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Luiz Antônio, o senhor já viu o seu pai ameaçar alguém?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca. Até desconheço, né! Acho que... O senhor teve oportunidade de vê-lo aqui. Ele nunca ameaçou, nunca vi.

Houve alguma conversa desse sentido no qual acabei de falar para o senhor que houve... Da minha parte, há indícios de fraude em assinaturas da minha empresa e da empresa do Sr. Ronildo Medeiros. Até porque essa licitação era uma emenda proposta por outro Parlamentar de outro Estado, que eu já falei nas minhas declarações junto à Justiça, e era combinado para nós ganharmos.

O Prefeito, na oportunidade, ele perdeu a eleição, Sr. Nelson Miura. E ele, numa situação, acho, de desespero ou numa situação para querer levantar algum recurso, sentou, acho, com o Sr. Paulo e fizeram essa montagem da licitação na qual eu dei a documentação para o Sr. Sérgio levar para Pontes e Lacerda, ser aberta a licitação e colocar a empresa do Sr. Ronildo, a Frontal, como vencedora. E depois, na oportunidade, eu fiquei sabendo que eles tinham colocado a empresa do Sr. Paulo. Aí eu chamei o Sérgio e falei: isso foi feito um acordo e isso não deveria ter sido feito. E eles desfizeram o que tinham feito.

Por isso volto a afirmar para o senhor que eu peço... porque eu não assinei a ata, eu não compareci a essa licitação. “Foi feitas as propostas”, eles levaram, mas eu não compareci a essa licitação. Então pode haver aí mais um crime ainda de falsificação de assinatura.

Agora, ameaça nunca houve.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca houve ameaça.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca fizemos ameaça a ninguém, Senador. Nunca precisamos disso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

Paulo Roberto confirma a ameaça?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Confirmo, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conheceu a voz...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...do Sr. Darci?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o senhor conhecia o Sr. Darci?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E como é que o senhor confirma a voz?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Ele se identificou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ah, então qualquer pessoa poderia se passar pelo Sr. Darci?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não. Não, senhor. Não.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Mas não houve ameaça.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Visualmente, conhecer... O que o senhor diz conhecer? Conhecer como amigo?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É porque a ameaça foi por telefone.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele ligou para o senhor...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Ligou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...dizendo que se tratava do Sr. Darci.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A minha pergunta é: o senhor conhecia o Sr. Darci?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Visualmente eu sei quem era.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas a voz?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com certeza! Com certeza!

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sim ou não?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Era semelhante.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhecia a voz? Sim ou não?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Já... A voz? O senhor diz a voz?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A voz.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Que a voz era idêntica?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Senador, eu acredito para o senhor que sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Acredita?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas podia ser outra pessoa?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Podia ser um trote?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não. Com riqueza de detalhes, com riqueza de fatos, conhecendo a pessoa... Com certeza, seria a mesma pessoa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Ivo Marcelo, no depoimento a este Conselho, em 06.09, V. S^a disse que havia solicitado extratos na Caixa Econômica, naquele mesmo dia, e que em 24 horas esses extratos estariam disponíveis.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim, Excelência.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Já apresentou o extrato?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Inclusive deixei aqui aberto, para que o próprio Conselho pudesse solicitar à Caixa Econômica.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o senhor solicitou?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, senhor, Excelência, até porque o Conselho de Ética me pediu que...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o senhor falou aqui que ia solicitar.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não. Solicitei, inclusive entreguei cópia da solicitação para os senhores, aonde a Caixa Econômica informou ao Conselho de Ética que em 24 estaria disponível. Agora, a retirada disso... Ficou de o próprio Conselho retirar. Eu autorizei o Conselho a retirar esse extrato.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A Caixa Econômica não nos encaminhou ainda o extrato bancário.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Posso solicitar pessoalmente e encaminhar através de um ofício ao advogado, entendeu? Sem problema.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Para facilitar, eu gostaria que encaminhasse. Vamos agilizar o processo.

O nosso processo é mais burocrático, passa pelo Banco Central... Então, se o senhor pudesse nos encaminhar, seria muito mais fácil.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu vou reiterar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pode reiterar.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu pedi que encaminhasse, inclusive, direto ao Conselho.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Luiz Antônio, em depoimento à Justiça, o senhor disse que conheceu o Sr. Paulo Roberto, genro da Senadora Serys, por intermédio de Sérgio, de Pontes e Lacerda, que possui uma construtora em Cuiabá.

Esclareça mais. O senhor conheceu o Sr. Paulo Roberto quando? Em que circunstância o Sr. Sérgio o apresentou ao senhor? Qual é a sua relação com o Sérgio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sérgio? De amizade. Conhecia o Sérgio desde o mandato passado, de 96 a 2000, que era do Prefeito Décio, Sr. Décio, Prefeito de Pontes e Lacerda. E depois o Nelson Miura. Ele continuou prestando serviço à Prefeitura.

Eu não me recordo se a empresa dele é constituída em Cuiabá ou Pontes e Lacerda. É uma empresa de construção civil, da área de construção civil...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nesse tempo todo, o senhor tentou uma ponte com a Senadora Serys, pessoalmente ou por intermédio de alguma outra pessoa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor sabia que o Sr. Paulo Roberto era genro da Senadora Serys?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi apresentado como genro da Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Foi apresentado. Mas o senhor sabia que ele ia falar com o senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Através do Sérgio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E, na conversa que o senhor teve com o Sérgio, o senhor o avisou que queria que ele ajudasse nessas emendas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, foi ocasional, Senador. Ele levou. Eles andavam juntos. Não sei qual era o vínculo de amizade, se tinha amizade

entre eles ou algum tipo de negócio entre eles. O Sérgio acompanhou o Sr. Paulo até o meu escritório...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas deixe-se entender uma coisa: ele chegou lá e já saiu com o dinheiro na mão?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Ele chegou lá em julho – eu falei para o senhor. Em julho ou agosto. E foi pago em setembro ou outubro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, o primeiro contato foi só conversa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi conversa. Tanto é que depois... Não foi uma única conversa. Foi, acho que duas. Cinco vezes ele deve ter ido ao escritório, acredito.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor declara que ele deve ter ido ao escritório umas cinco vezes? O Sr. Paulo Roberto foi ao seu escritório cinco vezes?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com certeza. Acredito que sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Além do Sr. Ivo e do Sr. Sérgio, o senhor tem alguma outra testemunha dessas cinco vezes?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ronildo... E eu teria que verificar quem era a recepcionista na época, secretária minha.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Paulo Roberto, quantas vezes o senhor foi à Planam?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Como disse ao senhor anteriormente, três: uma com o Ivo; a segunda, buscar mais venda de equipamentos; e a terceira foi essa última, com relação à questão do Sr. Darci.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nessa em que o senhor esteve com o Sr. Luiz?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – A última, sim, com o Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A data?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Dezembro de 2004.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Na época do cheque?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. O cheque, ele fala que foi em agosto...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O cheque foi antes. A última...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essa foi na época da licitação?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Foi, foi. Da conversa, foi assim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Imediatamente tomar satisfação...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, no mesmo dia. No mesmo dia. Agora, não me recordo o dia. Dezembro de 2004.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor se lembra dessa conversa sobre licitação, Sr. Luiz?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – De 2004?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não, a conversa de 2004 sobre a interferência do Sr. Darci, ligando para a casa do Sr. Paulo Roberto, sobre...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Celular. Foi para o celular, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...participação em licitação.

Para o celular.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Se houve essa conversa?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Houve essa conversa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Houve a ligação para ele, sim, mas não em tom de ameaças nem...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ah, houve a ligação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Houve a ligação, mas não do meu pai.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sobre a licitação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quem ligou fui eu.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ah, foi você?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fui eu. E ele se encaminhou até a empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não foi o Sr. Darci?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Quem ligou fui eu.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, houve a ligação para o Sr. Paulo Roberto...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu liguei para ele. Liguei primeiro para o Sérgio e liguei posteriormente para ele, porque ele teria que fazer um ofício desistindo da licitação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então o senhor confirma que ligou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo que liguei, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em dezembro de 2004?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Dezembro de 2004.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o Sr. Darci não ligou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não ligou; quem ligou fui eu. Meu pai não tinha contato com o Paulo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Paulo Roberto, quem ligou?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sr. Darci.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, só quebrando o sigilo telefônico...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E eu já autorizei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Se não nós vamos ficar aqui...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu liguei do 8111.6475. Pode verificar. Eu já autorizei a quebra do sigilo telefônico.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor autoriza, Sr. Paulo Roberto, a quebra do seu sigilo telefônico?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Autorizo. Autorizo. Na semana passada eu disse ao senhor. Até trouxe o aparelho, que não uso mais. Mas a linha está habilitada, está funcionando.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É só para resolver a questão sobre quem ligou...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Posso, posso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...porque essa ligação é importante, até para...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com certeza, com certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nós estamos aqui num nível de dificuldades. O senhor imagine...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, senhor. Com certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, o senhor confirma que quem ligou foi o Sr. Darci, no telefone que... O senhor não tem o número da pessoa que ligou?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – não, não. Não me recordo do número.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Foi no celular?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Foi...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Foi de celular para celular?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Senador, agora o senhor me apertou. O senhor entendeu? Foi uma ligação. Agora não me recordo. O número que tocava eu atendia.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o Sr. Luiz afirma que foi ele mesmo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, eu confirmo para o senhor. E não foi uma vez só que eu liguei; foram diversas vezes. Na quebra de sigilo, com certeza, deve aparecer diversas vezes que eu falei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No encontro que o Sr. Paulo Roberto teve com o senhor, o senhor alega que foi esse primeiro encontro com o Sérgio presente, não é isso? O Sérgio o levou.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conheceu o Sr. Paulo Roberto. E como foi a negociação? O senhor poderia descrever como foi a negociação para chegar ao valor de R\$35 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu pedi para ele que fosse... A gente entrou num acordo que fosse feita... Quem ofereceu inicialmente, inclusive, foi o Sérgio. Nós entramos num acordo que fosse colocada uma emenda e seria repassado um valor para ele no qual ele disse que seria pago com uma despesa de campanha da Senadora. Mas em nenhum momento eu falei com a... Queria deixar aqui claro...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor já deixou bem claro que a Senadora...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – ...que eu não estive com a Senadora...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...que o senhor não teve nenhum contato com a Senadora.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nenhum contato com a Senadora. Em nenhum momento estive com a Senadora. Foi essa conversa. Eu tive uma conversa única e exclusivamente com o Paulo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor pediu que valor de emendas? O valor total?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ficamos acordados em cima de um milhão, em cima do... Porque, veja bem, isso foi em agosto, setembro, a conversa. No orçamento, ainda não sabíamos o valor individual da emenda que seria colocada, até porque precisava o orçamento chegar na Câmara ou no Senado para ser votado, para saber o valor das emendas individuais, porque é nas comissões que se verifica o valor da emenda proposta para o próximo ano, para o ano posterior.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor sabe se a Senadora Serys, nos anos anteriores, fez alguma emenda para...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Impossível. O primeiro mandato foi em 2003, o primei-

ro ano de mandato dela. Ela não teria como ter feito emenda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Paulo Roberto, houve essa conversa?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não. Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca o Sr. Luiz lhe pediu para solicitar à sua sogra que fizesse emendas no orçamento?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não. Volto a afirmar ao senhor: não tenho vínculo político nenhum com a Senadora ou a minha sogra.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Ivo, o senhor assistiu a essa conversa?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nós já convidamos o Sr. Sérgio para estar conosco. Ele é a pessoa que esteve presente.

Então, esteve presente, Sr. Luiz, nessa conversa, o Sr. Sérgio apenas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nessa conversa estava o Sérgio. Depois, nas outras conversas, o Ronildo esteve... Só um momento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pois não. *(Pausa)*

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Enquanto estamos na pausa, Sr. Presidente, conceda-me a palavra pela ordem.

Além do Senador Paulo Octávio, Relator da matéria, de V. Ex^a, que está presidindo, e de mim, queria saber se poderíamos participar logo da conversa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu vou encerrar já, já. As suas perguntas serão muito oportunas, porque vão enriquecer as minhas. Em seguida, eu complementar. Então, só mais cinco minutos? Eu solicito aos Senadores presentes mais cinco minutos de questões. Em seguida, prosseguiremos com as suas perguntas, com exclusividade.

Nesse encontro, o Paulo Roberto falou em algum momento que estava a serviço da Senadora?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Nunca falou que estava a serviço da Senadora, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor confiou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confiei nele. Confiei mais no Sérgio, por ter me apresentado a ele.

Eu falei... Em todos os meus depoimentos, Senador, em nenhum momento eu falei que ele falou em nome da Senadora. Foi tratada uma questão de emenda, entendeu?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Foi uma questão de emenda, mas veja a nossa dificuldade: o senhor não conhecia o Sr. Paulo Roberto. Ele chegou no seu escritório, o senhor ofereceu R\$35 mil...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não ofereci; tratamos o valor, combinamos o valor. Não cheguei a oferecer R\$35 mil. Tratamos o valor...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tratou do valor de R\$35 mil.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – ...de uma futura emenda que poderia ser apresentada...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual foi o valor total?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Do quê?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual seria o valor total?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Dez por cento do valor combinado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Dez por cento do valor total. Aí ele pediu R\$35 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Combinamos R\$35 mil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas quem combinou? O senhor? Ele pediu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Os dois, de comum acordo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – De comum acordo, R\$35 mil. Ele não pediu mais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Se esse cheque existir, foi mais.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, o senhor, na realidade, estava correndo um risco enorme. Quer dizer, se o senhor não garante que ele tem ligação com a Senadora, se ele fala pela Senadora, então era um risco que o senhor estava correndo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Correndo um risco.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acha, na vida empresarial, isso comum?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, eu corri muitos riscos e perdi muito. Talvez a situação seja essa hoje, né? Por isso aconteceu.

Agora, em nenhum momento, foi tratado em nome da Senadora, ele falou ou a Senadora falou. Em nenhum momento houve contato...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esses R\$35 mil, o senhor sacou de algum banco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Já autorizei a quebra do meu sigilo. E deve, com certeza, aparecer esse saque de trinta e cinco ou dois ou três saques.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O cheque do Ivo, o senhor declarou que não conhecia.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu desconheço. Se houver...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O próprio Ivo reconhece que alguns pagamentos foram feitos com cheques que ele emprestou à empresa. Confirma?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor confirma que o Sr. Ivo emprestou vários cheques para a empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo. Não só ele; o meu, pessoal, do meu pai, das pessoas ligadas à empresa, várias vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então a empresa fazia vários pagamentos com cheques...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – ...com cheques de terceiros, cheques pessoais dos sócios.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então o senhor não descarta a possibilidade de o cheque de R\$37.200 ter sido uma complementação do trato de 10% sobre as emendas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual é o valor das emendas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi feito no valor de R\$700 mil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Seriam setenta mil.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Setenta mil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Trinta e cinco mil mais trinta e sete dá quanto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Setenta e dois e duzentos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor pagou mais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Teria pago um pouco a mais.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É possível pagar mais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Se o senhor verificar as minhas declarações...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – As emendas foram liberadas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Foram liberadas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O cheque é de dezembro de 2004?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Não. Cheque, eu não sei. Esse cheque que ele apresentou é de agosto, não é? De 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual é a data do cheque, Paulo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Setembro de 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O cheque é de setembro de 2003?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Setembro. Quinze de setembro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – As emendas foram liberadas em 2004.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Em 2005 foram pagas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Foram pagas em 2005.

Em setembro de 2003...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Foram pagas em 2006, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em setembro de 2003, as emendas não foram apresentadas no orçamento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Era a título de adiantamento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É possível o senhor adiantar 10% de uma emenda que o senhor não tem nem o valor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN É possível adiantar muito mais, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É possível?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Era possível.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Era possível adiantar até mais do que...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Era possível.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu vou atender ao Senador Sibá Machado. Em seguida, eu complementar, Sr. Presidente, com outras perguntas, para não cansar os Senadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Ivo, Sr. Luiz Antônio, Sr. Paulo Roberto, vou pedir, com muita cautela e sem paixão alguma, porque a única coisa que nos interessa neste momento é saber se o Sr. Paulo Roberto agiu, em algum momento, a pedido da Senadora Serys Slhessarenko. O resto é caso de polícia. Não interessa a este Conselho de Ética. O que nos interessa é só este fato. Por isso nós estamos aqui.

Por várias oportunidades nós já conversamos sobre isso, e eu, incisivamente, fazia essa repetitiva pergunta que farei de novo para entrar no meu assunto: o Sr. Luiz Antônio Vedoin, ao tratar, em qualquer momento, com o Sr. Paulo Roberto e o Sr. Sérgio – eu nunca lembro o sobrenome dele; para mim é uma incógnita – trataram utilizando, direta e objetivamente, o nome da Senadora Serys Slhessarenko perante o senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Se ele falava em nome da Senadora?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Eu acreditava que sim, mas o que nós havíamos tratado...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Olhe o que eu estou lhe perguntando...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Senador, deixe-me falar...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, não faça ilações. Vamos direto à resposta.

Eu quero saber se, em algum momento, quando o Sr. Paulo esteve com o senhor, em qualquer lugar, na escola ou na sede da Planam ou em outro local, acompanhado ou desacompanhado do Sr. Sérgio, se em algum momento o Sr. Paulo Roberto fala com o senhor: eu sou Paulo Roberto, genro da Senadora Serys, tenho muita ligação com a Senadora, portanto estou disposto a fazer negócios. Ele teria falado mais ou menos nesses termos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Senador, ele foi apresentado como genro da Senadora.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, eu sei...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Quando nós combinamos, ficou tratado dele, junto ao... no relacionamento junto à Senadora, da parte dele, fazer uma gestão para ser colocada uma emenda. Agora...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, é isso o que eu quero. Essa conversa existiu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Existiu!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele disse para o senhor que estaria falando em nome dela?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN ...que ia fazer uma gestão...

Não falou que estava falando em nome dela. Falou que ia ser colocada uma emenda da Senadora, para ser feita essa liberação junto... E eu faria o adiantamento para ele.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E o Sérgio...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Eu posso ser leviano se afirmar que ele estava em nome da Senadora.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não. Eu não digo se ele estava autorizado por ela. A pergunta que eu estou fazendo é se ele se apresentou para você como...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Ele se apresentou como genro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em nome dela. É isso que eu quero saber.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Como genro da Senadora.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim! É isso que eu quero saber!

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Daí para a frente, paciência! Só Deus que sabe.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Com certeza.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, o que eu quero é isso.

Segunda questão, vamos remontar aqui os encontros, porque eu, aqui, batendo em meu juízo, chego à seguinte preocupação: é impossível, na minha cabeça, acreditar que, numa festa – não sei de que nível foi a festa da escola... Mas houve uma festa na escola, o filho dele e o seu filho se encontram, vocês se encontram, conversam... Não me interessa a data; interessa que houve um encontro. Os dois afirmam que foi o primeiro. Se foi no ano tal ou ano B, não interessa também. Mas foi a primeira vez que se encontraram. É isso.

Foi na festa a primeira vez que vocês se viram?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Senador, eu volto a afirmar para o senhor: eu não afirmei que foi na festa o primeiro encontro. Eu falei que foi na minha empresa, e a festa, o encontro foi em 2004. Eu não poderia encontrar com ele em 2004 e tratar com ele um assunto de 2003.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tudo bem. É por isso que eu quero remontar as datas.

Tudo bem. Vou fazer a pergunta melhor: quando foi – o ano; basta dizer o ano...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em 2003.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...a primeira vez que vocês se encontraram?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Julho ou agosto de 2003.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ah, em julho...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Na minha empresa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ah, na sua empresa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Na sede da minha empresa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A conversa foi em que nível? Ele e o Sérgio, presumo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Ele e o Sérgio.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Os dois chegaram lá.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Eles dois chegaram lá...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Aí o Sérgio já foi tratando de quê? De emenda parlamentar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN Não, foi lá, conversando... Não, o Sérgio já tratava de emendas parlamentares, porque ele respondia pela Prefeitura de Pontes e Lacerda. Ele fazia questão de buscar o recurso junto aos Parlamentares para levar para o Município de Pontes e Lacerda. Tipo um lobista, dessa forma...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Sérgio era funcionário dessa maneira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele... Não sei se ele tinha funcionário...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tudo bem. Esqueça isso.

Como foi o encontro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O encontro foi na minha sala. Conversou, apresentou como o genro da Senadora, que poderia fazer algumas emendas na área de saúde, que havia a exigência de 20% na época ou 25%...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Trinta.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Trinta por cento? Na área de saúde, que poderia destinar para a gente trabalhar. É aquela conversa, Senador. É uma conversa... Primeiramente, uma conversa informal.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E já fecharam o acordo nesse momento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Aí houve outras conversas, igual falei para o senhor, houve alguns encontros com o Paulo também, aqui em Brasília, que eu estive com ele, em vôos... Alguns outros encontros também.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas vamos chegar aos trinta e cinco.

Nessa primeira conversa, já saiu a idéia de valores, prazos de entrega...?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não necessariamente nessa primeira conversa, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas eu quero que você me coloque os tijolos dessa estrada...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em julho ou agosto, ele foi lá para uma primeira conversa sobre poder apresentar as emendas. Houve um retorno dele, houve um pedido da parte dele. Eu pensei, analisei. Houve um interesse da minha parte, pela Senadora ser da base do... acreditando que ela poderia saber... Acreditando, Senador. Eu não posso afirmar que ela sabia da tratativa. Acreditando que ela pudesse saber desse assunto, que poderia me ajudar na liberação, para que as emendas liberassem mais rápido. E foi feito esse pagamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E quando é que vocês fecham a data do acordo das emendas? Ainda em 2003?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em setembro ou agosto...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ou já em 2004?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em 2003. A emenda foi apresentada em dezembro de 2003.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Certo. E fecharam o acordo. Falaram em percentual, de valor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Normalmente são 10%, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Chegaram a citar esses termos, dez por cento.

Você falava de mais de um milhão a expectativa, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A previsão ia ser de um milhão, porque nós pensávamos que a emenda individual subiria para três milhões. E eu acho que deu dois milhões e meio.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vamos para a data dos trinta e cinco mil. Quando foi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Setembro ou outubro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – De?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – 2003.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vocês tratam da emenda e em questão de meses já liberam o dinheiro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Já liberamos o dinheiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Você já liberou o dinheiro para ele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Já, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Agora vamos para a cena do dinheiro. Como é que foi a cena do dinheiro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi entregue na minha sala.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como é que foi? Explique um pouquinho. Só descreva como foi: o dinheiro estava numa gaveta...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O dinheiro sacado...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...num saco plástico...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, num envelope. Houve o saque do banco e eu entreguei a ele, na minha sala.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Era um único envelope?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acredito que tenham sido dois envelopes, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Dois envelopes? Oficiais do banco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Envelopes pardos. Eu nunca entrei em nenhum...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tipo de cédulas dentro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ah, Senador... Eu não me recordo. Daqui a pouco...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Parece besteira, mas existe outra coisa em que eu queria chegar.

Então você não se lembra dos pacotes?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Não me recordo dos pacotes.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Está bom.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Normalmente é cédula de cinquenta.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Agora é o Paulo. Vamos reproduzir agora na sua versão, Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Vamos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na sua versão, quando foi a primeira vez que você se encontrou com o Luiz Antônio?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Em 2003.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na data da festa de aniversário... da festa da escola?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Em 2003.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Em que lugar? Como é que foi? Foi na escola?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – A data, volto a afirmar ao senhor, que eu tenho em mente meados de agosto de 2003.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Neste primeiro encontrou, qual foi a conversa entre os dois?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Volto a afirmar para o senhor: comércio, comércio, de comerciante. Quem era fulano, quem era cicrano.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na sua versão, você teria vendido equipamentos...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...hospitais, certo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu quero saber se nesta primeira conversa já “rolou” uma venda para eles.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – “Rolou” uma venda em que sentido o senhor diz?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Se nesse primeiro encontro já trataram de negócios. Você vendeu alguma coisa para ele...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim, sim. Ofereci para o mesmo, na época. O mesmo tinha material em estoque. E, posterior alguns dias, duas semanas posterior, o mesmo retornou a ligação para mim, dizendo que se interessava.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nesse dia, já se iniciou a conversa. Fecharam por telefone? Fechou a venda por telefone, então?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – No entanto que mandou buscar o equipamento...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quantos dias entre o telefonema e o caminhão ir lá para buscar os equipamentos?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Senador, volto a afirmar para o senhor: de agosto para setembro, deve ser uns vinte dias.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vinte dias. Festa. Daí a dois dias, três dias, uma semana...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não, não. Mais um pouquinho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...um telefonema...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Mais um pouco.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Festa. Duas semanas, por telefone...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vinte dias, o caminhão pega a mercadoria...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor. O telefonema era a confirmação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E que dia o caminhão chegou, depois do telefonema? No mesmo dia? No dia seguinte?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor. Não, não. Três dias, quatro dias posterior.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, festa, telefonema. Duas semanas depois... Três dias depois do telefonema, o caminhão pega...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Dia do cheque?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Quinze de setembro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Isso dá o que de diferença?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Mais ou menos...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Entre o caminhão ter ido buscar...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – ...uns trinta dias.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Trinta dias?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Quinze dias, dez...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Aí você foi buscar o seu cheque?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Cheque no valor de...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Trinta e sete, duzentos... Agora, esse quebradinho, Senador...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Esse bendito cheque faz uma falta, viu! Mas tudo bem. Pegando a sua versão, trinta e sete...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Duzentos...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...duzentos e mais alguma coisa.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu só pergunto para o Luiz Antônio: dentre os repasses feitos a qualquer Parlamentar ou a qualquer pessoa de Parlamentar, havia centavos e reais nos repasses ou eram sempre montantes...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Deixe falar para o senhor: nunca. E, se houver esse cheque, que acredito... Você está falando que há o cheque. Não existe cheque de centavos e reais. Pode ser trinta e sete, trinta e sete e quinhentos ou trinta e oito. Trinta

e sete, duzentos e pouco... Não há cheque desse valor. Eu afirmo ao senhor! Afirmo ao senhor!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, deixe-me repetir essa pergunta: e se porventura o cheque assinado...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Aparecer?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...por Ivo Spínola, pagando a Paulo Roberto, for de trinta e sete e duzentos mais alguma coisa significa o que, na sua versão?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Significa que eu estaria mentindo aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estaria mentindo neste Conselho.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Podemos admitir que isso é uma mentira sua?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Se é vai ser, porque não há, porque eu nunca entreguei com centavos, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É só para confirmar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Porque não há... Veja bem, não há transação comercial. Então eu afirmo ao senhor que não há cheque de valores quebrados, com centavos.

E outra coisa: como eu poderia tratar com ele numa festa que aconteceu em 2004 um assunto de 2003, Senador? Nós estamos discutindo aqui um assunto posterior ao problema. Vamos resolver primeiro o dia da festa, o dia do encontro. O primeiro passo é esse. Vamos chegar ao dia da festa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas, Luiz, aqui nós não vamos chegar a acordo. Por isso estou querendo pegar outro caminho. Já vi que o Relator suou e não houve jeito. Vamos fechar esse ponto aqui.

Então, o cheque reporta-se ao pagamento de mercadorias, na sua versão.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na sua versão, se houver um cheque de trinta e sete...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Um cheque de trinta e cinco, trinta e cinco e quinhentos, trinta e seis, trinta e seis e quinhentos, trinta e sete e quinhentos...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Complementando o repasse do acordo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Centavos e quebrados, não há, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Complementando o repasse do acordo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tudo bem. Não há, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto.

Sr. Paulo Roberto, o senhor sabe que está nas suas mãos o futuro da Senadora Serys Slhessarenko ou nas mãos do Luiz Antônio. Por que eu estou dizendo isso? Estou dizendo isso porque as duas versões, que são tão contraditórias, e com fatos...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, só um minuto.

Na minha mão, não, porque em nenhum momento eu falei da Senadora Serys, que eu estive com ela. Eu tive uma tratativa com o Sr. Paulo Roberto. Julgava que se falasse em nome dela. Deixava isso bem claro. O futuro da Senadora não está na minha mão. Se ele fez com o consentimento dela, é ele; se ele fez sem consentimento dela, depende dele o futuro dela, Senador; não depende de mim, não, porque eu falei a verdade. E a verdade é uma só.

E eu volto a afirmar para o senhor: várias vezes o senhor me perguntou, e eu falei – fui até indelicado, uma vez, com o senhor – “ah, então troque de erro” – pedir desculpas para o senhor por essa situação –, mas em nenhum momento eu afirmei da Senadora Serys. Então, o futuro dela não está em minhas mãos. Está mais na mão do Sr. Paulo, em afirmar a verdade aqui, perante todos, assumir e falar, porque não depende de mim. Esse cheque vai aparecer. E esse cheque não é de centavos. Tenho certeza, porque não há. Igual falei para o senhor. E o valor está... A festa não houve em 2004. Então, há muita divergência. Então, não está dependendo de mim, Senador. O futuro de nenhum Deputado depende...

Com vários Parlamentares eu tratei diretamente, fiz pagamentos, vários depósitos em contas de Parlamentares. E isso eu posso afirmar ao senhor. Se o senhor pegar o meu depoimento, trata-se de praticamente 100 Parlamentares. Eu menciono encontros que eu tive, tratativas pessoais que eu tive e alguns com quem eu não tive tratativas pessoais. Aí são afirmações que eu faço do quê? Do que eu vivi. E é isso. Então, trata-se a ele o futuro da Senadora, e não a mim. Não vamos colocar isso... Está ok?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então vamos aos pontos que eu considero nevrálgicos dessa situação: há um acordo entre vocês? Houve. Está claro para todos nós. Se é na versão dele ou sua... Houve um negócio. Se foi para a venda de mercadoria ou se foi para acordo de emendas parlamentares, houve um acordo. Então, isso aí está resolvido.

Segunda questão: se foi para negócios, como o Paulo está falando, nós vamos precisar da cópia do cheque, embora ele tenha nos apresentado aqui um

extrato de conta. A conta que ele menciona recebe uma transferência, mas não diz ainda se é de cheque, no valor que ele... Só não estão lá os centavos que ele está nos falando. Pelo que eu vi, são trinta e sete e duzentos. Não tem os centavos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ah, trinta e sete e duzentos, pode ser. Mas os centavos, não há.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Trinta e sete e duzentos. Não há mais do que isso naquela cópia que foi apresentada aqui.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Duzentos e alguma coisa, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A versão choca também – e eu vou encerrar – porque ele diz que recebeu, no momento em que você não estava na sala, do Sr. Ivo.

O Sr. Ivo diz que estava na sala quando o senhor entregou o dinheiro, e não cheque. E por alguns segundos, porque nunca tinha visto o Sr. Paulo Roberto.

Nessa situação, vamos precisar de um aparelho daqueles que a Polícia Federal gosta de usar de vez em quando...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A única solução, Senador Sibá, é um detector de mentiras. Se o nosso Conselho de Ética tivesse um aparelho como esse, tudo bem. Como nós não temos essa autoridade, esse poder, fica muito difícil. Nós ficamos aqui entre dois depoimentos contraditórios.

Esta audiência de hoje mantém a mesma confusão que nós, Senadores, temos em mente. Alguém está mentindo. Essa é a dúvida.

Vamos aguardar, então. Como solicitamos a quebra de sigilo bancário e telefônico, como, seguramente, este encontro está sendo ouvido por algumas pessoas lá do Estado, pode ser que apareça alguma recepcionista que tenha se encontrado com eles, que tenha visto, pode ser que esse encontro no colégio, em 2003 ou 2004, possa...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Alguém possa testemunhar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, nós queremos testemunhas, porque o que está em jogo realmente – e V. Ex^a disse bem – é a Senadora. E é exatamente sobre isso que eu queria, Luiz, ouvir.

No depoimento do Sr. Darci, seu pai, às fls. 64, depoimento em 05/09, ele diz que Paulo Roberto estava sempre no gabinete da Senadora Serys, em Brasília, e que falava em nome dela; que encontrava Paulo Roberto nos corredores do Senado e da Câmara dos Deputados.

O senhor freqüentou também a Câmara e o Senado, Sr. Luiz?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Mais a Câmara dos Deputados, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mais a Câmara.

O senhor encontrou o Sr. Paulo Roberto alguma vez no Congresso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Devo ter encontrado, sim, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Deve?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, eu não me recordo. Eu estive com o Paulo numa situação, num jantar. Acho que nós saímos daqui um dia, acho que o Sérgio estava junto, inclusive o Ronildo falou: “Nós tivemos um encontro aqui em Brasília, um dia. Estive com ele, em algumas oportunidades, em alguns vôos”. E eu acho que me recordo. Eu encontrei com ele, sim. Ele e o Sérgio, porque ele sempre andava com o Sérgio. E eles sempre estavam no gabinete da Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eles estavam no gabinete da Senadora?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não estive no gabinete da Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Espere aí. O senhor...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu tenho conhecimento, o Sérgio sempre me ligava. Eu tinha contato direto com o Sérgio, até porque eu trabalhava com a Prefeitura de Pontes e Lacerda, fazia vendas à Prefeitura. Então, sempre o meu contato em Pontes e Lacerda era o Sérgio. Então, ligava para o Sérgio, “Ah, estou aqui no gabinete da Senadora”, “Estou com o Paulo”, “Estou indo lá”, “Estou resolvendo isso”. Era dessa forma.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sérgio, então, freqüentava muito o gabinete da Senadora?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Muito, Senador... Eu não sei precisar para o senhor o que é muito.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas, quando o senhor ligava para ele...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não diariamente, não semanalmente, não constantemente, mas, em algumas oportunidades, eu liguei para ele, que esteve lá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele estava no gabinete da Senadora?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Estava, sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como nós vamos ouvir o Sérgio, Sr. Presidente, e

vamos aguardar, o que é muito importante, Senador Sibá, esse extrato, esse cheque, que já foi solicitado ao Banco Central, entendo que o depoimento de hoje é suficiente. Nós estamos no mesmo impasse em que estávamos na semana passada.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Permita-me uma pergunta final para o Paulo?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Com o maior prazer.

Quem permite é o Presidente. Só estou me antecipando, para concluir em seguida.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Paulo, vou devolver para você a mesma pergunta que eu fiz para o Luiz Antônio. Você tem que dizer, neste Conselho, o que nos interessa: se em qualquer momento você utilizou o nome da Senadora a pedido dela, como foi isso, ou não.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ou se você usou por bel-prazer.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor. Em hipótese alguma. Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Neste ou em qualquer outro tipo de assunto.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Em qualquer outro. Em qualquer outro assunto.

Como já disse – e o senhor estava, na semana passada, conosco, aqui –, infelizmente, no meu ponto de vista, desde quando a Senadora era Deputada Estadual dentro do Mato Grosso, sempre, para mim, foi problemático. A Senadora, sempre muito “guerrida”, brigando com o Governo, contra isso, contra aquilo, e eu sou empresário, Senador. Eu sou empresário. Principalmente agora, numa campanha de Senadora da República, com uma exposição dez vezes, vinte vezes, cinquenta vezes maior do que a de um deputado estadual, amanhã ou depois, qual seria o meu tipo de envolvimento? Hoje em dia eu sou culpado de qualquer coisa que acontece porque eu sou empresário? Pelo amor de Deus, não estou “pedindo pergunta para o senhor”; só estou me exclamando. O senhor vê. Até o meu vínculo familiar hoje é complicado. O senhor mesmo acabou de dizer que o mandato da Senadora está nas minhas mãos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E do Sérgio.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – E falo por mim, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Sérgio é seu amigo?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Conheço, conheço. É meu amigo. Conheço.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele comentava coisas em nome da Senadora com você, alguma coisa?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor. Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Como foi prestado o meu depoimento junto à Polícia Federal, eu conheci o mesmo no período de 2002 para 2003, porque ambos eram construtores. O senhor entendeu? Dali por diante...

A Senadora vive a vida política dela. O senhor, com certeza, pelos três, quatro anos de mandato da mesma, o senhor está vendo como é a forma dela. Já foi ouvido até “da boca dela” mesmo, às vezes, falar que genro não é parente. Eu busco o meu espaço, Senador, o meu espaço. O senhor sabe que hoje qualquer coisa que aconteça, seja lá o que for, o Paulo é o genro. Eu sou culpado de tudo? Eu tenho meu ganha-pão, eu tenho a minha família, eu tenho meus bens, eu tenho que administrar o meu negócio.

Relator, volto a afirmar para o senhor: o senhor mesmo... Entreguei para o senhor o meu sigilo bancário da empresa, no mês de setembro. O senhor mesmo não... Como eu disse... Por motivo de descontração, o senhor mesmo até disse que, na época, eu estava devedor. Agora, motivo de qual? Do quê?

Se o senhor quiser me perguntar mais alguma coisa, Senador, o senhor fique à vontade. Eu tenho conveniência das respostas que eu estou dando a “você”, a “todos vocês”. O que o senhor perguntar... Pode perguntar. Fique à vontade.

Agora, afirmo ao senhor, presente, a todo mundo: não tenho vínculo político com a Senadora, a não ser que é minha sogra.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Para concluir, Sr. Presidente, aproveitando a presença do Sr. Ivo Marcelo, são perguntas rápidas, só para confirmar.

A participação do senhor nos negócios da família Vedoin? Era sócio, membro...?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Eu era sócio de uma empresa chamada Vedobus...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Na Bahia.

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Em Salvador, exatamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor confirma isso?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Conhece o Paulo Roberto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Conheci o Paulo Roberto na Planam.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Teve algum negócio com o Sr. Paulo Roberto?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Adquiriu material médico-hospitalar dele?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não. Até porque eu não tratava... Nunca tratei de compras na empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Deu algum cheque de trinta e sete para ele, na mão dele?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tinha conta na Caixa Econômica Federal?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Ainda possuo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Emprestava cheque para a empresa?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Por várias vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – De sua conta pessoal?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Assinava em branco?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Entregava os cheques a quem?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Normalmente, ao financeiro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sua esposa?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pode haver o caso do cheque de trinta e sete e duzentos?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Pode, Excelência. Até porque os cheques que eu repassava para a empresa, para que ela pudesse parcelar os seus compromissos... Eu nunca pedi informação para quem foi passado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então pode haver o cheque de trinta e sete e duzentos?

O SR. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA – Pode haver o cheque.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Paulo Roberto, o senhor confirma que nunca pediu à Senadora Serys para fazer qualquer emenda, em qualquer circunstância, para o seu Estado?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor nunca pediu?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Nunca!

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca pediu a ela nenhuma emenda?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo em vista a dificuldade desta reunião, nós teremos que buscar a verdade de outra forma. Os próximos passos serão a quebra do sigilo telefônico e do sigilo bancário. Vamos ouvir as pessoas do gabinete da Senadora Serys, vamos ouvir os amigos: Sérgio e outros que foram citados, porque só assim nós poderemos chegar à verdade. E aguardar os fatos, porque sempre, numa investigação como esta, nós podemos ter a contribuição de pessoas anônimas que possam nos dar informações, subsídios para um melhor esclarecimento.

Então, diante dos fatos, de minha parte...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Senador, o senhor me perdoa..

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pois não, Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Se o senhor me permite, a única coisa que eu peço, mais do que nunca, é só que averigüe isso o mais rápido possível. Eu preciso trabalhar, Senador. Eu preciso viver a minha vida. O senhor está entendendo? Eu preciso resolver.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com relação à questão da Senadora, é outra coisa. O senhor está entendendo? Eu preciso resolver o meu caso. Claro, possivelmente o da Senadora também. Mas eu preciso trabalhar, eu preciso viver a minha vida, Senador. Dentro de Cuiabá, dentro do meu Estado, hoje, até parentes meus que devem estar me vendo em outros Estados, a minha postura hoje, a minha dignidade... Sei lá! Pelo amor de Deus! Eu peço para o senhor: averigüe isso o mais rápido possível!

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por isso, Paulo, seria muito mais fácil se houvesse uma nota fiscal, se houvesse alguém que tivesse visto a venda dos equipamentos, se houvesse o caminhão que transportou os equipamentos. Seria muito mais fácil!

Nós estamos trabalhando com base em informações que não têm prova material. Então, são hipóteses. É isso que dificulta. Seria muito mais fácil se todos esses documentos... Se nós tivéssemos mais facilidade para encontrá-los. Assim, nós poderíamos sair daqui, hoje, com o assunto resolvido.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Senador, o senhor...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Caso contrário, nós vamos ficar nessa pendência.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – O senhor tem toda a razão. O senhor tem toda a razão com relação a isso. Com relação à emissão da nota, com relação... Se partir para o lado de sonegação... Já acionei a minha contabilidade. Posso emitir essa nota na hora que for preciso, o senhor entendeu? Agora, passado... A gente não tinha uma bola de cristal que amanhã ou depois poderia acontecer isso tudo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vamos aguardar os acontecimentos e...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...o senhor poderia nos ajudar...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com certeza, o que for a minha possibilidade...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...na busca do cheque, na busca também, porque o senhor ficou de fornecer agora as novas notas fiscais de venda de materiais médico-hospitalares...

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...nos anos 2003 e 2004, como o senhor acaba de dizer que fez.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Com certeza, imediatamente, o mais rápido possível, encaminhando ao senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – De minha parte, está encerrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Dr. Otto Medeiros, Advogado do Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Paulo Roberto Ribeiro e Ivo Marcelo Spínola da Rosa, pede a palavra. *(Sic)*

Com a palavra V. S^a.

O SR. OTTO MEDEIROS – Sr. Presidente, duas indagações ao Sr. Paulo Roberto.

Por diversas vezes, não só no depoimento da semana passada como também na oitiva de hoje, o Sr. Paulo afirmou que conheceu o Luiz Antônio numa festa do Colégio Portal, em julho, agosto de 2003. Há diversas afirmativas que constam do depoimento do Sr. Paulo Roberto.

O Luiz Antônio teve complacência com este Conselho. Foi até o Colégio Portal, mesmo porque o seu filho, em 2003, era um bebê, não tinha idade escolar suficiente para frequentar qualquer tipo de escola. E eu trouxe a este Conselho uma certidão do Colégio Portal, dizendo que o Lucas, nome que o próprio Paulo Roberto lembrou, não estudava na escola em 2003.

O Sr. Paulo Roberto sustenta todo o seu depoimento a partir desse encontro.

Eu gostaria de saber do Sr. Paulo Roberto como é que ele explica essa situação. Se o filho do Luiz Antônio não estudava na escola, como é que houve esse encontro na escola Portal?

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Para mim...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Paulo Roberto, passo a palavra a V. S^a para que responda.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Desculpe, Senador.

Para mim, o que eu estou dizendo é a verdade.

Com relação a fatos e detalhes, pode acontecer algum equívoco, mas a minha afirmação, ou melhor, a minha versão é essa.

O SR. OTTO MEDEIROS – Sr. Presidente, desculpe o Sr. Paulo Roberto, mas isso não é detalhe. Isso é materialidade. Isso é ano. Não é hora, minuto, segundo; isso é ano. Há uma diferença de 2003 para 2004. E materialidade é o que falta neste Conselho para se chegar à verdade. Então, nós trouxemos uma materialidade.

Eu pergunto novamente: como é que ele explica a certidão do Colégio Portal dizendo que o filho do Luiz Antônio, Lucas, não estudava nessa escola em 2003?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Paulo Roberto, por gentileza.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Esse é um assunto do Relator.

O SR. OTTO MEDEIROS – Outro assunto é de ordem, Sr. Presidente.

O Luiz Antônio fez uma séria denúncia em relação à licitação de Pontes e Lacerda. O Sr. Paulo Roberto confessou que entregou toda a papelada dessa licitação para o Conselho, na semana passada, no momento do seu depoimento.

O senhor pediu para verificar essa documentação. Eu queria saber se ela já chegou à Mesa, porque isso é outra materialidade que podemos comprovar agora, neste momento. Ou existe a assinatura do Sr. Luiz Antônio Vedoin ou não existe. Esse é um documento que podemos verificar agora, de pronto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator, por gentileza. *(Pausa)*

Essas eram as perguntas de V. S^a?

O SR. OTTO MEDEIROS – Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Aqui nós não temos a assinatura dos participantes. Vamos ver aqui. *(Pausa)*

Temos aqui a assinatura da Sr^a Edna Maria Cléia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – *(Intervenção fora do microfone)* Essa é a proposta que ele pegou em mãos. Eu gostaria de ver a ata.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Fale ao microfone.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ah, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – É para que seja registrado no áudio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A ata não tem a assinatura dos participantes.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tem a menção?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Cleiton Ernando Souza da Silva, Procurador.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu posso dar uma olhada? *(Pausa)*

Como eu falei para o senhor inicialmente, não era a Planam que ia ganhar, porque a Planam ofereceu o valor de R\$270 mil e a Frontal, 263.

Então, fica aqui evidenciado que a Planam não vendia equipamento hospitalar, e sim a Frontal, como eu falei inicialmente. Então, não poderia ter comprado esses equipamentos nem para oferecer numa licitação, porque eu estava dando cobertura ao Sr. Ronildo Medeiros. E Cleiton, eu nunca ouvi falar. Vamos ver se tem alguma procuração aqui ou autorização para ele participar. *(Pausa)*

Também não tem, Senador, nem autorização dessa pessoa para representar a minha empresa junto à Prefeitura de Pontes e Lacerda, até porque essa ata foi feita “posterior”. Eles pegaram a minha documentação, da Planam e da Frontal, para levar até o Município de Pontes e Lacerda, fazer a abertura e dar a empresa Frontal como vencedora do certame licitatório. E depois, posteriormente, eu fiquei sabendo que colocaram a empresa dele, naquela situação em que o Prefeito tinha perdido o mandato, para fazer daquela forma, para levantar algum recurso para, com certeza, pagar alguma conta de campanha do Prefeito.

Então, Cleiton nunca foi. E afirmo para o senhor também que... E tem o nome e o CPF. É fácil de nós

“acharmos eles”. Cleiton e Marcos Aurélio. Também nunca participou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vamos localizar o Cleiton.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – Posso dar uma olhada, Senador?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Enquanto ele verifica, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Paulo Taques, Advogado do Dr. Paulo Roberto.

O SR. PAULO TAQUES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, na verdade, eu queria só fazer um registro. Eu não tenho perguntas. Acho que as perguntas já foram suficientemente feitas, cada qual respondida na sua versão. Mas, apenas para preservar direito de cliente meu, foi dito pelo Senador Paulo Octávio, no início e agora, no final, que ele trouxesse, que ele se empenhasse para trazer a cópia do cheque. É preciso esclarecer que isso não é possível. E é muito simples o motivo: se o cheque tivesse sido devolvido por insuficiência de fundos ou algum outro motivo, o cheque, aí sim... Ele, como detentor da conta da empresa, poderia ir lá e retirar o cheque. Como o cheque foi devidamente compensado, só quem pode solicitar o microfilme desse cheque é o detentor da conta. No caso, o Sr. Ivo Marcelo.

Então, apenas para deixar claro ao Conselho que não há meios legais de o Paulo Roberto solicitar à Caixa Econômica a cópia do microfilme desse cheque e muito menos o extrato bancário para provar a emissão do cheque.

Com relação ao cheque, eu queria deixar claro isso, da impossibilidade de o Paulo Roberto fazer isso, para que não possa assumir um compromisso. E aqui ele está assumindo alguns compromissos. Mas esse, efetivamente, ele não pode cumprir.

É só o que eu queria registrar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pergunto se quer usar da palavra o Advogado do Senador Magno Malta, Dr. Luiz Carlos da Silva Neto.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Advogado da Senadora Serys Slhessarenko, Dr. Alexandre Slhessarenko.

O SR. DAVI MACHADO EVANGELISTA – Dr. Davi Evangelista.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Dr. Alexandre não está presente. Quem quer usar da palavra é o Dr. Davi Machado Evangelista.

Com a palavra V. S^a.

O SR. DAVI MACHADO EVANGELISTA – Na verdade, eu não quero fazer nenhuma pergunta porque já foi muito bem perguntado, as perguntas foram muito bem postas pelo Relator.

Eu queria fazer só uma observação para o ilustre Relator.

Diversas contradições ocorreram nesse depoimento. Certamente existem mentiras. De tudo o que os depoentes falaram, alguma coisa deve ser mentira.

Agora, com relação ao ponto central que deve ser admitido neste Conselho, que é a conduta da Senadora Serys Slhessarenko, todos os depoentes convergem para um só fato: nunca ninguém tratou em nome da Senadora Serys Slhessarenko nem mesmo nenhum deles teve contato diretamente com a Senadora Serys Slhessarenko para tratar sobre emenda ou qualquer outro assunto ligado ao exercício do mandato.

Era só essa a observação que eu gostaria de fazer ao Relator, que vai tratar exatamente do objeto a ser apurado: a conduta da Senadora Serys.

Obrigado.

O SR. PAULO ROBERTO RIBEIRO – E eu concordo com ele.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Comunico a todos que está convocada reunião deste Conselho para a próxima semana, dia 20, quarta-feira, às dez horas, neste local, destinada à apresentação do relatório do Senador Jefferson Peres, Relator da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna.

A primeira reunião será às dez horas, até as doze horas, quando haverá outras oitavas.

Senador Paulo Octávio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, nós fizemos a solicitação de ouvir alguns funcionários do gabinete da Senadora Serys. Como eles estão mais próximos do Senado, queria saber se essa audiência já foi marcada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, não foi marcada, mas nós poderemos marcar para quarta-feira, não é? Tudo quarta-feira?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Acredito que já temos muita coisa para quarta-feira, Presidente. Poderíamos fazer isso na terça, com a presença do Relator e de V. Ex^a. Eu garanto estar presente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – E se o Relator fizesse sozinho?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Juntamente com o Corregedor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Se V. Ex^a considerar importante, eu poderei estar presente na terça-feira.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Senador Sibá Machado é sempre muito bem-vindo para participar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu aceito participar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mesmo que...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Faria na terça o Senador...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na terça e na quarta estarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – E na quarta todos nós estaremos aqui. Na terça seria V. Ex^a com...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu queria combinar o horário de imediato, Senador Paulo Octávio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como será um convite para os funcionários da Senadora, nós teremos que marcar com eles. Eu poderia marcar com eles, para ter certeza. Não sei se alguém aqui fala pelos funcionários da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ouvido o Secretário-Geral da Casa, Agaciel. (Sic)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O meu horário de chegada é sempre entre 7h30 e oito da manhã. Então, a partir das nove da manhã, já estarei disponível.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, tentaremos fazer às dez horas da manhã de terça-feira a oitiva dos funcionários do gabinete da Senadora Serys.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Isso.

Nesta mesma sala?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nesta mesma sala.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu quero agradecer o Sr. Luiz Antônio Trevisan...

O SR. OTTO MEDEIROS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Dr. Otto Medeiros.

O SR. OTTO MEDEIROS – Só para tentar colaborar com o trabalho deste Conselho, como representante do Sr. Darci José Vedoin, eu vi, no dia de hoje, este Conselho querendo marcar novamente um depoimento do Sr. Darci.

O Sr. Darci está passando por um problema seriíssimo de saúde. Até o Senador Sibá Machado foi testemunha de que na CPMI aconteceu a mesma coisa. Ele teve que ser atendido por um médico. E, lá na Assembléia, infelizmente, não tinha um local, ele demorou a chegar. A pressão dele subiu a 19, 18 por 12, por 10.

Então, ele está terminantemente proibido pelo médico particular dele, de anos, de sofrer esse tipo de... Seria uma pressão sadia, porque é em busca da verdade, mas é uma pressão. E ele, como já é um senhor de idade, está terminantemente proibido de

continuar colaborando com qualquer que seja CPI ou Conselho de Ética.

Então vem aqui o meu pedido de desculpa pelo Sr. Darci José Vedoin, mas infelizmente é problema de saúde comprovadamente, até por testemunho do Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Esse assunto, eu deixo para uma análise mais profunda do Sr. Relator.

Agradeço ao Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, ao Sr. Paulo Roberto Ribeiro e ao Sr. Ivo Marcelo Spínola da Rosa pela presença na reunião deste Conselho.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 19 horas)

Documentos pertinentes à 11ª reunião:

1) Lista de Presença;

2) Fax do Dr. Otto Medeiros ao Presidente do Conselho de Ética;

3) Termo de comparecimento assinado pelo deponente Luiz Antônio Trevisan Vedoin e pelo seu advogado, dr. Otto medeiros;

4) Termo de comparecimento assinado pelo deponente Paulo Roberto Ribeiro e pelo seu advogado, Dr. Paulo César Zamar Taques;

5) Termo de comparecimento assinado pelo deponente Ivo Marcelo Spínola da Rosa e pelo seu advogado, Dr. Otto Medeiros;

6) Cópia de histórico escolar emitido pelo colégio portal de cuiabá-mt, fornecido pelo Dr. Otto Medeiros;

7) Cópias de documentos referentes a processo licitatório em pontes e lacerda-mt, fornecidas pelo deponente Paulo Roberto Ribeiro.

11ª REUNIAO

Em 12 de setembro de 2006, terça-feira, às 15h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Wellington Salgado	1. Geovani Borges
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Leomar Quintanilha (PC do B)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Vago
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto: _____

Brasília, 12 de setembro de 2006

SEP-08-06 FRI 05:11 PM SEC SET PUBLICIDADE

03672857
OAB-MT nº 7.653
Eloi Ricardo Reiffen - OAB-MT nº 9468
Amara de Lucena Baggio OAB-MT nº 9516
Vanessa Martins Leites OAB-MT nº 7376
Rodrigo N. Oliveira P. Aguiar - 58

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE
ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL - JOÃO
ALBERTO DE SOUZA**

Recebido, via fax,
às 17h45 do dia
8/9/06. Atencioso

**DARCI JOSÉ VEDOIN, LUIZ ANTONIO
TREVISAN VEDOIN E IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA** já
devidamente qualificados perante este Conselho de Ética, por seu procurador *in
fine* assinado, vem à ilustre presença de Vossa Excelência expor e requerer o que
se segue:

Em data de 06 de setembro do corrente ano, os
requerentes e este subscritor, foram convidados para acareação acerca das
Representações nº 2 e 3 de 2006 dos Senadores Magno Malta e Serys
Silhenssarenko a ser realizada em 12/09/2006 às 15:00 horas na sede do Senado
Federal.

Não obstante os requerentes e este causídico terem
assinado o convite desta Casa, faz-se necessário para o comparecimento de
todos, que sejam observados os preceitos legais que orbitam em torno do
instituto da acareação, atendendo-se os seus limites e fundamentos, tais sejam:

- O destaque, ponto por ponto pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado
Federal, das contradições e divergências existentes;

SEP-08-06 FRI 05:12 PM 3EC 3ET PUBLICIDADE

03673857

P.02

Otto Medeiros*Advocacia, Assessoria e Consultoria Jurídica*

Otto Medeiros de Azevedo Jr. OAB/MT n° 7.683

Eloi Ricardo Reffam OAB/MT n° 9.468

Amanda de Lucena Burrelo OAB/MT n° 9.516

Vanessa Martins Lemos OAB/MT n° 7.376

Rodrigo N. Ormond P. Avelar

- A busca dos esclarecimentos necessários, fazendo reperguntas ou seja reinquirindo exatamente as questões controversas existentes;
- O direito de reperguntas ao final aos acarcados por seu defensor em analogia ao que dispõe a oitiva de testemunhas (Art. 212 do CPP) e interrogatório do réu em juízo (Art. 185 e seguintes) respeitado neste último caso a garantia constitucional do contraditório (Art. 5º, LV);
- O indeferimento pelo Presidente de reperguntas de fatos periféricos e irrelevantes;
- A redução a termo de todas as reperguntas que forem sendo respondidas pelos envolvidos, com as devidas explicações, bem como a reação e/ou atitude de cada um.

Com o escopo de serem atendidas as imposições legais acima descritas, aguardam o deferimento das observações expostas como condição de apresentação perante este Conselho, informando desde já o não comparecimento de Darci José Vedoin, haja vista problema de saúde.

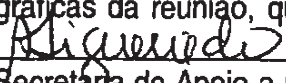
Outrossim, requer cópia integral do processo que tramita neste conselho de ética em face da senadora Serys Slhenssarenko com os devidos interrogatórios já colhidos e demais documentos.

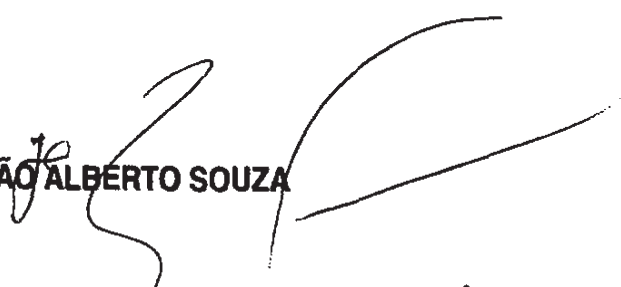
Nestes Termos,
Aguardam o Deferimento.

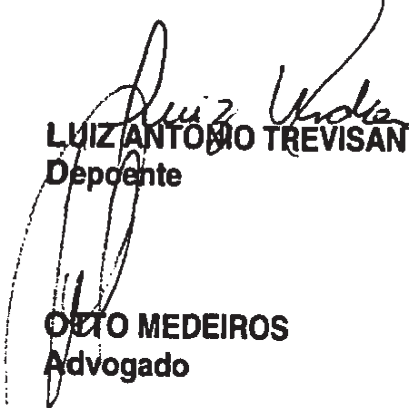
Cuiabá/MT, 08 de setembro de 2.006.


Otto Medeiros de Azevedo Jr.
OAB/MT 7683

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN**

Aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 15 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN, acompanhado de seu advogado Dr. OTTO MEDEIROS, que foi inquirido nos autos das Representações n.ºs 2 e 3, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu,  MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.

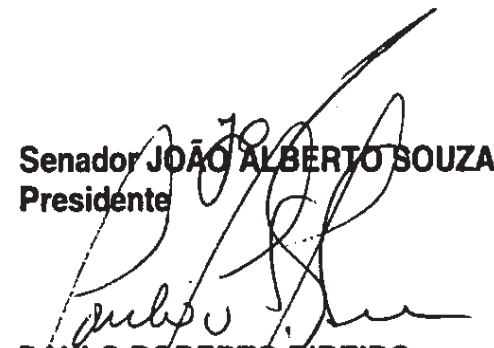

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN
Depoente


OTTO MEDEIROS
Advogado

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. PAULO ROBERTO RIBEIRO**

Aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 15 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor PAULO ROBERTO RIBEIRO, acompanhado de seu advogado Dr. PAULO CÉSAR ZAMAR TAQUES, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos das Representações n.ºs 2 e 3, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu, Maria Amália Figueiredo MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.

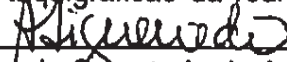

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente

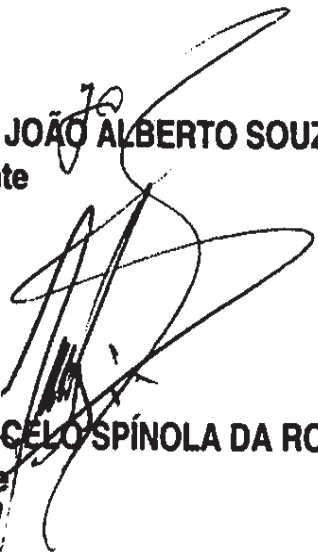

PAULO ROBERTO RIBEIRO
Depoente


PAULO TAQUES
Advogado

17:38h

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA**

Aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 15 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA, acompanhado de seu advogado Dr. OTTO MEDEIROS, que foi inquirido nos autos das Representações n.ºs 2 e 3, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu,  MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.



Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente

IVO MARCELO SPÍNOLA DA ROSA
Depoente



OTTO MEDEIROS
Advogado

junto-se
em 12/12/06

AR 01 '05 18:34 BUXIUS PAPELARIA

055 627 3507

TO: 5561 321815858

P01

COLÉGIO PORTAL

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO
ENSINO FUNDAMENTAL

SOCIEDADE EDUCACIONAL PORTAL DO ITÁLIA LTDA.
Rua Alessandra nº 05 Jardim Itália Cuiabá - MT
Fonc. 664-2315/3781 CGC 00.976.721.0001 - 31
Autorização: Res. Nº 020/97

Histórico Escolar do Ensino Fundamental – 1ª a 8ª Série

Aluno: Lucas Pereira Vedoin
Data de nascimento: 15/09/1997
Nome do pai: Luis Antônio Trevisan Vedoin
Nome da mãe: Maria Carolina Rodrigues Pereira

Nacionalidade: Brasileiro
Naturalidade: Cuiabá

Componentes	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série	6ª Série	7ª Série	8ª Série
Curriculares	Nota / CH	Nota / CH	Nota / CH	Nota / CH	Nota / CH	Nota / CH	Nota / CH	Nota / CH
Português	95/240							
Matemática	100/200							
História	95/80							
Geografia	95/80							
Ciências Nat.	95/80							
Arte Visual	100/80							
Ed. Musical	85/40							
Inglês	95/80							
Ed. Física	80/40							
Filosofia	100/80							
Res. Final	AP							
C. H. Total	1000							

OBSERVAÇÃO: TRANSFERÊNCIA EXPEDIDA PARA CURSAR A 2ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

SÉRIE	ESTABELECIMENTO	CIDADE	ESTADO	ANO
1ª	COLÉGIO PORTAL	CUIABÁ	MT	2004

Cuiabá, 15. de Dezembro. de 2004

Celia Azeredo Carneiro
SECRETÁRIA
Celia Azeredo Carneiro
Autorização 259/02

Antônio Gumiero
DIRETOR
Antônio Gumiero
Diretor - Aut. 234/98



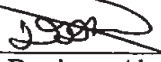
**Prefeitura Municipal
PONTES E LACERDA - MT**

Pontes e Lacerda, 08 de novembro de 2004

Da: Secretaria Municipal de Saúde
Para: Gabinete do Prefeito

Senhor Prefeito,

Solicito de V. Excia. autorização para selecionar melhor empresa qualificada para aquisição de equipamento e material permanente, conforme especificações do Edital. Esperamos o deferimento de nosso pedido, subscrevo-me.


Divino Donizete Alves
Secretaria Municipal de Saúde

() - INDEFERIDO

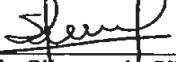
(X) - DEFIRO O PEDIDO. Promova os orçamentos e, se for o caso, proceda-se a Licitação, após consulta ao Departamento de Contabilidade para atestar a disponibilidade orçamentária.

EM 08 / 11 / 04


Nelson Miura
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS: A referida aquisição está orçada em R\$ 268.000,00 (duzentos e sessenta e oito mil reais)

EM 08 / 11 / 04

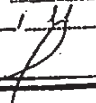

Maria Silvana da Silva
Gerente de Compras e Serviços

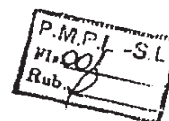
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE: Atesto que há disponibilidade orçamentária para atender a referida aquisição.

DOTAÇÃO: 0701-1030100791.006-4.4.90.52 - fr 226

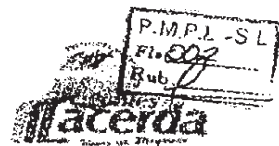
EM 09 / 11 / 04


Neli Spader
Contador

Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda - MT Protocolo da Comissão Permanente de Licitação	
Processo n.º	<u>067 / 04</u>
Protocolo n.º	<u>085 / 04</u>
Em	<u>09 / 11 / 04</u>
Assinatura: 	



Ente-se em 6/11/06



PORTARIA Nº 003/2004.

“Institui a Comissão Permanente de Licitação para compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda”.

NELSON MIURA, Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

I - Ficam designados os servidores abaixo para comporem a Comissão Permanente de Licitação para compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, funcionando o primeiro como Presidente, o segundo como Secretário e terceiro como Membro:

- 01 - IVANILDO AMARAL DE QUEIROZ**
- 02 - MARIA APARECIDA MOREIRA**
- 03 - ALEXANDRE ROCHA**

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 002/2004.

Gabinete do Prefeito de Pontes e Lacerda, 01 de julho de 2004.


NELSON MIURA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 004/2004.

“Institui a Comissão Permanente de Licitação para compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda”.

NELSON MIURA, Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

I - Ficam designados os servidores abaixo para comporem a Comissão Permanente de Licitação para compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, funcionando o primeiro como Presidente, o segundo como Secretário e terceiro como Membro:

- 01 - ALAN TEIXEIRA GOMES
- 02 - MARIA APARECIDA MOREIRA
- 03 - ALEXANDRE ROCHA

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 003/2004.

Gabinete do Prefeito de Pontes e Lacerda, 30 de novembro de 2004.



NELSON MIURA
Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2004

1 – PREÂMBULO

1.1 – **A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA**, setor de Compras e Licitações, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria n.º 003/2004, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal **NELSON MIURA** e de conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de licitação, no dia **29 de novembro de 2004, às 09:00 horas**, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA**, localizada na Av. Marechal Rondon, n.º 310, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, objetivando a aquisição de Aquisição de Equipamento e Material Permanente nas condições fixadas neste Edital, sendo a presente licitação do tipo **"MENOR PREÇO GLOBAL"**.

1.2 – O recebimento dos Envelopes "A", contendo a documentação de Habilitação e Envelopes "B", contendo a proposta de preço dos Proponentes, dar-se-á até às **09:00 horas, do dia 29 de novembro de 2004**, no setor de protocolo do órgão e endereço acima especificado.

1.3 – A abertura dos Envelopes "A", contendo a documentação de Habilitação dar-se-á no mesmo local retro estabelecido, às **09:00 horas, do dia 29/11/2004**. Havendo a concordância da Comissão de Licitação e de todos os proponentes, renunciando à interposição de recurso da fase de habilitação, proceder-se-á, nesta mesma data, a abertura dos envelopes "B", contendo a Proposta de Preço, dos proponentes habilitados.

2 – OBJETO

2.1 – A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas visando a aquisição de Equipamento e Material Permanente, os quais serão entregues na Secretária Municipal de Saúde, conforme relação em anexo:

3 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES "A" e "B" E DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

3.1 – Os envelopes "A" e "B", contendo respectivamente a documentação referente à habilitação e proposta de preço, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

- a) TOMADA DE PREÇO N.º 016/2004
ENVELOPE "A" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: (nome da empresa)
- b) TOMADA DE PREÇO N.º 016/2004
ENVELOPE "B" – PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE: (nome da empresa)

3.2 – Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma carta de Credenciamento, a qual deverá ser entregue à Comissão de Licitação na data de abertura dos envelopes "A".

4 – DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

4.1 – O envelope "A", contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômica – financeira e fiscal deverá conter:

4.1.1 – Para comprovação da habilitação jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores.

4.1.2 – Para comprovação da regularidade fiscal:

a) Prova da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Prova de inscrição no cadastro geral de contribuinte Estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação.

c) Alvará de localização e funcionamento da empresa;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.1.3 – Para comprovação da qualificação técnica:

a) Atestado fornecido pela proponente que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação.

4.1.4 – Os documentos necessários à habilitação do proponente deverão ser autenticados por cartório ou pelo membro da Comissão de Licitação.

5 – PROPOSTA DE PREÇO

5.1 – A proposta de preço – Envelope "B" – devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e conter:

a) preço unitário por unidade de medida, devendo o preço incluir todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto da presente licitação;

b) preço total por produto cotado.

6 – PROCEDIMENTO

6.1 – Serão abertos os envelopes "A", contendo a documentação relativa à habilitação dos proponentes e procedida a sua apreciação.

6.2 – Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos neste edital.

6.3 – Os envelopes "B", contendo a proposta de preço, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

6.4 – Serão abertos os envelopes "B", contendo a proposta de preço dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

6.5 – Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos neste edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

6.6 – Julgamento e classificação das propostas de acordo o estabelecido neste edital.

7 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 – Dentre as propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas as propostas pela ordem crescente dos preços apresentados, considerando-se vencedor o proponente que apresentar "**MENOR PREÇO GLOBAL**".

7.2 – Havendo empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no parágrafo 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/93, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os proponentes serão convocados.

7.3 – Será desclassificada a proposta de preço que ~~contar~~ ^{apresentar} valor unitário manifestamente inexecutável.

8 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO.

8.1 – A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada nas instalações da Secretaria Municipal de Saúde sem nenhum ônus para administração, após a expedição da ordem de compra.

8.2 – Adjudicado o objeto da presente licitação, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA** convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

8.3 – A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA** poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços.

09 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

9.1 – No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto constante no item 8.1, será aplicável à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total de quantidade de gênero alimentícios solicitada pela contratante.

9.2 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato.

10 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da Licitação correrão através e da seguinte dotação orçamentária:

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 – Fundo Municipal de Saúde

1030100791.0006 – Aquisição de Equipamentos Hospitalar

4.4.90.52 – Material de Consumo

10.2 – Os pagamentos serão efetuado mensalmente, de acordo com a proposta vencedora da Licitação, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal pela empresa, e segundo disponibilidade financeira dos recursos conveniados com o Ministério da Saúde.

12 – RECURSOS



13.1 – Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93, o qual será recebido o processado nos termos ali estabelecidos.

13 – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, encaminhado ao Presidente da Comissão de Licitação.

14.2 – Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.

Pontes e Lacerda, 09 de novembro de 2004.



IVANILDO AMARAL DE QUEIROZ
Presidente da Comissão

MINISTÉRIO DA SAÚDE	PLANO DE TRABALHO PROPOSTA DE AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE E UNIDADE MOVEL DE SAÚDE	ANEXO IX		
01. NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda				
03. IDENTIFICAÇÃO DO EAS BENEFICIÁRIO/AMBIENTE Hospital e Pronto Socorro Municipal		04. AMBIENTE SALA DE RAIOS X		
05. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE				
ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	APARELHO DE RAO X DE 500 m A.: MESA DE COMANDO Painel de Controle : chave liga/desl. , Timer eletrônico de precisão para seleção de tempo de exposição de 0,01 até 4 segundos em 21 passos. Instrumentos analógicos para leitura de mA de 0 a 500 mA e KiloVolts de 20 a 120 Kv. Chave de seleção de Foco e mA com os seguintes valores: Foco Fino : 50 / 100 mA. Foco grosso: 200 / 300 / 500 mA. Chave de seleção de postos de trabalho: Coluna (sem bucky; Bucky 1 (Bucky Mural); Bucky 2 (mesa bucky). Push Boton para disparo de Razo X; Circuito de estabilização de voltagem para filamento de ampola; Dispositivo para radiografias instantâneas; Bloqueio de técnicas de operação prejudiciais a ampola; Push Boton para preparo; Dupla regulagem de kV com seleção em vários passos: de: 2 em 2 kV ou de: 10 em 10 kV. Chave de compensação de rede para até + ou - 30 V TRANSFORMADOR DE ALTA TENSÃO: Rendimento de 500 mA. / 125 Kv ; Imerso em óleo isolante especial, tratado a vácuo; Unidades retificadoras de solício para 125 kVp onda completa ; Receptáculo Universal "Federal Standard" . AMPOLA PRODUTORA DE RAO X: Unidac selada de Anodo Giratório (30 / 30 kV) angulação 17,5 graus; Filamento Foco Fino : 1,2 / 1,2mm; Foco grosso : 2,0 / 2,0 mm. Cúpula completamente protegida com revestimento em chumbo de 3mm 30/ 50 kW x 125 kWp Foco Fino: 30 kW; Foco grosso 50 kW; Conexão tipo Federal; Cargas máximas permitidas: Foco grosso: Foco fino. 500 Ma /90kV 100 mA /115 kV. 300 Ma/ 100 kV 50 Ma/120 kV. COLIMADOR LUMINOSO. Caixa com revestimento em chumbo, lâminas em 1 estágio, lâmpada halógena de 12 volts; Temporizador eletrônico para oentralização. MESA RADIOLÓGICA: Mesa Bucky , com acabamento em alumínio a-7 provida de bucky com gaveta em aço inox com precurso em toda sua extensão. Grades anti-difusora 8.1-80 linhas. COLUNA PORTA TUBO. Coluna porta tubo dotada de freios eletro-magnéticos acionados por meio de teclas, Indicador de angulação, braço telescópico com giro de 180 graus. Coluna contrabalanceada com deslocamento sobre trilhas, sistema chão/chão; dotado de freios eletromagnéticos. Braço de sustentação do Tubo com movimento de avanço e retrocesso com freio magnético. Avanço máximo de 1 metro. ESTATIVA BUCKY MURAL; Coluna contrabalanceada para fixação em piso acabado. Freios mecânicos. Grade anti-difusora 8.1-80 linhas, com distância focal 1.80m. Bandeja ajustável em aço inox polido para chassis 13 x 18 até 35 x 43cm. Ligação conjugada com comando do equipamento com disparo de Razo X automático.	01		
TOTAL GERAL		01		
06. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS Deverá ser seguida a recomendação do fabricante, quanto a: utilização, manutenção preventiva e manutenção corretiva do equipamento e acessórios, tendo em vista a validade da garantia e vida útil dos mesmos.				
07- AUTENTICAÇÃO				
Nelson Miura				
DATA	NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL	ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL		

CV 2222/2004

MINISTÉRIO DA SAÚDE	PLANO DE TRABALHO PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE E UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE	ANEXO IX

01 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE, conforme contido no Cartão do CNPJ. Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda	02 – PROCESSO N.º

03. IDENTIFICAÇÃO DO EAS BENEFICIÁRIO Hospital e Pronto Socorro Municipal	04. AMBIENTE SALA DE ULTRASSONOGRRAFIA

05. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE E UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE				
ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Ultrassonografia – Aplicações – Abdominal /Ob/gin/Vascular/Urologia/Cardíaca (Modo M) Pequenas partes; Transdutores : linear, Convexo e Endocavitário; Modos de operação : modo B-Bidimensional – Apresentação única na tela; Modo B/B Bidimensional – Apresentação dupla na mesma tela; Modo B/M – Bidimensional e Unidimensional simultâneos; Modo M Unidimensional; Conexão para 01 transdutor; escala de cinza com 256 níveis; Possibilidade de quatro pontos focais; Tripla frequência em todos os transdutores; Revisão de imagem (Cine-loop e Cine-Memory com 64 quadros); Armazenagem de 30 imagens (Image Bank); BI-voltagem automática; indicação das partes do corpo com orientação do transdutor (Body Mark); Medidas - Distância /Área / Volume /Frequência Cardíaca (Modo M) crescimento Fetal /Peso Fetal e Idade Gestacional; Curva de crescimento fetal; Report: relatório de medidas obstétricas; Possibilidades de união de 02 imagens (BB); Tabela obstétrica programável (01); Caracteres e Gráficos: Data/Hora /Identificação do transdutor /ponto focal /nome do Hospital/ nome do paciente e Body Mark; Teclado alfa-numérico com membranas; Controle de ganho geral, proximal e distal (potenciômetros); Senha de proteção do equipamento (password); Track-ball de membranas (touch screen), comandando funções e utilitários; Monitor monocromático de 7"; Transdutores compatíveis: CONVEXO: 3,5 MHz /60R/60° - Aplicação geral 5,0 MHz /40R/60° - Aplicação geral 5,0 MHz /17R/112° - Transvaginal 6,5 MHz /200R/80° - Transvaginal LINEAR: 7,5 MHz /40MM – Pequenas partes 7,5 MHz /60mm – Aplicação geral 5,0 MHz /65mm – Aplicação geral 3,5 MHz /85mm – Obstétrico	01		
2	Mesa auxiliar	01		
06. SUBTOTAL / TOTAL				

07. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS
Deverá ser seguida a recomendação do fabricante, quanto a : utilização, manutenção preventiva e manutenção corretiva do equipamentos e acessórios, tendo em vista a validade de garantia e vida útil dos mesmos.

08- AUTENTICAÇÃO		
Nelson Miura		
DATA	NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL	ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL



P.M.P.L.-S.L.
Fls. 04
Rub. 1

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PLANO DE TRABALHO PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE E UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE

ANEXO IX

01 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE, conforme contido no Cartão do CNPJ.
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

02- PROCESSO N.º

03. IDENTIFICAÇÃO DO EAS BENEFICIÁRIO
Hospital e Pronto Socorro Municipal

04. AMBIENTE
CENTRO CIRÚRGICO

05. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE E UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE

ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Oxímetro de pulso, técnicas de espectrofotometria e plestismografia, mostra os valores medidos de SPO2 e pulso, indica a quantidade do sinal, procurando pulso e pulso fraco; indicação sonora com 2 tipos de tons: indicação visual através de Leds: Indicação sem sensor, limites de máximos e mínimos; oximetria: 30 a 100% - passo de 1% - 30 a 254 bpm - passo de 5 bpm; Controle digital de brilho.	01		
02	Mesa Cirúrgica 12 posições, com altura fixa, base sólida construída em chapa de aço 5/16", pintada em pintura epóxi com tratamento anti-ferrugíneo, abertura de acesso para mesa de mayo, pedal de acionamento de rodas retráteis cromada com sapata, rodas que permitem o deslocamento da mesa aço carbono com pinutra epóxi, leito construído em chapa de aço carbono 18, e totalmente revestido em chapa de aço inoxidável 24 AISI 304, tampo dividido em quatro seções apoio de cabeça, dorso, assento, pesseira, acabamento polido e brilhoso réguas laterais corredeiras cromadas para fixação de acessórios, trendelemburg e reverso acionado por manivelas na lateral, manivelas cromadas com mecanismos suaves e eficientes com comandos na cabeceira e uma na lateral, com peças usinadas em torno CNC computadorizado de precisão acompanha 01 par de ombreiras, 01 par de porta coxas, 01 manivelas cromada, arco de narcose, apoio de pés e braços, colchão de espuma revestido em napa de 05 cm.	01		
03	Foco Cirúrgico teto, 3/3, temperatura de cor: 2.800°a 3.400°K, tensão de alimentação 110 ou 220 Volts, frequência 50 Hz/60 Hz refletor; Dicroico de permeabilidade espectral (redução térmica). Movimentos: Torção flexão, básculo e circulares com sistema de emergência.	01		
04	Cama de recuperação adulta. Estrado articulado Fawler e base construídos aço tratado com prime antioxidante. Acabamento em pintura alifática. Movimentos comandados através de três manivelas escamoteáveis que acionam fusos sobre rolamentos com de limitadores de segurança. Lateral revestida em chapa de aço inoxidável. Base construída em tubos retangulares com acabamento em pintura alifática. Grades laterais escamoteáveis construídas em tubos redondos de aço inoxidável. Pés providos de rodas giratórias de 10" de diâmetro com aros de borracha maciça, sendo duas com freio em diagonal. Suporte de soro adaptável em quatros pontos da cama. Colchão	02		
06. SUBTOTAL / TOTAL				

07. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS
deverá ser seguida a recomendação do fabricante, quanto a : utilização, manutenção preventiva e manutenção corretiva do equipamentos e acessórios, tendo em vista a validade de garantia e vida útil dos mesmos.

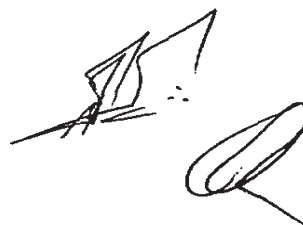
08- AUTENTICAÇÃO

Nelson Miura

DATA

NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL



MINISTÉRIO DA SAÚDE	PLANO DE TRABALHO PROPOSTA DE AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE E UNIDADE MOVEL DE SAÚDE	ANEXO IX		
01 NOME DO ORGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda				
03 IDENTIFICAÇÃO DO RAS BENEFICIÁRIO/AMBIENTE Hospital e Pronto Socorro Municipal		04 AMBIENTE Esterilização		
05. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE				
ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Autoclave Vertical 250 L, Esterilização a vapor, câmara e cesto de material, construído em chapa de aço inoxidável, tampa em bronze fundido e polido com sistema de fechamento hermético, sob guarnição de silicone, por meio de prisioneiros reversíveis e manípulos de baquelite e latão, válvula de segurança com sistema de contra-peso regulável e registro de descarga de vapor para liberar a pressão e o ar interno, torneira de drenagem, manômetro com duas escalas, sendo uma de pressão em atmosfera e outra relativa a temperatura em graus Celsius, resistência em níquel-cromo blindadas em tubos de cobre cromados, gabinete em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo, pintura em epóxi, painel com chave de temperatura de 03 posições e lâmpada.	01		
TOTAL GERAL		01		
06. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS				
Deverá ser seguida a recomendação do fabricante, quanto a: utilização, manutenção preventiva e manutenção corretiva do equipamento e acessórios, tendo em vista a validade da garantia e vida útil dos mesmos.				
07- AUTENTICAÇÃO				
Nelson Miura				
DATA	NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL	ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL		
CV 2222/2004		 		

MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

“Termo de Contrato de Aquisição de Equipamento e Material Permanente entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa

Aos dias do mês de do ano de dois mil e quatro, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida Marechal Rondon, nº 310, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 04.330.355/0001-08, representado neste ato por seu Gestor Divino Donizete Alves, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº, estabelecida na, n.º, representada neste ato pela sua representante legal, residente e domiciliada na, n.º, portadora da Cédula de Identidade RG nº e do CPF nº, doravante denominada **CONTRATADA**, vencedora da Tomada de Preços nº 016/2004, resolvem celebrar o presente Contrato de aquisição de veículo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este contrato tem por objeto a Aquisição dos seguintes equipamentos:

- 01 ULTRASSONOGRAFIA – aplicações - abdominal/ Ob./ Gin/ Vascular/ Urologia/ Cardíaca (Modo M) Pequena Partes; Transdutores: Linear, Convexo e Endocavitário; Modos de operação: Modo B – Bidimensional – Apresentação única na tela; Modo B/B Bidimensional – Apresentação dupla na mesma tela; Modo B/M – Bidimensional e Unidimensional simultâneos; Modo M – Unidimensional; Conexão para 01 transdutor; Escala de cinza com 256 níveis; Possibilidade de quatro pontos focais; Tripla frequência em todos os transdutores; Revisão de imagem (Cineloop e Cine-Memory com 64 quadros); Armazenagem de 30 imagens (Image Bank); Bi-voltagem automática; Indicação das partes do corpo com orientação do transdutor (Body Mark); Medicas – distância/ Área/ Volume/ Frequência Cardíaca (Modo M); Crescimento Fetal/ Peso Fetal e Idade Gestacional; Curva de crescimento fetal; Report. Relatório de medidas obstétricas;
Possibilidade união de 02 imagens (BB);
Tabela obstétrica programável (01);
Caracteres e gráficos; data/ hora/ identificação do transdutor/ ponto focal/ nome do Hospital/ nome do paciente e body Mark;
Teclado alfa-numérico com membrana;
Controle de ganho geral, proximal e distal (potenciômetros);
Senha de proteção do equipamento (password);
Track-ball de membrana (touch screen), comandando funções e utilitários;

Monitor monocromático de 7”;

Transdutores compatíveis;

CONVEXO: 3.5 MHz/60R/60° - aplicação geral, 5.0 MHz/40R/60° - aplicação geral, 5.0 MHz/17R/112° - Transvaginal, 6.5 MHz/200R/80° - Transvaginal;

LINEAR: 7.5 MHz/40MM – Pequenas partes, 7.5 MHz/60MM – Aplicação geral, 5.0 MHz/65MM – Aplicação geral, 3.5 MHz/85mm – Obstétrico e Mesa auxiliar;

- **01 OXIMETRO DE PULSO**, técnicas de espectrofotometria e plestismografia, mostra os valores medidos de SPO2 e pulso, indica a qualidade do sinal, procurando pulso e pulso fraco; BIP de pulso: indicação sonora com 2 tipos de sons: indicação visual através de Leds; indicação sem sensor, limites de máximos e mínimos; oximetria: 30 a 100% - asso de 1% - 30 a 254 bpm – passo de 5 bpm; Controle digital de brilho;

- **01 MESA CIRÚRGICA 12 POSIÇÕES**, com altura fixa, base sólida construída em chapa de aço de 5/16”, pintada em pintura epóxi com tratamento anti-ferruginoso, abertura de acesso para mesa de mayo, pedal de acionamento de rodas retrateis cromada com sapata, rodas que permitem o deslocamento da mesa. Coluna de aço com altura fixa, chassís da mesa em aço carbono com pintura epóxi, leito construído em chapa de aço carbono 18, e totalmente revestido em chapa de aço inoxidável 24 AISI 304, tampo dividido em quatro seções de cabeça, dorso, assento, peseira, acabamento polido e brilhoso régua lateral corredeira cromada para fixação de acessórios, trendelemburg e reverso acionado por manivelas na lateral, manivelas cromadas com mecanismos suaves e eficientes com comandos na cabeceira e uma na lateral, com pelas usinadas em torno CNC computadorizado de precisão acompanha 01 par de ambréiras, 01 par de porta coxas, 01 manivela cromada, arco de narcose, apoio de pés e braços, colchão de espuma revestido em napa de 05cm.

- **01 FOCO CIRÚRGICO TETO, 3/3**, temperatura de cor. 2.800° a 3.400°K, tensão de alimentação 110 ou 220 volts, frequência 50 Hz/60 Hz, refletor: Dicroico de permeabilidade especial (redução térmica). Movimento: Torção, flexão, básculo e circulares, com sistema de emergência.

- **02 CAMA DE RECUPERAÇÃO ADULTO**. Estrado articulado Fowler e base construídos aço tratado com prime anti-oxidante, acabamento em pintura alifática. Movimento comandados através de três manivelas escamoteáveis que acionam fusos sobre rolamentos com de limitadores de segurança. Lateral revestida em chapa de aço inoxidável. Base construída em tubos retangulares, com acabamento em pintura alifática. Grades laterais escamoteáveis construídas em tubos redondos de aço inoxidável. Pés providos de rodas giratórias de 10° de diâmetro com aros de borracha maciça, sendo duas com freio em diagonal. Suporte de soro adaptável em quatro pontos da cama, Colchão.

- **01 AUTOCLAVE VERTICAL 250 L**, Esterilização a vapor, câmara e cesto de material, construído em chapa de aço inoxidável, tampa em bronze fundido e polido com sistema de fechamento hermético, sob guarnição de silicone, por meio de prisioneiros reversíveis e manípulos de baquelite e latão, válvula de segurança com sistema de contra-peso regulável e registro de descarga de vapor para liberar a pressão e o ar interno, torneira de drenagem, manômetro com duas escalas, sendo uma de pressão em atmosfera e outra relativa a temperatura em graus Celsius, resistência em níquel-cromo blindada em tubos de cobre cromados, gabinete em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo, pintura em epóxi, painel com chave de temperatura de 03 posições e lâmpadas;

- **01 APARELHO DE RAIOS X DE 50M A:** Mesa de comando, painel de controle: chave liga/desl., Timer eletrônico de precisão para seleção de tempo de exposição de 0,01 até 4 segundos em 21 passos. Instrumentos analógicos para leitura de mA de 0 a 500mA e Kilovolts de 20 a 120Kv. Chave de seleção de Foco e mA com os seguintes valores: Foco fino:

50/100mA. Foco grosso: 200/300/500mA. Chave de seleção de postos de trabalho: Coluna (sem bucky; Bucky 1 (Bucky Mural); Bucky 2 (mesa bucky). Push Botton para disparo de Raio X; Circuito de estabilização de voltagem para filamento de ampola; Dispositivo para radiografias instantâneas; Bloqueio de técnica de operação prejudiciais a ampola: Push Botton para preparo; Dupla regulagem de kV com seleção em vários passos, de: 2 em 2 kV. Chave de compensação de rede para até + ou – 30 V TRANSFORMADOR DE ALTA TENSÃO; Rendimento de 500 mA/ 125 Kv, imerso em óleo isolante especial, tratado a vácuo; Unidade retificadoras de solicio para 125 kVp onda completa; Receptáculo Universal "Federal Satandard". AMPOLA PRODUTORA DE RAIOS X: Unidade selada de Anodo Giratório (30/50 kV) angulação 1,75 graus; Filamento Foco Fino: 1,2/1,2mm; Foco grosso: 2,0/2,0mm. Cúpula completamente protegida com revestimento em chumbo de 3mm, 30/50 kW x 125 kWp Foco fino: 30 kW; Foco grosso 50 kW; Conexão tipo Federal: Carga ,máxima permitidas; Foco grosso: Foco fino 500 Ma/90kV 100mA/115kV, 300Ma/100kV 50Ma/120kV. COLIMADOR LUMINOSO, Caixa com revestimento em chumbo, lâminas em 1 estágio, lâmpada halógena de 12 volts; Temporizador eletrônico para centralização. MESA RADIOLÓGICA; Mesa Bucky, com acabamento em alumínio a-7 provida de bucky com gaveta em aço inox com precurso em toda sua extensão. Grades anti-difusora 8.1-80 linhas. COLUNA PORTA TUBO. Coluna porta tubo dotada de freios eletro-magnéticos acionados por meio de teclas, indicador de angulação, braço telescópico com giro de 180 graus. Coluna contrabalanceada com deslocamento sobre trilhos, sistema chão/chão, dotado de freios eletromagnéticos. Braço de sustentação do Tubo com movimento de avanço e retrocesso com freio magnético. Avanço máximo de 1 metro. EESTATIVA BUCKY MURAL; Coluna contrabalanceada para fixação em piso acabado. Freios mecânicos. Grade anti-difusora 8.1-80 linhas, com distância focal 1,80m; Bandeja ajustável em aço inox polido para chassis 13 x 18 até 35 x 43cm. Ligação conjugada com comando do equipamento com disparo de Raio X automático.

- 1.1 Os recursos para a referida aquisição vêm do Convênio nº 2222/2004, celebrado entre o Ministério da Saúde e Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS PERMANENTES

2. O presente contrato é celebrado com base na Tomada de Preços n.º 016/2004, homologada 2004, com regime de execução de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE REAJUSTAMENTO

- 3.1 O valor global para a aquisição de Equipamento e Material Permanente é de R\$ (.....), pagos de forma parcelada, com recursos próprios e conveniados.
- 3.2 Os valores fixados neste Contrato serão irrevogáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA DO EQUIPAMENTO E O MATERIAL PERMANENTE

- 4.1 O Equipamento e o Material Permanente será entregue de forma imediata após a assinatura deste, prontos para ser utilizado.
- 4.2 As observações sobre o recebimento do Equipamento e o material permanente deverão ser efetuadas até 15 (quinze) dias da sua entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

- 5.1 As despesas para a execução do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.01 – Fundo Municipal de Saúde
1030100791.0006 – Aquisição de Equipamentos Hospitalar
4.4.90.52 – Material de Consumo

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 DA CONTRATANTE

- 6.1.1 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pela aquisição do Equipamento e o material permanente de acordo com as disposições do presente Contrato;
- 6.1.2 Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe às penalidades cabíveis nos termos da Lei n.º 8.666/93;
- 6.1.3 Modificar ou rescindir unilateralmente o Contrato nos casos previstos na Lei n.º 8.666/93;

6.2 DA CONTRATADA

- 6.2.1 Oferecer garantia de 06 (seis) meses contra defeito de fabricação;
- 6.2.2 Responsabilizar-se pela correção imediata dos problemas técnicos porventura ocorridos no veículo adquirido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

- 7.1 A rescisão do presente Contrato poderá ocorrer da seguinte forma:

- a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a Contratante.
- b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93;
- c) Judicial – nos termos da legislação processual;

- 7.2 A Contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei n.º 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.1.1 Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

- a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.1.2 Por acordo das partes:

- a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos equipamentos;

8.2 Outros casos previstos na Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

9.1 O presente Contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo licitatório, na modalidade Tomada de Preços n.º 016/2004 e seus respectivos anexos, bem como a proposta de preços vencedora, que fazem parte integrante deste Contrato independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1 Aplica-se a Lei n.º 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores, o Decreto Federal n.º 1.070/94 e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

11.1 A Contratada deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Pontes e Lacerda - MT, ...de 2004.

Gestor Municipal
Contratante

Contratada

Testemunhas:

Two handwritten signatures in black ink. The signature on the left is more complex, with several loops and a long horizontal stroke extending to the left. The signature on the right is simpler, consisting of a large, rounded loop followed by a short vertical stroke.

CONVÊNIO Nº 2222/2004

Termo de Convênio que entre si celebram a União Federal, através do Ministério da Saúde e o(a) PREF MUN PONTES E LACERDA, ESTADO DO MATO GROSSO, visando a fortalecer o Sistema Único de Saúde - SUS.

A UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério da Saúde, inscrito sob o CNPJ/MF nº 00.530.493/0001-71, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Sede, em Brasília/DF, neste ato representado pelo seu MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, Dr. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA, nomeado pelo Decreto de 01.01.2003, publicado no Diário Oficial da União de 01.01.2003, portador do RG nº 1167257, expedido pela SSP/PE e CPF/MF nº 152.884.554-49, e o(a) PREF MUN PONTES E LACERDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.023.989/0001-26, doravante denominado(a) simplesmente **CONVENIENTE**, situado(a) na AV. MARECHAL RONDON - 310, neste ato representado(a) por seu(ua) PREFEITO, NELSON MIURA, portador(a) do RG nº 5663102, expedido pela SSP/SP, e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 929.243.288-53, considerando a necessidade de descentralização de programa de trabalho mediante a conjugação de recursos em ação conjunta e integrada, cujos interesses sejam comuns e coincidentes, consoante o disposto no Processo nº 25000.068712/2004-99, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se os partícipes, no que couber, aos termos das disposições da Lei nº 8.666, de 21.06.93, com suas alterações; do Decreto nº 93.872, de 23.12.86; do Decreto nº 20, de 01.02.91; das Leis nºs 10.522, de 17.07.2002, 10.707, de 30.07.2003 e 10.837, de 16.01.2004; da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000; da Instrução Normativa nº 01, de 15.01.97, da Secretaria do Tesouro Nacional/MF; da Portaria/MS nº 601, de 15.05.2003, do Ministério da Saúde, com suas alterações e demais normas regulamentares da matéria, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

061 - 33152364

O presente Convênio tem por objeto dar apoio técnico e financeiro para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES**1 - O CONCEDENTE compromete-se a:**

- 1.1- Transferir os recursos e financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado, observada a sua disponibilidade financeira;

Rubrica

- 1.2- Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste Convênio, diretamente ou através de seus órgãos e entidades; e
- 1.3- Analisar e aprovar as Prestações de Contas da aplicação dos recursos do **CONCEDENTE** alocados ao Convênio.

II - O **CONVENIENTE** compromete-se a:

- 2.1- Executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários a consecução do objeto de que trata este Convênio, observando sempre critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos;
- 2.2- Aplicar os recursos recebidos do **CONCEDENTE** e os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado;
- 2.3- Registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados a este Convênio;
- 2.4- Prestar contas dos recursos alocados pela **CONCEDENTE** e dos rendimentos das aplicações financeiras, conforme a Cláusula Nona deste instrumento, nos termos da legislação vigente;
- 2.5- Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas, do gestor do órgão **CONCEDENTE**, relativa ao exercício da concessão;
- 2.6- Apresentar ao **CONCEDENTE** relatórios de gestão da execução deste Convênio na forma da legislação pertinente e nos períodos estabelecidos;
- 2.7- Propiciar, em local adequado, os meios e condições necessárias para que o **CONCEDENTE** possa exercer o estabelecido no item 1.2;
- 2.8- Permitir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinado o **CONCEDENTE**, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização e auditoria;
- 2.9- Arcar com quaisquer ônus de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrente da execução deste Convênio;
- 2.10- Promover as licitações que forem necessárias para a aquisição de materiais ou insumos a serem utilizados na execução do objeto avençado, de acordo com a legislação específica;
- 2.11- Restituir o valor transferido pelo **CONCEDENTE** acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de seu recebimento, nos seguintes casos:
 - 2.11.1 - Quando não for executado, o objeto da avença, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas;

- 2.11.2 - Quando não for apresentada, no prazo estabelecido, a prestação de contas, salvo quando decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado; e
- 2.11.3 - Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.
- 2.13 - Aplicar obrigatoriamente no mercado financeiro os recursos recebidos do **CONCEDENTE**, enquanto não forem empregados em sua finalidade, conforme a seguir:
- 2.13.1- Em caderneta de poupança de instituição oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e,
- 2.13.2- Em fundo de aplicação de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R\$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais), sendo que:

O **CONCEDENTE** participará com recursos no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), no exercício de 2004, oriundos do seu Orçamento, nos termos da Lei nº 10.837, de 16.01.2004, conforme discriminação abaixo:

Programa Trabalho	Fonte	N.Despesa	NºEmpenho	Valor
10.846.1216.0832.0394	0100000000	44.40.42	402831	240.000,00

O **CONVENIENTE** participará com recursos no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), oriundos do seu Orçamento, nos termos da Lei nº 10.707, de 30.07.2003.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

O **CONCEDENTE** transferirá os recursos previstos na Cláusula Terceira, em favor do **CONVENIENTE**, em conta específica, aberta pelo **CONCEDENTE**, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação específica.

Parágrafo Primeiro - É vedada a transferência, por parte do **CONVENIENTE**, dos recursos alocados à conta aberta pelo **CONCEDENTE**, na forma descrita no "caput" desta Cláusula, ressalvada as situações excepcionais que deverão ser justificadas ao **CONCEDENTE**, para fim de adoção de medidas à regularização.

Parágrafo Segundo - O pagamento da importância referida far-se-á, após publicação deste Convênio, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho Aprovado, que integra este instrumento, observada a sua disponibilidade financeira.

Parágrafo Terceiro – A ausência de prestação de contas no prazo estabelecido pelo **CONCEDENTE** importará, se for o caso, na imediata suspensão das liberações subsequentes.

Parágrafo Quarto - É obrigatória a restituição pelo **CONVENIENTE** ao **CONCEDENTE** de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias após a conclusão ou extinção deste Convênio.

Parágrafo Quinto - Para se habilitar ao recebimento de recursos de que trata esta Cláusula, o **CONVENIENTE** declara não estar inadimplente ou em mora com o Serviço Público Federal.

CLÁUSULA QUINTA - DO PLANO DE TRABALHO

O **CONVENIENTE**, para o atingimento do objeto avençado, obriga-se a cumprir o Plano de Trabalho Aprovado, especialmente elaborado para este fim, o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

Parágrafo Primeiro – Caberá ao **CONVENIENTE** encaminhar, no prazo de 30 (trinta) dias, ao **CONCEDENTE** o Projeto Básico, com os ajustes correspondentes ao Plano de Trabalho Aprovado.

Parágrafo Segundo - Excepcionalmente, admitir-se-á ao órgão executor propor a reformulação do Plano de Trabalho, no prazo máximo de 20 (vinte) dias antes do encerramento da vigência da execução físico-financeira, que será previamente apreciada pela unidade técnica e aprovada pela autoridade competente do órgão responsável pelo programa, sendo vedada a mudança do objeto.

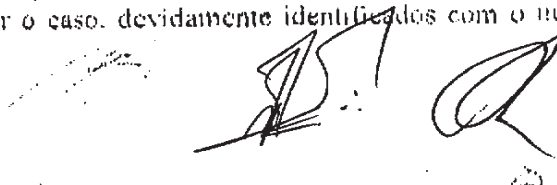
Parágrafo Terceiro - O Projeto Básico integrará o Plano de Trabalho, sempre que sua execução compreender obra ou serviço de engenharia, entendido como tal o conjunto de elementos que defina a obra ou serviço e que possibilite a estimativa de seu custo e prazo de execução, segundo as respectivas fases ou etapas, bem como a avaliação de seu objeto.

Parágrafo Quarto - O **CONVENIENTE** se compromete a concluir o objeto do presente instrumento, com recursos próprios, caso os recursos transferidos pelo **CONCEDENTE** sejam insuficientes.

Parágrafo Quinto - É facultado ao **CONCEDENTE**, na qualidade de responsável pelo programa, assumir ou transferir a execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a concorrer, de modo a evitar a descontinuidade de prestação de serviço a saúde.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

As faturas, notas fiscais, recibos e outros documentos de despesas, relativas à execução físico-financeira do objeto avençado, deverão ser emitidos em nome do **CONVENIENTE** ou do **EXECUTOR**, se for o caso, devidamente identificados com o número deste Convênio.



Parágrafo Primeiro - Não poderão ser pagas, com recursos do Convênio, despesas com:

- a. data anterior ou posterior à vigência da execução física-financeira do Convênio;
- b. pagamento, a qualquer título, a militar ou a servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- c. taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive as referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- d. taxa de administração, gerência ou similar;
- e. clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
- f. finalidade diversa da estabelecida no Convênio; e
- g. publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, em que não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo Segundo - Deverá ser mantida, obrigatória e permanentemente, em local visível, sob pena de imediata suspensão de liberação dos recursos, placa identificadora nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 37, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

Toda e qualquer alteração ao presente Termo de Convênio, exceto no tocante ao seu Objeto, será processada mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

O presente Convênio terá vigência de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, correspondendo ao prazo de execução físico-financeira.

Parágrafo Primeiro – A vigência deste instrumento poderá ser prorrogada ou alterada, por meio de Termo Aditivo Simplificado de Prorrogação de Prazo, celebrado de comum acordo entre os partícipes, desde que não implique em modificação do objeto aprovado.

Parágrafo Segundo - Quando houver atraso na liberação dos recursos, a vigência será prorrogada “*de ofício*” pelo Ordenador de Despesa do CONCEDENTE, no limite exato do período de atraso verificado.

Parágrafo Terceiro – As prorrogações de vigência de que tratam os parágrafos anteriores aplicar-se-ão apenas em relação ao prazo de execução físico-financeira.

Parágrafo Quarto - Quando necessária a prorrogação de vigência do Convênio original, a solicitação neste sentido deverá ser apresentada com a antecedência mínima de 20

Na hipótese da liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas ou desembolsos financeiros, a terceira ficará condicionada à apresentação de prestação de contas parcial, composta da documentação especificada nas alíneas “d”; “e” a “h” e “k”, se for o caso, no Parágrafo Quarto desta Clausula, demonstrando o cumprimento da etapa ou fase referente à primeira parcela ou desembolso financeiro liberado, e assim sucessivamente.

P.M.P.L.
Fls. 024
Rub. 2

Parágrafo Primeiro - Após a aplicação da última parcela ou desembolso financeiro, será apresentada a prestação de contas final relativa ao total dos recursos recebidos, composta das peças enumeradas no Parágrafo Quarto desta Cláusula.

Parágrafo Segundo - A prestação de contas final, relativa aos recursos recebidos deverá ser apresentada ao órgão **CONCEDENTE** até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do convênio.

Parágrafo Terceiro - Caso o **CONVENIENTE** tenha apresentado a(s) prestação(ões) de contas parcial(ais), a comprovação final se referirá à parcela ou desembolso financeiro pendente, não sendo necessário juntar a documentação já apresentada.

Parágrafo Quarto - A prestação de contas final dos recursos recebidos por força deste instrumento deverá ser acompanhada das peças constitutivas descritas da seguinte forma:

- a. Relatório do Cumprimento do Objeto;
- b. Cópia do Plano de Trabalho;
- c. Cópia do Termo de Convênio, Portaria ou Termo Simplificado de Convênio, com as respectivas datas de publicação;
- d. Relatório de Execução Físico-Financeira e Demonstrativo da Receita e Despesa, evidenciando:
 - os recursos recebidos;
 - a contrapartida;
 - os rendimentos da aplicação financeira;
- e. Relação de pagamentos;
- f. Relação de Bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do **CONCEDENTE**, quando for o caso;
- g. Extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento;
- h. Conciliação Bancária, quando for o caso;
- i. Cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando for o caso;
- j. Comprovante de recolhimento do saldo de recursos recebidos do **CONCEDENTE**, à conta e forma indicada pelo **CONCEDENTE**; e
- k. Cópia dos despachos adjudicatórios e homologatórios das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando **CONVENIENTE** pertencer a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens materiais e equipamentos adquiridos, produzidos ou construídos com recursos oriundos deste Convênio, e remanescentes na data de sua conclusão ou extinção, serão de propriedade do **CONVENIENTE**, respeitando o disposto no art. 15, item IV, do Decreto nº. 99.658/90, e demais normas regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDENTE**, providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste Convênio, em Extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, a contar daquela data, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 61, da Lei nº. 8.666/93, e art. 17, da IN 01/97.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexecutível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante a:

- a. Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa; e
- b. Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

Parágrafo Único - No caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir ao **CONCEDENTE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos por este transferidos para a consecução do objeto avencado, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como comprovar a sua regular aplicação, enquanto vigente o convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Em caso de inadimplência por parte do **CONVENIENTE**, o **CONCEDENTE** determinará o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis, ressalvadas as exceções decorrentes de previsões legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Convênio, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal – “Seção Judiciária do Distrito Federal”.

E, para validade do que pelos partícipes foi avençado, firmou-se este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, conforme disposto no art. 10, da Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional/ME, para que produza seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele

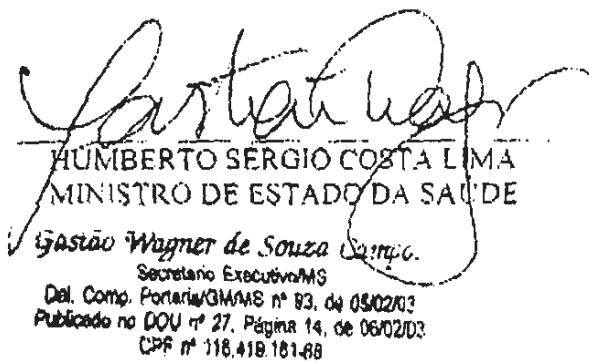
Brasília,

de

de 2004



NELSON MIURA
PREFEITO DA PREF MUN PONTES E
LACERDA - MT



HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA
MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE
Gastão Wagner de Souza Camp. G.
Secretário Executivo/MS
Del. Comp. Portaria/GM/MS nº 83, de 05/02/03
Publicado no DOU nº 27, Página 14, de 06/02/03
CPF nº 118.418.181-88

TESTEMUNHAS:

NOME
CPF Nº

NOME
CPF Nº



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Fundo Nacional de Saúde
GESCON - Gestão Financeira e de Convênios
PLANO DE TRABALHO APROVADO

Processo: 2500068712700499

CGC: 1502399000126 Razão Social: PREF. MUN. PONTES E LACERDA

Gestão: Esfera Adm.: MUNICIPAL

Endereço: AV. MARECHAL RONDON - 310

Bairro: CENTRO

DDD: 065 Telefone: 2662716 Ramal:

Município: PONTES E LACERDA

FAX: 2662534

Exercício:

Nº CNAS:

Tipo: PREFEITURA

Complemento:

UF: MT CEP: 78250-000

E-Mail:

Unid. Gestora:

Setor: PRM

Com. Solid.:

Caixa Postal:

Agente Financeiro: FNS

Atendimento: ATENÇÃO ESPECIALIZADA Recurso: EMENDA

Ação: APOIO À ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

Obj. Recomendado: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Vi. Total Aprovado: 264.000,00

Situação do Convênio: B. CANCELADO

Início Vigência: Fim Vigência:

Valor Concedido: R\$ 240.000,00

Ano: 2004

Nº Convênio: 2222

Total de Dias: 360

Valor Contratado: R\$ 24.000,00

SIAB:

Data Emissão:

Data de Celebração:

Data Limite de Exec.

Data de Publicação

Meta Unid. Medida Qtd. Aprov. Início Apl. Fim Aprov. Descrição da Meta

PERC

100 05/2004 05/2005

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Etapas da Meta

Etapas Unid. Medida Qtd. Aprov. Início Apl. Fim Aprov. Descrição da Etapa

1 PERC

100 05/2004 05/2005

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Cronograma de Desembolso da Meta

Data Vi. Aprov. Cont. Vi. Aprov. Prop.

Declaro estar de acordo com o Plano de Trabalho Aprovado

Local e Data

Assinatura

NELEON MIURA

Senado Federal/SGM/CEBP
 Proc. Nº
 Fis. 299

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Fundo Nacional de Saúde
GESCON - Gestão Financeira e de Convênios
PLANO DE TRABALHO APROVADO

06/2004 20.000,00 12.000,00
07/2004 120.000,00 12.000,00

Plano de Aplicação	Valor Aprov. Comp.	Valor Aprov. Prod.
Elemento Despesa	240.000,00	24.000,00
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE		

Declaro estar de acordo com o Plano de Trabalho Aprovado

Local e Data

Assinatura

NELSON MIURA

**MINISTÉRIO DA
SAÚDE****DECLARAÇÃO DE
CUMPRIMENTO DOS
CONDICIONANTES LEGAIS****ANEXO II**

NELSON MIURA, Identidade nº 5663102 declara para fins de celebração de convênio ou outro instrumento similar no âmbito do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, visando a obtenção de recursos, que PREF MUN PONTES E LACERDA:

I – não está inadimplente com:

- ☐ a) a União (Fazenda Nacional), inclusive no que concerne às contribuições relativas ao PIS/PASEP, de que trata o art. 239 da Constituição Federal;
- ☐ b) a prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública federal, através de convênios, acordos, ajustes, subvenções sociais, contribuições, auxílios e similares.

II – estados, Distrito Federal e municípios:

- ☐ a) instituiu, regulamentou e arrecada todos os tributos, previstos nos arts. 155 (no caso de estados e Distrito Federal) ou 156 (no caso de município) da Constituição Federal, ressalvado o imposto previsto no art. 156, inciso III, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 3, de 17 de março de 1993, quando comprovada a ausência do fato gerador;
- ☐ b) os subprojetos ou subatividades contemplados pelas transferências estão incluídos na lei orçamentária da esfera de governo a que estiver subordinada a unidade beneficiada ou em créditos adicionais abertos, ou em tramitação no Legislativo local;
- ☐ c) Atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000)

III – AUTENTICAÇÃO

LOCAL

DATA

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE	PLANO DE TRABALHO PROPOSTA DE AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE E UNIDADE MOVEL DE SAÚDE	ANEXO IX		
01. NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda				
03. IDENTIFICAÇÃO DO EAS BENEFICIÁRIO/AMBIENTE Hospital e Pronto Socorro Municipal		04. AMBIENTE SALA DE RAIOS X		
05. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE				
ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	APARELHO DE RAIOS X DE 500 m A.: MESA DE COMANDO Painel de Controle : chave liga/desl. , Timer eletrônico de precisão para seleção do tempo de exposição de 0,01 até 4 segundos em 21 passos. Instrumentos analógicos para leitura de mA de 0 a 500 mA e KiloVolts de 20 a 120 Kv. Chave de seleção de Foco a mA com os seguintes valores: Foco Fino : 50 / 100 mA. Foco grosso: 200 / 300 / 500 mA. Chave de seleção de postos de trabalho: Coluna (sem bucky; Bucky 1 (Bucky mural); Bucky 2 (mesa bucky). Push Button para disparo de Raios X; Circuito de estabilização de voltagem para filamento de ampola; Dispositivo para radiografias instantâneas; Bloqueio de técnicas de operação prejudiciais a ampola; Push Button para preparo; Dupla regulagem de kV com seleção em vários passos: de 2 em 2 kV ou de: 10 em 10 kV. Chave de compensação de rede para até + ou - 10 V. TRANSFORMADOR DE ALTA TENSÃO: Rendimento de 500 mA. / 125 Kv ; Imerso em óleo isolante especial, tratado a vácuo; Unidades retificadoras de sílica para 125 kVp onda completa ; Receptáculo Universal "Federal Standard" . AMPOLA PRODUTORA DE RAIOS X: Unidade selada de Anodo Giratório (30 / 50 kV) angulação 17,5 graus; Filamento Foco Fino : 1,2 / 1,2mm; Foco grosso : 2,0 / 2,0 mm. Cúpula completamente protegida com revestimento em chumbo de 3mm 30/ 50 kW x 125 kWp Foco Fino: 30 kW; Foco grosso 50 kW; Conexão tipo Federal; Cargas máximas permitidas: Foco grosso: Foco fino. 500 Ma /90kV 100 mA /115 kV. 300 Ma/ 100 kV 50 Ma/120 kV. COLIMADOR LUMINOSO. Caixa com revestimento em chumbo, lâminas em 1 estágio, lâmpada halógena de 12 volts; Temporizador eletrônico para centralização. MESA RADIOLÓGICA: Mesa Bucky , com acabamento em alumínio p-7 provida de bucky com gaveta em aço inox com precurso em toda sua extensão. Grades anti-difusora 8.1-80 linhas. COLUNA PORTA TUBO. Coluna porta tubo dotada de freios eletro-magnéticos acionados por meio de teclas, Indicador de angulação, braço telescópico com giro de 180 graus. Coluna contrabalançada com deslocamento sobre trilhas, sistema chão/chão, dotado de freios eletromagnéticos. Braço de sustentação do Tubo com movimento de avanço e retrocesso com freio magnético. Avanço máximo de 1 metro. ESTATIVA BUCKY MURAL; Coluna contrabalançada para fixação em piso acabado. Freios mecânicos. Grade anti-difusora 8.1-80 linhas, com distância focal 1.80m. Bandeja ajustável em aço inox polido para chassi 13 x 18 até 35 x 43cm. Ligação conjugada com comando do equipamento com disparo de Raios X automático.	01	69.000,00	69.000,00
TOTAL GERAL		01	69.000,00	69.000,00
06. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS Deverá ser seguida a recomendação do fabricante, quanto a: utilização, manutenção preventiva e manutenção corretiva do equipamento e acessórios, tendo em vista a validade da garantia e vida útil dos mesmos.				
07- AUTENTICAÇÃO				
Nelson Miura DATA _____ NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL				

CV 2222/2004

MINISTÉRIO DA SAÚDE	PLANO DE TRABALHO PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE E UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE	ANEXO IX

01 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE, conforme contido no Cartão do CNPJ. Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda	02- PROCESSO N.º

03. IDENTIFICAÇÃO DO EAS BENEFICIÁRIO/AMBIENTE Hospital e Pronto Socorro Municipal	04. AMBIENTE Centro Cirúrgico

05. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE

ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Oxímetro de Pulso, técnicas de espectrofotometria e pleistismografia, mostra os valores medidos de SPO2 e pulso, indica a qualidade do sinal, procurando pulso e pulso fraco: BIP de pulso: indicação sonora com 2 tipos de tons: indicação visual através de Leds; Indicação sem sensor, limites de máximos e mínimos; oximetria: 30 a 100% - passo de 1% - 30 a 254 bpm - passo de 5 bpm; Controle digital de brilho.	01	4.990,00	4.990,00
02	Mesa Cirúrgica 12 posições, com altura fixa, base sólida construída em chapa de aço 5/16", pintada em pintura epóxi com tratamento anti-ferruginoso, abertura de acesso para mesa de mayo, pedal de acionamento de rodas retráteis cromada com sapata, rodas que permitem o deslocamento da mesa, coluna de aço com altura fixa, chassi da mesa em aço carbono com pintura epóxi, leito construído em chapa de aço carbono 18, e totalmente revestido em chapa de aço inoxidável 24 AISI 304, tampo dividido em quatro seções apoio de cabeça, dorso, assento, pesseira, acabamento polido e brilhoso régua lateral corredeira cromada para fixação de acessórios, trendelemburg e reverso acionado por manivelas na lateral, manivelas cromadas com mecanismos suaves e eficientes com comandos na cabeceira e uma na lateral, com peças usinadas em torno CNC computadorizado de precisão acompanha 01 par de ombreiras, 01 par de porta coxas, 01 manivela cromada, arco de narcose, apoio de pés e braços. colchão de espuma revestido em napa de 05cm.	01	16.769,00	16.769,00
03	Foco Cirúrgico Teto, 3/3, temperatura de cor: 2.800° a 3.400°K, tensão de alimentação 110 ou 220 Volts, frequência 50 Hz /60 Hz, refletor: Dicroico de permeabilidade espectral (redução térmica). Movimentos: Torção, flexão, basculo e circulares. com sistema de emergência.	01	16.100,00	16.100,00
04	Cama de recuperação adulto. Estrado articulado Fowler e base construídos em aço tratado com prime anti-oxidante. Acabamento em pintura alifática. Movimentos comandados através de três manivelas escamoteáveis que acionam fusos sobre rolamentos com dois limitadores de segurança. Lateral revestida em chapa de aço inoxidável. Base construída em tubos retangulares. com acabamento em pintura alifática. Grades laterais escamoteáveis construídas em tubos redondos de aço inoxidável. Pés providos de rodas giratórias de 10" de diâmetro com aros de borracha maciça, sendo duas com freio em diagonal. Suporte de soro adaptável em quatro pontos da cama. Colchão	02	2.012,50	4.025,00
TOTAL GERAL		05	39.871,50	41.884,00

06. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS Deverá ser seguida a recomendação do fabricante, quanto a: utilização, manutenção preventiva e manutenção corretiva do equipamento e acessórios, tendo em vista a validade da garantia e vida útil dos mesmos.

07- AUTENTICAÇÃO	
Nelson Miura	
DATA	ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

MINISTERIO DA SAÚDE

PLANO DE TRABALHO
PROPOSTA DE AQUISIÇÃO
EQUIPAMENTOS E MATERIAL
PERMANENTE POR AMBIENTE E
UNIDADE MOVEL DE SAÚDE

ANEXO IX

P.M.P.L.-S.L

1. 032

2. 032

01 NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

02 PROCESSO Nº

03 IDENTIFICAÇÃO DO EAS BENEFICIÁRIO/AMBIENTE
Hospital e Pronto Socorro Municipal

04 AMBIENTE
SALA DE ULTRASSONOGRAFIA

05. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE

ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Ultrassonografia – Aplicações – Abdominal /Ob./Gin/Vascular/Urologia/Cardiaca (Modo M) Pequenas Partes; Transdutores : Linear, Convexo e Endocavitário; Modos de operação: Modo B-Bidimensional – Apresentação única na tela; Modo B/B Bidimensional – Apresentação dupla na mesma tela; Modo B/M – Bidimensional e Unidimensional simultâneos; Modo M- Unidimensional; Conexão para 01 transdutor; Escala de cinza com 256 níveis; Possibilidade de quatro pontos focais; Tripla frequência em todos os transdutores; Revisão de Imagem (Cine-loop e Cine-Memory com 64 quadros); Armazenagem de 30 Imagens (Image Bank); BI-voltagem automática; Indicação das partes do corpo com orientação do transdutor (Body Mark); Medidas – Distância /Área / Volume /Frequência Cardíaca (Modo M) Crescimento Fetal /Peso Fetal e Idade Gestacional; Curva de crescimento fetal; Report: relatório de medidas obstétricas; Possibilidade de união de 02 imagens (BB); Tabela obstétrica programável (01); Caracteres e Gráficos: Data /Hora /Identificação do transdutor /ponto focal /nome do Hospital/ nome do paciente e Body Mark; Teclado alfa-numérico com membrana; Controle de ganho geral, proximal e distal (potenciômetros); Senha de proteção do equipamento (password); Track-ball de membrana (touch screen), comandando funções e utilitários; Monitor monocromático de 7"; Transdutores compatíveis: CONVEXO: 3,5 MHz /60R/60° - Aplicação geral 5,0 MHz /40R/60° - Aplicação geral 5,0 MHz /17R/112° - Transvaginal 6,5 MHz/200R/80° - Transvaginal LINEAR: 7,5 MHz /40MM – Pequenas partes 7,5 MHz /60mm – Aplicação geral 6,0 MHz/85mm – Aplicação geral 3,5 MHz /85mm – Obstétrico	01	125.000,00	125.000,00
02	Mesa auxiliar	01	440,00	440,00
TOTAL GERAL		02	125.440,00	125.440,00

06. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS
Deverá ser seguida a recomendação do fabricante, quanto a: utilização, manutenção preventiva e manutenção corretiva do equipamento e acessórios, tendo em vista a validade da garantia e vida útil dos mesmos.

07- AUTENTICAÇÃO

DATA

Nelson Miura

NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE	PLANO DE TRABALHO PROPOSTA DE AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE E UNIDADE MOVEL DE SAÚDE	ANEXO IX		
01 NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda		02 ENDEREÇO		
03 IDENTIFICAÇÃO DO RAS BENEFICIÁRIO/AMBIENTE Hospital e Pronto Socorro Municipal		04 AMBIENTE Esterilização		
05. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE POR AMBIENTE				
ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Autoclave Vertical 250 L, Esterilização a vapor, câmara e cesto de material, construído em chapa de aço inoxidável, tampa em bronze fundido e polido com sistema de fechamento hermético, sob guarnição de silicone, por meio de prisioneiros reversíveis e manípulos de baquelite e latão, válvula de segurança com sistema de contra-peso regulável e registro de descarga de vapor para liberar a pressão e o ar interno, torneira de drenagem, manômetro com duas escalas, sendo uma de pressão em atmosfera e outra relativa a temperatura em graus Celsius, resistência em níquel-cromo blindadas em tubos de cobre cromados, gabinete em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo, pintura em epóxi, painel com chave de temperatura de 03 posições e lâmpada.	01	27.676,00	27.676,00
TOTAL GERAL		01	27.676,00	27.676,00
06. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS				
Deverá ser seguida a recomendação do fabricante, quanto a: utilização, manutenção preventiva e manutenção corretiva do equipamento e acessórios, tendo em vista a validade da garantia e vida útil dos mesmos.				
07- AUTENTICAÇÃO				
Nelson Miura DATA _____ NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL CV 2222/2004 ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL				



108

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União – Seção 3

Nº 216, quarta-feira, 10 de novembro de 2004

TOMADA DE PREÇOS Nº 25/2004

O Município de Colatina-ES, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 9.659/02, comunica aos interessados que encontra-se aberto o edital em epígrafe para aquisição de eletrodomésticos, computadores e materiais para escritório. As propostas serão recebidas até às 14:00 h do dia 25 de novembro de 2004, ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Colatina, na Avenida Angelo Giuberti, 343 - Espinheira - Colatina-ES, sendo abertas no mesmo dia, às 14:30 horas, no mesmo endereço. O Edital poderá ser adquirido na Secretaria Municipal de Administração e Recurso Humanos, da Prefeitura Municipal de Colatina, através do endereço acima. Melhorar informações pelo tel. (27) 3382-6253.

Colatina-ES, 8 de novembro de 2004
SANTINA B. SODONASSI
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃOAVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 424/2004

A SEMAD/PMV torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote, através do site www.vitoria.es.gov.br, link Licitações On-Line. Processo nº 439.1730/2004. Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT SYSTEM. Início de entrega das propostas: 10/11/2004. Limite de entrega das propostas: ATÉ ÀS 10:15H - 23/11/2004. Abertura das propostas: ÀS 10:15H - 23/11/2004. Início da sessão de disputa: ÀS 15H - 23/11/2004. Informações: telefones: (27) 3382-6253 e 3382-6249 - telefax: 3382-6254.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 425/2004

A SEMAD/PMV torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote, através do site www.vitoria.es.gov.br, link Licitações On-Line. Processo nº 455.5909/2004. Objeto: AQUISIÇÃO DE MACA RÍGIDA PARA AMBULÂNCIA. Início de entrega das propostas: 10/11/2004. Limite de entrega das propostas: ÀS 09H15 - 23/11/2004. Abertura das propostas: ÀS 09H15 - 23/11/2004. Início da sessão de disputa: ÀS 11H - 23/11/2004. Informações: telefones: (27) 3382-6253 e 3382-6249 - telefax: 3382-6254.

Vitória-ES, 9 de novembro de 2004
SEBASTIÃO DA SILVEIRA CARLOS NETO
Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 429/2004

A SEMAD/PMV torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote, através do site www.vitoria.es.gov.br, link Licitações On-Line. Processo nº 4379627/2004. Objeto: AQUISIÇÃO DE SACOLA PLÁSTICA TRANSPARENTE, LACRE EM POLIPROPILENO, GARRAFA PLÁSTICA E FITA LACRE PERSONALIZADA. Início de entrega das propostas: 10/11/2004. Limite de entrega das propostas: ATÉ ÀS 10:00H - 23/11/2004. Abertura das propostas: ÀS 10H15 - 23/11/2004. Início da sessão de disputa: ÀS 14H - 23/11/2004. Informações: telefones: (27) 3382-6253 e 3382-6249 - telefax: 3382-6254.

Vitória-ES, 9 de novembro de 2004
JEFFERSON SILVA CARMO
Prefeito

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIAAVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2004 - PNAFM

(TIPO MENOR PREÇO/REGIME DE EMPREITADA GLOBAL)
AVISO DE PUBLICAÇÃO

OBJETO: Execução de obra (reforma com modificação e acréscimo do pavimento térreo e dos 1º e 2º pavimentos do bloco "E" e cobertura dos blocos "B", "C" e "D", restauração provida no pavimento térreo do bloco "B", modificação de área destinada à biblioteca no pavimento térreo do bloco "F" e reforma com ampliação de projetos de instalações elétricas/comunicação e cabeamento estruturado e arquitetura da sala sul, circulação e sanitários do 2º pavimento do bloco "D") para funcionamento provida da SEPLAM, no Paço Municipal, conforme Processo nº 24803384/2004, da Secretaria Municipal de Obras. DATA: 14/12/2004, às 09 horas, no Salão Nobre, 6º andar do Paço Municipal, situado na Av. do Cerrado, nº 999 - Pátio Lozandeira, nesta Capital.

Os interessados em adquirir o respectivo Edital deverão se dirigir à sede da Comissão Especial de Licitação, situada na Rua Jangal, nº 1.112 - Vila Aurora, zona Capital, para expedição do DUAM - Documento Único de Arrecadação Municipal e mediante o recolhimento da taxa de R\$ 50,00 (cinquenta reais), pago nas agências lotéricas ou no banco, credenciado na própria Comissão.

DANIEL RODRIGUES BARBOSA
Presidente da Comissão

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE
CENTRAL DE ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDERESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2004

Processo de Licitação TOMADA DE PREÇO Nº 01/2004.

Cumprido o que determina o princípio da publicidade previsto no artigo 3º da Lei 8.666/93, COMUNICAMOS aos interessados, que conforme Edital nº 01/2004 Publicado no Diário Oficial da União em 24/09/2004, referente a Tomada de Preços nº 01/2004 que sua abertura se deu em data de 22/10/2004, consignou-se vencedor a Empresa AECA - Associação Estadual de Cooperação Agrícola, OBJETO: Execução de Serviços de Assistência Técnica de 04 Assinaturas neste Município (Campo Verde).

Campo Verde-MT, 3 de novembro de 2004.
ANTÔNIO DA SILVA BARBOSA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2004

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 29 de novembro de 2004, às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, sito Av. Marechal Rondon, 310, centro, licitação na modalidade Tomada de Preços, destinada a selecionar a melhor proposta para aquisição de equipamento e material permanente. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo junto a Comissão de Licitação, nesta Prefeitura, durante o horário do expediente comercial.

Pontes e Lacerda-MT, 9 de novembro de 2004.
IVANILDO AMARAL DE QUEIROZ
Presidente da Comissão

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGAAVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2004

Processo Licitatório 58904. Modalidade: Pregão Presencial 103/04. Objeto: Aquisição de 1 veículo tipo Unidade Móvel e 2 veículos tipo Ambulância. Data Abertura Pregão 17/11/2004. Hora 09:00 Local R. Cel. José Gonçalves d. Amaral nº 83. Setor de Licitações. Informações telefônicas 037-33225142/5132. Email: licitacoes-pna@bol.com.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/04

Processo Licitatório 666/04. Tipo Pregão Presencial 104/04. Data abertura 19/11/2004. Horário 9:00 horas. Objeto: Aquisição de materiais de Higiene p/ creches das escolas municipais. Informações: R. Cel. José Gonçalves d. Amaral nº 83. Setor de Licitações: 037-33225142/33225132. Email: licitacoes-pna@bol.com.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2004

Processo Licitatório 665/04. Pregão Presencial 105/04. Objeto: Aquisição de materiais Didáticos Pedagógicos que serão utilizados pelos alunos creches-Convênio SAAC. Data: 19/11/2004. Hora: 14:00. Informações Email: licitacoes-pna@bol.com.br. R. Cel. José Gonçalves d. Amaral nº 83. Tel. 037-33225142/33225132. Setor de Licitações.

MARIA HELENA CAMPOS PRADO DE ANDRADE
Supervisora de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

AVISO DE RETIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 35/2004

Na Publicação do Resultado de Julgamento no DOU - seção 3 do dia 09/11/2004, na página 197, ONDE SE LÊ: Resultado Classificatório - Medicamentos. Licitante - Itens - Vlr. Total. Mac. Material Cirúrgico Ltda - 7- R\$ 750,00; Lumar Com. Produtos Farmacêuticos Ltda - 2-4-6- R\$ 4.323,50; Parahuma Material Médico Hospitalar Ltda - 2-5- R\$ 215,00. Total: R\$ 5.288,50. LEIA-SE: Resultado Classificatório - Medicamentos. Licitante - Itens - Vlr. Total: Parahuma Material Médico Hospitalar Ltda - 7- R\$ 750,00; Lumar Com. Produtos Farmacêuticos Ltda - 1-4-6- R\$ 4.323,50; Mac. Material Cirúrgico Ltda - 2-5- R\$ 215,00. Total: R\$ 5.288,50.

Ituiutaba-MG, 9 de novembro de 2004.

DIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

EXTRATO DE CONTRATO

Tomada de Preços nº 013/04 Processo Licitatório nº 0130/04 Contrato nº 066/04-A. Objeto: Fornecimento, pela contratada, de gêneros perecíveis e não perecíveis, cujos produtos alimentícios que as integram estão especificados na Homologação do referido processo. Os recursos são oriundos dos convênios PAC, PNAC, QE-SE, PNAE/FNDE, Fundo Municipal de Saúde, API e Recursos Próprios. Contratada: Mercadinho Ilchris Ltda CNPJ: 02.404.107/0001-20. Valor total: R\$ 24.941,10 - condição de pagamento: à vista, após cada entrega dos produtos, mediante apresentação de Nota Fiscal aprovada pela Secretaria Municipal correspondente. Data da Assinatura do Contrato 30/09/04. Contrato nº 066/04 - B-Objeto: Fornecimento, pela contratada, de gêneros perecíveis e não perecíveis, cujos produtos alimentícios que as integram estão especificados na homologação do referido processo. Os recursos são oriundos dos convênios PAC, PNAC, QE-SE, PNAE, FNDE, Fundo Municipal de Saúde, API e Recursos Próprios. Contratada: Mercadinho São José de Leopoldina CNPJ: 22.146.898/0001-43. Valor total: R\$ 24.520,47 - condição de pagamento: à vista, após cada entrega dos produtos, mediante apresentação de Nota Fiscal aprovada pela Secretaria Municipal correspondente. Data da Assinatura do contrato: 30/09/04. Contrato nº 066/04-C-Objeto: Fornecimento, pela contratada, de gêneros perecíveis e não perecíveis, cujos produtos alimentícios que as integram estão especificados na homologação do referido processo. Os recursos são oriundos dos convênios PAC, PNAC, QE-SE, PNAE/FNDE, Fundo Municipal de Saúde, API e Recursos Próprios. Contratada: Super Nutri Alimentos de Leopoldina Ltda CNPJ: 05.699.640/0001-26. Valor: R\$ 10.330,86 - condição de pagamento: à vista, após cada entrega dos produtos, mediante apresentação de Nota Fiscal aprovada pela Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal correspondente. Data da Assinatura do Contrato: 30/09/04.

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE
EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFERESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2004

PROCESSO Nº 006.
Objeto: Execução das obras de urbanização da Rua Mestre de Uena, trecho da Rua Vigário Teodoro, Rua do Alibô e Rua do Alibô, trechos da Rua Vigário Teodoro, Rua do Alibô e trecho da Rua Alfredo Lisboa, no bairro do Recife, RPA - 01. Tipo: Menor Preço Global. Endereço: Rua Oliveira Lima, nº 867 - Bom Vista - Recife/PE.
INABILITADA: M. Boerlar Construções Ltda. As demais empresas foram julgadas HABILITADAS. Foi designado o dia 22/11/04, às 09:00 horas para a sessão de abertura das propostas de preços, em hipótese de não interposição de recursos. Fim de Recursos: Contrato de Empreitada 1200OC-BR - MDX-BID.

Recife-PE, 6 de novembro de 2004
EDUARDO PESSOA DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICIAVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 13/CPL-M/2004

A Prefeitura Municipal de Presidente Médici-RO, através da Comissão Permanente de Licitação CPL-M, torna pública, para o conhecimento dos interessados, que se encontra instaurada "LICITAÇÃO" sob a modalidade de TOMADA DE PREÇO, regida pelas disposições da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. DO OBJETO: Construção do Centro de Cultura / Processo nº 0079/2004 e Aquisição de Equipamentos / Processo nº 0092/2004. LOCAL E DATA DE ABERTURA: 25 de Novembro de 2004, das 08:00 às 14:00 horas, no Centro de Cultura, às 18:00 horas e 26 de Novembro de 2004, das 08:00 às 14:00 horas, para a abertura das propostas para a aquisição de Equipamentos para o Centro de Cultura, ambos realizados no sala de reuniões da CPL-M, no Palácio da Prefeitura Municipal de Pres. Médici-RO, situada à Av. São João Batista nº 1613 - Centro - Pres. Médici-RO. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos até o 3º dia anterior à data de recebimento das propostas, mediante o recolhimento com o órgão licitante, através do DAM ao valor de R\$ 50,00 sendo o mesmo não reembolsável. Quaisquer informações poderão ser obtidas de segunda à sexta-feira no horário das 07:00 às 13:00 hs na sala de reuniões da CPL-M pelo Ramo/Itens: (099) 69 471-25-51.

Presidente Médici-RO, 8 de Novembro de 2004.
VALDEIR ANTONIO DE SOUZA
Presidente da Comissão



REQUERIMENTO

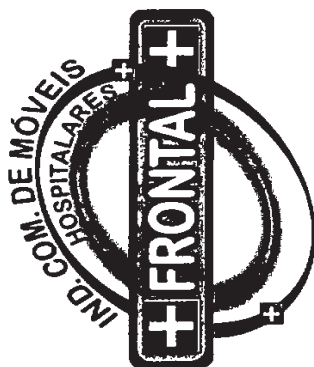
A firma **SÃO BENEDITO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita sobre o CNPJ: 01.831.795/0001-42, localizada na Av. IPIRANGA Nº1615 CUIABA – MT, vem por meio desta requerer a tomada de preço nº 016/2004. Sem mais para o momento, desde já agradecemos.



SÃO BENEDITO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Cuiabá 12 de novembro de 2004.



**FRONTAL IND. COM. DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ: 01.140.694/0001-25

INSC. EST.: 13.167.709-8

Para: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA
Depto de Licitação

TOMADA DE PREÇOS NR 016/04
ABERTURA DIA 29 de Novembro de 2004
HORÁRIO: 09:00 Horas

ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ / _____ Fls. 758

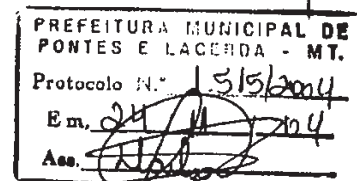
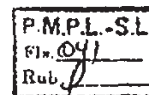
**(65) 634-2481 / 634-4045**

5F-556

Rua 1 - Lote 2 - Qda. 01 - Jd. Costa do Sol 1 - CEP: 78.070-459 - Cuiabá - MT



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ Fls. 750



À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA
AC/COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE CADASTRO

A Empresa PLANAM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ NR 37.517.158/0001-43 e Inscrição Estadual nr 13.216.878-022, situada à R. Alves Nogueira, 44 – Bairro Vista Alegre, Cuiabá/MT, para fins de participação na TOMADA DE PREÇOS NR 016/04/2004, de 29/11/2004, vem requerer seu cadastramento junto a esta municipalidade, juntamente o Edital da TP em epígrafe.

Stuedain
[CNPJ: 37 517 158/0001-43]
Planam Comércio e Representação
Ltda.

Cuiabá, 23 de Novembro de 2004

Rua Alves Nogueira, Nº. 44
Bairro Vista Alegre
CEP 78085-200

[CUIABÁ

MT.]

PLANAM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

FRONTAL Ind. Com. Móveis Hospitalares Ltda

CNPJ: 01.140.694/0001-25

INS. ESTADUAL: 13.167.709-8

TOMADA DE PREÇOS 0016/2004**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA/ MT**
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Prezados Senhores:

Pela presente, outorgamos ao Sr. **MARCOS AURÉLIO CARLINI**, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 361.609.621-91, poderes para representar esta Empresa **FRONTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA**, com sede Rua 01 Lote 02 Q. 01 Jd Costa do Sol I – Cuiabá/MT, CNPJ nº 01.140.694/0001-25, na licitação acima referida, podendo praticar todos os atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel desempenho desta outorgada, inclusive prestar esclarecimentos, receber notificações e manifestar-se quanto a sua desistência.

Atenciosamente,

CNPJ: 01 140 694/0001-25
Frontal Ind. e Com. de Móveis
Hosp. Ltda - ME
Rua 01 - Lote 02 - Qda. 01
Bairro Costa do Sol I
CEP: 78070-459

CUIABÁ

MT.

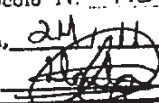
FRONTAL IND E COM DE MÓVEIS HOSP LTDA**Ronildo Pereira de Medeiros**

Rua 01 Lote 02 Quadra 01 – Jardim Costa do Sol 01
CEP: 78070-459

Cuiabá – MT

Fone/fax: (65) 634 - 4045

FRONTAL Ind. Com. Móveis Hospitalares Ltda
CNPJ: 01.140.694/0001-25 INS. ESTADUAL: 13.167.709-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PONTES E LACERDA - MT.
Protocolo N.º 1.517/2004
Em, 24/11/04
Ass. 

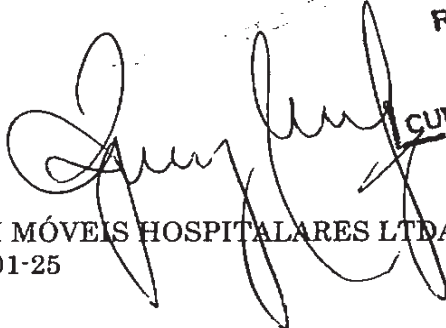
Cuiabá, 24 de Novembro de 2004

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA / MT
ATT.: DEPTO. DE CADASTRO / LICITAÇÃO

A Empresa FRONTAL IND COM MÓVEIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 01.140.694/0001-25 e Inscrição Estadual nr 13.167709-8, Situada na Rua 1 Lote 02 Qd. 01 – Jd Costa do Sol I , Cuiabá/MT, vem mui respeitosamente REQUERER EDITAL.

CNPJ: 01 140 694/0001-25
Frontal Ind. e Com. de Móveis
Hosp. Ltda - ME
Rua 01 - Lote 02 - Qda. 01
Bairro Costa do Sol I
CEP. 78070-459

MT.


FRONTAL IND COM MÓVEIS HOSPITALARES LTDA
CNPJ 01.140.694/0001-25

Rua 01 Lote 02 Quadra 01 – Jardim Costa do Sol 01
CEP: 78070-459

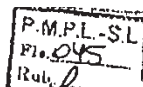
Cuiabá – MT

Fone/fax: (65) 634 - 4045

São Benedito

Comércio Serviços e Representações Ltda.

Proc. Nº _____ Fls. 762

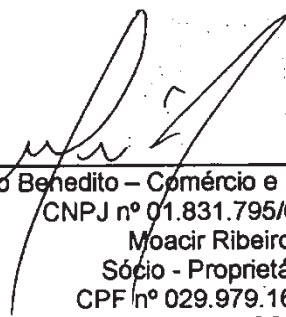


CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente data, 29 de novembro de 2004, autorizamos o CREDENCIAMENTO do Sr. **Edson Alexandre da Silva**, CPF nº 924.139.431-53 e RG nº 13.625.77-2 SSP-MT a representar a empresa São Benedito – Comércio e Serviços Ltda., CNPJ nº 01.831.795/0001-42 no certame licitatório tipo Tomada de Preços nº 016/04 na data de hoje às 09:00 H., tendo o mesmo direito a responder, assinar, prorrogar, impugnar, dar palpites e decidir no caso de necessidade.

Sendo assim, assina pessoa autorizada da empresa.

Cuiabá, MT., 29 de Novembro de 2004



São Benedito – Comércio e Serviços Ltda..

CNPJ nº 01.831.795/0001-42

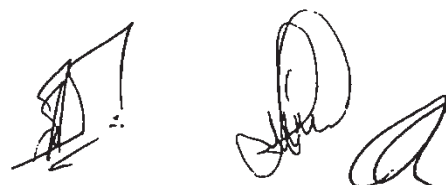
Moacir Ribeiro

Sócio - Proprietário

CPF nº 029.979.161-00

RG nº 245.848 SSP-MT

Pabx 065 623 9494



**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 01831795/0001-42
Razão Social: SÃO BENEDITO COMERCIO E SERVICO LTDA ME
Nome Fantasia: SAO BENEDITO
Endereço: AV. IPIRANGA 1615 / PORTO / CUIABA / MT / 78030-500

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/11/2004 a 03/12/2004

Certificação Número: 2004110410144956786702

Informação obtida em 26/11/2004, às 17:39.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

ALVARÁ
DE LOCALIZAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO

Formulário 2004

C.M. 58720

Nº 00577

Contribuinte
SAO BENEDITO COMERCIO SERVICOS E REPRESE

Denominação Comercial
COMERCIAL MADELUZ

Atividade Principal
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL

Atividade Acessória

Localização
PRAÇA - YPIRANGA, 1615 - TERREO - PORTO

Início Atividade
2/7/1997

Inscr. Estadual
131752529

Publicidade
Simples M² 0,00 Luminoso M² 0,00 Isento M² 2,00

Hor. Especial
NÃO

CNPJ
X 01.831.795/0001-42

CPF

Inscr. Junta Comercial
051200632801

Área Utilizada / M²
350,00

Inscr. Cad. Imobiliário
014250360383004

Data Expedição
22/1/2004

Uso Solo

Ressalva

SMADES MANTER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL SMADES

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ / Fls. 764

Atestado que está de acordo com o original.
Pontes e Lacerda 28/11/04
Pres. Comissão de Licitação

ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE PAZENDA - SEFAZ CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS FICHA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL - FAC		 1317-30025
ANTES DE PREENCHER CONSULTE O VERSO		
1 - IDENTIFICAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO 11 - DATA DE ATUALIZAÇÃO: 05/06/97 12 - CÓDIGO DE ATUALIZAÇÃO: 019		
2 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE 21 - NOME DO CONTRIBUINTE: SOC. POR COTAS RESPONSABILIDADE LTDA 22 - CNPJ: 01.831.708/000-42 23 - INSC. ESTADUAL: 5244-2 24 - NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 51200032801 25 - DATA DE INSCRIÇÃO: 13.03.97		
3 - ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO 31 - TIPO DE LOGRADOURO: RUA 32 - NOME DO LOGRADOURO: ANTONIO JOÃO 33 - NÚMERO: 100 34 - COMPLEMENTO: SALA 302 35 - BAIRRO, SETOR OU DISTRITO: CENTRO 36 - CEP/MUNICÍPIO: 090000 37 - NOME DO MUNICÍPIO: GUIABA 38 - C.E.F.: 78205-810 39 - PUNTO DE REFERÊNCIA: em cima da casa Alberto 40 - TELEFONE: 322.6241		
4 - INFORMAÇÕES ECONÔMICO - FISCAIS 41 - NOME DO ESTABELECIMENTO: EXATORIA DE GUIABA 42 - NOME DO CONTRIBUINTE: SOC. POR COTAS RESPONSABILIDADE LTDA 43 - NATUREZA JURÍDICA: SOC. POR COTAS RESPONSABILIDADE LTDA 44 - C.E.F.: 78205-810 45 - NOME DO CONTRIBUINTE: EXATORIA DE GUIABA 46 - NOME DO CONTRIBUINTE: EXATORIA DE GUIABA 47 - NOME DO CONTRIBUINTE: EXATORIA DE GUIABA 48 - NOME DO CONTRIBUINTE: EXATORIA DE GUIABA		
5 - INFORMAÇÕES DO CONTABILISTA RESPONSÁVEL 51 - TIPO DE LOGRADOURO: AVENIDA 52 - NOME DO LOGRADOURO: TENENTE CORONEL DUARTE 53 - NÚMERO: 100 54 - COMPLEMENTO: SALA 302 55 - BAIRRO, SETOR OU DISTRITO: CENTRO 56 - CEP/MUNICÍPIO: 090000 57 - NOME DO MUNICÍPIO: GUIABA 58 - C.E.F.: 78205-810 59 - PUNTO DE REFERÊNCIA: em cima da casa Alberto 60 - TELEFONE: 322.6241		
6 - DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE 61 - DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS, QUE AS INFORMAÇÕES REGISTRADAS SÃO VERDADEIRAS E REPRESENTAM A SITUAÇÃO REAL DO MEU ESTABELECIMENTO. 62 - DATA: 02.06.97 63 - ASSINATURA DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL: <i>[Assinatura]</i>		
7 - DECLARAÇÃO DA AGÊNCIA RECEBEDORA 71 - DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS, QUE CONFIRMO AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO CONTRIBUINTE NESTA FAC, COM A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA E QUE TAIS INFORMAÇÕES JUNTAMENTE COM AS PREENCHIDAS POR MIM ESTÃO DE ACORDO COM O MANUAL DE ORIENTAÇÃO QUE POSSUO. 72 - DATA RECEÇÃO: 04/06/97 73 - MATR. FUNCIONÁRIO: 211730025 74 - ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO: <i>[Assinatura]</i>		
8 - VISTORIA DO ESTABELECIMENTO 81 - INFORMAÇÕES FISCAIS: APOS EXAME DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA E DAS DECLARAÇÕES EFETUADAS, O FISCAL DEPENDENTE DE: ☐ DEFERIMENTO ☐ INDEFERIMENTO COM BASE NAS JUSTIFICATIVAS ABAIXO: 82 - DATA DE VISTORIA: 28/05/97 83 - MATR. FUNCIONÁRIO: 82450013 84 - ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO: <i>[Assinatura]</i>		
9 - LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO 91 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO: R. Antonio João nº 100 Ave. Tot Cel. Duarte		
10 - CARIMBO PADRONIZADO EXATORIA 101 - NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO: 995/0002-7 102 - DATA: 10.5.1997 103 - ORÇAMENTO: ORÇ. 104 - LOCAL: LOCAL		
ATESTADO que está de acordo com o original. Pontes e Lacorda, 29/11/04 Pres. Comissão de Licitação		

Senado Federal/SGM/CEDE
 Proc. Nº **1** Fls. **763**

São Benedito

Comércio Serviços e Representações Ltda.

Ser..

SGM/CEDP

Proc. N

Fls.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 766

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2004

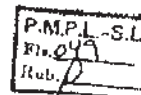
DATA ABERTURA : 29.11.2004

HORA ABERTURA : 09:00 H.



ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

CNPJ Nº 01.831.795/0001-42

Comprovante de Inscrição e de Situação CadastralSenado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 1 / Fis. 767

Contribuinte,

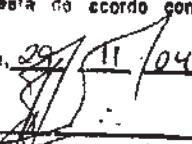
Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

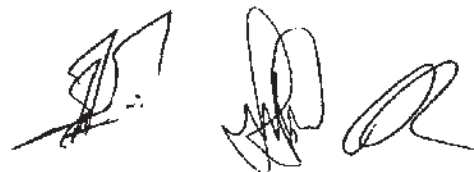
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.831.795/0001-42	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/05/1997
NOME EMPRESARIAL SAO BENEDITO COM SERV E REP LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COMERCIAL MADELUZ			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 52.44-2-99 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente.			
CÓD. E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA			
LOGRADOURO AV. IPIRANGA	NÚMERO 1615	COMPLEMENTO	
CEP 78.030-500	BAIRRO/DISTRITO PORTO	MUNICÍPIO GUIABA	UF MT
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/08/2004	
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	

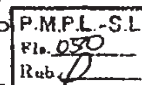
Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia 27/11/2004 às 10:26:24 (data e hora de Brasília).

VOLTAR

ATESTADO que está de acordo com o original. Pontes e Leocadia, 29/11/04  Pres. Comissão de Licitação



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ Fls. 768

GOVERNO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE CRÉDITOS FISCAIS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL – MODELO I - N.º

2775

VALIDADE: 120(CENTO E VINTE DIAS)

EMPRESA:

SÃO BENEDITO COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO LTDA

INSCR. ESTADUAL:

13.175.252-9

C.N.P.J.:

01.831.795/0001-42

ENDEREÇO:

RUA ANTONIO JOAO N.º 302 - CENTRO

MUNICÍPIO:

CUIABÁ - MT

NESTA DATA, APÓS VERIFICAÇÃO FISCAL EFETUADA NOS LIVROS FISCAIS DA EMPRESA ACIMA QUALIFICADA E NOS SISTEMAS DE GARANTIDO (NORMAL E INTEGRAL E DIFERENCIAL DE ALIQUOTA), NO SISTEMA DE CONTA CORRENTE E NO PAT, CONSTATAMOS REGULARIDADE QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAL E ACESSÓRIAS, DE ACORDO COM O DECRETO N.º 4.747 DE 22/06/94, RESSALVANDO O DIREITO DESTA SECRETARIA DO ESTADO DE FAZENDA DE CONSTITUIR E/OU COBRAR QUAISQUER DÍVIDAS DE RESPONSABILIDADE DESTE CONTRIBUINTE QUE SEJAM POSTERIORMENTE APURADAS MEDIANTE LEVANTAMENTO EM PROFUNDIDADE. PELO QUE EU, ABAIXO IDENTIFICADO, FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS, LAVRO A PRESENTE CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL, QUE VAI POR MIM ASSINADA.

OBS: A CERTIDÃO NÃO ATESTA A INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA.

CUIABÁ,

CINCO

DE

OUTUBRO

DE

2004

GERENTE DA GCF:

IRINEU LUIZ SCHULTES

ASSINATURA:

MATRICULA:

Luis Miguel Vargas Ferraz

AFATE - SEFAZ
Mat. 859.50013

SEGURANÇA SEFAZ - MT

ATESTO que está de acordo com o
original.

Nº 011029

Pontas e Locais 29/11/04

Pres. Comissão de Licitação

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Facile:

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial SÃO BENEDITO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Atto Constitutivo	Data de Início de Atividade
512 0083280-1	01.831.796/0001-42	13/03/1997	13/03/1997
Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) AV. IPIRANGA, 1615, PORTO, CUIABÁ, MT, 78.000-000			
Objeto Social COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAL, TÉCNICO E PROFISIONAL E OUTROS ESPECÍFICOS ANTERIORMENTE, COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS IN NATURA, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ANIMAIS DESDOBRAMENTO DE MADEIRA, SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE MATERIAL PARA USOS INDUSTRIAIS E COMERCIAL EXECUÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS GRÁFICOS, GRANDES MOVIMENTAÇÕES DE TERRA, EDIFICAÇÕES (RESIDÊNCIAS, INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS), CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS, GÁS E DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO, COMÉRCIO A VAREJO E POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL (NÃO ESPECIALIZADO), COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, COM ÁREA DE VENDA INFERIOR A 300 METROS QUADRADOS INCLUSIVE DE LOJAS DE CONVENIÊNCIA, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E COMPLEMENTOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS, ARTIGOS DE COURO E DE VIAGEM.			
Capital: R\$ (SESENTA MIL REAIS)	60.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 9.841/99)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R\$ (SESENTA MIL REAIS)	60.000,00	Microempresa	Indeterminado
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato			
Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador/Término do Mandato
MOACIR RIBEIRO 079.979.181-00	18.000,00	SÓCIO	Administrador XXXXXXXXXX
GERTRUDES PEREIRA RIBEIRO 008.681.451-49	42.000,00	SÓCIO	Administrador XXXXXXXXXX
Último Arquivamento Data: 11/02/2004 Atto: OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESÁRIO		Situação ATIVA Status XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Evento(s): BALANÇO			

CUIABÁ - MT, 26 de julho de 2004

HENRIQUE DE OLIVEIRA RODRIGUES
SECRETÁRIO GERAL

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 769

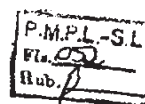
ATESTO que está do acordo com o original.

Pontes e Lacerda, 29/11/04

Proa. Comissão de Licitação

São Benedito
Comércio Serviços e Representações Ltda.

Senado Federal/SGM/CEDP

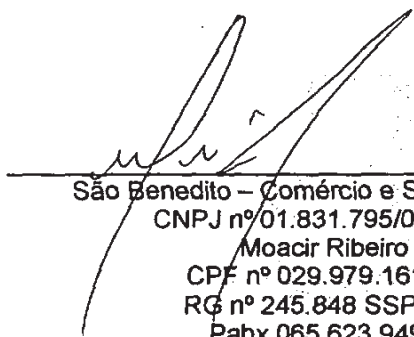
Proc. Nº _____ / _____ Fls. 770

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que, a Empresa São Benedito – Comércio e Serviços Ltda., CNPJ nº 01.831.795/0001-42 estabelecida a Av. Ipiranga, 1615 Bairro Porto em Cuiabá – MT., recebeu os documentos que contêm informações e condições para o cumprimento das obrigações para a Licitação marcada para o dia 29.11.2004 às 9:00 H., denominada de Tomada de Preços nº 016/2004, sendo assim não tendo nada a reclamar.

Certos disso, assina este atestado pessoa autorizada.

Cuiabá, MT., 29 de Novembro de 2004



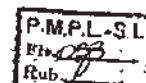
São Benedito – Comércio e Serviços Ltda..
CNPJ nº 01.831.795/0001-42
Moacir Ribeiro
CPF nº 029.979.161-00
RG nº 245.848 SSP-MT
Pabx 065 623 9494



SF - 565

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 1 Fls. 77



SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
"SÃO BENEDITO-COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA-ME"
 CNPJ-MF. 01.831.795/0001-42

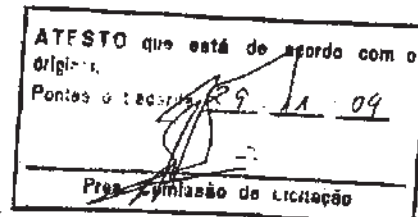
Pelo presente instrumento particular de alteração contratual os *infra* assinados, **GERTRUDES PEREIRA RIBEIRO**, Brasileiro, Casado, Comerciante, Residente e domiciliado a Avenida São Sebastião, n. 1.930, Bairro Goiabeiras, Cuiabá, Estado de Mato Grosso, Portadora da Cédula de Identidade RG-297.459-SSP/MT e CPF-908.681.451-49 e; **MOACIR RIBEIRO**, Brasileiro, Casado, Comerciante, Residente e domiciliado a Avenida São Sebastião, n. 1.930, Bairro Goiabeiras, Cuiabá, Estado de Mato Grosso, Portador da Cédula de Identidade RG-242.848-SSP/MT e CPF-029.979.161-00; Únicos sócios componentes da Sociedade Por Quotas de Responsabilidade Limitada, denominada de "SÃO BENEDITO-COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA-ME", estabelecida a Avenida Ipiranga, n. 1.615, Bairro Porto, Cuiabá, Estado de Mato Grosso, com o Contrato Social devidamente Registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso – JUCEMAT, sob o n. 51.200.632.801 em sessão de 13/03/97, Primeira Alteração Contratual sob o n. 970.112.912 em sessão de 29/04/97, Segunda Alteração Contratual sob o n. 970.217.943 em sessão de 09/07/97 e Terceira Alteração Contratual sob o n. 970.274.904 em sessão de 26/08/97, Quarta Alteração Contratual sob o n. 990.088.480 em sessão de 23/03/99, Quinta Alteração Contratual sob o n. 20.000.337.609 em sessão de 14/09/2.000, resolvem de comum acordo alterar o referido contrato conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA = DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Os sócios resolvem de comum acordo alterar o Capital Social da Empresa de R\$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais), divididos em 35.000 (Trinta e Cinco Mil) quotas, no valor Unitário de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, fica elevado para R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) divididos em 60.000 (Sessenta Mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, sendo um aumento de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), sendo integralizados da seguinte forma:

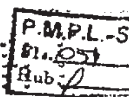
PARAGRAFO PRIMEIRO:

- A) R\$ 14.680,40 (Catorze Mil, Seiscentos e Oitenta Reais e Quarenta Centavos) Oriundos da Correção Monetária do Capital Social, Integralizados neste ato em Moeda Corrente no País.
- B) R\$ 10.319,60 (Dez Mil, Trezentos e Dezenove Reais e Sessenta Centavos) Oriundos da Reserva de Lucros, Integralizados neste ato em Moeda Corrente no País.



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 772



CLAUSULA SEGUNDA = DA FORMA DE INTEGRALIZACAO:
 Os sócios integralizarão suas Quotas de Capital Social da seguinte forma:

ARAGRAFO PRIMEIRO: A sócia Sra. GERTRUDES PEREIRA RIBEIRO, integralizará suas Quotas de Capital Social da Seguinte Forma:

- R\$ 10.276,28 (Dez Mil, Duzentos e Setenta e Seis Reais e Vinte Oito Centavos), Oriundos da Correção Monetária do Capital Social, Integralizados neste ato em Moeda Corrente no País.
- R\$ 7.223,72 (Sete Mil, Duzentos e Vinte Três Reais e Setenta e Dois Centavos), Oriundos da Reserva de Lucros, Integralizados neste ato em Moeda Corrente no País.

ARAGRAFO SEGUNDO: O sócio Sr. MOACIR RIBEIRO, integralizará suas Quotas de Capital Social da seguinte forma:

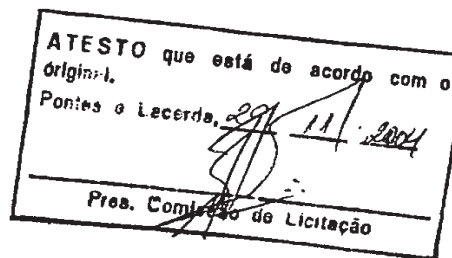
- R\$ 4.404,12 (Quatro Mil, Quatrocentos e Quatro Reais e Doze Centavos), Oriundos da Correção Monetária do Capital Social, Integralizados neste ato em Moeda Corrente no País.
- R\$ 3.095,88 (Três Mil, Noventa e Cinco Reais e Oitenta e Oito Centavos), Oriundos da Reserva de Lucros, Integralizados neste ato em Moeda Corrente no País.

CLAUSULA TERCEIRA = DO QUADRO SOCIAL

Diante das alterações, conforme a cláusula anterior deste instrumento particular de Alteração Contratual, o novo quadro social ficará assim constituído:

• GERTRUDES PEREIRA RIBEIRO	42.000	QUOTAS	R\$ 42.000,00
• MOACIR RIBEIRO	18.000	QUOTAS	R\$ 18.000,00
TOTAL.....	60.000	QUOTAS	R\$ 60.000,00

ARAGRAFO ÚNICO: A responsabilidade dos sócios é limitada a Importância total do Capital Social, nos Termos do Artigo 2.º Da Lei n. 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919.



CLAUSULA SEGUNDA = DA FORMA DE INTEGRALIZACAO
Os sócios integralizarao suas Quotas de Capital Social da seguinte formc:

PARAGRAFO PRIMEIRO: A sócia Sra. GERTRUDES PEREIRA RIBEIRO, integralizara suas Quotas de Capital Social da Seguinte Forma:

- A) R\$ 10.276,28 (Dez Mil, Duzentos e Setenta e Seis Reais e Vinte Oito Centavos), Oriundos da Correção Monetária do Capital Social, Integralizados neste ato em Moeda Corrente no País.
- B) R\$ 7.223,72 (Sete Mil, Duzentos e Vinte Três Reais e Setenta e Dois Centavos), Oriundos da Reserva de Lucros, Integralizados neste ato em Moeda Corrente no País.

PARAGRAFO SEGUNDO: O sócio Sr. MOACIR RIBEIRO, integralizara suas Quotas de Capital Social da seguinte forma:

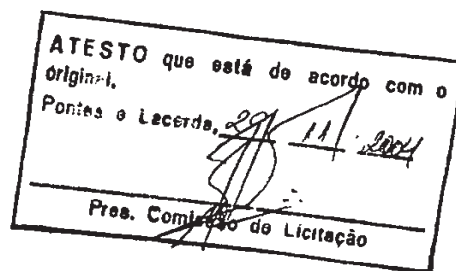
- A) R\$ 4.404,12 (Quatro Mil, Quatrocentos e Quatro Reais e Doze Centavos), Oriundos da Correção Monetária do Capital Social, Integralizados neste ato em Moeda Corrente no País.
- B) R\$ 3.095,88 (Três Mil, Noventa e Cinco Reais e Oitenta e Oito Centavos), Oriundos da Reserva de Lucros, Integralizados neste ato em Moeda Corrente no País.

CLAUSULA TERCEIRA = DO QUADRO SOCIAL

Diante das alterações, conforme a clausula anterior deste instrumento particular de Alteracao Contratual, o novo quadro social ficara assim constituído:

A) GERTRUDES PEREIRA RIBEIRO	42.000	QUOTAS	R\$ 42.000,00
B) MOACIR RIBEIRO	18.000	QUOTAS	R\$ 18.000,00
TOTAL.....	60.000	QUOTAS	R\$ 60.000,00

PARAGRAFO ÚNICO: A responsabilidade dos sócios e limitada a Importância total do Capital Social, nos Termos do Artigo 2. Da Lei n. 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919.



Proc. N°

Fm. 005
Rub.**CLAUSULA QUARTA = DA ALTERACAO DA RAZAO SOCIAL.**

Os sócios resolvem de comum acordo alterar a Razão Social da Empresa de "SÃO BENEDITO COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME", para: "SÃO BENEDITO COMERCIO E SERVICOS LTDA-ME".

CLAUSULA QUINTA = Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da Sociedade não alcançadas pelo presente instrumento permanecem em vigor.

E, pôr assim estarem devidamente justos e contratados, lavram e assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, na presença de (02) duas testemunhas que também assinam, obrigando-se pôr si, herdeiros e sucessores a bem fielmente cumpri-lo em todos os seus termos.

4.º SERVIÇO
NOTARIAL

CUIABA/MT, 11 DE NOVEMBRO DE 2002

Gertrudes Pereira Ribeiro
GERTRUDES PEREIRA RIBEIRO
RG-297.459-SSP/MT
CPF-908.681.459-49

4.º SERVIÇO
NOTARIAL

Moacir Ribeiro
MOACIR RIBEIRO
RG-242.848-SSP/MT
CPF-029.979.161-00

TESTEMUNHAS

Nilton Sinyoshi Oshiro
NILTON SINOYOSHI OSHIRO
CPF-051.678.491-00
RG-243.131-SSP/MT

Paulino Belarmino Jacó
PAULINO BELARMINO JACÓ
CPF-567.885.261-49
RG-738.872-SSP/MT

4.º e 4o. SERVIÇO NOTARIAL DE CUIABA - MATO GROSSO
Tabela: OTILIA ALZITA PEREIRA DA SILVA MOLINA
Rua Campo Grande, 533 - Fone 624-9999/Fax 624-0099

Reconheço como VERDADEIRAS (a) (s) Firma(s) de:
60148-GERTRUDES PEREIRA RIBEIRO
N2922-MOACIR RIBEIRO
Cuiaba, 12 de novembro de 2002.
Em test. da verdade, dou fe.

Ana Lucia Cardoso de Jesus
Escritura: Autizada
DO 4.º SERVIÇO NOTARIAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 13/11/2002
SOB Nº: 20020506090
Protocolo: 02/050609-0
Empresa: 151 2 0063286 1
SÃO BENEDITO COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME

João Gilberto Calvo Teixeira
JOÃO GILBERTO CALVO TEIXEIRA
SECRETARIO GERAL

ATESTO que está de acordo com o original.

Pontas e Leccas: 29/11/04

Pres. Comissão de Licitação

**São Benedito**

Comércio Serviços e Representações Ltda.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº

Fls. 774

P.M.P.L.S.
Fls. 774
Rub.**SÃO BENEDITO – COMÉRCIO SERVIÇOS
E REPRESENTAÇÕES LTDA.-ME****5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Pelo presente instrumento particular de Alteração Contratual, GERTRUDES PEREIRA RIBEIRO, casada, portadora de cédula de identidade nº 297.459 SSP-MT, CPF nº 908.681.451-49, residente a Av. São Sebastião, 1930 em Cuiabá – Mato Grosso, e MOACIR RIBEIRO, portador de cédula de identidade nº 242.848 SSP – MT, CPF nº 029.979.161-00, residente a Av. São Sebastião, 1930 em Cuiabá – Mato Grosso, já qualificados únicos sócios competentes da empresa que gira sob a denominação de **SÃO BENEDITO – COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.-ME**, devidamente inscrita na Jucemat sob nº 51200.632.801 em 13.03.97, 1ª Alteração nº 970112912 em 29.04.97, 2ª Alteração nº 970217943 em 09.07.97, 3ª Alteração nº 970274904 em 26.08.97 e 4ª Alteração nº 990088480 em 23.03.99, resolvem nesta data alterar o seu Objetivo Social, como a seguir se discrimina:

PRIMEIRA:

Resolvem nesta data alterar o seu Objetivo Social que era:

Comércio de materiais elétricos de alta, média e baixa tensão, materiais hidráulicos, tubos, conexões, hidrantes, hidrômetros e materiais para saneamento em geral, ferramentas, ferragens, materiais para segurança de trabalho: uniformes, luvas, botas, capacetes, protetores auditivos, copos descartáveis, material para copa e cozinha, material de limpeza, componentes eletro-eletrônicos, materiais para rede de telefonia, instrumentos elétricos para laboratório, comércio de máquinas, peças e acessórios de: escrever, somar, calcular, carteiras escolares, material escolar, material para papelaria, comércio de máquinas e aparelhos de uso doméstico, comércio de aparelhos e equipamentos odontológicos e hospitalar e laboratoriais, comércio de peças de automóveis, comércio de pneus para carros de passeios e caminhões, comércio de peças e acessórios para máquinas e equipamentos de informática, comércio de materiais de aço, ferro e alumínio para construção civil e residencial, comércio de materiais para prevenção de incêndios, comércio de alimentos: arroz, feijão, trigo, óleo, bolachas, frios, laticínios, macarrão, cesta básica, merenda escolar, publicidade, out-doors, propaganda, construção de obras civis, residenciais e comerciais, serviço e construção de redes elétricas de alta, média e baixa tensão, serviço de construção de redes de telefonia, serviço e construção de redes hidráulicas, serviços e conservação de ambientes móveis e imóveis, serviços gráficos, serviço e conservação de ar condicionado, serviço de terraplanagem, beneficiamento de madeiras em geral, peças e acessórios para semáforos, materiais e serviços para sinalização de vias públicas, aéreas e terrestres, como: tarugos, placas de sinalização suporte para placas.

Representações no ramo elétrico, hidráulico, telefonia informática e madeiras.

- CGC: 01.831.795/0001-42

Av. Ipiranga, 1615 - Pabx: (065) 623-9213 - Fax: (65) 321-0396 - Bairro Porto - Cep: 78030-500 - Cuiabá - M

Insc. Est.: 13.175.25

ATESTO que está de acordo com o

origi

Pontas e Legenda, 29/11/04

Pres. Comissão de Licitação

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 7 Fis. 776

P.M.P.L.-S.
Fl. 08
Rub. 7



São Benedito

Comércio Serviços e Representações Ltda.

**SÃO BENEDITO – COMÉRCIO SERVIÇOS
E REPRESENTAÇÕES LTDA.-ME**

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Cuiabá – Mato Grosso, 06 de Setembro de 2000

Gertrudes Pereira Ribeiro
GERTRUDES PEREIRA RIBEIRO

Sócia

CPF nº 908.681.451-49

RG nº 297.459 SSP-MT

Moacir Ribeiro
MOACIR RIBEIRO

Sócio

CPF nº 029.979.161-00

RG nº 242.848 SSP-MT

TESTEMUNHAS:

Marilson Correa da Silva
MARILSON CORREA DA SILVA

CPF nº 811.078.381-34

RG nº 985.107 SSP-MT

Paulo Roberto Ribeiro
PAULO ROBERTO RIBEIRO

CPF nº 486.808.001-63

RG nº 532.045 SSP-MT



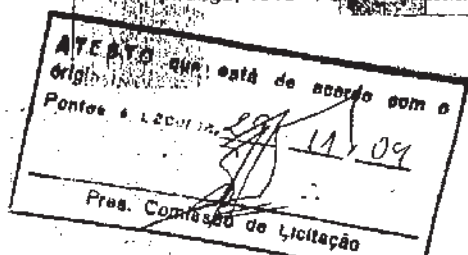
CPC: 01.831.795/0001-42

Av. Piranga, 1615 - Pa...

Insc. Est.: 00/033760-9

Insc. Est.: 13.175.25

78030-500 - Cuiabá - M...



[Handwritten signatures]

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. N°

Fls. 777

P.M.P.L.S.

Fls. 777

RUB. 777



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
SISTEMA NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

VIDE INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

PARA USO DO REGISTRO DE COMÉRCIO 1

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

QUALIFICAÇÃO DOS SÓCIOS, PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL E GERÊNCIA

ADERACILDO CORRÊA

21.10.1968

Nome do Sócio (por extenso)

Brasileira

Casado

Comerciante

366.137

SSP

Data de Nascimento

MT

Nacionalidade

325.752.701-20

Estado Civil

Profissão

Rua Julio Muller, 23 - Bairro Pascoal Ramo

CPF

Cuiabá-MT

Endereço Completo

78.098-0

N° de Cotas

14.000,00

14.000,00

CEP

Capital a Integralizar (R\$)

tura do contrato.

Capital Subscrito (R\$)

Em moeda corrente no País, no ato da assinatura

Capital Integralizado (R\$)

Forma e Prazo de Integralização

individualmente

Gerência e Uso do Nome Comercial

PAULO ROBERTO RIBEIRO

23.04.1970

Nome do Sócio (por extenso)

Brasileira

Casado

Comerciante

532.045

SSP

Data de Nascimento

MT

Nacionalidade

486.808.001-63

Estado Civil

Profissão

Rua Diogo Domingo Ferreira, 234 Apt. 103

CPF

Bairro Bandeirantes - Cuiabá-MT

Endereço Completo

78010-210

N° de Cotas

8.000,00

6.000,00

CEP

Capital a Integralizar (R\$)

tura do contrato.

Capital Subscrito (R\$)

Em moeda corrente no País, no ato da assinatura

Capital Integralizado (R\$)

Forma e Prazo de Integralização

individualmente

Gerência e Uso do Nome Comercial

Nome do Sócio (por extenso)

Data de Nascimento

Nacionalidade

Estado Civil

Profissão

Cl.

Órgão Exp.

UF

CPF

Endereço Completo

CEP

N° de Cotas

Capital Subscrito (R\$)

Capital Integralizado (R\$)

Capital a Integralizar (R\$)

Forma e Prazo de Integralização

Gerência e Uso do Nome Comercial

Nome do Sócio (por extenso)

Data de Nascimento

Nacionalidade

Estado Civil

Profissão

Cl.

Órgão Exp.

UF

CPF

Endereço Completo

CEP

N° de Cotas

Capital Subscrito (R\$)

Capital Integralizado (R\$)

Capital a Integralizar (R\$)

Forma e Prazo de Integralização

Formulário aprovado pelo INDI/NRC N° 22 de 5/10/1987
LIPART INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA - ARAPONGAS - PR - C.A.C. 11.436/0001-02

Atestamos que esta de acordo com o

origem

Ponto - 20

11.09

LIPART CO. 5/88

Pres. Comissão de Licitação

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº

Fls. 738

P.M.F.L. S.M.
Fl. 000
RubricaMINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
SISTEMA NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

PARA USO DO REGISTRO DE COMÉRCIO

2

CLÁUSULA 1ª – NOME COMERCIAL, SEDE E FORO

SÃO BENEDITO – COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA

Nome Comercial

Rua Antonio João, 100 sala 302 Bairro Centro – Cuiabá

Sede (Endereço Completo - Rua, Praça, Av., Bairro, N.º e complemento/Município)

MT

78.005-810

UF

CEP

CUIABÁ – MT

Foro (Município, UF)

CLÁUSULA 2ª – CAPITAL SOCIAL

20.000

1,00

20.000,00

N.º de Cotas

Valor Unitário/Cota (R\$)

Capital Integralizado (R\$)

20.000,00

Vinte mil reais

Capital a Integralizar (R\$)

Total do Capital (R\$)

Capital Total (por extensão)

20.000,00

---00---

Em Moeda

Em Bens Móveis (R\$)

Em Bens Imóveis (R\$)

Outros (R\$)

EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS, NO ATO DA ASSINATURA DO PRESENTE CONTRATO

Forma e Prazo da Integralização

CLÁUSULA 3ª – PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE E TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL

/ /



Indeterminado



Determinado até:

/ /

31 / 12 /

De cada ano

Início de Atividade

Término do Exercício Social

CLÁUSULA 4ª – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio nas obrigações assumidas pela sociedade está limitada ao total do capital social.

CLÁUSULA 5ª – OBJETO SOCIAL

A sociedade terá, como objetivo: Comércio de materiais elétricos de alta, média e baixa tensão, materiais hidráulicos, tubos, conexões, hidrantes, hidrômetros e materiais para saneamento em geral, ferramentas, ferragens, materiais para segurança de trabalho: Uniformes, luvas, botas, capacetes, protetores auditivo copos descartáveis, material para copa e cozinha, material de limpeza, componentes eletro-eletrônicos, materiais para rede de telefonia, instrumentos elétricos para laboratório, comércio de máquinas, peças e acessórios de: Escrever, somar, calcular, carteiras escolares, material escolar, comércio de máquinas e aparelhos de uso doméstico, comércio de aparelhos e equipamentos odonto-médico hospitalar, e laboratoriais, comércio de peças de automóveis, comércio de peças acessório, máquinas de equipamento de informática, comércio de materiais de aço, ferro, e alumínio para construção civil e residencial, comércio de materiais para prevenção de incêndio, comércio de alimentos: arroz, feijão, trigo, óleo, bolachas, frios, laticínios, macarrão, construção de obras civis, residenciais e comerciais, serviço e construção de redes elétricas de alta, média e baixa tensão, serviço e construção de redes de telefonia, serviço e construção de redes hidráulicas, serviço de limpeza e conservação de ambientes móveis e imóveis, serviço e conservação de ar condicionados, serviços de terraplanagem, beneficiamento e vendas de madeiras em geral.

Representações no ramo elétrico, hidráulico, telefonia, informática, e madeiras

Formulário aprovado pela IN/DNRC N.º 27 de 5/10/1987

ATESTO que está de acordo com o original.

Ponte a lac

14/09

Pres. Comissão de Licitação

Senado Federal/SGM/CEDP/MPL/S
Proc. N° Fls. 113 Rubrica



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
SISTEMA NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

PARA USO DO REGISTRO DE COMÉRCIO

3

CLÁUSULA 6ª – GERÊNCIA E USO DO NOME COMERCIAL

A gerência da sociedade e o uso do nome comercial serão exercidos pelo(s) sócio(s) indicado(s) na forma deste instrumento, vedado o uso do nome comercial em assuntos alheios aos interesses da sociedade.

CLÁUSULA 7ª – RETIRADA “PRO-LABORE”

Os sócios poderão, de comum acordo e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal pelo exercício da gerência, a título de “pro-labore”, respeitadas as limitações legais vigentes.

CLÁUSULA 8ª – LUCROS E/OU PREJUÍZOS

Os lucros e/ou prejuízos apurados em balanço a ser realizado após o término do exercício social serão repartidos entre os sócios, proporcionalmente às cotas de cada um no capital social, podendo os sócios, todavia, optarem pelo aumento de capital, utilizando os lucros, e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros.

CLÁUSULA 9ª – DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações sociais de qualquer natureza, inclusive para a exclusão de sócio, serão tomadas pelos sócios cotistas que detenham a maioria do capital social.

CLÁUSULA 10 – FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS

A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir filiais e outros estabelecimentos, no país ou fora dele, por ato de sua gerência ou por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA 11 – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

O falecimento, a interdição, a inabilitação e qualquer outra situação que implique em dissolução da sociedade permitirão ao(s) sócio(s) remanescente(s) admitir(em) novo(s) sócio(s) para a continuidade da empresa, na forma abaixo:

Em caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo aos sócios remanescentes efetuar o levantamento de um balanço especial para apurar a parte do pré morto, que será rateada entre seus herdeiros, que se tornarão quotista da sociedade em suas proposições.

ATESTO que está de acordo com o original.

Pontes e Lacerda 09/11/04

Pres. Comissão de Licitação

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 1 / Fis. 730

P.M.P.L.S.L.
Fº 262
R66



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
SISTEMA NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO

PARA USO DO REGISTRO DE COMÉRCIO

4

Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis. E, estando os sócios justos e contratados assinam este instrumento em 03 de março de 1997, 3 vias, de igual teor e para o mesmo efeito, na presença das testemunhas abaixo:

Cuiabá MT 03 de MARÇO de 1997

ASSINATURAS/NOMES DOS SÓCIOS

Ass:
Nome: ADERACILDO CORREA

Ass:
Nome: PAULO ROBERTO RIBEIRO

Ass: _____
Nome: _____

Ass: _____
Nome: _____

Agostinho Leão Botelho
Advogado
OAB/MT/9753

ESPAÇO RESERVADO AO REGISTRO DO COMÉRCIO PARA AUTENTICAÇÃO E CHANCELA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CENTRO DE REGISTRO EM 13/03/97
SOB O NÚMERO:
51200632801
Protocolo: 970065612
JOÃO BATISTA TROIAN
SECRETÁRIO GERAL

TESTEMUNHAS:

Ass:
Nome: ANESIO CRISTOFOMO BARBOSA
CPF 068 852 671-68
RG Nº 1171167-1-SSP-MT

Ass:
Nome: LISBERTO MIRANDA NEGRO
CPF 324 349 319-53
RG Nº 143 4495-SSP-PR

ATESTADO que está de acordo com o original
Período de validade 02 11 04
Pres. Comissão de Licitação

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 781

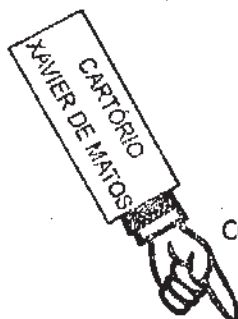
**FRONTAL Ind. Com. Móveis Hospitalares Ltda**

CNPJ: 01.140.694/0001-25

INS. ESTADUAL: 13.167.709-8

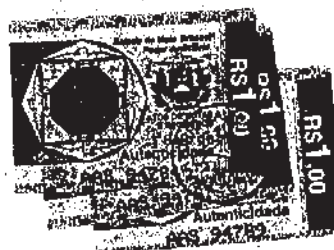
PROCURAÇÃO

A Empresa **FRONTAL IND COM MÓVEIS HOSP LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 01.140.694/0001-25 e Inscrição Estadual nº 13.167.709-8, situada à Av. R. 01 Lote 02 Qd. 01 – Jd Costa do Sol I, Cuiabá/MT, neste ato representada pelo Sr. **MARCOS AURÉLIO CARLINE**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 361.609.621-91, a quem confere poderes específicos para representá-la em todas as fases da Tomada de Preços 016/2004, no Município de Pontes e Lacerda, podendo para tanto assinar documentos, especialmente ata, manifestar-se em seu nome, de forma escrita ou verbal, interpor e desistir de recurso, em fim, praticar todo e qualquer ato inerente ao referido certame, a fim de dar bom e fiel cumprimento aos poderes deste mandato.



Cuiabá, 26 de Novembro de 2004

FRONTAL IND COM MÓVEIS HOSP LTDA
Ronildo Pereira de Medeiros



Cartório Xavier do Matos - Coxipó - Cuiabá - MT.
 Reconheço por verdadeira a firma: Ronildo Pereira de Medeiros
 Coxipó da Ponte 26 de 11 de 2004
 Em testemunho _____ da verdade

CNPJ: 01 140 694/0001-25
 Frontal Ind. e Com. de Móveis
 Hosp. Ltda - ME
 Rua 01 - Lote 02 - Qda. 01
 Bairro Costa do Sol I
 CEP: 78070-459

CUIABÁ

MT

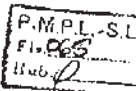
Rua 01 Lote 02 Quadra 01 - Jardim Costa do Sol 01 Cuiabá - MT

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº

Fls. 782

FRONTAL IND. E COM. DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA ME
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL



RONILDO PEREIRA DE MEDIROS, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Av. Haiti nº 489, Jardim das Américas, Cuiabá-MT inscrito no CPF/MF nº 793.046.561-68, Carteira de Identidade RG nº 1169249-9 SSP/MT, CINTIA CRISTINA MEDEIROS, Brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária residente e domiciliada na Av. Haiti nº 489, Jardim das Américas, Cuiabá-MT inscrito no CPF/MF nº 534.821.741-72 e Carteira de Identidade RG nº 1169245-60 SSP/MT, únicos sócios componentes da sociedade limitada denominada "FRONTAL IND. E COM. DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA ME", devidamente registrada na JUCEMAT sob o nº 51.200.602.839, em 20.03.1996, resolvem, consolidar o contrato social para que seja enquadrada nos novos ditames do Código Civil - Lei nº 10.406/2002:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO TIPO JURIDICO DE SOCIEDADE - A sociedade empresária será do tipo limitada, de acordo com o previsto no artigo 1.052 e ss. da Lei nº 10.406/2002 e demais legislações de regência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOME EMPRESARIAL - A sociedade girará sob denominação social de Frontal Ind. Com. De Móveis Hospitalares Ltda.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS FILIAIS - A sociedade poderá abrir filiais, depósitos e sucursais, em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA SEDE - A sociedade Empresária Limitada tem sua sede estabelecida na Rua 01, nº02 Jardim Costa do Sol, Cuiabá - MT.

CLÁUSULA QUINTA: DO OBJETO SOCIAL - O OBJETO SOCIAL - O objetivo da sociedade é: Indústria e Comércio de Móveis, equipamentos, Hospitalares, Odontológicos, ortopédicos, Instrumentais Cirúrgicos;

Comércio atacadista de Mercadorias em Geral, tais como: Inseticidas e Fungicidas para uso em campanha de saúde pública, agrícola e pecuária, Materiais e equipamentos odontomédico e hospitalares em geral, medicamentos em geral, produtos químicos farmacêuticos, veterinários e odontológicos, materiais didáticos e escolares em geral, papelaria e materiais para escritório em geral, móveis e equipamentos odontológicos, ortopédicos e hospitalares, instrumentação cirúrgica, produtos do gênero alimentício industrializados secos e molhados em geral, produtos hortifrutigranjeiros, bebidas em geral, produtos extrativos agropecuários, inclusive alimentos para animais, materiais de higiene, limpeza e conservação, fibras vegetais beneficiadas, fios têxteis, tecidos artefatos de tecidos, roupas, artigos e acessórios de vestuários em geral, artigos de armarinho inclusive uniformes de uso profissional, calçados, materiais de segurança do trabalho, móveis em geral artigos de colchoaria, tapeçaria e decorações, ferramentas produtos metalúrgicos e de vidros, madeiras folheadas, compensados, aglomerados, materiais de construções e de pinturas, materiais elétricos e eletrônicos, peças e acessórios, máquinas e equipamentos para escritório, computadores e periféricos, materiais e equipamentos de informática, peças e acessórios para veículos, bicicletas e motocicletas, borrachas, plásticos, espuma e seus artefatos, brinquedos e artigos desportivos em geral, máquinas e equipamentos mecânicos, elétricos, motores, transformadores e pastas, animais vivos para alimentação de peixe, carnes, aves e animais abatidos, combustíveis e lubrificantes inclusive de origem vegetal, materiais áudio visuais.

CLÁUSULA SEXTA: DO CAPITAL SOCIAL - O capital social é de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) divididos em 85.000 (oitenta e cinco mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (uma real) cada, totalmente subscritas e pagas, sendo subscrita da seguinte forma:

AUTENTICAÇÃO

A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE

COM ORIGINAL APRESENTADO

C. da Ponte 26 de 11 de 20 04

Registrador

Senado Federal/SGM/CEUR

Proc. Nº

Fls. 783

C.M.P.L.-S.L.
Fl. 066
Rub. 0

Nome dos sócios	Qtde Quotas	Vr. Unit.	Vr. Total
Ronildo Pereira de Medeiros	59.500	1,00	59.500,00
Cíntia Cristina Medeiros	25.500	1,00	25.500,00
Capital social total	85.000	1,00	85.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento dos sócios, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas e, solidariamente, pela integralização do capital social de acordo com o artigo 1.052 da Lei nº 10.406/2002, que aprova o Código Civil, não respondendo subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o artigo 1.054 combinado com o artigo 997, VIII, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA NONA: PRAZO DE APURAÇÃO DA SOCIEDADE - A duração da sociedade empresarial limitada será por tempo indeterminado, extinguindo-se por vontade unânime dos sócios ou nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A administração da sociedade caberá em conjunto ou separadamente aos sócios **Ronildo Pereira de Medeiros e Cíntia Cristina Medeiros**, que terão os seguintes poderes, além de outros inerentes ao bom êxito do desenvolvimento das atividades empresariais: assinatura de títulos de crédito, cheques, contratos em geral e todo e qualquer documento de interesse da sociedade; representação ativa e passiva, extrajudicial ou judicial, podendo constituir procurador ou mandatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DOS SOCIOS - Os sócios declaram, sob as penas da lei, expressamente que não acham impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RETIRADA DE UM DOS SÓCIOS - O sócio que desejar retirar-se da Sociedade deverá comunicar aos outros, por intermédio de carta registrada, com antecedência de 30 (trinta) dias, comunicando sua intenção de não continuar na sociedade, para que possa ser exercido o direito de preferência, indicando o preço e as condições de oferta, para que manifeste ou não o seu interesse.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FALECIMENTO DE UM DOS SÓCIOS - No caso de falecimento de qualquer dos sócios a sociedade não será extinta, levantando-se um balanço especial nessa data, e se convier aos herdeiros do de-cujus, será lavrado novo contrato com a inclusão destes com os seus direitos legais ou, então, os herdeiros receberão seus haveres, apurados até o balanço especial, em 12 (doze) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o levantamento do balanço especial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INTERDICAÇÃO DE UM DOS SÓCIOS - No caso de declaração judicial de incapacidade de qualquer dos sócios, caso em que os prazos estipulados serão contados a partir da data do trânsito em julgado da sentença declaratória de incapacidade, os sócios remanescentes farão o levantamento de um balanço especial, e com base neste o sócio retirante receberá seus direitos e cumprirá suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA DISSOLUÇÃO - A dissolução da sociedade dar-se-á por deliberação dos sócios, por maioria absoluta ou nos casos previstos em lei, hipótese em que a partilha do saldo, que na liquidação da sociedade, será feita entre os sócios na exata proporção de suas respectivas participações no capital social.

CARLOS ROBERTO MACHADO
 Bel. Antônio
 Prudente
 Aracy Euzene
 Eliza de Fátima
 Evandro Ap. Mafios
 Ezequiel de Almeida
 Dielma de C. Costa
 Font. 66-328-1. Cuatrecasas

AUTENTICAÇÃO
 APRESENTE FOTOCOPIA CONFERE

COM ORIGINAL APRESENTADO

C. da Ponta 26 de 11 de 20 04

Registrador

Proc. Nº

Fls. 784

P.M.P.L.-S.L.

Fls. 07

Rub.

Parágrafo Primeiro: O liquidante, sócio ou estranho, será eleito pelos votos de no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, os quais lhe fixarão a forma e o prazo da liquidação, bem como lhe arbitrarão uma comissão dentro dos limites previstos na legislação de regência.

Parágrafo Segundo: A sociedade não se dissolverá pela morte, retirada ou incapacidade judicial declarada de qualquer um dos sócios, podendo o sócio remanescente admitir o ingresso de novo sócio mediante alteração contratual, dando continuidade à sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO ECERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL - A data de encerramento do exercício social será 31 de dezembro de cada ano, o resultado, lucros ou prejuízos serão repartidos entre os sócios, proporcionalmente as quotas de cada um.

Parágrafo único: A critério dos sócios e no atendimento dos interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderá ser destinado à formação de Reserva de Lucros, ou então, permanecer em Lucros Acumulados para futura destinação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresse consentimento da sociedade, cabendo em igualdade de preços e condições, o direito de preferência aos sócios remanescentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: No caso de prejuízo, os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: No Término de cada exercício social o sócio administrador deverá elaborar inventário, balanço patrimonial e balanço do resultado econômico, sendo que as contas devem ser apreciadas e julgadas até o dia 30 de abril de cada ano.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES - Os sócios administradores terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, a ser fixada anualmente por consenso unânime, dentro dos limites estabelecidos na legislação do imposto de renda e do acordo societário, que fará parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DAS REUNIÕES - As deliberações relativas à aprovação das contas do administrador; modificação do contrato social; incorporação, fusão e dissolução da sociedade, cessação do estado de liquidação; nomeação e destituição dos liquidantes, e o julgamento de suas quotas; pedido de concordata; distribuição de lucros e outros assuntos relevantes para a sociedade; serão definidas em reuniões dos sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: As reuniões serão presididas e secretariadas pelos sócios presentes, que lavrarão uma Ata da Reunião levada posteriormente ao registro em órgão competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: A reunião dos sócios instala-se, em primeira convocação, de titulares de no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: As decisões serão tomadas pela maioria dos detentores do capital social, salvo no caso de mudança do contrato social e incorporações, fusões e dissolução, dos liquidantes, e o julgamento de suas quotas, as quais deverão ser aprovadas pelos titulares de no mínimo $\frac{3}{4}$ do capital social e havendo empate, será pela maioria dos sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: As reuniões serão convocadas por

AUTENTICAÇÃO

A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE

COM ORIGINAL APRESENTADO

C. da Ponte 26 de 11 de 20 04

Registrador

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: A convocação para as reuniões de sócios se dará pela seguinte forma, sendo a execução de uma excluinte da outra: carta com aviso de recebimento; fac-símile, com a confirmação de recebimento pelo sócio, por escrito; ou e-mail, com confirmação de recebimento, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio, conforme permite o § 6º, do artigo 1.072, da Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: As formalidades especiais para convocação das assembleias são dispensáveis, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, cientes do local, data e ordem do dia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: É dispensável a reunião dos sócios, quando estes decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria seu objeto, nos termos do § 3º, do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: A reunião dos sócios ocorrerá nos termos previstos em lei, ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social, de acordo com o artigo 1.078 da Lei 10.406/02, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: Nas reuniões, o sócio poderá ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: DAS PUBLICAÇÕES EM JORNAIS – A redução do capital social, dissolução, fusão, cisão e incorporação da sociedade serão publicadas em jornal de grande circulação, conforme previsto na Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PELOS SÓCIOS – Os sócios não poderão exercer atividades empresariais que prejudiquem os objetivos da sociedade, sob pena de sujeitarem-se à retirada e também pagar multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre a média dos valores percebidos como sócio nos últimos três exercícios.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS – Nos casos omissos serão aplicadas, supletivamente, as normas da Sociedade Simples, conforme previsto no artigo 1.053 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: DO FORO – As partes elegem o foro de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para dirimir controvérsias inerentes a este contrato.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam a cumpri-lo, assinando-o na presença de duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, com a primeira via destinada ao Registro na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

CARTOIXAVIER DE MATOS
Escritor
Anacy Bueno de Almeida
Escritor
Evaniel de Almeida Santos
Escritor
Oswaldo de Almeida Santos
Escritor
Fone: 661.3553 - Cuiabá, MT.

AUTENTICAÇÃO

A PRESENTE FOTOCÓPIA CONFERE

COM ORIGINAL APRESENTADO

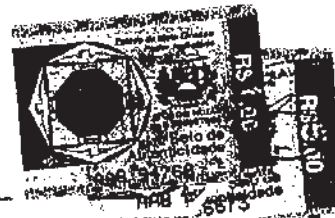
C. da P. 26 de 11 de 20 04

Registrador

Cuiabá-MT, 16 de Junho de 2004

RONILDO PEREIRA DE MEDEIROS

CINTIA CRISTINA MEDEIROS



Jorge Botega
Advogado OAB/MT 6012

Testemunhas:

Eliziane Bonifácio
RG: 1438387 - 7 SSP/MT.
CPF: 984.662.241 - 49

Gláucia Maria Botelho Silva
RE 278864 SSP/MT
CPF 230.052.461 - 91

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Página 1 de 1

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 786



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.140.694/0001-25	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 27/03/1996
NOME EMPRESARIAL FRONTAL IND E COM DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FRONTAL INDUSTRIA E COMERCIO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 51.91-8-01 - Comércio atacadista de mercadorias em geral sem predominância de artigos para uso na agropecuária			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO RUA 01	NÚMERO 02	COMPLEMENTO QD 01	
CEP 78.070-459	BAIRRO/DISTRITO JDCOSTA DO SOL I	MUNICÍPIO CUIABA	UF MT
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/09/2004	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia 23/11/2004 às 15:35:35 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

SINTEGRA - Tela com Resultado de Consulta Pública a Cadastro

Página 1 de 1

	SINTEGRA/ICMS Consulta Pública ao Cadastro do Estado de Mato Grosso	

Cadastro atualizado até: Terça-feira, 23 de Novembro de 2004

IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	01.140.694/0001-25	Inscrição Estadual:	131677098
Razão Social:	FRONTAL IND COM MOVEIS HOSPITALARES LTDA		

ENDEREÇO

Logradouro:	RUA 01		
Número:	02	Complemento:	QDRA 01
Bairro:	J COSTA DOS SOL I		
Município:	CUIABA	UF:	MT
CEP:	78000-000	Telefone:	065634404

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

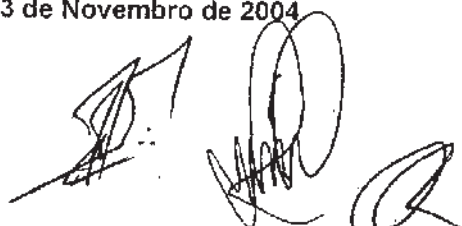
Atividade Econômica - CNAE Fiscal:	5169-1/02 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTO-MEDICO-HOSPITALARES E LABORATORIAIS; SUAS PEÇAS E ACESSÓRIOS
C.A.E.:	4.10.08
Situação Cadastral Vigente:	Habilitado
Data desta Situação Cadastral:	Terça-feira, 1 de Junho de 2004

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo contribuinte, estando sujeitos a posterior confirmação pelo Fisco. **Para maiores informações entre em contato com a Gerência de Cadastro pelo telefone (0xx65) 617-2471.**

Data da Consulta: Terça-feira, 23 de Novembro de 2004
Número da Consulta: 3061739

[Voltar para seleção de contribuinte](#)

[Acessar cadastro de outro Estado](#)



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ / _____ Fls. 787

SMADES SMADES SMADES SMADES SMADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

CUIABÁ
Construindo um Novo Futuro

Formulário
2004

C. M.
76243

ALVARÁ

DE LOCALIZAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO

00618

Contribuinte
FRONTAL IND. E COM DE MOVEIS HOSPITALARE

Denominação Comercial
FRONTAL INDUSTRIA E COMÉRCIO

Atividade Principal
Comércio atacadista de máquinas, aparelh

Atividade Acessória

Localização
RUA - 1, 2 - JARDIM CALIFORNIA

Início Atividade
14/12/2001

Publicidade
Simples M² 0,00 Lumiposo, M² 0,00 Isento M² 0,00 Hor. Especial NÃO

Inscr. Estadual
0

CNPJ
X 01.140.694/0001-25

Inscr. Junta Comercial
5120060839

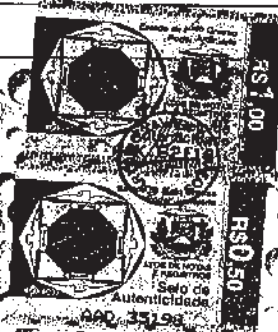
Área Utilizada / M²
525,00

Inscr. Cad. Imobiliário
012350060262001

Data Expedição
22/1/2004

Uso Solo

Ressalva



CARTÃO XAVIER DE MATOS
Bel. Antônio Xavier de Matos
Aracy Burelo de Almeida
Eliana de Almeida
Evanilde Ad. Matos Santos
Escritório Juvenildes
Dietrich do Hospital da Gente
Fone 5513328 - Cuiabá - MT

AUTENTICAÇÃO

A PRESENTE FOTOCÓPIA CONFERE

COM ORIGINAL APRESENTADO

C. de Ponto 15 de 10 de 20 04

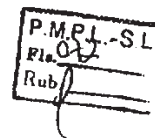
[Assinatura]
Registrador

SMADES MANTER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL SMADES

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. N° 1 Fis. 778

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ / _____ Fls. 789



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01140694/0001-25
Razão Social: FRONTAL IND. E COM. DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA ME
Endereço: RUA 01 QDA 01 02 / JD COSTA DO SOL I / CUIABA / MT / 78070-459

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/11/2004 a 07/12/2004

Certificação Número: 2004110816044976585002

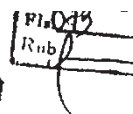
Informação obtida em 17/11/2004, às 10:56.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

FRONTAL Ind. Com. Móveis Hospitalares Ltda

CNPJ: 01.140.694/0001-25

INS. ESTADUAL: 13.167.709-8



Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda – MT
A / C Comissão Permanente de Licitação

ATESTADO

A Empresa FRONTAL IND E COM MOV HOSPITALARES LTDA , Inscrita no CNPJ NR .01.140.694/0001-25 e Inscrição Estadual nr 13.167.709-8, situada à Av. R. 01 Lote 02 Qd. 01 – Jd Costa do Sol I , Cuiabá/MT, declara para todos e devidos fins, que recebeu todos os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações, objeto da Licitação nr 0016/2004.

Cuiabá, 26 de Novembro de 2004

FRONTAL IND COM MÓVEIS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 01.140.694/0001-25

CNPJ: 01 140 694/0001-25
Frontal Ind. e Com. de Móveis
Hosp. Ltda - ME
Rua 01 - Lote 02 - Qda. 01
Bairro Costa do Sol I
CEP. 78070-459

CUIABÁ

MT

Rua 01 Lote 02 Quadra 01 – Jardim Costa do Sol 01 Cuiabá – MT



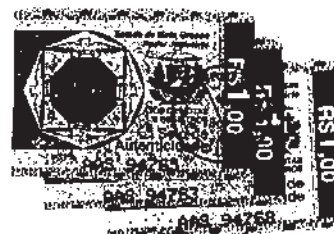
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT
Comissão Permanente de Licitação

Tomada de Preços nr 016/2004
Abertura dia 29 /11 / 2004 às 09:00 Hrs

ENVELOPE NR 01- DOCUMENTOS P/ HABILITAÇÃO



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ Fls. 332



A
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

REF: LICITAÇÃO NA TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2004

Prezados Senhores

Pelo presente documento, outorgo o Sr Kleyton Hernando Souza da Silva, Residente e Domiciliado sito à Rua 38 Casa 04 Santa Cruz II, Cuiabá/MT, portador da carteira de identidade nº 1438585-6 SSP/MT, expedida pelo (a) SSP/RJ ISP, inscrito no CIC sob o nº 955.835.301-97, poderes para representar esta Empresa, ~~PLANAM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO~~, Inscrita no CNPJ NR 37.517.158/0001-43 e Inscrição Estadual nr 13.216.878-022, situada à R. Alves Noqueira, 44 – Bairro Vista Alegre, Cuiabá/MT, na licitação referida em epígrafe, podendo praticar todos os atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel desempenho desta outorgada, inclusive, decidir participar ou desistir do certame, oferecer lances verbais de preço, prestar esclarecimentos, receber notificações, interpor recurso ou desistir de interpô-los.

Atenciosamente,



Julia Maria Truison

Cartório Xavier de Matos - Coxipó - Cuiabá - MT.
Reconheço por verdadeira a firma: *Julia Maria Truison*
Federa
Coxipó da Ponte *11* de 20 *04*
Em testemunho *da verdade*
América

CNPJ: 37.517.158/0001-43
Planam Comércio e Representação
Ltda.

Rua Alves Noqueira, Nº. 44
Bairro Vista Alegre
CEP 78085-200

CUIABÁ

MT

PLANAM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

DARCI JOSÉ VEDOIN, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de S. Martins-RS, nascido em 16.10.1945, portador da Cédula de Identidade RG nº 327.496 SSP/MT, e do CPF/MF sob nº 091.757.251-34, residente e domiciliado nesta Capital sito na Rua Marechal Deodoro, 1055, apto 701, ed. New York, Bairro Centro, LUIZ ANTONIO VEDOIN, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Santa Maria-SP, nascido em 15.02.1975, portador da Cédula de Identidade RG nº 888.924 SSP/MT, e do CPF/MF sob nº 594.563.531-68, residente e domiciliado nesta Capital sito na Av. Bosque da Saúde, 250, apto 701, Ed. Solar Rivera, Bairro Bosque da Saúde, CLÉIA MARIA TREVISAN VEDOIN, brasileira, casada pelo regime comunhão parcial de bens, empresária, natural de Santa Maria - RS, nascida em 26.01.1948, portadora da cédula de Identidade RG nº 195.574 SSP/MT, e do CPF/MF sob nº 207.425.761-91, residente e domiciliada nesta Capital sito na Rua Marechal Deodoro, 1055, apto 701, ed. New York, Bairro Centro, ALESSANDRA TREVISAN VEDOIN, brasileira, casada pelo regime de comunhão Parcial de bens, empresária, natural de Santa Maria - RS, nascida em 10.05.1970, portadora da Cédula de Identidade RG nº 765.347 SSP/MT, e do CPF/MF sob nº 531.391.191-00, residente e domiciliada nesta Capital sito na Av. Bosque da Saúde, 355, apto 702, Bairro Bosque da Saúde, únicos sócios componentes da sociedade limitada denominada "PLANAM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA", devidamente registrada na JUCEMAT sob o nº 51.204.480.687, em 12.02.1993, resolvem, alterar e consolidar o contrato social para se enquadrar nos novos ditames do Código Civil - Lei nº 10.406/2002:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO TIPO JURIDICO DE SOCIEDADE - A sociedade empresária será do tipo limitada, de acordo com o previsto no artigo 1.052 e ss. da Lei nº 10.406/2002 e demais legislações de regência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOME EMPRESARIAL - A sociedade girará sob denominação social de PLANAM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS FILIAIS - A sociedade poderá abrir filiais, depósitos e sucursais, em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA SEDE - A sociedade Empresária Limitada tem sua sede estabelecida na Rua Alves Nogueira, 44, Bairro Vista Alegre Cuiabá - MT.

CLÁUSULA QUINTA: DO OBJETO SOCIAL - O OBJETO SOCIAL - Comércio, distribuição e representação de medicamentos, materiais e equipamentos médicos, hospitalar e odontológico, unidades de saúde e veículos automotores, ônibus, microônibus, máquinas e implementos agrícolas, artigos de livreria e papeleria, gêneros alimentícios, comércio de móveis hospitalares.

CLÁUSULA SEXTA: DO CAPITAL SOCIAL - O CAPITAL SOCIAL será de R\$ 1.300.000,00 (trezentos e trinta mil reais).

AUTENTICAÇÃO
 Cuiabá, 26 de 11 de 2004
 Aracy E. de Almeida
 Eliza da Fátima de Souza
 Elaine Ap. W. de Souza
 Eustáquio de Souza
 Osmar de Souza
 Fone: 351.3012 Cuiabá - MT

AUTENTICAÇÃO
 O presente documento foi autenticado em 26 de 11 de 2004, com o original apresentado.

COM ORIGINAL APRESENTADO

C. da Fonte 26 de 11 de 2004

Registrador

(trezentas mil) quotas no valor de R\$ 3,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, sendo subscrita da seguinte forma:

Nome dos sócios	Qtde Quotas	Vr. Unit.	Vr. Total
DARCI JOSÉ VEDDOIN	75.000	1,00	75.000,00
LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDDOIN	75.000	1,00	75.000,00
CLÉIA MARIA TREVISAN VEDDOIN	75.000	1,00	75.000,00
ALESSANDRA TREVISAN VEDDOIN	75.000	1,00	75.000,00
Capital social total	300.000	1,00	300.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento dos sócios, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas e, solidariamente, pela integralização do capital social de acordo com o artigo 1.052 da Lei nº 10.406/2002, que aprova o Código Civil, não respondendo subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o artigo 1.054 combinado com o artigo 997, VIII, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA NONA: PRAZO DE APURAÇÃO DA SOCIEDADE - A duração da sociedade empresaria limitada será por tempo indeterminado, extinguindo-se por vontade unânime dos sócios ou nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ADMINISTRAÇÃO - Os negócios serão geridos pelos sócios DARCI JOSÉ VEDDOIN, LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDDOIN, CLÉIA MARIA TREVISAN VEDDOIN, ALESSANDRA TREVISAN VEDDOIN, podendo o mesmo usar a sociedade para todos os fins que concorram para o êxito de seus objetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A administração da sociedade caberá aos sócios DARCI JOSÉ VEDDOIN, LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDDOIN, CLÉIA MARIA TREVISAN VEDDOIN, ALESSANDRA TREVISAN VEDDOIN, que terá os seguintes poderes, além de outros inerentes ao bom êxito do desenvolvimento das atividades empresariais: assinatura de títulos de crédito, cheques, contratos em geral e todo e qualquer documento de interesse da sociedade; representação ativa e passiva, extrajudicial ou judicial, podendo constituir procurador ou mandatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DOS SOCIOS - Os sócios declaram, sob as penas da lei, expressamente que não acham impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incurso no prazo de de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RETIRADA
deserem retirar-se da Sociedade
A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE

CARTÓRIO XAVIER DE MATOS
Bel. Antônio Xavier de Matos
Repatriador
Eliza da Fátima Sampaio
Eunice An. Mello Santos
Eunice dos Santos
Distrito de Caxias - Curitiba - PR
Fone: 501.3225 - Curitiba - PR

AUTENTICAÇÃO

dos sócios e do sócio que
constituiu a sociedade, por

COM ORIGINAL APRESENTADO

C. da Pontal 26 de 11 de 20 04

Registrador

intermédio de carta registrada, com antecedência de 30 (trinta) dias, comunicando sua intenção de não continuar na sociedade, para que possa ser exercido o direito de preferência, indicando o preço e as condições de oferta, para que manifeste ou não o seu interesse.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FALECIMENTO DE UM DOS SÓCIOS - No caso de falecimento de qualquer dos sócios a sociedade não será extinta, levantando-se um balanço especial nessa data, e se convier aos herdeiros do de-cujus, será lavrado novo contrato com a inclusão destes com os seus direitos legais ou, então, os herdeiros receberão seus haveres, apurados até o balanço especial, em 12 (doze) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o levantamento do balanço especial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INTERDICAÇÃO DE UM DOS SÓCIOS - No caso de declaração judicial de incapacidade de qualquer dos sócios, caso em que os prazos estipulados serão contados a partir da data do trânsito em julgamento da sentença declaratória de incapacidade, os sócios remanescentes farão o levantamento de um balanço especial, e com base neste o sócio retirante receberá seus direitos e cumprirá suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA DISSOLUÇÃO - A dissolução da sociedade dar-se-á por deliberação dos sócios, por maioria absoluta ou nos casos previstos em lei, hipótese em que a partilha do saldo, que na liquidação seja porventura apuração, será feita entre os sócios na exata proporção de suas respectivas participações no capital social.

Parágrafo Primeiro: O liquidante, sócio ou estranho, será eleito pelos votos de no mínimo 3 (três quartos) dos sócios, bem como lhe quais lhe fixarão a forma e o prazo da liquidação, na legislação de regência, bem como lhe arbitrará uma comissão dentro dos limites de regência.

Parágrafo Segundo: A sociedade não se dissolverá pela morte, retirada ou incapacidade judicial declarada de qualquer dos sócios, podendo o sócio remanescente admitir o ingresso de novo sócio mediante alteração contratual, dando continuidade à sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL - A data de encerramento do exercício social será 31 de dezembro de cada ano; o resultado, lucros ou prejuízos serão repartidos entre os sócios, proporcionalmente as quotas de cada um.

Parágrafo Único: A critério dos sócios e no atendimento dos interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderá ser destinado à formação de Reserva de Lucros, ou então, permanecer em Lucros Acumulados para futura destinação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento dos sócios.

COM A ORIGINAL APRESENTADO.



consentimento da sociedade, cabendo em igualdade de preços e condições, o direito de preferência aos sócios remanescentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: No caso de prejuízo, os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: No Término de cada exercício social o sócio administrador deverá elaborar inventário, balanço patrimonial e balanço do resultado econômico, sendo que as contas devem ser apreciadas e julgadas até o dia 30 de abril de cada ano.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES – Os sócios administradores terão direito a uma retirada mensal a título de *pró-labore*, a ser fixada anualmente por consenso unânime, dentro dos limites estabelecidos na legislação do imposto de renda e do acordo societário, que fará parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS REUNIÕES – As deliberações relativas à aprovação das contas do administrador; modificação do contrato social; incorporação, fusão e dissolução da sociedade, cessação do estado de liquidação; nomeação e destituição dos liquidantes, e o julgamento de suas quotas; pedido de concordata; distribuição de lucros e outros assuntos relevantes para a sociedade; serão definidas em reuniões dos sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: As reuniões serão presididas e secretariadas pelos sócios presentes, que lavrarão uma Ata da Reunião levada posteriormente ao registro em órgão competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: A reunião dos sócios instala-se em primeira convocação, de titulares de no mínimo ¼ (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número de sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: As decisões serão tomadas pela maioria dos detentores do capital social, salvo no caso de mudança do contrato social e incorporações, fusões e dissolução, dos liquidantes, e o julgamento de suas contas, as quais deverão ser aprovadas pelos titulares de no mínimo ¾ do capital social e, havendo empate, será pela maioria dos sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: As reuniões serão convocadas pelo administrador, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: A convocação para as reuniões dos sócios será dada pela seguinte forma, sendo a execução de uma excludente da outra: carta com aviso de recebimento; fac-símile, com a confirmação de recebimento pelo sócio, por escrito; ou e-mail, com confirmação de recebimento, dispensando-se as formalidades da publicação de anúncio, conforme permite o § 6º, do art. 1.072, do CC/04.

A PRESENTE FOTOCÓPIA CONFERE

AUTENTICAÇÃO
CARTÓRIO XAVIER DE MATOS
Bel. Antônio Xavier de Matos
Registrador
Aracy Ruano de Almeida
Eliza de Fátima Santos
Evanilde Ap. Mattos Santos
Escriturantes Arcemanteg
Distrino do Couto da Ponte
Fone: 041-3528 - Curitiba - MT

A PRESENTE FOTOCÓPIA CONFERE
COM ORIGINAL APRESENTADO

C. da Ponte 26 de 11 de 20 04

Registrador

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: As formalidades especiais para convocação das assembleias são dispensáveis, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, cientes do local, data e ordem do dia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: É dispensável a reunião dos sócios, quando estes decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria seu objeto, nos termos do § 3º, do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: A reunião dos sócios ocorrerá nos termos previstos em lei, ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social, de acordo com o artigo 1.078 da Lei 10.406/02, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: Nas reuniões, o sócio poderá ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS PUBLICAÇÕES EM JORNAIS - A redução do capital social, dissolução, fusão, cisão e incorporação da sociedade serão publicadas em jornal de grande circulação, conforme previsto na Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PELOS SÓCIOS - Os sócios não poderão exercer atividades empresariais que prejudiquem os objetivos da sociedade, sob pena de sujeitarem-se à retirada e também pagar multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre a média dos valores percebidos como sócio nos últimos três exercícios.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS - Nos casos omissos serão aplicadas, supletivamente, as normas da Sociedade Simples, conforme previsto no artigo 1.053 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: DO FORO - As partes elegem o foro de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para dirimir as controvérsias inerentes a este contrato.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam a cumpri-lo, assinando-o na presença de duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, com a primeira via destinada ao Registro na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

CARTÃO XAVIER DE MATOS
Bel. Antônio Xavier de Matos
Registador
Aracy Bueno de Almeida
Eliza de Fátima Santos
Escriturantes
Endereço: Rua da Constituição, 100
Cuiabá - MT, CEP: 13.038-000
Fone: 651-3328

AUTENTICAÇÃO
A PRESENTE FOTOCÓPIA CONFERE
COM A ORIGINAL APRESENTADO
C. da Ponto 3 de 05 de 2004

Registador

AUTENTICAÇÃO

A PRESENTE FOTOCÓPIA CONFERE

COM A ORIGINAL APRESENTADO

C. da Ponto 3 de 05 de 2004

AUTENTICAÇÃO

A PRESENTE FOTOCÓPIA CONFERE

COM ORIGINAL APRESENTADO

C. da Ponto 26 de 11 de 2004

Registador

cuiabá-MT, 07 de janeiro de 2.004

DARCI JOSE VEDOIN

LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDOIN

CLEIA MARIA TREVISAN VEDOIN

ALESSANDRA TREVISAN VEDOIN

Testemunhas:

Miguel Alexandre Almeida
CPF: 958.311.421-91
RG: 13789554 SSP/MT

Luis Bernardino de Souza Neto
CPF: 718.319.081-15
RG: 12818865 SSP/MT

AUTENTICAÇÃO

A PRESENTE FOTOCÓPIA CONFERE

COM ORIGINAL APRESENTADO

C. da Penha 26 de 11 de 20 04

Registered

AUTENTICAÇÃO

A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE

COM A ORIGINAL APRESENTADO

P. da Ponte 2 de 02/06/2021

Registered

Д.С.А.О.

CONFERENCE

ORIGINAL APRESENTADO

18.05 de 2010

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

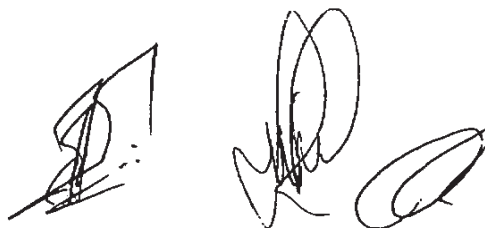
Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 37.517.158/0001-43	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 12/02/1993
NOME EMPRESARIAL PLANAM COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PLANAM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 50.10-5-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO RUA ALVES NOGUEIRA		NÚMERO 44	COMPLEMENTO
CEP 78.085-200	BARRO/DISTRITO VISTA ALEGRE	MUNICÍPIO CUIABA	UF MT
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/10/2003	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia **01/04/2004** às **18:30:38** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)



	SINTEGRA/ICMS Consulta Pública ao Cadastro do Estado de Mato Grosso	

Cadastro atualizado até: Sexta-feira, 8 de Outubro de 2004

IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	37.517.158/0001-43	Inscrição Estadual:	132168782
Razão Social:	PLANAM COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA		

ENDEREÇO

Logradouro:	RUA ALVES NOGUEIRA		
Número:	44	Complemento:	
Bairro:	VISTA ALEGRE		
Município:	CUIABA	UF:	MT
CEP:	78000-000	Telefone:	(65)6612200

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica - CNAE Fiscal:	5010-5/02 - COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMINHONETAS E UTILITARIOS NOVOS
C.A.E.:	5.08.01
Situação Cadastral Vigente:	Habilitado
Data desta Situação Cadastral:	Quarta-feira, 22 de Setembro de 2004

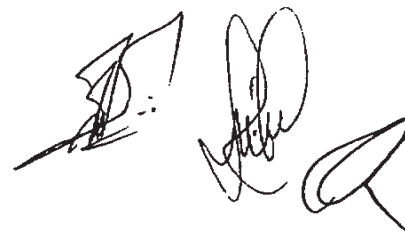
OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo contribuinte, estando sujeitos a posterior confirmação pelo Fisco. **Para maiores informações entre em contato com a Gerência de Cadastro pelo telefone (0xx65) 617-2471.**

Data da Consulta: Sexta-feira, 8 de Outubro de 2004
Número da Consulta: 2704013

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ / _____ Fls. 800

Voltar para seleção de contribuinte

Acessar cadastro de outro Estado



SMADES

SMADES

SMADES

SMADES

SMADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

CUIABÁ
Construído em Novo Tempo

Formulário
2004

C. M.
48748

ALVARÁ

DE LOCALIZAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO

03084

Contribuinte
PLANAM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

Denominação Comercial

Atividade Principal
Comércio a varejo de automóveis, camione

Atividade Acessória

Localização
RUA - ALVES NOGUEIRA, 44 - VISTA ALEGRE

Início Atividade
3/1/1994

Publicidade		Hor. Especial	
Simplex	M² 3,00	Luminoso	M² 0,00
Isento	M² 0,00	NÃO	

Inscr. Estadual
0

CNPJ
X 37.517.158/0001-43

CPF

Inscr. Junta Comercial
051200480687

Área Utilizada / M²
140,00

Inscr. Cad. Imobiliário
041000000000000

Data Expedição
3/2/2004

Uso Solo

Ressalva



CARTORIO XAVIER DE MATOS
Bel. Antônio Xavier de Matos
Registrador
Aty. Bruno de Almeida
Eliza de Fátima Sábio
Evânio de Aguiar Sábio
Escritório de Registro de Imóveis
Cidade de Cuiabá - Mato Grosso do Sul

AUTENTICAÇÃO

A PRESENTE FOTOCÓPIA CONFERE

COM ORIGINAL APRESENTADO

C. da Porto 26 de 11 de 20 04

Registrador

SMADES

MANTER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL

SMADES

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº / Fls. 801

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 37517158/0001-43
Razão Social: PLANAM - COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
Nome Fantasia: PLANAM
Endereço: RUA AÇVES NOGUEIRA 44 / CENTRO / CUIABA / MT / 78015-360

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/11/2004 a 10/12/2004

Certificação Número: 2004111116064765091303

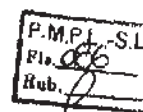
Informação obtida em 23/11/2004, às 16:33.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

Three handwritten signatures in black ink, arranged horizontally. The first signature is on the left, the second in the middle, and the third on the right.



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ Fls. 803



DECLARAÇÃO

A Empresa **PLANAM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ NR 37.517.158/0001-43 e Inscrição Estadual nr 13.216.878-022, situada à R. Alves Noqueira, 44 – Bairro Vista Alegre, Cuiabá/MT, para fins de participação na Tomada de Preços nr 016/2004, **DECLARA**, sob as penas da Lei, aceitar todas as condições constantes no Edital da Tomada de Preços supra citada e que tem conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações da presente licitação.

E por ser verdade, firmamos a presente.

Cuiabá, 25 de Novembro de 2004

Paulo Marcos Lourenço *Sede*
[CNPJ: 37 517 158/0001-43]
Planam Comércio e Representação
[CUIABÁ] [CEI: 76080-022] [MT]



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA



**ATA DE ABERTURA DA TOMADA
DE PREÇOS N.º 016/2004**

Ao vigésimo nono dia do mês de novembro de dois mil e quatro, às 9:00 h., na Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, se acham presentes, o Sr. Ivanildo Amaral de Queiroz, Maria Aparecida Moreira, Alexandre Rocha, funcionando o primeiro como Presidente, a segunda como secretária e o terceiro como membro permanente de Licitação, nomeados através da Portaria n.º 003/2004, datada de 01 de julho de 2004, com a finalidade de proceder à abertura e o julgamento da Tomada de Preços n.º 016/2004, que tem por objetivo selecionar melhor proposta para o, cujas normas e especificações técnicas são as constantes no anexo que integra o presente Edital, nos termos publicados resumidamente no Diário Oficial do Estado, no dia 09/11/2004 (nove de novembro de dois e quatro) e Jornal Folha do Estado no dia 10/11/2004 (dez de novembro de dois e quatro) e Diário Oficial da União no dia 10/11/2004 (dez de novembro de dois mil e quatro) e afixado na Portaria da Prefeitura com prazo de 15 (quinze) dias. Na hora aprazada, o senhor Presidente declarou encerrada a fase de recebimento de propostas, dando início aos trabalhos da presente sessão, tendo comparecido as seguintes Proponentes: 01- A EMPRESA SÃO BENEDITO COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.831.795/0001-42, Inscrição Estadual n. 13.175.252-9, estabelecida a Av. Ipiranga, 1615, bairro Porto, em Cuiabá/MT, representada pelo seu procurador o Senhor EDSON ALEXANDRE DA SILVA, brasileiro, solteiro, administrador, residente e domiciliado a Av. Mato Grosso, n. 1026, bairro centro, em Pontes e Lacerda/MT, portador do RG n.º 13.625.77-2 SSP/MT e CPF/MF n.º 01.831.795/0001-42. Proponente n. 02 - A EMPRESA FRONTAL INDÚSTRIA COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n. 01.140.694/0001-25 e Inscrição Estadual n. 13.167.709-8, estabelecida na Rua 01, lote 02, Qda 01, Jardim Costa do Sol 1, em Cuiabá/MT, representada pelo seu procurador o Senhor MARCOS AURÉLIO CARLINE, brasileiro, casado, portador do RG n. 482.825 SSP/MT e CPF n. 361.609.621-91 e a Proponente n. 03 - A EMPRESA PLANAM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrição no CNPJ/MF n. 37.517.158/001-43 e Inscrição Estadual sob n. 13.216.878-022, representada pelo seu procurador o Senhor KLEYTON HERNANDO SOUZA DA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado a Rua 38, Casa 04, Santa Cruz II, portador do RG n. 143.858-56 e CPF n. 955.835.301-97. Os quais entregaram os envelopes para participarem da presente Licitação, devidamente lacrados e que foram rubricados pelos membros da Comissão. Em seguida, por ordem do Senhor Presidente, procedeu-se a abertura dos envelopes contendo as documentações das Proponentes, cujos envelopes ficarão arquivados junto ao Processo Licitatório, passando os Membros da Comissão a rubricar e analisar os documentos oferecidos. Após a análise criteriosa de todos os documentos pelos Membros da Comissão. Após a qualificação o

Av. Marechal Rondon, 310
CEP: 78.250-000

Fone/Fax: 65 266-2716 / 266-2534
Pontes e Lacerda/ Mato Grosso



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA



Presidente da Comissão houve por bem adiar a presente Licitação para a data de 06/12/2004 as 11:00 horas, em função do desacordo entre o plano de trabalho apresentado pelo Projeto e o valor a ser Licitado. Foi sanado o impasse e enviado documentação comprobatória para Brasília para que haja legalidade no feito. Ato contínuo, o Senhor Presidente, encerrando a presente sessão, determinou a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão, pelo representante da proponente e vista pela Assessora Jurídica. Nada mais.

Ivanildo Amaral de Queiroz - Presidente

Maria Aparecida Moreira - Secretária

Alexandre Rocha - Membro

São Benedito

Comércio Serviços e Representações Ltda.

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 806

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA – MT

REF: TOMADA DE PREÇO Nº 016/2004.

DATA ABERTURA: 29/11/2004.

HORA DE ABERTURA: 09:00 h

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇO

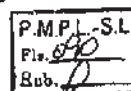
CNPJ:01.831.795/0001-42

São Benedito

Comércio Serviços e Representações Ltda.

Senado Federal

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 807



Cuiabá 26 de Novembro de 2004.

Para.

Prefeitura municipal Pontes e Lacerda

Comissão permanente de licitação

Edital de Tomada de Preço nº 016/04

Abertura prevista para 29/11/2004

Horário 09:00 h

Nesta

Ref: Aquisição de equipamentos e material permanente por ambiente (01 Sistema de ultra-som, 01 Mesa Auxiliar, 01 Oxímetro de Pulso, 01 Mesa Cirúrgica, 01 Foco Cirúrgico Teto 3/3, 01 Autoclave Vertical 250L, 01 Aparelho de Raio X de 500 mA, 02 cama de recuperação) conforme edital.

Submetemos a vossa apreciação nossa proposta comercial para Aquisição dos equipamentos acima referenciada.

Esclarecemos que nossos preços unitários constante na planilha em anexo, estão incluídas todas as despesas com, Transportes dos mesmos, administração, encargos fiscais e sociais, todo o necessário para a aquisição dos equipamentos.

Prazo de entrega dos equipamentos 15 dias.

Validade da Proposta 30 dias.

Valor Total R\$ 242.510,00

Importa o presente orçamento em R\$ 242.510,00 (Duzentos e Quarenta e Dois Mil Quinhentos e Dez Reais)

Condições de pagamento: conforme o edital.

Local Para entrega dos equipamentos Pontes e Lacerda - MT.

Atenciosamente:

São Benedito - Comércio e Serviços Ltda.

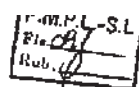
São Benedito

Comércio Serviços e Representações Ltda.

Proc Nº

Fls.

108



Para:

Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

Estado de Mato Grosso

Setor de Compras e Licitações

Tomada de preço 016/04

Abertura: Dia 29/11/2004. Horas: 09:00

Proposta de aquisição

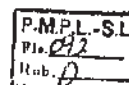
Objetivo: Aquisição de equipamentos e material permanente por ambiente.

Item	Artigo	Quant.	Preço	
			Unit.	Total
1	Aparelho de Raio X de 500 m A : mesa de cromado	1	R\$ 68.200,00	R\$ 68.200,00
	painel de controle: chave lig/desl, timer eletr.			
	de precisão para seleção de tempo de exposição			
	de 0,01 ate 4 segundo em 21 passos. Instrumentos			
	analógicos para leitura de aM de 0 a 500mA e			
	kilovolts de 20 a 120 Kv, chave de seleção de			
	foco e mA com os seguintes valores: Foco fino			
	50/100mA, Foco grosso: 200/300/500mA.			
	chave de seleção de posto de trabalho : coluna			
	(sem bucky, Bucky 1 (bucky Mural) Bucky 2			
	(mesa bucky) push botton para disparo de raio X			
	circuito de estabilização de voltagem para filamento			
	de ampola dispositivos para radiografias instantaneas			
	bloqueio de tecnicas de operação prejudiciais a			
	ampola, push botton para preparo: dupla regulagem			
	de Kv com seleção em varios passos: de 2 em 2			
	Kv ou de 10 em 10 Kv. Chave de compensação			
	de rede para ate + ou - 30V. Transportador de alta			
	tensão: Rendimento de 500 mA /125 Kv, imerso			
	em oleo isolante especial, tratado a vacuo, unidades			
	retificadoras de solicio para 125 Kvp onda completa			
	receptaculo universal "fedral standard"			
	Ampola Produtora de Raio X: unidade selada de			
	anodo giratorio (30/50Kv) angulação 17,5 graus			
	filamento foco fino 1,2/1,2mm; Foco grosso 2,0/			
	2,0mm. Cupula completamente protegida com			

Senado Federal

Proc. Nº

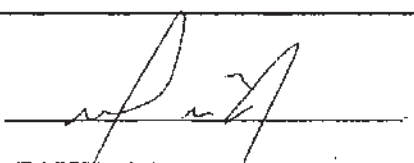
Fls. 809



São Benedito

Comércio Serviços e Representações Ltda.

revestimento em chumbo de 3 mm 30/50KW x			
125 KWp foco fino: 30Kw; foco grosso 50 Kw,			
conexão tipo federal, carga máxima permitida			
Foco grosso, Foco Fino, 500 Ma /90KV 100 mA/115Kv			
300Ma/100Kv 50Ma/120 KV. Colimador luminoso			
caixa com revestimento em chumbo, lamina			
em estegio, lampadas halogeneas de 12 volts			
temporizador eletrônico para centralização.			
Mesa Radiologica: mesa bucky, com acabamento			
em alumínio a-7 providas de bucky com gavetas			
em aço inox com precurso em toda sua extensão			
Grades atidifusora 8.1-80 linhas. Colunas Porta			
TuboDotada de freios eletro-magneticos acionados			
por meio de teclas, indicador de angulação braço			
telescopio com giro de 180 graus, coluna contra			
lanceada com deslocamento sobre trilhos,			
sistema chão/chão, dotado de freios eletromagneticos			
braço de sustentação do tubo com movimento			
de avanço e recuo com freios magneticos			
Avanço maximo 1 metro. Estativa Bucky Mural;			
coluna contabalanceada para fixação em piso			
acabado, freio mecanico, grade antidifusora 8.1			
80 linhas com distancia focal 1.80m bandeja			
ajustavel em aço inox polido p/ chassi 13X18 ate			
35X43cm ligação conjugada com comando do			
equipamento com disparo de Raio X automatico.			
(marca Casa do Radiologista)			
	TOTAL		R\$ 68.200,00
R\$ 68.200,00 (Sessenta e oito Mil e Duzentos Reais)			

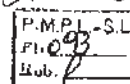

 São Benedito - Comércio e Serviços Ltda.

São Benedito

Comércio Serviços e Representações Ltda.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 810



Para:
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda
Estado de Mato Grosso
Sector de Compras e Licitações
Tomada de preço 016/04
Abertura: Dia 29/11/2004. Horas: 09:00

Proposta de aquisição

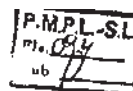
Objetivo: Aquisição de equipamentos e material permanente por ambiente.

Item	Artigo	Quant.	Preço	
			Unit.	Total
1	ultrassonografia: aplicações abdominal	1	R\$ 59.100,00	R\$ 59.100,00
	Ob/gin/Vasculas/Urologia/Cardiacas (modo M)			
	Pequenas partes; transdutores: linear, convexo e endocavitario;			
	Modos de operação: modo B-Bidimensional			
	Apresentação única na tela; Modo B/B Bidimensional-apresentação dupla na mesma tela; Modo B/M bidimensional e Unidimensional simultaneos; Modo M Unidimensional; Conexão para			
	01 transdutor, escala de cinza com 256 níveis			
	possibilidade de quatro pontos focais; tripla frequência em todos os transdutores, revisão			
	de imagem (cineloop e cine-memory com 64 quadros); armazenagem de 30 imagens (image Bank); bi-voltagem automatica, indicação das			
	partes do corpo com orientação do transdutor (body mark); medidas - distancia/area/volume/			
	frequencia cardiaca (modo M) crescimento fetal/ peso fetal e idade gestacional; curva de crescimento fetal; resport: relatorio de medidas			
	obstetricas; possibilidade de união de 02 imagens (BB) tabela obstetrica programavel (01); caracteres e graficos: data/hora/identificação do trans-			
	dutor/ponto focal/nome do hospital/nome do paciente e body mark; techado alfanumericos com			

São Benedito

Comércio Serviços e Representações Ltda.

Proc. Nº _____ / _____ Fis. 311



	membranas; controle de ganho geral, proximal de distal (potencionamento); senha de proteção do equipamento (password); track-ball de membranas (touch screen) Comando Funções e Utilitários			
	monitor monocromático de 7 polegadas transdutores compatíveis; Convexo: 3,5 MHz/60R/60° aplicação geral; 5,0 MHz/ 40R/60° Aplicação geral 5,0 MHz/1R/112° transvaginal; 6,5 MHz/200R/80° transvaginal; Linear: 7,5 Mhz/40MM pequenas Partes; 7,5 Mhz/60mm aplicação geral; 5,0 Mhz/65mm Aplicação geral; 3,5 MHz/85 mm Obstétrico (marca panamedical modelo UF-4100)			
2	Mesa Auxiliar	1	R\$ 110,00	R\$ 110,00
			TOTAL	R\$ 59.210,00
R\$ 59.210,00 (Cinquenta e nove Mil Duzentos e Dez Reais)				

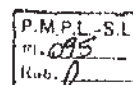
São Benedito - Comércio Serviços e Representações Ltda.

São Benedito

Comércio Serviços e Representações Ltda.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 812



Para:

Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

Estado de Mato Grosso

Setor de Compras e Licitações

Tomada de preço 016/04

Abertura: Dia 29/11/2004. Horas: 09:00

Proposta de aquisição

Objetivo: Aquisição de equipamentos e material permanente por ambiente.

Item	Artigo	Quant.	Preço	
			Unit.	Total
1	Oxímetro de Pulso: técnica de espectrofotometria e plestismografia, mostra os valores medidos de SPO2 e pulso, indica a quantidade do sinal procurado pulso e pulso fraco; BIP de pulso: indicação sonora com 2 tipos de tons indicação visual através de leds; indicação sem sensor, limites de máximos e mínimos; oximetria: 30 a 100% - passo de 1% - 30 a 254 bpm - passo de 5 bpm, controle digital de brilho. (marca Ecalfix Modelo Active)	1	R\$ 4.600,00	R\$ 4.600,00
2	Mesa Cirúrgica Universal 12 Posições, com altura fixa, base sólida constituída em chapas de aço 5/16, pintada em pintura epóxi com tratamento anti-ferruginoso, abertura de acesso para mesa de mayo, pedal de acionamento de rodas retráteis cromadas com sapatas, rodas que permite o deslocamento da mesa; aço carbono com pintura epoxi leito constituída em chapas de aço carbono 18, e totalmente revestido em chapas de aço inoxidável 24 AISI 304, tampo dividida em quatro seções apoio de cabeça, dorso, assento, peneira, acabamento polido e brilhoso reguas laterais corredeiras cromadas para fixação de acessórios, trendelemburg e reverso acionado por manivelas na lateral manivelas cromadas com mecanismo suave e eficientes com comandos na cabeceira e uma na	1	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00

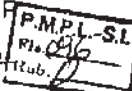
São Benedito

Comércio Serviços e Representações Ltda.

Senado Federal/SGM/CEDF

Proc. Nº _____ / _____

Fis. 313



	lateral, com peças usinadas em torno CNC			
	computadorizado de pressão acompanha 01 par de			
	ombreiras, 01 par de porta coxas, 01 manivela			
	cromada, arco de narceose, apoio de pes e braços,			
	colchão de espuma revestido em napa de 05 cm.			
3	Foco Cirurgico teto, 3/3, temperatura de cor:	1	R\$ 22.400,00	R\$ 22.400,00
	2.800º.a 3.400º K, tensão de alimentação 110 ou			
	220 Volts, frequencia 50 Hz/60 Hz, refreto:			
	dicroico de permeabilidade espectral (redução			
	tecnica). Movimentos de torção, flexão, basculio			
	e circulares. Com sistema de emergencia.			
	(marca Improved Modelo duas Cupulas)			
4	Cama de recuperação adulta: estrado articulado	2	R\$ 3.200,00	R\$ 6.400,00
	lawler e base construídos aço tratado com prime			
	antioxidante. Acabamento em pintura alifatica.			
	movimentos comandados através de tres manivelas			
	escanoteaveis que acionam fusos sobre rolamentos			
	com delimitadores de segurança lateral, revestida			
	em chapas de aço inoxidavel, base construida em			
	tubos retangulares com acabamento em pintura			
	alifatica. Grades laterais escanoteaveis construidas			
	em tubos redondos de aço inoxidavel. Pes providos			
	de rodas giratorias de 10 cm de diametro com aros			
	de borracha macia, sendo duas com freios em			
	diagonal. Suporte de soro adaptavel em quatro			
	pontos da cama. Colchão.			
	(Marca Hospimetal modelo HM 2005e)			
		TOTAL		R\$ 68.400,00

R\$ 68.400,00 (Sessenta e Oito Mil e Quatrocentos Reais)

São Benedito - Comércio e Representações Ltda.



FRONTAL IND. COM. DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 01.140.694/0001-25

INSC. EST.: 13.167.709-8

Para: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA
Depo de Licitação

TOMADA DE PREÇOS NR 016/04
ABERTURA DIA 29 de Novembro de 2004
HORÁRIO: 09:00 Horas

ENVELOPE 2 - PROPOSTA

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ / _____ Fls. 815



(65) 634-2481 / 634-4045

SP-610

Rua 1 - Lote 2 - Qda. 01 - Jd. Costa do Sol 1 - CEP: 78.070-459 - Cuiabá - MT

FRONTAL Ind. Com. Móveis Hospitalares Ltda

CNPJ: 01.140.694/0001-25

INS. ESTADUAL: 13.167.709-8

Para: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA
 Depto de Licitação

TOMADA DE PREÇOS NR 016/04
 ABERTURA DIA 29 de Novembro de 2004
 HORÁRIO : 09:00 Horas
 DATA: 26 de Novembro de 2004

ITEM	DESCRIPTIVO	UND	QDE	UNIT.	TOTAL
1	Ultra-sonografia Portátil: Exibição da imagem: B, B + B, B + M, M. Aplicação abdominal, obstétrica ginecológica, vascular, urologia, cardíaca, etc. Foco com abertura dinâmica de 4 pontos, 256 tons de cinza, monitor de 7" (polegadas), Conversor Digital de Scannér de 512x512x8 bits. Funções: Indicação das partes do corpo com orientação do transdutor, Ajuste do ganho geral, proximal e distal, Ajuste de brilho e contraste, Seleção do ponto de foco, Mudança de exibição da imagem na tela, Congelamento e descongelamento da imagem, Guia de perfuração, Zoom de X0,75, X1,0, X1,5, X2,0, Filtro dinâmico, Seleção do transdutor conectado. Faz medidas de distância, área, perímetro volume, frequência cardíaca (modo M), peso fetal e idade gestacional. Orientação gráfica: Data, hora, identificação do transdutor, ponto focal, nome do paciente, nome do hospital e zoom. Conexão para 2 transdutores simultâneos (sem auxílio de adaptação) com transdutores convexo de 3,5 MHz, Linear e transvaginal de 6,5 MHz. Teclado alfa-numérico de membrana, com Tracking ball. Especificações técnicas: Dimensões (mm) 456(L) x 305 (W) x 250 (H), com peso de 9,5 Kg, Tensão de 90~240 V (Bi-volt automática), Frequência de 60 Hz, Consumo 80 VA, Banco de Imagem de 30 quadros/seg. Acessórios: Video Printer e Carro suporte Marca Medison	1		117.878,00	117.878,00
2	Oxímetro de Pulso, técnicas de espectrofotometria e plestismografia, mostra os valores medidos de SPO2 e pulso, indica a qualidade do sinal, procurando pulso e pulso fraco; BIP de pulso: indicação sonora com 2 tipos de tons: indicação visual através de Leds; Indicação sem sensor, limites de máximos e mínimos; oximetria: 30 a 100% - passo de 1% - 30 a 254 bpm - passo de 5 bpm; Controle digital de brilho. Marca; Emal	Und	1	5.190,00	5.190,00

CNPJ 01.140.694/0001-25
 Frontal Ind. e Com. de Móveis
 Hosp. Ltda - ME
 Rua 01 - Lote 02 - Qda. 01
 Bairro Costa do Sol I
 CEP. 78070-459

MT.

Rua 01 Lote 02 Quadra 01 - Jardim Costa do Sol I - Cuiabá - MT

FRONTAL Ind. Com. Móveis Hospitalares Ltda

CNPJ: 01.140.694/0001-25

INS. ESTADUAL: 13.167.799-8

- 3 Mesa cirúrgica Universal Base e estrutura construída em aço 1020 tratado com prime antioxidante e acabamento em pintura alifática totalmente revestida em aço inoxidável 304. Tampo dividido em cinco seções - cabeceira, dorso, renal, assento e pernas - revestido em chapa de aço inoxidável 304. • Régua lateral confeccionada em aço inoxidável 304, com corredeiras para colocação dos acessórios Pedais para movimentos de elevação e descida assistidos hidráulicamente. • Movimentos acionados através de duas manivelas escamoteáveis e dispostos na cabeceira para os movimentos do dorso e perneira e uma terceira manivela, removível, para acionar os movimentos de trendelenburg, reverso, lateral e renal. • Sistema de freios com acionamento manual através de alavanca para retração das rodas. Acessórios fornecidos com o produto: 01 arco de narcose, 01 par de ombreiras, 01 par de suportes lateral, 01 par de porta-coxas, 01 jogo de colchonete em espuma injetada sem costura com capa plástica com zíper e 01 par de apoio de braço. Marca: Barfab
- | | | | |
|-----|---|-----------|-----------|
| Und | 1 | 31.700,00 | 31.700,00 |
|-----|---|-----------|-----------|
- 4 Foco Cirúrgico Teto, 3/3, temperatura de cor: 2.800° a 3.400°K, tensão de alimentação 110 ou 220 Volts, frequência 50 Hz /60 Hz, refletor: Dicróico de permeabilidade espectral (redução térmica). Movimentos: Torção, flexão, basculante e circulares: com sistema de emergência. Marca: Brave
- | | | | |
|-----|---|-----------|-----------|
| Und | 1 | 16.845,00 | 16.845,00 |
|-----|---|-----------|-----------|
- 5 Autoclave Vertical 250 Lts, Esterilização a vapor, câmara e cesto de material, construído em chapa de aço inoxidável, tampa em bronze fundido e polido com sistema de fechamento hermético, sob guarnição de silicone, por meio de prisioneiros reversíveis e manípulos de baquelite e latão, válvula de segurança com sistema de contra-peso regulável e registro de descarga de vapor para liberar a pressão e o ar interno, torneira de drenagem, manômetro com duas escalas, sendo uma de pressão em atmosfera e outra relativa a temperatura em graus Celsius, resistência em níquel-cromo blindadas em tubos de cobre cromados, gabinete em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo, pintura em epóxi, painel com chave de temperatura de 03 posições e lâmpada. Marca: Phoenix
- | | | | |
|-----|---|-----------|-----------|
| Und | 1 | 23.474,00 | 23.474,00 |
|-----|---|-----------|-----------|

Rua 01 Lote 02 Quadra 01 – Jardim Costa do Sol 01

CUIABÁ Cuiabá – MT

FRONTAL Ind. Com. Móveis Hospitalares Ltda

CNPJ: 01.140.694/0001-25

INS. ESTADUAL: 13.167.709-8

- 6 Ap. Raio X 500MA, gerador monofásico, 2 pulsos, ajuste de compensação da rede, automática, retificador de onda completo, focos de 1,2mm, tubo de ânodo giratório, ajustes de tempo de 0,04 3 ESG em 11 passos, ajustes de corrente de 50 a 150MA no foco fino, 150 a 500MA no foco gMAssso, ajustes de alta tensão de 40 a 125KV em 11 passos, estativa porta-tubo com movimentos de: 250 em longitudinal, 100 em vertical, angulação MATAção: 180 graus contra eletMAMagnético, colimador luminoso, mesa flutuante com: Potter com grade anti-difusora razão, gaveta para chassis 13x18 e 35 x43 1 cabo de alta tensão com 12m, alimentação trifásica 220 / V60 Hz. Marca; Salgado & Hermann

Und 1 68.900,00 68.900,00

263.987,00

Total Geral: R\$263.987,00 (Duzentos e Sessenta e Três Mil, Novecentos e Oitenta e Sete Reais).

Validade da Proposta: 60 dias

Prazo de entrega: 15 A partir da emissão da ordem de fornecimento

Pagamento: 10 dias, após entrega e aceitação do objeto desta licitação

Local da Entrega prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT

Obs: Já estão inclusos nos preços todas as despesas inerentes a esta proposta, como :frete, taxas, etc.

Garantia: 12 (doze) meses

OBS.: BANCO DO BRASIL

AG 3325.1

C/C 13.232.2

CNPJ: 01.140.694/0001-25
Frontal Ind. e Com. de Móveis
Hosp. Ltda - ME
Rua 01 - Lote 02 - Qda. 01
Bairro Costa do Sol I
CEP. 78070-459
MT.

CUIABÁ

Rua 01 Lote 02 Quadra 01 – Jardim Costa do Sol 01

Cuiabá - MT

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 819



Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT
Comissão Permanente de Licitação

Tomada de Preços nr 016/2004
Abertura dia 29 / 11 / 2004 às 09:00 Hrs

ENVELOPE NR 02- PROPOSTA DE PREÇOS



Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda
Comissão Permanente de Licitação

Tomada de Preços nº 016/2004
Abertura dia 29/11/2004 às 09:00 Horas

Cuiabá, 25 de Novembro /2004

- ITEM** **MATERIAL**
- 1 Ultra-sonografia Portátil. Exibição da imagem: B, B + B, B + M, M. Aplicação abdominal, obstétrica ginecológica, vascular, urologia, cardíaca, etc. Foco com abertura dinâmica de 4 pontos, 256 tons de cinza, monitor de 7" (polegadas), Conversor Digital de Scanner de 512x512x8 bits. Funções: Indicação das partes do corpo com orientação do transdutor, Ajuste do ganho geral, proximal e distal, Ajuste de brilho e contraste, Seleção do ponto de foco, Mudança de exibição da imagem na tela, Congelamento e descongelamento da imagem, Guia de perfuração, Zoom de X0.75, X1.0, X1.5, X2.0, Filtro dinâmico, Seleção do transdutor conectado. Faz medidas de distância, área, perímetro volume, frequência cardíaca (modo M), peso fetal e idade gestacional. Orientação gráfica: Data, hora, identificação do transdutor, ponto focal, nome do paciente, nome do hospital e zoom. Conexão para 2 transdutores simultâneos (sem auxílio de adaptação) com transdutores convexo de 3,5 MHz, Linear de 7,5 MHz
- e transvaginal de 6,5 MHz. Teclado alfa-numérico de membrana, com Tracking ball. Especificações técnicas: Dimensões (mm) 456(L) x 305 (W) x 250 (H), com peso de 9,5 Kg, Tensão de 90-240 V (Bi-volt automática), Frequência de 60 Hz, Consumo 60 VA, Banco de Imagem de 30 quadros/seg. Acessórios: Vídeo Printer e Camo suporte

UND **MARCA** **QDE** **UNITÁRIO** **TOTAL**

V.M.I 1 121.000,00 121.000,00

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 1 Fls. 820

Edna Maria Gomes Silva
[CNPJ: 37.517.158/0001-43]
Planam Comércio e Representação
Lda.
Rua Avelar Nobre, Nº. 44
Bairro Vista Alegre
CEP 78085-200
CUIABÁ

P.M.P.L.-S.L.
Fls. 103
Rub. 103
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

PLANAM

- 2 Oxímetro de Pulso , técnicas de espectrofotometria e pleistimografia, mostra os valores medidos de SPO2 e pulso, indica a qualidade do sinal, procurando pulso e pulso fraco; BIP de pulso: indicação sonora com 2 tipos de tons; indicação visual através de Leds; indicação sem sensor, limites de máximos e mínimos; oximetria: 30 a 100% - passo de 1% - 30 a 254 bpm - passo de 5 bpm; Controle digital de brilho.
- 3 Mesa cirúrgica Universal Base e estrutura construída em aço 1020 tratado com prime antioxidante e acabamento em pintura eletrolítica totalmente revestida em aço inoxidável 304. Tampo dividido em cinco seções - cabeça, dorso, renal, assento e pernas - revestido em chapa de aço inoxidável 304. - Régua lateral confeccionada em aço inoxidável 304, com correções para colocação dos acessórios Pedais para movimentos de elevação e descida assistidos hidráulicamente. - Movimentos actonados através de duas manivelas escamoteáveis e dispostos na cabeça para os movimentos do dorso e perneira e uma terceira manivela, removível, para actonar os movimentos de trendelemburg, reverso, lateral e renal. - Sistema de freios com actonamento manual através de alavanca para retração das rodas. Acessórios fornecidos com o produto: 01 arco de narcoze, 01 par de ombreiras, 01 par de suportes lateral, 01 par de porta-coxas, 01 jogo de colchonete em espuma injetada sem costura com capa plástica com zíper e 01 par de apoio de braço.
- | Und | MORYIA | 1 | 5.260,00 | 5.260,00 |
|-----|------------|---|-----------|-----------|
| Und | ORTOSÍNTSE | 1 | 32.000,00 | 32.000,00 |

- 4 Foco Cirúrgico Teto, 3/3 , temperatura de cor: 2.800° a 3.400°K, tensão de alimentação 110 ou 220 Volts, frequência 50 Hz /60 Hz, refletor: Oclórico de permeabilidade espectral (redução térmica). Movimentos: Torção, flexão, básculo e circulares, com sistema de emergência.

Und CMOS DRAKE 1 17.150,00 17.150,00

CNPJ: 37 517 158/0001-43

Planam Comércio e Representação Ltda.

Rua Alves Mogueira, Nº. 44
Bairro Vista Alegre
CEP 78085-200

MT.

MT.



5 Autoclave Vertical 250 Lts, Esterilização aapor, câmara e cesto de material, construído em chapa de aço inoxidável, tampa em bronze fundido e polido com sistema de fechamento hermético, sob guarnição de silicone, por meio de prisioneiros reversíveis e manipuladores de baquelite e latão, válvula de segurança com sistema de contra-peso regulável e registro de descarga de vapor para liberar a pressão e o ar interno, torneira de drenagem, manômetro com duas escalas, sendo uma de pressão em atmosfera e outra relativa a temperatura em graus Celsius, resistência em níquel-cromo blindadas em tubos de cobre cromados, gabinete em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo, pintura em epóxi, painel com chave de temperatura de 03 posições e lâmpada.

Und FABBE 1 25.600,00 25.600,00

6 Ap. Raio X 500MA, gerador monofásico, 2 pulsos, ajuste de compensação da rede, automática, retificador de onda completo, focos de 1,2mm, tubo de ânodo giratório, ajustes de tempo de 0,04 a 3 ESG em 11 passos, ajustes de corrente de 50 a 150MA no foco fino, 150 a 500MA no foco grosso, ajustes de alta tensão de 40 a 125KV em 11 passos, estativa porta-tubo com movimentos de: 250 em longitudinal, 100 em vertical, angulação MAtação: 180 graus contra eletromagnético, colimador luminoso, mesa flutuante com: Potter com grade anti-difusora razão, gaveta para chassis 13x18 e 35 x43 1 cabo de alta tensão com 12m, alimentação trifásica 220 / V60 Hz.

Und MEDITRONIX 1 69.980,00 69.980,00

Adilson V. da Silva
CNPJ: 37.517.158/0001-43
 Planam Comércio e Representação
 Ltda.
 Rua Alves Nogueira, Nº. 44
 Bairro Vista Alegre
 CEP: 78085-200
 CUIABÁ MT.



- DUZENTOS E SETENTA MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA REAIS	Total Geral....	270.990,00

VALIDADE DA PROPOSTA.: 30 DIAS
 PRAZO DE ENTREGA.: 25 DIAS
 COND PAGAMENTO.: À VISTA

GARANTIA>: 01 ANO

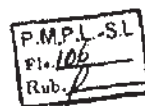
Edson Maria Soares Silva

CNPJ: 37 517 158/0001-43
 Planam Comércio e Representação
 Ltda.

Rua Alves Nogueira, Nº. 44
 Bairro Vista Alegre
 CEP 78085-200

MT.
MT.

Proc Nº _____ / _____ Fls. 823



[Handwritten signatures and marks]

Página: 1/2



ESTADO DO MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

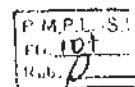
Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor)

Processo / Ano: 07/2004
Licitação: 18/2004 - TP
Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
Objeto: Aquisição de equipamento e material permanente

Total dos Itens Vencedores: 242.510,00

Item	Material	Nome do Material	Un. Med.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Fornecedor: 278 - SÃO BENEDITO COM. SERV. E REP. LTDA									
3	1428	MESA AUXILIAR, conforme o Edital	UN		1,000	110,000	110,00	Venceu	1
4	1429	OXÍMETRO DE PULSO, conforme o Edital	UN		1,000	4,600,000	4,600,00	Venceu	1
7	1432	CAMA DE RECUPERAÇÃO ADULTA, conforme o Edital	UN		2,000	3,200,000	6,400,00	Venceu	1
6	1431	FOCO CIRÚRGICO TETO, 3/3, conforme o Edital	UN		1,000	22,400,000	22,400,00	Venceu	1
5	1430	MESA CIRÚRGICA 12 POSIÇÕES, conforme o Edital	UN		1,000	35,000,000	35,000,00	Venceu	1
8	1433	AUTOCLAVE VERTICAL 250L, conforme o Edital	UN		1,000	46,700,000	46,700,00	Venceu	1
2	1427	ULTRASSONOGRAFIA, conforme o Edital	UN		1,000	59,100,000	59,100,00	Venceu	1
1	1426	APARELHO DE RAO X MA, conforme o Edital	UN		1,000	68,200,000	68,200,00	Venceu	1
Total do Fornecedor →							242.510,00		
Fornecedor: 278 - PLANAY COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA									
3	1428	MESA AUXILIAR, conforme o Edital	UN		1,000	0,000	0,00	Perdeu	3
7	1432	CAMA DE RECUPERAÇÃO ADULTA, conforme o Edital	UN		2,000	0,000	0,00	Perdeu	3
4	1429	OXÍMETRO DE PULSO, conforme o Edital	UN		1,000	5,260,000	5,260,00	Perdeu	3
6	1431	FOCO CIRÚRGICO TETO, 3/3, conforme o Edital	UN		1,000	17,190,000	17,190,00	Perdeu	3
8	1433	AUTOCLAVE VERTICAL 250L, conforme o Edital	UN		1,000	25,600,000	25,600,00	Perdeu	3
5	1430	MESA CIRÚRGICA 12 POSIÇÕES, conforme o Edital	UN		1,000	32,000,000	32,000,00	Perdeu	3
1	1426	APARELHO DE RAO X MA, conforme o Edital	UN		1,000	63,960,000	63,960,00	Perdeu	3
2	1427	ULTRASSONOGRAFIA, conforme o Edital	UN		1,000	121,000,000	121,000,00	Perdeu	3
Total do Fornecedor →							270.590,00		
Fornecedor: 335 - FRONTAL IND. E COM. DE MOVEIS HOSP. LTDA-ME									
3	1428	MESA AUXILIAR, conforme o Edital	UN		1,000	0,000	0,00	Perdeu	2
7	1432	CAMA DE RECUPERAÇÃO ADULTA, conforme o Edital	UN		2,000	0,000	0,00	Perdeu	2
4	1429	OXÍMETRO DE PULSO, conforme o Edital	UN		1,000	5,190,000	5,190,00	Perdeu	2
6	1431	FOCO CIRÚRGICO TETO, 3/3, conforme o Edital	UN		1,000	16,845,000	16,845,00	Perdeu	2
8	1433	AUTOCLAVE VERTICAL 250L, conforme o Edital	UN		1,000	23,474,000	23,474,00	Perdeu	2
Total do Fornecedor →							293.987,00		

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ / _____ Fls. 824





ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor)

Página: 2/2

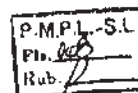
Processo / Ano: 07/2004
 Licitação: 16/2004 - TP
 Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
 Objeto: Aquisição de equipamento e material permanente

Processo Administrativo:

Item	Material	Nome do Material	Un. Med.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
5	1430	MESA CIRURGICA 12 POSIÇÕES, conforme o Edital	UN		1,000	31.700,0000	31.700,00	Perdeu	2
1	1425	APARELHO DE RAIO X MA, conforme o Edital	UN		1,000	68.900,0000	68.900,00	Perdeu	2
2	1427	ULTRASSONOGRAFIA, conforme o Edital	UN		1,000	117.878,0000	117.878,00	Perdeu	2

Fornecedor: 335 - FRONTAL IND. E COM. DE MOVEIS HOSP. LTDA-ME

Senado Federal/Serviço
 Proc. Nº / Fls. 825



PONTES E LACERDA, Em 06.11.2004

[Assinatura]
 Vice-Prefeita Moreira
 Secretária

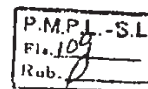
[Assinatura]
 Alexandre Rocha
 Membro

[Assinatura]
 Alan Tadeu Gomes
 Presidente da Comissão de Licitação

SF-621

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 826

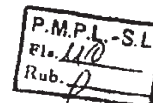
**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA****ATA DE JULGAMENTO DA TOMADA
DE PREÇOS N.º 016/2004**

Ao sexto dia do mês de dezembro de dois mil e quatro, às 11h., na Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, se acham presentes, o Sr. Allan Teixeira Gomes, Maria Aparecida Moreira, Alexandre Rocha, funcionando o primeiro como Presidente, a segunda como secretária e o terceiro como membro permanente de Licitação, nomeados através da Portaria nº 004/2004, datada de 30 de novembro de 2004, com a finalidade de proceder à abertura e o julgamento da Tomada de Preços n.º 016/2004, que tem por objetivo selecionar melhor proposta para aquisição de equipamentos para o Hospital e pronto Socorro Municipal, cujas normas e especificações técnicas são as constantes no anexo que integra o presente Edital. Na hora aprazada, o senhor Presidente deu início aos trabalhos da presente sessão. Aberto os envelopes que continha 01 (uma) via. Proponentes: 01- A EMPRESA SÃO BENEDITO COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.831.795/0001-42, Inscrição Estadual n. 13.175.252-9, estabelecida a Av. Ipiranga, 1615, bairro Porto, em Cuiabá/MT, representada pelo seu procurador o Senhor EDSON ALEXANDRE DA SILVA, brasileiro, solteiro, administrador, residente e domiciliado a Av. Mato Grosso, n. 1026, bairro centro, em Pontes e Lacerda/MT, portador do RG nº 13.625.77-2 SSP/MT e CPF/MF n.º 01.831.795/0001-42. Apresentando o valor global de R\$242.510,00 (duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e dez reais), prazo de entrega dos equipamentos 15 (quinze) dias, validade da proposta 30 (trinta) dias e local da entrega dos equipamentos em Pontes e Lacerda, Proponente n. 02 – A EMPRESA FRONTAL INDÚSTRIA COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n. 01.140.694/0001-25 e Inscrição Estadual n. 13.167.709-8, estabelecida na Rua 01, lote 02, Qda 01, Jardim Costa do Sol 1, em Cuiabá/MT, representada pelo seu procurador o Senhor MARCOS AURÉLIO CARLINE, brasileiro, casado, portador do RG n. 482.825 SSP/MT e CPF n. 361.609.621-91, Apresentando o valor Global de R\$263.987,00 (duzentos e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e sete reais), prazo de entrega 15 dias, prazo de pagamento 10 (dez) dias e garantia 12 (doze) meses, sendo que a mesma não cotou os itens 3 e 7, e a Proponente n. 03 - A EMPRESA PLANAM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrição no CNPJ/MF n. 37.517.158/001-43 e Inscrição Estadual sob n. 13.216.878-022, representada pelo seu procurador o Senhor KLEYTON HERNANDO SOUZA DA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado a Rua 38, Casa 04, Santa Cruz II, portador do RG n. 143.858-56 e CPF n. 955.835.301-97. Apresentando o valor global de R\$270.990,00 (duzentos e setenta mil, novecentos e noventa reais), prazo de entrega 25 (vinte e cinco) dias, validade da proposta 30 (trinta) dias e condições de pagamento à vista, a mesma não cotou os itens 3 e 7. Após o análise dos preços globais das seguintes proponentes foi declarada a vencedora EMPRESA SÃO BENEDITO COMÉRCIO SERVIÇOS E

**Av. Marechal Rondon, 310
CEP: 78.250-000****Fone/Fax: 65 266-2716 / 266-2534
Pontes e Lacerda/ Mato Grosso**

Senado Federal/SGM/CEDP

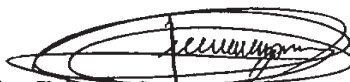
Proc. Nº _____ / _____ Fls. 827



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA



REPRESENTAÇÕES LTDA, no valor de R\$242.510,00 (duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e dez reais). Ato contínuo, o Senhor Presidente, encerrando a presente sessão, determinou a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão, pelo representante da proponente e vistada pela Assessora Jurídica. Nada mais.



Allan Teixeira Gomes - Presidente



Maria Aparecida Moreira - Secretária



Alexandre Rocha - Membro



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 828



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

ASSESSORIA JURÍDICA

LICITAÇÃO: MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS.

EDITAL N.º : 016/ 2004.

OBJETO : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL.

DATA : 06 DE DEZEMBRO DE 2004.

PARECER

Recebido e examinado o Processo de Licitação em referência, que tem por objeto Aquisição de Equipamentos para o Hospital e Pronto Socorro Municipal, verificou constar inicialmente a solicitação para despesa com o respectivo deferimento do Prefeito, bem assim o atestado de disponibilidade orçamentária para dar suporte a aquisição. Juntou-se aos Autos solicitação, Portaria que constituiu a Comissão Permanente de Licitação e o Edital completo da respectiva Licitação. A Licitação foi regularmente publicada no Diário Oficial do Estado, Jornal Folha do Estado e Diário Oficial da União, respeitado o prazo de 15 (quinze) dias. Na data aprazada, compareceu a seguinte Proponente, a EMPRESA SÃO BENEDITO COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, que foi julgada habilitada, tendo apresentado proposta de melhor valor, preço compatível com mercado.

Diante do exposto, uma vez preenchido os requisitos da Lei Federal nº 8.666/93, resguardados os interesses do Município, opinamos pela Homologação do procedimento da Tomada de Preços n.º 016/2004, que julgaram vencedora a EMPRESA SÃO BENEDITO COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.

É o parecer, S.M.J.

Pontes e Lacerda, em 06 de dezembro de 2004.


CÉLIA MIURA
OAB/MT 6441-B



Seriado Federal/SGM/CEUP
Proc. Nº _____ / _____ Fls. 829



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2004

Tendo em vista haver o licitante cumprido todas as exigências do Edital, obedecidas as disposições legais, acato o parecer da Comissão Permanente de Licitação **HOMOLOGO** o processo da Tomada de Preços n.º 016/2004, que adjudicou **A EMPRESA SÃO BENEDITO COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, para Aquisição de Equipamentos para o Hospital e Pronto Socorro Municipal, conforme o respectivo Edital.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 13 de dezembro de 2004.

NELSON MIURA
Prefeito Municipal



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº _____ / _____ Fis. 830



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2004

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, nomeada através da Portaria n.º 004/2004, de 30/11/2004, após análise do procedimento administrativo relativo à TOMADA DE PREÇOS n.º 016/2004, e de conformidade com a Ata circunstanciada, **ADJUDICA, A EMPRESA SÃO BENEDITO COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, para Aquisição de Equipamentos para o Hospital e Pronto Socorro Municipal, no valor de R\$242.510,00 (Duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e dez reais).

Pontes e Lacerda-MT, em 13 de dezembro de 2004.

NELSON MIURA
Prefeito Municipal

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº

Fls. 831

Página: 20

DIÁRIO OFICIAL

SEGUNDA FEIRA 13 DE DEZEMBRO DE 2004

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2004
O Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a EMPRESA SÃO BENEDITO COMÉRCIO DE SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, saguamente vencedora do processo de licitação em aquisição de Equipamentos para o Hospital e Pronto Socorro Municipal.

Ponte e Lacerda/MT, 13 de Setembro de 2004

ALLAN TEIXEIRA GOMES

Presidente da Comissão de Licitação

FPO 13964

AS/PO

TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

CONSELHEIRO PRESIDENTE ARY LEITE DE CAMPOS

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. JOSÉ EDUARDO FARIA

Relação Nº 88/2004

PARECERES lidos em Sessão Extraordinária de 16 de setembro de 2004

Processos nºs 9.533-02/2004 (03 volumes), 8.659-22/2003, 1.660-62/2003, 9.577-02/2003, 10.897-42/2003, 11.871-02/2003, 16.827-02/2003, 19.731-62/2003, 22.182-12/2003, 24.377-92/2003, 21.103-02/2003, 21.463-72/2003 e 9.565-42/2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUAÍDIA

Contas anuais referentes ao exercício de 2003 - balanços dos meses de janeiro a dezembro.

CONSELHEIRO JÚLIO CAMPOS

PARECER Nº 102/2004: Contas anuais relativas ao exercício de 2003, da Prefeitura Municipal de Araguaína, pertencem ao prefeito municipal, sr. DAVID JOSÉ DE SOUZA. Parecer Prévio conforme processo nº 11.871-02/2003, 16.827-02/2003, 19.731-62/2003, 22.182-12/2003, 24.377-92/2003, 21.103-02/2003, 21.463-72/2003 e 9.565-42/2004. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, reunido em Sessão Plenária do Tribunal Pleno, sob direção do presidente conselheiro Ary Leite de Campos, em cumprimento à obrigação constitucional, oferece à Câmara de Vereadores do município de Araguaína PARECER PRÉVIO sobre as contas anuais do exercício financeiro de 2003, da Prefeitura Municipal, sr. DAVID JOSÉ DE SOUZA, na forma do disposto no artigo 31, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 210, inciso I, da Constituição do Estado de Mato Grosso, artigo 41, da Lei Complementar nº 21, de 18 de dezembro de 1991 e o artigo 157, inciso III, da Resolução nº 002/2002. Registra-se o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com o objetivo da fornecer elementos necessários à emissão do parecer prévio, foi constituída Comissão de Análise Programada, formada pelas seguintes:

Servidor	Cargo
Mariela Dias da Oliveira	Auditor Público Externo
Luiz S. Mendes da Cunha	Auditor Público Externo

Os atos e fatos contábeis no exercício contábil, orçamentário, financeiro, operacional e patrimonial consolidados nos Balanços levantados em 31 de dezembro de 2003, foram objeto de fiscalização "in loco", quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, observância às normas e procedimentos aplicáveis, Serviço Público sob base nas determinações legais e regulamentares. O resultado dos trabalhos está consubstanciado em relatório conclusivo e minucioso, acordado aos autos das contas anuais do exercício, onde constam o que segue. O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual são componentes do Sistema Orçamentário Municipal, conforme indica o caput do artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil. Portanto, são componentes de um todo, não podendo ser analisados isoladamente. Quanto ao Plano Plurianual para os exercícios de 2001 a 2003 e os Diversos Orçamentos - Lei nº 492/2001 e Lei 434/2002, respectivamente, apesar da aprovação pelo Poder Executivo Municipal, não foram submetidos ao julgamento singular por este Tribunal de Contas. A Lei Municipal nº 446/2002, que altera o plano e o orçamento do município de Araguaína para o exercício de 2003, no valor de R\$ 2.885.229,15 (dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e quatro centavos), registrada através do julgamento singular do Conselho Revisor. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 4.320/64, que prevê que a lei orçamentária anual poderá conter autorização, no Poder Executivo Municipal, para abrir créditos suplementares, anuais, por loteamento e limite de 20% (vinte por cento) das dotações orçamentárias, para abertura de créditos adicionais suplementares. Nesse mesmo sentido, com a parâmetro de previsão no artigo 174 da Constituição Federal, foi autorizada abertura de créditos suplementares, mediante lei autorizadora. Portanto, a autorização para abertura de créditos suplementares, reservadamente, pode ser assim detalhada:

AUTORIZAÇÃO	PERCENTUAL	R\$
Lei Municipal nº 446/2002 (LOA)	20%	554.993,42
Lei Municipal nº 433 de 18/03/2003	---	19.000,00
Lei Municipal nº 445 de 01/02/2003	---	14.000,00
Lei Municipal nº 470 de 13/10/2003 (10%)	10%	277.497,91
Lei Municipal nº 471, de 13/10/2003 (10%)	10%	277.497,91
Total Autorizado	---	1.142.989,35

Conforme demonstrado de que regulares contábeis e financeiros, o Roteiro do município, classificado arrendado, atinge o montante de R\$ 22.199.335,51 (vinte e dois milhões, cento e noventa e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos), assim distribuído:

TÍTULOS	R\$	%
Receitas Correntes	2.565.793,14	89,67
Receitas Tributárias	88.234,39	3,94
Receitas Patrimoniais	9.974,61	0,34
Receitas de Serviços	8.165,61	0,31
Transferências Correntes	---	---
Receitas de Contribuição	35.724,85	1,25
- Transferências do Estado	---	---
- Transferências do União	---	---
- Transferências Correntes	2.212.835,79	83,88
Outras Receitas Correntes	11.888,09	0,45
Receitas de Capital	277.500,00	10,33
- Transferências de Capital	277.500,00	10,33
Total	2.885.229,15	100

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Renda	Valor em R\$	% sobre a receita total
Tributária Própria	---	---
Imposto	88.234,39	3,94
TAXA	4.506,10	0,17
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1,00	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	4.705,97	0,18
TOTAL	97.447,46	3,69

Constitui regularidade financeira da responsabilidade do gestor fiscal a legalidade, prevista na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Portanto, o Poder Executivo Municipal deve implementar medidas visando incrementar a arrecadação de receitas próprias, inclusive, através de ações de cobrança extrajudicial e judicial.

No decorrer do exercício as despesas atingiram o valor de R\$ 23.209.018,94 (vinte e três milhões, duzentos e nove mil, cento e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos), conforme o demonstrativo por função:

FUNÇÕES	2003	
	R\$	%
Legislativa	172.582,43	6,17
Administrativa	1.072.032,21	38,29
Assistência Social	88.801,78	3,29
Saúde	584.784,29	18,06
Previdência Social	22.614,22	0,81
Encargos Especiais	114.331,48	4,06
Educação	468.793,86	16,77
Urbanismo	5.123,96	0,18
Habituação	160.188,87	5,45
Energia	107.180,79	3,83
Transportes	64.883,28	2,45
TOTAL	3.795.500,95	100

Aplicação nas Ativas e Serviços de Saúde Pública:

Foi aplicado nas ativas e serviços de saúde o montante de R\$ 384.964,41 (trezentos e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavo), o que corresponde ao percentual de 10,38% (dezessete vigintatris e oito por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 29/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 15%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o montante de R\$ 413.383,97 (quatrocentos e treze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos), o que corresponde ao percentual de 26,71% (vinte e seis vigintatris e sete por cento) do produto das receitas provenientes de impostos e transferências constitucionais, portanto, atendendo à Etapa Constitucional nº 21/2000 (§ 1º do artigo 157 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal), que determina o mínimo de 25%.

6

Terça-feira, 14 de Dezembro de 2004



EDITAIS, ATAS E AVISOS

CENTURIAS/A INDUSTRIAL COM L. AGRÍCOLA, inscrito no CNPJ sob o nº 01.298.968.968/0001-09 e Inscrição Estadual 13.236.465-4, estabelecido na Rua Barão de Melgaço, 2754, Centro, Cuiabá/MT, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que extraviou as notas fiscais de vendas de mercadorias de série Única, números 00001 a 1231, nota esta que não foi emitida pelo contribuinte.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE MATO GROSSO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 025/2004.

O Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso **CEPROTEC/MT**, comunica a **RETIFICAÇÃO** do Edital de Pregão nº 025/2004 nos seguintes lotes:
LOTE 03, aumento de número de itens passando de 24 para 49 itens e
LOTE 05, exclusão do item 14, por estar repetido.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2004.

PATRICIA MOTA RAUSCH
PregoeiraJOSÉ LUIZ LEITE
Presidente CEPROTEC

USINA BARRALCOOL S/A CNPJ: 31.664.228/0001-35
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Barralcool Usina da Barra S/A, a se reunirem em **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a ser realizada no dia 21 de dezembro de 2004, às 8:00 horas em primeira convocação e às 8:30 horas em segunda convocação, em sua sede social situada à Rodovia MT 246 Km 3,5 Distrito Industrial em Barra do Bugres-MT, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Alterar o capital autorizado da sociedade; b) Capitalização de reservas de capital; c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Não estando presentes, no horário da primeira convocação, acionistas que representem, no mínimo 2/3 (dois terços) do capital com direito a voto, a assembleia será instalada e realizada, em segunda convocação, com qualquer número.

Barra do Bugres, 13 de Dezembro de 2004.

A) JOÃO NICOLAU PETRONI

Presidente do Conselho de Administração **ASPIFO 3 x 1**

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS
CRECI - 1ª REGIÃO - MATO GROSSO

Fica o Sr. **EDSON FERREIRA PENZO**, pelo presente **NOTIFICADO** que no dia 16 de setembro de 2004, conforme decisão da CEFISP, Comissão de Ética e Fiscalização Profissional deste CRECI - 1ª REGIÃO - MT, o **PROCESSO CRECI Nº 028/2004**, onde figuram como **PAUTA** **AUTOR** : CRECI - 1ª REGIÃO - **AUTUADO** : **EDSON FERREIRA PENZO**, tendo sido apensado ao pagamento de 01 (uma) multa pelo seguinte motivo: Exercer a profissão quando impedido de fazê-lo. O autuado terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação deste Edital para efetuar o pagamento da multa mencionada, bem como independente do depósito prévio da multa, oferecer recurso caso queira.

CARLOS ALBERTO LÚCIO DA SILVA
PRESIDENTE - CRECI - 1ª REGIÃO-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA
ESTADO DE MATO GROSSO
RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2004

O Preito Municipal de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a **EMPRESA SAO BENEDITO COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, sagrou-se vencedora do processo de licitação em referência, no valor de R\$ 242.510,00 (Duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e dez reais), para aquisição de Equipamentos para o Hospital e Pronto Socorro Municipal, Pontes e Lacerda/MT, 13 de dezembro de 2004.

ALLAN TEIXEIRA GOMES
Presidente da Comissão de Licitação
Port. 004/2004

ASP/FO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA
ESTADO DE MATO GROSSO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2004

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado no dia 14 de dezembro de 2004, às 14h, o processo de licitação para aquisição de Equipamentos para o Hospital e Pronto Socorro Municipal, Pontes e Lacerda/MT, 13 de dezembro de 2004.

VALDELICE SILVA ORMOND, RG Nº 584661, COMUNICA que extraviou o Diploma de conclusão do curso de enfermagem e o Certificado de especialização em Enfermagem. Conforme B.O nº 1020001.04.085456-5.

A COMPANHIA AGRÍCOLA DO PARCIS- CIAPAR, CNPJ: 153664950001-44, torna público que solicitou à Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMAMT, o Licenciamento Ambiental Único de sua propriedade, denominada Fazenda Sulga, localizada no Município de Campo Novo dos Parecis/MT. Não sendo determinado o Estudo de Impacto Ambiental.

A COMPANHIA AGRÍCOLA DO PARCIS- CIAPAR, CNPJ: 153664950001-44, torna público que solicitou à Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMAMT, o Licenciamento Ambiental Único de sua propriedade, denominada Fazenda Cipar, localizada no Município de Campo Novo dos Parecis/MT. Não sendo determinado o Estudo de Impacto Ambiental.

INDUSTRIAL E COMERCIAL DE CEREJAS SINOP LTDA, CNPJ 03.629.876/0001-90, torna público que requereu da FEMAMT, a Renovação da Licença de Operação (L.O.), para sua atividade de Beneficiamento de Arroz, localizada na Chácara 526, BR 163, Sinop/MT.

INTERIOR

ADMETTA- COND. FECHADO EM CHAPADA DOS GUIMARÃES totalmente mobiliado, área de lazer comp. c/2 qtos. s/1 site, sl. coz. wc. soc. área de serv. c/02-02585-3 621-1060 Cj714. (CTR:0393)

SALAS COMERCIAIS
VENDA/LOCAÇÃO**REGIÃO NORTE**

ADMETTA- SALA COMERCIAL CASA IV Salão com 240m2, wc. soc. escrit. R\$ 450,00. c/02-02519-3 621-1060 Cj714. (CTR:0393)

REGIÃO SUL

2001 IMOBILIÁRIA ALUGA CASA COMERCIAL AV. Getúlio Vargas, R\$ 2.000/ALUGA/Venda Casa prox. ao Colégio São Gonçalo 622-2007 Cj027. (CTR:1507)

ABDALA IMÓVEIS VENDE SALA COMERCIAL-ED. MIRANTE DO COXIM- c/56m2, Centro, ótima localização, R\$ 60.000 c/321.1013-321.1873 abdalaimoveis@pop.com.br Creci-J.0167 (CTR:1508)

ADMETTA- SALÃO

ED. MARECHAL RONDON Sala Rua General Valle, nº321, ao lado do Pronto Socorro, 9º andar, ótima sala- c/50m2 +1 wc. reformado. c/geragem. 623-9888 Creci 135. (CTR:1527)

ED. PALÁCIO DO COMÉRCIO Sala 84, Rua Galdino Pimentel, nº14, c/sala c/50m2, sem divisórias, wc, reformada. 623-9888 Creci 135. (CTR:1527)

EMI-KA ALUGA ED. CONJ. NACIONAL Terreno medido 360m2 na Isaaq Poyas, R\$ 400,00. 621-5005/ 9974-8277 CreciJ0821 (CTR:1381)

OPORTUNIDADE ÚNICA
VENDE-SE URGENTE!

"Succos Paulista", bom movimento. Aceita-se proposta. Motivo de mudança. 9972-3520/623-762 1623-7833 - Pedro.

EMI-KA ALUGA CONJ. O M E R C I A L BOSQUE- Sala c/30m2, na Rua Mat. F. Peixoto, R\$ 400,00 +cond. R\$ 500,00 621-5005/ 9974-8277 CreciJ0821 (CTR:1381)

NACIONAL IMÓVEIS ALUGA Sala Comercial-Prédio ED. EMPIRE CENTER- 10º andar, c/dv. coz. wc/ CASA COMERCIAL- Jd. Europa- c/4 sbs. 3 wcs. coz. área de serv. edícula +3vc. c/sistema de alarme. 623.2556/ 3023.0755 Cj921. (CTR:0859)

PERES VENDE Sala Comercial- ED. ALBERT SABIN- Centro- c/sl. c/divisórias, wc, co-

VITÓRIA IMÓVEIS ALUGA Centro Médico- JD. CUIABÁ- Sala: oferece serv. de recepção, secretária, Internet, fax, copier, limpeza e segurança. Área priv. das Salas: 20m2. Plantão aos sábados CreciJ928 324.0804/ 0803 (CTR:1357)

VRC ALUGA IMÓVEL O M E R C I A L GOIABEIRAS com diversas SALAS +ou- 500m2 frente em bndex, R\$ 4.000,00 Vrc i-mob. 642- 5006 Cj-877. (CTR:12388)

VRC ALUGA 02 SALAS COMERCIAIS para Clínica, JD. CUIABÁ- 01 Sala com instalação p/identificação e outra de sala d'wc. R\$ 650,00 e R\$ 700,00 VRC IMOBILIÁRIA 642-0006 Cj-877. (CTR:12388)

WORKER ALUGA Salão Comercial- ED. EMILIA- Goiabeiras- terreno c/sl. recepção, wc. soc. +1 mesanino-40m2, toda reformada. www.worker.com.br/worker@vsp.com.br 623- 6199 Cj858. (CTR:12174)

WORKER ALUGA Sala Comercial- no ED. OFFICE TOWER- c/dv. visórias, wcs, copie. www.worker.com.br 623-6199 Cj858 (CTR:12175)

REGIÃO LESTE

EMI-KA ALUGA SALAS COMERCIAIS- General Mello R\$ 220,00/ Centro Empresarial Morro da Luz R\$ 250,00/ Ed. Mater Center R\$ 350,00/ Ed. Conj. Nacional R\$ 400,00 621-5005/ 9974-8277 CreciJ0821 (CTR:1381)

SOLUÇÃO ALUGA SALÃO NA AV. IPIRANGA- no bairro Goiabeiras, c/240m2, área coberta, wc soc. e-scl. enr. p/veículos, ótimo p/destinação. Em fácil acesso. Venda conf. 321-3474/8112-6474 Cj0024. (CTR:0106)

SALA CENTRO - Rua Antônio Maria nº 382, sala 101 e 102 no 1º andar conjugada, c/30 m2, com 2 wc, divisórias em 4 peças. Próx. a Família Pax. 623-9888 Creci 135. (CTR:1527)

SOLUÇÃO ALUGA SALÃO Próx. Café CAIKUN- Salão na Mat.

IMOBILIÁRIA JA MARIANA- Vent. BARRAÇÕES em s/01 na Rua U Pompeu de Ca c/1.350m2 de galpão todo co 400.MIL/ Out. JD. PAULA c/ c/ de 2.154m2, galpã sclt. e casa simpl 150.MIL Creci: JO 322.5137/322.514 TR:12611)

**REGIÃO NOR**

A INVEST VENDE RENO 30x35, ótima localização a 150m Shopping Pant. Qualquer ramo de dado, inclusive Pos Gasolina. 624-7588/ Creci J0951 TR:3887)

REGIÃO SU

2001 IMOBILIÁRIA BOA ESPERANÇA Terrenos juntos 12x36/ BOSQUE SAUDE 24x30 Hosp. São Mateus CLIMATIZADO 12x36 asfalto a 2 quadras do Cjpa. 622-31027. (CTR:1507)

A INVEST VENDE pr. na Av. Jurum pr. na Gráfica Art 24x47, muredo de 624.7363 CreciJ0821 (CTR:3887)

ACÁCIA IMOB. VENDE TERRENO com 84c JD. OURS VER ostrado do Capão/ Guarani Marajá, frente ao resid. da C Econômica Fedi Creci: J0927 684.1117 (CTR:151)

EMI-KA VENDE T RENO- CENTRO C Costa, medindo 13x 520m2 621.51 9974.8277 www.ka.com.br Creci 2 (CTR:1391)

ESPAÇO IMOB VENDE 02 LOV COND. FLOR CUIABÁ- 02 Loias quadra 14, próx. a C Cor. Verde Lotes r- 642.3443 c/ 9190 (CTR:0735)

VENDE-SE UM Lx +ou- 247m2, mu- Preço a combinar. E no CENTRO AMER 9601.7498 TR:1648)

ÁREA AV. CPA Ver se excelente Área na CPA- c/3 frentes, mu





Proc. Nº _____ / _____ Fls. 834
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA



CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS

"Termo de Contrato de Aquisição de Equipamentos
entre o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** e a
empresa **SÃO BENEDITO COMÉRCIO SERVIÇOS
E REPRESENTAÇÕES LTDA**"

Aos décimo quarto dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** do Município de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida Marechal Rondon, nº 310, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 04.330.355/0001-08, representado neste ato por seu Gestor Divino Donizete Alves, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa **SÃO BENEDITO COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.831.795/0001-42, estabelecida na Av. Ipiranga, nº 1615, bairro Porto, Cuiabá/MT, representada neste ato pelo seu representante legal o Senhor MOACIR RIBEIRO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliada a Avenida São Sebastião, nº 1.930, bairro Goiabeiras, Cuiabá/MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 242.848 SSP/MT e do CPF nº 029.979.161-00, doravante denominada **CONTRATADA**, vencedora da Tomada de Preços nº 016/2004, resolvem celebrar o presente Contrato de aquisição de equipamentos, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este contrato tem por objeto a Aquisição dos seguintes equipamentos:

- 01 **ULTRASSONOGRAFIA** – aplicações - abdominal/ Ob./ Gin/ Vascular/ Urologia/ Cardíaca (Modo M) Pequena Partes; **Transdutores: Linear, Convexo e Endocavitário**; Modos de operação: Modo B – Bidimensional – Apresentação única na tela; Modo B/B Bidimensional – Apresentação dupla na mesma tela; Modo B/M – Bidimensional e Unidimensional simultâneos; Modo M – Unidimensional; Conexão para 01 transdutor; Escala de cinza com 256 níveis; Possibilidade de quatro pontos focais; Tripla frequência em todos os transdutores; Revisão de imagem (Cine-loop e Cine-Memory com 64 quadros); Armazenagem de 30 imagens (Image Bank); Bi-voltagem automática; Indicação das partes do corpo com orientação do transdutor (Body Mark); Medicas – distância/ Área/ Volume/ Frequência Cardíaca (Modo M); Crescimento Fetal/ Peso Fetal e Idade Gestacional; Curva de crescimento fetal; Report. Relatório de medidas obstétricas;
Possibilidade união de 02 imagens (BB);
Tabela obstétrica programável (01);
Caracteres e gráficos; data/ hora/ identificação do transdutor/ ponto focal/ nome do Hospital/ nome do paciente e body Mark;
Teclado alfa-numérico com membrana;
Controle de ganho geral, proximal e distal (potenciômetros);
Senha de proteção do equipamento (password);

Track-ball de membrana (touch screen), comandando funções e utilitários;

Monitor monocromático de 7”;

Transdutores compatíveis;

CONVEXO: 3.5 MHz/60R/60° - aplicação geral, 5,0 MHz/40R/60° - aplicação geral, 5.0 MHz/17R/112° - Transvaginal, 6.5 MHz/200R/80° - Transvaginal;

LINEAR: 7.5 MHz/40MM – Pequenas partes, 7.5 MHz/60MM – Aplicação geral, 5.0 MHz/65MM – Aplicação geral, 3.5 MHz/85mm – Obstétrico e Mesa auxiliar;

- **01 OXÍMETRO DE PULSO**, técnicas de espectrofotometria e pleistismografia, mostra os valores medidos de SPO2 e pulso, indica a qualidade do sinal, procurando pulso e pulso fraco; BIP de pulso: indicação sonora com 2 tipos de sons: indicação visual através de Leds; indicação sem sensor, limites de máximos e mínimos; oximetria: 30 a 100% - asso de 1% - 30 a 254 bpm – passo de 5 bpm; Controle digital de brilho;

- **01 MESA CIRÚRGICA 12 POSIÇÕES**, com altura fixa, base sólida construída em chapa de aço de 5/16”, pintada em pintura epóxi com tratamento anti-ferruginoso, abertura de acesso para mesa de mayo, pedal de acionamento de rodas retrateis cromada com sapata, rodas que permitem o deslocamento da mesa. Coluna de aço com altura fixa, chassis da mesa em aço carbono com pintura epóxi, leito construído em chapa de aço carbono 18, e totalmente revestido em chapa de aço inoxidável 24 AISI 304, tampo dividido em quatro seções de cabeça, dorso, assento, piseira, acabamento polido e brilhoso réguas laterais corredeiras cromada para fixação de acessórios, trendelemburg e reverso acionado por manivelas na lateral, manivelas cromadas com mecanismos suaves e eficientes com comandos na cabeceira e uma na lateral, com pelas usinadas em torno CNC computadorizado de precisão acompanha 01 par de ambradeiras, 01 par de porta coxas, 01 manivela cromada, arco de narcose, apoio de pés e braços, colchão de espuma revestido em napa de 05cm.

- **01 FOCO CIRÚRGICO TETO**, 3/3, temperatura de cor: 2.800° a 3.400°K, tensão de alimentação 110 ou 220 volts, frequência 50 Hz/60 Hz, refletor: Dicroico de permeabilidade especial (redução térmica). Movimento: Torção, flexão, básculo e circulares, com sistema de emergência.

- **02 CAMA DE RECUPERAÇÃO ADULTO**. Estrado articulado Fawler e base construídos aço tratado com prime anti-oxidante, acabamento em pintura alifática. Movimento comandados através de três manivelas escamoteáveis que acionam fusos sobre rolamentos com de limitadores de segurança. Lateral revestida em chapa de aço inoxidável. Base construída em tubos retangulares, com acabamento em pintura alifática. Grades laterais escamoteáveis construídas em tubos redondos de aço inoxidável. Pés providos de rodas giratórias de 10” de diâmetro com aros de borracha maciça, sendo duas com freio em diagonal. Suporte de soro adaptável em quatro pontos da cama, Colchão.

- **01 AUTOCLAVE VERTICAL 250 L**, Esterilização a vapor, câmara e cesto de material, construído em chapa de aço inoxidável, tampa em bronze fundido e polido com sistema de fechamento hermético, sob guarnição de silicone, por meio de prisioneiros reversíveis e manipuladores de baquelite e latão, válvula de segurança com sistema de contra-peso regulável e registro de descarga de vapor para liberar a pressão e o ar interno, torneira de drenagem, manômetro com duas escalas, sendo uma de pressão em atmosfera e outra relativa a temperatura em graus Celsius, resistência em níquel-cromo blindada em tubos de cobre cromados, gabinete em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo, pintura em epóxi, painel com chave de temperatura de 03 posições e lâmpadas;

- **01 APARELHO DE RAIOS X DE 50M A:** Mesa de comando, painel de controle: chave liga/desl., Timer eletrônico de precisão para seleção de tempo de exposição de 0,01 até 4 segundos em 21 passos. Instrumentos analógicos para leitura de mA de 0 a 500mA e Kilovolts



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ / _____ Fis. 836
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA



de 20 a 120Kv. Chave de seleção de Foco e mA com os seguintes valores: Foco fino: 50/100mA. Foco grosso: 200/300/500mA. Chave de seleção de postos de trabalho: Coluna (sem bucky; Bucky 1 (Bucky Mural); Bucky 2 (mesa bucky). Push Botton para disparo de Raio X; Circuito de estabilização de voltagem para filamento de ampola; Dispositivo para radiografias instantâneas; Bloqueio de técnica de operação prejudiciais a ampola: Push Botton para preparo; Dupla regulagem de kV com seleção em vários passos, de: 2 em 2 kV. Chave de compensação de rede para até + ou - 30 V TRANSFORMADOR DE ALTA TENSÃO; Rendimento de 500 mA/ 125 Kv, imerso em óleo isolante especial, tratado a vácuo; Unidade retificadoras de solicio para 125 kVp onda completa; Receptáculo Universal "Fedral Satandard". AMPOLA PRODUTORA DE RAIOS X: Unidade selada de Anodo Giratório (30/50 kV) angulação 1,75 graus; Filamento Foco Fino: 1,2/1,2mm; Foco grosso: 2,0/2,0mm. Cúpula completamente protegida com revestimento em chumbo de 3mm, 30/50 kW x 125 kWp Foco fino: 30 kW; Foco grosso 50 kW; Conexão tipo Federal: Carga máxima permitidas; Foco grosso: Foco fino 500 Ma/90kV 100mA/115kV, 300Ma/100kV 50Ma/120kV. COLIMADOR LUMINOSO, Caixa com revestimento em chumbo, lâminas em 1 estágio, lâmpada halógena de 12 volts; Temporizador eletrônico para centralização. MESA RADIOLÓGICA; Mesa Bucky, com acabamento em alumínio a-7 provida de bucky com gaveta em aço inox com precurso em toda sua extensão. Grades anti-difusora 8.1-80 linhas. COLUNA PORTA TUBO. Coluna porta tubo dotada de freios eletro-magnéticos acionados por meio de teclas, indicador de angulação, braço telescópico com giro de 180 graus. Coluna contrabalanceada com deslocamento sobre trilhos, sistema chão/chão, dotado de freios eletromagnéticos. Braço de sustentação do Tubo com movimento de avanço e retrocesso com freio magnético. Avanço máximo de 1 metro. EESTATIVA BUCKY MURAL; Coluna contrabalanceada para fixação em piso acabado. Freios mecânicos. Grade anti-difusora 8.1-80 linhas, com distância focal 1,80m; Bandeja ajustável em aço inox polido para chassi 13 x 18 até 35 x 43cm. Ligação conjugada com comando do equipamento com disparo de Raio X automático.

- 1.1 Os recursos para a referida aquisição vêm do Convênio nº 2222/2004, celebrado entre o Ministério da Saúde e Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

2. O presente contrato é celebrado com base na Tomada de Preços nº 016/2004, homologada 13/12/ 2004, com regime de execução de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE REAJUSTAMENTO

- 3.1 O valor global para a aquisição de Equipamento e Material Permanente é de **R\$242.510,00 (Duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e dez reais)**, pagos de forma parcelada, com recursos próprios e conveniados.
- 3.2 Os valores fixados neste Contrato serão irrevogáveis.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 837



CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA DO EQUIPAMENTO E O MATERIAL PERMANENTE

- 4.1 O Equipamento e o Material Permanente será entregue de forma imediata após a assinatura deste, prontos para ser utilizado.
- 4.2 As observações sobre o recebimento do Equipamento e o material permanente deverão ser efetuadas até 15 (quinze) dias da sua entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

- 5.1 As despesas para a execução do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.01 – Fundo Municipal de Saúde
1030100791.0006 – Aquisição de Equipamentos Hospitalar
4.4.90.52 – Material de Consumo

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 DA CONTRATANTE

- 6.1.1 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pela aquisição do Equipamento e o material permanente de acordo com as disposições do presente Contrato;
- 6.1.2 Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe às penalidades cabíveis nos termos da Lei n.º 8.666/93;
- 6.1.3 Modificar ou rescindir unilateralmente o Contrato nos casos previstos na Lei n.º 8.666/93;

6.2 DA CONTRATADA

- 6.2.1 Oferecer garantia de 06 (seis) meses contra defeito de fabricação;
- 6.2.2 Responsabilizar-se pela correção imediata dos problemas técnicos porventura ocorridos no veículo adquirido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

- 7.1 A rescisão do presente Contrato poderá ocorrer da seguinte forma:

- a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a Contratante.
- b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93;
- c) Judicial – nos termos da legislação processual;

- 7.2 A Contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei n.º 8.666/93.



Proc Nº _____ / _____ FIS 000
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA



CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 8.1 O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei n.º 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:
- 8.1.1 Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:
- a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
- 8.1.2 Por acordo das partes:
- a) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos equipamentos;
- 8.2 Outros casos previstos na Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

- 9.1 O presente Contrato está vinculado em todos os seus termos ao processo licitatório, na modalidade Tomada de Preços n.º 016/2004 e seus respectivos anexos, bem como a proposta de preços vencedora, que fazem parte integrante deste Contrato independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

- 10.1 Aplica-se a Lei n.º 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores, o Decreto Federal n.º 1.070/94 e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

- 11.1 A Contratada deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

- 12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato.



Proc. Nº _____ / _____ Fls. 000

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Pontes e Lacerda - MT, 13 de dezembro de 2004.



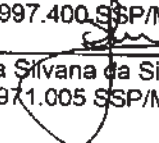
DIVINO DONIZETE ALVES
Gestor Municipal
Contratante

SÃO BENEDITO COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA
Contratada

Testemunhas:



Maria Joana D'arc Galdino de Almeida
RG: 997.400 SSP/MT



Maria Silvana da Silva
RG: 971.005 SSP/MT

São Benedito

Comércio Serviços e Representações Ltda.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº _____ / _____ Fls. 840

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA
Sr. Secretário de Saúde
Att. Sr. Divino Donizete Alves
Assunto : Contrato de Fornecimento de Equipamentos

Referente ao assunto acima citado, pelo ao Ex. Sr. Secretário o CANCELAMENTO do Contrato referente a Tomada de Preços nº 016/2004, homologada em 13.12.2004, pois conforme solicitação desse Órgão, os materiais deveriam ser entregues em até 15(quinze) dias, sendo que, devido as Festas de Final e recesso das fábricas, os mesmos materiais só poderão ser entregues a partir de 15 de Fevereiro do próximo ano, sendo que, dessa forma não atende as necessidades desse órgão. Sendo assim, fomos obrigados a pedir esse cancelamento para não causarmos transtornos, tendo em vista que, no contrato existe uma cláusula 7.1.a, que reza onde poderá ocorrer uma rescisão de forma amigável e sem danos, lembrando ainda que, o Contrato ainda não foi assinado pela empresa.

Na expectativa da compreensão, desde já agradecemos e ficamos no aguardo de um pronunciamento.

Cuiabá, MT, 13 de Dezembro de 2004

São Benedito – Comércio, Serviços e Representações Ltda.

CNPJ nº 07.831.795/0001-42

Paulo Roberto Ribeiro

Diretor

RG nº 532.045 SSP-MT

Pabx 065 623 9494

Dep. José Riva Presidente	Dep. Sílvio Barboza 1º Secretário	Dep. Campos Neto 2º Secretário

3328

Proc. Nº

Fls. 842

Quarta-feira, 10 de Novembro de 2004

EDITAIS, ATAS E AVISOS

CLAN CLÍNICA DE ANESTESIA

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária

O Dr. José Pinheiro Coelho Filho, investido na função de Administrador da CLAN, conforme previsto legal do artigo 1060 do Código Civil, vem à presença de todos os sócios, para convocar a participação de uma Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, no dia 16 de Novembro de 2004, na sede da Empresa CLAN Clínica de Anestesia LTDA sito a rua General Paulino nº 321, Edifício Marechal Rondon, sala 702, 7º andar, à ser instalada com base nos artigos 1010, 1071 e seguintes do código civil, às 18:30 horas, em primeira chamada e 19:00 horas em segunda chamada, para deliberar sobre os seguintes assuntos: I) Férias vencidas e a vencer dos sócios; II) Situação do sócio Honório Moreira Testa, que se encontra afastado de suas atividades profissionais; III) Adequação contratual de acordo com a Lei nº 10.406/2002; IV) Situação da Anestesia do Hospital Bom Jesus.

Cuiabá, 09 de Novembro de 2004.

OSÉ PINHEIRO COELHO FILHO Administrador da CLAN.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA
ESTADO DE MATO GROSSO

EM USO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2004

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 29 de Novembro de 2004, às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, sito Av. Marechal Rondon, 310, centro, licitação na modalidade Tomada de Preços, destinada a selecionar a melhor proposta para aquisição de equipamento e material permanente. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital com o Edital junto a Comissão de Licitação, nesta Prefeitura, durante o horário de expediente comercial.

Pontes e Lacerda, 09 de novembro de 2004

IVANILDO AMARAL DE QUEIROZ

Presidente da Comissão de Licitação Port. 003/2004 ASP/PO

ABANDONO DE EMPREGO

A Empresa ROLETES E ESTEIRAS LTDA-ME, CNPJ Nº 04.715.384/0001-80, situada na Avenida Fernando Corrêa da Costa, 6556A, Cuiabá, Mato Grosso do Sul, solicita o comparecimento de seu funcionário JOSÉ Herculano NETO, portador do CTPS Nº 2256511 Série 001-0, CPF 569.720.161-34, admissão 01/04/2004, e comunica que o seu não comparecimento ou falta de justificativa no prazo de 03 dias a contar da data da 1ª publicação (10.11.04), caracteriza em abandono de emprego de acordo com o Artigo 482 Letra I da CLT.

EXAME DE PROFICIÊNCIA EM PORTUGUÊS

Inscrições para o Exame de Proficiência até o dia 20/11/2004 na sede do CRECI/MT das 12 às 18 h. Provas dia 06/12/2004. Mais informações (65) 623-4880

Carlos Alberto Lúcio da Silva
Presidente
CRECI/MT 19ª Região

OLY SUTIL DE OLIVEIRA, CPF nº 005.859.121-49, torna público que requereu junto à FEMa, o Licenciamento Ambiental Único, da Fazenda Guaribóia, localizada no município de Alto Taquari/MT.

CAUDENOR JOSÉ RODRIGUES, CPF nº 082.201.380-00, torna público que requereu junto à FEMa, a Renovação do Licenciamento Ambiental Único da Fazenda Nossa Senhora Menina, localizada no Município de Alto Taquari/MT.

OSVALDO ALVES E CIA LTDA (FILIAL), CNPJ nº 04.715.384/0001-80, estabelecida na Avenida São Luiz, nº 1542 A, Bairro São Luiz em Cuiabá/MT, DECLARA para os fins de direito que extraiu o seguinte Documento Fiscal: Registro de Licitação Documentos Fiscais Termos de Ocorrência, nº 21.

NELSON GRACIANO DE BRITO, CPF 053.910.088-91, titular da Fazenda Britolândia, comunica que requereu junto à FEMa, a Licença Ambiental Única da referida fazenda, no Alto Paraquari/MT. Não foi determinado o

AQUINO & CIA Rua Miranda Reis. Terreno casa e 01 Salão Comercial. QTD. R\$ 160.000,00. 322.1166/322.1184. Creci. J0138 (CTR:12578)

IMOBILIARIA JARDIM MARIANA VENDE Terreno s/01 no Centro Rua Amador de Mattos c/80m2 R\$ 120.000.00. Creci. J0138 (CTR:12578)

BURITI CENTRO DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS Distrito Industrial. Área de 7000m2, guerra, administração, Barracão, prdx. ao Banco do Brasil. Creci 7990. 624.1286 mhouse.com.br/buriti (CTR:1337)

LOTE COND. FLORAIS Vendo 02 Lotes no Cond. Florais, com ótima localização. VISA IMOBILIARIA VISA Creci:J394. 322.3588/3556 (CTR:12172)

PANORAMA IMOBILIARIA JD. PAULISTA 13 000m de frente p/Av. Caminho de Campos, 68,00m de fundos com escrit. salas, wcs, excelente p/par de carros. Prdx. a Av. Miguel Suiz. R\$ 400.000. Creci: J0035. 627.3210. (CTR:0555)

PANORAMA IMOBILIARIA Área com 43.792Hect. excelente p/lotamento, 2Km depois da AMBEV, toda cercada e escriturada. Creci: J0035. 627.3210. (CTR:0555)

PANORAMA IMOBILIARIA Centro-Excelente Área Comercial c/1190m2 frente para Isac Povos e fundo p/Rua 24 de Outubro 17x70m. R\$ 350.000. Creci: J0035. 627.3210. (CTR:0555)

PORTO Terreno Comercial c/9.5x35 330m2 com uma casa alv. Prdx. a esq. da Com. Costa. cód:00513-1 PLANO QUATRO. 623.4374/322.4050 J402 Secovi MT 010 www.planoquatro.com.br (CTR:1213)

ROSA IMOVEIS VENDE Bosque da Saúde Terreno c/300m2, excelente loc. próprio p/comércio, com edícula de 80m2 de constr. 3 qtos. s/1 ste. cód:1575 Creci: J835. 626-2250 www.rosaimoveis.com.br Planiflô sabb. e dom. (CTR:9188)

ROSA IMOVEIS TERRENO CHACARA DOS PINHEIROS c/604m2. R\$ 18.000.00. 1447. Creci J835. 626-2250 Planiflô sábados www.rosaimoveis.com.br (CTR:9188)

ROSA IMOVEIS

WORKER VENDE ÁREA Av. dos Trabalhadores, prdx. Cond. SANTA INES. COM 30.000m2, toda estruturada, ótimo p/c. id. mínimo resid. OTDO. www.worker.com.br 623-6189 Cuiabá. (CTR:12174)

WORKER VENDE ÁREA 35.000m2 RODOVIA CUIABÁ SANTO ANTONIO-Frente ao Clube da Caixa com 70m2 de beira de pista, ótimo p/cond. resid. OTDO Creci J858. 623.6193/ www.worker.com.br (CTR:12175)

REGIÃO OESTE

DISTRITO INDUSTRIAL Barracão 6000m2 terreno de 15000m2 c/7 escrit. copa, wcs, mura. cód:01298-6 PLANO QUATRO. 623.4374/3027.4050 J402 Secovi MT 010 www.planoquatro.com.br (CTR:1213)

VÁRZEA GRANDE

D. FERREIRA VENDE TERRENO ESPECIAL P/MOTEL OU KINNET Loc. Av. 31 de Março, 24x60. Ótima loc. OTDO. R\$ 25.000. Creci: J3397. 685.2457/685.2357/ 9974.0178 (CTR:0747)

DE VILLE VENDE Terreno Av. da Feb. V.G. 365m2, escriturado. Ótima localização. 9972.4359/ 521.2464 Creci: J0110 (CTR:1054)

IMOBILIARIA JARDIM MARIANA VENDE 02 Terrenos no bairro I-PASE. Prdx. a Distr. Luziana, medindo 4.397,91m2. R\$ 270.000.00. Outro medindo 2.040m2 R\$ 140.000. Creci: J0110. 322.5137/322.5148. (CTR:12811)

INTERIOR

CHAPADA DOS GUIMARÃES Vende-se 02 Terrenos, localizado na Av. Principal (saída do Mirante), murada. 615.2533 Creci: J684 (CTR:0102)

GUARU IMOVEIS VENDE Terreno no CERRADOS. Área 414m2, ótima localização bairro c/ várias casas de alto padrão. R\$ 1.500.000. M I L Site: www.guaruimoveis.com.br 627.4343/ 9982.8009 Creci: J975 (CTR:1098)

SANTA FÉ IMOVEIS LOTE BOM CLIMA medindo 20x38= 760m2, no loteamento de Chapada dos Guimarães. R\$ 15.000. 624.0407/ 9981.6296 Creci: J988

4.421HACT. TOCAN-INS/ TO 2.440Hact. em casio anigo, toda cercada, casa e curral velho, 50% plano, 50% quebrado, rio e correios. e-mail: oilsoncorreio@terra.com.br 634.1466/ 9951.2134 Creci: F3422 (CTR:0710)

680HACT. MANSO 350Hact. form. briz e humid. 6div. sede c/5 qtos. casa caseiro, curral, terra mista plana, R\$ 900.000. Hact. 01 entrada +02 anos em solo ou arrebda do bol. e-mail: oilsoncorreio@terra.com.br 634.1466/ 9951.2134 Creci: F3422 (CTR:0710)

9760HACT. TOCAN-INS/ TO terra para soja, topografia plana, R\$ 900.000. Hact. 01 entrada +02 anos em solo ou arrebda do bol. e-mail: oilsoncorreio@terra.com.br 634.1466/ 9951.2134 Creci: F3422 (CTR:0710)

910HACT. ROSARIO OESTE 700Hact. form. 12 div. sede, casa emp. energia, curral, represa, corral, terra mista vermelha e gorgulho preto, já foi lavada de amoz. R\$ 60.000. sacas soja. e-mail: oilsoncorreio@terra.com.br 634.1466/ 9951.2134 Creci: F3422 (CTR:0710)

AINVEST VENDE FAZ. em JACIARA. 70% abastecida, 5Km da estrada, c/2 div. de pasto, 2 curral, 2 casas boas, 2Km da margem do rio, 50% cultura c/ bacun, 50% casca de cana, c/ p/esto, docum. certo. c/ 650sq. 1.125.3Hact. 624.7363/ 7568 Creci: J0951 (CTR:3887)

AINVEST VENDE FAZ. em FELIZ NATAL. toda bruta, ótima p/soja, R\$ 500.000. p/Hact. FAZ. no NORTE do estado c/150.000Hact. toda bruta, toda c/ madeira, negócio de ocasião. 624.7363 Creci: J0951 (CTR:3887)

A JC IMOVEIS VENDE SÍTIO. área bruta 62Hact. 14Km do Travo do Lagoerto c/ Jangada, à esquerda +6 Km prdx. a psicultura. lotada, próprio p/pastagem, documentada. R\$ 36.000. 653.5125/ 9955.6896/ 9634.7582 (CTR:4125)

ABDALA IMOVEIS VENDE SÍTIO. com 60Hact. Br 364 (15Km) depois do Posto Gil, à 2Km do asfalto, casa remiar, doca ant. Troca-

CHAPADA Ver Fantástica Área n-pada dos Gum c/4 Hact. c/rio, choeiras, fazendo com paredão, na c. 623-9888 Creci: (CTR:1313)

ESPAÇO IMC VENDE CHA c/9Hact. Coxipó D 100m beira Rio C casa sede, em alv caseiro, 4 div. de pomar, 16Km de R\$ 60.000. www.colimoveis.com 642.3443 Creci: J0 (CTR:0735)

FAZ. DE 453Hact. NOVA TUM R\$ 68.000. 204Hact. C/ VERDE R\$ sacas/ 141Hact. JOSÉ RIO CLAF 22 mil 10.000Hact. no bruto R\$ 120.000 e-mail: oilsoncorreio@terra.com.br 634.1466/ 9951.2134 Creci: F3422 (CTR:0710)

FAZ. EM POI Região 7 porcos a 1.760sq. 1100sq 70div. de psto, casa emp. eng. curral. 9967 Creci: F2893 (TR:0176)

FAZ. MODELO 4Km de Br 364, p/ Fiscal, com 702Hact. da form. sede, div. corredor centr. de água, ótima p/ATIVA IMOVEIS 623.7200/ 9607 Creci: J240. (CTR:1)

FAZENDA 1100 ROSÁRIO O 800Hact. form. 180.000Hact. toda cercada, de casa sede, c/ p/esto, curral, c/ beira do rio, terra tura, entr. Entr. 4 Creci: F2578 625.4685/ 9956 (CTR:0750)

FAZENDA 6000 toda cercada, for casa sede, curral c/ 4 rios, casa p/ 450.000. p/Hact. proposta Creci: 625.4685/ 9956 (CTR:0750)

FAZENDA BEIR LAGO M 624Hact. toda for oida, brizantão, 4 Lago, cercada t aramê liso, pecl laser. R\$ 1.1. p/Hact. Creci: F2 625.4685/ 9956 (CTR:0750)

FAZENDA 1 600Hact. form. 1 100.000Hact. toda cercada casa sede, casa p c/ água, cach curral. Valor 1.000,00 p/Hact. 625.4685/ 9956 (CTR:0750)

 Ministério da Saúde	Destaques do Governo
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	
Instituição	Programas
Convênios	Consulta de Pagamentos

consulta de processos

Senado Federal/SGM/CEDP

::Resultado da consulta::

Proc. Nº _____ / _____ Fls. **893****PREF MUN PONTES E LACERDA**

CNPJ: 15.023.989/0001-26
Esfera: MUNICIPAL
Entidade: PREF MUN PONTES E LACERDA
Endereço: AV. MARECHAL RONDON - 310
Município-UF: PONTES E LACERDA/MT
CEP: 78250000

Processo	25000.068712/2004-99
Ano de Exercício:	2004
Situação	PAGO
Localização:	DAAP
Atendimento:	ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
Ação:	APOIO À ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE.
Recurso:	EMENDA
Banco:	001 Agência: 024805 Conta: 000019560X
Objeto:	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
Valor Solicitado Concedente:	300.000,00
Valor Total Recomendado:	,00
Valor Total Aprovado:	264.000,00

Convênio 2222	
Situação NORMAL	
Convênio Siasi: 504075	
Data da Emissão: 01/07/2004	Data Limite para Execução Final: 01/11/2006
Data Início da Vigência: 01/07/2004	Data Final da Vigência: 31/12/2006
Data da Celebração: 01/07/2004	Data da Publicação: 02/07/2004
Valor Concedente: 240.000,00	Valor Contrapartida: 24.000,00
Valor Total: 264.000,00	

#	OB	Data	Tipo	Valor Pago
1	902.161	03/05/2005	PAGAMENTO	120.000,00
2	905.759	31/12/2004	PAGAMENTO	120.000,00
Total de OB's 2				240.000,00

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião, realizada em 20 de setembro de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apresentação do Relatório do Senador Jefferson Péres, nos autos da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

César Borges

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado

PDT

Jefferson Péres

PMDB

João Alberto Souza

Luiz Otávio

Corregedor do Senado

Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Declaro aberta a 12ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada à apresentação do relatório do Senador Jefferson Péres, nos autos da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, conquanto o Regimento me permita proceder à leitura do relatório mesmo sem quorum, prefiro não fazê-lo. Infelizmente os Srs. Senadores não puderam ou não quiseram compare-

cer. Fiz a minha parte. O relatório está pronto, mas me parece apropriado lê-lo perante o Conselho reunido. Dessa maneira, Sr. Presidente, peço-lhe que designe outra reunião para eu proceder à leitura.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, tenho a impressão que, antes do dia 30 de setembro, será muito difícil conseguirmos **quorum**. Queria, então, marcar a próxima reunião para a primeira quarta-feira do mês de outubro, dia 04, às 10h.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, não poderíamos aguardar 10 min ou 15 min?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, já fui comunicado pelas Bancadas do PFL e do PSDB que os Srs. Senadores desses Partidos não vão comparecer. Há um evento no Rio de Janeiro de suma importância – o lançamento do programa de um candidato que S. Ex^{as} apóiam – e os Senadores gostariam de estar presentes. Assim sendo, não vamos ter **quorum**.

A 13ª Reunião, destinada a oitivas, continua marcada para as 12h. Não há necessidade de **quorum** para as oitivas.

Estou de acordo com a decisão do Relator Senador Jefferson Péres. A leitura do relatório de S. Ex^a é algo muito importante. Deve ocorrer, portanto, com a presença da maioria do Plenário, e não com apenas quatro ou cinco Srs. Senadores.

Assim sendo, dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 15 minutos.)

Documento pertinente à 12ª Reunião:

1) Lista de Presença

12º REUNIÃO

Em 20 de setembro de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges <i>César Borges</i>
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Wellington Salgado	1. Geovani Borges
João Alberto Souza <i>João Alberto Souza</i>	2. Alberto Silva
Ramez Tebet <i>Ramez Tebet</i>	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Leomar Quintanilha (PC do B) (Cessão)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado <i>Sibá Machado</i>	1. Vago
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres <i>Jefferson Péres</i>	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor) <i>Romeu Tuma</i>	

Visto: *João Alberto Souza*

Brasília, 20 de setembro de 2006

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião, realizada em 20 de setembro de 2006, quarta-feira, às 12h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva do Sr. Valdir Agostinho Piran, da Srª querli batistello e do Sr. Wylerson Moreira da Costa; e acareação entre os Srs. Darci José Vedoin e Hazenclever Lopes Cançado, nos autos da Representação nº 3, de 2006, referente ao Senador Magno Malta.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres
César Borges

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado

PDT

Jefferson Péres

PMDB

João Alberto Souza
Luiz Otávio

Corregedor do Senado

Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A presente reunião foi convocada para a oitiva do Sr. Valdir Agostinho Piran, da Srª Querli Batistello e do Sr. Wylerson Moreira da Costa, bem como a acareação do Sr. Hazenclever Lopes Cançado e Darci José Vedoin, nos termos da Representação nº 3, de 2006, referente ao Senador Magno Malta.

Em ofício a esta Presidência, o Advogado do Sr. Darci José Vedoin, Dr. Otto Medeiros, fez a comunicação, conforme já deliberado em audiência neste Conselho, o Sr. Darci Vedoin não poderá atender a este Conselho, por motivo de saúde.

Assinado pelo Dr. Otto Medeiros.

Assim sendo, está presente o Sr. Valdir Agostinho Piran, que já assinou os dois termos de compromisso. Peço que V. Sª se faça presente.

Peço que V. Sª se faça presente.

O Sr. Valdir se faz acompanhar de um advogado.

Espero que V. Sªs fiquem bem à vontade.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Depoente, Sr. Advogado, membros da Imprensa presentes, eu gostaria de perguntar ao Sr. Valdir Piran o seguinte:

O Sr. Luiz Antônio Vedoin afirmou à Justiça Federal do Mato Grosso que o Senador Magno Malta comprometeu-se a apresentar emendas no valor de 1 (hum) milhão de reais para aquisição de Unidades Móveis de Saúde, ambulâncias, para a execução orçamentária de 2004. Afirmou ainda que o Senador teria recebido como adiantamento dos 10% a que teria direito um veículo no valor estimado de 50 mil reais.

O que o senhor sabe a respeito disso?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu não conheço o Senador Magno Malta. E a respeito desse automóvel, eu tenho um irmão que se chama Varcir Piran, que mora em Cuiabá, já intimado pela Polícia Federal, pela Justiça Federal de Mato Grosso, para falar sobre esse veículo. E quem vendeu esse veículo, quem fez essa transação desse veículo foi o meu irmão. E ele já foi intimado na Justiça Federal, em Mato Grosso, para falar a respeito. Ele não depôs, mas me falou que foi ele que vendeu o veículo. O nome dele é Valcir Piran. Talvez estejam confundindo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito bem. Então o senhor não sabe nada dessa história?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu sei que esse automóvel foi o meu irmão que fez a venda para o Darci, não sei para quem foi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse veículo Fiat Ducato foi utilizado pelo Senador Magno Malta, ele já foi de propriedade da empresa do senhor?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Não. Nunca.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como é que esse veículo então foi adquirido, como é que ele fez a transação. Ele foi adquirido de quem? O que o senhor sabe a respeito desse veículo? O que o irmão do senhor lhe disse?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – O meu irmão, comentei com ele que tinha sido intimado para falar sobre um veículo, e eu não mexo, nunca vendi veículos, não só para eles, como eu não mexo com veículos. Principalmente esse Ducato, é um carro que eu nem conheço, nem sei que carro que é. Aí me falou: "Olha, eu já fui intimado para ir para a Polícia Federal para falar isso. E quem vendeu fui eu. Você pode até comentar. Pode ter havido uma confusão, porque o meu nome é Valcir Piran e o Valdir Piran. Agora, com certeza, eu nunca fiz, nunca negocieei esse automóvel com ninguém, nem com o Senador, que eu não conheço, e nem com os Vedoin lá eu não fiz essa transação."

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor com os Vedoin?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Conheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– São clientes da empresa do senhor?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eles foram

há algum tempo atrás, ele operavam...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor mexe com quê?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu tenho

uma empresa de *factoring*.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL –

GO) – E qual era o relacionamento do senhor com os Vedoin?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eles...

porque eu moro há 6 anos em Brasília, e eles moram em Cuiabá. Então, é relacionamento comercial.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor pode explicar que tipo de relacionamento comercial?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Basicamente,

porque a minha empresa tem um comitê de liberação de crédito, e quando é proposta alguma operação, é levada ao comitê, são várias pessoas que assinam. Então, se houve algum negócio, que eu também não tenho certeza, são negócios de fomento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor pode detalhar melhor o que é esse negócio de fomento?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Não pode

ser pessoa física, pessoa jurídica, e são operações de fomento mercantil. São uma pessoa jurídica fazendo a operação de desconto de promissória, duplicata, cheque, enfim, qualquer título de crédito (*sic*).

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor então admite que possa ter negociado com os Vedoin?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Admito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Cheque...

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu não

posso afirmar para o senhor o que foi...que eu estava até viajando e voltei. Vou me inteirar se o senhor quiser realmente que eu me inteire na empresa e depois fale para o senhor se houve algum negócio e que negócio que ouve. Agora uma coisa que realmente não existiu, com toda a certeza, é essa transação desse veículo, e nem outros negócios que lembro ter feito com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, a empresa do senhor não transacionou esse veículo.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Não. Com

certeza não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas o irmão do senhor sim.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – O meu irmão sim. E até ele me comentou, falou: “Ora, eu fui intimado para falar sobre um carro assim... fui eu que vendi.”

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E esse cheque de 50 mil reais, dessa empresa “laranja” dos Vedoin – Enir Rodrigues. Esse cheque entrou na empresa do senhor?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Com certeza, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Com certeza, não?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Com certeza não. Porque é muita confusão. Falam muita coisa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas esse cheque foi apresentado na sua conta.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Tudo o que

é depositado na conta da empresa é contabilizado. A nossa empresa não é uma empresa...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pode ter sido na pessoa física de seu irmão?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Do meu

irmão?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL –

GO) – É.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Do meu

irmão eu não sei. Eu só sei com relação com relação a esse automóvel, a esse veículo aí. Outra coisa do meu irmão, eu não sei. Ele só me comentou que tinha vendido esse carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ele comentou com o senhor como é que ele adquiriu esse carro? Ele comentou com o senhor que esse carro foi transacionado com o Lino Rossi?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Não. Ele

só comentou... porque ele não foi ainda depor na Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas o senhor conversou com ele lá?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu con-

versei. Mas ele não foi falar ainda. Ele não sabe o que vão perguntar para ele. Ele só me comentou que esse automóvel foi que ele fez essa transação. Foi ele que vendeu. Eu não entrei em detalhes para perguntar se ele pegou cheque, quanto que era, enfim...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor sabe se ele entregou esse carro para o Senador Magno Malta?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu acho,

eu não tenho certeza, mas o meu irmão, com certeza, não conhece o Senador Magno Malta. Não conhece.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Entregou para o Lino Rossi?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Não sei. O que ele me comentou é que houve a transação, eu acho que foi com o Vedoin. Nem com o Lino Rossi, nem com o Malta. Com certeza, com o Malta não foi. Porque o Malta não mora e não é do Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse carro saiu da fábrica para o nome do Lino Rossi. Como é que o irmão do senhor operava vender um carro que estava em nome de Lino Rossi?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Senador, isso...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E esse cheque que os Vedoin, inclusive, mostraram a cópia, dizendo que pagaram à empresa do senhor?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Como? Desculpa, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse cheque que os Vedoin mostraram a cópia e disseram que pagaram à empresa do senhor.

Cheque em nome de Enir... Deixe eu conferir o nome completo. É o nome de uma empresa... mas o próprio Darci Vedoin admitiu que era uma empresa “laranja”, uma das muitas empresas...

O senhor conhece essa pessoa Enir, já negociou com o senhor em nome dos Vedoin?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Não senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Me dá uma cópia do cheque, por favor? Vou pedir à Assessoria o nome do... Eu quero lhe mostrar o cheque... Está aqui. Em nome de Enir Rodrigues de Jesus. A empresa se chamava Enir Rodrigues de Jesus, que é o mesmo, a mesma pessoa que é o Sr. Darci Vedoin, e o cheque assinado por Luiz Vedoin. E disseram que esse cheque foi entregue à *factoring* do senhor. Eu queria que o senhor olhasse.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Senador, o que eu posso e tenho que fazer é olhar na contabilidade da empresa. Se houve uma transação com esse cheque, se foi para o banco, não tem como. Vai estar lá o depósito de quem foi feita...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – E se foi feito, vai estar na contabilidade da minha empresa, e aí eu posso... o senhor me dá um tempo para eu falar com o contador, achar... se o senhor me puder fornecer a data, e um tempo para eu falar com o contador, achar... se o senhor me puder fornecer a data do dia...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vou fornecer para o senhor inclusive uma cópia desse cheque.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu vou levantar na contabilidade, porque se foi, está contabilizado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, em relação à transação desse veículo, a maneira como ele foi transferido, quem recebeu, quem entregou, de posse de quem ele esteve? O senhor disse que tudo isso, quem tem conhecimento é o irmão do senhor, Valcir Piran.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Com certeza. Eu não sei em detalhes como é que foi a transação. Mas quando eu comentei com ele que estavam comentando que esse carro fui que vendi. Eu falei, foi uma confusão. Porque estão falando também de um outro carro. Eu não mexo com carro, com venda de carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com a venda do carro, o senhor pode detalhar?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eles estão falando num caminhão. Estão falando num caminhão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O caminhão teria sido passado para quem?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Teria sido vendido para alguém dessa turma aí. Não sei exatamente quem que é. Mas eu também, com certeza, não vendi caminhão para ninguém, não comprei caminhão para ninguém. Porque eu tenho dois irmãos que mexem com automóvel lá em Cuiabá. Os dois que sempre fazem negócio em Cuiabá. Então, esse carro, com certeza, foi meu irmão que vendeu, porque ele me falou: “Você pode...”

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Valcir.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Valcir Piran.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor José Luiz Cardoso, é que o carro esteve em nome dele por muito tempo, ele disse que ele ligava constatemente para o senhor.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Quem é essa pessoa?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – José Luiz Cardoso, em nome de quem estava esse carro.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu não conheço José Luiz Cardoso. Só se eu não estiver ligando o nome à pessoa. Mas eu, com certeza,...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para transferir o carro. O senhor acha que ele confundiu com o irmão do senhor?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Com certeza, Senador. Inclusive, ele deve falado então o nome aqui da pessoa, quando ele ligava várias vezes, porque

eu moro aqui em Brasília. Se eu falar da operação, é da operação da minha atividade. Negócio de carro, eu não faço. Eu tenho certeza, e assinei aí até um compromisso de falar a verdade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então o senhor não mora em Cuiabá. O senhor afirma que foi o irmão do senhor que fez essa acusação.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu afirmo que foi o meu irmão, porque ele me falou que ele acha que está tendo uma confusão em função do nome dele ser parecido, não é, Valcir para Valdir Piran. Então ele me falou: “Fui eu que vendi o carro.” Eu não entrei em detalhes para quem ele vendeu. Só perguntei, o Senador, o Malta, eu tenho certeza que ele não conhece.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Muito bem. Então o senhor poderia fornecer o nome e o endereço completo do irmão do senhor, para que nós pudéssemos intimá-lo?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu posso fornecer, só que eu não sei qual o acesso de vocês com a Polícia Federal. Tem um delegado de Brasília que está ouvindo ele, mas o endereço dele...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ele está em Brasília?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Não, o meu irmão não, ele mora em Cuiabá. O delegado aqui de Brasília... Ele me falou que é um Delegado da Polícia Federal de Brasília vai ouvi-lo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nós precisamos é do endereço dele para que possamos intimá-lo. Se o senhor puder conversar com ele, ótimo, para que possamos entrar em contato.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – O senhor quer o endereço comercial ou o residencial?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Todos eles. O senhor pode passá-los para a Assessoria.

Eu quero mostrar esse cheque para o senhor, que o Luiz Vedoin assinou em nome dessa empresa, e disse que teria pago à empresa do senhor, à *factoring* do senhor, para que a propriedade do veículo fosse transferida para Magno Malta.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Olha, falando nesse negócio de automóvel, eu afirmo novamente para o senhor, Senador, que, com certeza, eu não fiz negócio de automóvel com ninguém, nem com Senador nem com os Vedoin nem com ninguém.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor não conhece esse cheque, nunca viu?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Não senhor, nunca vi esse cheque. Eu estou vendo agora, aqui. Também não sei quem ele é.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ok. Para mim está bom, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu vou fornecer o endereço do meu irmão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Os telefones para que a gente possa entrar em contato. Vamos marcar aí para ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – O Sr. Advogado quer dizer alguma coisa? *(Pausa)*

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor mora em Brasília?

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Moro em Brasília. Eu morava em Cuiabá e moro em Brasília há mais de 06 anos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor poderia, na ocasião em que ele vier, também para que não haja contradição, se o senhor pudesse comparecer novamente, apenas por precaução. Se fosse necessária alguma acareação.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Senador, o meu irmão ele vendeu esse veículo e ele até me comentou que não fez crime nenhum que ele vendeu esse veículo e que... ele não vai chegar aqui e dizer que não vendeu, porque eu não estou falando por mim. Ele me falou que ele vendeu o automóvel e vai lá na Polícia Federal de quem ele comprou e para quem ele vendeu. Ele vai falar lá em Cuiabá. Ele vai ser ouvido lá. Mas eu estou à disposição dos senhores.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, é só solicitar ao senhor que na data em que o irmão do senhor vier, o senhor também compareça aqui, por favor. Apenas para uma questão de precaução. Em caso de dúvida, de acareação, que um dos dois possa esclarecer as dúvidas do Conselho.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Com certeza.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Cuiabá, 1º de setembro de 2003.

E essa empresa “laranja”. É uma abreviação. Então é isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Está presente o advogado do Senador Magno Malta, Dr. Luiz Carlos da Silva Neto.

V. S^a deseja fazer alguma pergunta?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Tão somente desejar uma boa tarde ao digno Presidente deste Conselho, ao respeitável Relator, aos demais funcionários, aos Assessores, aos membros da Imprensa.

Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator, mais alguma consideração?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Então, dispensamos a testemunha. A testemunha vai nos fornecer os endereços solicitados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Seria bom já marcar já marcar uma data para ouvir, porque ele já fica intimado na data.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – O depoimento dele na Polícia Federal, se ele confirmar que vendeu esse veículo e eu pegar a cópia desse depoimento que ele vai dar na Polícia Federal, não seria o suficiente?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não, não seria suficiente. Cada Instância é uma completamente separada da outra.

Nós queremos a cópia do depoimento. É claro. Mas isso não vai impedir de que nós possamos ouvi-lo.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu vou fornecer os endereços dele para ...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL –

GO) – E a cópia também do depoimento dele, seria bem-vinda.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Eu forneço para vocês assim que ele der o depoimento dele em Cuiabá.

Estou dispensado?

Então obrigado aos senhores.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não quer marcar a próxima reunião para o dia 04?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Dia 04 vamos ler o relatório do Senador Demóstenes Torres sobre o Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ok. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Está marcada a reunião do Conselho no dia 04 para ouvir o relatório.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Dia 04 ele estará sendo ouvido pelo delegado lá em Mato Grosso. Porque foi marcada uma data para ele, anteriormente, e ele estava em viagem. Então ele pediu uma outra data, e foi marcada para o dia, lá em Cuiabá.

Eu só estou informando os senhores, depois ele vai alegar, vai mostrar que ele tem essa intimação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Dia 04 vai cair em que dia da semana?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Cai numa quarta-feira.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então vamos marcar para o dia 5. Faz essa e...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Será que a Polícia já teria feito a inquirição no dia 04? Não poderia passar para outro dia?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL –

GO) – Ou se quiser marcar para a semana que vem também.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Então eu acho, Senador Sibá, ele já foi inquirido pelo Senador Demóstenes Torres a respeito cheque, com uma divergência de pessoas, é o irmão dele, não é ele. Ele tem conhecimento, e agora nós estamos marcando outra data com a presença já da firma do irmão, que é o próprio irmão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Como o irmão está marcado dia 04 na Polícia Federal, então nós não poderíamos ouvi-lo, porque ele ainda estará em Cuiabá. Estou propondo que ouçamos o que ele tem a dizer no dia 05, pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – É. Pode ser.

O SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN – Senador, é sobre o automóvel. É que meu irmão tem o conhecimento sobre o automóvel, que foi ele que vendeu. O nome dele é Valcir Piran, e o meu nome é Valdir Piran.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL –

GO) – Então vamos marcar para o dia 05, às 10h, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Vamos. E ele viria também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual o horário de vôo de Cuiabá para cá?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como eu fiz várias viagens para lá, tem um vôo que chega aqui no final do dia, saí de lá às 17h.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Tem um que sai às 5h e chega às 8h, não é?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Isso. Tem esse bem cedo e o outro no final do dia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Tranquilo. Então vamos marcar para esse horário, dia 05, às 10h. E o Conselho se encarrega de comunicá-lo e o senhor já fica intimado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Muito obrigado ao senhor.

Sr. Relator, a acareação não pode haver entre o Sr. Hazenclever Lopes Cançado e o Darci Vedoin.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Sr. Darci se recusa. Como nós não temos poderes de convocação, não há como realizar essa acareação.

Está aí o Deputado Lino Rossi, que comparece voluntariamente. Ele se comunicou com a minha Assessoria dizendo que gostaria de prestar depoimento

acerca dessa situação. Então, nós poderíamos convocá-lo, e ele está aí. E se fosse do desejo dele, e me parece que é. E ele gostaria que a reunião fosse fechada. E como ele tem direito, por ser Deputado, ser ouvido na hora, no lugar e no horário e no local que marcar, então, naturalmente que poderíamos chamá-lo e verificar de que maneira ele deseja dar esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Podemos chamá-lo?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Podemos chamá-lo.

Convocada seria a D^a Querli, que é a esposa.

Por gentileza, manda que ele adentre à sala.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas, Sr. Presidente, e a pessoa que estava convidada para depor hoje, manteríamos o seu depoimento?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Manteríamos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então ouve o Deputado em primeiro lugar e depois ela?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É até mais interessante para poder fazer os esclarecimentos. Ele quer depor sobre esse caso. Vamos ouvi-lo sobre esse caso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu acho até melhor mesmo. No meu entendimento, o depoimento dele é melhor ainda do que qualquer outro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Também acho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ajuda mais e a todos nós aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estou mandando que ele entre. Ele vai pedir a reunião fechada.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele vai pedir a reunião fechada, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vai. Vamos ver.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tudo bem. Vamos tentar convencê-lo do contrário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Deputado, por gentileza.

Deputado, nós agradecemos muito a sua presença. O convocado não era V. Ex^a, era a sua esposa. Porque, anteriormente, V. Ex^a nos fez um ofício dizendo que o que tem que dizer já teria dito, apesar deste Conselho achar que é muito importante a presença de V. Ex^a.

Eu queria perguntar a V. Ex^a se V. Ex^a queria que a reunião fosse fechada.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu faço este requerimento à Mesa, Sr. Presidente, que ela seja fechada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É direito do depoente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria que a Assessoria tomasse as providências necessárias.

Está suspensa a reunião por 10 min.

(Suspende-se a reunião às 12 horas e 28 minutos.)

(Reabre-se e torna-se secreta a reunião às 12 horas e 33 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está reaberta a reunião.

Estando presente o Deputado Lino Rossi, concedo a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres; em seguida, às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que quiserem usar da palavra.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Deputado depoente, Srs. Advogados, Sr^{as} e Srs. Assessores, Sr. Deputado Lino Rossi, o Sr. Luiz Antonio Vedoin afirmou à Justiça Federal de Mato Grosso que o Senador Magno Malta comprometeu-se a apresentar emendas no valor de R\$1 milhão (um milhão de reais) para aquisição de unidades móveis de saúde, ambulâncias, para a execução orçamentária de 2004; afirmou ainda que o Senador teria recebido de adiantamento, dos 10% (dez por cento) a que teria direito, um veículo no valor estimado de R\$50 mil (cinquenta mil reais).

O que o senhor sabe a respeito desses fatos?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Bom, em nenhum momento, eu fiz qualquer tratativa com o Senador Magno Malta nesse sentido. Em nenhum momento da minha vida.

A relação que tenho nesse caso é: um carro meu emprestado a ele, um carro que adveio da Planam, no ano de 2000 ou 2001, uma coisa assim. Um carro que me foi emprestado para uma campanha política e eu, de livre e espontânea vontade, em reconhecimento da dificuldade de um amigo – era um carro que eu tinha parado –, eu acabei cedendo-o.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse carro, então, era emprestado ao senhor? O senhor não era proprietário dele?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Esse carro, na realidade, vale o que está escrito. Se vale o que está escrito, em determinado momento, quando a Planam me emprestou esse carro, eu o transferei para o meu nome. Na realidade, a Planam me emprestou um furgão. Esse furgão eu o transformei, em São Paulo, adaptei-o às minhas necessidades...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– É esse Fiat Ducato?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – É esse Fiat Ducato, que, originalmente, era um carro branco. Eu o transformei em um carro para viagem, pintei-o na cor preta, usei-o na minha reeleição. Não obtive sucesso nesse momento em que disputava... O carro estava parado. Era um carro que não servia para qualquer tipo de transporte, porque era um adaptado, e tal, com geladeira, vídeo, quatro cadeiras, enfim, para carregar 07 (sete) pessoas confortavelmente, e até 10 (dez), se fossem meio apertadas. E o carro, parado.

Conversando com o Magno certa vez, em São Paulo, no “Prazeres da Carne”, estávamos indo para uma reunião na **Record**, ele me disse das dificuldades, e eu disse: “Eu tenho esse carro e eu posso lhe arrumar esse carro”.

Então, a relação que tenho deste... desta... do que atribuem a mim, com o Magno Malta, foi ter emprestado um carro de livre e espontânea vontade sem, em nenhum momento da minha vida, ter sugerido que se colocasse emenda, que houvesse nada... esse tipo de conversa nunca teve...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor há de reconhecer, uma vez que o senhor tocou no assunto, que é muito estranho o senhor receber um carro emprestado e transferir esse carro para o nome do senhor, até porque existem alguns requisitos legais, documentação...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Mas ele ‘tava no meu nome, Senador. Eu... Deixa eu só explicar uma coisa para o senhor: eu fiz questão até de pedir que fosse esta reunião reservada porque, como tem um processo desse instaurado na Câmara e como eu, particularmente – eu, Lino Rossi –, acho que sou vítima de uma interpretação que acabou virando uma bola de neve e eu, sozinho, não consigo defender, então estou, dentro da minha calma, esperando o momento certo para poder fazer a defesa, inclusive com provas documentais. Não adiantava eu gritar aos ventos agora. Ninguém ouviria a voz rouca do meu desespero que eu estava vivendo.

Então, foi esta a razão por que eu pedi que ela fosse... Não que eu tenha algo a esconder. É que a imprensa pode interpretar de outra maneira e fazer um outro barulho. Eu não quero isso. Eu não tenho mais suporte emocional para barulhos. Então,...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quando o senhor emprestou?...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Esse carro, Senador, desculpe interrompê-lo... eu tenho uma relação de amizade com a Planam. É maior do que qualquer coisa. É relação de amizade. E amigo, para mim, é

amigo nas piores, não nas melhores horas. Errado ou não é outra história.

O momento em que eu convivi com esses meninos era um outro momento de trabalho. Não era o trabalho das sacanagens que eu vejo escrita, que eu vejo hoje pela televisão, enfim, foi o momento em que eu parei fora, que eu fiquei do Congresso, é que as coisas aconteceram dessa forma.

Esse carro, quando a Planam me arrumou esse carro para a campanha, ela automaticamente foi transferida para o meu nome.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então foi uma doação de campanha?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu acho que foi uma doação de campanha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não foi um empréstimo.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Um empréstimo, não; foi uma doação de campanha. Como ele me deu camisetas... me deu uma série de outras coisas que não vêm ao caso específico aqui, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas, então, como o senhor depois devolveu esse carro?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, eu não devolvi esse carro. Em nenhum momento, eu devolvi esse carro. O que aconteceu foi que, como eu tinha perdido a eleição, eu tinha vendido esse carro para uma empresa, e esse carro foi comprado – eu descobri há pouco aqui em função desses depoimentos – por um outro alguém que vi a foto dele... acho que José Luiz... não sei... E parece que esse José Luiz não se adaptou com o carro. Realmente não era para qualquer atividade desse carro. Não serviu o carro pra ele. E ele acabou devolvendo esse carro na mesma garagem. E eu fui e comprei esse carro na garagem. Não sei se...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor o entregou para a *factoring*?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Para a *factoring*.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual *factoring*? O senhor se lembra?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu não sei o nome dela, mas é do irmão do Valdir Piran, que esteve aqui, que foi até convocado erroneamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então o negócio foi com o Valcir Piran, e não com o Valdir?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, não, com o Valdir, não; foi com o Valcir Piran.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o senhor se lembra quanto o senhor recebeu por ter entregue esse carro lá?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Senador, faz tantos anos... cinco anos, quatro anos... mas deve ter sido por trinta e poucos mil reais. Foi até o mesmo valor que eu acabei comprando: R\$35 mil (trinta e cinco mil reais), R\$36 mil (trinta e seis mil reais). Eu não sei...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o cheque apresentado pelo Vedoin é de R\$50 mil (cinquenta mil reais).

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não sei...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É isto que eu gostaria que o senhor esclarecesse: o senhor entregou para o Sr. Valcir Piran?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para a *factoring*?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o senhor recebeu de volta...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Depois eu a comprei de volta, até porque o Magno me ajudava num momento da minha vida, que foi muito importante, porque ele me ajudou a abrir as portas da **TV Record**. Eu, até em agradecimento a ele, fui suprir também uma dificuldade que ele tinha. Mas esse é um outro caso. Mas vamos lá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, veja bem: em que ano o senhor pegou esse carro emprestado, que o senhor o recebeu como doação?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu sou muito ruim de data, mas, em 2001, para os preparativos da campanha em 2002.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Correto. Quando o senhor o vendeu para a *factoring*?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Em dois mil e... Bom, a eleição foi em 2002... acredito que tenha sido em 2003.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando o senhor comprou esse carro de volta da *factoring*?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Foi... em 2003... dois mil... repito: tenho dificuldade de datas. Tenho dificuldade de datas. Em 2003... início de 2004. em 2003, eu desmontando o gabinete... em 2003.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como o senhor resolveu comprar o mesmo carro? O senhor foi avisado por alguém?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu tenho uma relação boa. O Mato Grosso é um Estado periférico. Ali todo mundo conhece todo mundo. Principalmente pessoas públicas. Eu tenho negócios... tive negócios com essa *factoring* no passado. Tive dívidas com essa

factoring. Inclusive, esse carro ele foi comprado em confiança pra mim atender à necessidade de um amigo. Sabedor que o carro estava exposto para venda, novamente para venda, eu quis satisfazer um amigo que precisava.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe quem o avisou que esse carro estava à venda? Porque o senhor disse que avisou para o Magno Malta: “Olha, eu tenho esse carro”.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não... “Eu tenho esse carro”... eu falei, “Sim, senhor”. Eu sabia que o carro estava sendo colocado à venda depois...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, o senhor avisou que tinha o carro e foi atrás desse carro?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Ele disse que precisava de um carro, eu fui na aquisição desse carro para poder suprir a necessidade de um amigo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quanto o senhor pagou por esse carro agora na recompra?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Trinta e cinco mil... uma coisa assim: trinta e cinco ou trinta e seis mil, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – De que forma o senhor pagou?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu dizer para o senhor que eu tenho um débito ainda lá com essa *factoring*...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor, então, não pagou?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Ainda não paguei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pegou lá...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu tenho esse débito, mas o carro... é uma relação de confiança que o senhor está vendo aí.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com a *factoring* também?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Com a *factoring*. A *factoring* transferiu... vendeu o carro para esse José Luiz. Esse José Luiz, quando ele desfez do carro, eu comprando o carro depois... recomprando o carro para cedê-lo ao Magno Malta... O Magno parece que ficou um período aí que não transferia...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Três anos.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – É, deu um problema aí de multas, essas coisas. E quando recebemos a cobrança do pessoal da *factoring* que tinha que transferir porque o ex-cliente estava perturbado com uma história de multas, a primeira pessoa que eu pen-

sei em transferir foi em nome da minha esposa. Aí eu transferi esse carro. Quando o Magno estava pra me devolver o carro, pouco antes de devolver, eu transferi no nome da minha esposa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ainda assim a *factoring* concordou em transferir para o nome do senhor?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – É porque ela...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quem pagou o Sr. José Luiz Cardoso?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não sei. Não tenho relação nenhuma com o José Luiz Cardoso. O José Luiz deve ter vendido o carro de volta. Deve ter feito outro tipo de negócio com essa garagem. Não sei. Não tenho relação com ele. Não sei qual é a relação que ele tem lá. A minha relação com essa *factoring* volta ao momento em que eu sei que o carro estava lá numa garagem dele e que me interessava o carro. Na realidade, fiz um empréstimo financeiro. Não fui lá exatamente comprar o carro, porque, se eu tivesse ido comprar o carro, necessariamente, ele não transferiria porque o carro era a própria garantia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ainda que tendo esse crédito com o senhor, a *factoring* – o senhor sendo devedor da *factoring* – ainda concordou em transferir para a mulher do senhor, e o senhor hoje...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu disse... não... não foi da *factoring*: foi do Zé Luiz que é um cliente dessa *factoring*. O Zé Luiz reclamava das multas, eu recebi uma pressão da *factoring* para que tirasse do nome desse cliente dela, e eu transferi para o nome da minha esposa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Perfeito. Então, hoje, o veículo foi transferido de José Luiz Cardoso para a esposa do senhor?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pelo valor fictício – o senhor concorda – de R\$20 (vinte mil reais), e o senhor não pagou esse valor? A Sr^a Querli Batistello não pagou esse valor, concorda?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, não foi pago esse valor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, o valor colocado lá foi um valor fictício. Concorde?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Se o senhor me perguntar, Senador, escrito ali no DUT eu não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – R\$20 mil (vinte mil reais).

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu não sei. Eu realmente não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse carro hoje está de novo em posse do senhor?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Está.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o senhor devendo à *factoring*?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Foi, na realidade, um empréstimo financeiro na *factoring*. Não foi exatamente a compra do carro, até porque ela não compra, ela não é uma garagem, percebe? Ela não é uma garagem. Ali foi feita uma operação financeira para comprar esse carro de volta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o senhor deve, então, desde o ano...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – 2003.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...de 2003, R\$36 mil (trinta e seis mil reais)?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – É.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Esse cheque que o Luiz Vedoin apresenta, de R\$50 mil (cinquenta mil reais), que ele teria pago para que esse carro fosse para o Magno Malta, em nome de Enir Rodrigues de Souza EPP, que já ficou demonstrado que é uma empresa “laranja” dos Vedoin, eles mesmos o admitem, esse cheque não teria sido o cheque que pagou o carro?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não sei... não... eu, seguramente, digo que não. Se tivesse feito... se tivesse para ser o pagamento do carro, eu não teria essa dívida lá. Não tem razão... Eu acho, Senador – eu, particularmente –, que não tem razão, até porque, até onde eu sei, o Darci e o Luiz Antônio nunca tiveram contato com o Senador Magno Malta. Nenhum contato. Nenhum.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eles disseram que encontraram com o Senador Magno Malta quando ele era deputado. Chegaram a almoçar com ele, juntamente com o senhor.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, desconheço isso. Desconheço isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– No restaurante da Câmara...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Desconheço isso. Passamos quase dois anos na CPI do Narcotráfico. Nós não tínhamos tempo para absolutamente nada. Logo depois da CPI eu me licenciei quatro meses, porque eu fui disputar uma campanha à Prefeitura da cidade de Várzea Grande. Logo depois disso, volto a este Congresso, tenho uma eleição de deputado para disputar. Então, eu desconheço esse encontro, em algum momento da minha atividade aqui, com os Vedoin e com o Senador Magno Malta. Desconheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– De acordo com o Darci Vedoin, V. Ex^a teria sido intermediador do acordo entre ele e o Senador Magno Malta.

V. Ex^a não confirma essa versão?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não confirmo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor nunca...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não posso confirmar o que não é verdade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Perfeito. Então V. Ex^a afirma que nunca conversou com o Senador Magno Malta especialmente para intermediar...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Afirmo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...esse valor junto à Planam?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Afirmo. Esse e qualquer outro valor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a já respondeu: então, V. Ex^a nunca esteve com os Vedoin, ou com qualquer um deles, juntos ou isoladamente, na companhia do Senador Magno Malta?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Em nenhum momento.

Posso, quem sabe, Senador, ter encontrado nos corredores aí do Congresso de repente... ‘tou dizendo que “posso até”: é possível, é factível.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pode ter acontecido casualmente esse encontro?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Pode, assim, um encontro casualmente. Mas de sentar, conversar, enfim, discutir qualquer outro assunto, nunca.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a presenciou o Sr. Darci Vedoin, ou o seu porta-voz, fazer alguma proposta ao Senador Magno Malta ou a algum servidor do Senador Magno Malta para que ele apresentasse emendas ao orçamento em troca da comissão de 10% (dez por cento)?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Em nenhum momento da minha vida.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Darci ou Luiz Antônio Vedoin, alguma vez, comentou com V. Ex^a que o acordo para inclusão de emendas ao orçamento seria fechado com o chefe de gabinete do Senador Magno Malta?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a conhece o Sr. Hazenclever Lopes Cançado, chefe de gabinete do Senador Magno Malta?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Conheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a já sugeriu ou solicitou a Hazenclever que in-

cluísse emendas de Bancada ou individuais do Senador Magno Malta que pudessem, de qualquer forma, beneficiar o esquema “sanguessuga”?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Em nenhum momento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a sabe se alguma emenda apresentada pelo Senador Magno Malta beneficiou as empresas controlada pela família Vedoin?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Nunca soube disso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a, então, afirma que o veículo que foi utilizado pelo Senador Magno Malta era de V. Ex^a ou por empréstimo ou por uma doação de campanha dos Vedoin.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Inicialmente uma doação de campanha dos Vedoin para a minha pessoa. O Senador Magno não tem nada a ver com essa história. É outro momento, num lapso de tempo aí, que eu pego e arrumo o carro pra ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a emprestou ou deu o carro para o Senador Magno Malta?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Emprestei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor sabe quando entregou esse veículo para o Senador Magno Malta? Quando, como e a quem ele foi devolvido?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Repito: eu tenho dificuldades para datas. Quando foi entregue eu não lembro exatamente, mas o motorista meu, que já não trabalha comigo há quatro anos, que não sei nem aonde anda, levou o carro até Espírito Santo e, para trazê-lo, nós contratamos um prancheiro para que me devolvesse...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nós? Foi o senhor que contratou?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – É... minha Assessoria.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Contratou um prancheiro onde?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Uma empresa dessas nacional aí... não sei qual é delas... para poder trazê-lo, ficaria até mais barato, de volta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Contratou no Espírito Santo ou contratou em São Paulo?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu acho que foi num escritório de Cuiabá que foi contratado, porque eles trabalham interligados – não é? – em todas as capitais. Devemos ter acionado uma ramificação da empresa em Cuiabá, que deve ter descoberto uma prancha des-
cendo para o Mato Grosso e foi contratado...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por que o Senador Magno Malta devolveu esse carro?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Parece-me que ele já tinha resolvido o problema dele. Já tinha adquirido um carro, inclusive, maior, enfim. Até não perguntei por que, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele ligou para o senhor e falou que estava devolvendo?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Que estava devolvendo o carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E pediu para o senhor pagar o transporte?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Ele disse que estava... Não, não foi bem assim. Para mim, é relativa essa história de que “nós pagamos”. Foi contratada a empresa de Mato Grosso. Hoje, parece-me que era para estar aqui o Wylerson José da Costa, que é um assessor meu, mas ele teve um problema grave de família. Eu ‘tou em São Paulo com uma filha lá no Hospital da USP, então, não sei exatamente o que aconteceu, mas me parece que houve um problema grave com a família, e ele não pôde vir. Ele, quem sabe, poderia até responder esses questionamentos, porque ele é o meu operacional.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, foi contratada uma empresa...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Uma empresa para trazê-la.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Essa empresa, então, colocou o carro dentro de um caminhão,...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Isso. Uma prancha. E o trouxe a Cuiabá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...e o senhor o recebeu. E foi o senhor que pagou... há um recibo...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu não posso dizer para o senhor se fui eu que paguei ou se o acordo foi pago de lá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não tem certeza se pagou ou se foi o Senador Magno Malta que pagou?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Isso eu não tenho. Isso... Eu não posso cometer essa injustiça de dizer se foi ele ou se foi o meu escritório que pagou. Isso eu não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas quando o veículo foi entregue ele pertencia ao senhor?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – A mim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor já o tinha adquirido de volta, embora ele continuasse em nome de José Luiz Cardoso, não é?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – E depois, sob pressão da empresa, eu tive que transferi-lo. E transferi para a pessoa mais próxima, a minha esposa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe em que cidade esse veículo estava quando foi entregue ao Senador Magno Malta?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando entregaram... Mas não foi o motorista do senhor que foi levar o carro?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Ah, sim, foi entregue ao Senador. ‘Tá. Eu pensei que fosse ao contrário. Eu acho que foi Vitória... não sei...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, mas o carro não estava lá.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Saiu de Cuiabá e foi para o Espírito Santo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então ele saiu de Cuiabá e foi entregue lá?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Foi entregue no Espírito Santo?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por um motorista do senhor?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Por um motorista meu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor se lembra do nome desse motorista.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – A gente chamava ele de Tião Loteria, o neguinho. Já não trabalha comigo pra quatro ou cinco anos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe como nós localizamos o Tião Loteria?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – ‘Tá aí uma bela pergunta. Eu posso responder isso para o senhor depois de procurá-lo. Eu já não tenho mais contato com ele há tempo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com José Luiz Cardoso o senhor nunca teve contato? Nunca fez negócio com ele?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Nunca.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pergunto ao senhor: antes de emprestar o veículo ao Senador Magno Malta, o senhor o vendeu a Vedoin, a Valcir Piran ou a José Luiz Cardoso?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – A Valcir Piran.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como e quando o senhor o readquiriu? E como efetuou o pagamento? Só para ficar registrado.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – O pagamento ainda não foi efetuado porque é uma composição de um débito que eu tenho com ele. Agora, eu tenho dificuldade da data, mas se nós mexermos lá, se formos lá no escritório do Valcir ele me passa essas datas. Repito: sou ruim de data.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O José Luiz Cardoso, durante esse período que o carro ficou em posse do Senador Magno Malta, ligava para o senhor cobrando a transferência?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, quem me cobrava isso era o pessoal do escritório dessa *factoring* aí...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Alcir?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – É, ele é cliente. Então, a secretária dele ligava para exigir a mudança.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o senhor pediu ao Senador Magno Malta que fizesse essa transferência?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu pedi uma única vez. Eu pedi uma única vez que fizesse isso. Foi quando ele não fez, e eu resolvi fazê-lo porque ainda estava sob a minha responsabilidade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor declarou esse carro emprestado ao Imposto de Renda?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele nunca foi declarado ao Imposto de Renda?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mesmo quando estive em nome do senhor?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode dizer por que não o declarou?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Está aí uma grande pergunta, Senador. Está aí uma grande pergunta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu vou lhe fazer essa pergunta novamente, embora eu já a tenha feito: qual é o tipo de negócio que o senhor já teve com o Valcir Piran, ou mesmo Valdir Piran, e sua *factoring*? Quais os negócios que o senhor já teve com essa empresa a ponto de estabelecer essa relação de confiança?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – O Mato Grosso é um Estado periférico, Senador. Ali as pessoas públicas se conhecem. Esse escritório, por exemplo, do Valcir, que nós chamamos de “Cuque”, é... Eu tenho uma relação de amizade com ele. É um lugar que, pelo menos uma vez por mês, íamos lá pra tomar um guaraná ralado e conversar amenidades: falar de política, falar de... é uma relação mais de amizade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor freqüentava então...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Fui lá muitas vezes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...a *factoring*?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Muito. Muito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E negociou várias vezes?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Algumas vezes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – José Luiz Cardoso afirmou perante este Conselho que adquiriu o veículo de Valdir Piran – naturalmente ele deve ter confundido, porque o Valdir Piran negou aqui e disse que foi com o irmão dele, o Valcir Piran – e depois o vendeu novamente.

Os Vedoin afirmaram que pagaram a Valdir Piran R\$50 mil (cinquenta mil reais) pelo veículo antes de ser ele disponibilizado ao Senador Magno Malta.

O cheque que o Luiz Vedoin apresenta, da empresa Enir Rodrigues de Jesus, que, segundo eles mesmos, é uma empresa “laranja” deles, é assinado por Luiz Vedoin.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Hum...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor já olhou o cheque. Esse cheque teria sido utilizado para adquirir o veículo.

O senhor não tem qualquer prova de que adquiriu esse veículo.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Hum, hum...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando o senhor adquiriu... quando o senhor entregou ao Senador Magno Malta – é diferente um pouco daquela pergunta –, esse carro pertencia a V. Ex^a, a um dos Piran, ou à Planam?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Piran.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não... ele pertencia... o senhor falou...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, eu não entendi a pergunta. Logo após que eu o vendi?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não... quando o senhor o entregou ao Senador.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Ele pertencia à *factoring*. Ao Piran. *Factoring* é força de expressão, mas pertencia ao Valcir.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, pertencia ao senhor porque o senhor o teria comprado por R\$36 mil (trinta e seis mil reais).

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Sim, só que eu fui comprá-lo para ceder a um amigo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Mas eu o comprei do Valcir.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então ele pertencia ao senhor, não pertencia ao Piran?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, a partir do momento que eu o peguei e mandei entregar para o Senador já pertencia a mim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito. Os Vedoin afirmaram que doaram o mesmo veículo Fiat Ducato por duas vezes como pagamento de – vou usar a expressão que eles utilizaram – propina para apresentação de emendas, a primeira em 2001, e o doaram a V. Ex^a; a segunda, em 2003, ao Senador Magno Malta.

O que o senhor tem a dizer e a que o senhor atribui os Vedoin estarem afirmando isso e apresentarem documento?

Qual a razão que os Vedoin tem contra o senhor ou o Senador Magno Malta para apresentar esses documentos?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Essa é uma pergunta que eu quero, numa primeira oportunidade, fazer a eles, até porque eu tenho uma relação...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor topa uma acareação com eles aqui?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Olha, eu só não aceitaria, Senador, até porque eu estou respondendo, lá no Conselho de Ética, e fatalmente isso eu vou exigir na Casa, em determinado momento, que isso aconteça. Eu não posso negar, eu tenho uma relação de amizade com essa família, eu sei que eu não deveria estar dizendo isso aqui, que eu deveria me ater à questão do episódio Magno Malta, mas a minha relação com essas pessoas foi a de me ajudarem em campanha. Eu já deixei público isso. Eu fiz uma festa uma vez de 65 mil crianças. Ele me deu dinheiro para 65 mil cadeiras salsichas. Em 199... em 2000, não sei a data, houve uma enchente em Cuiabá, e 1.800 pessoas ficaram desabrigadas. Ele me ajudou, paramos a produção da Ortobom, e ele me ajudou, com outros empresários, a comprarmos 1.800 colchões e 1.800 sacolões. Eu tinha um programa de televisão na **TV Record**, no Mato Grosso, em que as pessoas desembocavam em mim quando tinham um problema: era uma cadeira de rodas, era um remédio, e eu pedia publicamente... às vezes, eu não conseguia, no apelo, eu ligava, e ele me mandava uma cadeira de rodas. Ele me deu mais de 50 mil camisetas de doação para minha campanha. Foi uma relação de amizade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor apresentou emendas que acabaram beneficiando a Planam em troca dessa?...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu vi um relatório... não, em troca disso, não. Eu apresentei emendas que – parece-me –, no relatório feito pela própria CPI, de um milhão e meio que eu apresentei de emendas. A Planam venceu 76%, uma coisa assim. O restante foram vencidas para outras empresas. Eu nunca escondi de ninguém que o Darci... eu o apresentei, sim, a alguns parlamentares, mas socialmente. Eu nunca escondi que o Darci ficou na minha casa nos primórdios. No meu apartamento, eu o recebi algumas vezes. Nunca escondi. Nunca.

Então, houve uma relação de amizade, não de promiscuidade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A afirmação dele de que o senhor apresentava parlamentares, que era uma espécie de intermediário, procede?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não procede. Se o senhor pegar a revista **IstoÉ** que eu li hoje... Na revista **IstoÉ**, ele fala que ele atua há 30 anos no Congresso. Está lá a afirmação dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor disse que apresentou a eles alguns Parlamentares.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Apresentei assim quando encontrasse qualquer Parlamentar: “Esse aqui é um amigo meu, é um empresário do Mato Grosso”.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ao Senador Magno Malta não?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Nunca. Ao Senador Magno Malta, nunca. E os encontros, as apresentações eram ocasionais, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com esses aborrecimentos todos em decorrência do pagamento de multa, de o senhor está sendo cobrado, o senhor nunca pediu ao Senador Magno Malta que devolvesse o veículo?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, mas eu falei com ele, eu falei que tinha que resolver essa situação. Ele falou “Olha, estou acabando de comprar um carro e vou devolvê-lo.” Eu falei “Faça isso”. E ele devolveu. Inclusive, eu ainda gastei R\$15 mil (quinze mil reais) para reformar o carro, porque ele veio batido, veio quebrado, veio faltando uma roda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pagou 15 (quinze) mil para reformar o carro, mas não pagou os 36 (trinta e seis) mil da dívida do carro?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Essa é uma outra situação de uma outra ação comercial que tenho lá, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Existem provas nos autos deste procedimento que

investiga a participação do Senador Magno Malta no esquema denominado “sanguessuga” de que a família Vedoin adquiriu no mês de setembro de 2003 o veículo Fiat Ducato, pagando esses 50 (cinquenta) mil. Logo após, o veículo foi entregue ao Senador Magno Malta, que o utilizou por quase 02 (dois) anos. Isso é fato.

Diante de tais provas, é forço concluir que: ou o Senador Magno Malta realmente recebeu tal veículo como pagamento de propina para apresentação de emendas ao orçamento beneficiando a empresa Planam, ou V. Ex^a utilizou indevidamente o nome do Senador Magno Malta para reaver o veículo que havia sido dado para pagamento de dívida contraída perante a *factoring* de Valdir e Valcir Planam (*sic*).

Qual dessas duas hipóteses é verdadeira?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Nenhuma. Nenhuma. Nenhum. Em nenhum momento, eu me dirigi ao Senador Magno Malta para conversar com ele qualquer tipo de situação de dinheiro. Nunca. Minha relação com o Magno é uma relação maior do que isso. O Magno Malta era um companheiro, era um cidadão que me pegou no colo quando eu cheguei aqui, fazíamos orações diárias, me orientava espiritualmente. A minha conversa com o Magno era em uma outra situação.

Quando disputei a minha reeleição, que eu não esperava perdê-la, e perdemos, Magno Malta veio em socorro a mim. Ele disse “Olha, vamos... não vou te deixar nessa situação porque eu sei que é extremamente difícil e sabedor... sei que você é de televisão, vamos atrás”. Fomos na **TV Bandeirantes**, fomos na **Record** juntos. Essa é a minha relação com o Magno Malta. A minha relação com o Magno não é de promiscuidade nem comercial. É maior do que isso. Está acima disso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor já disse e afirmou que é um homem de poucas posses.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Pouquíssimas posses, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – No entanto, negocia em valores elevados para quem tem poucas posses.

Quantos veículos V. Ex^a tinha quando emprestou o veículo Fiat Ducato ao Senador Magno Malta?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu tinha o meu veículo de uso...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor se lembra qual?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Na época era uma Zafira...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Declarada no Imposto de Renda?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Uma Zafira que nós tínhamos financiado porque tenho uma filha cadeirante, então, forçosamente, tive que financiar um carro para poder carregá-la.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foi declarada no Imposto de Renda?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu preciso ver, Senador. Eu tenho na minha equipe um dos meus assessores é contador. É ele que cuida do...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tem hábito de não declarar bens do senhor ao Imposto de Renda?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu não tenho bens, Senador. O senhor está diante de uma figura totalmente diferente do que o senhor vê aí. Eu sou um cidadão que eu vivo absolutamente do meu salário. Eu peço pela minha benevolência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o seu carro, que o senhor financiou, está em nome do senhor. Ele é um bem do senhor. O senhor tinha a obrigação de declará-lo ao Imposto de Renda. Assim como fez com o Fiat Ducato. Então, o senhor tem bens. O senhor pode não estar declarando os bens do senhor.

É isto que eu quero lhe perguntar: se o senhor declarou essa Zafira.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu preciso puxar no meu Imposto de Renda para dizer para o senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor declara Imposto de Renda?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu declaro, é óbvio.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas se o senhor não tem bens...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu declaro... mas eu tenho rendimentos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Só declara rendimentos?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu tenho rendimentos. Se o senhor me perguntar se eu tenho um apartamento para morar, eu não tenho, Senador. Eu pago aluguel.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A casa em que o senhor mora...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu pago aluguel.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E declara esse aluguel ao Imposto de Renda?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – É óbvio. Se eu pago aluguel, eu preciso declará-lo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas é óbvio também que o senhor é proprietário do carro, teria que declarar, e não declarou

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu disse para o senhor que eu preciso olhar o meu Imposto de Renda e responder essa pergunta para o senhor e que eu tenho quem o faça.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em relação ao Fiat Ducato o senhor já afirmou que não declarou.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – O Fiat Ducato não. Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sonou essa informação.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Até porque a Ducato, inicialmente, me veio como doação de campanha. Aí eu cometo caixa dois, três, quatro, cinco, quantos caixas couberem aí. Eu me imputo nesse crime de caixa dois. Num segundo momento, em que eu fui buscá-la, obviamente, quando eu fui discutir lá com o Valcir a recompra desse carro... Na realidade, eu não fui comprar o carro. Eu fui negociar um crédito para que pudesse ter aquele carro e servir a um amigo que estava me servindo naquele momento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a tinha, naquela época também, um outro veículo. V. Ex^a disse que tinha uma Zafira e tinha um outro veículo.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu tinha um Zafira financiado e tinha uma Cherokee 97.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Também essa declarada no Imposto de Renda?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Essa declarada ao Imposto de Renda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O empréstimo tinha um prazo fixo? O Senador Magno Malta poderia ficar com esse automóvel pelo tempo que quisesse?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Pela amizade que eu tenho com ele, poderia, sim. Se ele tivesse feito a transferência, ele poderia estar usando até hoje.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então V. Ex^a o autorizou a transferir.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não. Eu pedi para ele transferir, e ele não transferiu. A empresa me pediu que tirasse o nome do Zé Luiz; ele não retirou. Quando fui pegar o carro de volta, eu transferi para o nome da minha esposa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então V. Ex^a doou esse carro para o Senador Magno Malta.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não. Eu emprestei o carro, porque ele me devolveria num determinado momento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas, se S. Ex^a quisesse, poderia ter ficado com o carro. V. Ex^a admite isso. Foi um empréstimo...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Se ele quisesse, sim. Se ele quisesse, poderia ficar com o carro. Se ele quisesse.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a, então, doou para o Senador: se você quiser, pode ficar com esse carro.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, nunca falei isso para ele. Ele nunca me pediu para ficar com o carro, Senador. Ele nunca me pediu: “Eu não quero esse carro para mim”. Ele falou da necessidade, e eu sugeri um carro de empréstimo a ele. Eu me antecipei e sugeri um carro de empréstimo para ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas, se o Senador tivesse a necessidade de ficar com o carro, V. Ex^a daria o carro a ele.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, não daria, porque não posso sair distribuindo um presente de 30, 40 mil.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas V. Ex^a disse isso. V. Ex^a disse...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não. Eu disse que ele poderia usar o carro enquanto precisasse, até resolver a necessidade dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E que, se o Senador quisesse, poderia transferir para o nome dele.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, tirar do nome do Zé Luiz. Até porque, se eu estou emprestando um carro para um amigo, ele está na estrada, com essa história de multas que se tem, de pontos negativos na carteira, essa aí é uma relação de confiança. E eu fiz com o Magno isso. Daria até a liberdade de ele transferir e depois me devolver o carro e eu transferir para o nome de quem quisesse. Faria com ele, e não faria com outras pessoas por aí. Faria com ele, pela relação de confiança que eu tenho com ele, grandiosíssima.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a ofereceu ao Senador Magno Malta ou o Senador Magno Malta pediu esse carro emprestado?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu ofereci. Ele disse que tinha um problema de transporte da banda. Não foi ato contínuo que eu falei que tinha o carro. Nós jantávamos em São Paulo, e eu fui maturar a idéia, como é que eu poderia resolver. E fui resolver o problema para o amigo. Estava resolvendo o meu problema.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito bem. Então, V. Ex^a não ofereceu para o Senador, naquele jantar, naquele momento, o carro.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não foi ato contínuo; foi uma hora depois: “Olha, vai acontecer isso”.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a maturou isso por uma hora?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – É. Pensei como poderia rever. Eu sabia que o carro tinha sido devolvido pelo Zé Luiz, porque não tinha servido a ele, estava exposto lá...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, não houve nenhuma pessoa nesse jantar que pudesse testemunhar que V. Ex^a ofereceu um carro ao Senador, uma vez...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu acho que tem. Nesse jantar, estávamos... Eu acho que deve estar até aqui. O empresário do Magno acho que está.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pois é, mas é o que V. Ex^a mesmo disse: no momento, V. Ex^a não teve como oferecer. V. Ex^a foi pensar na solução algum tempo depois.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, foi na mesma noite, Senador. Estou dizendo que não foi ato contínuo; ele acabou de falar, ponto final, e eu abri ali a frase oferecendo a ele. Não. Durante o jantar, eu pensei como poderia ajudar um amigo que estava com um problema.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E depois V. Ex^a telefonou para o Senador, dizendo o que podia...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Na mesma noite eu falei para ele, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Foi no interstício de uma hora, uma hora e pouco.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, reafirmo a pergunta: ninguém testemunhou a sua oferta, porque houve um comentário, e V. Ex^a ficou de pensar no assunto.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Mas foi na mesma noite, durante o jantar. Só não foi na hora. *(Pausa)*

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não pode interferir na pergunta, doutor. O senhor pode assistir o seu cliente, S. Ex^a pode se recusar a responder, mas o senhor não pode responder por ele.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu não vou recusar nada; não tenho nada a esconder.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, na realidade, V. Ex^a não telefonou para o Senador. Naquele jantar mesmo, V. Ex^a maturou a solução e ofereceu ao Senador: “Olhe, eu tenho como arrumar um carro nessas condições”.

V. Ex^a reformou o carro também, naquela época, para entregá-lo?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Entregou no estado em que encontrou na *factoring*?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – No estado em que ele se encontrava.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a ao menos comentou com os Vedoin que estava fazendo esse empréstimo ao Senador Magno Malta, daquele veículo que V. Ex^a havia recebido...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não sei, não posso afirmar com certeza. Que eu me lembre, não. Às vezes, pode até... Mas, que eu me lembre, não. Eu não afirmaria isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Os Vedoin afirmaram perante este Conselho que, após o não-cumprimento do acordo que teria sido feito pelo Senador Magno Malta, as emendas ao orçamento que não foram apresentadas, cobraram de V. Ex^a por várias vezes a devolução do veículo.

Essas afirmativas são procedentes? Os Vedoin cobraram de V. Ex^a a devolução desse veículo?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Nunca. E desconheço esse tipo de acordo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Querli Batistello ou Querli Batistello... Qual é o nome da sua esposa, por favor?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Querli.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Querli...? E o sobrenome?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Batistello.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Certo. Ela, então, não tem participação?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Nenhuma, simplesmente nenhuma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a mandou transferir para o nome dela, não é?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E está hoje com a propriedade desse carro.

V. Ex^a vai declarar, no fim do ano, esse carro?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Quando eu peguei esse carro, Senador, acabei fazendo uma troca dele. Quando “peguei ele” de volta, que ele veio estourado do jeito que veio, nós arrumamos esse carro calmamente, e eu acabei fazendo uma troca num outro carro para a minha campanha.

Esse carro foi vendido. Essa Ducato foi vendida já, seguramente, uns seis meses talvez... pouco antes de acontecer tudo o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então V. Ex^a...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Quando eu peguei de volta...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então V. Ex^a está retificando a informação que deu no início do depoimento, de que o carro era de propriedade de V. Ex^a. Na realidade, V. Ex^a já passou esse carro para a frente.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, passei. Se eu falei isso, cometi um lapso então. Mas esse carro... Não tinha nem por que dizer que ele estava, se ele não estava comigo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E quem é o proprietário desse carro hoje?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não conheço, não sei quem é.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quem vendeu esse carro para V. Ex^a?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Foi uma agência que fez o acordo. Parece que esse carro foi transformado até em carro de som, enfim, essas coisas aí.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nós precisamos do nome dessa pessoa para ouvi-la, até porque o carro está em nome da sua esposa.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu acho que esse carro foi transferido; não está mais no nome “da esposa”. No momento da venda, ele foi transferido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O último documento que nós temos, do Detran, é em nome da sua esposa.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Verifico isso e respondo ao Conselho na próxima oportunidade, próxima semana. Devo demorar uns dez dias para voltar a Cuiabá, porque estamos em São Paulo ali...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a tem como...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Tenho. Não tenho nada que esconder. Eu farei isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a tem como fornecer o nome do proprietário...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Tenho. E vou atrás disso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...o endereço do proprietário?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Vou atrás disso. Eu me comprometo com o Conselho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Talvez V. Ex^a possa fornecer até hoje ou alguma pessoa...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...ou alguma pessoa que trabalhe para V. Ex^a.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Até porque quem poderia nos ajudar é o que tem a família... está com um problema na família, que eu não sei a gravidade do assunto, mas eu me comprometo com o senhor que essas respostas, o senhor, como Relator, terá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então o carro já se encontra em nome de uma outra pessoa?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – De outra pessoa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Só para detalhar, como foi feita essa transferência do Fiat Ducato de José Luiz Cardoso para a sua esposa?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu acho que quem vai poder responder isso para o senhor é esse assessor meu, que é meu operacional...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual é o nome dele?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Wylerson José da Costa. É o que pode responder como foi feito, a data em que foi feito, enfim, essas coisas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Tudo bem, mas o José Luiz Cardoso afirma que primeiro esteve lá o Wylerson e que depois V. Ex^a esteve com ele. José Luiz Cardoso.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Estive aonde?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Lá em Várzea Grande.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, Várzea Grande é onde eu moro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Exatamente. V. Ex^a esteve com ele lá. José Luiz Cardoso. Primeiro foi o Wylerson, depois V. Ex^a foi lá, conversar com o Sr. José Luiz Cardoso.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não. Posso ter conversado com o José Luiz, mas não essa coisa específica. Eu não sei quem é José Luiz. Posso ter me encontrado com o José Luiz. Eu sou um homem público, falo com todo mundo, com todas as pessoas...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas ele diz que V. Ex^a esteve no local onde ele trabalha, onde ele mora...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não sei. Eu não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...e que lá, primeiro, V. Ex^a mandou o Wylerson e, depois, V. Ex^a esteve lá, pessoalmente, para conversar...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Tratando desse assunto?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Só para tratar desse assunto.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Nego veementemente, em hipótese alguma. Sem chance de errar! Não existe, não tem! Essa afirmação não existe!

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então V. Ex^a não...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Nego veementemente. Recuso-me até a continuar a responder isso, porque não é verdade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Que assunto V. Ex^a tratou, então, com o Sr. José Luiz?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu estou dizendo para o senhor que não sei quem é José Luiz. Posso ter encontrado o José Luiz. Sou um homem público. Várzea Grande é uma cidade pequena. Sou duplamente público, por ser um homem de imprensa e por ser Deputado. Hoje, sou triplamente, porque essa história de “sanguessuga” tem tirado o sossego. Eu tenho conversado muito com as pessoas. Posso ter, mas para tratar esse assunto... De repente, esse José Luiz chega aqui, eu não conheço. De repente, posso conversar... Ah, você que é o José Luiz?! De repente... Mas nunca sentei para tratar isso seja com quem for.

A transferência desse carro, eu tratei com o Wylerson, que é meu assessor, e com a minha esposa, para que fosse transferido no nome dela.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito bem. E o Wylerson foi quem esteve com o José Luiz Cardoso. O senhor, não?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse DUT, ou Documento Único de Transferência, do veículo Fiat Ducato, assinado por José Luiz Cardoso, foi apreendido pela Polícia Federal em poder da Planam. Agora, veja V. Ex^a: a Planam tinha o documento do carro que estava com o Senador Magno Malta, e que estava em nome de José Luiz Cardoso. A Polícia Federal apreendeu esse documento, que estava em poder da Planam.

Como V. Ex^a justifica que a Planam estivesse com a posse desse documento em branco para transferir a propriedade?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Doutor, eu não sei. Eu, realmente, não sei. Eu acho... Se foram buscar no Detran, onde arrumaram eu não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, o documento original.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, não sei. Então, não sei. Quem tem que responder a essa pergunta, Senador, é o pessoal da Planam.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eles já responderam. Eles disseram que fizeram...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu não sei responder para o senhor por que estava na mão dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...que pagaram o carro, no valor de R\$50 mil, apresentaram o cheque...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Ah... Desculpe.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pode responder.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, não. É que eu ia... Desculpe. Eu não tenho a intenção de interrompê-lo. Eu ia dizer para o senhor o seguinte: a bem da verdade, não tem relação nenhuma Magno Malta e Planam. Não tem. O que há é uma ação de benevolência de um amigo que se sentiu socorrido e precisava socorrer outro. Essa é a história. Se alguém tem que ser, vamos dizer, penalizado pela história sou eu, que quis resolver o problema do amigo. Se esse carro tinha rolos com a Planam lá atrás é outra história, que eu me convenço que não tenha, porque ele veio a mim como doação de campanha. Quando eu perdi, eu tinha um acerto para fazer com a *factoring* e eu vendi para a *factoring*. Esse cidadão comprou, fiquei sabendo que estava lá, depois foi quando o Magno me contou, e eu arrumei o carro para o Magno. Se é isso que o Conselho quer saber, se tem envolvimento do Senador Magno Malta, eu lhe digo com toda a certeza do mundo: não! Absolutamente não! Se há uma injustiça nessa história, estão fazendo com o Senador Magno Malta. Não há! Não tem!

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Só para concluir a pergunta...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Pois não, desculpa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...se essa documentação estava em poder da Planam e se o veículo sempre lhe pertenceu nessas duas ocasiões...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Certo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...ou melhor, lhe pertenceu nessas duas ocasiões, como é que V. Ex^a explica esse fato...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu não sei!

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...de a Planam estar com o documento em branco, em nome de José Luiz Cardoso?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não sei, Senador. Originalmente, esse carro me foi dado em doação de campanha. E, quando ele veio, no primeiro momento, ele deve ter vindo em nome... Eu não vi os documentos. Veio em nome da Planam a primeira nota fiscal? Não sei. Precisava ver.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não, mas...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Como me foi doado por ela, originalmente veio por ela. E depois veio transferido para o meu nome.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas já não seria originalmente. Já seria naquele momento em que o carro teria sido emprestado ao Senador Magno Malta.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu não sei responder ao senhor, Senador. Sinto muito. De todas as perguntas que o senhor me fez, eu não sei responder ao senhor...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A Planam tem relacionamento com essa *factoring*?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não sei. A vida financeira dela, eu não sei, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas V. Ex^a se relacionava com as duas partes: com a *factoring*...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Sim, sim, mas...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...e lá é uma cidade pequena, como V. Ex^a mesmo disse.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Sim, mas o “Cuque” não me conta para quem ele faz as suas operações e o Darci não me conta...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a admite que a Planam poderia de alguma forma ter...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu... Olha... Desculpe.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...ter alguma participação nesse veículo, nessa ocasião? V. Ex^a admite que pode ter havido uma transação entre a *factoring* e o Vedoin?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não existe.

O que me intriga é o documento ter sido apreendido com a Planam. Quando a Polícia Federal...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Fez a apreensão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Se ela pagou o carro, então, naturalmente, tinha o documento. Ela possuía o documento. E ela apresenta o cheque com que pagou o carro.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não. Pelo que eu vi, ela apresenta um cheque, e não está escrito ali que é para pagar um carro. Não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eu já solicitei e estamos aguardando a tramitação desse cheque.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Infelizmente, Senador, eu não vou conseguir responder ao senhor essa pergunta sobre o documento que está lá. O que compete a mim, o que tem a minha impressão digital, eu assino o carimbo e dou fé. Esse aspecto assumo. Estou pronto.

E, aproveitando que o senhor está encerrando, antes de ouvir, eu quero dizer uma coisa para o senhor: quando o Senador Magno Malta fez um discurso no Senado, eu vi, fui lá, cheguei no Corregedor da Casa e disse: “Estou à disposição do senhor para esclarecer qualquer fato. Se o senhor me chamar, eu vou”. “Não, você pode escrever algo aí, pode escrever a sua declaração que está resolvido.”

Quando me convidaram, nós fizemos uma declaração respondendo exatamente àquilo que eles queriam saber. Depois houve alguns comentários, inclusive do Corregedor, dizendo que eu deveria ser preso, por não ter vindo, sob vara, **sub judice**, aquelas coisas, aquela pirotecnia toda que se fez no momento aí.

Mas eu quero dizer a esta Casa, a este Conselho, que eu não desrespeitei. “Me deram” a oportunidade de escolher estar presente ou não estar presente. Eu já havia me oferecido lá. Tanto é que agora eu não fui convidado; eu me ofereci a isso, porque eu acho que este Conselho merece respeito, o senhor merece respeito, o Presidente merece respeito e o Senador Magno Malta, também. E eu não estava querendo...

Fiz questão, inclusive, desta sessão fechada porque não vou mexer mais com política, estou decepcionado com tudo isso. Fui elevado à figura de “operador”, e não sou operador coisa nenhuma. E eu quero voltar a fazer rádio e televisão.

Então, eu só pedi em função disso, porque eu não queria muita exposição pública. Eu quero voltar à minha atividade normal quando o carnaval chegar, se Deus quiser.

Desculpe o meu desabafo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum Senador deseja fazer perguntas?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Deputado Lino Rossi, a vinda do Sr. Vedoin a este Conselho, no que diz respeito ao Senador Magno Malta... O Sr. Darci teria feito a afirmação de que V. Ex^a o teria apresentado ao Senador Magno Malta, no restaurante da Câmara dos Deputados, quando o Senador ainda era Deputado Federal. Já estava eleito como Senador, mas não ainda empossado. Deve ter sido em data posterior às

eleições de outubro de 2002, mais ou menos em novembro. V. Ex^a teria participado desse almoço?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não que eu me lembre, Senador. Em nenhum momento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – No restaurante do décimo andar da Câmara.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Nunca sentamos à mesa. Disse e repito: se houve – não sei –, foi um encontro casual, como “houveram” outros encontros aí. Mas sentar a uma mesa, estar numa mesa, nunca, em nenhum momento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele disse, no primeiro momento, que jamais tinha estado fisicamente próximo do Senador Magno Malta. Depois, nessa última vinda, ele admitiu que teve um encontro nessas condições.

O senhor nos diz que isso jamais aconteceu.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Jamais aconteceu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E que, na conversa, trataram de conversa entre pessoas, sem nada, absolutamente, comercial.

Depois, o Sr. Luiz Antônio teria nos dito aqui, por várias vezes, e também lá na CPI, que esteve por duas vezes no gabinete do Senador, acompanhado de V. Ex^a, e que, na primeira vez, foram atendidos por uma senhora, provavelmente secretária – atendente da sala de recepção –, e que não puderam entrar, porque o Senador não estava, não havia quem os atendesse.

V. Ex^a esteve alguma vez com o Sr. Luiz Antônio Vedoin?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Desconheço a minha estada no gabinete do Senador com eles.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele disse que, numa segunda oportunidade, foram recebidos, desta vez pelo Sr. Hazenclever.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Ah, o Chefe de Gabinete.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Chefe de Gabinete os teria recebido, e V. Ex^a teria intermediado a conversa com o Sr. Hazenclever sobre emendas parlamentares. Que trataram disso e que, no fruto da conversa, teria aparecido a história do carro e que também teria aparecido a história das emendas que jamais foram realizadas. Então, eu tenho que repetir esta pergunta: se V. Ex^a...

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Até onde eu tenho do Senador Magno Malta é um homem que, se você procurar no dicionário um homem de palavra, vai ver a foto dele ali. Eu acho que ele é um homem de palavra.

Se, em algum momento da história, ele tivesse se comprometido a dar algo em troca de algo, você pode

ter certeza de que ele o teria feito. Se ele não o fez é porque não tinha razão de fazê-lo. Nunca houve isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – No pronunciamento dele, V. Ex^a teria apresentado um documento ao Corregedor da Casa?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Apresentei.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. Ex^a poderia discorrer um pouco sobre o teor da sua carta?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Nós não temos nenhuma cópia, não é, Doutor? Nós podemos providenciar o que foi protocolado para a Casa. Aliás, foi protocolado para o Conselho. O senhor deve ter a cópia do documento que nós enviamos, negando essa relação. É o mesmo documento, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não quero entrar em nenhuma particularidade de um relacionamento entre V. Ex^a e os Vedoin. O que interessa apenas é chegar a uma informação que possa comprovar, pelo sim ou pelo não, o envolvimento do Senador Magno Malta com os Vedoin.

O que fica, então, como preocupação nossa a respeito da participação de V. Ex^a é atinente à história do carro. O único elemento que aproxima a empresa Planam do Senador é esse veículo. E V. Ex^a admite que foi ou é proprietário dele e que teria emprestado esse carro ao Senador Magno Malta.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Foi.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E preciso perguntar, até mesmo para registro da Casa: em algum momento, V. Ex^a teria conversado com alguém usando o nome do Senador?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não, em nenhum momento. Não tenho procuração do Senador, no caso específico de que estamos tratando, para discutir qualquer coisa em nome dele. Eu não seria leviano a ponto de discutir sem que ele soubesse disso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Terminada a campanha eleitoral, V. Ex^a saiu endividado?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não queira saber, Senador. Duas malfadadas campanhas. Mas esse é um outro caso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. Ex^a tinha conhecimento dos negócios da Planam?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Tinha conhecimento, sim, mas não dessa forma.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Do teor da investigação. Chegou a ter informações de que os Vedoin operavam?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Cheguei, cheguei. Esse era o comentário de “boca corrente”.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A partir de quando?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu trabalhei emendas na área de saúde, algumas delas vencidas pela Planam, no ano de 2000, 2001. Depois, nunca mais. Depois que eu descobri que eles estavam por caminhos diferentes, nunca mais...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quando é que V. Ex^a teve conhecimento desses fatos?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Na minha chegada. Na minha volta, em 2004, para o Congresso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na sua volta?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – É, porque eu tive o meu primeiro mandato de 98 a 2002. Aí perdi a reeleição e voltei em 2004.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como suplente?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Suplente... Efetivamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ah, sim. Mas V. Ex^a estava como suplente?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Estava como suplente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E assumiu definitivamente.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Assumi definitivamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E somente nesse momento tomou conhecimento?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Aí tomei conhecimento, porque eu estava fora do Congresso. Estava distante de tudo isso aqui, não tinha... Na minha vinda é que eu fiquei sabendo do tamanho que estava isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Para o que interessa a este Conselho, eram essas as perguntas que eu queria fazer a V. Ex^a.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Ok, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu quero ver também a cópia da carta de S. Ex^a, Senador.

Então, agradeço e encerro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pergunto ao Dr. Luiz Carlos da Silva Neto, Advogado do Senador Magno Malta, se tem alguma pergunta a fazer a esta Presidência.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Alguma vez, algum dos Vedoin, o pai ou o filho, teria pedido a intermediação do Deputado Lino Rossi, reclamando que por duas vezes tentou falar com alguém do gabinete Magno Malta, e não conseguiu, e, numa terceira vez, por interferência dele, teria, então, sido atendido no gabinete. Houve esse contato, essa intermediação?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Deputado Lino Rossi, eu gostaria que V. Ex^a respondesse a essa pergunta.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Sr. Presidente, não houve essa intermediação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não tem mais perguntas?

Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a trocava com frequência telefonemas com os Vedoin?

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – No primeiro mandato, sim. Neste segundo mandato meu, só teve um único telefonema que eu troquei com ele. Foi quando a Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso queria adquirir uma – foi até flagrado pela Polícia Federal... Queria comprar uma ambulância. E eu peço para o meu gabinete ligar para o Darci e eu falo com ele que o Secretário da Assembléia gostaria de conversar com ele sobre... Queria conhecer a empresa. É o único telefonema que eu conversei com ele. Depois, nunca mais conversamos. De 2004 para cá, nenhuma relação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito bem. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Deputado, agradeço a presença de V. Ex^a.

Os advogados já se pronunciaram.

Se houver necessidade de uma nova conversa com V. Ex^a, o Sr. Relator pedirá a presença de V. Ex^a.

Muito obrigado. Um grande abraço.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu é que agradeço, dizendo a essa Presidência que, desde que não me comprometa no processo que eu começo a enfrentar a partir de outubro, na Câmara, eu estarei à disposição a qualquer hora do dia ou da noite, a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Senador, podemos fazer o depoimento em seguida?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Deputado, como V. Ex^a é testemunha arrolada pela Defesa, o Sr. Wylerson não compareceu, testemunha arrolada pela acusação, e apareceu uma nova pessoa para ser ouvida, que é Valcir Piran, peço que V. Ex^a tenha um pouco de paciência, porque as testemunhas de defesa sempre são ouvidas por último. Como imaginávamos que pudéssemos esgotar essa fase, pedimos essa gentileza a V. Ex^a. Se V. Ex^a tiver paciência para ser ouvido no dia 5 ou em qualquer outra oportunidade...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Eu gostaria de falar em seguida, porque deixei minha campanha lá e estou precisando voltar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Se não vai haver nulidade.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Altera o processo?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Altera. A testemunha de defesa tem que ser ouvida por último. Ainda deve haver mais uma ou duas testemunhas que também serão convocadas.

Peço a V. Ex^a essa compreensão, em decorrência do ritual, da processualística.

V. Ex^a certamente não é bacharel em Direito.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Eu queria pedir a V. Ex^a que marcasse o dia, o horário e o local.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pode ser. Vamos marcar.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – É só para adiantar, porque eu saí de lá para vir aqui.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Talvez seja até melhor...

Vamos supor que o Valcir ou o Wylerson não apareçam, e V. Ex^a venha novamente a passar pelo mesmo dissabor.

Talvez seja melhor acabarmos de ouvir essas pessoas e comunicarmos a V. Ex^a, que poderia marcar o dia, a hora e o local em que gostaria de ser ouvido. Ou se V. Ex^a quiser vir no dia 5... É claro que haverá novamente um risco. Pode ser que a testemunha não compareça. E não será nenhum menoscabo a sua figura, porque o processo caminha assim, sob pena de nulidade. Daqui o processo seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça, para avaliar se ele obedeceu ao Regimento Interno. É somente essa a razão.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Então a defesa só fala por último.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Exatamente.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Enquanto todos os que foram arrolados aí...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Tanto é que a última pessoa que nós vamos ouvir será o Senador Magno Malta, depois de receber todos os documentos.

A não ser que o Advogado expressamente concorde. É verdade. Se o Advogado concordar com a inversão e se não houver prejuízo para a defesa...

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – No caso do Deputado e do outro arrolado, que teria participado do jantar, como ambos estão aqui, eu abriria mão e inverteria essa posição, evidentemente sabendo que V. Ex^a está conduzindo da forma processualmente indicada, adequada e melhor. Eu abro mão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Se a Defesa concorda, podemos fazer. Basta consignar expressamente este diálogo e que há a concordância da Defesa, então poderemos inverter.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Então, suspendo a reunião e, ao reabri-la, ouviremos o Deputado Neucimar Fraga.

(Suspende-se a reunião às 13h36min)

(Reabre-se a reunião às 14h20min)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Está reaberta a reunião.

Deputado Neucimar Fraga, V. Ex^a conhece o Mato Grosso.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não, sou do Espírito Santo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a é Deputado Federal?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Está presente o Deputado Neucimar Fraga, testemunha de defesa do Senador Magno Malta.

Passo a palavra a S. Ex^a.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, satisfação porque estou aqui participando desse momento, na defesa de um Senador da República que nós acompanhamos a sua vida pública há mais de 10 (dez) anos. Conheço o Senador Magno Malta há 20 (vinte) anos e o acompanho na vida pública desde a sua eleição de Vereador na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, trabalho sério realizado no Município, reconhecimento que ele tem das autoridades locais da cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Posteriormente, acompanhei a sua luta por uma vaga na Assembléia Legislativa. O seu mandato também exercido com muita honra, com muita dignidade, sempre na busca da transparência, da ética, inclusive foi Presidente naquela época também de uma comissão especial na Assembléia Legislativa. Foi a primeira vez que a Assembléia Legislativa do Espírito Santo pediu a cassação de um Deputado, foi o Senador Magno Malta que fez. O seu mandato de Deputado Estadual o credenciou a disputar uma vaga na Câmara Federal. Acompanhei também a sua luta por uma vaga na Câmara Federal.

O Brasil conhece o trabalho prestado pelo Senador Magno Malta, sua luta contra o crime organizado, a sua luta contra o narcotráfico, a sua postura ética e o seu comportamento dentro do Parlamento.

E o seu mandato foi um mandato realmente comprometido com o Brasil, comprometido com a sociedade e o credenciou a disputar uma vaga no Senado da República. Como candidato ao Senado, foi o Senador

mais votado da história do Espírito Santo, com quase 900.000 (novecentos mil) votos.

É um cidadão respeitado no Estado do Espírito Santo. Seu reconhecimento público é enorme.

E acompanhamos também o seu mandato, mais de perto agora com um mandato também de Deputado Federal, e sabemos do compromisso que o Magno Malta tem com a ética, o Senador tem com a lisura, com a transparência. Estou acompanhando com muita tristeza todas as denúncias feitas contra o Senador, até porque conheço o seu comportamento e sei que ele jamais seria capaz de fazer um acordo escuso como esse.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Como se trata de uma testemunha do Senador Magno Malta, darei a palavra ao advogado de defesa.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Muito obrigado.

Gostaria de saber da testemunha, S. Ex^a, Deputado Neucimar Fraga, se ele também conhece o Deputado Lino Rossi.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Ouvi falar do Lino Rossi na CPI do Narcotráfico. Acompanhei o trabalho da CPI do Narcotráfico, mesmo lá no Estado do Espírito Santo. O Magno Malta falava muito do Lino. Todos companheiros que ele tinha na CPI, o Deputado Moroni Torgan, e hoje tenho a honra de ser o Vice-Presidente da CPI do Tráfico de Armas, com Moroni, Presidente... Conheci o Lino depois que ele tomou posse como Deputado, porque ele perdeu o mandato em 2002. Depois que ele assumiu o mandato de Deputado Federal conheci o Lino aqui na Câmara Federal.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Se S. Ex^a também sabe da amizade entre o Deputado Lino Rossi e, hoje, o Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O Senador Magno Malta sempre falou do bom relacionamento que teve com Lino Rossi. O Lino sempre procurava o Senador Magno Malta. Eles trabalharam juntos na CPI. Fizeram amizade. Me falou posteriormente o Magno, quando o Lino perdeu a eleição, que o Lino foi trabalhar na Rede Record, que o Magno esteve lá na Record para apresentar o Lino, inclusive acompanhei alguns trabalhos do Lino pela televisão, no **Cidade Alerta**, não é? Ouvia falar no Lino dessa forma, como um ex-Deputado que agora era apresentador do **Cidade Alerta** na Rede Record de televisão.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Dig-nó Presidente, S. Ex^a diz que o Deputado Lino Rossi sempre procurava o Senador Magno Malta. Procurava em que condição? Espiritual, para receber orientação espiritual? Se ele pode esclarecer isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O Senador Magno Malta, quem o conhece sabe que ele não tem vergonha de professar a sua crença. É um Senador também que tem uma atividade artística. Está sempre envolvido na área musical. E o Lino Rossi sempre que procurava o Magno, procurava para conversar sobre essas questões, espiritual. O Magno sempre falava da carência do Lino, que ele estava muito para baixo quando ele perdeu a eleição, estava apertado, até que arrumou emprego para ele na Record. Mas a relação era sempre assim, no fase... no nível de ex-colega de Parlamento que procurava porque tinha um amigo que podia abraçar aqui na Câmara... no Senado.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – O Deputado Lino Rossi, hoje, exclamou, nos contou da vee-mência aqui que procurava o Senador Magno Malta e lá no gabinete ele fazia orações, com imposição de mãos, orientava espiritualmente, tentava levantar a auto-estima do Deputado Lino Rossi. Se S. Ex^a alguma vez já presenciou isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não, não. Eu não me recordo de ter estado com o Lino e o Senador mais de uma... mais de duas ou três vezes. Acho que as vezes que eu encontrei com o Lino foi na Câmara. Não me lembro de ter estado com ele no Senado, no gabinete, no mesmo momento mais do que duas ou três vezes.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a diz no gabinete do Senador?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Porque era onde o Deputado falou que o Deputado Lino Rossi o procurava, não é? Mas sabe dizer dessa orientação espiritual e dessa responsabilidade que o Senador sentia pelo Deputado Lino Rossi, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O Senador sempre falou que o Lino depois que perdeu a eleição ficou meio depressivo. Sempre o procurava pedindo orientação, pedindo um consolo, e o Magno dava essa cobertura para ele.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Soube de alguma forma sobre a questão do Fiat Ducato?

Pode esclarecer alguma coisa para este Conselho em relação ao Fiat Ducato?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sim, quando esse carro chegou no Espírito Santo, o Magno falou que o Deputado Lino Rossi havia emprestado esse carro para ele. Na época, o Senador Magno Malta tinha feito uma cirurgia de coluna e tinha dificuldades para se locomover no Estado do Espírito Santo para visitar os Municípios. Se não me engano, ele até falou que o Lino havia preparado esse carro, porque o Lino... acho que tinha um peso exagerado na época, e ele preparou um carro para ele viajar no Mato Grosso, que é um Estado muito longo... Era um carro que tinha umas poltronas grandes, espaçosas... E, como o Lino estava trabalhando agora na **Record** em São Paulo e esse carro estava parado no Mato Grosso sem nenhuma utilidade, o Deputado Lino Rossi ofereceu esse carro emprestado ao Senador para que o Senador pudesse visitar os Municípios do Estado do Espírito Santo naquele ano eleitoral.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Digno Presidente, o que S. Ex^a está querendo dizer, então, é que, diante da dificuldade de locomoção do Senador Magno Malta, esse carro veio a calhar, então, em razão da sua...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor está fazendo uma pergunta?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Qual é a pergunta?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Se ele confirma, então, que, em razão desse carro ter sido acoplado com mais conforto, em razão do tamanho, do peso, da altura do Deputado Lino Rossi, isso acabou calhando como algo que seria interessante para o Senador Magno Malta, em razão do acidente que ele sofreu, e todos nós conhecemos, e tinha até mesmo dificuldade de andar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Foi dessa forma que acompanhamos a chegada do carro. O carro tinha umas poltronas largas. O Magno tinha dificuldade de se locomover no veículo comum, por questão da operação que tinha feito na coluna, uma lesão na medula que ele tinha, e ele tinha dificuldade em visitar os Municípios do Estado. Apesar de ser um Município pequeno, mas é um Município muito montanhoso, algumas regiões de difícil acesso. Então, o Senador Magno Malta utilizou esse carro porque ele a princípio transmitia algum conforto nessas viagens,

mas, posteriormente, eu até indaguei o Senador quando não o vi mais com o carro e ele falou que havia devolvido o carro para o Deputado Lino Rossi, se não me engano, no meado do ano de 2005, no mês de maio, de junho. Ele falou para mim que havia devolvido esse carro para ele porque o Lino havia assumido o mandato de Deputado Federal e ele largou o emprego da Record... Se eu não me engano, ele assumiu no lugar do Deputado Wilson Santos, que ganhou a Prefeitura de Cuiabá, ele era suplente. Quando ele assumiu o mandato, ele largou o emprego da Record. Quando ele assumiu o mandato, ele pediu novamente o carro de volta e o Senador assim o fez, devolvendo o carro a quem era de direito, que era o dono do carro, que era o Deputado Lino Rossi.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Doutor, o senhor me permitiria...

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Pois não, Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a poderia explicar melhor o circuito do carro, como foi, como andou, quando devolveu, porque estou vendo que V. Ex^a conhece essa entrega do carro? V. Ex^a só tem detalhes ou ouviu falar?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Acompanho muito de perto o mandato do Senador Magno Malta. Somos parceiros na vida pública. Ele recebeu esse carro emprestado foi no... acho que no final de 2003, nós estávamos entrando no período eleitoral, no ano eleitoral, logo depois dos prazos de filiações e o Senador precisava, a partir daquele final de ano, visitar os Municípios do Estado do Espírito Santo. Sei que esse carro ficou no ano de 2004, o período eleitoral todo lá, no Estado do Espírito Santo. No início de 2005, assim que o Deputado Lino Rossi assumiu o mandato de Deputado Federal, ele pediu o carro de volta e o Senador devolveu esse carro para o Deputado Lino Rossi.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas estava em nome de um terceiro, não é?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – A procedência do carro eu não sei, até porque o Senador tinha motorista e dificilmente ele teve a curiosidade de saber de quem estava o carro. Normalmente, quando pega um carro emprestado, o documento fica no porta-luva e você só sabe os detalhes do carro quando é parado em uma *blitz*, não é, porque ali você vê... o carro não é... é o ano, é o dono, então, acredito que o Senador não sabia da procedência.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador tomou conhecimento quando foi pagar o IPVA. Na oportunidade, S. Ex^a viu que estava em nome de terceiro. Isso o surpreendeu. Inclusive na tribuna,

quando estava explicando, S. Ex^a se surpreendeu com o nome que estava no certificado.

Desculpe-me, Doutor.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – José Luiz Cardoso, é verdade.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Eu nem sabia desse detalhe. Só fiquei sabendo que ele devolveu o carro há um ano e meio atrás.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – É que V. Ex^a falou com tanta certeza que achei que conhecia o fato.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não, os detalhes eu não conheço. Só me lembro que encontrei com o Deputado Lino Rossi, um dia, no plenário da Câmara, se não me engano, não sei se foi no início desse ano ou no final do ano passado, e ele veio brincar comigo: “Rapaz, mas o Magno Malta é sacana!” “O que foi?” “Rapaz, eu emprestei o carro para ele e ele me devolveu o carro com a suspensão toda lascada. Gastei uma nota para fazer a suspensão do carro. Entendeu?” Eu falei: “Ah, rapaz, o Magno nem sabe que esse estava com defeito também não. O motorista que devolveu.” Parece que foi uma transportadora que trouxe esse carro. Até brinquei com ele assim. Sempre encontrava no plenário, ele fez essa brincadeira e eu brinquei com ele também.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Deputado Lino Rossi nunca pediu para o senhor apresentar uma emenda?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não. Graças a Deus, não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, o advogado estava fazendo as perguntas.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe-me, Doutor, é que fico ansioso.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – A minha pergunta é quase a mesma, se o Deputado Lino Rossi teria pedido ao Senador Magno Malta que ele fizesse alguma emenda em relação à área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Olha, eu... O Magno me participa de algumas ações do seu mandato. O que sei é que conheço o Senado há 20 anos. Acompanho ele no mandato há 12 anos e o Senador Magno Malta... ele sempre coloca as emendas dele atendendo a todos os Municípios do Espírito Santo. Tem Parlamentar que até critica a postura. “Rapaz, você tem que colocar para aquele Município que te apoiou mais.” E o Magno não. O Prefeito vem aí e pede 100.000 (cem mil), 150.000 (cento e cinquenta mil), ele divide para todas as emendas possíveis – não é?

– dos Municípios. Se não me engano, são 18 (dezoito) emendas hoje. Então ele pulveriza as emendas dele distribuindo para todos os Municípios. Quem chegou e pediu, os Prefeitos, ele está fazendo, assim como eu também me comporto. Distribui as minhas emendas pulverizadas, atendendo os Prefeitos, sem olhar a cara do Prefeito, às vezes, se me apoiou ou não, até porque eu fui eleito sem o apoio de Prefeito nenhum.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Para finalizar, Ex^a, esse encontro onde e em que data se deu do comentário do Lino Rossi de que o comentário estaria todo estragado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não sei pre... O encontro... e como foi encontro no plenário da Câmara, perto dos microfones ali, eu falei: “Ô, Lino, como está?” Eu acho assim que ele assumiu o mandato de Deputado Federal... Eu não sei, parece que ele tirou uma licença também esse ano. Acho que foi antes da licença. Eu não me recordo a data com precisão. Só me lembro depois que o assunto veio aí à tona na imprensa, sobre essa questão do carro, eu me lembrei da palavra do Lino. Ele falou... Eu falei: “Ô, Lino, como está?” Ele falou: “Ô, rapaz, aquela Magno é sacana mesmo.” “O que foi?” “Rapaz, eu emprestei um carro para o cara, o cara ficou com o carro um ano e meio, me devolveu o carro todo estragado, gastei uma nota com a suspensão do carro.” “Rapaz, o Magno nem sabia disso.” Mas eu não me recordo a data. Sei que foi no plenário da Câmara, perto dos microfones.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Estou satisfeito, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Romeu Tuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Acho que o advogado fez as perguntas bem direcionadas.

V. Ex^a veio como testemunha indicada pelo Senador Magno Malta?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Fui arrolado como testemunha de defesa do Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Por indicação de S. Ex^a?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Por ele. Fiquei sabendo pela imprensa que fui arrolado. Foi divulgado na imprensa do Estado que talvez essa próxima quarta-feira eu seria ouvido. Então, aproveitei e vim a Brasília hoje para...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a é evangélico como o Senador?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sou.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Da mesma igreja?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Da mesma igreja não. Evangélico sim.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não tem nada de anormalidade da minha pergunta...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não, claro!

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– ...mas é que o senhor fala de uma relação tão forte...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Magno é meu amigo. Conheço...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– ...de intimidade que está... Além da razão material, tem a razão espiritual aí, que V. Ex^a descreveu.

Há um detalhe interessante. O carro, segundo o Sr. Luiz Antonio Vedoin, voltou para a Planam. Não sei se estou errado, Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não. Ele voltou para a mão do Lino Rossi.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Deputado Lino Rossi devolveu para a Planam, segundo o Sr. Luiz Antonio.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O Magno...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– São duas situações. Uma primeira... O Lino, não que ele tenha devolvido para a Planam, ele trocou o carro por dinheiro em uma *factoring*. Depois, recompraram para passar para o Senador Magno Malta. Essa que é a versão. Depois voltaram...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Houve duas... Alguém ficou com o dinheiro na venda do carro...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nesse ínterim, o carro, quando ele esteve na *factoring*, esteve no nome de José Luiz Cardoso. Quando foi entregue o carro ao Senador Magno Malta, ele estava em nome de José Luiz Cardoso. Depois, quando foi devolvido, ele de novo voltou à *factoring*, tanto é que... É um negócio esquisito demais.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Luiz Antonio disse que mandou ir buscar em São Paulo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Exatamente. A história do carro é...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O que sei da história do carro, depois que veio essa discussão a respeito do carro à tona, é que o Senador havia devolvido esse carro no ano de 2005, se não me engano, no mês de junho. Tem o recibo inclusive da transportadora

que trouxe o carro. E esse carro foi entregue ao dono e o dono é o Lino Rossi. A informação que tenho até hoje que esse carro está em posse... até hoje não, até o anúncio dos fatos no mês de junho, que esse carro estava de posse do Deputado Lino Rossi. Se não me engano, está em nome de sua esposa. Não posso afirmar, mas foi o que fiquei sabendo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Um pouco confusa essa movimentação do carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Totalmente!

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL –

GO) – Quando foi que V. Ex^a teve esse encontro com o Deputado Lino Rossi, encontro no qual S. Ex^a reclamou da devolução?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não tive encontro com o Lino. Nós nos esbarramos no plenário da Câmara, em pé, no microfone...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Isso não é encontro?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Encontro dá idéia que a gente marcou um encontro, bateu um papo e tal. Houve um encontro casual, dentro do plenário da Câmara. Como eu conhecia o Lino do programa da **Record**, “Cidade Alerta”, e Magno sempre me falou do Lino Rossi, quando o encontrei...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual a data?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não posso precisar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual o ano?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Se não me engano, foi no início desse ano ou no final do ano passado. Não posso afirmar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a esteve nesse jantar em que o Deputado Lino Rossi teria oferecido o carro?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não, não. Nunca almocei nem jantei com o Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ok.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Sr. Relator, permita-me, eu gostaria de fazer algumas perguntas. V. Ex^a responde se desejar.

V. Ex^a se referiu muito ao Senador Magno Malta e ao Deputado Lino Rossi. No seu conceito de valo-

res, o Deputado Lino Rossi é um homem sério, um homem direito, é um colega que V. Ex^a sempre ouviu falar bem?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Se o senhor me fizesse essa pergunta no mês de maio de 2006, antes de estourar essas denúncias, eu afirmaria que sempre as informações do Lino era a melhor possível. Agora, depois de todos os fatos que vieram à tona, não posso fazer a defesa com a mesma veemência, mas damos a ele o benefício da dúvida.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a disse que o carro foi repassado para transportar o Senador Magno Malta porque eram poltronas largas, carros confortáveis, etc. Só que a versão do Deputado Lino Rossi é outra. S. Ex^a diz que emprestou o carro para transportar uma banda do Senador Magno Malta.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Mas no carro não só cabe uma pessoa não. Esse carro, se não me engano, tinha quatro lugares atrás e na frente viajava mais duas pessoas. A banda do Senador é uma banda grande. Era mais ou menos, eu acho, na faixa de 15 (quinze) a 18 (dezoito) pessoas, quando ia equipe toda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Deputado Lino Rossi...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Nunca ia um carro só para o *show*. Sempre que eu acompanhei *show* do Senador Magno Malta ia essa Ducato e, se não me engano, tinha ainda uma Besta, que carregava instrumentos, essas coisas assim.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Sr. Presidente, apenas mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Se o Senador Magno Malta também fazia parte integrante dessa banda *gospel*.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A banda era dele.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O Magno tinha... O Magno, ele tem uma carreira solo como cantor e também a banda. Eventualmente, ele pode ser chamado para cantar às vezes até sozinho, dependendo do local que ele vai.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O que V. Ex^a sabe?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sei que ele canta sozinho e canta com a banda. Quando ele é contratado para cantar com a banda, ele vai com a

banda; quando ele é chamado para cantar sozinho, vai sozinho.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a disse que ele é contratado?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Oi?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador Magno Malta é contratado para cantar com a banda?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – É. Ele é artista.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Às vezes se apresenta sob contrato?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Acre... É claro!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Queremos agradecer ao Deputado Neucimar Fraga a sua presença. V. Ex^a colaborou conosco. Manteremos contato, se necessário.

Muito obrigado.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Apenas quero reiterar aqui nessa Comissão que, diante de todo esse episódio que aconteceu – tenho andado no Estado, estou em campanha, converso com Prefeitos, com lideranças políticas no Estado do Espírito Santo –, o respeito o Senador Magno Malta continua o mesmo. Ninguém... Ninguém que eu falo na área política, a não ser os adversários, acreditam no envolvimento dele, até porque ele não colocou nenhuma emenda para a Planam. Até entendo que... O Magno está no quarto ano de Senado. Esse suposto acordo que foi falado pelo dono da Planam, se ele não tivesse cumprido no primeiro ano, teria o segundo para cumprir, teria o terceiro, teria o quarto, e ele passou três anos e não colocou emenda em nenhum desses anos para o suposto acordo denunciado pelo Vedoin, que hoje está provado para a mídia que não merece todo o respeito e todo o respaldo da opinião pública. Recebeu um prêmio da delação premiada e mesmo assim continuou cometendo crime, mesmo sob juramento de falar a verdade. Então, o povo do Espírito Santo que acompanha o mandato do Senador Magno Malta, conhece o seu respeito, a sua forma de fazer política. Não acredito de forma alguma que ele realmente tenha se envolvido em um acordo desse com esses elementos. Continuo acreditando nas palavras do Senador que diz que nunca encontrou com esse tal de Vedoin.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sr. Presidente, apenas para deixar claro que, eu não queria usar uma expressão forte, mas vale, os Vedoins são “safados”, mas a maior parte dos depoimentos de S. S^{as} tem fundamento. Se S. S^a tentou extorquir, dinheiro são duas fases e dois comportamentos diferentes. S. S^a está pagando o preço por ter montado um esque-

ma para tomar dinheiro. Não podemos invalidar todas as informações dadas por S. S^a, sob pena de termos que suspender todos os processos. Como policial, às vezes recebemos informações de bandidos e temos que investigar e confirmar. Não se pode acreditar, em princípio, que ele falou a verdade, ainda mais S. S^{as} que montaram um esquema sujo e pioraram a situação com essa tentativa de vender um dossiê com dados, provavelmente com fotografias, etc., invalidando a dignidade e o respeito que poderiam ter.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Falo isso, Senador...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas temos que separar para não dizer que tudo é inválido. V. Ex^a, como evangélico, às vezes tem que acreditar...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Falo isso porque conheço o Senador há 20 anos.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, não estou misturando. Pelo amor de Deus, não estou misturando.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sei. O Senador no Espírito Santo é conhecido como um político que, quando faz um compromisso, cumpre, se faz um acordo, cumpre.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tenho respeito por S. Ex^a. Estou falando que daqui a pouco conseguimos invalidar todo o depoimento dos Vedoins, porque fica um argumento forte hoje sobre a invalidade. A Polícia tem que investigar, temos que investigar e confirmar se S. Ex^a falou ou não a verdade. Desprezar seria um risco muito grande para a sociedade.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Tenho... Na verdade, a gente percebe nos depoimentos que existem Parlamentares, pessoas contra as quais há provas e elementos contundentes e indiscutíveis a respeito do envolvimento...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Até o Deputado Lino Rossi foi elegante e enviou uma carta em defesa do Senador, mas o Deputado, por tudo que li, e provavelmente o Senador Demóstenes Torres sabe mais do que eu, era aliciador de Parlamentares. S. Ex^a ia buscar emendas com vários outros. Vendeu uma imagem de negociador entre a Planam e os Parlamentares. Então, é difícil também acreditarmos no que o Deputado fala.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Só quero encerrar dizendo que conheço o Senador há 20 anos e o Senador é sempre um homem de compromisso. Nunca deixou de cumprir um acordo político no Estado do Espírito Santo. Tenho certeza que, se o Senador tivesse feito algum acordo, se tivesse feito algum

acordo, teria cumprido, até porque, se ele tivesse feito esse acordo escuso com os Vedoins, ele teria cumprido, mas tenho certeza que ele não fez, porque o Senador não é homem de fazer acordo escuso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Deputado, para finalizar, por que V. Ex^a solicitou reunião reservada?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Já estava reservada...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – A do Lino Rossi foi reservada – não é? – e pedi a reserva também porque a gente sabe como é a imprensa no Brasil. Então, preferi... Aproveitei a oportunidade, e deixei secreta também.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas não haveria nenhum dado novo ou algum dado de que a sociedade não pudesse tomar conhecimento?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Não, não, não. Claro que não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Porque o que V. Ex^a falou é defesa. Não há nenhum comportamento irregular. Agora, o Deputado Lino Rossi...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Eu ia ser a estrela depois, porque todo mundo pediu reservada. Eu conheço como funciona a imprensa. Então, preferi manter o depoimento...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – A do Deputado Lino Rossi tem que ser reservada mesmo, porque S. Ex^a tem um débito alto.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Como eu tenho certeza que a análise aqui vai ser uma análise técnica, o que vai ser analisado pelo Relator na hora de fundamentar o relatório será os escritos nos Anais, então é o que vai valer...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Porque acho que o Presidente fez essa pergunta a V. Ex^a, e eu também estava ansioso achando que teria algo bem reservado para nos informar... V. Ex^a foi muito livre, muito aberto. Não falou nada em defesa do Senador que pudesse ser interpretado de forma negativa.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sei como funciona a imprensa, Senador. Inclusive o Senador Magno Malta está pagando o preço por uma manchete de jornal. Quando ele disse que usou esse carro preto emprestado pelo Lino Rossi, o jornalista colocou: “Magno admite que usou carro da máfia.” E ele nunca admitiu. Ele falou que usou um carro emprestado pelo Lino Rossi, mas a imprensa sabe que a população é atraída mais pelas notícias ruins do que pelas notícias

boas, e colocou a manchete mais negativa possível. Me reservei o direito de falar reservadamente porque sei que o que eu falar aqui não vai importar para a imprensa. Vai importar para o Relator na hora de analisar as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está bom.

Muito obrigado.

Estamos satisfeitos.

Peço à Assessoria que reabra as portas. *(Pausa)*

(Torna-se aberta a reunião às 14 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Declaro reaberta a reunião.

Solicito à Assessoria que faça entrar o Sr. Ronilson Santos Lins. *(Pausa)*

O Sr. Ronilson está presente e assinou o Termo de Compromisso. S. S^a é uma testemunha de defesa do Senador Magno Malta.

Indago ao depoente se está acompanhado de seu advogado.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não, excelência, mas solicito a sessão reservada.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Indago ao depoente por que a reunião deve ser reservada.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Para preservar a imagem.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Se o senhor não tiver nada de novo a acrescentar não há necessidade de a reunião ser reservada. Toda a imprensa já está na sala e já fizeram imagens do senhor. Não há motivo, então, para a reunião ser reservada.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – OK. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A reunião, então, continuará aberta.

Como se trata de testemunha de defesa, concedo a palavra ao Sr. Advogado do Senador Magno Malta, Dr. Luiz Carlos da Silva Neto.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Muito obrigado, excelência.

Sr. Presidente, indago se a testemunha conhece o Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Tenho uma produtora de *shows* e eventos, da qual o Senador é artista, e passei a empresariá-lo.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Indago também se a testemunha, Sr. Presidente, conhece o Deputado Lino Rossi.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Sim, conheço.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Como se deu esse conhecimento do Deputado Lino Rossi?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Através do Sr. Senador Magno Malta.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Como foi isso? Houve algum encontro? Algum almoço, algum jantar em algum lugar específico? Se ele pode esclarecer como foi esse encontro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Sim, senhor. O Sr. Lino Rossi é muito amigo do Senador e, num determinado momento, o Senador resolveu ajudá-lo a pedido dele, porque ele é apresentador de televisão – né? –, de programas de televisão, e, em determinado momento, ele pediu uma ajuda para o Sr. Senador ajudá-lo a entrar em rede nacional através de alguma emissora. Como o Senador é cantor e tem bom relacionamento interno nas diretorias de televisão, resolveu apresentá-lo para a **Rede Record**. Nesse momento, eu estava junto com o Senador.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Como foi isso?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Ele marcou... Na verdade, o Senador pediu para falar com o Diretor da **Rede Record** e, no dia, o Lino Rossi e o Senador foram – eu fui também junto –, fomos juntos até lá e ele fez uma solicitação fizessem um teste com o Deputado Lino para que ele, na verdade, tivesse a oportunidade de apresentar um programa em rede nacional. E assim foi atendido o pedido do Senador. Após isso, já era final de tarde, fomos todos jantar e aí ficamos juntos.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Sr. Presidente, ele diz que o Deputado Lino Rossi à época em que o Senador fez o requerimento à **Record**, cujo requerimento foi aprovado, o Lino Rossi era Deputado ou já não era mais Deputado?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não, não, não era. Ele estava afastado. Ele, na verdade, tinha um programa de televisão, se não me engano, no Estado dele, que, pelo que eu fiquei sabendo, era de muita

audiência. Aí ele estava afastado. Na verdade, ele não tinha esse cargo.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Sr. Presidente, após a saída, então, da **Record**, foram jantar. Alguma coisa relevante para este Conselho em relação a este jantar entre o Deputado Lino Rossi e também o Senador Magno Malta que ele pudesse esclarecer aqui para nós?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Olha, não teve nada. Conversamos sobre coisas... na verdade, o meio artístico: falamos sobre a carreira, sobre o ministério do Senador. O Senador é evangélico, tem um ministério. Começamos a conversar sobre isso mesmo, entendeu? Nada que tivesse alguma coisa assim que fosse fora do normal, não. Nem falamos sobre política, na verdade.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Qual foi a data deste jantar?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não me recordo.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – O ano, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – O ano? Puxa vida, porque faz um bom tempo. Acho que faz uns três anos e meio, quatro anos, né?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Mais ou menos, 2003?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – É, 2003.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – O local desse jantar?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Ah, sim, aí não tem como negar porque já é de costume: o “Prazeres da Carne”, lá em São Paulo.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Foi em São Paulo, numa churrascaria?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Numa churrascaria.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Prazeres da carne?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Prazeres da Carne.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Nesse jantar, houve alguma conversa em relação ao oferecimento, por parte de Lino Rossi, de um automóvel para o Senador Magno Malta?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Ah, sim, teve, teve, sim.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Você pode esclarecer a este Conselho o que houve?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Sim, com certeza. Começamos a conversar sobre todo o ministério e as necessidades que temos de transporte. Aí o Deputado Lino...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – S. Ex^a é religioso?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Religioso, Senador. Ele é evangélico, né? Aí começamos a conversar das necessidades, das dificuldades de se poder levar esse ministério pras cidades, pros locais pra poder pregar, enfim. E aí, nesse momento, ele disse que teria um veículo que poderia oferecer. E até questionei na época – no dia, né? –, falei, perguntei pra ele como era esse automóvel, e ele falou que era um carro grande, que caberia várias pessoas. Por nós termos banda – né? – na época, eu fazia parte, eu me desliguei em dezembro, tínhamos uma banda, achei de extrema importância solicitar esse carro emprestado. E ele se deu por... por...

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Cabia a banda no carro?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Cabia, cabia. O carro, na verdade, era um carro confortável, né?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Qual era o carro?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Era uma Ducato toda transformada já para viagem. Devido à nossa necessidade até de se locomoção, achei por bem... até o Senador falou na época: “O que você acha?” Eu falei “Não, acho legal. Vamos pegar”. Aí pegamos o carro emprestado.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Muito obrigado, excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, Relator.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O carro foi oferecido pelo Lino Rossi ou foi solicitado pelo Senador Magno Malta?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Foi oferecido pelo Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E como ele teve notícia dessa necessidade?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Eu acho que até por uma questão de – como eu poderia dizer? – retribuição pelo ato que o Senador fez de apresentá-lo na **TV Record**.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Senador disse a ele que precisava de um carro.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não, no meio da conversa, nós falamos da necessidade. Mas o Senador é muito ético nesse ponto. É uma pessoa que ele... é muito ético nesse ponto. Ele não gosta de nada dos outros. Ele não pede favor a ninguém, mesmo por necessidade. Até por questão da ética dele. Ele... muitas vezes eu sempre falei pra ele “Rapaz!”

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então foi oferecido?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Foi oferecido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Deputado Lino Rossi, agora mesmo aqui, disse que o Senador pediu a ele, que ele ficou pensando e que depois ele não se lembra exatamente se ele ligou para dar uma resposta ou se foi uma hora depois.

Como foi essa história? O senhor estava presente? Como foi isso?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Estava, estava. Ele ofereceu, falou que ele tinha o automóvel, um automóvel muito confortável e que poderia suprir essa necessidade. Ele queria ver se daria um jeito de poder emprestar. É um carro que... até citou que ‘tava há muito tempo parado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor se lembra bem desse assunto, então, não é?

O senhor se lembra de outro assunto que foi discutido no jantar assim, com propriedade? O senhor disse que conversou sobre muitos assuntos.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Falamos sobre a **Rede Record**, sobre programas de televisão, sobre os apresentadores.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas, com detalhes, o senhor se lembra muito desse diálogo, não é? Inclusive, é um pouco diferente do que o Lino Rossi aqui nos contou.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Olha, eu gostaria de dizer que a mais pura verdade é isso que estou dizendo e o que eu presenciei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor começou a trabalhar quando com o Deputado Lino Rossi?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Final de 2002.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E esse jantar aconteceu quando?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Em 2003. Não sei exato o tempo, entendeu? Uns três anos e meio a quatro anos atrás.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse carro era utilizado para transportar o Senador Magno Malta ou ele era utilizado para transportar a banda do Senador Magno Malta?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – A banda, o próprio Senador, a equipe. A equipe, na verdade, é muito grande, né? É uma equipe de músicos, né?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Tinha mais de um carro?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Ah, tínhamos. Tínhamos, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe quando esse carro foi devolvido?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Olha, esse carro foi devolvido... não posso dizer exatamente, mas ele foi devolvido, acredito que depois de um ano, um ano e meio, um ano e três meses. Não ficou mais que isso, não. Até porque ele começou a dar muito “problema”, e a gente não agüentava mais fazer a manutenção dele. Essa que é a verdade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor esteve com o Senador Magno Malta até quando?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Até dezembro do ano passado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sempre acompanhava o Senador em *shows*.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse carro esteve até quando acompanhando esses *shows*?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Olha, não posso dizer exatamente, mas ele ficou, na verdade, em posse da equipe da banda *Tempero do Mundo* em torno de – volto a reafirmar – um ano e três meses a um ano e meio. Não ficou mais que isso, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor se lembra com precisão dos detalhes de

uma conversa sobre empréstimo de um carro que aconteceu no ano de 2003.

No entanto, o senhor que era empresário, que acompanhava, não se recorda exatamente até quando esse carro ficou de posse do Senador Magno Malta.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Olha, às vezes é até difícil falar. São... na verdade, se passaram já vários anos, né? É difícil falar data.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim, passaram-se vários anos, e o senhor se recorda do diálogo, mas, ao mesmo tempo, o carro foi devolvido agora recentemente, e o senhor não se lembra até quando esse carro esteve na posse do Senador acompanhando os *shows*.

Esses *shows* o senhor mesmo agendava e acompanhava, não é verdade?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – É, a minha função era essa: agendar *shows* e apresentações nas igrejas...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor andava dentro desse carro?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Andei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas não se recorda quando ele foi devolvido?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não, a data exata eu não me recordo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como o senhor sabe que foi um ano ou um ano e três meses? Como o senhor recorda desse período? Por que o senhor se recorda desse período?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Porque eu tenho, mais ou menos, o cálculo em mente, né? Afinal de contas, eu agendava, eu coordenava a chegada e a saída da banda. Então, os veículos... vai alugar um veículo? É o contratante que paga essa locação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pelos cálculos do senhor, esse veículo foi devolvido em março ou abril do ano passado?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Olha, provavelmente. Se contar, provavelmente foi isso mesmo. Provavelmente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Depois disso, o senhor não se lembra mais desse carro na posse do Senador.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não me lembro... não me lembro, não, tenho certeza.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E os *shows* passaram a ser feitos, como?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Os *shows* passaram a ser feitos com os carros que o próprio Senador tem e eu tenho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quais são esses carros? Qual carro substituiu esse Fiat Ducato?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não substituiu. Não teve um carro específico que substituiu esse carro. Nós temos a necessidade de um carro para transportar a equipe, e a gente vê o carro que está disponível para ir. Afinal de contas, não temos... não somos remunerados por isso, entendeu? Então, muitas vezes, o que acontece? Quando o contratante se dispõe a pagar esse transporte, nós temos a renda para pagar; quando não tem verba para pagar esse transporte, nós usamos os nossos carros.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o Senador passaria muito bem sem esse carro? Não havia necessidade dele, não é verdade?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Olha, na verdade, até tem a necessidade. Até hoje tem a necessidade de transporte da banda, entendeu? Mas como o Senador, pra se adquirir um carro, hoje, realmente, o valor de um carro para se transportar uma banda é caro, é difícil.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Até hoje? Significa que o senhor está com o Senador até hoje?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não, digo até hoje porque, além do Senador, eu, na verdade, represento outros artistas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas hoje o senhor ainda representa o Senador?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não diretamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O que quer dizer exatamente isto: “Não diretamente”?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Porque o fonográfico funciona assim, o mercado de *show business*: nós temos os contatos com as pessoas que querem contratar, e o contratante pergunta pra nós se nós temos o contato com determinado artista.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim, mas o senhor fazia esse serviço até dezembro, como o senhor disse. O senhor disse que hoje tem um contrato com o Senador, uma espécie de contrato, mas não exatamente como aquele.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não, eu não tenho contrato com ele; eu tenho contato.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E como é isso?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – É um contato de amizade, até, afinal de contas, criamos uma grande amizade. Não só com ele, mas com vários artistas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas o senhor sabe especificar hoje como é feito o transporte da banda?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Hoje? Acredito que da mesma forma como era feito das outras vezes. Qual é a necessidade que tem e qual a equipe que vai? Determinado evento precisa de mais equipes, ou de técnicos de som... tem determinados eventos que não precisam de técnicos, de iluminação, por exemplo. Então é uma equipe menor. Se utiliza um carro, na verdade, que cabe as pessoas, a quantidade de pessoas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Para mim está bom, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Algum outro Senador deseja fazer alguma pergunta?

Com a palavra o Senador Corregedor Romeu Tuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu estava prestando atenção ao Senador Demóstenes e também ao Advogado.

Senador Demóstenes, farei apenas uma pergunta ao depoente porque ele disse a V. Ex^a que no almoço, ou jantar, eles praticamente conversavam sobre coisas fúteis, sem nenhum interesse. Depois, quando o Advogado fez as perguntas, ele foi incisivo no caso do carro e disse: “Ah, não, conversamos”. Ele então repetiu com detalhes.

O senhor combinou alguma coisa antes de vir depor aqui?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não, senhor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Houve alguma reunião em que o senhor foi orientado?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não, senhor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Estou falando é para que o senhor possa usar de sinceridade. Eu até me assustei um pouco, porque o senhor estava falando de coisas fúteis, de conversas sobre o ministério, sobre tudo, e então, quando o Advogado questionou sobre o carro, o senhor, imediatamente... E o Relator ainda alertou: “Como o senhor sabe todos os detalhes sobre o carro?”

Então, talvez o espírito policial que temos nos deixa um pouco ansioso nas coisas que ficamos ouvimos aqui e começamos a tirar alguma ilação.

Outra pergunta que faço é se foi espontânea a devolução ou se foi cobrada essa devolução. Não sei se o Senador já fez essa pergunta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Posso responder?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sim.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Foi espontânea.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Ele lhe disse que iria devolver?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Até porque...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pediu ou não pediu a devolução?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não, não, até porque já estava dando muitos “problemas”, como eu já tinha dito, né?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não fez nenhuma queixa de que ele não devolvia o carro, não é?

O senhor tinha amizade com o Lino também?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Na verdade, amizade, amizade, não. Eu conheço o Lino.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Conversava com ele às vezes?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Uma vez ou outra, sim, quando se encontrava, muito raramente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Só houve um jantar?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Só um jantar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– E mais foi para acertar o negócio da **Record** e do carro?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Entendi que o carro foi acertado no jantar também.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não, não. Houve um jantar, na verdade, até por um convite do próprio Senador “Terminamos a reunião na **Record**, vamos aproveitar e vamos jantar”.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Lino falou sobre Planam, sobre ambulância, na hora do jantar?

O SR. RONILSON SANTOS LINS – Não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sem nenhuma...

O SR. RONILSON SANTOS LINS – De forma alguma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Então fica aqui essa dúvida minha de como foi que ele se lembrou imediatamente ao questionamento do Advogado sobre o problema do carro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum outro Senador deseja usar da palavra? (Pausa)

Agradeço a sua presença, Sr. Ronilson. Oportunamente, se for necessário, voltaremos a nos encontrar.

Muito obrigado e muitas felicidades.

O SR. RONILSON SANTOS LINS – OK. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 10 minutos.)

Documentos Pertinentes À 13ª Reunião:

- 1) Lista de presença;
- 2) Comunicação do Dr. Otto Medeiros sobre o não comparecimento do Sr. Darci José Vedoin à reunião do conselho, contida no verso do ofício nº 094/2006-CEDP, do presidente do conselho de ética e decoro parlamentar;

3) Termo de comparecimento assinado pelo Deputado Lino Rossi;

4) Termo de comparecimento assinado pelo Deputado Neucimar Fraga;

5) Termo de comparecimento assinado pelo deponente Valdir Agostinho Piran e pelo seu advogado, Dr. Rodrigo Otávio Barbosa de Alencastro;

6) Termo de comparecimento assinado pelo deponente Ronilson Santos Lins;

7) Termo de concordância assinado pelo Dr. Luiz Carlos da Silva Neto.

Ofício nº 094/2006-CEDP

Brasília, 12 de setembro de 2006.

Prezado Senhor,

Conforme deliberação aprovada por este Conselho na 10ª Reunião realizada na presente data, convido V. Sª para a acareação com o Senhor HAZENCLEVER LOPES CANÇADO, nos autos da Representação nº 3, de 2006, referente ao Senador Magno Malta, a realizar-se no próximo dia **20 de setembro**, quarta-feira, às **12 horas**, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal.

Este Conselho de Ética disponibilizará as condições necessárias para o comparecimento de V. Sª, inclusive a estada em Brasília.

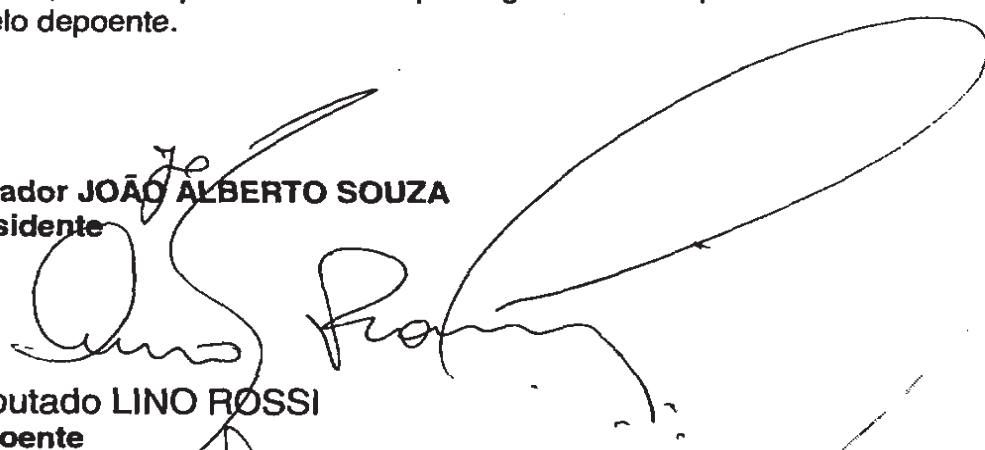
Atenciosamente,

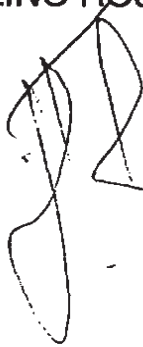
Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

A Sua Senhoria o Senhor
DARCI JOSÉ VEDOIN

13ª Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o Deputado LINO ROSSI, nos autos da Representação nº 3, de 2006

Aos 20 (vinte) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 12 horas, na sala n. 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Exmº Sr. Deputado LINO ROSSI, que prestou declarações sobre os fatos em apuração. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião. Eu, Maria Amalia Figueiredo da Luz MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho e pelo depoente.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


Deputado LINO ROSSI
Depoente

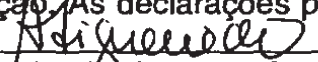
13ª Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o Deputado NEUCIMAR FRAGA, nos autos da Representação nº 3, de 2006

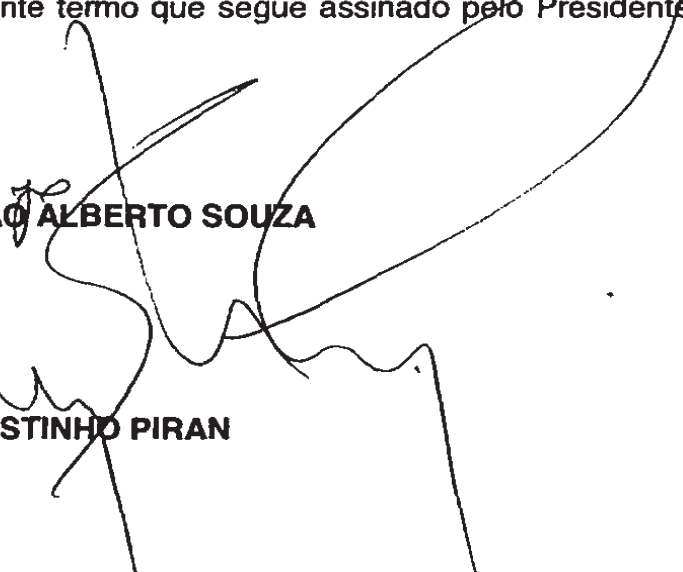
Aos 20 (vinte) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 12 horas, na sala n. 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Exmº Sr. Deputado NEUCIMAR FRAGA, que prestou declarações sobre os fatos em apuração. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião. Eu,  MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho e pelo depoente.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


Deputado NEUCIMAR FRAGA
Depoente

13ª Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o Sr. VALDIR AGOSTINHO PIRAN, nos autos da Representação nº 3, de 2006

Aos 20 (vinte) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 12 horas, na sala n. 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor VALDIR AGOSTINHO PIRAN, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que prestou declarações sobre os fatos em apuração. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião. Eu,  MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho e pelo depoente.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


VALDIR AGOSTINHO PIRAN
Depoente


RODRIGO OTAVIO BARBOSA DE ALENCASTRO

OAB-DF nº 15.461
(15.101)

13ª Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o Sr. RONILSON SANTOS LINS, nos autos da Representação nº 3, de 2006

Aos 20 (vinte) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 12 horas, na sala n. 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor RONILSON SANTOS LINS, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que prestou declarações sobre os fatos em apuração. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião. Eu, Maria Amalia Figueiredo da Luz MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho e pelo depoente.

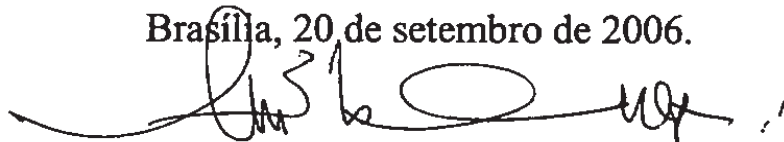
Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente

RONILSON SANTOS LINS
Depoente

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Luiz Carlos da Silva Neto, OAB/RJ 71111, advogado do Senador Magno Malta, com procuração nos autos da Representação nº 3, de 2006, concorda com a oitiva, nesta data, das testemunhas arroladas pelo Senador Magno Malta (Deputado Neucimar Fraga e Sr. Ronilson Santos Lins) antes do término da oitiva das testemunhas arroladas pela Relatoria.

Brasília, 20 de setembro de 2006.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luiz Carlos da Silva Neto', with a long horizontal flourish extending to the left.

Luiz Carlos da Silva Neto
OAB/RJ 71111

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião, realizada em 20 de setembro de 2006, quarta-feira, às 15h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva do Sr. João Policena Rosa Netto, do Sr. Sérgio Henrique Ribeiro Dias e da Srª Maria Estela da Silva, nos autos da Representação nº 2, de 2006, referente à Senadora Serys Slhessarenko.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres
Paulo Octávio
César Borges

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado

PDT

Jefferson Péres

PMDB

João Alberto Souza
Luiz Otávio

Corregedor do Senado

Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Declaro aberta a 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada à oitiva do Sr. João Policena Rosa Netto, do Sr. Sérgio Henrique Ribeiro Dias e da Srª Maria Estela da Silva, nos autos da Representação nº 2, de 2006, referente à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Presidente, hoje, pela manhã, quando seria feita a leitura do meu relatório sobre o caso do Senador Ney Suassuna, não houve **quorum**. Havia seis Senadores presentes. Faltavam dois.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Faltavam três. Com o Senador Ney Suassuna, completamos 16 (dezesesseis) e o **quorum**, nesse caso, seria nove.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Senador Ney Suassuna é membro do Conselho?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ney Suassuna, não. Desculpe-me, o Senador Romeu Tuma, que é Corregedor, é o 16º (décimo sexto).

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– O Corregedor conta para o **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – S. Exª é o 16º (décimo sexto). O Conselho tem 15 (quinze). Somos 15 (quinze) mais o Corregedor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Corregedor é membro nato.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O **quorum** mínimo de deliberação é nove.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nove.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O **quorum** seria de nove, portanto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, na realidade, o Corregedor não entra no **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não entra no **quorum**.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, tem que ser oito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Oito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Oito presentes para deliberação.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Havia cinco Senadores, sem contarmos o Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exato.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A minha indagação é porque, com o Senador Demóstenes e com o Senador César Borges...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, o Senador César Borges já estava contado.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Então, com os Senadores Demóstenes Torres e Paulo Octávio, seriam oito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então podemos fazer a leitura.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Daria para fazer a leitura?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª, no momento, conversou que gostaria de fazer perante a maioria do Conselho. Até V. Exª usou da palavra dizendo: “Eu poderia ler o relatório sem a maioria, mas quero ler com a maioria.” Por isso, não tendo a maioria, encerrei a reunião.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. Exª está corretíssimo e fez isso com a minha concordância. Veja bem, não estou discordando de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – E também quando V. Ex^a falou comigo para ver se teríamos **quorum** agora à tarde, conversei com os Srs. Senadores e verificamos que não há condições. Fiz a sondagem, mas não houve condições. Os gabinetes não estão nem atendendo chamados telefônicos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Foi só uma tentativa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, Senador. *(Pausa)*

Peço que a assessoria faça entrar o Sr. João Policena Rosa Netto. *(Pausa)*

O Sr. João Policena Rosa Netto já assinou o termo de compromisso.

V. Sr^a está acompanhado de alguma outra pessoa?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Sr. Relator, por gentileza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. João Policena, o senhor poderia dizer o seu nome completo, profissão e atividade?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – João Policena Rosa Netto. Sou funcionário concursado do Senado e trabalhei até o dia 03 de agosto com a Senadora Serys. Hoje estou à disposição do Departamento de Pessoal.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Atualmente a sua lotação qual é?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Departamento de Pessoal do Senado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quantos anos com a Senadora Serys Silhessa-renko?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Desde o início de seu mandato.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando o senhor trabalhava com ela cuidava das questões do orçamento?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Todas as questões do orçamento passavam pela sua mão?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Todas as questões do orçamento, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Todas as emendas feitas em 2003, 2004...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – É. Todas as emendas da Senadora passaram por mim. Eu

era a pessoa que era credenciada junto à Comissão para representá-la na Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como o senhor conheceu a Senadora e como o senhor tornou-se assessor dela?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Foi através de convite da própria Senadora. Eu conheci ela por nome, pela situação política no Estado de Mato Grosso, como Deputada Estadual, mas até então não tinha tido nenhum contato pessoal com ela. Daí ela me fez o convite e eu aceitei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tenho informações que o senhor trabalhou ou assessorou o Senador Carlos Bezerra, que também era ocupante dessa vaga.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor. Na verdade, trabalho com Parlamentares do Mato Grosso já há 14 (quatorze) anos. Trabalhei dois anos com o Senador Márcio Lacerda, do Mato Grosso, oito anos com o Carlos Bezerra e agora tive a oportunidade de trabalhar com a Senadora Serys.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor poderia descrever o trabalho que o senhor desenvolvia na elaboração da execução orçamentária?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor. Primeiro, recebíamos todos os Prefeitos que acorriam ao gabinete com as suas solicitações. Demandas também via telefone, via fax e demandas também que eram protocoladas ou dada entrada no escritório da Senadora em Cuiabá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Demandas com Prefeituras?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor recebia Prefeitos, assessores do Estado?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essas demandas o senhor repassava todas para a Senadora?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Todas as demandas, na época de fazer o orçamento, elas eram catalogadas, sentávamos, discutíamos e víamos a forma regimental de apresentá-las.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acompanhava as emendas até a liberação do orçamento?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Até o empenho, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conheceu o Sr. Luiz Antônio Trevisan?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em que ano?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – O Luiz Antônio... não me recordo bem, senhor, a data precisa de quando o conheci, mas possivelmente tenha conhecido antes mesmo do mandato da Senadora Serys.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mantém algum relacionamento com o Sr. Luiz Antônio?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor o conheceu em que circunstância?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Através de Prefeitos que vinham a Brasília, nos corredores do Senado. Talvez tenha sido apresentado através do pai dele, o Sr. Darci.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conheceu o pai antes dele?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Com certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Desde quando?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Olha, não vou precisar uma data...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mais de 10 (dez) anos?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Com certeza tem mais de... se estou há 14 (quatorze) com o Mato Grosso, devo ter conhecido ele por volta de 1995, 1996, mais ou menos por aí.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E qual era o grau de relacionamento que o senhor tinha com o Darci?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sempre mantive uma relação muito boa com todas as pessoas com quem eu tratei nos gabinetes em que eu trabalhei, tanto no Márcio Lacerda, o Carlos Bezerra e a Senadora Serys.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Contatos freqüentes com o Sr. Darci?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor. Freqüente, não, mas às vezes nos encontramos nos corredores do Senado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor se lembra como o conheceu?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não me lembro precisamente, mas, com certeza, foi através de algum Prefeito com quem ele andava aqui por Brasília, na época do Senador Carlos Bezerra ainda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conheceu o Sr. Sérgio Henrique Ribeiro Dias?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sérgio Henrique? Senhor, conheço um Sérgio que trabalhou no gabinete da Senadora Serys. Não sei se o sobrenome é Sérgio Henrique.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Sérgio foi quem acompanhou o Sr. Paulo Roberto até a Planam.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Bom, senhor, conheço um Sérgio que trabalhou no gabinete da Senadora, se é Sérgio Henrique ou se acompanhou o Paulo Roberto, não posso precisar para o senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sérgio Henrique, um empresário em Mato Grosso, o senhor conhece?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Conheço uma pessoa de nome Sérgio...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas não sabe se é esse.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não posso precisar. Pode ser e pode não ser.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Paulo Roberto o senhor conhece? Paulo Roberto Ribeiro?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor. Conheço. É o genro da Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele vinha muito ao gabinete?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Senador, ele, por algumas vezes, esteve no gabinete.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quantas vezes por ano? O senhor trabalhou com a Senadora Serys durante três anos, não é isso?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Três anos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Dois mil e três, dois mil e quatro, dois mil e cinco, dois mil e seis. Foram quatro anos.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nesses anos o senhor poderia dizer quantas vezes ele veio ao gabinete?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Acho que o vi no gabinete não mais do que três vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor o viu três vezes?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – É. Não vou precisar se são três ou quatro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Seria possível que o Sr. Paulo Roberto fosse ao gabinete sem o senhor saber?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Senador, quer dizer, eu poderia estar ou não no gabinete, porque, como minha função é trabalhar na Comissão de Orçamento, eu sempre, em todas as reuniões, tendo ou não **quorum**, eu ficava na Comissão de Orçamento, e outros afazeres também dentro do Congresso. Então, quer dizer, pode ser que ele tenha vindo algumas vezes e eu não estava no gabinete. Quer dizer, não visualizei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, o senhor não mantinha contato freqüente com ele?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor recebeu o Luiz Antônio alguma vez?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Acredito que, em 2003, por ocasião da posse da Senadora, não só ele como o pai dele passou no gabinete para cumprimentar a Senadora, e eu os recebi, mas foi uma visita de cortesia.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O próprio Sr. Paulo Roberto nos falou que provavelmente vinha a Brasília duas ou três vezes ao ano. Vinha ao Senado duas ou três vezes ao ano.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não posso confirmar para V. Ex^a quantas vezes porque as vezes que eu encontrei com ele foram raras vezes no gabinete.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então não tinha muito contato com ele o senhor.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Fora do gabinete, o senhor encontrou com o Sr. Luiz Antônio Trevisan ou com o Sr. Darci?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim. No final de 2005 para 2006, realmente houve um encontro...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só um?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Foi. ...com o Luiz Antônio. Eu estava indo para a Comissão de Orçamento, ali próximo, bem no gargalo, entre a entrada do plenário da Câmara com o túnel do tempo. Eu encontrei realmente ali com o Luiz Antônio, e houve esses encontro sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esses encontros ou um encontro?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não. Esse encontro existiu com certeza. Outros encontros...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não se lembra...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor. Posso ter encontrado assim: “Oi, não sei o quê...”

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nesse encontro o senhor tratou de emendas?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não. Nessa oportunidade, Ex^a, ele fez um comentário que não estava conseguindo executar as emendas da Senadora, mas foi só. Ele fez o comentário e não houve o compromisso nenhum da minha parte para que... ajudá-lo a executar, até porque o trabalho do Parlamentar e do assessor vai até o empenho. Do empenho para a frente, é com a Prefeitura. Então, a gente não faz nenhuma interferência.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor alguma vez viu o Sr. Luiz Antônio ou o Sr. Darci ter um encontro com a Senadora Serys?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Nunca, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eles nunca estiveram no gabinete com a Senadora?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Com a Senadora, com certeza, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Já estiveram com o senhor...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Com outros funcionários do gabinete?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não posso precisar para o senhor. Se houve... Se eles foram ao gabinete e encontraram outras pessoas no gabinete, eu não posso dizer porque não me recordo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, com a Senadora o senhor afirma que nunca eles tiveram encontro com a Senadora.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Certeza absoluta.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acredita que Sr. Paulo Roberto tenha alguma participação na atividade da Senadora?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Na atividade orçamentária dela, não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Na atividade parlamentar?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor. Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acha que ele teria alguma influência no trabalho dela, no trabalho político? Alguma vez ela se manifestou?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor. A Senadora, ela sempre manteve uma linha de

trabalho aqui no Congresso, desde quando a conheci, muito séria. Ela não deixava família entrar no meio da política dela. No Estado não posso dizer para o senhor se ele fazia alguma ação política para ela, mas, com relação ao orçamento, com certeza, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Paulo Roberto em algum momento procurou o senhor para tratar de emendas?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Nunca, senhor. O orçamento da Senadora era trabalhado da demanda que vinha do escritório do PT, do Mato Grosso, e a demanda que recebíamos aqui no gabinete.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em momento nenhum, o Sr. Paulo Roberto falo com o senhor, pelo telefone ou pessoalmente, pedindo uma emenda para algum...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor. Jamais ele teve alguma influência ou tentou induzir a fazer alguma coisa nesse sentido.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor viaja muito para Mato Grosso?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Agora, não tanto, mas na época do Senador Carlos Bezerra viajava bastante, até porque sou pescador e adoro pescar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tem conhecidos lá?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor. Tenho bons amigos. Padrinhos dos meus filhos moram em Cuiabá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor já esteve na empresa Planam alguma vez?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – É bem provável, senhor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador? (Pausa)

Provável? Ou tem certeza ou não.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Acho que tive sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É só “sim” ou “não”.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, V. Ex^a me permitiria?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pois não, Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – E outro ponto, Senador – desculpe-me por interromper –, ele ouviu alguma história a respeito do Sr. Paulo?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não entendi a pergunta, Senador Tuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor disse que nenhuma vez o Sr. Paulo interveio ou conversou sobre problema de emendas. O senhor chegou a saber algum ponto que ele não lhe falou e que teria relação com o nome dele?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor. O que eu sei é... de depois de publicado nos jornais que o Paulo teria recebido R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), mas foi o que eu sei. Só pela imprensa e o noticiado, fora isso não...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor esteve na empresa Planam em que ano?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Ex^a, eu não sei dizer para o senhor. Com certeza eu devo ter tido lá uma vez na empresa Planam que o Darci chamou para eu conhecer a empresa dele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só uma?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Só uma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Só para conhecer?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não conversou nada? Não disse qual o tipo de atividade que exercia?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não. A atividade dele... Eu sabia o que ele fazia, é unidade móvel de saúde. Agora, ele comprou um galpão muito grande e pela relação que nós...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe, Senador Paulo Octávio, a minha ansiedade.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a. enriquece apenas a nossa participação.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Pelo conhecimento nosso, que nós tínhamos, ele fez questão de mostrar a empresa, que era grande, não sei o quê. Foi nesse sentido. Não mais do que isso. Realmente é um quarteirão enorme a empresa dele, mas tratar de negócios jamais.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – E ele sabia que o senhor exercia uma atividade no Senado...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Com certeza.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – ...qual era a ligação, com quem o senhor trabalhava, tudo...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Com certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Indaguei anteriormente sobre se o senhor trabalhou com o Senador Carlos Bezerra. O senhor disse que sim. O senhor trabalhou com outro Senador?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Márcio Lacerda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só os dois?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nessas ocasiões o senhor fazia a mesma coisa que faz com a Senadora Serys?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – A mesma coisa, senhor, orçamento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – As emendas de Mato Grosso, alguém do escritório... A Senadora Serys tem um escritório em Cuiabá, não é isso?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...alguém do escritório encaminhava para o senhor as emendas?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – A Senadora tem uma outra assessora no Estado de Mato Grosso que recebia também os pedidos e na época encaminhava tudo para Brasília.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como é o nome dessa assessora?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Regina Borela.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Queria aproveitar, Sr. Presidente, e pedir também à Sr^a Regina Borela que venha aqui depor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Peço à Assessoria que proceda às providências necessárias.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tendo em vista que foi citado que as emendas também passavam pelas mãos da Sr^a Regina Borela, seria bom termos a participação dela também.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Plenamente de acordo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A Sr^a Regina Borela tinha muito contato com o senhor?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor, com certeza. A Regina no escritório de Cuiabá, ela também recebia os pedidos. Na época de elaborar o orçamento, nós sentávamos, quer dizer, ou por telefone ou por e-mail, a gente começava a conversar o

que era possível fazer tecnicamente e aquilo que não era possível fazer.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece o Sr. Marcelo Carvalho?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Conheço. É meu amigo pessoal.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele teve alguma ingerência nas emendas da Senadora Serys?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, jamais.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele lhe pediu para ajudar a Planam em algum momento?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Jamais, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor é amigo pessoal de convivência aqui no Senado?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Aqui no Senado e fora do Senado, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Os senhores nunca conversaram sobre essas emendas para a Planam?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca mantiveram contato?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nesses anos de 2003 e 2004, nos quais foram apresentadas emendas, qual a orientação que o senhor recebeu para fazer as emendas? Da própria Senadora? Do escritório de Cuiabá? Da Sr^a Regina Borela?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Veja bem, Senador, as emendas, quando nós recebemos todas as... que juntamos todos os pedidos, nós procuramos atender o maior número possível de Municípios. Então, juntava toda a documentação de todas as Prefeituras e procurávamos fazer emendas guardachuva, vamos assim dizer, para você atender o maior número de Prefeitos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece a Sr^a Maristela da Silva?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ela é secretária da Planam.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca esteve com ela?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Temos notícia de um encontro recente com o senhor e com o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, na virada de 2005 para 2006, no Salão Verde, na Câmara dos Deputados.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Ocorreu, senhor. Eu estava indo para a Comissão de Orçamento, como havia dito anteriormente, no gargalo entre a entrada, sem ser a principal, a secundária, da Câmara e o túnel do tempo do Senado... da Câmara. Ali naquele gargalo, nos encontramos realmente. Nesse momento, cumprimentei ele e ele me disse: “Polícena, não estou conseguindo executar as emendas da Senadora Serys.” Eu falei: “E daí?” Não houve compromisso, como diz nos depoimentos que tive acesso pela Internet, de que eu iria falar com a Senadora, que eu iria tentar resolver, que eu iria dar o retorno depois. Isso não existiu, Ex^a.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas ele cobrou. O senhor não achou estranho ele cobrar?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Ele só comentou. Foi um comentário. Nada mais que um comentário.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas, pense bem. O senhor elaborou as emendas pelos Municípios, vem um empresário que o senhor já conhece e cobra essas emendas, não lhe pareceu estranho?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Ex^a, ele não cobrou. Ele fez um comentário.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E como ele sabia dessas emendas?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Ex^a, como ele sabia dessas emendas eu não posso dizer para o senhor. Como eu tomei conhecimento quais seriam as emendas, quais seriam os Municípios...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor sabia que ele vendia ambulâncias?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sabia.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tinha conhecimento da atividade dele?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor. Tinha. Não tinha como, quer dizer, eu trabalhava no Mato Grosso há 14 (quatorze) anos e não saber da atividade de uma empresa do porte da Planam na época, não é? Então, quer dizer, eu sabia sim, senhor. Não tinha como eu falar “não, não sei”.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor autoriza a quebra do seu sigilo telefônico e bancário?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Com certeza, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, por enquanto, de minha parte, paro por aqui. O Senador Romeu Tuma, certamente, fará algumas perguntas e, em seguida, eu complementar.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sr. Relator, eu queria fazer um comentário. Não sei se faço agora ou faço no final.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pois não, pode fazer agora.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Eu queria frisar que, nos encontros que eu sempre mantive com Prefeitos na presença da Senadora Serys, ela fazia questão de frisar aos Prefeitos o seguinte: que não admitiria que nenhum Prefeito fizesse mau uso do dinheiro público e que, se soubesse que algum, alguém da assessoria dela ou alguém que estivesse usando o nome dela para beneficiar “a”, “b” ou “c” e não comunicasse a ela, e ela descobrisse, ela denunciaria ao Ministério Público. Isso foi uma coisa que me marcou muito no mandato dela, que ela sempre recebeu Prefeitos na presença minha, entendeu? E isso é muito louvável, porque isso geralmente não ocorria com outros Parlamentares. Com ela, sempre teve essa transparência.

Então quero deixar registrado para que conste, quer dizer, do que é a pessoa Serys que eu conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor ouviu seguramente as outras aparições aqui, a do Sr. Paulo Roberto, a denúncia do Sr. Luiz Trevisan, que teria pago a ele R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais). O senhor considera possível? O senhor acreditou?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Ex^a, não tem como eu fazer juízo de uma coisa que eu não tinha conhecimento até se publicar na Internet o depoimento. Do Luiz Antônio parece que estava no dia 03 ou dia 04 de julho. Depois, no dia 07 ou dia 11, que eu puxei na Internet. Aí que eu tomei conhecimento desse fato. Eu não acredito que ele tenha participado de alguma forma, usar o nome da Senadora para receber recursos de quem quer que seja.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Se o Sr. Paulo Roberto, nesses três anos lhe procurasse... Ele nunca lhe procurou para pedir nada, é isso?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Paulo Roberto nunca ligou para o senhor, nunca lhe procurou para emenda?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Para gerenciar em termos de emendas de orçamento, não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Se ele lhe consultasse sobre a possibilidade dessas emendas, o senhor levaria isso para a Senadora ou o senhor resolveria com ele?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Se ele me consultasse, com certeza, eu levaria para a Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Todas as emendas que foram apresentadas pela Senadora o senhor discutiu com ela?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Todas, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E, antes de assinar, a Senadora Serys lhe perguntou para que eram feitas as emendas, quem estava pedindo?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Com certeza, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ela tinha o conhecimento de todas ou pode ter passado algumas emendas que ela assinou no último momento, sem ter conhecimento da necessidade do Município?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor. Todas as nossas emendas eram feitas... a Senadora tinha conhecimento das emendas, como era feita, até porque ela assinava antes de encaminhar para a Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor aconselhava a Senadora com relação às emendas, pela experiência que o senhor tem aqui no Senado?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor. Aconselhava não indicando Municípios, da melhor forma de fazê-las regimentalmente, de acordo com o parecer preliminar da Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando o senhor assessorou os outros Senadores o senhor também preparava emendas para eles?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Fez outras emendas para compra de ambulâncias?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nos anos anteriores não?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Na realidade, a emenda da Senadora não foi especificamente para compra de ambulâncias. O senhor veja bem, naquele ano, salvo engano, o parecer preliminar rezava que 30% (trinta por cento) das emendas individuais tinham que ser da área da saúde, ou seja... A emenda da Senadora ela, se fosse para ambulância, ela colocaria “unidade móvel de saúde”. Nós colocamos estruturação de unidade de saúde, ou seja, a Senadora poderia atender ambulância, poderia atender posto de saúde, poderia atender equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A emenda é genérica, não é?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Prefeito optou pela compra de ambulância.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Veja bem, dos pedidos, a gente define se é ambulância, se é posto de saúde, se é equipamento, de acordo com as solicitações dos Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E a grande maioria ou quase a totalidade ou a totalidade acabou optando pelas ambulâncias?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A totalidade optou por ambulâncias?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não foi a totalidade, Ex^a. Me recordo que teve um posto de saúde para Campo Novo do Parecis. Houve também 40.000 (quarenta mil) para uma entidade de assistência social, Jovem Vida, alguma coisa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O genro da Senadora Serys Silhessarenko, o senhor teve notícia alguma dele operando contrário à vontade da Senadora?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele freqüentava muito o gabinete?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Como disse anteriormente, Senador, eu conhecia o Paulo Roberto no gabinete. Ele esteve algumas vezes no gabinete. Não posso precisar quantas vezes ele esteve no gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas ele ia com freqüência.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Freqüência, não, Ex^a.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, essas emendas que foram apresentadas que

foram destinadas à compra de ambulâncias pela Planam foram preparadas pelo senhor?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – As emendas à Comissão de Orçamento foram preparadas por mim porque eu sou a pessoa credenciada pela Senadora...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sem interferência de absolutamente ninguém, a não ser a Senadora?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Exatamente, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador Romeu Tuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador Paulo Octávio fez objetivamente todas as dúvidas que pudessem existir.

O senhor é funcionário de carreira, não é?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – É Chefe de Gabinete da Senadora?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não. Sou... é... Tem uma função no gabinete chamada FC-6.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor cuida da parte de emendas. E atendimento a Prefeitos?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Prefeitos, Vereadores, Associação de Bairros...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem um setor separado, especializado, que fazia só esse trabalho?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, montou, a exemplo do Senador Ney Suassuna, duas administrações: uma de atendimento externo para Prefeitos e emendas e outra administrativa, que era a chefia de gabinete. É isso?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não vou dizer que seria da mesma forma do...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou dizendo porque ele deu isso como exemplo aqui.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – A relação que o senhor está fazendo... só para dizer para o senhor aqui...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não é igual a do Senador, estou dizendo...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, nós não acompanhávamos emenda em Ministério. O papel da Senadora se encerrava no momento do empenho.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor fazia a emenda guarda-chuva, como eles chamam?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Isso, guarda-chuva.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Paulo Octávio, é emenda guarda-chuva, que eles faziam. Não definiam Municípios. Ficava para indicar para o Ministério...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Exatamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – ...qual é o valor e a emenda que deveria ser atendida.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – E se fazia dessa forma porque geralmente no momento do empenho, da emenda, se a Prefeitura estiver inadimplente, você perde o recurso. Quer dizer, a Prefeitura perde o recurso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Perde a emenda, não é?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Para evitar de se perder esse recurso, o que se fazia? Se fazia genericamente, no momento das indicações...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Só pedi para esclarecer como era a movimentação das emendas porque ele falou para o senhor que era genérica, então deve ser guarda-chuva...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Era uma emenda grande e depois definiam o Ministério que ia...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Mas, nesse caso específico da área da saúde, foi para cumprir estritamente o que rezava... Então, de dois milhões e meio, 30% (trinta por cento) deu R\$750 (setecentos e cinquenta reais), não é?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Setecentos e cinquenta mil. A acusação é que teria sido tudo isso para a área de saúde, ambulâncias, segundo as declarações do Vedoin.

O senhor não confirma isso?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não entendi a pergunta, Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Vedoin declarou que tinha feito um acordo com o Paulo, por intermédio do Paulo.

Paulo é o genro de S. Ex^a, não é?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – O Paulo Roberto é genro da Senadora, sim, senhor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – E teriam 700 (setecentos) mil de emendas para a Planam orçar por meio das prefeituras. Com

isso, dariam 10% (dez por cento) – 70 (setenta) mil. Pagaram 35 (trinta e cinco) mil e os outros 35 (trinta e cinco) seriam posterior.

O senhor se lembra de ter feito emendas indicando, para a área da saúde, convênios e ambulâncias?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Eu tinha encaminhado para o Ministério da Saúde um Município e um valor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – De ambulância?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Eu não me recordo se, na época, era... porque a administração mudou posteriormente o sistema...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou perguntando não é para incriminar ninguém, não. É só para ficar claro. Depois o senhor vai entender por que estou fazendo essa pergunta.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Mas eu não me recordo naquela época se indicava era o município e o valor, e a prefeitura definia depois o que ia fazer, ou você já indicava o que era...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Poderia fazer a emenda de valor “X”, e o prefeito poderia indicar para onde deveria ir? Isso é difícil. Creio que é impossível, não é?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Mas hoje o Ministério da Saúde já está... eu não me recordo pelo tempo, mas hoje, por exemplo, como é informatizado, você define o quê? Valor tal, município tal.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sem dizer qual é a finalidade desse dinheiro?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Isso. Hoje...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O prefeito acerta no Ministério para que ele quer aquele dinheiro?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Exatamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Faz o pré-projeto?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – O pré-projeto. Não sei se hoje é assim... se naquela época era assim ou se só hoje está sendo assim. Porque, na realidade, o Ministério da Saúde desmembrou a elaboração do projeto. Hoje, na regional, em cada Estado, existe um escritório do Ministério da Saúde, onde o prefeito dá entrada, se cadastra; dá entrada no pré-projeto e lá não sei se ele é analisado. Depois é que vem para Brasília e aqui que dá o parecer final.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Ministério tinha força total na definição da emenda?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – O Ministério? Ah, o Ministério analisa todo o projeto.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Era o Ministério que definia se devia dar ou não?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Definia. Ele é que decidia. O Ministério tinha que fazer...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Ministério tinha uma participação ativa na definição...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Total.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Total?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Total, porque se você prepara um projeto e ele está em desacordo...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O controle era do Ministério?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – ...com a orientação do Ministério, ou o consultou jurídico dá um parecer favorável ou um parecer contrário.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Numa hipótese, o senhor acredita que o Paulo possa ter traído a Senadora e feito um acordo sem o conhecimento de S. Ex^a?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Excelência, eu não...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – É só uma hipótese que estou aventando: se o senhor, pelo relacionamento... Não quero que o senhor acuse, só estou perguntando...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, não é nem acusar e nem...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor disse aqui que a Senadora fazia as emendas e advertia os prefeitos, o que não acontecia com outros Parlamentares com quem o senhor trabalhava.

Não sei se V. Ex^a entendeu, Senador Paulo Octávio, ele praticamente inocentou a Serys, mas não isentou os outros Parlamentares com quem trabalhou.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Eu não quis dizer isso. Desculpe, Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, é bom para esclarecer.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Desculpe, Senador, posso não ter sido muito transparente na minha fala. Os outros não diziam isso. Não quer dizer que eles aceitavam fazer alguma coisa. Mas a Senadora Serys já advertia antecipadamente: se usar o meu nome, se alguém da minha Assessoria, se qualquer pessoa utilizar o meu nome indevidamente, vocês denunciem para mim. Se vocês não me comunicarem, e eu descobrir, eu denuncio vocês ao Ministério Público.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – É um bom testemunho.

Pergunto: o senhor conhecia a personalidade do Paulo, o relacionamento com a Senadora?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Eu conheço ele como genro da Senadora. Não posso...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Só? Relacionamento, essas coisas... Nada que pudesse indicar ao Relator...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado.

Encerro, Presidente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Indago ao advogado presente, Dr. Reginaldo Oscar de Castro, se gostaria de usar da palavra.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Eu gostaria de fazer duas ou três perguntas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Com a palavra o Dr. Reginaldo Oscar de Castro.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Sr. Presidente, eu perguntaria ao depoente, em que período, antes ou depois do mandato da Senadora Serys, ele fez a visita à Planam.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Senhor, não sei precisar se foi antes ou depois.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Não sabe?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não tenho como precisar para o senhor. Se eu dissesse uma data, um período preciso... “Não, não foi em 2003, foi em 2002”, e depois se comprovar que foi no período da Senadora, fica ruim. Então, eu prefiro dizer o seguinte: não sei a data. Não posso precisar para o senhor.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Sobre as emendas: a Senadora, por ventura, teria influído, teria tentado conduzir o trabalho da formação das emendas em favor de determinado município, de determinados municípios, ou S. Ex^a deixava a Assessoria trabalhar inteiramente à vontade apenas com o material que vinha de Cuiabá ou do próprio gabinete?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – A Senadora, após se juntar toda a documentação de solicitação dos prefeitos e de associações, se dava mais ou menos um esboço do que seria as emendas, aí ela tomava a decisão: sim ou não.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Sim, mas especificamente, em torno de Colíder e Poxoréo, o senhor se lembra bem dessas emendas? Sobre uniões de saúde.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Assim como essas e as outras emendas, todas elas foram calcadas em cima de solicitações das prefeituras ou de deputados estaduais do Estado de Mato Grosso.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Quer dizer que o senhor não se lembra da Senadora ter conversado com o senhor sobre esses dois Municípios: Colíder e Poxoréo?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Ela nunca conversou especificamente sobre “A” ou “D”. Ela atendia as solicitações dos municípios independentemente de Partido; se era do PT, do PSDB, ou do PFL, ela atendia da mesma forma, senhor.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Sim, agora, quanto aos limites dos recursos destinados à saúde, o mínimo era 30% (trinta por cento)?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – O mínimo era 30% (trinta por cento), mas ela poderia fazer, se assim entendesse, atender dois milhões e meio. Ela atendeu rigorosamente o parecer preliminar. A rigor, ela poderia fazer mais se quisesse.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Ela poderia fazer emendas de até dois milhões e meio para a saúde?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Até dois milhões e meio.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Eu gostaria apenas que se consignasse essa resposta no depoimento da testemunha, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Está consignada, Dr. Reginaldo.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Muito obrigado.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, peço a palavra.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Senador Romeu Tuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor tem algum controle dessas emendas? Algum registro...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Se eu tenho um controle, Senador? Eu não tenho nenhum controle, até porque não estou mais no gabinete, mas, com certeza, deve ter...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pergunto se faziam, na época, algum controle de todas as emendas: cópias, protocolo...

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Das emendas da Senadora?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – É.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Todas elas, as emendas da Senadora, estão disponíveis no site da Comissão de Orçamento.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Era isso mesmo que o senhor queria...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só para completar: nesse ano em que foi feita essa emenda maior na área de saúde, as outras emendas foram para que área? O senhor se lembra?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Do ano da... dessas emendas em questão? Foi feito para creche, para ginásio de esporte... não me recordo bem, mas foi para diversas áreas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor se arrepende da orientação que o senhor deu para a Senadora Serys, ou não? O senhor entende que as emendas que foram apresentadas foram corretas? O senhor faria novamente as mesmas emendas?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Excelência, a orientação que eu sempre passei para as pessoas com quem trabalhei foi a orientação regimental. Eu nunca... não, não, não... não existia nada de errado com as emendas. Da forma que elas foram feitas, foi cumprindo o parecer preliminar. Se hoje tivesse, por exemplo, um parecer preliminar que você tem que colocar 10% (dez por cento) para a saúde, 20% (vinte por cento) para a saúde, eu teria que orientar o Parlamentar que ele tem que fazer as emendas de acordo com a orientação do parecer preliminar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor as repetiria? Não tem dúvida de que aconselhou a Senadora de uma forma correta?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Aconselhei, senhor. Dentro das emendas... da forma que elas foram feitas junto à Comissão de Orçamento, não tem nenhum... erro nenhum. Todos os Parlamentares da época tinham que fazer emendas nessa área, quer dizer, 30% (trinta por cento) tinha que ser para a saúde. Não tinha como você fugir.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Indago aos outros advogados se estão satisfeitos? Dr. Davi, o senhor está satisfeito? *(Pausa)*.

Dr. Alexandre? *(Pausa)*.

O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa, Dr. João Policena?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, excelência.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual é a sua profissão? O senhor é advogado?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor. Sou funcionário público do Senado. Meu nível de escolaridade é segundo grau. Não sou formado...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor continua mantendo contato com a Senadora?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Senador, desde o dia 03 de agosto, eu acho que só falei por telefone com ela uma vez só. Não mais do que isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor se desligou em que data mesmo?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Em 03 de agosto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor se desligou em 03 de agosto?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Isso. Foi quando... no dia 03 de agosto, eu estava de recesso e, quando retornei, o meu nome tinha figurado no depoimento do Luiz Antônio; ela me chamou para uma conversa e aí ela achou por bem que eu me afastasse do gabinete até que se apurassem os fatos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor não teve mais contato com S. Ex^a?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, senhor, de forma que, após meu afastamento, não tive mais contato com ela.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não tendo mais nenhuma indagação a fazer ao Sr. João Policena, até porque podemos fazê-lo depois. Como o senhor está aqui no Senado mesmo, qualquer dúvida, vamos tomar a liberdade de procurar o senhor.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Claro, Senador, estou à disposição da Comissão de Ética. Precisou... Estou, na verdade, de licença-prêmio, porque fui para o Departamento de Pessoal, estou sem lotação, mas... avisando um pouquinho com antecedência: se eu não estiver pescando, com certeza, estarei aqui para ajudar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu só queria lhe pedir que o senhor fique atento para que, se tivermos alguma indagação, possamos lhe procurar com a presteza que o assunto requer.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – OK, Senador, estou à disposição.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Muito obrigado ao Sr. João Policena.

Passo a presidência ao nosso Senador João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os advogados já se pronunciaram?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Já.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço ao Sr. João Policena Rosa Netto. Como disse o Relator, se houver necessidade, o senhor é funcionário da Casa, nós estaremos aí juntos novamente.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu peço que façam entrar a Sr^a Maria Estela da Silva. *(Pausa.)*

A Sr^a Maria Estela da Silva se faz acompanhar pelo seu advogado.

Encontra-se presente a Sr^a Maria Estela da Silva, que já assinou o Termo de Compromisso.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Paulo Octávio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr^a Maria Estela da Silva, Secretária da Planam, a senhora poderia...

O SR. EDER DENIZ – Excelência, questão de ordem.

A minha cliente assinou o Termo de Compromisso, mas ela queria prestar os esclarecimentos dela em sessão fechada, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria que o senhor declinasse por que a reunião deve ser fechada. Há alguma coisa muito importante a dizer que não possa chegar ao conhecimento geral?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu queria apenas resguardar a minha família. Eu tenho filhos pequenos...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim, mas V. S^a está resguardada. Aqui não há problema nenhum. Não vejo...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O que o Presidente pergunta é se a senhora tem alguma coisa sigilosa a revelar que a obrigue a fazer a reunião secreta.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu queria apenas resguardar a minha família. Só isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – A senhora já foi identificada pela imprensa. O resguardo se deve a algo grave que a senhora possa apresentar e – é claro – que, em público, não poderia ter conhecimento porque a senhora poderia correr risco de vida. Mas se é só sobre fatos já relacionados, normais, não vejo razão para ser em sigilo.

Doutor, não haveria nenhuma razão para ser em sigilo. Se quiser a reunião em sigilo, estamos aqui para isso, mas não vejo razão.

O SR. EDER DENIZ – É só de natureza pessoal mesmo, Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Temos obrigação de resguardar a integridade física dela e da família. O Conselho de Ética tem essa obrigação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas ela já está sendo vista, está presente, está focalizada.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr^a Maria Estela, nada melhor do que a verdade. Se a senhora não tem nada a ocultar...

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Com relação a isso, eu não me preocupo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, não vejo...

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Com relação a isso, eu não me preocupo. É apenas por causa da minha família.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Permita-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Durante o depoimento, se a senhora sentir que vai falar alguma coisa, respondendo a alguma pergunta, que possa lhe trazer um constrangimento maior, esvaziaremos o plenário para que a senhora possa responder; se não houver, não vejo razão para fazermos a reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim. Evidentemente que a senhora é convidada. Nós gostaríamos que a reunião fosse ouvida aberta.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Seria bom para mostrar a sinceridade da senhora.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Se a senhora quiser que a reunião seja fechada, é seu direito. *(Pausa)*

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu preferia...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Fechada? *(Pausa)*

Eu peço à Assessoria que tome as providências necessárias, pois a depoente deseja dar o seu depoimento em reunião reservada.

A reunião está suspensa por 10 minutos. *(Pausa)*

(Suspende-se a reunião às 15h55min)

(Reabre-se e torna-se secreta a reunião às 15h58min)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr^a Maria Estela, fique bem tranqüila. Não fique nervosa. Talvez seja a primeira vez em que a senhora esteja nesta situação. É apenas para esclarecer fatos. Não existe problema algum. Nós teremos uma conversa amigável. O Relator não tem ânimo de prejudicar quem quer que seja. Evidentemente, nós queremos esclarecer uma citação sobre a Senadora. E a senho-

ra faz ou fazia parte do gabinete. É necessário que a senhora seja ouvida, porque foi citada aqui.

A senhora já assinou o Termo de Compromisso, aquele compromisso de dizer a verdade. Evidentemente, a senhora já disse que só vai dizer a verdade. E eu acredito.

Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Obrigado, Presidente.

A senhora poderia se identificar? Seu nome e profissão.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Meu nome é Maria Estela, trabalho...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Da Silva?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Da Silva. Desculpe.

Eu trabalhava na Planam. Hoje estou em casa, do lar. Não tenho profissão hoje.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual era o trabalho da senhora na Planam?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Quando começou a Planam, eu era uma espécie de secretária, projetista... De tudo um pouco. Até mais ou menos 2000. Em 2000, quando a Planam começou a trabalhar no ramo de ambulâncias, eu comecei a fazer os projetos e as propostas para o Luiz Antônio, até 2004. Em 2005, eu passei a ser vendedora de ambulância. Eu ligava nas prefeituras para fazer o processo licitatório.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vendeu muitas?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Algumas.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Cem?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Mais ou menos isso. Só que não recebi comissão; só fiquei na promessa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora tinha um salário fixo?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Salário fixo, mais a promessa de 1% da...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ah, a promessa. Não recebeu?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Recebia R\$200,00, R\$300,00, R\$500,00. Quando precisava de algum dinheiro por conta de custear o tratamento do meu filho, que tem um problema de saúde, aí eles liberavam R\$500,00...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora foi indicada por alguém para trabalhar lá?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Fui indicada na época por uma colega de serviço, uma ex-colega de serviço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Isso em 2000?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Em 93. Naquela época, a Planam trabalhava com assessoria a municípios.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, em 93, a senhora entrou como secretária.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E ficou até 2000 como secretária.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Depois começou a ser vendedora. É isso?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. Em 2000, eu comecei a fazer... Eu já fazia projetos também, mas eu passei a fazer as cartas-convite, as propostas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando é que a senhora deixou de trabalhar na Planam?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Agora, dia 4 de maio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Deste ano?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – É. Em 2005...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora deixou por quê?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Por quê? Porque eu fui detida, eu fui presa, a empresa fechou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E como está a sua situação hoje?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Hoje eu dependo só do salário do meu marido. Estou morando na casa da minha mãe, de favor. E é isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E, nesse tempo em que a senhora trabalhou na Planam, como era o seu relacionamento com o Luiz e com o Darci?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu achava bom, achava que eles não iam me abandonar, achava que ia assim... Eles me ajudavam bastante. Às vezes, eu precisava de vales, e eles me davam. Descontavam do meu salário, mas eu achava...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual era o salário da senhora?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Novecentos e noventa e sete reais.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Líquido?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Bruto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Havia algum percentual?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. Antigamente, às vezes eu precisava de alguma coisa; eles me davam 200, 300. Depois, quando... Em 2004, eu saí. Eu trabalhei até julho. Eu saí porque eu não queria mais, eu não estava gostando do tipo de serviço, né? Só que o Luiz Antônio me fez uma proposta de pagar 1% além do meu salário. Como eu precisava, eu acabei aceitando e voltei em maio de 2005. Fiquei até maio de...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quer dizer que esse 1% a senhora não recebeu.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu estou com duas...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quanto é que a senhora tem para receber da Planam? Qual é o valor que a senhora tem?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Fale para ele.

O SR. EDER DENIZ – De rescisão?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu estou com dois processos trabalhistas.

O SR. EDER DENIZ – É só desse último período dela, que ela trabalhou de 2000...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É o percentual de 1% sobre as 100 ambulâncias?

O SR. EDER DENIZ – Não, é só verbas rescisórias mesmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas, se ela tem o percentual de 1% sobre cada ambulância... Não é isso?

O SR. EDER DENIZ – É discutível esse percentual. Até por isso eu não discuti isso daí na ação trabalhista.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Porque é apenas um acordo verbal. É isso?

O SR. EDER DENIZ – Não, não por conta disso; pela natureza da avença, porque, bem ou mal, parte desses percentuais tem natureza ilícita, não é, Senador?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, ela não vai questionar. É isso?

O SR. EDER DENIZ – Não. Vamos questionar o que... Estou questionando o que tem natureza lícita, algumas licitações que foram corretas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Hoje, está questionando quanto?

O SR. EDER DENIZ – Em torno de R\$30 mil, Excelência.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora conheceu o Paulo Roberto, genro da Senadora Serys?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. Só se assim... De vista, pode ser que eu tenha visto algumas vezes na Planam, mas não me recordo dele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não o conheceu?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não conheço. Nunca conversei com ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca o viu na Planam?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu não sei quem é ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não o conheceu nem... E agora, vendo as fotos dele pelo jornal ou na televisão, a senhora não se lembra?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu evito assistir televisão, porque toda hora fala em Planam. Por causa dos meus filhos, eu evito assistir.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Se nós apresentarmos uma foto dele... A senhora não viu nem foto do Paulo Roberto?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não vi.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Será que nós teríamos alguma foto aqui? Seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A senhora vendeu mais ou menos R\$10 milhões em ambulâncias. Mais ou menos isso.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – É um pouco mais que isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora nunca também atendeu o Sr. Paulo Roberto por telefone?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Paulo Roberto, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora tem conhecimento da afirmação do Sr. Luiz Antônio de que entregou pessoalmente ao Paulo Roberto a quantia de R\$35 mil?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. Eu... O meu marido imprimiu o depoimento do Luiz Antônio, e eu li isso no depoimento dele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora não tem conhecimento disso?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não, não tenho.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora leu, pelo menos, isso?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Li.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora não teve curiosidade nem de ver a foto do Paulo Roberto?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. No depoimento, ele...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O noticiário todo falou disso.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – ...tocou. São 196 páginas, se não me engano, do depoimento dele aqui no Senado. E ele reduziu bastante, para não gastar muita folha. E não tem foto, não tem nada. Só escrita mesmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora conhece o Sr. Policena?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Policena não conheço, mas falei com ele algumas vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Acho que em 2005, se não me engano.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sobre o quê?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Era assim: às vezes, ele ligava para falar com o Luiz Antônio, às vezes o Luiz Antônio pedia para a gente ligar para ele, quando estava com alguma dificuldade em algum município. Aí a gente conversava com ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então tinha esse contato?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Tinha esse contato.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Do Policena com...

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Do Policena com a Planam. Tinha.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Muitas vezes?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu acho que falei com ele umas três, quatro vezes, porque, lá na Planam, eles tinham o péssimo hábito de não atender ninguém.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por quê?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não sei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Atendia por telefone?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Assim, atendiam só quando era de interesse deles. Quando eles não queriam falar, a recepcionista passava para mim, porque eu era a funcionária mais velha da casa, eu era a única que não me negava a falar com ninguém. E eu acabava falando.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora conhece o Sr. Policena?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. Só por telefone.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora encontrou um senhor aqui na ante-sala? A senhora chegou a ver um...

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Só acho que o pessoal que trabalha aqui.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eles se encontraram aqui? Eu queria saber da assessoria se eles se encontraram aqui, o Sr. Policena. Não? Eles não se encontraram?

Eu queria indagar ao Sr. Presidente e ao Advogado se poderíamos chamar o Policena para saber se ela o conhece, se ele estiver na Casa.

Quer dizer que a senhora conhece o Sr. Policena só de nome, mas não sabe quem é.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Só o Policena. E eu acho que até numa agenda que a Polícia Federal recolheu tem o telefone dele, na agenda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E a senhora se recorda de ter atendido três ou quatro vezes aos telefonemas dele.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E ele procurava quem?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sempre o Luiz Antônio?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Sempre o Luiz.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora já entregou dinheiro a alguma prefeitura do Mato Grosso?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não, embora o Luiz Antônio tenha falado isso, não é? Não entreguei, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora, na Justiça Federal, declarou que entregou R\$14 mil ao Prefeito de Poxoréo?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu? Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora nunca entregou dinheiro a ninguém?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não, Poxoréo, deixe só explicar para o senhor como é que aconteceu: o Prefeito ligou, o Luiz Antônio não estava lá; ele estava fora. Não sei se estava aqui ou se estava em São Paulo. E o Prefeito ligou, que precisava de um dinheiro, desse dinheiro aí. Aí o Luiz Antônio falou assim: “Estela, fala com a menina do financeiro, porque já está lá, com ela”. Aí eu liguei para o Prefeito, falei para o Prefeito: “Prefeito, pode vir...” Liguei para a menina, ela certificou que realmente existia. E aí eu liguei para o Prefeito: “O senhor pode vir”.

O Prefeito chegou na Planam, me procurou, eu liguei para a menina do financeiro, pedi para ela subir na sala de reuniões, deixei os dois lá, fechei a porta e saí.

Eu não vi dinheiro, eu não peguei dinheiro, eu não entreguei dinheiro para prefeito.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele pegou o dinheiro então?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu vi um pacote, mas eu não vi o conteúdo, né?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Será que conseguimos descobrir onde está o Policena ou não? Estamos tentando? É uma pena ele ter saído, não é? É um dado importante esse.

A senhora se lembra das pessoas que visitavam a Planam, não é?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Algumas, sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Do Paulo Roberto, a senhora não tem foto, não se lembra; do Policena, também não temos aqui nenhuma imagem.

Será que os fotografos que estavam aqui não conseguem? Eu queria ver uma foto do Policena. Veja se algum dos fotografos tem uma foto do Policena. Eles têm câmera digital; isso é fácil para eles.

Vamos passar a palavra para os advogados? Eu paro por aqui e passamos para os advogados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não sei se os advogados quem usar da palavra. Não?

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Eu quero fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor é o Davi?

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Eu sou Reginaldo Oscar de Castro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Reginaldo de Castro?

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Isso. Sou Advogado da Senadora Serys também.

A testemunha porventura nunca viu... Eu estava ausente quando, certamente, o senhor fez essa pergunta, Senador. Ela não reconhece o Policena? Não conhece o Policena pessoalmente?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu acho que ele nunca foi na Planam. Se ele foi, pelo menos nunca falou comigo. Pode ter ido e falado... Porque, geralmente, as pessoas que chegavam de fora, que eram, entre aspas, mais importantes, eles atendiam na sala de reunião ou na sala do Luiz Antônio ou na sala do Sr. Darci.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – A testemunha teria dito antes também que o Sr. Luiz Antônio e o Darci não gostavam de conversar por telefone com ninguém?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não, não é isso que eu disse. Eu disse que eles... Eles escolhiam para falar. Quando era interesse para eles, eles conversavam. Se não, eles deixavam o celular tocando ou o pessoal ligava na Planam, não atendia...

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – O Policena também, se ouvi bem, eles passavam para a senhora ter contato com o Policena.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Sim.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Portanto o Policena não era uma pessoa importante para eles?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não sei. Às vezes, o celular do Luiz Antônio... Ele tinha três ou quatro celulares assim, na mesa. Às vezes, ele estava no telefone, falando com alguém, tocava o celular, ele pegava e falava assim: “Atende aí”, quando ele estava na sala...

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – A senhora se lembra quando a senhora falou com o Policena mais ou menos?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Ah, já faz bastante tempo.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Mais de três anos? Mais de quatro anos?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu acho que foi no ano passado.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Ano passado, 2005?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – 2005.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Esse foi o período em que a senhora teve contato telefônico com ele?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Sim.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Em 2005?

De outro lado, a senhora se lembra de algum assunto interno, na Planam, sobre a possibilidade de terem obtido qualquer favor da Senadora Serys Shlessarenko para os Municípios Poxoréo e Colíder, por exemplo?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Deixe eu só explicar uma coisa para o senhor: quando o Luiz Antônio passava... É porque, como eu vendia, o Luiz Antônio me passava uma relação de prefeituras com o nome do município, o número da emenda, CNPJ, valor da prefeitura, valor do ministério, valor total e, em cima, ele punha o nome ou do Deputado ou do Sena-

dor ou Senadora. E eu me lembro bem que recebi da Senadora um papel desse.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Você recebeu uma emenda com o nome da Senadora?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu recebi um papel que o Luiz Antônio me passou.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Com o nome dela?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Com o nome dela.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Era uma emenda que ela teria feito então?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eram seis emendas.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Sim, mas nunca houve nenhum boato interno, na empresa...

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – ...de que a Senadora estaria favorecendo a Planam?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não que eu tenha ouvido.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Nunca ouviu isso? Muito bem.

De outra parte, a Senadora... A senhora conhece a Senadora pessoalmente?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Pela televisão.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Pela televisão.

O Luiz Antônio pediu à senhora, alguma vez, para ligar para o gabinete da Senadora, para falar com a Senadora, ou não?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Com a Senadora, não.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – A senhora sabe se ele tinha contato direto com a Senadora?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não sei.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Nunca ouviu falar também que tivesse?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. Eu votei na Serys. Sou eleitora dela.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Por que a senhora votou na Serys?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Porque eu gosto dela, eu acho ela dinâmica.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – É uma pessoa honesta? O conceito dela em Mato Grosso é esse?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Olha... Eu não tenho que falar mal dela, não. Não posso. Gosto dela.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Está ok. Por enquanto é só, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Dr. Davi Evangelista Machado, quer dizer alguma coisa?

O SR. DAVI EVANGELISTA MACHADO – Não. Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Dr. Alexandre Slhessarenko?

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, eu queria pedir à Srª Maria Estela que se deslocasse até o computador, porque nós temos uma foto do Paulo Roberto. Eu queria saber se ela o identifica. *(Pausa)*

Nunca o viu na Planam? Muito bem.

Solicito a fotografia do Policena. Ele está vindo para cá, mas ganharemos tempo enquanto isso.

A senhora conhece a família da Senadora Serys?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não?

Conhece a Senadora Serys pessoalmente?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Votou nela sem conhecê-la?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Meu marido é “PT roxo”. Aí ele, com essa estória, vai me moldando um pouco, sabe?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Induzindo.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – É. Eu votei. Ele gosta dela, eu também gosto, sempre achei que ela fez um bom trabalho como Deputada Estadual.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, eu poderia sugerir que nós convidássemos o Sérgio Henrique Ribeiro Dias, que já está aqui. E pediria que a Srª Maria Estela aguardasse um pouquinho, até o Policena chegar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Onde ele estava, o rapaz, quando recebeu o telefonema nosso? Pergunte onde ele está. Pode ser que esteja aqui pertinho. *(Pausa)*

O senhor pode entrar.

Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Desculpe tê-lo convidado novamente para estar aqui conosco.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – À vontade, Excelência.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É que nós estamos conversando com a Maria Estela. Ela nos informa que atendeu a alguns telefonemas do senhor, na Planam, como secretária. E nós queríamos também ter a informação sobre se ela o recebeu, como secretária, em algum momento, na Planam. Como ela não o conhece pessoalmente, por esse motivo nós o convidamos para estar aqui conosco.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Ok, Senador.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Nunca vi, não, Excelência.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora nunca viu...

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...o Sr. Policena na Planam? Nunca o recebeu? Só por telefone?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Só por telefone.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – As vezes que a senhora falou com ele, gravava bem, por causa do nome. Policena é um nome raro.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Diferente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É um nome diferente, então é marcante.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Com certeza, como eu já disse para o senhor, já fui na Planam uma vez. Então, pode ser que, dessa ida “que eu tive” a Cuiabá, para conhecer a empresa com o Darci, que me convidou, que eu tenha falado por telefone, mas também não “conheço ela” pessoalmente, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor foi à Planam uma vez?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o senhor falou ao telefone várias vezes.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Eu não vou dizer várias vezes, Excelência. Acho que falei uma ou duas vezes no máximo, por telefone. Eu não posso... Quer dizer... Com o Darci, eu tinha uma relação muito boa com o Darci. Quando eu ia a Cuiabá, a gente conversava por telefone. Então não posso dizer... precisar uma, duas... Não, não posso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora se lembra de quantas vezes atendeu telefonema do Sr. Policena?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Do Policena, acho que umas três ou quatro vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Umas três ou quatro vezes só a senhora.

A senhora atendia todos os telefonemas da empresa?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. Assim... É aquela história: ligavam pra eles na Planam, eles não atendiam; insistiam, não atendiam. Aí a menina, desesperada, porque ficava louca no telefone com um monte de ligação, passava para mim. Mas com o Policena, eu acho que eu falei pelo celular. Eu acredito que tenha sido.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O celular dele ou da senhora?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Do Luiz Antônio pra ele e acho que... O Luiz Antônio deixava um telefone com a gente também, para ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então era dele para o Luiz Antônio.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Dele para o Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas a senhora pegava o celular a atendia; era o Policena.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Era.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Umas três ou quatro vezes.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E a senhora não era secretária.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não.

Às vezes tinha alguma venda para fazer, e eu estava na sala do Luiz. Ele, com um monte de telefone, falando com alguém lá... Ele só olhava assim quem era e falava: “Atende aí”.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o tratamento que ele dava ao Sr. Policena era de intimidade?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – “Chamava ele” de Policena, brincava... O Luiz Antônio brincava muito.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas era com intimidade.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nesse tempo em que a senhora trabalhou na Planam, a senhora sentiu que a empresa tinha algum tratamento um pouco irregular ou um comportamento um pouco ilícito? A senhora percebia alguma coisa ou era normal prefeito ir lá, receber um dinheiro?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. Quando chegava prefeito, a menina comunicava ao Luiz Antônio. Às vezes ele estava ocupado; ela falava comigo. Eu corria, porque a sala onde eu ficava era próxima do Luiz Antônio... Eu ia na sala do Luiz Antônio e avisava que tinha prefeito lá. Entrava e conversava com ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora o assistiu pagar dinheiro a prefeitos?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Oi?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora “assistiu ele entregar” dinheiro a prefeitos?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A deputados?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora nunca assistiu transferência de recursos para uma pessoa, de dinheiro em espécie?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. Só nesse caso que o financeiro levou um pacote. Só.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Para esse Prefeito de...

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – De Po-xoréo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só nesse caso?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Só nesse caso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não há mais nenhum Parlamentar presente, Sr. Presidente.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Sr. Presidente, em face de uma pergunta que o Relator dirigiu à testemunha, eu pediria a V. Ex^a que me permitisse esclarecer melhor o fato.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, Dr. Reginaldo de Castro.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – A testemunha afirma que havia intimidade entre Policena e Luiz Antônio. Intimidade é algo muito profundo. Intimidade significa a convivência permanente. Pode ser que haja gestos amigáveis, mas que não haja intimidade.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – O Luiz Antônio...

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Intimidade é eu saber de questões sigilosas da sua vida.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Então, com relação a isso...

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Não é? Não havia intimidade portanto.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. Ele...

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Eles tinham relações amigáveis.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – O Luiz Antônio, toda ligação dele, ele sempre atendia brincando.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Mas com qualquer pessoa?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Com qualquer pessoa.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Então não havia uma intimidade...

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Intimidade nesse sentido de estar brincando...

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Nesse sentido, não. Liberdade, digamos assim.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – É, liberdade.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Está bem. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não.

Srs. Advogados?

Mais nenhuma pergunta.

Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu queria solicitar, Sr. Presidente, tendo em vista que o Sérgio já está presente, que nós convidássemos as duas testemunhas, tanto a Maria Estela quanto o Policena, para, se possível, aguardar um pouquinho mais, até a chegada dos outros Senadores que não estão aqui presentes. E, se houver alguma necessidade, alguma outra pergunta, poderemos aproveitar o momento, porque é raro nos encontrarmos aqui. Foi difícil para a senhora viajar até aqui; imagino o transtorno na sua vida. Então seria bom aguardarmos um pouquinho mais.

Eu pediria à Secretaria que...

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Eu tenho até as dez horas da noite hoje.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tem até as dez horas da noite? Não pretendemos tomar todo o seu tempo.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Obrigada.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Queremos agradecer à senhora, mas pedir para a senhora ficar mais um pouquinho, porque, durante esse intervalo, pode surgir alguma pergunta. Com a sua presença aqui, poderemos esclarecer.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Está certo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, D. Maria Estela.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Policena, a mesma coisa.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Ok, Excelência. Só vou lá fora, fumar um cigarro, e volto para cá.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Obrigado.

Agora eu gostaria que fizessem entrar o Sr. Sérgio Henrique Ribeiro Dias. (*Pausa*)

O Sr. Sérgio Henrique já assinou o Termo de Compromisso. Está presente, Sr. Relator, o Sr. Sérgio Henrique Ribeiro Dias, acompanhado de seu advogado.

Com a palavra o Sr. Senador Paulo Octávio, Relator.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, a reunião será secreta?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Como não se falou nada a respeito, vamos abrir a reunião, não é isso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Se ela puder ser fechada, eu prefiro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há algum motivo especial?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Família.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor não acha que explicando para o público se sairia até melhor? Seria até melhor para o público, na televisão, dizendo as coisas, até para se conferir.

O SR. ADVOGADO – Excelência, ele está vindo aqui, se o senhor me permite, como colaborador. Então o interesse dele é preservar a família.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas eu não estou dizendo que ele não seja colaborador.

O SR. ADVOGADO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estou dizendo que talvez seja até melhor para ele mesmo.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – O senhor acha que é melhor?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu acho.

Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tudo o que é transparente, no Brasil moderno, é melhor. A verdade tem que ser dita. Nada aqui será escondido, até porque o senhor...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Se houver alguma coisa íntima e tal, aí não. Mas se for normal... Aqui, o senhor assinou um termo de compromisso para dizer a verdade, vai dizer a verdade, não tem nada a esconder. Não sei por que não pode ser pública.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu gostaria que fosse fechada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Se o senhor quer reunião fechada, será fechada. Não há dúvida alguma. Então, continuaremos com a reunião reservada.

Sr. Relator, com a palavra.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Sérgio Henrique Ribeiro Dias. Confere?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Confere.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor poderia traçar um perfil da sua profissão, da sua atividade?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Com certeza. De que período o senhor gostaria?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A sua vida.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Da vida?

Eu trabalho... trabalhei... Em 1997 foi que eu fui motorista de um prefeito de um município; em 98 para 99, eu abri a minha firma para tentar fazer o meu serviço; em 2003 eu comecei a ter decepções; em 2004 eu quebrei, para falar bem a verdade.

Na mudança de 2004 para 2005, eu fiquei parado, janeiro e fevereiro, analisando, para ver o que eu ia fazer, porque realmente eu estava moído, quebrado. E passei a prestar serviços para o Município.

Era o seguinte: nas mudanças de prefeitos, de mandatos de um para o outro, tinha muito município inadimplente. E eu comecei a atuar nessa área, para ajudar os municípios nesse fato. Aí, todas as vezes que eu vinha a Brasília, acompanhando um prefeito ou sozinho, a serviço, eu vinha, fazia o serviço e ia ao gabinete da Senadora para pedir um serviço. Isso, todas as vezes em que eu tinha oportunidade.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Que tipo de serviço?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – O que eu estava fazendo: dar assessoria aos prefeitos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E quem era o seu contato no gabinete da Senadora Serys?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Só com ela. Nesse período, era com ela.

Eu chegava, pedia para falar com ela, quando eu tinha oportunidade, e falava com ela. E isso aconteceu um ano passado. No mês sete do ano passado, ela me empregou. E eu continuei dando esse serviço a ela.

Quando saiu o meu nome no jornal pela primeira vez, eu falei: “Senadora, esse Sérgio que estão falando, de Pontes e Lacerda, sou eu”. Não tive a chance de levantar da cadeira; fui mandado embora. “Me exone-

rou” na hora. E agora me encontro desempregado e à disposição de vocês para qualquer coisa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor prestou serviço à Prefeitura de Pontes e Lacerda?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não. Eu fui funcionário da Prefeitura de Pontes e Lacerda, motorista do Prefeito, no mandato de 97 a 99, não é? É isso? Ou 2000? O Prefeito na época era Décio Cipriano Maniçoba.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor tratava da elaboração de emendas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não? Nunca tratou disso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando o senhor o conheceu?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – “Conheci ele” em meados de... “Conheci eles”, ele e o pai, nessa época que eu era motorista da Prefeitura. Eles, na época, tinham um escritório... Não me lembro. Era de assessoria aos municípios, uma coisa assim. E eu levava o Prefeito lá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em que ano foi isso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Em 97 “eu conheci eles”. E, a partir dali...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor fez algum negócio com ele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Negócios, não. Sérgio Henrique Ribeiro Dias com eles, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, a relação que o senhor teve com ele, com o Luiz Antônio, era meramente...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Amigos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece o Paulo Roberto Ribeiro?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor o conheceu quando?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Conheci Paulo Roberto em meados de 2002 para 2003, quando ele foi tocar uma obra em Pontes e Lacerda.

Eu, na época, era empresário também. E foi onde eu fiquei “conhecendo ele”.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor teve uma relação com ele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não tem nenhuma relação com ele? Nada?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não tenho nenhuma.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor fez algum negócio com ele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – De jeito nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca fez negócio nenhum com ele.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Nunca.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor confirma as declarações do Paulo Roberto, de que teria sido levado à sede da Planam pelo senhor?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu nunca levei Paulo Roberto na sede da Planam.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Pela ordem.

Parece que não foi o Paulo Roberto quem declarou isso; foi o Vedoin.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Exatamente.

Então o senhor não teve essa conversa? O senhor não esteve com o Paulo Roberto na Planam?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – De jeito nenhum, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca conversou com ele sobre emendas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Com o Paulo Roberto, o senhor nunca conversou sobre isso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não. Em hora nenhuma.

E uma coisa que se o senhor me der uma... Eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pode.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Uma coisa que me chamou a atenção é que o Luiz Antônio, no primeiro relatório dele, que ele deu à Polícia, ele fala que eu tinha “presenciado ele passar” dinheiro a Paulo Roberto.

Depois o senhor pode acompanhar os outros relatórios dele, que ele já não fala mais isso. Ele fala que eu só apresentei. Então, ele sabe que eu não fiz isso. Ele sabe disso. Tanto é que ele muda. Da primeira para as outras, ele muda. E eu não apresentei e muito menos “vi ele”...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nós temos uma versão do Sr. Darci.

O Darci é seu amigo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Conhecido.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele confirma que o Sérgio levou o Paulo Roberto à sede da Planam.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não. Isso é mentira.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Muito bem. O senhor nunca levou, então, ninguém à sede...

O senhor conhece a Planam?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Bem?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Bem, não. Eu conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor foi lá muitas vezes?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Algumas vezes, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quantas? Dez? Vinte? Trinta?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Ah, não me lembro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Muitas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não. Não foram muitas, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando foi a última vez?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Ah, não me lembro, Senador. A data específica...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor levou alguém, algum Parlamentar, lá?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca?

Algum assessor de Parlamentar?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor sabia que a Planam tinha esse esquema de pagar emendas a Parlamentar?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor desconfiava?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – De jeito nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor sabia qual era o negócio da Planam?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Sabia que eles montavam ambulância...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas não sabia mais nada.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Mas não sabia mais nada.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então quer dizer que, quanto à declaração de que o Paulo Roberto teria negociado com o Luiz Antônio e recebido dinheiro, o senhor não viu, não sabe e não levou?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – De jeito nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor teve conhecimento da participação da Senadora Serys nesse esquema de recebimento de valores em troca de emendas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não teve conhecimento nem pela imprensa?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não. Pela imprensa, eu vim acompanhando. Desde o primeiro dia que saiu o meu nome, eu vim acompanhando. Ainda fui até mandado embora, né, Senador?!

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor trabalhava com a Senadora Serys?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Trabalhava.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E ela o mandou embora no mesmo dia?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – No mesmo dia.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E como é que ela o mandou embora?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – A hora que eu falei que eu era o Sérgio de Pontes e Lacerda...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Ela não viu?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu vou até passar uma posição para o senhor aqui. É o seguinte: ela não sabia... A Senadora não sabia que eu tinha sido empresário em Pontes e Lacerda.

Agora, no momento que eu vi, eu me senti como... Até em questão “dela ter confiado” e me dar um emprego, eu tinha que “chegar nela” e falar: esse Sérgio de Pontes e Lacerda sou eu.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor trabalhava lá ou aqui?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu ficava aqui e ficava no Estado, mas, quando eu vinha para cá, eu ficava mais aqui.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em que cargo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – O cargo meu era quando tinha algum problema de inadimplência de algum município, alguma assessoria, algum prefeito, é o que eu...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acompanhava os prefeitos?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Qual era o cargo dele?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual era o seu cargo no gabinete?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu era assessor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Qual assessor?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Assessor parlamentar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ganhava quanto? Qual era o nível?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Pelo que era no meu crachá, assessor parlamentar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual nível? De que nível o senhor era?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – AP-7.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ganhava R\$2 mil.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Era R\$1.900. Depois, agora, antes de ganhar as contas que eu recebi, fui desempregado, eu tinha passado para AP-2...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando ela o demitiu, o senhor argumentou com ela?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor passou de AP-7 para AP-2?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Passou de AP-7 para AP-2 em que mês?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu ganhava R\$1.900 e, quando eu estava ficando mais aqui, a despesa era muito grande.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E ela aumentou?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Ela aumentou.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – AP-2 é R\$4 mil, parece.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – É, R\$3.900 e pouco.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor pediu a ela?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Pedi.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor presenciou a entrega de dinheiro ao Paulo Roberto?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – De jeito nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o senhor conhece o Paulo Roberto, não é?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Conheço o Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acha que o Paulo Roberto tem alguma influência sobre a Senadora?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Senador, eu não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não tem informação alguma de nenhum negócio entre o Paulo Roberto e a Planam?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece a empresa do Paulo Roberto?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Fui uma vez no escritório dele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor acha que ele seria capaz de vender equipamentos para a Planam? A empresa tinha equipamentos médicos?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu não tenho acesso, Senador, a essas informações.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece o João Policena Rosa Netto?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É seu amigo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Era amigo de gabinete.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor o conheceu quando?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Conheci João Policena quando entrei no gabinete, mas já conhecia o João Policena, porque...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele tinha autoridade no gabinete?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não. A autoridade do Policena era cuidar do orçamento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só orçamento?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – É.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor nunca pediu uma emenda a ele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – De jeito nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É normal! Se o senhor tem uma cidade... O senhor nasceu em que cidade?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu nasci em Barretos, São Paulo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas não haveria nada demais se o senhor pedisse uma emenda para fazer uma creche, uma escola...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Com certeza. Eu acho que o senhor está certinho.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor nunca pediu?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – De jeito nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca ninguém lhe pediu?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não, porque não fazia parte da minha pasta isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Nem lá para Pontes e Lacerda?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O Prefeito nunca lhe usou?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Na época que eu trabalhei...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Prefeito lá de Pontes e Lacerda, sabendo que o senhor está aqui, no Senado, trabalhando no Senado, assessor no Senado...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Ele perdeu a reeleição.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O novo Prefeito.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não. O novo Prefeito, eu não tenho acesso nenhum a ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, o Policena cuidava de orçamento.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – É.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tinha muita influência no gabinete?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não. Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acha que a Senadora confiava nele?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Deve confiar, não é, Senador?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quantas pessoas havia no gabinete? O senhor se lembra?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Ah, era eu, o Policena, Dinarte, Alexandre... Uma média de sete a oito pessoas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor tinha contato com o Policena?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Tinha.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nós perguntamos aqui ao Policena se ele conhecia o senhor, e ele disse que não conhecia; que havia um Sérgio no gabinete, mas não se lembrava do seu nome completo. Pode acontecer, não?

O senhor conheceu a Maria Estela?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Conheci. Quando eu ia na Planam...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ela o recebia. Ela sempre estava lá?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Algumas vezes “eu vi ela”.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece as empresas Dinâmica e Dismafe?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não. Dismafe, de nome, e Dinâmica, de jeito nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor sabe de alguma participação do Paulo Roberto nelas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E a Construtora São Benedito?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – A Construtora São Benedito era do Paulo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor sabe qual é a atividade dela?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Quando eu conheci o Paulo, em Pontes e Lacerda, igual estava falando para o senhor, ele estava fazendo uma

construção civil. Então, para mim, é o que ele... Não tenho muito conhecimento sobre o que ele...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acha que a empresa dele teria capacidade para vender material médico-hospitalar?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu não tenho essa informação, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor o considera um amigo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Conhecido.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o Luiz Antônio?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Conhecido também.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o Darci?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Também.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Todos são do mesmo nível?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – É.

Eu até queria falar um negócio para o senhor aqui, até para ajudar: o acesso que eu tinha com o Luiz Antônio e o Darci era tão raro que eles vieram várias vezes aqui; eles não sabiam nem que eu trabalhava com a Senadora. E falava que era um empresário, que tinha uma construtora em Pontes e Lacerda. Então eu tive conversa com o Luiz Antônio, muito, foi na época de 2004 para trás. Depois de 2004, para ser sincero, eu acho que não fui mais nenhuma vez na Planam, porque eu tinha quebrado, eu estava cassando outro tipo de atividade. Eu tenho várias dívidas ainda para poder saldar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A sua família ficou em Mato Grosso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não. A minha família é São Paulo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mora em São Paulo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Mora em São Paulo.

Eu até queria deixar...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Família em São Paulo, negócio em Mato Grosso e trabalho em Brasília?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não, não. Veja bem. Como eu fui parar no Mato Grosso?

Meu pai era representante de uma firma de São José do Rio Preto e, quando ele foi para o Mato Grosso, 22 anos atrás, foi eu, meu pai e minha mãe junto. Eu também fui representante comercial, junto com ele, na mesma firma.

Meu pai teve...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, eu queria chamar novamente o Policena.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu queria até explicar por que eu pedi a sessão fechada rapidamente, Senador, para não achar que a gente tem que esconder alguma coisa.

Eu perdi meu pai agora, em dezembro. E a família nossa é caso sério de pressão alta. O meu pai faleceu até disso. E minha mãe está numa situação, em Barretos, que só Deus sabe. Então, de repente, vendo um negócio desse... Tenho certeza de que ela não ia se sentir bem.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor é convidado, está sendo muito bem tratado...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Com certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...estamos atendendo aos seus pedidos. O senhor entende a nossa posição?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Entendo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Está em jogo o mandato da Senadora Serys. É muita responsabilidade.

O senhor vota em Mato Grosso ou em São Paulo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não. Eu voto em Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor votou em quem?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Na campanha passada?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Votei... Eu estava no município...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Na Senadora?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – No mandato da Senadora, eu não votei nela. Eu não “conhecia ela”. Não conhecia. Quando ela foi para ser eleita, eu não “conhecia ela”.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mandem entrar o Sr. Policena.

Srs. Advogados, querem fazer alguma pergunta? Dr. Reginaldo de Castro?

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Gostaria de fazer algumas poucas perguntas ao deponente.

No início, o senhor informou que a empresa que o senhor constituiu foi à falência, em torno de 2003.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Em 2003, eu comecei a ver que eu já estava quebrado; em 2004, eu “encerrei ela”.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – E essa empresa que o senhor tinha era de assessoria a municípios?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não, não, não. Era uma construtora.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Era uma construtora?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Prestação de serviço.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – O senhor conheceu a Senadora Serys quando?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu tive acesso à Senadora Serys foi agora, esse ano que eu quebrei. Agora, ano passado que eu comecei a “visitar ela” e pedir serviço.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – O senhor falou com ela pela primeira vez no ano passado?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Isso.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Até o ano passado, o senhor nunca tinha estado pessoalmente com ela?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não, de jeito nenhum. Acho que ela não sabia nem quem era eu.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – O senhor, porventura, viu alguma vez o Vedoin aqui no Senado?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Nunca viu?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Teve notícia do Vedoin no gabinete da Senadora alguma vez?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não, de jeito nenhum.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Dr. Davi Evangelista Machado.

O SR. DAVI EVANGELISTA MACHADO – Nada a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Dr. Alexandre Silhessarenko. *(Pausa)*

Também não.

Pode entrar. Por gentileza, queira sentar-se.

Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Policena, o senhor conhece o Sr. Sérgio Henrique Ribeiro Dias?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Esse aí eu conheço. Esse é o Sérgio que eu conheço. *(Risos)* Não conheço por sobrenome.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu lhe perguntei se o senhor conhecia o Sérgio Henrique Ribeiro Dias, e o senhor disse que não sabia.

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Conheci o Sérgio que trabalhava no gabinete. Não conhecia o Sérgio pelo sobrenome.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor o conheceu como?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Conheci no gabinete.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não o conhecia lá em Mato Grosso?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – “Conhecia ele” antes também. Conhecia, conhecia. “Conheci ele” quando trabalhava com Carlos Bezerra ainda, na época.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ele?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor trabalhava com o Senador Carlos Bezerra?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Não, não. Eu trabalhava com o Carlos Bezerra quando o conheci, quando o vi a primeira vez.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor trabalhava com o Senador Carlos Bezerra?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E ele trabalhava com o quê?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Ele vinha a Brasília com o Prefeito de Pontes e Lacerda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor vinha a Brasília com...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Vinha.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor conheceu o Policena vindo aqui...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Deixe eu explicar para o senhor, Relator.

Quando eu vinha acompanhando o Prefeito, a gente fazia o serviço que tinha que fazer, aí o Prefeito visitava os gabinetes, que são coisas normais, né? E, nessa época, eu conheci Policena mesmo. Mas conhecido. Eu não tinha amizade; de gabinete.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O trabalho do Sr. Policena, então, era o orçamento só, dentro do gabinete.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Que eu saiba, orçamento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quem foi demitido antes ou quem saiu antes do gabinete? Foi o Policena ou o Sérgio?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Do gabinete? O meu afastamento se deu no dia 3.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – De?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Agosto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o seu?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Acho que foi no mesmo dia, não é, Policena?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No mesmo dia?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu acho que foi. Não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Os senhores conversaram no mesmo dia, tiveram algum contato?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O nome de vocês surgiu no mesmo dia, não é isso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Isso. No dia que saiu o meu, eu acho que saiu o do Policena.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor sabe se a Senadora Serys conversou com o Policena?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não sei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor sabe se a Senadora Serys conversou com o Sérgio?

O SR. JOÃO POLICENA ROSA NETTO – Ela me chamou e conversou comigo, entendeu? E achou por bem colocar... me afastar até que apurassem todas as denúncias.

Com relação ao Sérgio, eu acredito que ela tenha feito o mesmo: “chamado ele” e afastado até que se apurassem as denúncias.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por que o senhor acredita, Sr. Sérgio, que o Luiz Antônio está envolvendo o senhor nessa situação? Ele citou

o seu nome, disse que o senhor foi lá, levando o Sr. Paulo Roberto. Para que isso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu queria entender.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acha que ele está mentindo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Sobre eu ter levado o Paulo, ele está mentindo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Porque não haveria problema algum o senhor levar o Paulo Roberto para apresentá-lo.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Ainda mais numa época em que eu nem sonhava que ia um dia fazer parte do gabinete da Senadora. O que eu estou achando estranho é isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O que eu não estou entendendo é o seguinte: o Sr. Luiz Antônio declara com toda a firmeza que o senhor foi lá, levou lá o Paulo Roberto, o que é normal.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Com certeza.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor poderia ter levado o Sr. Paulo Roberto, porque ele era do seu conhecimento, não é? Paulo Roberto era do seu conhecimento?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu conhecia o Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Luiz Antônio era do seu conhecimento?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Era do meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Marcar uma reunião entre os dois, o genro de uma Senadora, puxa vida! Para a Planam, era até muito bom levar o genro da Senadora lá, não era? Era uma pessoa influente.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Mas eu não fiz isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não fez isso? O senhor não levou?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não levei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por que o senhor acha que o Luiz Antônio declara duas, três vezes que o senhor foi lá acompanhando o Paulo Roberto. Explique isso.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Eu não sei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor o conhece? Ele mente muito?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Pelo jeito, Senador... Agora, o prejudicado na história de tudo isso sou eu. Faz não sei quantos dias que vem Sérgio, de Pontes e Lacerda, Sérgio, de Pontes e Lacerda, Sérgio, de Pontes e Lacerda... É complicado!

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor não sabe de nada?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Para o senhor ver o tanto... Eu acabei de dar o exemplo para o senhor, para o senhor ver o tanto que eu não tinha nem quase muito relacionamento com ele que ele lembra de mim de Pontes e Lacerda. Se eu tivesse muito relacionamento com ele, ele “já tinha” falado aqui diferente; ele ia falar “o Sérgio do gabinete da Senadora”. Não é estranho, Senador?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É estranho.

Então, o senhor declara o seguinte... Nossos advogados também estão aqui, e eu preciso apurar esses fatos. O senhor declara que não apresentou o Paulo Roberto ao Luiz Antônio?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Declaro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não apresentou?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não apresentei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor declara que não levou o Sr. Paulo Roberto à Planam?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Não levei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor declara que nunca conversou com o Sr. Paulo Roberto sobre assunto de emendas?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Declaro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor declara que nunca viu o Paulo Roberto receber dinheiro da Planam?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Declaro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É isso, Sr. Presidente. *(Risos)* Essa história está ficando engraçada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Antes de encerrar, houve, na reunião passa-

da, uma solicitação. Estou fazendo uma convocação e quero saber se continua este final:

Por fim, comunico que está convocada a 17ª Reunião do Conselho para o próximo dia 5 de outubro, quinta-feira, às 12 horas, no mesmo local, destinada a ouvir o Senador Amir Lando, o Sr. Leonardo Slhessarenko e a Srª Regina Borela, nos autos da Representação nº 2, referente à Senadora Serys Slhessarenko.

Parece-me que os Srs. Advogados o solicitaram. Continuam fazendo essa solicitação?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A solicitação foi minha, Sr. Presidente.

O SR. DAVI EVANGELISTA MACHADO – Nós realmente fizemos uma solicitação nesse sentido, mas dispensamos as testemunhas de defesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Que seriam Amir Lando, Leonardo Slhessarenko e Regina Borela?

O SR. DAVI EVANGELISTA MACHADO – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O depoimento da Srª Regina Borela foi solicitação minha.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Srª Regina Borela foi convocada pelo Sr. Relator. Então, quanto aos outros dois, eu suprimo. Permaneceria somente o depoimento da Srª Regina para... O depoimento dela não poderia ser no dia 4? Ah, sim. Há outros depoimentos para o dia 5.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Perdão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor é Alexandre Slhessarenko?

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Isso.

Ocorre o seguinte: há plena disponibilidade da Regina Borela vir, Sr. Relator, a este Conselho para prestar depoimento. Entretanto, há um problema sério, porque ela está sendo submetida a radioterapia todas as terças-feiras e isso realmente a baqueia por uns dois ou três dias depois da radioterapia. Foi descoberto um câncer recentemente, ela já passou por quimioterapia e agora está na vigésima ou vigésima quinta sessão de radioterapia. Parece-me que essas sessões de radioterapia ocorrem todas as terças-feiras. Então, se fosse possível, Sr. Relator, Sr. Presidente... Ela precisa de dois ou três dias de recuperação. Não sei como está a agenda das reuniões, mas o ideal seria ouvi-la numa sexta-feira, porque realmente são complicados esses dois ou três dias depois da radioterapia.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A radioterapia é sempre às terças-feiras?

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Isso, sempre às terças-feiras, semanalmente. São 45 sessões. Parece que ela já fez 22 ou vinte a alguma coisa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Terça-feira a que horas?

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Não sei, Excelência. Pode-se saber agora. Neste exato instante, nós podemos...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vamos pedir à Secretaria, então, que faça...

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Esse contato?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Deve ser bem fácil.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – É claro, claro. Eu posso fazer inclusive, agora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Se for na terça-feira, pode ser à tarde. Eu não sei. É o Presidente quem determina isso.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Ela faz em Mato Grosso. Ela está estabelecida no escritório em Mato Grosso. Esse tratamento é lá. Eu posso ligar para saber... Ela precisa de dois ou três dias de recuperação depois da radioterapia.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, diante das circunstâncias, solicito a V. Ex^a, tendo em vista a situação de saúde em que ela se encontra, que designe dois advogados do Senado para irem lá e a ouvirem na sua casa.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Seria muito melhor, Excelência.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não há sentido que uma senhora, num estado como esse, venha a Brasília, nessa corrida em que estamos...

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Seria muito melhor. Nós agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não houve nenhuma oitiva dela até agora?

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Não, não, não. Pelo que temos notícia, não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Poderia ser a Polícia Federal. Ela ouve e manda para nós.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas eu queria que pelo menos um advogado do Senado acompanhasse, até porque nós temos indagações do processo. A minha responsabilidade é grande, devido

ao relatório. Como o relatório é nosso, do Senado, e não da Polícia Federal, eu solicitaria que se marcas-se o encontro com um ou dois advogados do Senado que iriam até lá. Eles acompanham todas as nossas reuniões, sabem quais serão as perguntas, porque nós as formularemos juntos, e as levariam.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sérgio, eu vou mandar abrirem as portas. Você não quer ser registrado pela imprensa à Mesa? Só o registro da sua fotografia?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Pode.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pode?

Eu vou anunciar a reunião. Mande abrirem as portas, por gentileza.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Relator, nós agradecemos a consideração humanitária de V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pois não. *(Pausa)*

(Torna-se aberta a reunião às 17h)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está reaberta a reunião.

O senhor advogado não quer dizer nada? *(Pausa)*

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Sr. Presidente, ficará faltando, parece-me, a oitiva da Senadora. Isso seria marcado para quando?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Será marcado pelo Relator, oportunamente. Seria a última pessoa, se não me falha a memória, do relatório.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Já que foram dispensadas as testemunhas de defesa, facilita o nosso trabalho.

Vamos agora ouvir a Regina Borela, e através dessa visita que faremos a Mato Grosso, dentro de duas semanas poderemos ouvir a Senadora também.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Já teria data, Sr. Relator, porque eu posso agilizar esse lado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Oi?

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Não teria uma data específica, porque...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Data para visitar a Regina?

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Já que ela tem a radioterapia às terças-feiras, nós poderíamos agilizar para a próxima segunda-feira.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – A próxima agora, não? Segunda, seria o ideal. Ok.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas vamos ver a disponibilidade do advogado do Senado.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Está ok, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Evidentemente queremos a maior pressa possível.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como eu tenho aqui, na nossa Assessoria, dois advogados, eu queria saber se é possível uma visita a Mato Grosso na segunda-feira, se marcado com D^a Regina, é possível a presença? Peço à Secretaria que agilize a ida dos dois advogados a Mato Grosso. Formularemos as perguntas de hoje para amanhã. Farei as indagações a D^a Regina na própria cidade. Será na própria casa dela?

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Eu acredito que, sendo segunda-feira, no próprio escritório onde ela é estabelecida. É um escritório político. Inclusive, se já quiserem marcar a hora, eu já posso até agilizar, avisá-la.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu só tenho uma dúvida, ela tem atestado médico comprovado tudo que o senhor colocou aqui?

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sim. Sim. Ela está em tratamento. Inclusive, vão ver pessoalmente que já tem seqüelas do próprio tratamento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só para que possamos colocar isso como um fato.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Eu peço para ela ter em mãos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Muito bem. Então está marcado para segunda-feira o depoimento da D^a Regina, lá em Cuiabá mesmo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Comunico que a apresentação do relatório do Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna, anteriormente marcada para esta data...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite, antes de V. Ex^a terminar. Posso fazer só mais um pedido?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A D^a Maria Estela está ainda aqui. E eu queria saber se ela se encontrou com o Sr. Sérgio e com o Sr. Paulo Roberto, na Planam.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor permite que seja aberta essa pergunta? Só se encontrou com o senhor?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Pode.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então eu gostaria que entrasse a D^a Maria Estela, por gentileza. *(Pausa)*

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr^a Maria Estela, a Sr^a declara que atendeu a alguns telefonemas do João Policena.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas não declara o encontrou pessoalmente na Planam.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. Nunca o encontrei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora nunca o encontrou na Planam.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas atendeu só a alguns telefonemas.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Isso. Só atendia telefone.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora conhece o Sr. Sérgio Henrique Ribeiro Dias?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora o recebeu na Planam muitas vezes?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Várias vezes. Antigamente, quando a Planam fazia assessoria, ele trabalhava na Prefeitura de Pontes e Lacerda. Então a gente estava sempre em contato.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando ele assumiu o posto de Assessor da Senadora Serys, a senhora ficou sabendo?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Ele assumiu?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É.

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Nem sabia.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora não sabia que ele era assessor da Senadora Serys?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora se lembra de ter encontrado, já que a senhora o viu várias vezes na Planam, a senhora se lembra de ter encontrado ele com o Sr. Paulo Roberto?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora declara que não conhece o Sr. Paulo Roberto?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca atendeu a nenhum telefonema do Sérgio marcando com o Paulo Roberto?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Do Sérgio sim, mas marcando encontro, nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Do Sérgio, recentemente, nos últimos dois anos, a senhora atendeu a muitos telefonemas?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando que a senhora atendia a mais telefonemas dele?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não sei em que época ele foi assessor na Prefeitura, tesoureiro, não sei. Naquela época.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Três anos atrás, quatro anos atrás?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não, bem mais.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Cinco anos atrás?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Na época, a Planam só trabalhava com Assessoria. Acho que antes de 2000.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Depois que ele assumiu o Gabinete da Senadora Serys, a senhora não esteve mais com ele?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não. Ele esteve, este ano, uma vez na Planam.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Este ano?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Mas eu não sabia que ele era Assessor da Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por que ele nunca lhe falou ou a senhora nunca teve conhecimento disso?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A senhora acha que ele poderia ter influenciado a Senadora em emendas para Mato Grosso, na área de Saúde?

A SRA. MARIA ESTELA DA SILVA – As emendas que têm da... Eu não sei em que época ele foi As-

essor dela... Mas as emendas que eu vi na Planam são de 2004, se não me falha a memória.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Sérgio assumiu quando?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Em 7 de 2005.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ficou de 7 de 2005 até 8 de 2006. Exatamente 1 ano. Atualmente está desempregado.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS – Atualmente, estou desempregado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, para mim está ok. Não sei se os Advogados vão querer fazer alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Advogados, alguma pergunta? *(Pausa)* Não. Nenhuma pergunta.

Então, eu quero comunicar, eu já estava lendo, que a apresentação do relatório do Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna, anteriormente marcada para esta data, foi transferida para a 15ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 4 de outubro, quarta-feira, às 10 horas, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Comunico igualmente que está convocada a 10ª reunião do Conselho para o próximo dia 5 de outubro, quinta-feira, às 10 horas, no mesmo local, destinada a ouvir o Deputado Walter Pinheiro e os Srs. Wylerson Moreira da Costa, Valdir Agostinho Piran e Valcir José Piran, nos autos de Representação nº 3, de 2006, referente ao Senador Magno Malta.

Quero agradecer aos Advogados, aos Srs. Deponentes pela presença e dizer que poderemos nos encontrar novamente. Isso vai depender muito dos Srs. Relatores.

E nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 06 minutos.)

Documentos pertinentes à 14ª Reunião:

- 1) Lista de presença;
- 2) Termo de comparecimento assinado pelo deponente João Policena Rosa Netto;
- 3) Termo de comparecimento assinado pelo deponente Sérgio Henrique Ribeiro Dias e pelo seu advogado, Dr. Bruno Catsiamaris Queiroga;
- 4) Termo de comparecimento assinado pela deponente Maria Estela da Silva e pelo seu advogado, Dr. Eder Deniz.

14ª REUNIÃO

Em 20 de setembro de 2006, quarta-feira, às 15h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
 Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Wellington Salgado	1. Geovani Borges
João Alberto Souza	2. Albêrto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Leomar Quintanilha (PC do B) (Cessão)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Vago
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

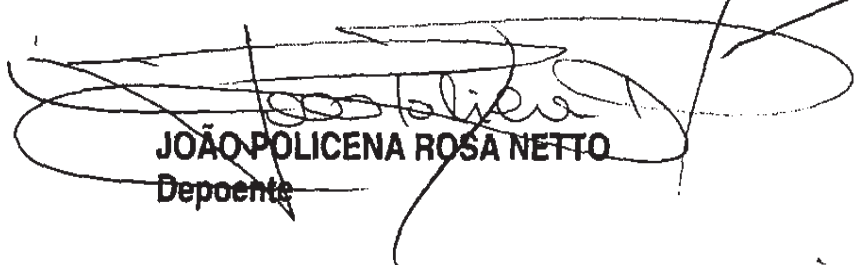
Visto: 

Brasília, 20 de setembro de 2006

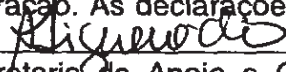
14ª Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o Sr JOÃO POLICENA ROSA NETTO, nos autos da Representação nº 2, de 2006

Aos 20 (vinte) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 15 horas, na sala nº. 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor JOÃO POLICENA ROSA NETTO, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que prestou declarações sobre os fatos em apuração. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião. Eu, Maria Amália Figueiredo da Luz MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho e pelo depoente.

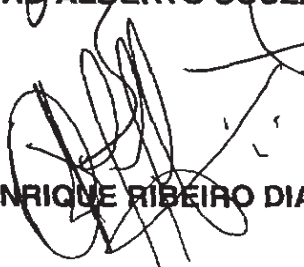

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente

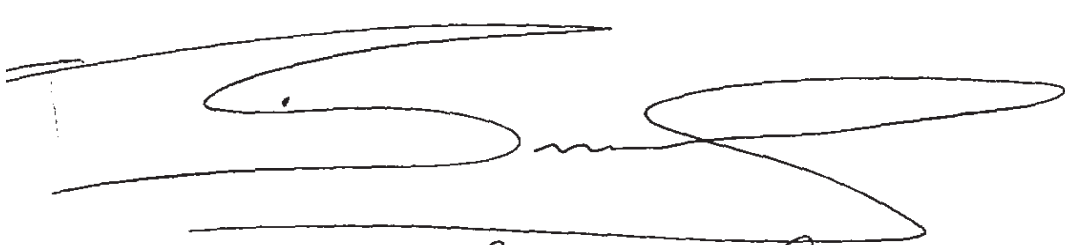

JOÃO POLICENA ROSA NETTO
Depoente

**14ª Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o Sr SÉRGIO
HENRIQUE RIBEIRO DIAS, nos autos da Representação nº 2, de 2006**

Aos 20 (vinte) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 15 horas, na sala nº. 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que prestou declarações sobre os fatos em apuração. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião. Eu,  MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho e pelo depoente.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


SÉRGIO HENRIQUE RIBEIRO DIAS
Depoente


BRUNO CATSIAMAKIS QUEIROGA
OAB/DF 27.200

14ª Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir a Srª MARIA ESTELA DA SILVA, nos autos da Representação nº 2, de 2006

Aos 20 (vinte) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 15 horas, na sala nº. 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, a Senhora MARIA ESTELA DA SILVA, acompanhada de seu advogado Dr. EDER DENIZ, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que prestou declarações sobre os fatos em apuração. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião. Eu, Maria Amalia Figueiredo MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho e pelo depoente.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


MARIA ESTELA DA SILVA
Depoente


EDER DENIZ
Advogado

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 4 de setembro de 2006, segunda-feira, às 10h30min, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro Arnaldo Niskier, destinada a: ITEM I – Audiência Pública: Estudos do Marco Regulatório, palestrantes: Conselheiro Roberto Wagner Monteiro – Coordenador da Comissão de Marco Regulatório, Conselheiro Paulo Tonet Camargo – Relator da Comissão de Marco Regulatório e Evandro Guimarães – Representante da ABERT; ITEM II – Audiência Pública Tema: Estudos do Marco Regulatório, palestrantes: Gustavo Gindre – Diretor do Intêrvozes-Coletivo Brasil de Comunicação Social e Luiz Alberto Santos, Coordenação da ação governamental da Casa Civil.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros: Arnaldo Niskier, Presidente – João Monteiro de Barros Filho, Vive-Presidente – Paulo Machado de Carvalho Neto, Representante das empresas de rádio – Roberto Wagner Monteiro, Representante da Sociedade Civil – Paulo Ricardo Tonet Camargo, Representante de empresas da imprensa escrita – Eurípedes Corrêa Conceição, Representante da categoria profissional dos radialistas – Berenice Isabel Mendes Bezerra, Representante da categoria profissional dos artistas – Geraldo Pereira dos Santos, Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo – Dom Orani João Tempesta, Representante da Sociedade Civil – Celso Augusto Schröder, Representação da categoria profissional dos jornalistas – Antônio de Pádua Teles de Carvalho, Representante das empresas de televisão (Suplente).

Estive presente o Exmº Senhor Senador ROMEU TUMA e os convidados:

Evandro Guimarães – Representante da ABERT, Gustavo Gindre – Diretor do Intêrvozes-Coletivo Brasil de Comunicação Social, Luiz Alberto Santos – Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil e João Carlos Saad, Presidente da TV Bandeirantes.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Bom dia. Com muito prazer, vamos dar início às atividades da 7ª Reunião deste ano de 2006 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Saúdo os Conselheiros, os demais presentes e informo que a Secretaria recebeu comunicação dos Conselheiros Gilberto Leifert e Fernando Bittencourt de que não poderão participar desta reunião.

Quero agradecer particularmente todo o apoio que me tem sido prestado pelo Vice-Presidente, que-

rido Monteiro, que, inclusive, publicou no “Diário de Barretos” uma extensa matéria sobre o Conselho de Comunicação Social. É um belo exemplo para os demais que ficaram quietos.

Informo que a Secretaria recebeu essa comunicação e anuncio a presença do Conselheiro Antônio de Pádua Teles de Carvalho, Suplente do Conselheiro Gilberto Carlos Leifert na representação da categoria das empresas de televisão.

Informo que não foi possível a convocação do Suplente do Conselheiro Fernando Bittencourt, visto que a comunicação de ausência não chegou a tempo.

Lembro aos presentes que as reuniões do nosso Conselho são transmitidas pela **TV Senado**, às sextas-feiras à tarde e às segundas-feiras pela manhã. Portanto estamos no ar em tempo real.

As atas já aprovadas estão à disposição da sociedade civil na página eletrônica do Conselho e são publicadas no **Diário do Senado Federal**.

Informo que as notas taquigráficas relativas à 6ª Reunião, realizada no dia 7 de agosto, foram enviadas por meio eletrônico aos Srs. Conselheiros. Indago aos colegas se haveria algum registro ou correção a ser feita na ata na 6ª Reunião. *(Pausa)*

Tomo o silêncio como aprovação unânime.

Autorizo a publicação no Diário do Senado Federal e que sejam tomadas as providências necessárias para que esteja disponível na página eletrônica do Conselho.

Comunico que a Secretaria deste Conselho recebeu os seguintes expedientes: Ofício da Anatel, datado de 15 de agosto, em resposta ao Ofício CCS 61, encaminhando a relação das emissoras de radiodifusão que tiveram o seu funcionamento interrompido por força de decisão judicial emanada da 9ª Vara Criminal Federal de São Paulo; Ofício sem número, datado de 24 de agosto, do Diretor da Central Globo de Comunicação, Luiz Erlanger, da **TV Globo**, agradecendo manifestação de solidariedade do CCS em virtude do seqüestro felizmente resolvido a tempo envolvendo os funcionários Guilherme Portanova e Alexandre Calado.

Vamos iniciar os nossos trabalhos relativos ao Item 1 da pauta, audiência pública sobre os estudos do marco regulatório.

Convido os Srs. Conselheiros...

Concedo a palavra, pela ordem, ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, eu gostaria de fazer dois registros.

Primeiramente, registro que no último dia 31, quinta-feira, elegeram-se Presidente da Associação Brasilei-

ra das Emissoras de Rádio e Televisão o empresário Daniel Pimentel Slaviero, do Paraná.

E o segundo registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente, é que se encontra presente no recinto o empresário João Carlos Saad, Diretor-Presidente da **Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão**.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Perfeito. Eu chamarei o Dr. Saad em seguida para participar da nossa reunião da manhã, já que S. S^a mandou dizer que não poderá permanecer conosco até a tarde de hoje. Então, ele fará parte do nosso Item 1.

Convido os Srs. Conselheiros Roberto Wagner Monteiro, Coordenador da Comissão do Marco Regulatório, e Paulo Tonet Camargo, Relator da Comissão do Marco Regulatório, para tomarem assento à Mesa.

Convido, então, o Sr. João Carlos Saad, Presidente da **Rede Bandeirantes**, meu amigo querido de muitos anos, para que esteja conosco também. E que venha à Mesa igualmente o Dr. Evandro Guimarães, representante da ABERT.

Solicito ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto que convide o Presidente da ABERT para a próxima sessão, sem falta.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Será convidado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Discutiremos posteriormente, de acordo com sugestão de V. S^a, o tema que ele abordará. É interessante que ele estabeleça uma relação conosco como fazia anteriormente o Dr. Pizzani.

Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro, pedindo a S. S^a, se possível, que resuma a sua intervenção em 20 minutos, para que nós possamos desenvolver depois. Se for menos, a família agradece comovida.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – Sr. Presidente, Sr^a Conselheira, Srs. Conselheiros, Srs. Empresários e membros da Mesa.

Sr. Presidente, quando V. S^a criou a Comissão do Marco Regulatório no âmbito do Conselho, eu me lembro de que havia um consenso de que a mãe de todas as discussões deste Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional seria definir o novo marco regulatório dos vários serviços que hoje se encontram disponíveis no nosso País. Refiro-me ao sistema de radiodifusão de TV aberta, ao sistema de TV a cabo, ao sistema de TV por satélite, às telecomunicações e também ao serviço de tecnologia, sobretudo de internet.

Naquela ocasião, Sr. Presidente, eu defendi a tese de que há uma necessidade extrema de se providenciar a regulação desses vários serviços que estão praticamente interligados. E eu me lembro de dizer que

o sistema de TV aberta, a radiodifusão, é um serviço muito regulado. Existe uma limitação de 30% do capital votante que pode pertencer ao capital não-nacional, enquanto no sistema de TV a cabo esse limite é de 49%, no sistema de TV por satélite, nas empresas de telecomunicações e na internet não há limite.

Houve, no caso da **NET**, com a vinda de um empresário vitorioso do México, o Sr. Slim, um acordo operacional que trouxe benefícios a esta empresa. Segundo informações, houve a compra de 49% do capital, o que é permitido pela Constituição.

No caso das TVs por satélite, também houve a união, no nosso País, da **DirecTV** com a **Sky**, aqui já um outro empresário, o Sr. Murdoch, que também é extremamente vitorioso nesta área. Neste caso, segundo notícias da imprensa, a união entre a **DirecTV** e a **Sky** ia possibilitar 85% da base de assinantes.

Essa é a realidade empresarial hoje.

Eu insisti na criação da Comissão do Marco Regulatório porque há vácuos jurídicos claros no Brasil. É o caso típico das nossas TVs abertas, que são reguladas, têm limitações, são obrigadas pela Constituição a apresentar a sua programação para a classificação no Ministério da Justiça. Enfim, o sistema de radiodifusão aberto do Brasil, nesse cenário que eu relatei, ficou certamente em condições, no meu entendimento, extremamente desvantajosas. E não é interessante para o Brasil que o seu sistema de radiodifusão aberta fique à mercê do excesso de capital que existe nos outros serviços e sendo o setor mais regulado.

Numa leitura breve, Sr. Presidente, do Capítulo V da nossa Constituição, eu defendo a tese de que o seu art. 220, que diz que “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo” abrangem o serviço de radiodifusão, TV a cabo, TV por satélite, telecomunicações e internet. Com isso, quero dizer e sustentar que as empresas que fazem parte de TV a cabo, TV por satélite, radiodifusão, telecomunicações e internet, quando manifestam o pensamento, a criação, a expressão e a informação, passam a se vincular ao Capítulo V da Constituição, portanto passam a ser setores de prestação de serviço de comunicação social.

Se isso for verdade, Sr. Presidente, nós nos remetemos em seguida ao § 5º deste mesmo art. 220 da Constituição. O que diz o § 5º?

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

Isso está na lei; está na Constituição.

Então, se nós entendermos, aqui no Conselho, que qualquer serviço que manifestar pensamento, criação, expressão ou informação, sob qualquer forma, está

vinculado ao Capítulo V, “Da Comunicação Social”, por consequência, estará vinculado também ao § 5º desse mesmo art. 220, segundo o qual “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”.

E, no art. 222, Sr. Presidente, o que diz o § 3º?

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica (...)

O que diz o art. 221?

O art. 221 diz que “a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios”: preferência a finalidades educativas; promoção da cultura nacional; e regionalização.

A combinação, Sr. Presidente, desse § 3º do art. 222 com o **caput** do 220 mais o § 5º também do art. 220 me leva a sugerir, como consta da própria Constituição, que lei específica seja editada no Congresso Nacional para compatibilizar a programação da internet, das empresas de telecomunicações, de TV por satélite, TV a cabo e radiodifusão aos princípios enunciados no art. 221. E aqui se diz claramente que lei específica, que não foi feita até hoje, deverá ser editada.

Com isso, Sr. Presidente, encerrando, quero dizer que não há, de minha parte, a defesa de um setor sobre o outro. Ao contrário, eu represento, aqui no Conselho, a sociedade civil brasileira. E penso que esta sociedade está atenta para a defesa – se não está atenta, deveria estar – dos interesses do sistema de radiodifusão aberta brasileiro.

O Conselho deverá, Sr. Presidente, na hora de examinar e votar esta matéria, verificar “a mãe de todas as discussões”: qualquer serviço, seja de internet, de telecomunicações, de TV por satélite, de TV a cabo ou de radiodifusão, quando transmitir conteúdo, conforme o **caput** do art. 220, se torna meio de comunicação social.

Se isso for verdade, teremos que criar o arcabouço jurídico para enfrentar a questão da impossibilidade de monopólio ou oligopólio. Além disso, as empresas de internet, de TV a cabo, de TV por satélite, de telecomunicações e de radiodifusão, quando transmitirem conteúdo, terão que se adaptar também aos princípios enunciados no art. 221, que são a defesa da cultura nacional e da regionalização.

Essas eram as minhas palavras, Sr. Presidente. Agradeço mais uma vez a sabedoria de V. Ex^a ao criar a Comissão do Marco Regulatório e ao trazer par ao âmbito do Conselho a discussão deste tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Agradeço ao nosso Conselho Roberto Wagner, que tem se

batido pelo tema desde o início dos nossos trabalhos e hoje trouxe a sua apreciação, sobre a qual, naturalmente, nós vamos iniciar uma discussão.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Relator da Comissão do Marco Regulatório, Conselheiro Paulo Tonet Camargo, por vinte minutos.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Sr. Presidente, eminente Conselheiro Roberto Wagner, caro Vice-Presidente deste Conselho de Comunicação Social, João Monteiro de Barros, meus amigos Johnnie e Evandro, como Relator da matéria, desde o início entendia que deveríamos trazer para este Conselho, especialmente para o âmbito do seu Plenário, todas as visões, para termos uma idéia absolutamente universalizada das opiniões acerca do tema. Esta é a razão pela qual se realiza esta audiência pública hoje.

Não vou usar, de maneira alguma, vinte minutos, Sr. Presidente, porque Relator ouve, para se manifestar no seu relatório.

Gostaria muito de, depois deste dia em que ouviremos dois representantes da radiodifusão, o Johnnie e o Evandro, e à tarde, o Dr. Gustavo Gindre e o Dr. Luiz Alberto Santos, dispor deste material todo para formar um convencimento e apresentar uma proposta para o Conselho de Comunicação Social sob a forma de um relatório para ser efetivamente apreciado.

Dessa forma, Sr. Presidente, o meu objetivo hoje é muito menos o de falar, e muito mais o de ouvir. É isso o que espero fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado ao Conselheiro Paulo Tonet por este modelo de síntese que nós devemos admirar.

Com a palavra, o Dr. Evandro Guimarães, representante da nossa querida Abert, que disporá de vinte minutos ou até de um pouco mais, devido à generosidade do Dr. Paulo Tonet.

Com a palavra, Evandro Guimarães.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Presidente, Conselheiros, obrigado pelo convite. Agradecemos esta oportunidade, mas vamos tentar fazer cumprir a nossa escala de vinte minutos, até porque o Conselheiro Roberto Wagner já abriu a reunião apresentando alguns aspectos.

A legislação e os dispositivos constitucionais não estão em sintonia com a realidade. Há legislações que tratam de maneira heterogênea serviços iguais, como no típico caso da TV paga, porque há legislação para a TV a cabo, mas ela não existe para os serviços de MDS e DTH. E há realmente alguma área de sombra sobre a qual, freqüentemente, em seminários e outras atividades, temos debatido, procurando captar, como

o Roberto Wagner fez há pouco tempo, um pouco do espírito da Constituição.

Vou apenas defender aqui uma tese, preocupado com aquilo que parece ser a missão constitucional e a lógica da existência da radiodifusão, não só no Brasil, mas em todos os países do mundo, entendida a radiodifusão como a voz dos cidadãos em relação ao seu próprio mercado interno.

Não é novidade, mas vou tentar, de maneira didática, mostrar a necessidade, qualquer que seja o desenvolvimento legislativo, de que haja uma clara separação entre a legislação de radiodifusão e a legislação de telecomunicações, como, aliás, é o entendimento constitucional, que deve ser a origem, a base de todo o pensamento legislativo. E me atreveria até a comentar que o próprio Texto Constitucional talvez deva ser, mediante iniciativa dos Parlamentares do Senado e da Câmara, aperfeiçoado em prol da nação e da federação.

Então vou apresentar de maneira simplificada aspectos que demonstram a necessidade de separação entre as legislações de radiodifusão e de telecomunicações, com o objetivo de atender ao País quanto à comunicação social.

Radiodifusão, fundamentalmente, é comunicação social, a qual pode ser apresentada como a entendemos na área eletrônica especialmente: de um para “n”, de um emissor para diversos receptores, de um para milhões, de um para milhares e dirigida ao mercado interno brasileiro, enquanto os serviços de telecomunicações **lato sensu**, todos eles, são de um para um. Esta é a diferença essencial: um emissor e um receptor. O serviço de telecomunicação conecta duas pessoas ou comunidades que querem se falar. E isso é assim inclusive no sistema de TV paga, que tem identificado o assinante que deseja se conectar especificamente àquele serviço.

Em radiodifusão, que é comunicação social, há um tratamento constitucional claríssimo, focado em responsabilidade editorial – comentou-se aqui o art. 221, por exemplo –, na produção de informação, de cultura e de educação. Se analisarmos o Capítulo V da Constituição veremos que há uma preocupação de que brasileiros falem para brasileiros com responsabilidade social e editorial, preocupados com níveis de informação, de cultura e de educação.

Em telecomunicações – não estou reduzindo nada –, o tratamento dado a esta área é restrito ao transporte de sinais.

A radiodifusão é aberta, gratuita e livremente recebida pelo público em geral. A característica essencial da radiodifusão é destinar-se a quem a queira receber.

As telecomunicações, todas elas, são pagas, o seu acesso é restrito. Elas estão muito mais vinculadas aos condicionamentos econômicos do que aos condicionamentos de recepção livre, gratuita e aberta.

Portanto, há uma diferença muito grande entre a radiodifusão, que se destina ao cidadão, e as telecomunicações, que se destinam à base diversificada, individualmente conhecida e numerada.

Poderíamos simplificar e dizer que a radiodifusão se destina ao telespectador, ao público em geral, enquanto as telecomunicações se destinam ao assinante, ou seja, àquela pessoa que paga o serviço na ponta da linha.

Essa definição é fundamental. Deveríamos até repetir esse quadro ao final dos trabalhos para lembrar que radiodifusão é aquele serviço descentralizado, definido por municípios, em que as concessões são restritas às fronteiras dos Estados. Ela se preocupa com vários aspectos federativos, mas fala ao telespectador. Telecomunicações falam ao assinante, àquela pessoa que aceita assinar um contrato para receber serviço específico.

A radiodifusão está, assim como todas as políticas, desde o governo militar, voltada para a integração nacional. Esse serviço que a radiodifusão presta na divulgação político-eleitoral é um dos mais expressivos exemplos voltados para a questão da integração nacional.

Em telecomunicações, vocês não encontrarão uma legislação específica. É um setor de capital intensivo sem nenhum compromisso federativo.

No Senado, onde cada Estado é representado por três Senadores, o setor de radiodifusão é sempre analisado de maneira absolutamente cuidadosa, porque representa a consolidação da federação, merecendo portanto um tratamento específico. Já, em telecomunicações, não são tratadas as questões federativas tanto quanto na radiodifusão.

A radiodifusão caracteriza-se por ser obrigatoriamente irradiada na Língua Portuguesa, produção original em Português, idioma oficial brasileiro, destinada aos brasileiros. Língua Portuguesa dublada ou legendada.

A radiodifusão está voltada para a cultura brasileira. Simultaneamente, caracteriza-se pela independência editorial daqueles que receberam a outorga e tem base no mercado publicitário e interno do País. Ou seja, a radiodifusão está democraticamente assentada sobre os produtores de bens e serviços, que sustentam e viabilizam a sua transmissão para a recepção livre e gratuita pela população.

Telecomunicações não têm esse foco. É muito comum – os exemplos, inclusive, estão na TV paga – que

o enfoque das telecomunicações, entendida como tal a TV paga, tenha uma programação pan-americana. Normalmente, na TV paga, as grades de programação não são destinadas ao mercado brasileiro, e sim ao conjunto dos mercados. Quando se vê um jogo de futebol ou de basquete americano na TV paga, sabe-se que aquele jogo está sendo gerado simultaneamente para as três Américas, para os nossos queridos vizinhos que falam espanhol, com locução em espanhol, para os nossos queridos vizinhos do Norte, que falam inglês, e para nós, um mercado importante, que falamos português. Ou seja, a atração tem enfoque pan-americano. Ela não é voltada para a Língua Portuguesa, para a cultura brasileira nem especificamente para o mercado interno brasileiro.

Com relação às finalidades da comunicação social, aspecto muito importante para a elaboração de qualquer conceito legal, elas são claras: informação, cultura e entretenimento. Dentro de cultura, para mim, se insere a educação. Isso está expresso em todo o conjunto de legislação, seja constitucional, seja infraconstitucional, além de todo o conjunto de projetos que tramitam no Congresso Nacional.

A radiodifusão está muito voltada para a informação, a cultura e o entretenimento – formação e informação de brasileiros para brasileiros; enquanto as finalidades das telecomunicações, se vocês fizerem uma abstração e se restringirem ao foco, o cerne da legislação de telecomunicações, verificarão que este se volta ao transporte do conteúdo.

Em radiodifusão também há uma diferença substantiva, que é a forte dose de regulamentação. Nós identificamos ações de regulamentação sobre radiodifusão – fizemos esse esforço em Brasília – em mais de dez focos diferentes. Isso é sábio por parte do poder concedente, o Executivo. Estamos afetos ao Ministério da Justiça, quanto à classificação indicativa, e ao Ministério das Comunicações, com relação a um conjunto ou outro de responsabilidades. Em termos de políticas públicas, estamos afetos ao Ministério da Saúde, particularmente à ação da Anvisa, etc. e tal.

Embora se diga frequentemente que não é assim, o setor de radiodifusão ou televisão aberta no Brasil é, provavelmente, o setor mais regulado que existe na economia, enquanto o setor de telecomunicações sofre regulamentação específica, muito ligada aos meios e absolutamente distante dos conteúdos. Não é preciso muito esforço de abstração para se perceber isso.

A radiodifusão tem, ainda em relação às finalidades, um pressuposto: ela tem que prover a oferta eficiente de bens e serviços via publicidade. Caso contrário, ela não realiza a sua missão.

A radiodifusão existe em âmbito nacional, local e regional porque a oferta de bens e serviços tem que ser eficiente.

Há algum tempo, não neste Plenário, mas numa audiência pública do Senado Federal, discutíamos a questão da eficiência. Você tem que oferecer informações. Para oferecer informações de interesse comercial, deve-se fazer as ofertas no distrito, digamos assim, próximo do consumidor. Essa é a razão pela qual a radiodifusão precisa fazer publicidade e campanhas de mobilização no âmbito nacional, regional e local. E as redes de programação de presença nacional, são constituídas por um grupo enorme de televisões, de distintas propriedades, que retransmitem a programação destinada a brasileiros nacionalmente, regionalmente, quando se articula mais de uma afiliada no Estado ou localmente, quando aquela emissora presta serviços, especialmente no intervalo comercial, no âmbito local.

Nas telecomunicações, existe uma enorme possibilidade de informação segmentada paga, mas esta informação está voltada para a base de assinantes, e não para a prestação de serviços. Trata-se de uma diferença sutil, mas preponderante, fundamental.

A radiodifusão tem como foco a disseminação de informações, ou seja, em espalhar as informações e tem como característica o acesso democrático: qualquer brasileiro deverá ter, seja de rádio ou de televisão, acesso democrático a esse conjunto de informações recebidas do conjunto de operadores, que, no caso brasileiro, já são muitos. E podem ser mais.

No caso das telecomunicações, temos um enfoque fantástico de concentração, de alta dependência do capital e de escala. Não há empresa de telecomunicações que possa trabalhar sem escala e sem conhecer individualmente seu assinante. Voltando ao eslaide anterior: concentração ainda quanto às questões de âmbito fundamentalmente nacional.

A radiodifusão está focada na produção, na seleção e na organização de programas – a organização inclui a chamada e a constituição da grade –; e no empacotamento, na programação e no abastecimento ou suprimento de conteúdos.

Os brasileiros autorizados através de outorgas de concessões ou permissões para fazer comunicação social no Brasil, no caso da radiodifusão, selecionam os programas, as músicas, as atrações, os jogos, e as informações, sob sua responsabilidade... Já as telecomunicações funcionam, relativamente à comunicação social, apenas como um serviço complementar de transporte. Quando eu digo esse “apenas”, não estou desvalorizando: estou dizendo que esse é o foco da legislação atual.

Nesta mesa, há várias pessoas que operam, por exemplo, com as empresas internacionais próprias de satélites que atendem ao Brasil. As empresas de satélites alugam *transponders*: meio *transponder*, 1/4 de *transponder*, 1/6 de *transponder*, dependendo do serviço, analógico ou digital. As empresas proprietárias alugam *transponders* e, de maneira complementar, os brasileiros com outorga específica exercem aquele conjunto de atividades e destinam ao mercado interno, no *footprint* do satélite, ou seja, na área de cobertura de iluminação do satélite, os seus diversos serviços.

Rádiodifusão é monosserviço. Uma televisão autorizada a funcionar em Recife ou em Cuiabá presta um serviço específico, ou seja, fala de um para centenas, milhares, milhões de pessoas.

As telecomunicações se caracterizam por prestar múltiplos serviços, todos eles assentados sobre a infraestrutura, dependendo da tecnologia de transporte de sinais, atendendo vários operadores interessados em atingir aquela base de assinantes, que são os clientes individualmente conhecidos. Em rádiodifusão, temos um canal único. Cada rádiodifusor recebe a outorga para operar canal definido que consta na portaria que o autoriza a funcionar.

Em telecomunicações, há diversidade de plataformas: há serviço de telecomunicações funcionando em meio físico – físico material –, em serviço físico *wireless* e em serviços *wireless* tipo satélite, ou seja, telecomunicações é extremamente complexo: é infraestrutura para o conjunto da sociedade, inclusive para o conjunto dos operadores comerciais e empreendedores da sociedade.

A rádiodifusão é caracterizada por um canal por localidade. Este canal por localidade seja para as rádios seja para a televisão tem compromisso de exibição de programação educativa, cessão de horários gratuitos para propaganda política-partidária e eleitoral, o que está em todos os contratos, e inclusive programação institucional, como **Voz do Brasil**, redes obrigatórias nacionais, o que não é um serviço nada pequeno. O Brasil é quase inédito em relação a países de mercado aberto do mundo em divulgação político-partidária, o que faz de maneira exemplar porque oferece a programação político-partidária no sentido distrital, ou seja, o candidato do Estado fala com os telespectadores do seu Estado com recepção livre e gratuita.

Em telecomunicação, há uma pluralidade de canais de transporte. Como falei anteriormente, existem plataformas diversas, que a tecnologia vai rapidamente aperfeiçoando. Cuida-se principalmente de disponibilizar os meios, sem que hajam compromissos de cessão daqueles serviços de natureza institucional de interesse público e de outra relevância.

A rádiodifusão enquanto serviço de comunicação social está muito vinculada à qualidade, à atualidade, à audiência e ao fim do produto, do programa exibido. O intervalo comercial é extremamente volátil quanto a isso, ou seja, nas audiências das emissoras, nos níveis de sucesso das emissoras das geradoras nacionais, estaduais e locais em todo o Brasil, o intervalo comercial é algo extremamente volátil. Ele pode ter uma dinâmica de preços extremamente favorável ou extremamente negativa, vinculada – digamos assim – ao interesse que o público devotar ao produto exibido.

Em telecomunicações, sabemos que não é assim, porque o conjunto de assinantes conhecidos tem os seus contratos mensais, semestrais ou anuais, e estão vinculados muito mais, do ponto de vista econômico, à expansão da base de assinantes, ou seja, à questão de atender a maior quantidade de domicílios de maneira identificada e de crescer substantivamente com o crescimento individual da renda das famílias, portanto, do crescimento da economia como um todo.

A rádiodifusão hoje, do ponto de vista legal, só para entendermos que há necessidade de um tratamento diferenciado, já é parte importante da Constituição. Sabidamente, a Constituição brasileira reservou um capítulo para a comunicação social. Não sei se alguns dos senhores acompanharam, na época, as discussões na Constituinte sobre isso. Por que se tornou um capítulo? Na época, muitas pessoas trabalharam duramente nesse assunto e, como a Deputada Cristina Tavares, entendiam que em um País deste tamanho, com a nossa diversidade de população e de atividades econômicas – que tem a Amazônia e o cerrado, a Amazônia e o Rio Grande do Sul –, em um País continental como este – na época não eram 27 unidades, mas hoje somos 27 unidades federativas, 27 Estados –, o assunto demandava uma atenção e cuidados próprios na base constitucional.

Infelizmente, a rádiodifusão tem uma estrutura infra-constitucional não atualizada. É uma estrutura legal de 1962. Boa parte da estrutura legal é de 1962.

Nas telecomunicações, há uma estrutura legal muito recente, de 1995 e 1996, quando se iniciou o processo conduzido pelo Ministro Sérgio Motta de venda do corpo, em que ficou muito caracterizado que se procurou tratar os conjuntos de recursos de transmissão de elementos, de informações, vendendo e privatizando, inclusive com participação total de estrangeiros, o conjunto da infra-estrutura, que demanda capital intensivo e que transporta sinais.

A rádiodifusão é caracterizada pela existência de milhares de proprietários nacionais em todo o Brasil: são nacionais porque a Constituição assim obriga e são milhares porque temos cerca de 3.500 rádios e

cerca de 450 televisões. Estou incluindo nessas 450 televisões várias fundações educativas que existem no Brasil. Infelizmente, isso também representa uma distorção bastante freqüente nos últimos anos: as televisões educativas nem sempre cumprem essa missão como deveriam. São cerca de 350 televisões de intuito empresarial claramente definido e cerca de quarenta televisões educativas, além das televisões que são entendidas claramente como televisões públicas ou estatais. Não estão incluídas as licitações que ainda não saíram no atual Governo, que estão ainda dependendo de questões jurídicas do Ministério.

Por outro lado, o que é telecomunicações? É uma grande concentração em poder de pouquíssimas empresas.

O mapa da radiodifusão no Brasil é um amplo caderno, porque, por exemplo, a **Rede Bandeirantes**, deve se compor por cerca de 80 grupos empresariais diferentes que operam a programação nacional num sistema de parceria, num sistema de combinação semelhante à franquia. Igualmente no caso do **SBT**, da **Globo**, etc. Dentre esses, existem ainda os grupos estaduais, locais, que somam seus esforços.

Do lado das telecomunicações, capital intensivo, há pouquíssimas empresas. Podemos citar três empresas de telefonia fixa, uma ou duas empresas de longa distância, quatro ou cinco empresas importantes em telefonia celular, quatro ou cinco importantes empresas ou grupos de empresas dentro da mesma franquia na área de TV a cabo, uma grande empresa neste momento na área de DTH, etc.

Então, é importante, para entendermos a diferença de tratarmos radiodifusão e telecomunicações de maneira diversa, e não de maneira igual: são milhares de proprietários nacionais de um lado e poucos proprietários internacionais do outro..

Na radiodifusão, tratamos, no que diz respeito à sua difusão, apenas do espectro rádio elétrico, que é um bem da União, mas um bem escasso. A tecnologia está tornando esse bem melhor utilizado em prol da população.

Do lado das telecomunicações, há uma fantástica gama de meios físicos e a utilização também do próprio espectro. Aliás, a ocupação do espectro em telecomunicações rivaliza com a radiodifusão: com frequência, destina-se aos serviços de telecomunicações espectro originalmente destinado à radiodifusão.

Na radiodifusão, a legislação tem que ser diferente porque um país não vive apenas de ver televisão: vive também de produzir bens e serviços, de fabricar. Na radiodifusão, a indústria de equipamentos de recepção está situada no Brasil. Produzimos cerca de nove a nove e meio milhões de televisores por ano,

aqui existe uma região incentivada, mas a indústria de recepção está no Brasil todo. E a de transmissão de média e baixa potência também está situada no Brasil? Por quê? Porque somos quase seis mil Municípios, 12 mil localidades, 12 mil distritos.. E há demanda para o transmissor de pequeno e médio porte. O Brasil há muitos anos, prestigiou-se o desenvolvimento de uma indústria aqui sediada para transmissão de média e de baixa potência, o que é essencial para garantir o acesso democrático de todos aos sinais das diversas geradoras nacionais e regionais.

Em telecomunicações, há uma indústria de equipamentos de receptores instalada no Brasil. Já houve uma indústria maior, mas ela está focada, cada vez mais, na importação de grandes centrais, de grande tecnologia, etc, novamente mostrando que a radiodifusão tem uma característica relativamente descentralizada, e que telecomunicações tem uma característica de grande centralização sob a decisão de poucos operadores, poucos *players*, como costumam dizer..

Resumindo, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, a Constituição Federal separou comunicação social de telecomunicação, que são meios, e protegeu a comunicação social.

A comunicação social consiste – recapitulando – na oferta de conteúdo de 1 (um transmissor) para muitos receptores e é dirigida ao mercado interno brasileiro. É muito importante falar em emissor e receptor, mas é muito importante dizer que receptor, neste caso, é o mercado interno brasileiro. São os brasileiros, os eleitores brasileiros, os cidadãos brasileiros.

A comunicação social compreende – essa é uma coisa que está clara na legislação –: a produção, a responsabilidade pela seleção, a organização, o empacotamento, a programação e o abastecimento dos clientes dos conteúdos, ou seja, é um brasileiro que decidiria se colocaria domingo à noite um jogo de futebol ou se colocaria um jogo de *rock* sobre gelo.

Essa decisão é tomada no Brasil pensando no Brasil; e não no exterior pensando em toda a pan-américa.. É muito importante isto: a quem se destina a comunicação, por um lado de um grupo brasileiro voltado para atender o mercado interno brasileiro, e por outro lado, daquele que coloca a programação no ar destinando essa programação ao público pan-americano em geral.

Para explorar serviço de comunicação social – isso para mim está claríssimo –, as empresas interessadas devem se enquadrar e se submeter ao que determina o Capítulo V da Constituição. Se não, a Constituição seria letra morta. Disso eu não tenho a menor dúvida. Para fazer comunicação social, ou seja, para fazer comunicação social entendida como algo

destinado ao mercado interno brasileiro, elas devem se submeter à Constituição.

Ainda resumindo, em telecomunicações, no Brasil, os senhores não encontrarão nada disso, embora os advogados discutam a questão. Alguns advogados conseguem escrever inúmeras páginas sobre o mesmo tema com várias interpretações.

Telecomunicações no Brasil não se destina à exploração de serviços de comunicação social. Nunca nas telecomunicações, nem quando estatal, houve preocupação em oferecer informações, entretenimento, cultura de 1 (um) para N. Telecomunicações pode ser um serviço de suporte aos meios de serviço de comunicação social, com os quais não se confunde.

Novamente, darei um exemplo das grandes operadoras. Como a Embratel, empresa estatal, hoje existem várias outras operadoras de satélite no Brasil. Quando a Embratel lançou, em 1981 – a primeira empresa a entrar nessa operação foi a **TV Bandeirantes** –, na base de Kourou, o Brasilsat, ela passou a alugar equipamentos que transportam para quem está na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, ou para quem está na fronteira de qualquer Estado amazônico com os países vizinhos, o mesmo sinal nacional. Isso era feito mediante um aluguel que se fazia em termos anuais. Era muito caro; no princípio, custava cerca de US\$3.600 milhões o aluguel de um *transponder*. E que não se confunda: era o transporte, o meio sobre o qual os detentores de outorga transmitiam a sua programação para atingir os brasileiros em geral ou para alimentar, com o sinal de transporte, as geradoras ou retransmissoras que atendiam ao nível do Município ou ao nível da capital do Estado.

Telecomunicações é um serviço de transporte de sinais e a Constituição já liberou que possa pertencer totalmente a estrangeiros. Concluindo a minha apresentação, creio que devemos, pelo ordenamento jurídico, pela lógica, pelo bom senso, entender que não porque houve a chegada da famosa convergência tecnológica que devamos desconsiderar princípios constitucionais estabelecidos... Essa é uma conversa muito boa que o pessoal, especialmente de engenharia de tecnologia, desenvolve: “Lei da gravidade: agora o que é possível fazer será feito”, quer dizer, como se o simples desenvolvimento tecnológico virasse automaticamente a derrogação de uma vontade constitucional, uma vontade soberana do povo brasileiro.

Entendo que os avanços tecnológicos – creio que o Relator e também o Conselheiro Roberto Wagner falaram nisso –, a existência de convergência, ou seja, a existência de algo que permita fazê-la, não devem, automaticamente, derrogar os nossos diplomas de organização civilizada e democrática.

Não podemos nos esquecer das características fundamentais das diferentes outorgas para diferentes serviços existentes. Devemos trabalhar certamente para homogeneizar as regras no interesse público quanto aos diversos serviços e prestar atenção aos dispositivos constitucionais que ensinam boa parte do que tentei apresentar aqui. Não podemos entender que, simplesmente porque é possível fazer, a guerra esteja perdida – ou não precisaremos mais de algo que é politicamente praticado em todo o mundo: a reserva aos nacionais da comunicação dirigida aos respectivos povos –, que tudo esteja derrogado porque inventaram uma nova forma de fazer televisão por fio telefônico ou de fazer jogo de beisebol por satélite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado ao Dr. Evandro Guimarães.

Faltou dizer que S. S^a é formado em administração pela FGV do Rio de Janeiro na turma de 70; iniciou sua vida profissional como gerente de produtos; trabalhou por muitos anos nas bicicletas Caloi como gerente de *marketing* e ingressou na **TV Globo** de São Paulo em 1980, onde desempenhou diversas funções voltadas para o mercado interno: dirigiu a Central Globo de Afiliadas e Expansão e, sob o seu comando, foram implantadas mais 50 (cinquenta) emissoras nas diversas regiões do País. Em 1997, foi nomeado vice-presidente de relações institucionais das Organizações Globo.

Neste momento, passarei a palavra ao Sr. João Carlos Saad, administrador de empresas, Presidente do Grupo Bandeirantes, que envolve uma série de instituições, inclusive emissoras de rádio bastante poderosas no nosso País.

Antes de passar a palavra a S. S^a, o que farei com muito prazer, farei uma indagação ao Sr. Evandro Guimarães. Quando o senhor diz que o público-alvo da comunicação social é o telespectador, está incluído o ouvinte de rádio?

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Na minha apresentação, eu tratei principalmente do setor de audiovisual, tendo em vista que o setor de rádio é subentendido. É claro que estou falando do telespectador e do rádio-ouvinte.

Faço essa correção: foquei assim porque o tratamento essencial da convergência hoje está voltado também para as questões que envolvem o transporte do conteúdo no setor audiovisual.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – V. S^a citou as 3.500 (três mil e quinhentas) emissoras de rádio existentes...

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Não tenha dúvida de que o princípio da radiodifusão é a rádio: a existência das cadeias nacionais de rádio e das emis-

soras locais e regionais é outra característica. Então, certamente, um papel equivalente ao da televisão presta o rádio brasileiro, especialmente na questão da integração nacional e também na do serviço: horário político gratuito, serviço da **Voz do Brasil**, etc.

O rádio comercial brasileiro é muitíssimo penalizado, pois carrega vários aspectos que não vem ao caso citar, mas contribui para a integração nacional de maneira absolutamente especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o nosso amigo Johnnie Saad, para as suas considerações.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Sr. Presidente Arnaldo Niskier, Srs. Conselheiros, muito obrigado pelo convite. É uma honra estar aqui e tentar, de alguma forma, contribuir com esta importante discussão desse setor que considero absolutamente estratégico ao nosso País. Esse setor, às vezes, não é encarado como tal, mas precisa ser encarado como um setor estratégico.

Darei um exemplo fácil de visualizar isso. O primeiro alvo, na invasão americana ao Iraque, não foi o Saddam Hussein, nem os depósitos de armas – que, na verdade, não existiam –, nem os depósitos de químicos – que também não existiam –: foi a televisão que lá estava funcionando, a Al-Jazeera.

Então, isso mostra a importância estratégica desse setor. Precisamos ter consciência disso, e o Brasil precisa ter consciência desse setor.

Tentarei responder as perguntas sobre o Marco Regulatório, se precisa ou não ser modificado. Eu teria duas observações a fazer. Uma, entendo que há setores que não estão regulamentados, como é o caso flagrante do DTH, de que não existe regulamentação no Brasil; duas, quanto ao setor de radiodifusão, cabo e outras áreas, existe a legislação, que, na verdade, não está sendo implementada, não está sendo devidamente cuidada e analisada, talvez até pela intensidade de problemas que o setor tem tido.

Acabamos de terminar um projeto bonito sobre a decisão da televisão e da rádio digitais. Sobre esse projeto, tivemos muitos embates, muita discussão, e acabou se fazendo um modelo híbrido que está sendo chamado, pela mídia impressa, de modelo japonês – o que não é verdade, ele tem a modulação japonesa, mas não é o modelo japonês. Esse projeto foi um bom exemplo de como, nesse embate, indústria, fornecedores, radiodifusores e Governo puderam chegar a um consenso e fechar um modelo, procurando privilegiar e defender a nossa indústria, a geração de empregos, enfim, procurando ter uma visão estratégica do setor.

Merece os nossos parabéns o Ministério das Comunicações, a Ministra Dilma Rousseff, o Presidente Lula e os radiodifusores todos que lutaram por uma mudança, pois estávamos absolutamente defasados com o sistema analógico.

Os Estados Unidos, para cuidarem do seu sistema democrático, tomaram um cuidado especial com dois setores: o financeiro e o de comunicações. Esses dois setores, para que a democracia fosse protegida, foram regulamentados desde a sua origem. Entendemos que a nossa legislação, de 1962, é velha, o que é verdade, mas toda a nossa filosofia de radiodifusão veio dos Estados Unidos. O nosso modelo é este: são empresas privadas com regras de não-acumulação. Daí existir o 236, que, para os iniciados, regula a quantidade de emissoras; existe propriedade cruzada, ou seja, existe uma proteção para que uma determinada empresa não domine completamente um setor, nem domine completamente uma localidade, um estado, uma região, porque, ao ocorrer isso, está-se distorcendo o sistema democrático e não se estará gerando a pluralidade de produção.

Temos distorções nesse setor que precisam começar a ser discutidas, reanalisadas, e é preciso que criemos o ambiente que gere a adversidade, a capacidade de produção, inclusive, de conteúdo nacional.

A palestra interessante, ilustrativa e correta, que o Evandro fez, separando esses dois setores, deixa claro isto: no setor da televisão paga, se não tiver diversidade de produção, ficaremos nas mãos de um único produtor. Se tivermos boa memória, acabamos de travar uma batalha grande discutindo o processo de concentração e de compra da **Sky** pela **Direct TV**, e o fórum onde isso se deu foi o CADE. Em tese, o CADE só pode olhar os aspectos econômicos, não os aspectos legais, jurídicos, estratégicos: há limitações no seu campo de atuação. Se olharmos o parecer de vários relatores, perceberemos a preocupação deles com o Brasil. Mas o CADE tem limitações.

Então, é preciso que analisemos isso para que floresça no Brasil o centro de produção. Para que isso não fique concentrado num único grupo, numa única empresa, é preciso ter essa diversidade.

Hoje, aqui no Conselho, lembrei-me de um ex-conselheiro, de que eu gostava e que eu admirava, com quem tive algumas conversas pessoais: o Daniel Herz. Discutimos várias vezes esse tema, inclusive a Lei do Cabo. Ele entendia que essa equação estava resolvida, e eu o provoquei dizendo: “Daniel, você reparou que não surgiu nenhuma produtora independente no cabo? Isso mostra que existem distorções, não é por falta de talento dos profissionais brasileiros, nem por falta de talento de empresários brasileiros. Existem

distorções na possibilidade de acesso a esses sinais e de transporte deles.”

Então, é preciso que encaremos isso de forma madura, serena, e que comecemos a discutir um plano estratégico para os próximos anos. Temos uma nação grande. Queremos manter a nossa soberania, a pluralidade, o sistema de propriedade privada, a democracia. Então, é importante que tenhamos isso em mente e que haja espaço para todos.

Para isso, é preciso haver uma lógica comercial, econômica e empresarial, se não, as contas não fecham. O próprio Evandro mostrou que o sistema está baseado na publicidade.

Porém, para essa indústria viver, é preciso que essa cadeia toda tenha um funcionamento harmônico. Quando o sujeito produz um filme, esse filme tem que ter distribuição no cinema. Para isso, temos que ter mais salas de cinema. O cinema é uma indústria que está fechada nas grandes cidades; em algumas poucas, médias, não está na periferia e não está, nem de longe, nas pequenas e médias cidades do Brasil. Então, temos que voltar a ativar essa nossa indústria para que aquele filme gere resultados e possamos produzir mais. É preciso que a indústria da televisão paga veicule esse filme para que gere outra receita.

A TV aberta é o último elo dessa corrente: é a massificação, o produto e o serviço fornecidos gratuitamente. É o fecho desse elo. Por isso mesmo, a legislação separou: ela é uma parte mais vulnerável, ela entrega de graça isso.

Usando esse mesmo raciocínio, já começamos a observar distorções nesse setor da paga com a aberta no setor de esportes. A televisão paga, por exemplo, compra um evento e não transmite na aberta. Nesse caso o que poderia, então, ter sido gratuitamente exibido para a população não será assistido se não for pago. Nesse embate da televisão digital discutimos por diversas vezes a diferença do gratuito e do pago. Essas são situações realmente distintas: não se pode tratar igual alguém que cobra e alguém que não cobra por cada conteúdo entregue. Nesse último caso, ele também não sabe quem é o usuário final, além de estar acostumado a tratar com milhões de pessoas.

Quero deixar esse debate aberto, quero contribuir com ele ao longo do tempo, analisando outros países. No México, por exemplo, há uma concentração absurda. Existe um único Partido no poder há 70 (setenta) anos. Não é à toa que, com o surgimento da **Asteca**, que foi o segundo grupo de comunicação aberta no México, o Presidente Fox chegou ao poder. Ele não era do PRI. É coincidente a abertura da **Asteca** com a chegada do Fox ao poder. Essas situações estão ligadas. Precisamos ter esse cuidado e essa consciência.

Podemos comparar inclusive com o sistema cubano, em que não existe mídia nenhuma, e ninguém sabe de nada. Caminha, pelo jeito, para uma monarquia ou para um regime mais aberto.

A discussão sobre o país que queremos, a definição do modelo de país que queremos precisa partir de nós mesmos. Precisamos pensar não apenas em nós, mas também nos nossos filhos e netos. Aparentemente, como radiodifusor não deveria estar falando em limitações. Estou, no fundo, falando contra mim. Mas também como brasileiro e cidadão, quero ter diversidade e pluralidade. Não quero ficar escravo de uma única opinião. Acredito, com a certeza de quem nasceu nesse setor, e sou jornalista também, que só a diversidade nos aproxima da verdade. Apenas se conseguirmos olhar de diversos prismas, estaremos chegando mais próximos da verdade. A tentação é distorcer. Por isso, é importante essa pluralidade e a defesa do Brasil nesse setor.

A **Bandeirantes**, nosso grupo, foi contra a privatização da forma como foi feita na área de telefonia. Deixamos nossa opinião absolutamente clara em uma série de editoriais em que defendíamos uma privatização da gestão, mas a manutenção da unidade dessas empresas no controle nacional, lutando pela indústria que estava instalada aqui. O Evandro também abordou esse ponto. Essa indústria foi destruída, praticamente se arreventou. Se fizermos um gráfico da nossa Bolsa, ela se fragilizou, mas as Bolsas e as indústrias de fora daqui cresceram. Acabamos de ter um exemplo disso na indústria naval, em que o Brasil abriu mão dela comprando navios de Cingapura, por exemplo, mas estamos voltando à produção nacional, o que está correto, gera empregos, paga impostos, gera riqueza. Esse pensamento nacional, esse pensamento estratégico não podemos deixar de ter, sob pena de ficar algo ingênuo, mas o jogo das comunicações não é ingênuo, tanto é que é tratado com muito cuidado por todas as nações civilizadas. Elas falam muito, têm um discurso muito aberto, muito generoso, mas quem tentar entrar naquele mercado não conseguirá. Não se consegue comprar uma televisão ou rádio aberta lá.

Acabou de acontecer um fato agora há pouco tempo que ilustra isso. Com a Copa do Mundo, não essa, a outra, como lá o Governo não socorreu, a televisão responsável quebrou, que era a do Sr. Kirchner. Quando quebrou, foi posta à venda e o Sr. Berlusconi, nosso Primeiro-Ministro italiano, foi comprar esse canal. Fez uma oferta e praticamente fechou o negócio, mas foi chamado por um representante do governo alemão que disse a ele com toda clareza: “Nem pense! Não vai chegar nem energia elétrica nos seus transmisso-

res!” Ele desistiu da venda, até que um grupo alemão comprasse aquilo.

Não vamos imaginar que esse é um jogo aberto. Normalmente quem está querendo entrar, quem está querendo mudar, quem está querendo controlar vem sempre com essa conversinha: “Não, não. Lá é tudo assim, tudo fácil, tudo aberto.” Não é verdade isso! Não é verdade isso na Ásia. Não é verdade isso na Europa. Não é verdade isso nos Estados Unidos.

O Canadá é um exemplo que o Brasil pode analisar com um pouco mais de cuidado. É a maior fronteira com os Estados Unidos. O Canadá seria facilmente engolido e dominado pelo principal parceiro e aliado dele, que são os Estados Unidos, mas, sem poder ou querer brigar, desenhou um molde interessante, um molde de reciprocidade: é possível entrar e fazer um canal importando no Canadá, mas é obrigado a também fazer um canal canadense. Com isso, essa indústria deles cresceu, floresceu. Hoje é possível assistir a muitas séries e filmes produzidos naquele país.

Nós, brasileiros, devemos trabalhar nisso. Devemos produzir, exportar coisas boas, que tragam investimento e turismo. Não devemos exportar desgraça, só coisa ruim, como, às vezes, infelizmente, podemos ver. Há dias, assisti a uma série que está no ar, lançada por uma produtora nacional em parceria com a **HBO**, mas, quando eu terminei de assistir, eu estava com os cabelos em pé, não consegui nem dormir. Não há quem queira vir para o Brasil e investir aqui assistindo a um negócio daquele. Chamava-se “Os Filhos do Carnaval”. É um horror! É um desserviço ao nosso País.

Esse era o resumo do que queria falar com os senhores. Não podemos achar que está tudo bem. Temos emissoras educativas que não são educativas. As rádios piratas estão proliferando. Isso é algo insuportável e destruirá a radiodifusão brasileira. É preciso normatizar isso. Há pessoas incentivando isso, mas haverá uma destruição. Não há como competir com a rádio pirata, que, além de não pagar impostos e não assinar carteira, entra na sua frequência e retira sua rádio do ar. Não vamos imaginar que a rádio pirata está na mão de um segmento que não tinha como se expressar. Algumas rádios piratas estão nas mãos do tráfico e avisam quando chega. Não vamos achar que está tudo bem, porque não está. Está na hora do Brasil, de todos nós e, especialmente, desta Casa, que tem o dever de olhar para a Nação em médio e longo prazo, que não deve se preocupar com o dia a dia, mas com a história e com as mudanças estratégicas do País, analisar esse setor, começar a rediscuti-lo e reequilibrá-lo. Devemos começar a consertar e corrigir os desvios que temos, mas sempre defendendo nosso País, os empregos aqui, a educação, a população

mais humilde, que são os que precisam da informação. Essa informação é vital. Ela muda a vida. Quem, como eu, está acostumado a andar pelo interior nos fins de semana, certamente tem histórias a contar. Cansei de ver o produtor ser roubado no preço da arroba, no preço do frango, mas hoje em dia ele tem essa informação na TV aberta, no satélite. Ele já não pode mais ser enganado por não saber do valor. Ele agora sabe, está acessível a ele. Cabe a nós cuidarmos disso.

Muito obrigado pela paciência de me ouvir. Fico à disposição para o que for preciso.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Niskier) – Muito obrigado, Sr. Saad, Presidente da Organização Bandeirantes. Seu discurso foi muito sincero e espontâneo.

Temos 45 min para o debate.

Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nossos agradecimentos aos palestrantes. Foi muito importante e de muita contribuição as informações, as impressões e o que foi apresentado pelo Sr. Evandro. Fiz algumas anotações e vou formular minha pergunta.

Em primeiro lugar, deixo claro que acreditamos que ninguém neste espaço, nesta sala esteja contra ou não esteja preocupado com a nossa indústria, com as nossas empresas. Defendemos e estamos ao lado dessa preocupação. Por outro lado, o Sr. Evandro fez uma colocação que me chamou a atenção: o setor de radiodifusão está entre os setores da economia que são mais regulamentados. Não tenho certeza disso e, nesse gancho, nessa dúvida minha, vou fazer uma pergunta, inclusive citando o Presidente da Rede Bandeirantes, Sr. Saad, que lembrou a cadeia produtiva.

Toda a cadeia precisa sobreviver, não apenas alguns elos dessa cadeia. Trabalhadores, empresários, locadores, distribuidores, todos têm que sobreviver, desde o pequeno ao maior, inclusive a radiodifusão comunitária, que tem no Brasil um excelente serviço e que vem demonstrando seu papel nas comunidades. Falo das verdadeiras rádios comunitárias, que são tão importantes quanto, por exemplo, a Rede Globo e a Rede Bandeirantes. O papel da rádio comunitária, que é um dos elos da comunicação social no Brasil, precisa ser desmistificado e, em alguns momentos, essa rádio precisa ser tratada de outra maneira.

A expressão, Dr. Saad, desculpe, pirata às vezes choca e pode ser até confundida como algo relativo ao crime, ao bandido. Foi até citado que algumas dessas rádios estão nas mãos do tráfico. Isso é delicado. É muito sério.

A pergunta, Sr. Evandro, aborda esse aspecto. Acabamos de assistir há poucos meses, dois anos talvez, ao que o Sr. Noilton Nunes, cineasta, denominou “A Batalha da Ancinav”, e foi uma batalha realmente. Alguns setores e algumas personalidades formadoras de opinião trataram essa questão proposta pelo Governo de realmente discutir algo profundamente delicado que é a radiodifusão, a televisão brasileira, de uma forma que nos impressionou. O Governo recuou, não teve alternativa.

Sr. Evandro, vamos entrar novamente em um processo muito delicado que é a discussão de uma lei que atenda o que está faltando, que cubra as sombras. Como será a postura do setor nesse momento? Será a mesma com relação à Ancinav, ou seja, o setor alegará cerceamento de liberdade, perseguição da liberdade de expressão, trotskismo, leninismo, inclusive deixando mal, muito mal, uma pessoa, um cidadão como o Ministro Gilberto Gil, uma pessoa que merece de nós um profundo respeito? S. Ex^a sofreu diversas acusações. Como vai se comportar o setor nesse momento em que novamente vai ser discutida regulação, critérios e regras? Qual será a postura da radiodifusão nesse momento?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Sr. Evandro Guimarães.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – O setor de radiodifusão naturalmente é um setor grande e não posso responder por ele como um todo, até porque o contraditório, a democracia é uma de suas necessidades. Posso falar um pouco pelos meus companheiros da Abert e pela empresa que trabalho.

Preferiria, conselheiro Geraldo, não falar especificamente em Ancinav. Tive acesso, se não me engano, até nesse Conselho, ao projeto original da Ancinav e a modificações posteriores. Sinceramente, foi um absoluto engano. Aquilo não se tratava do que pretendia o atual Governo, tanto que esse assunto sequer chegou ao Congresso. Foi examinado apenas pelo Executivo. Em um país, como o Brasil, que tem a liberdade de expressão como uma das características essenciais da Constituição, todos os modelos com relação a conteúdos, a diversidade de informação, como falou o Sr. Saad, deveriam se voltar, deverão se voltar ao fomento e não para o controle. Infelizmente, o projeto escrito vazou. Aliás todos sabem que sequer houve um projeto oficial. O projeto enfatizava o controle do conteúdo, e isso realmente foi muito mal recebido pela comunidade e pela cadeia toda. As maiores reações não foram dos empresários de comunicação, mas sim dos autores, dos jornalistas, dos empreendedores. Prefiro não falar da Ancinav. Apenas digo que a Ancinav foi um projeto desenvolvido que sequer foi encaminhado

ao Congresso e que, em sendo aqui discutido, tenho certeza de que seria inteiramente reformado, porque, somos um país democrático.

O Presidente Lula acaba de falar, na semana passada, no Congresso da Associação Nacional de Jornais, do grande apego que tem à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa. Falou também da importância da Declaração de Chapultepec, que teve a adesão de toda a América Latina. Duvido que o atual Governo defendesse ênfase no controle em vez de ênfase no fomento.

Produzimos, em português, para tentar atrair e cativar o povo brasileiro, somos cercados por povos amigos, que falam em espanhol, e estamos inteiramente na mira mercadológica do nosso grande irmão americano, que produz e fala inglês. Se pensarmos bem, embora sejamos suficientemente grandes e, graças a Deus, uma federação consolidada, somos sozinhos na América do Sul ou nas Américas. Apenas nós falamos português nas Américas. Só nós, na América do Sul, temos essa diversidade. Os outros países são menores. Estamos meio sozinhos nesse ponto. Precisamos de fomento, do aumento da produção de obras brasileiras destinadas aos brasileiros e de que essas obras, com qualidade, sejam exportadas para países onde serão legendadas ou dubladas.

Estamos frente a um grande negócio, que, no fim, é o ponto mais importante nesse mundo globalizado: a preservação da identidade de cada país, de cada nação. A Ancinav acho que foi um exemplo, foi um mal entendido, foi uma condução inadequada. Em nenhum momento o Ministro Gilberto Gil, posso dizer porque falei com S. Ex^a sobre isso, sentiu-se atacado. S. Ex^a aceita o embate democrático. O projeto tinha tanta ênfase no controle que o próprio Executivo dele desistiu.

Com relação a nossa posição, à posição da empresa onde trabalho, à posição da entidade em que estou, quanto a uma proposta de atualização da legislação que vise principalmente a valorização da atividade empresarial, a proteção da empresa nacional, a valorização da produção e do desenvolvimento da empresa no Brasil, enfim, que tenha sintonia com essa visão de que é politicamente correto defender e desenvolver o setor de comunicação social de cada país, cada país deve ter esse esforço voltado para a sua própria população, seremos inteiramente cooperativos. O problema é que nos últimos anos não houve nenhum projeto de atualização que fosse nesse sentido. Não foi encaminhando no governo Fernando Henrique por que razão?

Vamos recapitular muito francamente. No último governo Fernando Henrique, a partir de 1998, operou-

se a privatização da infra-estrutura das telecomunicações no Brasil.

Quero, aliás, dizer para os senhores que, em todo o mundo, as telecomunicações também são consideradas estratégicas. O Sr. Saad citou a dificuldade de se comprar uma rádio ou uma televisão nos Estados Unidos. Não é possível comprar nem mesmo uma pequena companhia telefônica. O capital estrangeiro e a participação de estrangeiros em telecomunicações são limitados em 20% (vinte por cento), e a gestão deve se submeter a audiências individuais no FCC.

O Brasil, que não tinha recursos e tecnologia para gerir o setor da infra-estrutura das telecomunicações, resolveu privatizar o corpo. Houve um certo cuidado da parte do Ministro Sérgio Motta de não entregar simultaneamente a alma, ou seja, já vendemos o corpo, temos agora que nos preocupar em salvar a alma, porque, se vendermos os dois lados, as duas metades da laranja, provavelmente enfrentaremos um problema muito grave para a identidade brasileira. O corpo já foi vendido, e demonstrei algumas características das indústrias: capital intensivo, filosofia de base, poder tecnológico, participantes de acordos internacionais, empresas extremamente vinculadas. Não tivemos nenhum projeto encaminhado ao Congresso que contemplasse a diversidade aqui envolvida. Se esse projeto for encaminhado – entendemos que a Câmara e o Senado são os campos onde isso se dará –, seremos atentos e cooperativos.

A Ancinav não é exemplo, primeiro, porque o projeto sequer chegou a ser enviado; segundo, porque o setor se comportaria novamente da mesma maneira se viesse um projeto de uma agência reguladora do audiovisual que priorizasse, enfocasse o controle, a gestão, a administração, e não o fomento em uma produção democrática.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Vou fazer um apelo aos Conselheiros e também a própria Mesa para que as perguntas e respostas sejam sucintas a fim de que todos participem do debate.

Com a palavra o conselheiro Eurípedes Corrêa Conceição.

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Bom dia, Sr. Presidente e Srs. Conselheiros.

Antes da minha pergunta, Sr. Presidente, gostaria de tecer alguns comentários. Serei sucinto.

Quem produz conteúdo são trabalhadores com formação superior em Comunicação Social, radialistas e jornalistas, funções regulamentadas. Durante os debates sobre o marco regulatório, o próprio Conselheiro Paulo Tonet citou a questão dos problemas trabalhistas, problemas de registro profissional das duas categorias, pois os trabalhadores em telecomunicação

não necessitam dessa prerrogativa. Lembro ainda que a PEC nº 50 dispõe que, mesmo que se tenha 100% (cem por cento) de capital estrangeiro, 100% (cem por cento) da mão-de-obra deve ser brasileira, visto que a produção tem que ser nacional.

Como o setor de radiodifusão tem visto a questão dos trabalhadores, já que o setor de telecomunicação não tem colocado claro essa questão ou não tem preocupação com a garantia dos trabalhadores? Gostaria que o nosso companheiro, que anteriormente já colocou a preocupação da manutenção do emprego no Brasil, respondesse minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Dr. Evandro Guimarães.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – A PEC nº 50 é a do ex-Senador Maguito Vilela?

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Sim.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – O texto precisa de alguns ajustes, mas do nosso lado apoiamos inteiramente. O sentido dessa PEC me parece muito uma proposta de corpo e alma e está muito vinculada ao que já foi dito pelo senhor.

A produção, o empacotamento, a seleção da programação, a dublagem, a produção comercial, preocupam-nos, aos radialistas, aos trabalhadores brasileiros, frequentemente que um comercial emitido de Miami, de Denver ou de algum lugar da América do Sul chegue aqui, inclusive pela TV paga, e cubra com o sinal um comercial nacional. Estou falando de comercial porque essa é uma indústria que emprega dezenas de milhares de trabalhadores especializados e que também fazem cinema, televisão, áudio, *show*, música, ou seja, estamos falando de uma comunidade de trabalhadores da indústria cultural. Preocupa-me muito que um comercial produzido no exterior, autorizado no exterior – e autorizado significa que o dinheiro fica no exterior – e gerado no exterior, preocupa-me muito que esse comercial chegue ao mercado brasileiro, e, frequentemente, o comercial é: “*Usted deve gostar de Toyota*” ou “*Toyota is the best*”, e que, no decorrer desse comercial, aquilo que mais demanda publicidade, que é a divulgação da marca, já foi feito e, com isso, toda essa cadeia brasileira que produz comerciais de televisão, produz programas de televisão, produz programas educativos, produz inclusive programas no horário gratuito eleitoral já estaria comprometida, ou seja, não há uma fronteira. É um verdadeiro contrabando eletrônico *on line*, *real time*. Em tempo real, haverá um contrabando. Estou dando esse exemplo, mas poderia dar muitos outros.

É claro que o objetivo quando se diz fomentar a produção cultural no Brasil é gerar empregos. Há

pouco tempo li, em um artigo, que a indústria MEC, Media, Entertainment and Communications, produz 50% mais de empregos nos países modernos do que as indústrias de petróleo e de transportes, juntas. Não há nada que possa render mais emprego de qualidade do que desenvolver uma proteção para as atividades no mercado interno brasileiro.

Saúdo sua pergunta afirmando que esse deve ser um foco importante. Quando falei sobre a existência de milhares de propriedades, milhares de operações, e sobre a competição na oferta de conteúdos, também estava falando que a temática e a mão-de-obra brasileiras também devem estar presentes nessa reformulação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Quero assinalar, com muito prazer, a presença entre nós do Senador Romeu Tuma, que tem sido e se manifestado um grande amigo do nosso Conselho de Comunicação Social.

Muito obrigado a V. Ex^a e, por favor, transmita aos demais Senadores a sua impressão de que estamos trabalhando aqui duro para cumprir a nossa missão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Este Conselho é muito importante. Estamos em um momento difícil, em um momento em que está sendo decidido o sistema a ser implantado nas televisões, nas rádios e na telefonia. Há muita confusão, Sr. Presidente, sobre esse tema. V. S^a, o Sr. Saad e os outros sabem a admiração que tenho por cada um dos senhores. Tenho certeza de que, somando os esforços de todos os senhores, teremos um grande Conselho. É uma satisfação ver os amigos que trabalham neste Conselho, que objetiva o melhor para o Brasil. O Brasil tem uma posição hoje de decisão e precisa que esse Conselho tenha uma participação ativa. As decisões não devem ficar apenas nas mãos do Ministro. O Conselho deve ter influência bastante forte, porque tem uma visão de toda a área de comunicação. “Quem não se comunica se trumbica”, essa expressão é válida a qualquer tempo.

Cumprimento V. Sr^{as} e sinto não ter acompanhado mais de perto todo o desenrolar deste Conselho, mas espero o envio das notas taquigráficas a todos os Srs. Senadores, é uma requisição que faço, para que S. Ex^{as} acompanhem de perto a evolução dos trabalhos do Conselho de Comunicação Social.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar, em nome do Senado, penso ser o Senador mais antigo na Casa, pelo tempo, já me considero um decano, não sei se já o terceiro ou o quarto. Mas acho que nós, os mais velhos, temos bastante experiência e sabemos o que é bom para o País. Mesmo que não entendamos do assunto, temos ouvir aqueles que realmente, durante toda a vida, se dedicaram a uma atividade

tão importante, que é a comunicação. Hoje temos um pouco de angústia, porque há interesses de controlar a comunicação, criar-lhe restrições. Não estou criticando ninguém. É só uma preocupação de fatos que vão chegando ao conhecimento da gente e algumas pessoas acham que intervir nos meios de comunicação vai resolver alguma coisa. Vai minimizar esse poder investigativo que a imprensa tem hoje,

Há uma coisa importante, Professor Niskier, eu fui polícia muitos anos. Normalmente, aqueles que praticam algum tipo de fraude, tenho o conhecimento de alguma atividade ilícita, fico com medo de contar para a polícia. Para o jornalista eu conto. É por isso que hoje tem um valor imenso a imprensa investigativa. Há exageros? Há. Eu acho que a gente tem que conviver com ele e reagir individualmente dentro da lei. Agora, ela tem ajudado enormemente, principalmente as CPIs, pelas publicações que vão fazendo, quando então, a pessoa não tendo mais perspectiva de depor, procura um jornalista para contar-lhe algum fato, com receio de falar em público ou com alguma autoridade constituída.

Agradeço pela oportunidade em estar presente a esta reunião, especialmente, para dar um abraço em todos os senhores. Se não fizer, certamente, ficarei com remorso. Vou me sentir mal. Eu me sinto muito alegre por vê-los todos juntos e trabalhando em prol de uma causa tão correta e tão justa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Esteja V. Ex^a certo de que hoje é um dia dos melhores que nós temos vivido, não só pela visita, tão simpática, é o primeiro Senador que faz isso, como também, pelo tipo de discussão que se estabelece hoje aqui, que começou com a ideia do Marco Regulatório, mas que tem uma expressão mais alta, no que se falou aqui muito por todos os oradores, que se chama identidade nacional. Há uma preocupação comum, que é do Plenário, é dos debatedores também, com a identidade nacional. É esse o aspecto que eu gostaria que V. Ex^a levasse aos demais colegas do Senado, com a nossa simpatia, a nossa solidariedade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu pediria a V. Ex^a, que já me ajudou a fazer um belo discurso a educação, que fizesse uma minuta sobre o que está sendo discutido, para eu levar para ao plenário e usar a tribuna para esclarecer, não só os Senadores, mas toda a sociedade brasileira, que tem hoje visto com intensidade a TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Desafio aceito.

Vamos fazer um brevíssimo intervalo para que possamos nos despedir do Senador Tuma.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Voltamos então ao nosso debate.

Com a palavra o Conselheiro Celso Augusto Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Vou tentar pontuar as falas de nossos palestrantes e fazer uma pergunta já ao Dr. Johnnie Saad.

O que eu estou tentando depreender, e é importante que a gente comece a alinhar a posição do Conselho a respeito do tema, que é o Marco Regulatório, que as falas, com exceção do Tonet, que se mostrou disposto a ouvir, coletar, enfim, a opinião deste Conselho, para depois fazer o seu relatório, as falas, tanto do nosso Conselheiro Roberto Wagner como do Dr. Evandro Guimarães, apontam para um determinado tipo de preocupação pertinente, que eu quero ressaltar, que é a relação estabelecida a partir do meu ponto de vista equivocada a escolha do padrão digital brasileiro, aonde nesse debate do padrão dizíamos que ficaríamos a descoberto do ponto de vista legal, na medida em que não havia possibilidade de fazer essas escolhas dado o Marco Regulatório existente. Infelizmente, isso foi feito. E de alguma maneira, não apontou para os caminhos, enfim, que nós achávamos que essa tecnológica poderia fazer, na medida de democratizar e reorganizar, de alguma maneira, esse sistema brasileiro.

As falas do Conselheiro Wagner e do Dr. Evandro Guimarães apontam para uma preocupação, que é uma preocupação relevante, que é como relacionar agora a Comunicação Social e Rádio Difusão com as telecomunicações a partir dessa convergência. Nós dizíamos que essa convergência acontecerá, acontecerá de qualquer maneira, e, portanto, o debate da convergência, o debate do Marco Legal, era um debate que deveria anteceder à escolha. A escolha foi feita a partir de uma posição defendida pelos radiodifusores, que era de manter o negócio da radiodifusão a partir dessa tecnologia. Pelo menos por 10 anos, essa era a posição da radiodifusão que foi acolhida, de alguma maneira, pelo Governo. Nós achávamos que essa era uma posição limitadora, na medida em que a tecnologia apontava para as mudanças e para a convergência que viria, independente do Marco ou de nossas vontades. Bem, agora nós estamos, a partir do Marco, tentar defender, e essa é a posição que eu quero ressaltar, a definição de Comunicação Social e de Radiodifusão.

Do meu ponto de vista, modifica sim. Ela modifica. A convergência modifica concretamente, fisicamente, o que nós conhecíamos como Comunicação Social e como Radiodifusão. O que não modifica, e aí eu concordo com Evandro Guimarães, com Dr. Saad, é o conceito de Comunicação de Comunicação Social e Radiodifusão, que nós deveríamos manter. E deveremos manter na lei, conceitualmente, garantir isso, porque eu acho que é o elemento humanizador do sistema.

O problema é que as falas, e eu tenho uma preocupação, que este Conselho não tome uma posição com essa característica, começam a fazer, conduzir um Marco Regulatório no sentido de defender a radiodifusão das telecomunicações. E se for feito isso, eu acho que de novo estaríamos cometendo um equívoco, Presidente. Eu acho que temos que pensar, como a fala aponta, vou encaminhar sim, no sentido de garantir que a convergência aconteça, preservando os conceitos de Comunicação Social e Radiodifusão, mas entendendo que sim, há uma mudança tecnológica que tem pertinentes e é fundamental.

Eu só queria, não queria deixar passar batido, que a questão... não vou entrar no debate da Constituinte, como é que foi, o embate da Deputada Cristina Tavares conseguir votar esses exíguos artigos da Constituição, que não foram regulamentados. Nenhum desses artigos ainda foi regulamentado. Não está ainda definido no Brasil o que é monopólio, o que não é monopólio. Estamos numa ausência regulatória muito sentida, mas que pode ser resolvida agora. Então, a pergunta que quero fazer ao Dr. Saad é a seguinte:

Dr. Saad, a sua fala aponta para outro tipo de preocupação que é, ao lado dessa preocupação, que é pertinente, e que está contida nas falas dos Conselheiros e convidado anterior, que é, como preservar o conceito de Comunicação Social e Radiodifusão frente a essa tecnologia que virá, quer queremos ou não. Mas, parece-me que transparece, eu quero que isso o senhor reafirme, que está contida em sua fala uma idéia que não é só a relação entre radiodifusão e telecomunicações que nos preocupa, mas uma situação anterior, que construiu no País uma verticalização, que do meu ponto de vista é absolutamente insustentável, aliás definida e já identificada neste Conselho, uma verticalização de propriedade, que não reproduz, por exemplo, a vontade e a visão dos norte-americanos que têm uma forma de regular, que impediram isso. Se isso está contido na sua fala, e se o movimento que o segmento que o senhor representa estaria disposto a fazer esse debate, quando então faríamos a reforma e o Marco Regulatório na sua profundidade, ou seja, entraríamos tanto com a relação da Comunicação Social e das Telecomunicações como a possibilidade de

finalmente incidirmos de uma maneira cidadã sobre o processo de comunicação no Brasil, que tem citado em vários compêndios uma estrutura verticalizada, e no meu ponto de vista, com grau de oligopólio, inclusive, inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado, Conselheiro Celso Schröder.

Com a palavra o nosso Conselheiro *ad hoc* Johnnie Saad.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Sr. Presidente, Dr. Celso, a minha fala está realmente provocando e sinalizando nesse sentido de que a gente não se restringe só a isso. Estou me dispondo a abrir essa discussão. Mas eu queria fazer algumas ressalvas.

Primeiro, a sua preocupação de continuar a discussão enquanto o setor está analógico, ainda continua, não dava mais. Nós estávamos praticamente indo parar num Zoológico para sermos fotografados como seres analógicos. Não dá para você continuar com isso, e sendo que as outras indústrias migraram para o digital sem nenhuma discussão. Eu não me lembro de ter visto uma discussão sobre o telefone celular migrar para o digital. Estou com isso na memória. Estou com isso na memória. Não me lembro da sua preocupação em relação a isso. Então, o nosso setor tinha também que migrar, porque essa é uma tecnologia que cai. As fábricas não estão mais fabricando peças analógicas. Se o senhor quiser comprar hoje um monitor profissional analógico, não existe. Elas fecharam as fábricas. Então o setor não tinha mais o que fazer. Eu acho que essa migração era fundamental.

A discussão do Marco Regulatório tem que ser feita. Mas é preciso que se tenha cuidado ao se discutir isso, e não colocar nele ingredientes de censura ou de intervenção do Estado. Essa é uma preocupação que eu tenho. E acredito que quem preza a democracia também tem. Precisamos tomar cuidado para que não ocorra isso. Porque a tentação sempre é de pôr a mão e aí fica bom, fica só elogiando, fica um negócio agradabilíssimo. Mas é agradabilíssimo no instante 1, no instante 2, a gente não enxerga mais, e no instante 3 a gente já está sendo manipulado. Acho que esse é um cuidado que temos que ter nessa discussão do Marco Regulatório. Talvez esse tenha sido o veneno desses projetos que tenham surgido, até desse último que já está aparecendo aí, rascunhos dele. Ele já tem um vírus que a gente poderia tirá-lo e discutir o setor, mas tirando o vírus. Vamos tirar o vírus da censura, da intervenção e vamos discutir o setor. Nada contra discutir o setor, acho até saudável.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado, Dr. Johnnie Saad.

A Conselheira Berenice Mendes Bezerra, com a palavra.

A SRA. BERENICE MENDES BEZERRA – Ao tempo em que parabeno os colegas Tonet e Roberto Wagner pela iniciativa em promover essa audiência pública e agradeço à disposição dos profissionais da Radiodifusão que vêm aqui ceder seu tempo e seu conhecimento para instrumentalizar o nosso debate, enriquecê-lo. Eu gostaria de dizer, parece que tem uma questão, a gente tende a pensar e a se entusiasmar muito mais com o debate da Radiodifusão. Por tudo isso, porque ela está aí, porque ela é para todo mundo, porque a gente quer interferir. Eu, como artista, representante dos artistas, produtora independente, queremos os nossos filmes sendo exibidos pela TV aberta, pela TV fechada, pelas salas de cinema, enfim... E a telecomunicação, pelas suas próprias características de serviço prestado, é aquela coisa mais distante e tal. Mas, essa situação, efetivamente, mudou. E a gente tem que ter essa preocupação. Eu estive em um evento em São Paulo, há pouco tempo, promovido pelas empresas de telecomunicações, no qual se discutia o início das operações, do **Tripplay**, serviço já de banda larga, *Internet*, Tv e telefonia, e voz, enfim, os novos serviços possíveis a partir da convergência digital, quando me ficou clara a vontade, determinação dessas empresas entrarem e passarem a executar serviços que até agora eram exercidos ou prestados unicamente pelos radiodifusores.

Eu me recorde que um executivo das teles, palestrante na oportunidade, chegou a dizer uma frase que muito me marcou, e eu a reproduzo agora. Ele dizia na ocasião que a expressividade econômica do setor de radiodifusão brasileiro não justificava o poder político institucional que o mesmo tem. E que, nesse sentido, as alterações regulatórias teriam que ser feitas para que os serviços, que estavam no alcance deles realizarem, funcionassem dentro de um marco legal, inexistente ainda. Até porque, o contrário também se daria, ou seja, a radiodifusão também poderia passar a prestar serviços que até então eram próprios das telecomunicações, como transmissão de dados, alguns deles previstos no próprio decreto que cria o Sistema Brasileiro de TV Digital, na interatividade e tal. Apesar de o modelo escolhido pela TV brasileira ser aquele que permite o menor ambiente interativo, o mais baixo ambiente interativo. Não quero trazer tanto para o lado tecnológico, mas, enfim, com certeza, a radiodifusão poderá também operar serviços que até eram próprios, estritos da telecomunicação. Essa confusão acaba acontecendo, já vinha acontecendo, um jornal que é transmitido na Rede Globo ou na Bandeirantes, como radiodifusão, às 9 horas da noite, suas horas depois, ao

passar na **Band News** ou na **Globo News**, ele é telecomunicações? Não. Ele continua sendo comunicação social. Mas é tratado como telecomunicações.

Por outro lado, para fechar, parece que é muito claro que a convergência tecnológica tende à concentração. Que esses grandes conglomerados transnacionais vão buscar, para manter suas margens, o domínio de toda a cadeia produtiva do conteúdo exibição, e também no sentido da horizontalização, para manter, para expandir sua base de usuários, para ampliar, enfim, uma série de coisas que a gente sabe. É um jogo, para usar uma expressão que o Dr. Saad usou, que não tem nada de ingênuo, não apenas para os aspectos econômicos imensos, mas, sobretudo, pelas determinações políticas, sociais e culturais que exercem sobre as sociedades.

Eu não sei se é o caso de uma lei geral, e essa é a minha questão. É o caso de uma lei geral de comunicação social eletrônica, ou comunicação social de massa? Ou então, devemos abrir o processo regulatório que vá trabalhando essas questões? Eu não sei. Eu gostaria que os senhores falassem sobre isso, que coloquem suas opiniões. Estamos aqui para definir isso. O que é preciso, uma lei geral ou um processo regulatório?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra, primeiro, o Dr. Evandro Guimarães, e, em seguida, o Dr. Johnnie Saad. Olhem a hora! Estamos chegando perto do nosso limite e ainda temos que ouvir, por último, o Conselheiro Paulo Tonet.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Eu não sei responder se é uma lei geral, se é uma lei geral de Comunicação Social. Mas, acho que, com certeza, é muito importante que esse Plenário, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, possa incentivar que a questão da emenda à Constituição, que parte do pressuposto de que os meios de telecomunicações já são privatizados e disponíveis inclusive para propriedade estrangeira sejam claramente, o que nós chamamos de corpo. E diferenciar mérito que uma emenda à Constituição pode fazer, que a alma continue reservada para brasileiros. Só posso dizer que esse é um norte importante. A emenda à Constituição é urgente. Se uma lei geral de Comunicação Social vai abordar todos os sistemas, ou se vai abordar primeiro a Comunicação Social, a Radiodifusão, se vai haver uma lei geral, quer dizer, na legislação de Tv a cabo nós, radiodifusores, perceberemos que bastante heterogênea. Há uma lei no cabo, não há legislação para MDS e DTH. São coisas muito parecidas no seu funcionamento e que são tratadas de maneiras diversas do ponto de vista legal. Eu não sei responder. Mas eu acho que não podemos perder

de vista que uma emenda à Constituição que deixe claro que vamos salvar a alma, é muito importante para os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Dr. Saad.

O SR. JOHNNY SAAD – A gente só não pode é ficar com uma alma só. Mas é curiosa a frase do que você ficou impressionada com aquela fala. No fundo, a tradução dela é o seguinte: Eu tenho um talão de cheques bem grande, porque que eu não mando tanto. Mas, no país dele, pode apostar que é diferente. Cuidado com essa convergência, como a gente disse aqui, ela é eletronicamente possível, óbvio que ela é. Isso tudo, nós todos ficaremos muito parecidos, porque passará a ser tudo binário. É tudo zero e 1. Por sermos binário, estaremos todos parecidos. Mas isso não tira o fato da gente ter que discutir e reanalisar o setor. Não muda o fato de a gente ter que discutir isso. Assim como o Evandro, eu não sei se é uma lei geral que queira discutir tudo, ou se a gente começa preenchendo os buracos que estão escuros. Tem vários buracos que estão escuros que estão escuros e que sequer têm legislação e que estão acontecendo. E dentro deles você já tem distorção. Você tem na área de telefonia hoje um problema grave, uma operadora vendendo 3 serviços, e as outras vendendo 2 serviços. Então já se tem aí uma guerra declarada. Adianta a gente fingir que não está vendo isso? Não adianta. Vai acontecer? Vai. Não é melhor a gente discutir, regulamentar, traçar a regra de jogo? É. Senão vira o quê? Vira só o poder do talão de cheque. E se virar só o poder do talão de cheque, para quem não está afeito a essa indústria, o fluxo de caixa de uma televisão aberta versus o fluxo de caixa de uma televisão paga, ele tem alguns zeros a menos. E quando você compara a Tv paga com a telefonia, ele tem muitos zeros a menos. Se você olhar no talão de cheque, essa indústria aqui é a indústria mais frágil. Porque ela é uma indústria de uma receita só. Ela é uma indústria que vive só da publicidade. Então, a gente precisa ter noção desse equilíbrio econômico para saber, se for só na força do talão de cheque, aonde que vai terminar. E não cair na tentação de que para defender de tudo isso a gente tudo na mão de um só. Porque quando a gente fala da alma e não quer olhar a distribuição, existe o problema da distribuição. Se a senhora quiser assistir “O banho de Nils”, em Porto Alegre, a senhora não consegue assistir, porque a operadora de lá, que é controlada por um grupo, não deixa distribuir esse canal, porque não quer concorrência. Então, esse é um cuidado que precisa ter.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado, Dr. Saad.

Para concluir, o nosso Conselheiro Paulo Tonet Camargo fará uso da palavra já após o tempo regulamentar. Mas eu acho que o debate tem sido tão rico que vale a pena perdemos 5 minutos do nosso almoço.

Com a palavra Paulo Tonet.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, nossos convidados, quero dizer a vocês que depois das manifestações do Evandro, do Johnnie, dos colegas Conselheiros que se manifestaram, do Geraldo, do Eurípedes, do Schröder e da Berenice, eu só tenho noção da maior responsabilidade, da profundidade que significa esse trabalho. Pode parecer que a resposta é simples, definir o que é Comunicação Social.

Quando o Evandro colocou a linha divisória entre Comunicação Social e Telecomunicações, quer dizer, tem alguns pontos que precisamos aprofundar. E tem um deles que nós nem tratamos hoje aqui e, talvez, seja o de mais difícil exame, que é o fenômeno da *Internet*. A *Internet* – assim como a Radiodifusão – Evandro, empacota conteúdo e utiliza a rede de telecomunicações para distribuir esse conteúdo. Como classificar isso, considerando que a *Internet* hoje tem uma capacidade enorme de difusão. Vamos definir que *Internet* é telecomunicações simplesmente porque o serviço é pago ou não é pago? Nós estamos diante de uma grande discussão no que diz respeito à mídia impressa, de alguns sites buscadores, que hoje clipam de todos os jornais brasileiros matéria e se transformaram em sites jornalísticos. Existe direito de autor de jornalistas, de empresas jornalísticas. E, entretanto, nós ficamos atropelados por uma questão tecnológica.

Eu acho, meus caros, o encaminhamento do estudo deve ser na resposta, na definição do que é Comunicação Social ou, melhor dizendo, da tentativa de definição do que é Comunicação Social. Porque é isso que vamos fazer. Ela tem que respeitar 3 aspectos, 3 vertentes fundamentais. Uma, de natureza técnica. Temos fazer uma análise técnica das realidades. Um segundo, de natureza jurídica. E um terceiro, de natureza política. E nesse, de natureza política, é que vamos interpretar a norma constitucional, a vontade do Constituinte, a questão dos trabalhadores, como colocou o Conselheiro Eurípedes, a questão da produção nacional, como foi tão bem colocada aqui, a questão da produção independente. Enfim, todas as questões politicamente relevantes. Agora, temos que fazer com uma interpretação sistêmica, Presidente. Quando o Constituinte colocou todos esses temas relativos à Comunicação Social citando televisão, rádio, jornal, porque é o que existia na época. E, na verdade, o Constituinte queria essa reserva a um bem público que é o espectro eletromagnético ou ao conteúdo? Se

fosse o espectro eletromagnético, a mesma regulação estaria na norma referente às telecomunicações. Porque o objeto da proteção seria o espectro. É claro que não é, ou, pelos menos, passou a não ser. Porque hoje a regulação de obtenção de espectro pela telecomunicação e pela radiodifusão é diferente. Nós estamos efetivamente tratando aqui, nessa definição, de conteúdo, de capacidade de desenvolvimento de conteúdo. Como disse o Evandro, de um para “n” ou de 1 para 1, eu não sei Evandro, eu tenho dúvidas, quero confessar aqui se nós não estaríamos diante da definição de telecomunicação também em alguns casos especiais de 1 para 1, de 1 para 3, para 4, para 5 ou para uma determinada coletividade. Então, o trabalho não é simples, não é fácil. Eu quero ter a possibilidade, se assim me franquearam os nossos palestrantes, o Johnnie e o Evandro, de eu recorrer a eles e às suas opiniões antes de terminar o relatório. Porque a experiência deles é muito importante e pode nos auxiliar nesses estudos, que vamos previamente, com a devida antecedência, passar a todos os Conselheiros para gerar o nosso debate interno.

E, finalmente, o consenso, espero, deste Conselho de Comunicação Social.

Recolho, Sr. Presidente, ainda maiores inquietações e maiores preocupações na produção desse desafio, desse trabalho. Mas eu acho que a posição do Conselheiro Roberto Wagner foi muito feliz. A raiz de tudo está nessa definição. Quando chegarmos à clara definição do que significa Comunicação Social, todo o resto da regulação, Berenice, Schröder, é decorrência. Eu acho que aí as coisas começam a se simplificar. Porque hoje, nós não temos clareza para esta definição. Nós não temos clareza para esta definição.

Então, eu peço mais uma vez a oportunidade para voltar ao Johnnie, ao Evandro, para nós aumentarmos, enfim, aprofundarmos essa conversa. Infelizmente, o tempo é exíguo, e o Presidente já me molha com o seu olhar repressor, e com razão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito bem. Eu agradeço muitíssimo a presença aqui, à mesa, do Conselheiro Monteiro de Barros, que é o nosso Vice-Presidente, do querido amigo, Johnnie Saad, Presidente das Organizações Bandeirantes, do meu colega e amigo de tantos anos, Roberto Wagner, que desencadeou isso tudo, Dr. Evandro Guimarães que é hoje é o representante aqui da ABERT, embora seja há tantos anos Diretor das Organizações Globo, do meu amigo Paulo Tonet Camargo, dos Conselheiros que se manifestaram.

Antes de declarar a reunião suspensa, eu gostaria apenas de assinalar que se encontra conosco a D^a

Maria do Bonsucesso Cavalcanti, que tem um trabalho bastante expressivo contra a legalização das drogas. Vamos distribuir esse trabalho para todos os Conselheiros, é a nossa promessa.

Está suspensa a reunião.

(Levanta-se a reunião da manhã.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Meus amigos, são 14h30. Com muito prazer, declaro reiniciada a nossa reunião.

Gostaria de chamar à Mesa os dois conferencistas da tarde, do Item 2 da pauta: o Dr. Gustavo Gindre e o Dr. Luiz Alberto Santos.

O primeiro a se pronunciar será o Dr. Gustavo Gindre, que é Jornalista, formado pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Comunicação e Cultura pela Eco, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenador-Geral do Instituto Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura – Indecs e Membro da Coordenação do Coletivo Intervozes.

Eleito para o Comitê Gestor da Internet, foi integrante do Comitê Consultivo do Sistema Brasileiro de TV Digital – SBTVD.

Autor do livro “Comunicações nas Sociedades de Crise”.

O amigo dispõe de vinte minutos iniciais, que poderá usar conforme o seu roteiro.

Com a palavra, Dr. Gustavo Gindre.

O SR. GUSTAVO GINDRE – Boa tarde a todos. Agradeço o importante convite para comparecer ao Conselho de Comunicação Social, que é um órgão pelo qual nós tanto batalhamos para existir, depois de vários anos esperando a sua criação. Enfim este Conselho funciona, promovendo um debate como este, que é relevante tanto para o futuro das comunicações no Brasil quanto para o futuro do próprio País, na medida em que a comunicação hoje exerce um poder fundamental na sociedade contemporânea.

Preparei um roteiro, mas, antes de começar a falar a respeito do marco regulatório e da Lei Geral, eu queria limpar o terreno em relação a alguns mitos que o povoam.

Primeiro, o mito de que regular conteúdo significa necessariamente censurar. Eu citaria, por exemplo, o caso daquela famosa ditadura sueca onde a publicidade infantil é proibida ou o daquele outro país totalitário, a França, onde os radiodifusores são taxados para custear parte da produção independente ou daquele outro país de origem castrista, o Canadá, onde a produção independente tem uma cota altíssima na televisão.

São formas de regulação de conteúdo que esses países encontraram, as quais, no meu modo de ver, nada têm de censura. Portanto, regular o conteúdo não choca esses países.

A Espanha, por exemplo, tem um índice de produção regional, inclusive em língua local, porque eles têm o problema do catalão, do basco, desses outros idiomas. A Alemanha trata muito bem disso, e vocês sabem que a Alemanha tem um passado muito mais traumático em relação à censura do que o Brasil, por exemplo.

Então, é preciso, em primeiro lugar, limpar o terreno em relação a esse debate de que regular conteúdo significa censura prévia.

A censura, muitas vezes, acontece nos meios de comunicação, na medida em que existe o oligopólio privado desses meios. Nós vivemos, na realidade, um oligopólio privado. Basta ver a concentração da verba publicitária no Brasil. Basta perceber, por exemplo, que a maior emissora de televisão deste País não tem um único programa de debate. Nem aquelas chatíssimas – eu acho – mesas de debate sobre futebol, nas noites de domingo, existem na maior emissora do País. Simplesmente não existe contraditório! Quando a informação chega, já está editada.

Ora, isso pode ser encarado como uma forma de censura, mas não necessariamente a censura exercida pelo Estado.

A segunda questão é a presença do capital estrangeiro, essa defesa que alguns setores da comunicação têm feito do capital estrangeiro. Cito mais uma vez a maior emissora do País, pelo seu peso.

Cabe lembrar que as Organizações Globo, por exemplo, iam concorrer ao edital de privatização das teles associadas à Itália Telecom; abriram o Globo, com associado à Itália Telecom. Tornaram-se minoritárias na transmissão via satélite entregando essa transmissão ao Rupert Murdoch, que é o conhecido “dono dos céus”, porque agora, com a fusão entre **Sky** e **DirectTV**, exerce quase que um monopólio absoluto na transmissão de DTH. Reduziram acionistas minoritários, só que, através de uma empresa chamada GB, continuam, teoricamente, como majoritários. Na prática, são minoritários no controle da rede de cabos da **NET** Serviços, que entregaram para o operador de telecomunicações mexicano, a Telmex.

Portanto, esse discurso relativo ao receio da entrada do capital estrangeiro no Brasil tem que ser relativizado a partir das ações concretas que esses *players* têm feito, e não têm tido nenhum pudor, nos últimos anos, em se associar ao grande capital internacional quando isso lhes interessa.

Então, dito isso, é preciso analisar o cenário do marco regulatório brasileiro para a área das comunicações. E devemos lembrar que a lei que rege a radiodifusão no Brasil é do longínquo ano de 1962, um tempo em que digital era coisa de papiloscopista da

polícia. Era o máximo de digital que existia. A nossa legislação é absolutamente despreparada para o cenário de convergência tecnológica, para a digitalização que está ocorrendo hoje.

Ela é defasada no tempo e conservadora na sua origem. Basta lembrar que se trata do primeiro caso na história republicana brasileira em que uma lei foi feita no Congresso, e o Presidente da República impôs 52 vetos à legislação. Ela voltou ao Congresso Nacional e, pela primeira vez, ele derrubou os 52 vetos do Presidente da República, demonstrando o enorme poder que os radiodifusores exerciam nesta Casa, em 1962, poder esse que não diminuiu; muito pelo contrário, vem se acentuando nos últimos anos.

Então, a regulamentação do Código Brasileiro de Telecomunicações é conservadora na sua origem e defasada no tempo. Só esses dois problemas já demandariam a revisão urgente da legislação da radiodifusão brasileira.

Como se isso não bastasse, ele sofreu drásticas modificações em 1967. Não é preciso lembrar a ninguém o que acontecia no Brasil em 1967, impondo, aí sim, instrumentos de censura dentro do Código Brasileiro de Telecomunicações. Instrumentos esses que se tornaram inconstitucionais a partir da promulgação da Constituição de 1988. Significa dizer, portanto, que boa parte da legislação que está no Código hoje é inconstitucional; não se aplica mais, porque foi imposta pela ditadura militar, com objetivo de impor censura.

Ainda em 1967, no interior da privatização do Sistema Telebrás – e o Professor Murilo César Ramos, da UnB, tem isso bem historiado em alguns textos cujos títulos não me lembro de cabeça –, surge um corpo estranho àquela emenda constitucional que visava quebrar o monopólio estatal das telecomunicações, mas que, de repente, em determinado momento, passou a ter um outro componente que não existia na sua origem: separar drasticamente radiodifusão de telecomunicações. O Brasil provavelmente se tornou o primeiro país do mundo a separar drasticamente radiodifusão de telecomunicações enquanto todos os outros países avançavam para o cenário de uma legislação convergente. Portanto, separou-se aquilo que em 1962 foi previsto no mesmo contexto. E isso ocorreu, obviamente, porque, de um lado, havia uma pressão do capital estrangeiro, no sentido de que só participaria do processo de privatização brasileiro se houvesse um ambiente minimamente estável em termos de regulação. Para tanto, demandava a criação de um órgão regulador. E os radiodifusores queriam escapar a todo custo desse órgão regulador. Por isso, introduziram essa separação, e a Anatel passou a ser, ao contrário, por exemplo, do Ofcom.

A Inglaterra tinha cinco órgãos reguladores, o Reino Unido; extinguiu os cinco e criou o Office Of Communication. Esse é um movimento do mundo inteiro. Os Estados Unidos têm a Federal Communication Commission; a França, também. Todos os países do mundo caminham para órgãos reguladores convergentes. A França, inclusive, num modelo que considero muito simpático, que regula a infra-estrutura, o processo de transmissão, ou seja, a tecnologia, e outro que vai discutir conteúdo. São dois órgãos reguladores diferentes.

Enquanto o mundo inteiro caminha nesse sentido, nós criamos uma Lei Geral de Telecomunicações que não é nem geral nem de telecomunicações, porque ela exclui parte desse processo que ficou desabrigado, sem uma lei geral e sem um órgão regulador, que é o setor de radiodifusão. Há uma demanda, portanto, pela desregulamentação do setor de radiodifusão, que é um dos setores mais desregulamentados da economia nacional, em que pese o fato de ser uma concessão de serviço público operando por um bem finito, que é o espectro eletromagnético.

Apesar dessas duas características fundamentais, ele continua sendo um setor absolutamente desregulamentado. Por exemplo: entre outras questões, a Constituição Federal, no capítulo da comunicação social, até hoje espera a sua regulamentação. Não existe definição para o oligopólio nem para o monopólio, não há definição para a cota de produção regional nem para a produção independente. Está dito no art. 223 que o Brasil tem um sistema público de comunicação, em contraste com o sistema estatal e com o sistema privado. E esse sistema público não está regulamentado.

Enfim, toda a comunicação está esperando para ser regulamentada, e até hoje nada. Essa é um pouco da história que ajuda a complicar ainda mais esse cenário, porque, não bastasse termos uma lei conservadora e defasada no tempo, temos uma lei que foi sendo desvirtuada, desmembrada, extirpada ao longo do tempo e hoje se mostra absolutamente inaplicável. O Código Brasileiro de Telecomunicações é uma falácia tão grande que se provou inaplicável no caso da TV digital. Isso acabou gerando um decreto presidencial que está sendo questionado na Justiça, por existir ao abrigo de uma legislação que não previa nenhum desses fenômenos que estão integrados pela digitalização.

Essa é a breve história – obviamente, muito resumida – sobre a regulamentação da radiodifusão no Brasil. Agora, é preciso analisar – passei muito rapidamente pelo assunto, mas preciso voltar – como isso ocorre em outros países.

Eu diria que não há nenhum paradigma de sucesso, até porque lidamos com uma área que é mutável ao extremo, onde a tecnologia exerce um poder fundamental, que lida com questões muito complexas. Então, eu não me arriscaria a dizer que algum país do mundo resolveu o processo da regulação das comunicações. Mas, efetivamente, nós somos um caso de insucesso, se comparados com outros países do mundo. Basta citar, por exemplo, o caso da digitalização da TV aberta. Nenhum país dito desenvolvido no mundo introduziu a TV digital aberta sem antes promover profundas modificações na sua legislação. Cito o caso da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos, do Japão e de todo o conjunto da União Européia, que mudaram profundamente a sua legislação para suportar esses fenômenos que a digitalização trazia. O Brasil não fez isso, o que hoje nos causa enormes problemas. Por exemplo: o decreto presidencial que criou o Sistema Brasileiro de TV Digital diz que a TV digital no Brasil será interativa. Acontece que o Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, estabelece que a radiodifusão é um serviço a ser recebido. Portanto, é basicamente um serviço unidirecional. Assim, a interatividade citada no decreto não pode ser promovida à luz da atual legislação. A não ser que se chame de interatividade aquilo que algumas TVs via satélite já fazem. Na verdade, não se interage com ninguém; existe um conteúdo no seu *setup box* em que se vê a grade de programação. Trata-se de uma pseudo-interação. A interação de verdade é feita com “dialogicidade”, troca, o que não é possível ser feito à luz da nossa legislação.

Portanto, hoje, se comparados com outros países, nós estamos absolutamente atrasados nesse debate. Nós não temos um órgão regulamentador para encarar as questões ligadas à comunicação, ao contrário de vários outros países do mundo. E estamos à mercê de problemas enormes que virão no futuro.

Como foi mencionado aqui, na parte da manhã, à medida que o protocolo de comunicação – IP ou *Internet Protocol* começa a se tornar um objeto comum a outros meios de comunicação – hoje já existe vídeo por IP, telefonia por IP, a telefonia celular já se prepara para transmitir por IP; o Wimax vai ampliar o uso do IP para outras mídias –, essas outras mídias vão assumir cada vez mais características que até então eram típicas da Internet. E estamos fazendo isso ao arrepio de toda a legislação. Cito como exemplo uma questão que envolve um debate enorme nos Estados Unidos, e aqui no Brasil nem sequer é mencionada, que é o tema da neutralidade das redes.

Hoje, as operadoras de telecomunicações têm como “farejar” – o termo técnico é este – o conteúdo

que trafega pelas suas redes. Elas conseguem identificar se aquele pacote de dados que está passando pela rede é de um telefonema por IP ou de um vídeo que está sendo baixado por *download* ou por e-mail. E elas têm condições de bloquear um conteúdo se isso lhes interessar. Aqui mesmo, no Brasil, há denúncias de operadoras de telecomunicações que estão bloqueando ligações por IP, porque, obviamente, quando o sujeito fala por IP, usando, por exemplo, o Skype, entre outros softwares, está deixando de gerar receita para uma operadora que poderia lucrar com uma ligação tradicional. Elas simplesmente identificam o sujeito que está falando por IP e derrubam a qualidade da rede dessa pessoa, até que aquela ligação se torna insustentável. E isso ocorre por quê? Porque a nossa legislação não previu esse tipo de fenômeno. A própria Lei Geral de Comunicações, que é de 1997, é anterior a todos esses fenômenos, portanto não consegue lidar com isso.

Estamos dizendo que o capital econômico, seja ele das teles, seja ele dos radiodifusores, está mais ou menos liberado para fazer o que quiser.

Diante disso, eu diria que o Brasil tem a tarefa histórica de recuperar agendas perdidas. Temos, na verdade, o desafio de fazer no Brasil tudo ao mesmo tempo. Esse é o nosso grande dilema não só na área das comunicações como em vários outros setores. E, na área das comunicações, isso é absolutamente evidente.

Nós não cumprimos a agenda iluminista para a área das comunicações do Século XIX. Nós não temos plena liberdade de imprensa, na medida em que os meios de comunicação são concentrados. A liberdade de imprensa não é bloqueada apenas pelo controle estatal, mas também pelo controle da operação privada. Nós não temos acesso à informação que a agenda iluminista pregava. Apenas dez cidades do Brasil têm cinema; do ano passado para este ano, venderam-se 25% menos livros no mesmo período; só 8% dos lares brasileiros têm acesso à TV paga; pouquíssima gente lê jornal no Brasil – são apenas doze milhões de exemplares de jornais vendidos diariamente no País, para uma população de mais de 180 milhões de pessoas. Portanto, nós não cumprimos a agenda iluminista dos meios de comunicação do Século XIX.

Nós não cumprimos a agenda dos meios de comunicação do Século XX, que é regular a radiodifusão. Essa foi a grande agenda do Século XX para os meios de comunicação. Como já mencionei aqui, nós não temos cota para a produção independente na televisão brasileira, nós não temos índice de produção regional. Há determinadas redes de televisão que chegam ao ponto de ter fonoaudiólogos que percorrem o Brasil

instruindo os repórteres dos seus jornais locais a retirar o seu sotaque. Ou seja, aquilo que deveria ser visto como um bem nacional, como um patrimônio deste Brasil, que é a sua cultura regional, a sua diversidade de vestir, de falar, de comer e de se comportar, é considerado pela radiodifusão como um problema. Por isso quase toda a produção de radiodifusão no Brasil é concentrada no eixo Rio/São Paulo em termos de televisão. E agora, nos últimos anos, com a chegada do fenômeno do rádio digital, esse tem sido o marco da radiodifusão. Isso ocorre porque nós não temos uma agenda para lidar com a questão.

Nós não temos uma definição de monopólio nem de oligopólio; nós não temos regulamentação para a publicidade no Brasil. Esse setor se auto-regulamenta, mas não há uma regulação discutida com a população, baseada no fato de que se usa um serviço de concessão pública. Se se utiliza o ar, que pertence ao público, nada mais justo que aquele público queira discutir o que está sendo feito com aquele bem que lhe pertence.

Enfim, nós não conseguimos lidar com o fenômeno da regulamentação da radiodifusão, que é fundamentalmente a agenda do Século XX. Nós não conseguimos criar um ambiente público para esse debate. Essa talvez tenha sido a grande falha do Brasil ao tratar como se privado fosse aquilo que é público.

Costumo contar uma historinha que ilustra bem como isso se cristalizou no senso comum e a dificuldade que nós teremos para reverter esse cenário.

Eu faço parte do Comitê Gestor da Internet e, quando chego a São Paulo, para comparecer às reuniões, eu pego um táxi e passo ali pela antiga Avenida Águas Espraiadas, onde está a Central Globo de Jornalismo. E me lembro de que, passando de táxi por ali, virei para o motorista e falei assim: “Esse prédio é da **Globo**, não é?” O sujeito olhou para mim. É lógico que estava escrito: **Rede Globo** enorme. E disse: “É, né?” Aí eu falei: “Pois é, essas antenas aí são da **Globo**”. E ele assim: o cliente tem sempre razão. Peguei mais um louco. Tudo bem. “É, da **Globo**.” Eu falei: “Esses carros aí são da **Globo**”. Aí ele: “É, né?” E eu falei: “Pois é, mas o canal 5 não é da **Globo**”. Aí ele teve a certeza de que estava realmente transportando um louco no carro. E falou: “Como é que o canal 5 não é da **Globo**? Claro que é da **Globo**! A **Globo** aqui em São Paulo transmite pelo canal 5”. Eu falei: “Não, o senhor está enganado. O senhor me desculpe. Esse prédio é da **Globo**, as antenas são da **Globo**, os carros são da **Globo**, mas o canal 5 é público, pertence a todos nós, é uma concessão pública. E, portanto, publicamente, deveria ter sido regulado no Brasil”. Esse senso comum de que, na verdade, esses canais,

esse espaço, tudo isso foi muito mais importante do que o padrão tecnológico, de que esse foi o cerne do debate da TV digital, é quem controla um bem finito, o chamado espectro eletromagnético, essa noção de que se trata de um bem público, o qual publicamente deveria ter sido regulado, essa é uma agenda perdida no Século XX, no Brasil.

Então, vejam o tamanho do nosso desafio: nós temos que dar conta dessas duas agendas perdidas e encarar a agenda que virá do Século XXI, que é a agenda do processo de convergência tecnológica, para a qual a nossa legislação está absolutamente despreparada. Cada vez mais, nós lidaremos com fenômenos típicos da Internet, sem ter uma legislação para tanto. Podemos citar várias questões, como o crime cibernético. Agora mesmo, por exemplo, a Google hospeda dentro do Orkut vários *sites* – nós tivemos, no Comitê Gestor, a apresentação de uma ONG que apura isso – brasileiros de pedofilia e de comércio. É possível contratar um assassino profissional dentro do Orkut. Mas a empresa alega o seguinte: “Sinto muito. A base de dados está nos Estados Unidos. Eu não estou afeto à legislação brasileira, então não respondo a ninguém”. O procurador encaminha um pedido, e ela diz: “Não, eu não respondo. A Google do Brasil é apenas uma empresa que vende publicidade para os serviços da Google. Os servidores estão lá na Google dos Estados Unidos. Vocês, por favor, acionem a Justiça da Califórnia, não venham aqui”. E qual é a legislação de que nós dispomos para encarar isso? Nenhuma.

Reparem que nós temos que dar conta dessas três agendas, mas isso só acontecerá se nós conseguirmos instituir como espinha “vertebradora” desse processo de debate o bem público, o interesse público, o espaço público como mediador. Se nós não fizermos isso, ficaremos ao sabor, como estamos hoje, do entrechoque de vários interesses privados. Os radiodifusores têm os seus interesses privados, legítimos, mas apenas interesses privados. Portanto, parte do interesse público. Eles têm os seus interesses, a sua agenda e a sua forma de pressão muito eficiente em relação ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. As teles têm lá o seu poder econômico gigantesco, que também é legítimo, têm os seus interesses, mas igualmente são interesses privados. E, no meio desse entrechoque de interesses privados, o interesse público absolutamente desaparece nesse debate, até porque é preciso que se diga que os meios de comunicação no Brasil debatem tudo. Podemos até discordar da forma como eles cobrem, mas os meios de comunicação do Brasil discutem a questão dos Sem-Terra, a questão dos Sem-Teto, a questão da homossexualidade; estão discutindo agora a questão das cotas raciais, discutem

tudo, mas não discutem comunicação. As senhoras e os senhores jamais verão um debate sobre regulação da comunicação na mídia aberta brasileira e quiçá na mídia paga, que é muito mais restrita. Esse é um debate que não aparece, do qual o público nem sequer tem consciência. Perguntem quem tem consciência do que se deu no debate sobre a TV digital. A discussão foi apenas sobre se a minha tela será de muita definição ou pouca definição. Mas o que estava por trás, o controle do espectro eletromagnético, o fato de que seria possível abrir, desconcentrar o mercado de radiodifusão no Brasil, inserir novos *players* e abrir para a produção de conteúdo, o que demandaria inclusive novas regras para o financiamento de conteúdo...

Cabe dizer que, apesar de toda a limitação em relação ao gargalo da distribuição – está aqui a Berenice que não me deixa mentir, porque o grande problema da produção audiovisual no Brasil é o gargalo da distribuição, da veiculação e da exibição –, a instituição na qual eu trabalho entrou na Justiça, recentemente, junto com o Ministério Público, contra agressões aos direitos humanos praticadas pelo programa do João Cleber, na **RedeTV**.

Graças a essa ação na Justiça, nós conseguimos retirar o programa do João Cleber do ar durante 60 dias, passá-lo para um horário mais avançado, com indicação de classificação etária, fazer com que ele assumisse um termo de compromisso de respeito aos direitos humanos, porque ele tinha um programa em que toda semana uma mulher era espancada por traição ao marido, a **RedeTV** foi obrigada a pagar um recurso ao Fundo Nacional de Direitos Difusos e foi franqueado o espaço da **RedeTV** durante 30 dias para transmitir um programa sobre direitos humanos. No mesmo espaço que era ocupado pelo João Cleber, transmitimos durante 30 dias, quando discutimos direitos dos homossexuais, dos negros, dos Sem-Teto, dos Sem-Terra, direito ao esporte, direito à terra, direito à educação e à saúde, direito à comunicação.

Para a nossa surpresa, atingimos, apenas na Grande São Paulo, quase um milhão de espectadores, lidando com temas absolutamente difíceis.

Fizemos uma chamada pública para que a sociedade brasileira enviasse produção com qualidade profissional que tivesse relação com os temas que seriam discutidos. Portanto, o fio “vertebrador” do programa seria um debate, mas, ao longo desse debate, seriam inseridos vídeos que a sociedade civil nos enviaria, relacionados ao tema específico de direito humano tratado naquele dia.

Para a nossa surpresa, recebemos mais de 400 produções feitas em todo o Brasil. E, mesmo com as nossas parcas formas de divulgar esse programa,

mesmo com o pouco tempo de que dispusemos para divulgá-lo, recebemos 400 produções. Isso é sinal de que no Brasil existe conteúdo, mas esse conteúdo não está na televisão brasileira. A diversidade do povo brasileiro não está nas telas da TV. Basta ver as novelas brasileiras para ter certeza de que elas não refletem a diversidade da população brasileira, da sua cultura, do seu modo de falar, de se vestir, de se comportar.

Para finalizar, eu diria que essa é uma agenda perdida do ponto de vista histórico, mas também do ponto de vista dos governos. O Governo Fernando Henrique, em que pese o fato de que essa discussão chegou a ser feita no seu interior, contou com as famosas versões de uma lei geral do Ministro Sérgio Motta que acabaram nunca se tornando oficiais; no Governo Lula, apesar de mencionar esse assunto no seu programa de governo e no relatório da sua equipe de transição, da qual eu fiz parte, esse tema jamais foi tratado de forma pública, como o debate público pedia. E se passaram quatro anos sem que um Governo que se elegeu com a plataforma de democratização da sociedade brasileira e dos meios de comunicação tivesse encarado o grande desafio de regular os meios de comunicação e inserir o Brasil nas sociedades contemporâneas democráticas, porque jamais seremos um País realmente democrático. Muito mais importante neste momento do que uma reforma política ou qualquer reforma que tramita atualmente no Congresso é a democratização dos meios de comunicação. Nós jamais nos inseriremos no rol das sociedades democráticas do Século XXI se não formos capazes de democratizar as comunicações neste País. E essa foi uma agenda que o Governo Lula infelizmente, nesses primeiros quatro anos, não cumpriu. Não sei se, havendo um segundo mandato – e parece que haverá –, sem o peso da reeleição, sem a necessidade de não ferir todos os interesses colocados no ambiente da reeleição, haverá disposição para se realizar um debate público – não como foi feito o debate da TV digital, quando o próprio assessor do Ministro chamou o Conselho Consultivo de “casa da mãe joana” –, não um debate feito na “casa da mãe joana”, mas um debate feito na Casa do Povo, que é o Congresso Nacional, com a sociedade civil. É isso o que nos esperamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado ao Sr. Gustavo Gindre. Depois haverá perguntas, mas vamos seguir e conceder o mesmo tempo de trinta minutos ao Dr. Luiz Alberto Santos, que é Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Comunicação Social pela PUC também do Rio Grande do Sul. Mestre em Administração na UnB, especialista em “Políticas Públicas e

Gestão Governamental” pela ENAP, doutorando em Ciências Sociais pela UnB, Consultor Legislativo do Senado Federal cedido à Presidência da República, onde exerce o cargo de Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.

Certamente, ele ouviu muito bem o que disse o Gustavo e vai levar ao Presidente Lula algumas das idéias que aqui serão debatidas, mas que já foram apresentadas pelo Gindre.

Com a palavra o Dr. Luiz Alberto Santos.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS – Boa tarde a todos. Agradeço ao Sr. Arnaldo Niskier, Presidente deste Conselho pela oportunidade que nos é dada de participarmos hoje desta reunião. Trazemos algumas idéias e algumas considerações sobre esse tema, que é, sem dúvida nenhuma, da maior importância.

De fato, ouvi com muita atenção as palavras do Gustavo Gindre, que tem me incluído no seu meio e recebido as mensagens que regularmente eu lhe encaminhava. Ele, de fato, abordou questões cruciais para que essa questão possa ser adequadamente compreendida e, posteriormente, objeto das necessárias intervenções de natureza política.

Há alguns aspectos que precisamos, desde logo, ter claros, porque certamente esse é um tema que causa, às vezes, algum tipo de dificuldade no seu enfrentamento.

Particularmente, podemos dizer que essa é uma daquelas discussões que são classificadas como debates ardis, em que a discussão raramente conduz a uma solução do tipo simples, em que as partes em conflito cheguem a um acordo.

Nesse tema, especificamente, o que temos visto, ao longo dos anos, é praticamente a não-discussão, o não-debate, a não-conclusão, de um processo que deveria nos conduzir a essas soluções. A começar pelo próprio tema que diz respeito a esse aspecto que estamos hoje discutindo na questão do Marco Regulatório: regular ou não regular a comunicação social no Brasil.

Temos alguns casos recentes de precedentes mal resolvidos no plano político que demonstram o grau de dificuldade que se tem todas as vezes que se começa a discutir esse tema. Outro dia, rememorando as questões relativas ao capítulo da comunicação social da comunicação, encontraram uma referência de que o capítulo da comunicação social foi o único que não teve o relatório aprovado na Assembléia Nacional Constituinte. Isso já mostra, naquele fórum, que era talvez o mais representativo de um momento de transição da nossa história recente, o quanto foi difícil chegar a essa conclusão.

Recentemente, tivemos 03 (três) episódios ao longo do Governo Lula que geraram enorme constrangimento político para o Governo e, em certa medida, prejudicaram que esse debate evoluísse. O primeiro deles diz respeito à tentativa feita no âmbito da Secretaria de Comunicação de Governo de Gestão Estratégica de promover uma discussão sobre a política de patrocínios do Governo Federal, o que acabou gerando um debate sobre o dirigismo cultural, a intervenção que o Governo pretendia estabelecer no que se refere à produção cultural, patrocinada com verbas públicas, enfim, um mal entendido horrível que obviamente acabou redundando na revisão de todo o processo por parte do Governo.

Da mesma forma, enfrentamos um processo muito parecido com esse quando se iniciou, de maneira pública, o debate sobre a reformatação da Agência Nacional do Cinema, por meio da criação de uma Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, com a reformatação também do marco regulatório do setor para que a agência pudesse ter as competências necessárias para exercer parte das competências relacionadas, então, com a regulação de conteúdo no âmbito das suas possíveis funções.

Esse debate demorou mais de um ano no âmbito do Governo e, no entanto, acabou sendo bastante prejudicado por resistências de alguns setores, que acabaram criando a imagem de que era mais uma tentativa do Governo de implantar a censura, de cercear a liberdade de expressão, a liberdade de criação.

Infelizmente, o debate não foi concluído, conforme se pretendia, mas nem por isso deixou de produzir resultados. Um dos resultados produzidos foi o encaminhamento recente ao Congresso Nacional de um projeto de lei que dispõe sobre os mecanismos de incentivo à produção audiovisual. Esse projeto de lei já se encontra na Câmara dos Deputados e temos convicção de que será aprovado naquela Casa e, em breve, encaminhado ao Senado Federal.

Nesse projeto, optou-se por uma simplificação das alterações na legislação em virtude, inclusive, dessa necessidade de se fazer um debate mais abrangente, mais amplo, referente à comunicação social eletrônica.

O terceiro episódio, nem tanto de iniciativa do Poder Executivo, uma vez que a proposta partiu diretamente da entidade representativa da profissão, foi a elaboração de um projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional tratando do Conselho Federal de Jornalistas, que acabou também gerando uma polêmica muito grande, o que redundou em rejeição da proposta pela Câmara dos Deputados, abortando um processo que eu, particularmente, considero neces-

sário, que é exatamente como regular uma profissão que tem implicações profundas no dia-a-dia de toda a sociedade.

Então, há temores, que não são evidentemente infundados, no caso de um país que tem uma tradição ainda incipiente no campo da democracia, temos uma democracia jovem, em processo de transição mesmo, em que censura, dirigismo cultural e oficialismo, são palavras malditas, que ferem os nossos ouvidos, cujas menores manifestações nos apavoram, nos assustam em virtude da desigualdade de recursos entre o poder do Estado e o poder da sociedade. A sociedade no Brasil ainda carece de instrumentos, de condições, de mobilização, de atuação, no sentido, às vezes, de evitar o poder do Estado, o poder econômico, e percebemos claramente aí que essa discussão acaba se utilizando um pouco desses medos também para poder obstruir, de certa forma, os debates.

No entanto, temos o aspecto central do debate: o fato de que a Constituição Federal requer regulação, tem dispositivos expressos que prevêm a necessidade de regulação. E essa prerrogativa não é de mais ninguém a não ser do Estado. E “Estado” não digo “Governo”, mas “Estado” manifestado nos poderes que exercem a prerrogativa do Estado. E aí temos claramente o Poder Executivo como um desses poderes, mas também o Poder Legislativo. Nenhuma regulação se tornará eficaz, se tornará efetiva, se não houver a aprovação do Congresso Nacional.

Evidentemente, temos as instituições de controle, como é o caso do Ministério Público, que é o fiscal da lei; do Judiciário, que está aí exatamente para exercer o sistema de freios e contrapesos, que impede, numa democracia, que um dos poderes sobrepujem os demais.

Esta é uma questão que precisamos ter muito clara: o poder regulador é, sim, uma prerrogativa do Estado, mas deve ser exercido nos termos da própria Constituição e de acordo com os valores da ordem democrática.

A auto-regulação é uma forma de exercício dessa prerrogativa, sim, mas é uma forma de exercício que é expressão de um país que já tem uma maturidade institucional, mas que não afasta, mesmo nesses países, o exercício dessas prerrogativas pelo próprio Estado.

Então não podemos imaginar que o Estado possa se ausentar, se omitir, ou negligenciar aquilo que é sua obrigação, que é sua prerrogativa. Por exemplo, no campo da comunicação social, alguns instrumentos funcionam razoavelmente bem, como é o caso da auto-regulação no setor da publicidade. E também temos aí inúmeros exemplos em que essa regulação

não é suficiente para assegurar o direito do cidadão, o direito da sociedade.

Por isso mesmo, temos campanhas lutando para que anunciantes não patrocinem produções que firam os direitos da cidadania no que se refere a uma comunicação responsável.

Além disso, a regulação do setor requer, e não pode deixar de ser assim, um marco regulatório moderno e dinâmico o suficiente para que possa acompanhar os novos paradigmas que, cada vez mais, se colocam como indissociáveis do próprio exercício das funções. Um dos aspectos diz respeito à própria questão da convergência dos meios, que hoje é inafastável. Na medida em que a tecnologia avança cada vez mais, os conteúdos trafegam por diversos meios, por diversas tecnologias.

Nesse ponto, foi sábio o legislador constituinte ao aprovar a alteração ao art. 222, quando prevê que independentemente da tecnologia utilizada se deverão observar os princípios do art. 221.

Da mesma forma, temos hoje o crescimento do uso da *Internet* não apenas para trafegar conteúdos, mas também como forma de exercício de direitos que envolvem a comunicação social, como é o caso do Governo eletrônico, da interatividade entre o usuário e a plataforma, enfim, temos uma diversidade crescente de conteúdos e de acesso a esses conteúdos. Um cidadão, em qualquer lugar do mundo hoje, tem acesso à produção de qualquer lugar do mundo.

Outro dia, eu navegava um pouco pelo U-Tube – nunca tinha tido essa oportunidade, mas, de tanto ouvir falar, fui lá e comecei a brincar um pouquinho – e encontrei coisas fantásticas: obras, documentários inteiros, disponíveis nesse *site*. Temos raríssimas ocasiões de ter acesso a essa produção audiovisual totalmente independente que não seja por meio dessa plataforma.

Da mesma forma, novas profissões surgem e se impõem como realidade no dia-a-dia utilizando-se exatamente dessa flexibilidade.

Discutindo sobre a elaboração de um texto legal, de repente, surgiu uma idéia: se essa redação está assim não se dará margem a interpretá-la de forma tal que irá restringir, por exemplo, um cidadão que queria colocar um *blog* na *Internet*? Não é um jornalista, não é um profissional de comunicação social, mas está exercendo funções nesse terreno e utilizando plataformas e tecnologias que não estão no controle de um governo ou de um órgão regulador, como bem lembrou aqui o Gustavo quando citou o que é feito, de forma criminosa, por meio de um *site* de uso público, embora não seja público em sentido estrito, o “Orkut”.

Essas são questões realmente preocupantes que nos colocam diante de uma série de desafios.

O Governo Lula – e aqui foram abordadas algumas questões referentes a compromissos do Presidente e de seu Partido – tem registrado, em vários momentos, o compromisso com a sociedade brasileira no sentido de assegurar a democratização das comunicações com a elaboração de um novo modelo institucional. Foi mencionado aqui o debate que ocorreu durante os trabalhos da equipe de transição e o fato de que, publicamente, esse tema já foi tratado em mais de um momento.

Agora essa questão foi incluída no Programa de Governo do Presidente Lula como candidato à reeleição, cujo texto diz expressamente: “Será garantida a democratização dos meios de comunicação permitindo a todos o mais amplo acesso à informação, o que deve ser entendido como um direito do cidadão.” E tem como objetivos: “construir um novo modelo institucional para as comunicações com caráter democratizante e voltado ao processo de convergência tecnológica; incentivar a criação de sistemas democráticos de comunicação, favorecendo a democratização da produção e do acesso aos conteúdos pela população; fortalecer a radiodifusão pública e comunitária, a inclusão digital, as produções regional e independente e a competição do setor.”

Mesmo essas singelas palavras, esses resumidos parágrafos constantes do Programa de Governo, que não trazem praticamente nada de novo àquilo que todos já sabemos, porque são compromissos públicos do Presidente da República, já sofreram ataques violentos por parte de alguns setores sob o mesmo argumento de que isso indica, sugere, que haverá tentativas, novas tentativas, de censura.

Parece-me que não é saudável partirmos desses pressupostos em virtude das questões que eu e o Gustavo já mencionamos.

Por que precisamos de uma lei geral de serviços de comunicação eletrônica no Brasil? Em primeiro lugar, pela própria definição constitucional, mas também pelo fato de que hoje temos a necessidade de superar os obstáculos que derivam da introdução de novas tecnologias e que impedem o exercício das prerrogativas regulamentares sem a previsão legal expressa. Sem legislação, o poder público está de mãos amarradas e não consegue operar se não baseado naquilo que a Constituição estabelece em seu artigo 37, que é a exigência de atendimento ao princípio da legalidade. E isso perpassa toda a nossa Constituição quando, exatamente para limitar as prerrogativas do poder público, exige que a administração pública só possa agir com base na lei.

Nesse sentido, uma lei será o instrumento que permitirá superar uma série de deficiências que se identificam no nosso Marco Regulatório.

Hoje temos uma política de comunicação eletrônica no Brasil que se apresenta por meio de um quadro legal bastante disperso, além de insuficiente, em que vemos também situações de conflito, de coalizão de interesses, não apenas entre agentes privados, mas também, às vezes, falta de clareza em relação a papéis e competências entre órgãos da administração pública federal, ou seja, temos uma porção de situações em que temos política de governo que, de alguma forma, interage com a política de comunicação social, mas que são exercitadas de formas desconexas, em que não existe um fio condutor, uma harmonização, uma coerência no plano normativo. Por exemplo, temos a questão da política cultural, da regulação e do fomento da produção de conteúdo audiovisual, hoje a cargo do Ministério da Cultura e, em parte, da Ancine; as políticas de classificação indicativa de programas audiovisuais, que são responsabilidade do Ministério da Justiça; as políticas de pesquisa e desenvolvimento a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia, que interage diretamente com essas questões; as políticas de telecomunicações e radiodifusão a cargo do Ministério das Comunicações e, em menor medida, da própria Anatel; a política industrial e tecnológica também de responsabilidade do Ministério da Indústria e do Comércio Exterior; e a política de comunicação social de Governo, hoje a cargo da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Porém, não temos um fio condutor, um marco normativo, muito claro em relação ao que é a função de um ou a função de outro e como elas se comunicam nessas diferentes tarefas. Por exemplo, no campo da educação, quanto à TV Educativa e as funções de educação a distância, temos um ator importantíssimo que é o Ministério da Educação. Mas em que medida isso se comunica com os demais instrumentos, com as demais políticas de Governo?

O Marco Regulatório, evidentemente, que venha para costurar essas diferentes partes ou juntar essas diferentes peças do quebra-cabeça, só poderá, no entanto, ser instituído, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, por meio de um amplo processo de debate na sociedade com a participação dos movimentos sociais, das suas instâncias representativas, empresariais, entidades de classe, entidades profissionais, universidades, instituições de ensino, enfim, todos esses atores que têm produzido reflexão e têm interesses no tema.

Não é viável imaginar, até por conta dos episódios a que me referi anteriormente, que se possa elaborar

tecnocraticamente qualquer proposta e imaginar que essa proposta será acolhida ou acatada no âmbito do Poder Legislativo, ou que poderá ser viabilizada por meio de uma medida provisória, enfim, ou por qualquer outro instrumento de manifestação unilateral de vontade. Muito pelo contrário, o que temos percebido é que, face à sensibilidade que esse tema desperta, será necessário um processo bastante prolongado de discussão, de consulta e de construção de consenso para que se possa construir uma solução minimamente viável do ponto de vista do processo legislativo. Sem que se faça isso, continuaremos, por muito tempo ainda, convivendo com o marco normativo atual, que é resultado de iniciativas, todas elas, colocadas no tempo como necessárias, mas dispersas, não integradas, não sistematizadas. Por exemplo, no caso da própria LGT, como já foi dito aqui, ela resultou de uma opção feita em um determinado momento em virtude das limitações de um modelo que se pretendia implantar, que era o modelo das agências reguladoras e, particularmente, no setor da telefonia.

O Código Brasileiro já é bastante antigo, bastante obsoleto; em vários aspectos, omisso. Podemos até identificá-lo como uma obra legislativa vinculada ao período autoritário em virtude das modificações que sofreu em 1967, mas é o único texto hoje que regula essa matéria e, exatamente por tudo isso, requer uma atualização profunda.

Há a medida provisória de criação da Ancine, que também criou o Conselho Superior do Cinema, mas essa medida também não responde integralmente às necessidades, e ela mesma, inclusive, segundo os registros históricos disponíveis, deveria ter saído, no âmbito da sua elaboração, com um escopo muito mais abrangente. Mas, no último minuto da sua edição, acabou sofrendo alterações profundas, que, inclusive, permitem identificar os aspectos que precisam ser superados e corrigidos.

Do ponto de vista da Constituição, nunca é demais lembrar a importância que tem o capítulo da comunicação social, particularmente o art. 222, que nos remete ao artigo 221, que, por sua vez, nos remete ao art. 220. E é importante lembrarmos o que dizem esses artigos da Constituição.

O art. 220, em seu *caput*, diz expressamente:

“A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.”

Então, o próprio dispositivo que assegura, de certa forma, admite que há uma necessidade a ser superada no âmbito do marco regulatório, que irá implementar os próprios princípios que a Constituição estabelece.

E temos não apenas no próprio art. 220, mas principalmente no art. 221, disposições como as que determinam que:

“A produção e a programação de emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.”

Muitas vezes se esquece que a Constituição é um conjunto, um sistema, e, como tal, precisa ser interpretado e aplicado. Não é um artigo, não é um parágrafo, não é uma linha, não é uma palavra, mas um conjunto que precisa ser interpretado e exatamente por isso temos o Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, que é o intérprete final da Constituição. Qualquer norma que seja produzida e que contrarie o espírito da Constituição será argüida sua inconstitucionalidade e será declarada nula. Precisamos confiar nas instituições para que os excessos possam ser coibidos.

O art. 222 também é da maior relevância – essa redação foi introduzida pela Emenda Constitucional nº 36 – e prevê expressamente, no seu §3º, que “os meios de comunicação social e eletrônica, independentemente de tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade profissional de brasileiros na execução de produções nacionais”.

Então, são dispositivos que precisam ser efetivamente integrados, considerados e regulamentados para que possamos ter a satisfação e o interesse maior da sociedade brasileira. O brasileiro queria ver a sua Constituição tornada efetiva. Isso só será possível por meio de uma lei que supere esses aspectos, que são: a inspeção regulamentar de diversas normas editadas em diferentes momentos, pulverizando, portanto, o Marco Regulatório, mas de forma também insuficiente; a fragmentação política, que é a separação deliberada sobre o processo decisório sobre a comunicação social em diferentes instâncias estatais, em diversas instâncias, que, muitas vezes, não se comunicam; e a própria defasagem em face da modificação veloz do Marco Regulatório.

Isso precisa ser certamente considerado, na medida em que não podemos também fazer uma lei que

seja excessivamente detalhista e que depois se revele inaplicável ou obsoleta em curtíssimo prazo.

Ontem foi divulgada uma notícia muito interessante dando conta de que, nos próximos 10 anos, teremos um crescimento vertiginoso – não nos próximos 10 anos, nos próximos 05 anos – do acesso à TV por meio da plataforma *Internet*. Essa matéria foi publicada no site “Universe Online” e diz o seguinte: “Até 2010, cerca de 420 milhões de residências no mundo terão *Internet* a cabo; dessas 420 milhões de casas, 139 milhões terão *link* com velocidade suficiente para receber IPTV. Nos Estados Unidos, por exemplo, o número de assinantes do serviço de vídeos por IP deve subir de 300 mil em 2005 para 8,7 milhões em 2010. A menos, evidentemente, que os provedores de acesso encontrem um jeito de também bloquear o acesso a esse conteúdo, vamos ter uma mudança radical da plataforma, o que vai exigir certamente uma agilidade muito grande do Estado para que possa suprir as demandas por regulação.”

Particularmente nesse ponto, preocupa-me a questão da regulação no que se refere exatamente a conteúdo. Como foi mencionado, a questão do conteúdo no Brasil hoje é central, na medida em que temos uma indústria audiovisual que depende muito das garantias que a Constituição estabeleceu para que possa superar as dificuldades que são do conhecimento público no que se refere à distribuição desses conteúdos.

A indústria cinematográfica brasileira, para ficar apenas na produção cinematográfica, tem vivido um processo histórico de retomadas e retomadas que muitas vezes não se concluem. Creio que já estamos na quinta ou sexta retomada desde os anos 30. E esta retomada, inclusive, agora, deu um suspiro: esperávamos que o fluxo de produção crescente que se deu entre 2002, 2003 e 2004 fosse um fluxo alimentado continuamente, que tivéssemos uma escalada na produção e na veiculação de filmes nacionais, mas enfrentou, infelizmente, em 2005, uma redução. Em número de espectadores dos filmes nacionais, tivemos uma redução de cerca de 20% no total de filmes lançados: foram 42 filmes produzidos e lançados em 2005 contra 51 filmes no ano anterior; tivemos uma redução, em 2005, referente a 2004, de 16,4 milhões de espectadores para 11,4 milhões de espectadores; continua a haver um predomínio fortíssimo das distribuidoras estrangeiras, que detêm uma parcela quase monopolista do mercado; e o *market share* da produção nacional, em 2004, atingiu apenas 14,3% quando já chegamos a mais de 20%.

Então, são números que nos assustam um pouco porque mostram que, apesar de todo o incentivo, do crescimento que se tem verificado ao longo dos últimos

anos, o número de pessoas que tem freqüentado as salas de cinema... em 5 anos, tivemos o crescimento de quase 60% do público pagante, que vai a cinema, mesmo assim, a produção audiovisual brasileira ainda enfrenta uma dificuldade muito grande para ser vista nas nossas salas de exibição, para ocupar o seu espaço.

Nesse sentido, eu até gostaria de repetir aqui, citando as palavras do Ministro Gilberto Gil, em 08 de junho de 2006, quando S. Ex^a disse que “é de interesse público que possamos consolidar um cinema brasileiro auto-sustentável, com qualidades comerciais e artísticas, dialogando e incluindo os diversos segmentos sociais.”

Nesse sentido, é impossível alcançar um mínimo de rentabilidade sem o respaldo das três mais importantes janelas de exibição, o tripé: cinema, vídeo-DVD e televisão.

Então, esse é um aspecto que precisamos levar em conta como um possível efeito positivo que uma regulação dos meios de comunicação social eletrônica poderá ter no que se refere à produção de conteúdo, permitindo efetivamente que possamos ver o povo brasileiro e que o povo brasileiro possa ser ver nas telas, e que esse direito que a sociedade brasileira tem de se ver representada nas diversas formas de produção audiovisual tenha efetivamente espaço para ser veiculado.

Essas são questões que também não podemos perder de vista no momento em que vamos propor eventualmente ao Congresso Nacional um projeto de lei resultante de um processo de discussão, de consulta, que deverá ser o mais abrangente possível.

A televisão é hoje o centro das atenções, o centro da economia do audiovisual. Por isso mesmo, acaba, de certa forma, monopolizando o debate. Há essa discussão sobre tecnologia e conteúdo que acaba, muitas vezes, obscurecendo a relevância do debate sobre conteúdo. Mas acredito que, uma vez iniciado esse processo, teremos condições de produzir um texto normativo, uma proposta que o Congresso Nacional terá condições de discutir e aprovar.

Para isso, e aí concluo, foi constituída uma comissão interministerial pelo Presidente da República – o decreto foi publicado no dia 17 de janeiro de 2006 –, que deverá conduzir o processo de elaboração do anteprojeto de lei de regulamentação dos arts. 221 e 222 da Constituição, e a organização dos serviços de comunicação social eletrônica.

Essa comissão, que foi reformatada, pois havia sido proposta e elaborado um decreto anteriormente propondo um processo de elaboração dessa proposta, terá como fatores centrais e fundamentais os Ministros de Estado de todas aquelas pastas a que me referi,

que são efetivamente as autoridades governamentais que têm o que dizer a respeito desse assunto.

De acordo com o decreto de 17 de janeiro de 2006, essa comissão, como órgão de assessoramento ao Presidente da República nas decisões relativas ao estabelecimento dos princípios e diretrizes a serem observados na elaboração do anteprojeto, terá como atribuições proceder à elaboração de estudos sobre questões relativas à sua finalidade e promover um amplo debate com os segmentos envolvidos sobre os amplos aspectos técnicos, políticos, econômicos, sociais e jurídicos a serem observados no cumprimento desses dois artigos da nossa Constituição.

Uma vez estabelecidas as diretrizes e os princípios, será então elaborado um projeto de lei que terá como responsáveis pela sua elaboração a Casa Civil da Presidência da República, cuja Ministra chefe deverá coordenar o processo; os Ministérios da Cultura, das Comunicações, da Fazenda, da Justiça, do Desenvolvimento e Comércio Exterior, da Educação, das Relações Exteriores, da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, Orçamento e Gestão; a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, onde hoje se encontra incorporada a antiga SECOM; e, finalmente, a Advocacia-Geral da União, exatamente em virtude da relevância dos aspectos jurídicos e constitucionais.

Essa comissão poderá, no exercício das suas atribuições, não apenas constituir grupos técnicos para assessorá-la no exercício dessas funções, mas também poderá instituir um comitê consultivo, a ser integrado por representantes da Casa Civil, que coordenará, e por representantes da sociedade civil e de entidades relacionadas com a produção audiovisual e com o serviço de comunicação social eletrônica e especialistas nessa área temática.

Portanto, é um processo que se imagina possa ser instaurado no início do próximo ano. Essa tem sido, inclusive, a reflexão que é feita no âmbito da Casa Civil da Presidência da República pela Ministra Dilma Rousseff, na medida em que precisamos ter um ambiente político também favorável.

Acreditamos que a definição da nova composição do Congresso Nacional facilitará esse processo porque um Congresso novo terá muito maior liberdade, muito maior autonomia, inclusive, para utilizar o tempo que for necessário para que se faça esse debate, para que se faça a apreciação dessa proposta.

Como a cada quatro anos se troca a legislatura, a conclusão desse processo neste ano dificilmente encontraria no Congresso Nacional um terreno favorável em virtude da própria descontinuidade do processo eleitoral. A partir do mês de abril, fica muito claro para

todos que o Congresso Nacional entra num ritmo diferente porque se volta mais diretamente para a renovação dos mandatos parlamentares.

Nesse sentido, entendeu-se que não seria um bom momento concluir ou iniciar mesmo um processo que certamente demandará inúmeras interações de natureza política. Esperamos que isso possa ser feito a partir do ano que vem. Este é o compromisso que o Presidente da República deixou claro e externado no seu Programa de Governo e assim pretende fazer caso seja reeleito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado ao Dr. Luiz Alberto Santos. Foram duas belas palestras e, certamente, vão suscitar o nosso debate.

Eu queria apenas ressaltar que estamos realizando no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional uma audiência pública. Por isso, contamos com a presença do Presidente da Comissão do Marco Regulatório, Conselheiro Roberto Wagner; e do Relator da mesma Comissão, Conselheiro Paulo Tonet Camargo.

Vamos dar início aos debates, passando a palavra a quem a pediu primeiro, Conselheiro Eurípedes Corrêa Conceição; em seguida, Conselheiro Celso Schröder.

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente, a minha pergunta se dirige ao Dr. Gustavo. Nós, os trabalhadores, nos preocupamos com essa questão da relação de lei. Veja só: o Sr. Gustavo abordou a questão da regionalização da produção, que, para nós, trabalhadores, é extremamente importante.

A lei que aprovou a regionalização da produção tinha como proposta produções independentes. E começamos a perceber que essa lei não teve aplicabilidade. Falo, por exemplo, no Estado de Goiás. Tínhamos essa lei como um dos fatores predominantes com relação, inclusive, a nós, os trabalhadores.

Vejo essa questão da restrição de 49% da TV por assinatura e a abertura de 30% para o capital estrangeiro das tevês abertas como o oligopólio do buldogue, como o Gustavo disse.

A pergunta é a seguinte, Gustavo: o senhor acredita que esses fatores não permitirão que sejam democratizados os meios de comunicação no Brasil, ou outros fatores, no seu ponto de vista, contribuem para que não haja esse processo?

O SR. GUSTAVO GINDRE – Em relação ao projeto de regionalização e de produção independente, é preciso tocar em um assunto que é delicado: a presença que o setor radiodifusor tem dentro do Congresso

Nacional, inclusive contrariando dispositivos constitucionais que dizem que um Parlamentar não pode ter relação com nenhuma empresa concessionária de serviço público. Sabemos que existem vários casos. O Ministro das Comunicações, que é Senador, é um caso desses.

Isso faz com que o processo de regionalização da produção cultural e da produção independente tenha entrado no Congresso Nacional para tramitar em 1991 e até hoje não tenha sido aprovado no Senado Federal. Ele foi aprovado na Câmara já bem mais enfraquecido e mesmo assim espera que o Senador César Borges, do PFL da Bahia, dê o seu parecer aqui no Senado Federal. Até hoje isso não andou.

Então, enquanto esse poder não for encarado, pouco adianta fazermos uma reforma política se não pensarmos no tipo de presença que existe dentro da Casa do povo, do Congresso Nacional, e do tipo de *lobby* que se exerce aqui dentro. *Lobby* esse que não é regulamentado. Não temos nenhuma regulamentação de *lobby* aqui dentro.

Então, creio que essa questão precisa ser encarada porque não temos... esse é um problema grave que se soma à presença do capital estrangeiro, que se soma a todos esses fatores que o senhor citou, e colocam um quadro bastante complicado.

Creio que isso só será resolvido, primeiro, com uma ampla mobilização da sociedade, que tem que perceber a comunicação como um valor humano, como um direito humano. Existem determinados direitos que são direitos inalienáveis do ser humano. Se o ser humano é despossuído desses direitos, ele é despossuído da sua humanidade. O direito à comunicação é um deles. E não é o direito de receber informações: é o direito de se comunicar. Nós só saímos das cavernas e nos tornamos seres humanos porque fomos capazes de nos comunicar e, a partir disso, de produzir cultura e, produzindo cultura, de produzir todas essas coisas que nos cercam. Se não, provavelmente, estaríamos nas cavernas ainda.

Portanto, despossuir o ser humano da sua capacidade de se comunicar é despossuir o ser humano da sua própria humanidade. Ora, no século XX, e cada vez mais, a comunicação não se dá mais do ponto de vista interpessoal, mas cada vez mais como meios que são interpostos entre as pessoas.

Portanto, ter acesso a esses meios de forma democrática é garantir direitos humanos. Enquanto a sociedade brasileira não perceber isso, direitos humanos serão violados na medida em que a comunicação não for democratizada neste País. Todos os outros direitos humanos não podem ser tratados de forma soberana enquanto a comunicação não for democratizada.

Não vamos conseguir resolver a questão da terra, da educação, da saúde, da habitação e da segurança se não conseguirmos botar todos os atores envolvidos nesses temas de meios de comunicação para debater. Os meios de comunicação levam esses atores todos.

Na verdade, resolver o direito humano à comunicação é meio para resolver todos os outros direitos humanos. E não temos conseguido tratar disso.

Respondendo a pergunta, há duas questões; uma, talvez até avançando na minha prerrogativa de palestrante e debatedor no Conselho, faço uma sugestão ao Conselho: de que nesse debate sobre a regulamentação da comunicação social se pudessem analisar – não sei se isso já está sendo feito; posso até estar chovendo no molhado – as experiências internacionais.

Volto a dizer que penso que não há um paradigma sobre o qual possamos dizer: este é o nosso norte. Mas há muita coisa interessante acontecendo nos outros países e talvez não tenhamos... por exemplo, de manhã, ouvi alguns dados sendo citados que não correspondem à realidade dos fatos de outros países, por exemplo, sobre a presença do capital internacional.

Então, ficamos citando certos mitos. Seria interessante saber como o Reino Unido, a França, a Alemanha, o Canadá, os Estados Unidos, a Austrália – que agora criou um serviço de *datacasting* para lidar com a TV interativa –, ou seja, como esses países estão lidando com a regulamentação da comunicação.

Creio que vamos, de repente, ficar muito surpresos de perceber que o tema da regulamentação do conteúdo, por exemplo, está muito mais avançado nesses países, sem que haja o temor da censura como se tenta fazer esse debate no Brasil.

A segunda questão é a que o Luiz Alberto abordou. Talvez ele pudesse respondê-la na fala dele: nessa comissão que foi criada para discutir a regulamentação da comunicação no âmbito do Governo, foram explicitados apenas os arts. 221 e 222 da Constituição.

Porém, existem dois outros artigos do capítulo da comunicação que seguem não regulamentados, o 220 e o 223. Nesses artigos, aparecem elementos como: definição de monopólio, oligopólio, outorga de concessão de radiodifusão; a definição do sistema público não estatal de comunicação.

Parece-me que não basta apenas discutir os arts. 221 e 222, sem os elementos centrais como a democratização das outorgas de radiodifusão neste País. Se fizermos – o FNDC tem um estudo sobre isso – um *match* entre as outorgas de radiodifusão neste País e as oligarquias regionais que controlam a política no Brasil, veremos que é quase perfeito o *match*, quase coincidente.

Se não tratarmos desse tema – o tema de quem ganhou outorgas, como ganhou, como funcionam, se cumprem os dispositivos constitucionais ou não –, se não definirmos o que é monopólio e oligopólio e partirmos para uma ação central de desconcentração desse mercado, se não definirmos o que é sistema público, que não é o sistema estatal, mas sim o sistema que permite à própria sociedade ter meios de comunicação sob o seu controle, temo que pouco adiantará discutirmos os arts. 221 e 222.

Então, creio que talvez o esforço do Governo pudesse ser ampliado para regulamentar todo o capítulo de comunicação na Constituição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Dr. Luiz Alberto Santos, devidamente provocado, tem direito à réplica.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS – Essa questão nos foi posta, inclusive mais de uma vez, quando elaborávamos esses dois decretos – o primeiro foi editado no ano passado e esse segundo, em janeiro deste ano. E nos pareceu que a preocupação é absolutamente pertinente e correta, mas desnecessária no sentido de constar expressamente no texto do decreto, em razão da redação dada – e acho que isso supre a necessidade de abranger os demais aspectos do marco regulatório – quando fazemos referência no próprio art. 1º do decreto: “Lei de Regulamentação dos arts. 220 e 221 da Constituição e da Organização e Exploração dos Serviços de Comunicação Social Eletrônica.”

Parece-me – pelo menos segundo o exame da intenção da norma – que esses demais dispositivos estariam incorporados e contidos na última parte do texto.

Creio que, evidentemente, é impossível que se trabalhe um marco regulatório para comunicação social eletrônica sem abranger as previsões constitucionais que estão contempladas nos demais artigos que foram mencionados, assim como o próprio artigo 21 da Constituição, cujos incisos XI e XII também estão, de certa forma, relacionados ao tema.

Então, apenas para não ficarmos repetindo, mas para enfatizar: a necessidade de regulamentação de dois dispositivos da Constituição, que parece que quase sempre são esquecidos no diálogo, mas sem deixar de falar no que será feito como um todo, creio que, de certa forma, ficou resolvida. O que não quer dizer que durante o processo de discussão dessa matéria – e acho que isso vá fatalmente ocorrer –, não possa haver outros questionamentos sobre outros pontos, ou outros temas, ou outros artigos constitucionais que precisem também ser considerados.

Isso fatalmente irá ocorrer, dada a complexidade dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Celso Augusto Schröder, pela ordem.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sr. Presidente, parabeno os dois palestrantes, que, a exemplo da manhã, foram brilhantes, mas que conseguiram, do meu ponto de vista, trazer a preocupação, que manifestei pela manhã, de superarmos um tipo de debate, que começava a se estabelecer, de que a regulamentação da radiodifusão brasileira, da comunicação social brasileira, por meio de uma lei geral ou de um marco regulatório, se daria a partir de dois grandes interesses: o da radiodifusão e o das telecomunicações.

Creio que o Gustavo foi feliz ao se referir a isso e tenho certeza de que isso vai incidir sobre este Conselho, que certamente incorpora essa preocupação.

Portanto, manifesto a minha satisfação por esse enfoque ampliado da maneira como o foi.

A pergunta que faço é singela e é uma preocupação que tenho tido – eu conversei sobre isso com o Gustavo no intervalo para o almoço e, de alguma maneira, nas interlocuções com a Casa Civil também nos manifestamos a respeito disso.

O Dr. Luiz Alberto, ao fazer sua apresentação, nos trouxe uma memória recente e preocupante: um segmento importante da economia brasileira, que é o serviço de radiodifusão, tem se mostrado arredio à idéia da regulamentação e da regulação. E publicamente tem feito isso. Independentemente dos argumentos econômicos que estão embutidos nisso, a manifestação é pública e política, e eles não percebem, na regulamentação, nada além da tentativa de censura. Ou pelo menos esse é o argumento público que aparece. Isso também é manifesto em algumas organizações internacionais da radiodifusão. A SIP, por exemplo, Sociedade Interamericana de Imprensa tem lá sua bandeira, seu dístico, que é “Lei melhor é lei nenhuma”, que é uma manifestação extremamente liberal, que, por exemplo, nem nos próprios Estados Unidos, onde foi forjada essa manifestação, é acolhida na sua plenitude.

A minha preocupação é que, além dessas quatro citações que foram feitas, ou seja, de derrotas do Governo e de parte da sociedade no que diz respeito a tentativas de regulamentação sobre comunicação, seja da Ancinav, depois as tentativas pueris, ou pelo menos ingênuas, da Federação que estou representando, ao imaginar que uma tentativa de organização da sua categoria fosse encarada simplesmente como isso, que foi o conceito de jornalista que foi atirado na sarjeta, ou seja, fomos chamados de todos os adjetivos negativos possíveis, inclusive em grandes revis-

tas nacionais, além desses quatro elementos, temos a história de não-regulamentação.

Foi citada a lei de produção regional e de produção cultural regional, que há 10 anos foi votada e está bloqueada. E também a Lei de Imprensa, sobre o que estou tentando, há algum tempo, retomar o debate.

Sou professor de Introdução ao Jornalismo no primeiro semestre... as leis do regulamento brasileiro são meia dúzia de leis, tem quatro artigos, nenhum regulamentado, como foi dito aqui; algumas leis antigas remendadas; e um enorme rol de leis, chamadas de “lei da geladeira”. São tentativas que fizemos nesses últimos anos para superar esse conceito e identificar a regulamentação como censura ou alguma coisa desse tipo.

A pergunta que faço é: depois de derrotas desse naipe, desse nível, do próprio Governo, da ação do Governo, de propostas oriundas do Governo, não seria arriscado – a não ser que fosse manifesto em um acordo muito público, muito explicitado, que esse segmento que conseguiu implementar essas tentativas de regulamentação sobre a comunicação, e não ocorreu a mesma coisa, ou seja, esse debate de uma lei geral com essa amplitude que o Governo pretende –, não seria um risco enorme termos uma situação inédita e aparentemente “esquisóide” de termos uma lei desregulamentadora com o perigo de ser uma lei geral, ou seja, de constituirmos no Brasil um dado novo do ponto de vista da legislação internacional que seria uma lei para não legislar?

Essa é uma preocupação que tenho na medida em que forças importantes – e importantes mesmo do ponto de vista político e econômico – que terão que ser submetidas, assim como os jornalistas e todos os agentes que atuam na comunicação, a essa legislação têm-se manifestado pública e notoriamente contra esse tipo de regulamentação.

Essa é uma preocupação que manifestei pela manhã e, de alguma maneira, privadamente ao Tonet. Penso que é uma prerrogativa.

Isso é mais importante, meu caro Roberto Wagner Monteiro, do que definirmos o que é comunicação social. Acho importante que possa ser atendida essa defesa do conceito de comunicação social e radiodifusão, mas, antes disso, o controle público sobre a comunicação, ou seja, o que significa para nós, e se há realmente vontade de regulamentar esse controle público a partir dos agentes envolvidos nesse conceito.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado, Conselheiro Celso Schröder.

Devidamente provocado, o Conselheiro Roberto Wagner tem direito à palavra.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – Quando da Comissão do Marco Regulatório, eu falei muito com os representantes das empresas de radiodifusão. Hoje, na parte da manhã, havia aqui dois representantes da radiodifusão extremamente habilitados a falar pelo setor: o Evandro e o Johnnie.

Vamos recordar que os dois falaram da necessidade da regulamentação. O setor de radiodifusão – e advogo para empresas de telecomunicações e de radiodifusão –, ao contrário, deseja a regulamentação porque esse setor se sente, hoje, como o setor mais regulamentado. E, com essa convergência empresarial, comercial, sendo esse setor mais regulamentado, ele fica numa posição estratégica deficiente.

Então, ao contrário do que o senhor disse, o setor de radiodifusão não pensa que “Quanto menos regulamentação melhor”. Não. O que esse setor deseja e pelo que está aqui lutando é para que haja uma regulamentação democrática: que todos os serviços envolvidos – *Internet*, telecomunicações, TV por satélite, TV a cabo e radiodifusão – tenham uma regulamentação que permita uma sobrevivência mínima entre esses setores.

Quero deixar muito claro isto: o setor de radiodifusão é favorável à regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Concedo a palavra ao Dr. Gustavo Gindre.

O SR. GUSTAVO GINDRE – Concordo com a preocupação do Conselheiro Celso Augusto Schröder. Os senhores se lembram de quando a Nestlé tentou comprar a Garoto? O CADE fez um estudo sobre o que isso acarretaria de concentração no mercado de chocolates e decompôs o mercado de chocolate em vários supermercados. Eu descobri, por exemplo, que o Brasil tem o mercado dos bombons-bola, que são: Serenata do Amor, Sonho de Valsa. O CADE fez um estudo da concentração que a compra da Garoto pela Nestlé acarretaria no mercado de bombons-bola. Os senhores nunca viram um estudo de concentração voltado para o mercado de radiodifusão feito pelo Cadê. Com todo o respeito ao mercado de bombons-bola, evidentemente, a radiodifusão exerce um papel muito mais relevante na cultura, nas relações sociais, nas relações políticas e na economia brasileira do que o mercado de bombons-bola, mas simplesmente não há regulamentação nessa área, porque o projeto do setor tem sido criar leis para não regulamentar. Esse é um risco evidente que corremos. Por isso, nós, do Intervozes, usamos a idéia de marco regulatório e não de lei geral. Na verdade, um marco regulatório incluído na idéia do sistema público, e esse sistema significa compreender que toda a comunicação tem que estar submetida ao interesse público, seja ela privada, estatal

ou pública, porque é um instrumento da própria sociedade, especialmente aquela transmitida por concessão pública, por exemplo, pelo espectro eletromagnético, que é um bem público.

Trabalhamos com a idéia de um marco regulatório. O que significa isso? Um campo estratégico. É vislumbrado um movimento estratégico. Temos que evitar fugir do particularismo, problema que aflige a legislação brasileira, ou seja, vai-se aos “trambulhões”, regulamentando fatos consumados. A TV digital é um exemplo claro desse fenômeno. Se for proposta uma legislação para a TV aberta, ela já virá com o fenômeno das migrações, das consignações. Por exemplo, no caso do Rio de Janeiro, a cidade onde moro, com 15 (quinze) canais disponíveis, entregou-se um canal para cada operadora já existente, ou seja, um canal para as 14 (quatorze) emissoras que já transmitem na cidade do Rio de Janeiro, o que significa que hoje, a não ser que haja um remanejamento do espectro, sobrou apenas um canal. A legislação, quando vier, vai trabalhar a partir de um fato consumado: sobrou apenas um único canal e as atuais emissoras, por consignação, apoderaram-se de 14 (quatorze) dos 15 (quinze) canais disponíveis pelo plano de canalização de TV digital no Rio de Janeiro.

Gostaríamos de fugir desse particularismo, desse caso a caso, da regulamentação do fato consumado, e ter uma visão estratégica do que queremos, até porque estamos lidando com um fenômeno convergente, e esses limites se tornarão cada vez mais tênues. Não é factível a pretensão de que uma lei vai esgotar esse assunto porque, amanhã ou depois, virá uma tecnologia nova. Este ano estamos sob esse impacto e no ano que vem, com certeza, sofreremos o impacto da introdução do Imax. Uma lei que se pretenda que seja absoluta acabará envelhecendo em dois anos.

Temos alguns exemplos, particularmente o europeu me parece interessante, mas, volto a dizer, não há um paradigma para isso. No sistema europeu foi criado um instrumento regulatório que vai se adaptando a essas conjunturas, mas com uma visão estratégica. Quais são as duas premissas para esse marco regulatório? Uma visão estratégica e uma visão estratégica construída publicamente – essa é a grande questão –, que envolva todos os atores da sociedade e não apenas aqueles hoje envolvidos direta e economicamente com a comunicação no Brasil. Se conseguirmos criar isso, estaremos falando de um marco regulatório, mas concordo que podemos abrir uma “caixa de Pandora”, ou seja, podemos criar uma lei que na verdade não regulamente e que libere ainda mais o setor.

Os radiodifusores têm uma demanda hoje para uma específica regulamentação e, durante muito tempo,

exerceram um poder político muito grande, mas hoje se confrontam com outro poder, que não é da mesma esfera, ou seja, que não se exerce de maneira tão precisa na esfera política, não tem o *lobby* organizado da radiodifusão, mas tem um poder econômico muito maior – e esse assunto foi inclusive tratado aqui pela manhã –, que é o setor de telecomunicações. A convergência hoje é um problema para o setor de radiodifusão. Eles sabem que é inevitável, mas o projeto é que isso venha o mais para a frente possível, e não agora. Se tivermos uma legislação hoje que atenda o pleito dos radiodifusores, parece-me que será uma legislação para retardar esse processo de convergência.

Se a TV digital tivesse sido introduzida, por exemplo, há três anos ou quatro anos, momento em que o maior grupo de comunicação do Brasil estava com o caixa muito mais complicado do que está hoje, estava em uma situação muito mais debilitada do que a de hoje, ele ofereceria uma resistência muito menor. Hoje ele já conseguiu reestruturar parte de sua situação financeira e se encontra em uma posição muito melhor para negociar esse processo de convergência. Essa é a estratégia que os radiodifusores estão adotando.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Sr. Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS – Apenas para complementar o que já foi dito, o risco existe e é natural que exista em um ambiente complexo como é o ambiente político no Congresso Nacional. Se analisarmos uma perspectiva mais ampla, perceberemos que em uma arena de disputa é natural que as forças se organizem e se articulem buscando apoios e utilizem para isso todos os recursos possíveis. Nesse sentido, acredito que, se tivéssemos uma regulamentação do *lobby* no Brasil, como já foi mencionado, certamente seria muito melhor, porque tudo aconteceria de forma muito mais transparente, mas, na inexistência agora dessa lei e até da disposição do próprio Congresso de introduzir essa regulamentação, há uma possibilidade muito maior, até do que em outros sistemas políticos, de que os resultados do processo legislativo não sejam efetivamente aqueles que reflitam o interesse maior da sociedade. Isso faz com que aqueles setores que não estão tão habituados a disputar nessa arena se preparem para isso e se organizem com essa função, com essa finalidade, sob pena de depois terem apenas o trabalho de anotar a placa do caminhão que o atropelou. Essa é uma questão central: se as forças interessadas não se organizarem para essa disputa, alguém vai sair ganhando, e certamente será o que estiver mais bem organizado. Isso é natural nas democracias. Nos Estados Unidos, isso acontece diariamente.

Esse é um alerta que precisa desde logo ser colocado, independe do que poderá ser proposto pelo Poder Executivo, como autor de uma eventual iniciativa legislativa. Muitas vezes percebemos a dificuldade do Governo para avançar as suas propostas ou para obter a sua aprovação. É natural. O Congresso é autônomo. Os relatores têm um grau enorme de autonomia. As comissões também. E é nesse fórum, é nesse palco que se dão as disputas que produzirão ao final uma legislação.

Um dado importante, que também precisamos ter em mente, é nenhuma regulamentação ou se a menor regulamentação possível responde realmente a essa necessidade que estamos discutindo aqui hoje. Estive há algum tempo em uma missão de visita a algumas instituições do Governo americano que interagem com a questão regulatória. Participei, na oportunidade, de uma reunião com uma ONG, a OMB Watch, que faz, digamos assim, um acompanhamento da atuação do Office of Management and Budget. Esse órgão, no Governo americano, da Presidência da República exerce um certo tipo de supervisão sobre as agências reguladoras e, por meio de um organismo seu, analisa previamente, emite pareceres e avaliações sobre todas as propostas de regulação a serem editadas pelas agências reguladoras, inclusive pelas comissões reguladoras independentes nos Estados Unidos. Muitas vezes, esse órgão emite pareceres contrários à regulamentação. A agência “x” pretende baixar uma norma e o OMB já profere um parecer emitindo sua opinião. Às vezes, esses pareceres acabam servindo como instrumento para disputa judicial contra a atuação regulatória da agência. O OMB Watch dizia que muitas vezes a postura do OMB se presta a exercer um papel de entrave à regulação, mas apenas quando essa regulação interessa à sociedade, não quando ela interessa ao setor econômico regulado, porque nesse caso se dá o oposto. Se a agência reguladora está emitindo uma regulação que interessa ao agente econômico, tudo bem, e geralmente, quando isso ocorre, é para desregular.

Essa é uma questão que, no Brasil, ainda está um pouco mal resolvida, porque nossas agências reguladoras não têm amadurecimento suficiente para enfrentar adequadamente a questão da captura. Infelizmente, hoje, temos uma grande vulnerabilidade nas nossas agências reguladoras. Os Estados Unidos ou a Inglaterra já têm uma metodologia mais avançada em termos de regulação, uma burocracia mais consolidada nessa área. Mas estamos trabalhando nessa direção, estamos trabalhando para que isso possa ser atendido, para que isso possa ser satisfeito no Brasil.

Nesse sentido, é importante pensarmos, nesse debate sobre marco regulatório, se teremos, como já foi mencionado aqui, quantas agências teremos, que tipo de agência teremos e para fazer o quê. Hoje temos uma agência nacional do cinema, que muitos criticam porque não tem função regulatória específica, e uma agência nacional de telecomunicações, que não regula nada ou quase nada no que se refere à radiodifusão. Teremos essas duas agências ou teremos uma terceira ou mais uma? Qual agência teremos para efetivar um marco regulatório, que deverá ter um nível de flexibilidade suficiente para que a agência possa executar suas funções? Ao exercê-las, essa agência terá condições de resistir a esse processo que muitas vezes acaba distorcendo o conteúdo da regulação?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Obrigado, Dr. Luiz Alberto Santos.

Concedo a palavra ao conselheiro Antônio de Pádua Teles de Carvalho.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO – Tenho algumas questões que peço a licença dos Srs. Conselheiros para colocar para os dois palestrantes, a quem presto uma homenagem pelo conhecimento e pelo brilho.

O Sr. Gustavo Gindre colocou que a radiodifusão age no Congresso de uma maneira a impedir qualquer regulamentação mais significativa, já que Deputados, Senadores e até o Ministro das Comunicações são radiodifusores, na contramão da legislação em vigor. Não seria o caso de discutirmos aqui o Código Penal, porque o que cabe fazer é impedir que Deputados, Senadores e até o Ministro das Comunicações ajam na contramão da lei?

O senhor disse também que regular o conteúdo é um mito, porque países como Inglaterra, França, Canadá, entre outros, têm uma forma de regulação. Na Alemanha de Hitler também havia uma forte regulação. Na Itália de Mussolini também havia uma forte regulação. Como há uma forte regulação em Gana, no Burundi e em vários Estados totalitários. É claro que precisamos ter muito cuidado com o que significa regulação. Há regulação e regulação.

O senhor pode caracterizar mais claramente essa denúncia que o senhor acabou de fazer de que operadores de telefonia estão bloqueando o sinal em suas canalizações? Imagino que o Conselho todo deve considerar isso muito grave, na medida em que o sigilo está violado, que as coisas continuam acontecendo no Brasil à revelia do Código Penal. Todos fazem o que querem, inclusive uma poderosa empresa de telefonia que ganhou há dois, três ou quatro anos uma bela concessão que chega a faturar até US\$90,000,000,000.00 (noventa bilhões de dólares).

Ao Sr. Luiz Alberto Santos queria perguntar se melhor do que ter uma lei geral de comunicação não seria ter, como a nossa companheira Berenice propôs ainda pela manhã, um marco regulatório de tal maneira que as leis fossem surgindo por iniciativa do Congresso Nacional e regulando o setor na medida da sua necessidade, independente do Executivo tomar sempre a iniciativa de enviar um grande projeto de lei que englobasse todas as alterações? A nossa companheira Berenice já nos lembrou bem que a cada momento vai haver modificações, e senhor mesmo disse ainda agora, referindo-se à EPTV, que, dentro de cinco anos, provavelmente estará modificado todo esse quadro.

Além disso, a indústria da produção brasileira é frágil, muito frágil, ao contrário de países como os Estados Unidos e a Inglaterra, onde é poderosíssima, fatura milhões e milhões de libras, milhões e milhões de dólares, e têm um forte apoio de financiamento para as suas ações. Aqui, todas as indústrias, nacionais ou estrangeiras, beneficiam-se dos financiamentos generosos do BNDES, haja visto as próprias telefônicas que, ao serem privatizadas, beneficiaram-se de generosíssimos financiamentos de alguns bilhões de reais, assim como as elétricas, etc. Entretanto, esses mesmos financiamentos são vedados à indústria de comunicação. Há um ano, a mídia, não só a indústria de produção, mas jornais, revistas e televisão, era proibida, por um dispositivo no estatuto, de obterem financiamento do BNDES.

Essas são algumas das questões que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Dr. Gindre.

O SR. GUSTAVO GINDRE – Na realidade, o Conselheiro Teles fez três perguntas, mas vou responder quatro. Vou me arriscar a responder mais uma.

Em relação à questão dos Parlamentares, o Observatório da Imprensa entrou com uma ação junto ao Ministério Público exatamente tendo como tema a presença dos radiodifusores que são donos de emissoras de rádio e televisão.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO – Por que o Código Penal não é aplicado?

O SR. GUSTAVO GINDRE – Pode ser. É essa a questão que está sendo colocada. O Observatório da Imprensa questiona o fato de que a Constituição veda que Parlamentar tenha ligação com empresa concessionária de serviço público. Isso é claro. Essa ação está tramitando no Ministério Público e até agora não foi à Justiça. Essa é uma iniciativa que cabe à sociedade, que deve se mobilizar. Volto a dizer, a sociedade ainda não tem claro a importância da comunicação como um

bem público e um direito humano. Causaria extrema estranheza, e até um certo desconforto, na sociedade se o Ministro da Saúde fosse dono de um hospital privado, se o Ministro da Educação fosse dono de uma universidade ou de um colégio privado. Em compensação, isso não acontece se o Ministro de Comunicações é dono de uma emissora de rádio, com ligações notórias com os radiodifusores. Talvez em parte porque a mídia não trate esse assunto, porque, se houvesse um ministro da saúde dono de um hospital privado, provavelmente sofreria denúncia do **Jornal Nacional**, mas acredito que aquele tema não será tratado no **Jornal Nacional**. Provavelmente, a mídia não terá contato, a sociedade não terá contato com isso.

O maior poder da mídia, isso existe até uma teoria de análise da mídia chamada Agenda Set, o maior poder da mídia não é tanto influenciar a opinião da sociedade, ainda que tenha essa capacidade. Por exemplo, se a **Veja** fala mal do MST, fala que o MST é um mero invasor de terras, nem todos os leitores da **Veja** concordarão, obrigatoriamente, com a opinião da revista. A imprensa influencia, mas não dita opiniões. A imprensa tem enorme capacidade de formar a agenda, de ditar o que é tema e o que não é tema, aquilo que não será conversado no botequim, aquilo que não será conversado na fila do banco, aquilo que as pessoas simplesmente não saberão porque não circula na imprensa. Mas a mídia não discute a mídia. Talvez por isso esse tema não cause o impacto suficiente para que o assunto mereça um tratamento pela Justiça. O fato é que há uma denúncia no Ministério Público sobre essa questão específica.

Em relação ao conteúdo. Quando o Conselheiro cita aqui a Alemanha de Hitler e a Suécia hoje, de exemplos de democracia contemporânea, ambos regularam o conteúdo, significa, o corolário disso é que o problema não é regular o conteúdo. O problema é como se regula o conteúdo. Porque se o problema fosse regular o conteúdo, nós estaríamos equivalendo a Suécia democrática, a França democrática, o Canadá democrático com a Alemanha nazista. Como obviamente não nenhuma condição de equiparar isso, significa que ao regular conteúdo, eu não sou necessariamente uma ditadura. Eu não faço necessariamente censura. Eu posso fazer censura regulando o conteúdo? Posso. Eu posso me tornar ditador regulando o conteúdo? Posso. Eu posso ser uma democracia moderna, com mecanismos de participação e mesmo assim regular o conteúdo? Posso. Portanto, o grande desafio é superar esse censo comum de que regular o conteúdo é necessariamente instaurar a censura. Foi esse o debate que a gente viu no universo da Ancinav. Qualquer regulação de conteúdo é necessariamente censura.

Queria dizer o seguinte, que algumas regulações de conteúdo podem levar à censura, ao estado discricionário, ao autoritarismo. Outras regulações podem ser profundamente democráticas, desconcentradoras de mercado, gerando, pelo contrário, diversidade de opiniões, gerando diversidade de cultura no interior dos meios de comunicação. Portanto, não é regular o conteúdo, é como se regula.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO – Depende da convicção de cada um, digamos.

O SR. GUSTAVO GINDRE – Depende do ambiente regulatório. Se esse ambiente regulatório é público, se ele é estado público, se ouve todos os atores da sociedade...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO – Se o senhor tem a convicção de aquela regulamentação é um benefício ou só propõe que seja feita.

O SR. GUSTAVO GINDRE – A diferença das ditaduras para os estados democráticos, é que a minha convicção não prevalece. Prevalece o debate público. Portanto, eu tenho as minhas convicções...

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO – Qual é o mecanismo desse debate?

O SR. GUSTAVO GINDRE – Por exemplo, o Congresso Nacional. Por exemplo, utilizar a mídia. Já pensou, por exemplo, se os meios de comunicação criassem um serviço de um **ombudsman**, onde pudesse estar no rádio e na televisão um espaço para que se discutissem os meios de comunicação, e a sociedade pudesse informando opinião sobre isso? E quem sabe usar elementos interativos disponíveis na TV Digital, por exemplo, para participar de uma ampla consulta popular sobre temas ligados ao conteúdo e meios de comunicação? Com certeza, não seria a minha opinião que iria prevalecer. Seria o contexto do debate. O que acontece é que esse debate não ocorre hoje. Este é o problema. O que eu chamo a atenção é que não pode o particularismo de alguns agentes privados determinar o que é ou não é a regulação de conteúdo. Os radiodifusores têm pleno direito, legítimo direito de defender as suas opiniões em um debate público. O que não pode é não haver debate público. Essa é a premissa.

Em relação à operadora de telecomunicações.

Ao que me consta, não há controle sobre o conteúdo. Na verdade, o controle sobre o conteúdo, que a gente conhece, são os sistemas de espionagem norte-americanos, o Exelon, o Carnivore, que depois do 11 de Setembro de 2001, passaram a poder ser empregados sem decisão judicial. Antes precisava de decisão judicial. Hoje, o FBI, por exemplo, pode instalar o Carnivore, instalou na ITT, deu uma denúncia

enorme lá contra a ITT. Esse sim, esse lê mensagem e tudo. O que a gente sabe é de outra coisa. Na verdade, quando se comunica na internet, a tua mensagem é dividida em pacotinhos. Cada pacotinho tem um cabeçalho que diz: "Que tipo de mensagem é aquela? Para aonde vai?" Para que essas mensagens possam ser reunidas no final e se transformar num arquivo, num *download*, num *e-mail*, no quer que seja. Os que as operadoras de telecomunicações têm são formas de ler esses cabeçalhos. Elas não entram no conteúdo da informação. Elas entram no tipo da informação. E aí elas fazem uma censura que não é uma censura política. É uma censura econômica. É do tipo: "Esse conteúdo, eu não quero ver trafegando na minha rede." Por exemplo, um caso mais famoso. "Eu não quero ver trafegando telefonia por IP na minha rede." Porque significa, se o sujeito está usando telefonia por IP, ele está deixando de usar o meu DD, o meu DDI, está deixando usar a minha ligação de longa distância. Então aí o que é que eu faço? Eu faço que a ligação dele caia. Eu faço com a ligação dele fique pior. Há casos, por exemplo, o sujeito recebe um ponto de acesso de banda larga na casa dele e tem um roteador que distribui para vários pontos na casa dele, com fio, sem fio. Então, na verdade, ele está pagando um ponto de acesso e está conectando mais computadores. A operadora descobre isso e começa a alterar o IP para esse sujeito, em princípio, não consiga estabelecer a conexão. Mas, na verdade, ela entra não no conteúdo. Ela faz uma censura econômica, porque está errado, porque fere o princípio da neutralidade das redes, ou seja, a rede tem que ser neutra, e a operadora não tem que se meter no fato de que qual conteúdo que trafega ali. No caso, citando explicitamente, nós do Comitê Gestor, recebemos denúncia de que a Brasiltelecom estaria dificultando o trânsito do uso do Skipe. Recebemos várias denúncias de que havia esse problema. E parece que o problema foi sanado. Mas há um debate, os Estados Unidos estão, neste momento, votando uma legislação, que se for aprovada na forma como está, põe fim à neutralidade das redes, significa que permite às operadoras fazerem legalmente esse tipo de censura econômica e aí temos o risco de que se caia como o efeito cascata. Os Estados Unidos aprovam uma legislação e depois vai pressionando os outros países para adotar esse mesmo tipo de regulamento, até porque boa parte do tráfego de internet passa pelos Estados Unidos. Então o fim da neutralidade de rede é sim um problema, porque daria aos donos das redes físicas um poder discricionário que eles não devem ter.

A quarta questão que não me foi perguntada, mas eu vou me arriscar rapidamente a respondê-la.

Eu acho que deve haver sim um incentivo aos produtores de conteúdo. Agora, o problema é que na forma como a indústria de radiodifusão foi montada no Brasil, falar em produtor de conteúdo é falar em radiodifusor. Se não houvesse uma verticalização dessa indústria, eu poderia estar subvencionado os produtores de conteúdo. Por exemplo, se eu falo no Canadá apoiar a produção de conteúdo, eu estou falando em apoiar os radiodifusores. Porque os difusores no Canadá têm uma possibilidade legal de transmitir seu conteúdo próprio muito baixo. Boa parte do que é produzido é comprado de terceiros. Então, na verdade, se eu faço um apoio...se eu digo assim que vamos apoiar a produção audiovisual no Canadá, eu estou apoiando muito mais agentes econômicos do que no Brasil. No Brasil se eu digo: “Vamos apoiar a indústria da produção audiovisual”, nós vamos apoiar os radiodifusores. Se eu digo no Canadá: “Vamos apoiar a indústria da produção audiovisual”, vamos também os radiodifusores. Nós vamos apoiar uma miríade de produtores. Quem conhece Vancouver sabe que Vancouver filma Hollywood para cima e para baixo. Há um monte de produtoras lá que conseguiram atrair a produção cinematográfica, inclusive norte-americana, porque esse mercado é desconcentrado. A TV Digital nos permitiria, se tivesse sido implementada, eu acho, numa outra forma, a quebrar essa cadeia. Porque, na verdade, no interior da radiodifusão temos 3 negócios diferentes: a produção de conteúdo, o empacotamento desse conteúdo. Esse sim é o **kor** do negócio do radiodifusor. E temos o negócio da transmissão, que deveria, a meu ver, deveria ter ficado com o operador de rede, como já acontece, por exemplo, nas TVs por assinatura. Na verdade, temos 3 negócios. O negócio radiodifusão no Brasil foi montado de uma forma que 3 negócios estão subsumidos sob um negócio só. Nós tínhamos a chance na TV Digital de quebrar essa verticalização e, finalmente, perceber que ali dentro existem 3 negócios que deveriam ser tratados de 3 formas, inclusive, regulamentares diferentes. Eu posso subsidiar uma sem apoiar a outra. Eu posso apoiar e vice-versa. Parece-me que perdemos essa oportunidade na TV Digital.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito bem. Obrigado Dr. Gindre.

Com a palavra o Dr. Luiz Alberto Santos.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS – Na verdade, essa discussão sobre ser melhor ter uma lei geral ou marco regulatório, na verdade, a questão é basicamente a mesma. Nós temos, efetivamente, nenhum apego a essa expressão lei geral de comunicação eletrônica. Ela apenas é uma forma clara e fácil de identificar um texto normativo que, fatalmente, terá um conteúdo abrangente e, provavelmente, substitutivo do Código

Brasileiro de Telecomunicações. Agora, chamar de Código Brasileiro de Serviço de Comunicação Eletrônica, que nome se daria? Enfim, é indiferente. Agora o pressuposto importante para essa discussão é que em se tratando de uma lei abrangente, ela deverá ter um conteúdo tal que permita que as leis posteriores que deverão tratar com ela assuntos correlatos ou complementares, possam ser com elas compatíveis e que possam gerar uma lei consolidada, uma lei que tenha a coerência com seus instrumentos complementares. É impossível ao legislador, em qualquer momento histórico, legislar sobre absolutamente tudo. Ele pode até a ambição de fazer um texto exaustivo, mas jamais conseguirá suprir todas as necessidades. E aqui e ali a depender de como se comporte o ambiente de negócios, a tecnologia, enfim, e a própria necessidade, pode surgir a necessidade de ter uma lei específica sobre determinado ponto que não caiba colocar dentro daquela “lei geral”, daquele Código. Isso aí, a gente percebendo as histórias das leis no Brasil percebe claramente.

Então, não há necessidade que se trabalhe com esta expressão lei geral, como uma questão central. É apenas um rótulo ou um nome que se dá para facilitar a identificação que se pretende por quê? Porque no Governo FHC se trabalhou com várias alternativas, e nenhuma delas concluídas, e que anotou esse nome. Então ficou fácil de saber do que estamos falando. Mas a idéia é ter um texto mais amplo possível que possa permitir a harmonização e a compatibilização dos instrumentos espaços hoje existentes naquilo que eles possam ser unificados, e, evidentemente, suprir as falhas e as ausências que já se conseguiu perceber e que responderão enfim às necessidades de uma regulamentação que envolva tanto a plataforma quanto também a questão de conteúdo.

Sobre a questão do apoio ao BNDES, eu não conheço legislação que proíba o BNDES de financiar empresas de comunicação, de radiodifusão. Parece-me até que o Banco já inclusive linhas de crédito voltadas para essa finalidade. O que é preciso ter em mente, é que o BNDES financia empresas dos setores econômicos como aplicador de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, basicamente, e tem que ter como meta, na aplicação desses recursos, a geração de empregos e o desenvolvimento do País. Então, à medida em que o investimento a ser feito por meio de financiamentos no setor de radiodifusão possa atender a essas necessidades, certamente, será do interesse público que haja esse tipo de financiamento.

A questão da produção, finalmente, eu acho que por isso respondo os pontos que foram colocados. O que o Governo tem se preocupado é exatamente isso,

é estabelecer mecanismos de fomento à produção audiovisual, fortalecer mecanismos já existentes, ampliando a capacidade do próprio Governo através de mecanismos como a renúncia fiscal, direcionar recursos para a produção nacional, particularmente a produção independente, não apenas a produção independente, mas com olhar na produção independente, exatamente porque é nesse setor que estão as maiores carências. Se é fato que hoje a produção audiovisual, em grande medida, está atrelada, associadas às grandes redes de televisão, evidentemente que excluir a capacidade da criatividade dos nossos cineastas, enfim, diretores, produtores, roteiristas de produzir obras que não sejam vinculadas a esse nicho de produção é importante, porque permitirá, exatamente, que tenha uma produção mais regularizada, mais diversificada, em que traduza de maneira mais completa a visão de país que precisamos ter, até para que as futuras gerações tenham, de fato, essa noção da importância que é o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado, Dr. Luiz Alberto.

Com a palavra, seguindo a ordem de quem levanta o dedinho primeiro, o Conselheiro Geraldo.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria endossar os elogios aos painelistas, realmente foram substanciais às informações.

Repetindo, endossar os elogios aos painelistas, porque as informações foram substanciais para o trabalho do Conselheiro Roberto e do Relator Paulo Tonet.

E já de pronto, Sr. Presidente, eu faço uma solicitação, espero que entenda o coordenador da Comissão e o Relator da necessidade de termos talvez uma outra oitiva aqui, com outros atores, porque alguns não puderam estar aqui presentes hoje.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Inclusive, seria interessante que dirigentes de empresas telefônicas também fossem ouvidos, porque...

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Com certeza. Parlamentares e outros atores...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Para sermos justos, não é?

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Seguindo, Sr. Presidente, o companheiro Gustavo me deixou um pouco preocupado, quando a gente fala nas agendas perdidas. Eu fico pensando se daqui a alguns anos, meu tataraneto esteja aqui, em outro espaço, reclamando de mais uma agenda perdida do século XXI. Isso é sério, isso é muito sério, porque, século XIX, século XX, estamos começando o século XXI, e dado ao quadro que estamos vivenciando, como foi colocado, os Parlamentares com alguns in-

teresses, os empresários com uma relativa aversão, e aí eu falo para o Dr. Luiz Alberto que nós citamos aqui a questão da Ancinav, pela manhã, e a reação foi imediata. Então, regulação é sinônimo de censura, de cassar a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa. O que eu não li em nenhum documento, na época da Ancinav, é esse tipo de iniciativa. Ao contrário, sempre se colocavam os princípios da liberdade de expressão. Agora que nós precisamos ter algum tipo de regulamentação, de regramento dos meios de comunicação, é absolutamente necessário. E a gente ouve repetida que somos a favor da regulamentação. Sim, concordamos que o setor empresarial é favor, são contra os pontos específicos, aos quais dependem para transformar o setor que nós temos hoje. Os pontos específicos resultariam em transformações do quadro atual é que contêm a tamanha reação.

Mas eu digo para o Gindre que hoje nós temos um quadro um pouco diferente. Nós temos aí um iceberg chamado “o empresário das telecomunicações.” Talvez seja uma oportunidade enorme para nós brasileiros, empresários brasileiros, trabalhadores brasileiros em sairmos juntos bem desse embate político de interesses econômicos, mas, sobretudo, de embate político em defesa da nossa identidade, de nosso espaço, do nosso conteúdo.

Então, vai a pergunta para os dois. Vivenciamos o quadro da Ancinav, como foi dito pelo representante pela manhã. Nem chegou ao Congresso tamanho o alvoroço que causou. Face ao quadro atual, como coloquei, a pergunta para os dois, e, principalmente, aqui pelo representante da Casa Civil da Presidência da República, que aqui, eu entendo como Governo, como administrador no momento até o final do ano, deste País em todas as questões.

O que fazer, se não conseguirmos chegar ao ponto, como colocou o Dr. Luiz Alberto, de consenso, para que se resolva da melhor maneira possível, essa nova regulamentação, que realmente traga as transformações necessárias que o País precisa, que o setor precisa, que o cinema brasileiro precisa, que a radiodifusão precisa e que a sociedade precisa? O que fazer? Como iremos encarar uma reação, uma aversão tal, que, mais uma vez, a gente fique esperando, vislumbrando, Gustavo, mais um século perdido?

O SR. GUSTAVO GINDRE – Serei breve, até por causa do andar da hora. Mas eu diria o seguinte, nós temos, no Brasil, uma tradição que extrapola muito o debate da comunicação, de ver como um problema o conflito. Conflito na nossa História é um problema. Nós trabalhamos sempre para chegar a um consenso. Esse consenso significa que mudamos para não mudar. Nós somos provavelmente o único País cuja independência

foi feita pelo Rei da metrópole. Os oficiais que fizeram a proclamação da República eram profundamente ligados ao regime anterior, Deodoro inclusive. A transição da ditadura militar para um Governo civil foi feita com Presidente da República que tinha sido até então o Presidente da ARENA. Então, temos uma longa tradição de mudar para não mudar. Eu acho que chegou a hora talvez de a gente encarar o conflito como uma coisa positiva. Conflito não significa que vou morder na jugular de ninguém não. Conflito significa assumir que nós temos pontos de vista diferentes, que trabalharemos para que a resultante seja o mais consensual possível, mas que qualquer resultado, ainda mais num setor estratégico como esse, não será possível se alcançar um resultado que agrade a todos o tempo todo. Alguém terá que ceder um pouco. E faz parte de regimes democráticos que tem mais ceda mais. Quem tem menos, ceda menos. Você não pode pedir a desigualdade que sejam tratados de forma igual. Por exemplo, em tese, o imposto mais justo que temos é o Imposto de Renda. Em tese. Pode até questionar a sua aplicação, mas em tese, você tem uma alíquota maior porque você ganha mais. Uma alíquota menor porque você ganha menos. Isenção para a pessoa que ganha muito menos. Significa que você trata de maneira diferente os diferentes para poder ter como horizonte um cenário mais igualitário. Eu acho que nesse processo chegou a hora de quem sempre ganhou perder um pouco. Chegou a hora de o setor que controla a radiodifusão no Brasil, as comunicações no Brasil e também as telecomunicações...porque nesse debate pode-se dizer: "Ah, vocês estão no lado das teles." O Comitê Gestor, boa parte do nosso trabalho é ter que fazer, inclusive, um enfrentamento diário do setor de telecomunicações. Então, eu não tenho aqui nenhum problema em criticar as teles. Mas chegou a hora de quem tem o controle dos meios de comunicação ter que ceder um pouco, em nome da população deste País, que até esteve alijada da possibilidade de transmitir. Basta ver o que foi dito de manhã, rádio comunitária virou uma rádio pirata. Significa o quê? Que a primeira manifestação de um sistema público de comunicação neste País, previsto na Constituição Federal, ou seja, quando a sociedade chama a si o direito de comunicar, de usar o espectro por si, e não delegando a terceiros, e não delegando a entes privados, é tratado como pirataria. Quando, na verdade, a lei disse que essas emissoras são sem fins lucrativos. Ora, pirata singrava os mares atrás de ouro. Rádios comunitárias, verdadeiras rádios comunitárias não podem ser piratas porque são sem fins lucrativos. Então, chegou a hora de mudar um pouco essa balança e perceber que esse outro setor tem que ganhar alguma coisa. Eu não quero aqui fazer a

defesa do fim da radiodifusão privada neste País. Eu quero que tenhamos uma Globo forte, emissoras fortes, que possam, inclusive, exportar o nosso conteúdo e representar a nossa cultura fora do País. Porque aí não é admissível que esse setor tenha o poder que ele tem hoje, o poder econômico, o poder político, quando o resto da população se vê alijada da possibilidade de transmitir informações através do éter, do ar que nos pertence. Então, esse é o caminho que imagino para o debate, o caminho do conflito, mas não é o caminho do extermínio do adversário. É o caminho do conflito. Ele tem que partir da premissa de que estamos saindo de lugares diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Dr. Luiz Alberto Santos.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS – A questão da reação à proposta ao antiprojeto da Ancinav, ela, realmente, deixou lições. E uma das lições é de que o processo foi provavelmente também vítima de uma deficiência de comunicação por parte do Governo. A medida foi uma proposta que foi elaborada ou reelaborada, a partir da memória de um processo anterior, que foi o processo de criação da própria Ancine. Que esse processo atendia a um clamor do setor de produção visual basicamente, e que envolveu profundamente esse segmento a partir da representação da sociedade civil no Conselho Superior de Cinema, nós imaginávamos que seria mais fácil do que foi colocar esse tema como aquilo que ele realmente é. Lamentavelmente, houve reações, inclusive, de pessoas do próprio setor de produção que interpretava de forma distinta. E o Governo não teve a condição de vencer esse debate por meio do esclarecimento. Infelizmente, isso ocorre em muitos outros momentos. As iniciativas de natureza política, quando elas entram nesse tipo de situação, têm muito pouca possibilidade de progredir. Como dizem os políticos, se tiver que explicar muito, já começou mal. Essa é uma questão que precisamos aprender a contornar, enfim, a superar, dando a esse processo então o maior nível possível de transparência, abrindo os processos a todas as participações possíveis. Mas isso, infelizmente, não é garantia de que não enfrentará o mesmo tipo de situação. Não há como evitar que no processo de apreciação de uma proposta, por melhor que ela seja, ela enfrente as mesmas resistências, as mesmas dificuldades e que possam enfrentar enfim o poder de veto até por parte de algum segmento melhor organizado. Então essa é uma questão realmente transponível no atual momento da discussão. Não temos como prever exatamente o que é que irá acontecer. Podemos trabalhar para reduzir ao mínimo o nível de desgaste, o nível de confusão em torno de uma eventual propostas.

Quanto à questão do consenso. Uma vez encaminhada uma proposta, em algum momento alguém deverá dizer: “É isso que vai ao Congresso?” E esse alguém será, do Poder Executivo, o Presidente da República. Esse consenso absoluto, nós temos clareza que não será alcançado. Mas é por isso mesmo que há um projeto que tramitará na forma de lei ordinária. Não precisa ter consenso absoluto. Não precisa ter o consenso de uma Proposta de Emenda à Constituição ou de uma lei complementar, é uma maioria simples. Para isso, é preciso então obter o convencimento da metade e mais 1 dos membros da Câmara e dos membros do Senado. Quem for mais habilidoso nessa direção chegará à vitória, na hipótese de um debate.

Não acredito que teremos mais um século perdido, nem mais uma década perdida. Eu acho que essa é uma discussão que interessa a todos, não interessa só às organizações da sociedade civil que defendem conceitos tais, como a democratização dos meios de comunicação. Eu acho que isso interessa, inclusive, aos agentes econômicos. Nós estamos chegando a uma encruzilhada em que uma regulação nesse segmento é indispensável para a própria sobrevivência dos agentes econômicos que estão identificados enfim com esses valores a que eu me referi anteriormente. Então, eu acho que essa é uma questão realmente importante, mas que não é possível identificar imediatamente todos os problemas que iremos enfrentar.

O Gustavo comentou, fez uma referência aqui a uma frase, que me lembrou muito aquele filme O Leopardo, que enfim, é preciso que algo mude para que tudo permaneça igual. Acho que a gente tem que ter sempre em mente, nos processos de transição, que se dão pela via não-revolucionária. É o caso do Brasil nos últimos 20 anos, as transições sempre foram transições mais ou menos tranquilas, pacíficas. Eu acho que o nível de ansiedade que nós possamos ter em relação a mudanças, pode talvez conturbar um pouco a nossa visão sobre aquilo que estamos conquistando enquanto democracia que avança. Pode não avançar com uma velocidade ideal, mas está avançando. Quando nós vemos o que se discute hoje no Brasil, por exemplo, em relação à corrupção e nepotismo, o nível de visibilidade que tem hoje essas questões, e as próprias infrações ao princípio da moralidade, enfim, nós percebemos que estamos melhorando a nossa conduta enquanto cidadãos e enquanto sociedade. Eu acho que no terreno da Comunicação Social atingiremos também um resultado muito semelhante.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra a penúltima Conselheira Berenice Bezerra, e depois, será...

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Penúltima, mas na ordem da fala, apenas, não é Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Em primeiro lugar, no meu coração.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Obrigada.

Eu gostaria de agradecer ao Gustavo e ao mesmo tempo, pelo brilhantismo, pela disposição de ter vindo, pelo conteúdo que conseguiu transmitir, a síntese histórica que fez. Eu o parabeno também pela sua ótica pessoal que você desenvolveu aqui para a gente. Mas faço um pequeno reparo, porque ele é fundamental para a questão que quero levar para o Dr. Luiz, da Casa Civil, que é a seguinte: Você falou lá do Governo de transição e que havia um programa. Na realidade, você se enganou. No primeiro Programa de Governo do Presidente Lula, foi retirado, no último momento, toda a parte relativa à Comunicação Social. Não havia, sequer havia no Programa de Governo qualquer menção a propostas nessa área de Comunicação Social. E aquelas que tivemos oportunidade de discutir, de levantar no Governo de transição, tampouco vieram a ser implementadas.

Eu digo isso, Gustavo, não por preciosismo, mas porque falar para o Dr. Luiz que eu fico muito satisfeita com a confirmação que o senhor vem trazer para a gente de uma notícia que eu tinha lido ao longo desta semana, que é de que no Programa de Campanha do Presidente Lula à sua reeleição, ainda que, dizem boatos, tem roladas ou sido sacrificadas cabeças para que isso acontecesse, mas, efetivamente, a expressão democratização dos meios de comunicação, desta vez está impressa. Ao menos isso. Eu acho que isso é importante, porque, finalmente, o PT, o Presidente Lula, ao imprimir isso, colocar e tornar pública essa sua pretensão de democratizar, enfim de implantar políticas públicas para a democratização da comunicação, do controle público dos meios de comunicação, ela reconhece que isso não existe. Ela reconhece a concentração dos processos, a concentração da propriedade, a produção homogeneizante, enfim, isso é muito importante. É uma pena que isso se dê num contexto de campanha, campanha política. É uma pena que isso venha a público como uma promessa de campanha. Sabe por quê, Dr. Luiz? Porque eu sou daquelas pessoas que sinto que aquele perigo que o senhor alerta de atropelamento para aqueles que estão preocupados com o interesse público na área da Comunicação Social, esse atropelamento já se deu, e já se deu 4 vezes no Governo Lula, exatamente naquelas circunstâncias que o senhor colocou: Fenaj, Ancinav, patrocínio. E não concordo com o senhor que

a Ancinav foi, que houve um erro de comunicação do Governo no processo da ancinav. E nem acho que foi feito em gabinete de forma tecnocrática. Aqueles meninos que estão lá, aquela equipe que foi comandada pelo Manoel Rangel, pelo Leopoldo Nunes, esses meninos vêm do nosso meio, vêm do CBC, vêm da ABB, vêm da produção independente brasileira. Esses meninos, como nós todos, lutamos 20 anos para que isso acontecesse. Não acho que as pessoas do setor que foram contrárias, eram simplesmente pessoas do setor. Eram pessoas do setor empregadas pela radiodifusão. Empregadas pela empresa hegemônica da radiodifusão. Empregadas da Rede Globo. Foram essas vozes que vieram contra. Foram essas pessoas que colocaram uma visão deturpada, como o também fizeram no caso da Fenaj, como o também fizeram no caso do patrocínio das verbas estatais para produções independentes, porque continuam concentradas, porque ao tolher a ação, a tentativa de democratização naquele momento da Secom, conseguiram manter um sistema de privilégios que mantém hoje 80% desses recursos no eixo Rio/São Paulo, 80%.

De modo, que eu gostaria de dizer que eu acho muito frustrante quando a gente aqui, quase ao final desse mandato, que tantas esperanças trouxe para todo o povo brasileiro, e pelo qual a gente continua trabalhando, a gente não saiba bem o que dizer se alguém nos chegue e nos pergunte, um leigo, uma pessoa que saiba que a gente trabalha nessa área, ou um estrangeiro: “O que é que foi feito no segmento, na área da Comunicação Social no Governo Lula?” E aí você tem que dizer: “Olha, exatamente na área da Comunicação Social não foi feito nada. Fomos atropelados 4 vezes. Não conseguimos fazer nada. Mas conseguimos que agora, para o Programa de Governo, do segundo mandato, seja incluído a promessa de democratização dos meios de Comunicação.” Porque não conseguimos implantar a comissão que deve elaborar a Lei Geral. Porque não conseguimos fazer com que a sociedade que fosse cumprido o decreto da SBBTV. Porque o Ministro, em última hora, chegou, entrevistou e dissolveu a instância de participação da sociedade civil para aquela decisão fundamental para a população. De modo que eu gostaria, eu sei que é inconveniente sua posição, e não nada contra o senhor. Mas eu precisava falar isso. Alguém precisava falar, eu acho que aqui, nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – A Conselheira, por favor,...

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Estou fechando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Ok.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Por que, por exemplo, já que não eram possíveis ações concretas, não foi chamada uma Conferência Nacional da Comunicação Social, ao menos para incentivar, ou para se colher informações que viessem subsidiar. O que nos garante que esse processo vai ser amplo, ou se vai ser novamente uma comissão que poderá, no último momento, sofrer a ingerência de última hora de um Ministro para dissolver... O que nos garante que não seremos atropelados novamente?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Sr. Gustavo Gindre.

O SR. GUSTAVO GINDRE – Rapidinho. Primeiro, em relação ao programa de Governo. A Berenice tem toda a razão. Esse é um mistério que ainda permanece sem explicação. Eu, pelo menos, tenho o Programa de Governo da Comunicação Social aprovado no Encontro Nacional do PT, de 2002, com um Programa de Comunicação. E tenho o Programa de Governo do PT distribuído à população, que até há pouco tempo estava no site do Lula na campanha de 2002, que apenas fala da questão tarifária das telecomunicações. Foi o único ponto que ficou.

Então, há um mistério para mim. O que aconteceu – foi mais ou menos na Carta aos Brasileiros – entre a aprovação do Programa de Governo com a Comunicação e a publicação do Programa de Governo sem Comunicação. E o que aconteceu com o relatório da equipe de transição também, que foi feito, que maquiou uma série de coisas. Como diz um amigo meu, deve estar servindo para aumentar o monitor de algum computador. Porque nunca mais se falou naquele relatório, que deu um trabalho enorme. Inclusive, o Israel Bayman, pessoa que coordenou a equipe, pessoa por quem tenho total apreço, agora saiu do Governo, infelizmente, até meio frustrado em relação a isso.

Eu faria 3 breves citações rápidas.

Primeiro, em relação a essas conquistas lentas da sociedade brasileira. Dizia o Keynes que a longo prazo, estaremos todos mortos. Na verdade, a longo, a longo prazo, morreremos todos. Precisamos ter algumas vitórias que sejam palpáveis a curto prazo. A gente precisa disso. Até para fortalecer a sociedade civil.

Segundo, em relação às vozes dissonantes da Ancinav aos artistas que se manifestam tão pouco sobre

vários outros temas, mas apareceram tanto na mídia sobre isso. Eu me lembro que o Henfil, em 1988, ilustrou um livrinho, que o Sindicato dos Jornalistas do Rio fez sobre ética. E a capa do livro já resumia a questão da ética também. Era um centurião romano pregando Cristo na cruz, trepado numa escadinha, martelando Cristo na cruz e virando para trás e dizendo: “Eu tenho que sobreviver, entende.”

Eu acho que isso dá o contexto desse debate.

Por fim, a escolha do Ministro Hélio Costa. Os americanos têm um ditado que diz: “Somente Nixon poderia ir à China.” Porque de tão reacionário, tão conservador, os americanos ficavam tranqüilos e diziam que esse pode ir à China negociar com os chineses, porque a gente está tranqüilo. Porque se fosse Carter, a gente morria. Mas o Nixon pode ir, porque a gente está tranqüilo.

Eu diria que somente o Presidente Lula poderia ter colocado Hélio Costa como Ministro das Comunicações. Porque veio do nosso campo. Se o Governo Fernando Henrique fizesse isso, ia ser uma gritaria enlouquecida na sociedade. Inclusive, o Governo Fernando Henrique manteve sempre o Ministério das Comunicações na cota do Governo, na cota do PSDB, por entender quão estratégico é o Ministério das Comunicações.

No Governo Lula foi o contrário. Sempre esteve na cota da governabilidade. E acabou colocando, do meu ponto de vista, desde o ACM, nós nunca tivemos um Ministro das Comunicações tão intimamente ligado aos interesses de radiodifusores. E essa ligação só poderia ser feita pelo Governo Lula, dado a origem do seu Governo. Só ele poderia ter feito isso, porque conta com o respaldo da sociedade civil, com a confiança que o PT e que a trajetória do Presidente Lula lhe confere para, infelizmente, colocar como Ministro das Comunicações um Ministro, cujo Assessor chama um órgão criado por decreto presidencial, quer dizer, criado pelo Presidente da República, para reunir a sociedade civil em torno da digitalização da TV no Brasil, um Assessor deste Ministro chama de “casa da mãe Joana” e nada acontece. E o Assessor continua aí. O Assessor vira e diz para a imprensa: “O órgão que o Presidente da República criou por decreto presidencial é uma “casa da mãe Joana.” É da cota. Então, a gente não pode mexer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Dr. Luiz Alberto Santos.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS – Muito rapidamente...Eu acho que é aquela história do copo meio

vazio e meio cheio. O fato de estar no Programa de Governo um compromisso do Partido, endossado pelo Presidente da República, deveria ser visto como um gesto muito positivo. E dada à situação que nos encontramos nesse momento, de possibilidade concreta de reeleição do Presidente Lula, eu acho que devemos trabalhar com a perspectiva “sim” de que o processo se instaure, que o processo evolua e produza resultados que todos nós esperamos e não, evidentemente, levarmos para o lado negativo, de imaginarmos “Bom, não foi feito antes, não vai ser feito de novo.” Ou pior ainda: “Da outra vez discutiu-se tanto e nem no Programa de Governo entrou. Ou a Equipe de Transição elaborou um relatório e não foi feito nada e tal.” Eu participei da Equipe de Transição, fui da coordenação da Equipe de Transição junto com o Luiz Gushiken. Nós estruturamos o processo de transição a partir daquilo que havia sido discutido politicamente e foram produzidos muitos, mas muitos documentos. Alguns Ministros receberam esses documentos e disseram: “Que bom eu tenho alguns subsídios para começar a trabalhar.” Outros: “Não, eu não quero esse documento. Eu tenho minhas idéias aqui, vou tocar do jeito que eu acho.” Não havia como obrigar qualquer Ministro de Estado a receber um pacote elaborado pelas equipes de transição e dizer: “Implemente isso aí.” Não, nós tínhamos um Programa de Governo que era o verdadeiro norte, que deveria ser observado. Eu acho que nesse sentido boa parte dos compromissos assumidos no Programa de Governo foram honrados e os resultados políticos são bastante satisfatórios. Portanto, eu prefiro olhar para o lado positivo e esperar que consigamos honrar e cumprir esse novo compromisso da forma mais transparente possível.

Sobre a questão dos companheiros do Ministério da Cultura que participaram do processo de elaboração da Ancinav, e não só da Cultura, o Leopoldo, na época já estava na Secom, e, em momento algum eu disse que eles trabalhavam de forma tecnocrática. Muito pelo contrário. Eu acho que eles fizeram um trabalho importantíssimo de construção, de tentativa de construção. E eu participei bastante desse processo também. Conheço de perto as dificuldades que foram tratadas, de modo algum, eu diria que eles atuaram dessa forma, de forma tecnocrática. Mas isso não impediu que houvesse resistências e que essas resistências se valessem das dificuldades que o Governo como um todo tem de fazer chegar à sociedade as suas visões, as suas opiniões. E, nesse particular, o sacrificado foi

o produto, não totalmente, porque ele gerou subsídios insumos muito importantes, inclusive, para o processo que deverá se desenrolar. Não devemos esquecer que o compromisso do Presidente da República com a elaboração da nova Lei Geral de Comunicação Eletrônica surgiu exatamente no momento em que o Presidente decidiu que aquele não era o momento de encaminhar aquela proposta ao Congresso. Mas sim, de abrir um processo mais amplo, uma discussão que envolvesse toda a regulamentação do Capítulo da Comunicação Social. Essa reunião, na qual o Presidente tomou essa decisão, é para mim um marco nesse debate, porque revela, pelo menos do meu conhecimento, a primeira vez que um Presidente da República assumiu isso como uma questão realmente importante, que precisava ser feita, não porque um Ministro disse para ele, e ele leu em algum lugar, mas porque percebeu a relevância para que se superassem esses conflitos de se fazer essa discussão de modo mais abrangente.

Eu agradeço, portanto, mais uma vez, a oportunidade e ficamos à disposição para eventuais futuras convocações.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – É bom saber.

Com a palavra o Conselheiro Paulo Tonet Camargo.

Ainda darei uma oportunidade ao Roberto Wagner, como integrante da Mesa, finalizando os nossos trabalhos.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Sr. Presidente, nossos convidados, Dr. Luiz Alberto, Dr. Gustavo, eu acho que essa nossa tarde de debates, de idéias, foi extremamente produtiva, pelo menos, para esta Relatoria, foi muito produtivo. E eu repito mais ou menos o que disse de manhã, isso me aumenta a responsabilidade, me aumenta as inquietudes em relação ao enorme trabalho que temos que fazer para apresentar.

Eu gostaria apenas de colocar Drs. Luiz Alberto e Gustavo que eu, como Relator, entendo perfeitamente a extensão do debate, entendo a necessidade, às vezes, e olho para a querida Berenice, de colocar alguma coisa que ficasse um pouquinho engasgado em relação a isso, ao Programa de Governo. Mas eu preciso, sob pena de não conseguir apresentar um trabalho a esta Comissão, objetivar, focar e aproveitar tudo isso que foi dito e que eu ouvi, em prol do trabalho a ser apresentado.

Eu só queria fazer algumas considerações rápidas.

Primeiro – Ao meu querido amigo e conterrâneo Schröder, a posição da Sipe, em relação à lei nenhuma, e que nós conhecemos, não é compartilhada pela NJ. E aqui eu me dispo um pouco da condição de Relator e volto a ser o representante dos jornais aqui no Conselho de Comunicação Social. Não é compartilhada pela NJ. Por uma razão mais que ideológica, pragmática. Eu acho razoável você defender a ausência de uma Lei de Imprensa onde não haja uma Lei de Imprensa e a tentativa de estabelecê-la. Agora, num país onde existe uma Lei de Imprensa, a postura não pode ser outra senão aprimorá-la. Que é aquilo que estamos tentando fazer Schröder. Estamos tentando evoluir para aprovar o texto da nova Lei de Imprensa que está há quanto tempo aí no Congresso! Assim como dizer que somos contra ou que setores são contra a regulação da radiodifusão, eu acho que não tem como não regular a radiodifusão. Não tem como não regular a Comunicação Social. Porque regulação existe, nós só precisamos é aprimorar. Então se não existisse regulação nenhuma, eu concordo. Podíamos até discutir da conveniência de ter ou não uma regulação existe. Vamos tentar aprimorar. E aí eu começo a ter preocupações, quando eu ouço as colocações aqui, vejam, não há regulação hoje, não há marco regulatório para produção de conteúdo. Nós podemos estabelecer, eu me associo com a Berenice, que é uma pessoa competente, e vamos fazer produção. E, de repente, nós vamos fazer lá fazer a nossa produção com o capital nacional e estrangeiro, sejamos nós brasileiros ou estrangeiros, não importa, não há regulação, não há impedimento. E aí nós vamos pegar essa nossa produção e vamos entregar numa plataforma de internet e vamos veiculá-la numa plataforma de internet, e através dessa plataforma, ela vai chegar no seu destinatário. Nós fizemos um ciclo da produção à distribuição e à recepção com zero de regulação. Com zero de critério constitucional, com zero de critério legal. Isto sim é zero de regulação. E precisa de regulação. Eu não tenho dúvida que precisa de regulação. Aliás, estão aí os debates, como o Dr. Gustavo colocou muito bem sobre *google*, enfim, o conteúdo de internet. Está aí na ordem do dia o debate, e isso não pode mais ficar sem regulação. Então, temos sim, vácuos regulatórios. Então, nós lidamos mesmo com problemas. Em alguns pontos, nós temos vácuos regulatórios, não há regulação. Em outros, nós temos regulação defasada. A lei

que trata da radiodifusão é do tempo que não existia transmissão via satélite. Mais, tinha vídeos tapeters, era ao vivo. Então, quer dizer, o cenário tecnológico em que essa legislação foi concebida é inimaginável hoje. É absolutamente desadequado. Esta é uma segunda colocação.

Terceira, neste meio tempo, houve um desenvolvimento tecnológico. E uma regulação deste novo ambiente tecnológico fora do Marco da Radiodifusão. E aí nós temos a regulação de satélite, a regulação de DTH, a regulação de TV a cabo, e de uma série de outras coisas. Então, nós precisamos chamar um denominador comum nisso, o que não é tarefa fácil. Mas, voltado a essa conclusão, esse relatório, Dr. Luiz Alberto, não se propõe, de maneira nenhuma, a querer se substituir ao entendimento do Governo Federal e muito menos do Parlamento, a quem compete apreciar eventual projeto de Lei de Marco Regulatório, ou de lei de comunicação de massa, seja lá como nós iremos chamar, seja lá como Governo vai chamar, de ser mandado para cá. O que estamos fazendo aqui? Estamos tentando adiantar algumas discussões, para auxiliar não só o Executivo, como os grupos de trabalho que vão estudar isso, como tentar adiantar algumas discussões que podem representar um atraso de anos de votação desta matéria aqui dentro. Anos que a tecnologia não espera e nos atropela. E aí nós vivemos o que estamos vivendo hoje aqui. Então, este é o objetivo, fazer um estudo para tentar auxiliar. Esperamos, inclusive, não é Presidente, quando chegar um projeto aqui, que ele seja remetido a este Conselho para que possamos fazer uma análise efetiva, artigo por artigo.

Volto a dizer, acho que a discussão sobre a regulação, Schröder, é clara. Ela existe e precisa ser aprimorada, não tem dúvida nenhuma.

Agora nós não vamos avançar, como não avançamos em todos esses anos, porque quando começamos uma discussão mais ampla, esbarramos em conceitos. Esbarramos em conceitos. Aí começamos a falar sobre rádio. Bom, o áudio via rádio, a NFN está tudo muito bem. Vamos discutir. Pare um pouquinho. O áudio via internet não transmite a Voz do Brasil. Pronto. Temos um impasse, porque não sabemos se a rádio via internet precisa transmitir a Voz do Brasil, porque nós não sabemos o conceito de serviço que é a rádio via internet. E aí meu caro Luiz Alberto, para a discussão. E eu vou usar uma expressão aqui, “quebra o maior pau” e não se sai daí por falta de conceito. E esse é o objetivo, quando o Roberto Wagner colocou de nós estabelecermos alguns conceitos para poder-

mos avançar na discussão, sem prejuízo de todo e qualquer debate que tenha que se fazer aqui dentro. E é por isso que eu chamo a atenção, o objetivo desse trabalho é focar. É focar. Eu não sei se vamos conseguir mudar. Quer dizer, se este trabalho vai conseguir mudar, como foi citado aqui: O Gatopardo, de Tomaso di Lampedusa. Nós vamos fornecer os estudos para aqueles que, efetivamente, têm o poder de fazer isso, possam fazê-lo.

Agora, eu, fundamentalmente, queria colocar o Dr. Gustavo, porque a experiência que ele trouxe ao debate, o seu inconformismo é necessário ao debate. É necessário ao debate. E eu fico muito satisfeito em ter esse ponto e contraponto. Espero poder contar, inclusive, pedindo publicamente, um auxílio a essa relatoria. Se o senhor que é um estudioso, enfim, que se aprofundou nisso, puder aportar a essa relatoria estudos internacionais sobre esse tema, nós seríamos imensamente gratos, porque nos ajudará muito. Está bem? Eu acho necessário, eu só não acho que os séculos XIX e XX tenham sido tão perdidos assim. Eu sou um pouco mais otimista. Eu acho que avançamos muito, a sociedade avançou, o povo brasileiro é hoje muito mais informado do que era, bem ou mal, com erros ou acertos, o nosso é mais informado, o nosso povo é mais exigente. Cada vez mais o País vai se depurando. Eu acho que isso é um mérito, não é deste Governo, não é daquele Governo, do povo brasileiro que vai, enfim, se aprimorando.

Nós não estamos aqui, eu quero deixar bem claro, nós, a relatoria, para fazer qualquer julgamento que seja sobre o Governo Federal ou os seus Ministérios, pelos quais temos o maior respeito. O maior respeito enquanto Governo, enquanto pessoas, eu não vou entrar nesse julgamento, embora reconheça legítima a crítica, reconheça legítimo o debate sobre isso. Mas se nós permearmos o debate com este tipo de discussão, nós não vamos ter objetividade. Eu tenho uma enorme preocupação com objetividade, Dr. Luiz Alberto. Eu, particularmente, tenho a maior consideração por todas as pessoas que enfim trabalharam nisso, desde o Ministro Gushiken, o Ministro Hélio Costa, a Ministra Dilma, com quem eu tenho uma excelente relação lá do nosso Estado. Mas eu não quero entrar nesse mérito. Eu apenas quero tecnicamente tentar oferecer a este Conselho alguma coisa que conceitualmente possa nos dar um norte e ser útil, se não para resolver o problema, para encaminhar. É aquela história, o ótimo é inimigo do bom. Vamos perseguir sempre o ótimo. Mas se chegarmos ao bom, eu acho que vai ser um grande avanço.

Eu quero, finalmente, Sr. Presidente, para encerrar, solicitar no término da reunião da manhã, inserir

uma manifestação do Dr. César Rômulo, meu amigo e companheiro lá de Conselho da Telebrasil, da qual também faço parte, dizendo o seguinte: “Nós, as teles, fomos ouvidos no âmbito da Comissão, não fomos ouvidos no âmbito do Plenário.” Eu acho que o Rômulo tem total razão. O objetivo pela magnitude do assunto foi trazer ao plenário justamente por uma decisão do Conselho, presidido pelo Conselheiro Roberto Wagner, que V. Ex^a, Sr. Presidente, acatou plenamente, e este Plenário também. Então, eu solicitaria a possibilidade de na próxima reunião, ...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Que se realizará em novembro.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Em outubro não haverá reunião?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Em outubro haverá. Mas eu acho que seria interessante nós convidarmos o Ministro Gilberto Gil para nos falar sobre identidade nacional. Ele foi muito criticado, e é uma pessoa de bem, eu posso garantir isso, sou amigo pessoal dele. Então, eu gostaria de dar essa oportunidade a ele. Há também um compromisso de discutirmos a Lei de Direito Autoral. Então, em novembro, V. Ex^a fica encarregado, desde agora, de fazer a pauta da presente das teles entre nós.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – E também das empresas de internet, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Isso.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Presidente, eu acho que é um tempo no qual precisamos mergulhar.

Enfim, quero agradecer as contribuições do Dr. Gustavo e do Dr. Luiz Alberto, e pedir a eles, como fiz de manhã, quando da feitura do relatório, disporem de uma conversa, que seria muito importante para esclarecer alguns pontos, e com isso, nos auxiliar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito bem.

Minuto além da hora, para o nosso Roberto Wagner,

O SR. ROBERTO WAGNER – Sr. Presidente, essa reunião é gravada, e eu não queria deixar passar, rapidamente, sobre o BNDES. O Antônio Teles falou da inexistência no BNDES de uma linha de crédito específica, falou inclusive de uma proibição. Eu me lembro, na Comissão da TV a Cabo, um Diretor do BNDES esteve aqui conosco, e disse aqui, neste plenário, que o BNDES não tinha nenhuma previsão, nos seus estatutos, de oferecer qualquer linha de crédito para as empresas de comunicação.

A questão da rádio pirata, o nosso Presidente Johnny se referiu e setor de radiodifusão tem relação com as rádios piratas no seguinte, tudo a favor daquelas que estão legalmente autorizadas. Mas o setor não reconhece validade em rádios que não estejam legalmente autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

A Ancinav, eu me lembro Berenice, o Ministro Gilberto Gil esteve numa terça-feira, numa reunião do Conselho, e eu lhe perguntei se nós teríamos acesso ao Projeto da Ancinav. E na quinta-feira já estava na Casa Civil, e o Ministro Miro Teixeira me ligou dizendo: “Olha, esse Projeto da Ancinav está indo sem nenhum tipo de discussão. O setor não se posicionou contra. Ele se posicionou contra a forma pela qual o projeto foi encaminhado.” E também a OAB, a Abin foram contra àquela.

E, finalmente, eu queria dizer que nós – eu sou advogado de empresas de radiodifusão, presido um Conselho de uma entidade de radiodifusores – não temos nenhum embaraço que um radiodifusor, eventualmente, seja Ministro de Estado das Comunicações. Seria até uma diminuição nossa se aceitássemos como sendo razoável dizer que um radiodifusor não possa vir a ser Ministro das Comunicações.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito bem.

Eu quero agradecer então, mas com bastante ênfase, este foi um dia aliás muito bonito de nosso Conselho, a presença do Gustavo Gindre. Eu gostaria tanto, um homem do ramo, de ajudar nos conflitos, porque senti algumas coisas aí, sobretudo o conceito de debate na televisão aberta, que poderemos discutir um pouco mais.

Agradecer ao Roberto Wagner, ao Dr. Luiz Alberto Santos, também ao nosso companheiro querido, Paulo Tonet Camargo, a todos os Conselheiros.

A próxima reunião do Conselho será no dia 9 de outubro, segunda-feira.

Está encerrada a reunião.

Documentos pertinentes à reunião:

Lista de presença dos conselheiros e dos convidados (2) folhas;

Ofício nº 137/2006-SCM-ANATAL;

Ofício s/ nº datado de 24 de agosto de 2006, do Diretor da Central Globo de Comunicação, Luis Erlander; e

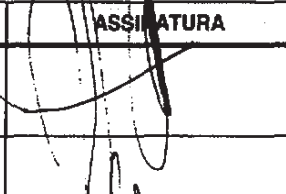
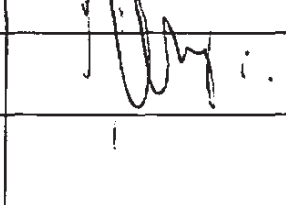
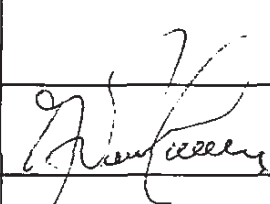
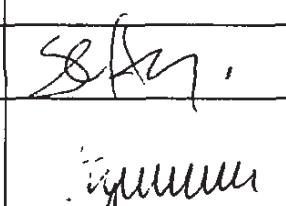
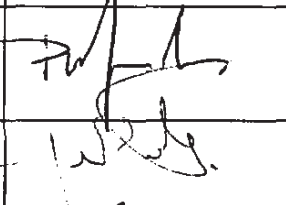
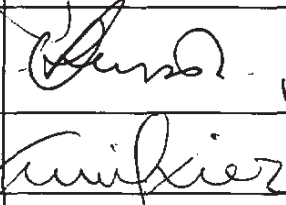
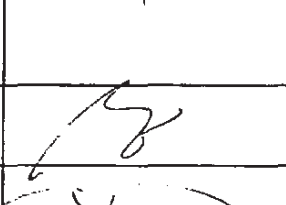
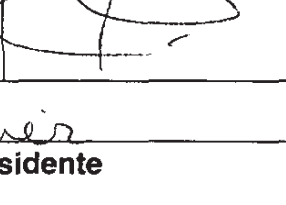
Ofício CCS nº 061/2006.

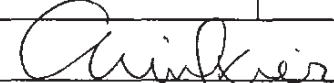
7ª REUNIÃO DE 2006
EM 4 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 10H30,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: ARNALDO NISKIER

Vice-Presidente: JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO

	TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTES	ASSINATURA
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio		EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas da imprensa escrita		SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		Vago	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas		MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas		STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil		SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
X -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil		GABRIEL PRIOLLI NETO	
XI -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil		PHÉLIPPE DAOU	
XII -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil		FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
XIII -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil		PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO	

VISTO:  , EM 4 DE SETEMBRO DE 2006

Presidente

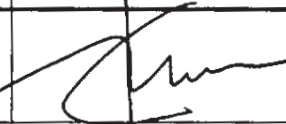
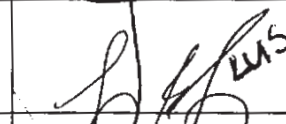
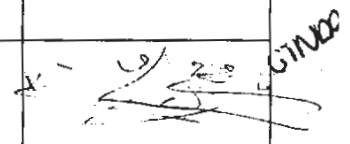
7ª REUNIÃO DE 2006 (ORDINÁRIA)

**EM 4 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 10H30,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

LISTA DE PRESENÇA PARA CONVIDADOS

Presidente: ARNALDO NISKIER

Vice-Presidente: JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO

	TITULARES	ASSINATURA	Observação
I -	EVANDRO DO CARMO GUIMARÃES Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT		
II -	GUSTAVO GINDRE Diretor do Intervenções-Coletivo Brasil de Comunicação Social		
III -	LUIS ALBERTO SANTOS ~~Coordenador da ação governamental da~~ Casa Civil / Subchefe de Análise e Acomp. de Políticas Gov.		
IV -	JOÃO CARLOS SAAD Presidente da TV Bandeirantes		

Visto: _____

Presidente

, em 4/9/2006

Visto.
Aniskier

Ofício n.º 137 /2006-SCM-ANATEL

Brasília, 15 de agosto de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
ARNALDO NISKIER
Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional
Senado Federal – Edifício Principal, Térreo
Ala Senador Dinarte Mariz, Sala 6
70165-900

Assunto: Matéria veiculada em 7 de agosto de 2006 no jornal “O Estado de São Paulo”, intitulada “Rádios Clandestinas”

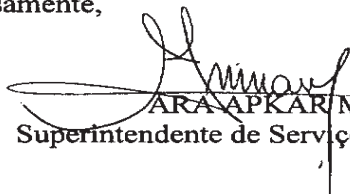
Senhor Presidente,

1. Reportando-me à solicitação contida no documento OF. CCS N.º 061/2006, formulada em razão do teor da matéria publicada no jornal “O Estado de São Paulo” sobre decisão emanada da 9ª Vara Criminal Federal de São Paulo/SP, que determinou fossem fechadas 16 emissoras de rádio comunitárias na Grande São Paulo que operavam sem licença para funcionamento, conseqüentemente, ocupando, sem a devida autorização, faixas de frequências atribuídas à emissoras de radiodifusão, encaminho, por meio deste expediente, relação das emissoras que tiveram seu funcionamento interrompido, por força da mencionada decisão judicial.

2. Importa ressaltar, no que concerne ao assunto, que à AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-ANATEL incumbe, dentre outras atividades regulatórias, garantir o cumprimento da legislação de telecomunicações e correlatas, coibindo a instalação desordenada de estações não autorizadas ou em funcionamento irregular que possam provocar ou provoquem interferência, em prejuízo da eficiência das estações de entidades detentoras de outorga, e ainda, fiscalizar os aspectos técnicos das estações. Tais atribuições estão contidas nos artigos 157 e 211 e seu parágrafo único da Lei Geral de Telecomunicações - Lei nº 9.472 de 16 de julho de 1997.

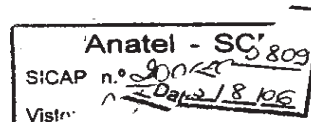
3. Comunico, outrossim, que cópia deste expediente foi encaminhada à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, para conhecimento.

Atenciosamente,


ARAPKAR MINASSIAN
Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa

C/c para SRF

Recebido na SCOR
em 10h do dia
24/8/06 AT.



RELAÇÃO DAS ESTACÕES INTERROMPIDAS

1.	Entidade Não Outorgada	RÁDIO REGIONAL FM
2.	Entidade Não Outorgada	RÁDIO BELÉM DA SERRA FM
3.	Entidade Não Outorgada	Rádio Radical FM
4.	Entidade Não Outorgada	Rádio Macedônia FM
5.	Entidade Não Outorgada	Rádio NOVA DIMENSÃO FM
6.	Entidade Não Outorgada	Rádio TOP FM
7.	Entidade Não Outorgada	Rádio 98.9 FM
8.	Entidade Não Outorgada	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Universidade de São Paulo)
9.	Entidade Não Outorgada	BENÇÃO FM
10.	Entidade Não Outorgada	Rádio CA Jesus FM 96,7 MHz
11.	Entidade Não Outorgada	Rádio Afajeu FM
12.	Entidade Não Outorgada	Rádio Hits FM
13.	Entidade Não Outorgada	Rádio Planeta FM
14.	Entidade Não Outorgada	Rádio Performance FM - 98.9 e 99.7 MHz
15.	Entidade Não Outorgada	Rádio Monte Sião FM (Antiga Rádio Nova Atividade FM)
16.	Entidade Não Outorgada	Rádio Getsêmani FM
17.	Entidade Não Outorgada	Rádio Distak FM

Visto.

Arnaldo Niskier

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2006

Ilmo. Sr.

Arnaldo Niskier

Presidente do Conselho de Comunicação Social

do Congresso Nacional

Brasília - DF

Prezado Senhor Arnaldo Niskier,

Em nome do Dr. Roberto Irineu Marinho e dos funcionários da TV Globo, agradeço a manifestação de solidariedade prestada pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em virtude do seqüestro envolvendo nossos funcionários Guilherme Portanova e Alexandre Calado.

Apesar deste fato lamentável, a TV Globo permanece em sua missão inalienável que é contribuir para a formação de uma sociedade cada vez mais democrática, que valoriza e defende a liberdade de expressão.

Atenciosamente,



Luis Erlanger

Diretor da Central Globo de Comunicação

Recebido, em 29/8/06
Arquivo

OF. CCS Nº 061/2006

Brasília, 07 de agosto de 2006

Assunto: Matéria veiculada em 07.08.2006 no jornal “O Estado de S. Paulo”, intitulada “Rádios clandestinas”

Senhor Ministro,

Este Conselho de Comunicação Social, em sua 6ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, tomou conhecimento do teor de matéria publicada no jornal “O Estado de S. Paulo”, intitulada “Rádios clandestinas” (cópia anexa), que dá notícia de que a Polícia Federal estaria fechando, por decisão judicial, na Grande São Paulo, 16 (dezesseis) rádios que não possuem autorização para funcionamento, além de descumprirem a legislação referente à regulamentação do funcionamento das emissoras comunitárias e ocuparem ilegalmente as frequências das rádios legais.

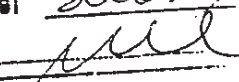
Posto isso, solicito a V. S^a, colaborando com os nossos trabalhos, providências no sentido de determinar o encaminhamento a este Conselho da relação dessas rádios.

Informo, ainda, que cópia do presente Ofício foi encaminhada ao Presidente da ANATEL, Dr. Plínio de Aguiar Júnior, e ao Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa do mesmo órgão, Dr. Ara Apkarian.

Atenciosamente,


ARNALDO NISKIER
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
HÉLIO COSTA
Ministro de Estado das Comunicações
Brasília-DF

MC	MINISTRO DO MINISTRO
R	RECEBUE O ORIGINAL
Em	8 / 8 / 06
Nome legível	Salomão
Assinatura	

Conselho de Administração
Presidente
Roberto C. Marinho
Vice-Presidente
Fernando Henrique Cardoso
Presidente do Conselho
Júlio César Marinho
Membros do Conselho
Mário Sérgio Marinho



Fundado em 1978
Júlio Marinho (1978-1987)
Júlio de Marinho Filho (1987-1997)
José Carlos Marinho (1997-1998)
Júlio de Marinho (1998-1999)

Júlio de Marinho (1999-2006)
Júlio de Marinho (2006-2007)
Júlio de Marinho (2007-2008)
Júlio de Marinho (2008-2009)
Júlio de Marinho (2009-2010)

www.estado.com.br
Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eldorado, 150 - CEP 05408-000
São Paulo - SP - Caixa Postal 2400 CEP 01000-970-000
Tel. 0800-133 0000 Fax 011 3858-0000

NOTAS & INFORMAÇÕES

Rádios clandestinas

Por determinação da 9ª Vara Criminal Federal da capital, a Polícia Federal está fechando, na Grande São Paulo, 16 rádios que não têm autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para funcionar, descumprindo a legislação que regulamenta o funcionamento das emissoras comunitárias e ocupam ilegalmente as frequências das rádios legais. Iniciada há um mês, a Operação Sintonia cumpre 40 mandados de busca e apreensão de equipamentos de transmissão e abre inquéritos criminais contra os responsáveis por essas rádios clandestinas, para que sejam processadas pelo Ministério Público Federal.

Uma das rádios fechadas foi criada há quatro anos por iniciativa dos alunos do curso de geografia e do Diretório Central de Estudantes da USP, durante uma greve. Apresentando-se como um "coletivo autônomo" independente de centros acadêmicos, ela atuava com o nome de Rádio Várzea Livre do Rio Pinheiros, operava na frequência de 90,9 MHz FM, estava instalada dentro da Cidade Universitária e tinha sua programação divulgada pelo Centro de Estudos Geográficos Capistrano de Abreu, abrigado nas dependências da Faculdade de Filosofia.

A maioria das emissoras cujas operações foram suspensas é comunitária e algumas são vinculadas a políticos do PT, sendo por eles utilizadas com os mais variados propósitos, inclusive eleitorais. A mais conhecida é a Rádio Heliópolis, que estava localizada na favela do mesmo nome, no Ipiranga.

Lançada, segundo seus coordenadores, para "informar a comunidade sobre seus direitos e deveres", ela vinha funcionando há 14 anos, chegou a contar com um programa musical de uma vereadora do PT, foi tema de documentários e, no ano passado, foi o local escolhido para o lançamento do Programa Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, com a presença do presidente Lula. Um dos equipamentos apreendidos pela Polícia Federal pertence a esse projeto.

Se a emissora não tem existência legal e não atende às exigências da legislação em vigor,

Uma proliferação desordenada que interfere nas frequências legais

como pode receber apoio oficial e dinheiro público? Por aí se vê a confusão reinante nesse setor graças ao comportamento dúbio da Anatel na fiscalização de emissoras de rádio. No ano passado, a agência até tentou enquadrar a Rádio Heliópolis. Mas, depois que o governo criou uma comissão interministerial para "discutir" a legislação de radiodifusão, a Anatel, apesar de ser um órgão independente, aceitou a recomendação do Executivo de não tomar providências contra a emissora clandestina, enquanto durassem os trabalhos do grupo.

Trata-se de um absurdo, pois nenhuma autarquia ou agência reguladora pode deixar de cumprir o que a legislação determina. É como se a polícia deixasse de perseguir ban-

didos e de prender ladrões somente porque um grupo de burocratas do Executivo estaria "discutindo" a reforma da legislação penal.

Tão ou mais grave é a atitude da Anatel com relação à ordem de busca e apreensão expedida pela Justiça Federal contra a Rádio Heliópolis. Numa iniciativa sem precedentes, a agência, explorando as brechas da legislação, procurou uma alternativa que permitisse a emissora contornar a determinação judicial. Pela saída sugerida pela Anatel, uma universidade ou instituto de pesquisa poderia solicitar à agência, para "fins científicos e experimentais", o funcionamento de uma emissora num canal vago. E a Rádio Heliópolis poderia ocupá-lo, firmando uma "parceria" com a instituição de ensino superior. A proposta foi apresentada há duas semanas, numa reunião da agência com representantes de rádios comunitárias e da Universidade Metodista de São Bernardo, a escolhida para fazer a "parceria". Se o arreglo for concluído, estará aberta a porteira para que as demais rádios clandestinas possam funcionar livremente, afrontando acintosamente a lei.

A concorrência desleal e predadora dessas emissoras com as rádios legais é um dos lados do problema. O outro é o aparelhamento político de autarquias e agências reguladoras, levando-as, como neste episódio, ao absurdo de descumprir leis e ordens judiciais, a pretexto de favorecer atividades "politicamente corretas". Resta esperar que o Ministério Público e a Justiça Federal não se deixem levar por essas artimanhas.



EDIÇÃO DE HOJE: 532 PÁGINAS